

24 A 27 DE
JUNHO 2013



ISSN 2178-9304

MOSTRA CIENTÍFICA
ADMINISTRAÇÃO
ÁREAS AFINS

REITOR

Prof. João dos Reis Canela

VICE-REITORA

Prof.^a Maria Ivete Soares de Almeida

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Prof.^a Marina Ribeiro Queiroz

PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Professor Vicente Ribeiro Rocha Júnior

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Professor João Felício Rodrigues Neto

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Pró-Reitor: Professor Hercílio Martelli Júnior

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

Professor Juventino Ruas de Abreu Júnior

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

Prof. Mestre Joaquim Eleutério do Couto

COORDENADOR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Profa. Mestre Maria de Fátima Pinho Godinho

**COORDENADOR DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM
ADMINISTRAÇÃO**

Prof. Mestre Roney Versiani Sindeaux

**COORDENADORA DA VIII MOSTRA CIENTÍFICA DE ADMINISTRAÇÃO E
ÁREAS AFINS**

Profa. Mestre Simone Viana Duarte

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof. Mestre Cledinaldo Aparecido Dias

Profa. Mestre Geralda Eliana Veloso Lopes de Sá

Profa. Mestre Maria de Fátima Pinho Godinho

Prof. Ms Reinaldo Sandes

Prof. Doutor Roney Versiane Sindeaux

Profa. Mestre Simone Viana Duarte (coord.)

COMISSÃO ORGANIZADORA**Acadêmicos Voluntários**

Nome	Período	E-mail	Telefone
Alafe Júnio Silva de Oliveira	3º	atleticano49@yahoo.com	91900549
Aline Costa Oliveira	1º	alynynha-inha@hotmail.com	91059354
Ana Paula Soares Martins	1º	anapaulasoaresmartins@hotmail.com	98084393
André Felipe Vieira Colares	7º	andreunimontes@gmail.com	91169342
Bruno Ferreira Silva	1º	brunoferreira_2606@hotmail.com	91084753
Carlos Roberto R. dos Santos Jr.	1º	carlosalemo@yahoo.com.br	91751991
Carlos Sérgio R. Cardoso Jr.	1º	carlos.sergio.rodrigues@outlook.com	91390545
Daniele Santos Miranda	5º	smiranda.daniele@gmail.com	91643559
Denise Oliveira Ferreira	1º	deniseoliveiramoc@hotmail.com	91314310
Filipe Souza Duarte Bezerra	1º	filipe_souzax@hotmail.com	91161017
Franciele Alves Pereira	1º	p.franciele@rocketmail.com	91393362
Jackson José Santana	1º	jacksonjsantana@outlook.com	91769891
João Guilherme Magalhães Timóteo	3º	joaoguilhermemagalhaes@gmail.com	88322385
Karla Ramona Araújo Santos	1º	karlaaraujo_22@hotmail.com	99694399
Ketlyn Lorraine Moreira Duarte	1º	ketlynlorraine@hotmail.com	91149798
Luana Silva Lima	5º	luanasilvalima7@gmail.com	92325900
Marcello Thomaz de Souza	1º	marcellothomaz.of@hotmail.com	91721801
Maria das Graças Jezini Meira	2º	mjezinim@gmail.com	32125153
Taiza Pires da Silva	1º	thayza_ps@hotmail.com	91655473
Thalyta Sarmiento da Conceição	5º	thalytasc@msn.com	91325429
Walisson Silva Martins	3º	walissonsilvamartins@yahoo.com.br	91507475
TOTAL = 21			

APOIO**Estagiária do GEPAD**

Daniele Santos Miranda

Pró-reitoria Extensão/Coordenadoria de Extensão Comunitária

Prof^a. Marina Ribeiro Queiroz

Imprensa Universitária

Eliane Ferreira da Silva

Arte da Capa e Cartaz

Sanzio Mendonça Henriques

Empresa Junior de Administração

André Felipe Vieira Colares (diretor-presidente)

Diretoria de Tecnologia da Informação

Raviane Pascoal de Souza

Assessoria de Comunicação da Unimontes

Assessor-chefe: Felipe Antônio Guimarães Gabrich

- **Contato do Evento:**

Departamento de Ciências da Administração ou GEPAD

- **Endereço:**

3º andar, prédio 1, Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA).
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro. Av. Dr. Ruy Braga, s/n – Vila
Mauricéia. Montes Claros-MG – 39401-089 Tel: 3229-8252/8255

SUMÁRIO

1 PROGRAMAÇÃO DA VII MOSTRA CIENTÍFICA DE ADMINISTRAÇÃO	7
2 OBJETIVO	8
3 PÚBLICO-ALVO	8
4 CONSOLIDADO DOS RESULTADOS DO EVENTO.....	9
5 TRABALHOS APRESENTADOS.....	12
5.1 SESSÃO PÔSTER.....	12
5.2 SESSÃO COMUNICAÇÃO ORAL	13
APÊNDICE A - DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA DO EVENTO.....	396

**1 PROGRAMAÇÃO DA VIII MOSTRA CIENTÍFICA DE ADMINISTRAÇÃO
E ÁREAS AFINS – ISSN 2178-9304**

Período: Montes Claros, 24 a 27 de junho de 2013

Local: auditório no 3º andar do CCSA prédio 1

Dia 24/06

7:30 às 9:00 – Palestra: Projetos de investimento

Palestrante: Freddy Freitas Alcântara

9:30 às 10:30 - Palestra: Tecnólogo em Marketing e Jornalismo

Palestrante: Juliana Veloso

19:00 Credenciamento

19:10 Apresentação de pôster

19:30 Abertura Oficial do evento: Composição da mesa de honra

20:00 Início da Comunicação oral

22:00 Término da Comunicação oral

Dia 25/06 – APCA 6o período

7:10 Início da Comunicação oral

11:00 Término da Comunicação oral

19:10 Apresentação de pôster

20:30 Início Comunicação oral

22:00 Término Comunicação oral

Dia 26/06

7:30 Palestra: “Franquia :uma oportunidade de negócio”

Palestrante: Prof. Helmer Soares Veloso

19:10 Apresentação de pôster

20:00 Comunicação oral

APCA 7º período

Dia 27/06

7:30 – Comunicação oral e pôster - APCA 8º período

19:10 – Modalidade: Pôster

20:00 – Palestra: Atividade de consultoria em micro e pequenas empresas

Palestrante: José Antônio Athayde Rebello Gomes

21:00 – Encerramento da Mostra Científica

Obs. Para participar das palestras favor fazer sua inscrição: nome e documento de identidade e CPF na EJU, GEPAD ou pelo e-mail gepad_unimontes@yahoo.com.br

2 OBJETIVO

A VIII Mostra Científica de Administração e áreas afins apresenta e divulga as atividades de pesquisas realizadas por docentes, discentes e profissionais da área de Administração e afins, de forma a estimular a produção científica, fomentando debates que contribuam para a construção de novas práticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Durante o evento, são apresentados resultados de pesquisa em duas modalidades pôster e comunicação oral, realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração-GEPAD/Departamento de Ciências da Administração, em outras disciplinas do curso de graduação e pós-graduação de Administração da Unimontes e de outras instituições de ensino superior na área e afins.

3 PÚBLICO-ALVO

Docentes, discentes de graduação e de pós-graduação em Administração e áreas afins da Unimontes e de outras instituições de ensino superior, bem como profissionais da área.

4 CONSOLIDADO DOS RESULTADOS DO EVENTO

A VIII Mostra Científica de Administração da UNIMONTES realizada dos dias 24 a 27/06/2013 nos turnos matutino e noturno, contou com a presença de 236 participantes no total. Estiveram envolvidos:

- 37 relatores e co-autores nas modalidades pôster e comunicação oral;
- 21 discentes dos 1º, 2º, 3º, 5º e 7º períodos do curso de Administração na preparação/realização do evento, desempenhando diferentes atividades;
- 16 professores; 02 visitantes/ouvintes da Faculdade ISEIB (Faculdades Gerenciais e Empreendedorismo) e da Unimontes/ Brasília de Minas;
- 162 alunos do curso de Administração (ver TAB.e GRÁF. 1).

Foram recebidas 45 inscrições sendo 6 indeferidas e duas não compareceram no dia do evento. No total de 37 trabalhos, 26 foram apresentados na modalidade pôster e 11 na modalidade Comunicação Oral.

Foram ministradas quatro palestras com 79 participantes ouvintes, cujos temas trataram sobre: Projetos de investimento; Tecnólogo em Marketing e Jornalismo; Franquia: uma oportunidade de negócio; Atividade de consultoria em micro e pequenas empresas.

No Apêndice A constam as fotos do evento.

TABELA 1

Participantes da VIII Mostra Científica em Administração e áreas afins

Categoria	Frequência Absoluta	%
Docentes	16	6,8
Ouvintes	162	68,6
Relatores/co-autores	37	15,7
Discentes voluntários na organização do evento	20	8,5
Estagiário/administrativo	01	0,4
Total	236	100

Fonte: folhas de presenças dos dias 24 e 27 de junho de 2013 sem repetição.

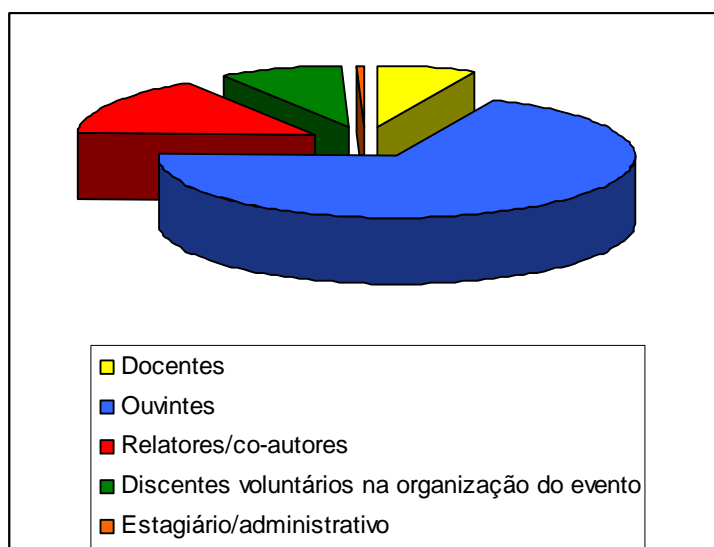


Gráfico 1- Participação por categoria na VIII Mostra científica
 Fonte: folhas de presenças dos dias 24 e 27 de junho de 2013 sem repetição

Dos trabalhos apresentados por 37 autores e co-autores, 17 foram produção científica do próprio curso de Administração da Unimontes, campus Montes Claros e de Brasília de Minas; 04 do curso de Administração da UFMG; 08 do curso de Ciências Econômicas; 01 de Ciências Sociais; 07 do curso de Direito da Unimontes e da FAVAG em Janaúba. (TAB. 2 e GRÁF. 2).

Assim, o evento tem cumprido seu papel de estimular a produção científica no próprio curso de Administração, bem como socializar, interagir, acompanhar e ter referências sobre a produção científica na área e afins, de forma a refletir, reforçar, rever ou agregar valores ao Projeto Político Pedagógico que norteia as atividades de ensino-aprendizagem.

TABELA 2
Relatores inscritos conforme a origem institucional e de curso

Origem institucional e de curso por tema	Quantidade de relatores	%
Universidade Federal de Minas Gerais	04	10,8
Discentes cursando Ciências da Administração na Unimontes	17	46,0
Discente do curso de Ciências Sociais da Unimontes	01	2,7
Discentes do Curso de Ciências Econômicas/Unimontes	08	21,6
Discentes do Curso de Direito/Unimontes e FAVAG	07	18,9
Total	37	100

Fonte: inscrições e deferimentos da Comissão Científica, 2013.

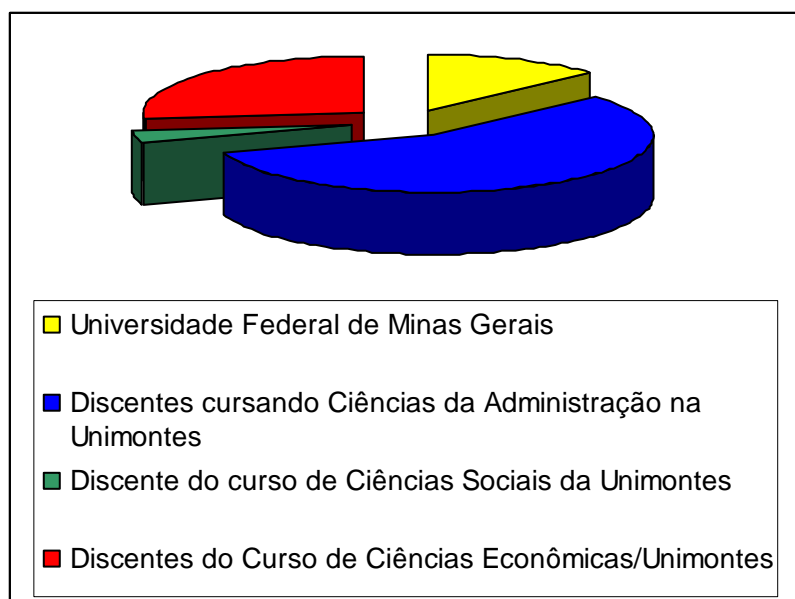


Gráfico 2 – Origem dos participantes

Fonte: inscrições e deferimentos da Comissão Científica, 2013.

Os indeferimentos, segundo avaliação da Comissão Científica, referem-se a trabalhos que não apresentaram caráter de produção científica. Dois relatores não compareceram no dia do evento por questões particulares, não fazendo jus ao recebimento do certificado. Os inscritos participantes do evento, que não apresentaram a aprovação do comitê de ética em tempo hábil, pré-requisito para publicação, não constam desse Anais.

5 TRABALHOS APRESENTADOS

5.1 SESSÃO PÔSTER

TEMA	Pág.
O TRABALHO E A RESSOCIALIZAÇÃO DO CONDENADO NO PRESÍDIO DE JANAÚBA	14
A PARTICIPAÇÃO DOS IDOSOS NO MERCADO DE TRABALHO DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE HOMENS E MULHERES	26
DELINEANDO A PRÁTICA DO PSICÓLOGO JUDICIÁRIO	36
PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E A META 2 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA NA COMARCA DE MONTES CLAROS	45
O EGRESSO REINCIDENTE DO SISTEMA PRISIONAL DE JANAÚBA – MG: NÍVEL DE REINCIDÊNCIA E AS CONTRIBUIÇÕES PARA SUA REINserÇÃO NA SOCIEDADE	69
MEDIAÇÃO: INSTRUMENTO EXTRAJUDICIAL EFICAZ NA ADMINISTRAÇÃO DOS CONFLITOS	90
ALUNO COTISTA DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: QUÃO DIFERENTE É O SEU RENDIMENTO ACADÊMICO, EM RELAÇÃO AO ALUNO NÃO COTISTA?	103
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS NO PERÍODO DE 2002 A 2011	111
ANÁLISE DO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: INVESTIGAÇÃO DO INDICADOR DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL FÍSICA NO PERÍODO 2002 A 2011	117
AVALIAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM FINANÇAS NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIMONTES NO PERÍODO 2007-2010	123
ANÁLISE DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (TMI) E DAS TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE (TEF), EM JOAQUIM FELÍCIO, BUENÓPOLIS E LAGOA DOS PATOS	129
ANÁLISE DOS INDICADORES DE FECUNDIDADE NAS CIDADES DE MINAS GERAIS NOS ANOS DE 2000 E 2010: DIAMANTINA, ITACARAMBI, MARIA DA FÉ	134
DEPENDÊNCIA NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO: UMA ANÁLISE COM BASE NO INGRESSO PELO SISTEMA UNIVERSAL, PAES E COTAS.	139
PARTO ANÔNIMO, CELERIDADE DOS PROCESSOS DE ADOÇÃO E ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	147
SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SETOR AGROPECUÁRIO EM NÍVEL OPERACIONAL EM MONTES CLAROS/MG	155
TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A QUESTÃO DA RESPONSABILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA E O RECRUDESCIMENTO NA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	166
PERFIL DOS TRABALHADORES EM NÍVEL OPERACIONAL DO SETOR INDUSTRIAL DE MONTES CLAROS – MG	188
ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DOS EFEITOS DAS MUDANÇAS NA ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO DE MONTES CLAROS E DE BELO HORIZONTE, ENTRE OS ANOS DE 2000 E 2010	201

5.2 SESSÃO COMUNICAÇÃO ORAL

TEMA	Pág.
ANÁLISE COMPARATIVA DA GESTÃO DE ALMOXARIFADOS DE ORGANIZAÇÕES NO SETOR PÚBLICO E PRIVADO EM MONTES CLAROS - MG	208
ASSOCIAÇÃO ENTRE O VALOR ECONÔMICO AGREGADO (EVA [®]), VALOR DE MERCADO ADICIONADO (MVA [®]) E VALOR DE MERCADO DOS MAIORES BANCOS MÚLTIPLOS BRASILEIROS	237
CIDADANIA NO CÁRCERE: HUMANIZANDO A VIDA CARCERÁRIA NO VALE DO GORUTUBA/MG	254
ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO EM MONTES CLAROS: COMPOSIÇÃO SALARIAL E ESTOQUE DE VÍNCULOS	276
UMA ANÁLISE DAS TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA: IDENTIFICANDO FERRAMENTAS, MODELOS E NOVAS ABORDAGENS	290
O ACESSO AO MICROCRÉDITO E REDUÇÃO DO DESEMPREGO: UMA ANÁLISE LOCACIONAL DAS MICRORREGIÕES DE MINAS GERAIS	312
CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES OCUPADOS NO SUBSETOR ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM MONTES CLAROS/MG	329
ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA DE UMA <i>SPIN-OFF</i> ACADÊMICA NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG	350
ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA PARA PROJETOS MUAMENTE EXCLUDENTES NA PRODUÇÃO DE FITASE	368
TRABALHADORES INFORMAIS USUÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MONTES CLAROS: PERSPECTIVA COM RELAÇÃO À PREVIDÊNCIA SOCIAL	380
REGISTRO FOTOGRÁFICO DO EVENTO	397

O TRABALHO E A RESSOCIALIZAÇÃO DO CONDENADO NO PRESÍDIO DE JANAÚBA¹

Lázaro Henrique Barbosa Mendes²

Karinne Braga Ferreira³

Edilene Santos Silva⁴

Cynara Silde Mesquita Veloso⁵

Luiz de Oliveira Filho⁶

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido por meio do “Projeto Cidadania no Cárcere: Humanizando a vida carcerária no Vale do Gortuba”, e tem como objetivo identificar os problemas existentes no sistema carcerário e apontar medidas úteis ao processo de ressocialização. Buscou-se ainda, asseverar a importância do trabalho na ressocialização do condenado, apontando o trabalho como medida eficiente e, senão, essencial à ressocialização do egresso do sistema carcerário. Dentro desse contexto, em diplomas legais há o reconhecimento da importância do trabalho no processo de ressocialização dentro do sistema carcerário no artigo 28 da Lei nº 7.210, Lei de Execuções Penais, e no Código Penal em diversos artigos, reconhecendo o trabalho, inclusive, como uma condição para progressão de regime de cumprimento de pena, obtenção de alguns benefícios e também como parte da rotina dos detentos. Para o desenvolvimento deste artigo, utilizou-se a pesquisa qualitativa, através da análise bibliográfica e processual, e também a pesquisa quantitativa, através da tabulação dos dados, por amostragem, obtidos na aplicação de questionários semiestruturados para 29 (23% dos presos) dos 180 presos do Presídio de Janaúba. Dos entrevistados 76% só têm até o 1º grau e 86% responderam que não tem profissão. Vale destacar ainda que o trabalho não faz parte da rotina dos presos em nenhum dos regimes de cumprimento de pena que são realizados dentro do Presídio de Janaúba e apenas 10% dos presos entrevistados realizavam trabalhos internos na estrutura do presídio, o que corresponde a menos de 1% da população carcerária e, ainda assim, faziam jus apenas a remissão da pena, sem remuneração ou direitos previdenciários. Assim em aspectos práticos e teóricos a

¹ Parecer do Comitê de Ética da FUNORTE, protocolo nº 01293/10

² Graduando em Direito pela FAVAG e autor do artigo.

³ Professora orientadora do Artigo. Karine Braga, Doutora em Criminologia pela Alma Mater de Bologna, FAVAG, karinnebraga@hotmail.com

⁴ Professora orientadora do Artigo. Especialização Lato Sensu em Docência Superior, edilenesantos.filosofia@hotmail.com.

⁵ Professora orientadora do Artigo. Doutora em Direito Processual pela PUC Minas, mestre em Ciências Jurídico-Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do curso de Direito da FAVAG. Coordenadora do projeto Cidadania no Cárcere: humanizando a vida carcerária no Vale do Gortuba. Professora e coordenadora do curso de Direito das faculdades integradas Pitágoras de Montes Claros. Professora do curso de Direito da UNIMONTES.

⁶ Professor orientador do Artigo. Especialista em Tecnologia da Educação em Docência para o Ensino profissionalizante. luizfavag@yahoo.com.br.

pesquisa aponta para a necessidade do reconhecimento do trabalho como ferramenta útil no pós-cárcere, mas para isso é preciso que durante o encarceramento o preso tenha oportunidade de voltar a estudar e aprender uma profissão para o seu reingresso ao convívio social. Demonstrando assim, a necessidade da qualificação dessa mão de obra para inserção no mercado de trabalho, a fim de efetivar a ressocialização desses indivíduos, como forma de promover o princípio da dignidade humana e mostrar sua importância no meio social.

Palavras-Chave: Cárcere; Ressocialização; Trabalho; Dignidade humana.

ABSTRACT

This work was developed through the project "Citizenship in Jail: Humanizing life in prison Gorutuba Valley", and aims to identify existing problems in the prison system and identify measures useful to the process of socialization. We sought to further assert the importance of work in rehabilitation of the offender, pointing work as efficient as, if not essential to the rehabilitation of the egress of the prison system. Within this context, in legal documents is the recognition of the importance of work in the process of rehabilitation within the prison system in Article 28 of Law No. 7210, Law on Execution of Criminal Sentences, and the Penal Code in several articles, acknowledging the work, including, as a condition for regime progression of imprisonment, getting some benefits and also as part of the routine of the inmates. To develop this article, we used qualitative research through literature review and procedure, as well as quantitative research, by tabulating the data by sampling from the use of semi-structured questionnaires to 29 (23% of prisoners) of 180 inmates of the Prison of frangipani. 76% of respondents only have until the 1st degree and 86% responded that they have no profession. Also noteworthy is that the work is not part of the routine of prisoners in any of the regimes of imprisonment that are performed within the Presidio of frangipani and only 10% of prisoners interviewed held jobs in the internal structure of the prison, which corresponds to less than 1% of the prison population, and yet, were entitled only remission of sentence, without pay or pension rights. So in practical and theoretical research points to the need for recognition of work as a useful tool in the post-prison, but this requires that the inmate during incarceration has the opportunity to go back to school and learn a profession for a re-entry to the socializing. Thus demonstrating the need for this skill manpower for insertion in the labor market, in order to accomplish the rehabilitation of these individuals as a way to promote the principle of human dignity and show its importance in the social environment.

Keywords: Prison; Resocialization; Labor, Human Dignity

1. INTRODUÇÃO

A ressocialização do condenado, no decorrer da evolução dos métodos punitivos penais, foi-se transformando em discurso praticamente unívoco no meio doutrinário e acadêmico. Todavia, os primeiros modelos sancionatórios alcançavam exclusivamente o corpo do condenado, como bem ressaltou Foucault (1987), e tinham

função aflitiva e punitiva, além de exemplificativo geral, pouco importando a condição de ser humano. Entre os principais modelos ressocializativos aplicados atualmente, a utilização do trabalho se mostra fundamental, inclusive ganhando reconhecimento em diplomas legais reguladores do tema.

O Projeto Cidadania no Cárcere: humanizando a vida carcerária no Vale do Grotuba, desenvolvido por professores e acadêmicos da FAVAG, tinha como um dos seus objetivos específicos demonstrar a importância do trabalho como ferramenta para a ressocialização e possível modificação da forma como a sociedade direciona seu olhar ao egresso do sistema carcerário.

Através de análise bibliográfica, processual e entrevistas com condenados do Presídio de Janaúba buscou-se asseverar a importância do trabalho na ressocialização, além da conscientização do preso no sentido que sua exclusão se deu devido ao seu comportamento e não por sua pessoa. A oportunidade de trabalhar, especialmente quando esta se dá como condição para saída do sistema carcerário, gera o reconhecimento de valores e a importância de não incorrer nos mesmos erros cometidos que o teriam levado à um gradativo processo de marginalização da sociedade.

O presente trabalho é composto de introdução, desenvolvimento com a revisão literária, análise dos dados obtidos durante as etapas de pesquisa e conclusão com as informações e indicações sobre a importância do trabalho na ressocialização do condenado.

A análise dos dados obtidos, bem como do perfil dos condenados, permitiu o reconhecimento do trabalho como necessário à inserção de valores ao detento antes de seu retorno à sociedade, além de auxiliá-lo a perceber-se como ser humano.

Especialmente no tocante ao modelo carcerário atual, é perceptível a necessidade de oportunizar, seja em suas próprias estruturas como fora delas, incentivo ao trabalho e à profissionalização. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 reconhece como fundamento os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e, assim, deixa evidente a importância do trabalho reconhecendo, de consequência, que a falta dele pode não completar a carga de valores necessária ao indivíduo para torná-lo apto ao convívio social.

2. METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido através de pesquisas bibliográficas, processuais e pesquisas de campo, no intuito de conhecer a realidade do sistema carcerário. A pesquisa bibliográfica contribuiu para a compreensão do sistema carcerário, identificando algumas deficiências que persistem no decorrer da evolução do sistema carcerário. Através da pesquisa processual foi possível o conhecimento da situação do cumprimento da pena pelos condenados de Janaúba, bem como a observância do cumprimento das garantias processuais.

A pesquisa de campo foi desenvolvida através de entrevistas que, por amostragem, objetivou a coleta de dados suficientes para que se tivesse conhecimento da realidade carcerária, gozo de benefícios sociais garantidos aos condenados, possibilitando apontar medidas úteis ao saneamento dos principais problemas. A pesquisa foi realizada por amostragem, tendo sido entrevistados 29 detentos do Presídio de Janaúba, o que corresponde a 23% da população carcerária, e observou os princípios éticos, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética da FUNORTE, protocolo n. 01293/10.

3. REVISÃO DE LITERATURA

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988⁷ menciona os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como um de seus fundamentos, e daí já se percebe a importância dada ao trabalho como fator intrínseco à dignidade humana e que incorpora valores essenciais à formação da vida em sociedade.

Como a República Federativa do Brasil, que se funda nos valores sociais do trabalho, constitui-se em Estado Democrático de Direito, logo, constata-se a importância do trabalho na formação de uma sociedade onde o povo governa de forma indireta e necessita afastar da convivência todas as condutas que contrariam o bem comum, outorgando poder ao Estado a fim de que este discipline a conduta humana.

A função essencial do Estado, enquanto instituição fundamental nas sociedades que alcançam determinado grau de desenvolvimento, busca vários objetivos voltados para a organização da sociedade. Além das funções administrativas e políticas,

⁷ Constituição Federal de 1988, artigo 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - Soberania; II - Cidadania; III - Dignidade da pessoa humana; IV - Valores Sociais do Trabalho e da livre iniciativa; V - Pluralismo político."

ao Estado cabe manter a ordem e impor aos governados medidas necessárias à coibição de condutas lesivas ao bem comum. Algumas medidas mais brandas, outras mais severas, mas todas com o mesmo objetivo: tipificar e punir as condutas humanas lesivas à sociedade como um todo, gerando uma proteção a todos os bens jurídicos que compõem a sociedade e por esta protegidos. (DALLARI, 1998, p. 35). No século XVIII Beccaria já definia bem a necessidade e importância da existência de uma instituição que regulasse as relações humanas, descrevendo da seguinte forma:

Cansados de só viver no meio de temores e de encontrar inimigos por toda a parte, fatigados de uma liberdade que a incerteza de conservá-la tornava inútil, sacrificaram uma parte dela para gozar do resto com mais segurança. A soma de todas essas porções de liberdade sacrificadas assim ao bem geral, formou a soberania da nação; e aquele que foi encarregado pelas leis do depósito das liberdades e dos cuidados da administração foi proclamado soberano do povo. (BECCARIA, 1996, p. 27)

A função do Estado é bem definida e compreende vários aspectos da convivência humana e a necessidade natural de sua regulamentação. De outro lado não há como a sociedade se esquivar de sua parcela de contribuição a fim de tornar as intervenções do Estado cada vez mais eficientes e, conseqüentemente, mais próximas dos interesses comuns.

A padronização de condutas não se constitui apenas em comandos de não fazer, mas também do que deve ser feito, ou seja, não se constitui apenas em comandos negativos, mas também positivos, assim como o imperativo categórico de Kant⁸, e esses comandos subjetivos são incorporados à personalidade humana de forma natural, com cargas de valores e costumes.

Entre as medidas tomadas pelo Estado como disciplinadoras da conduta humana surge o cárcere que, ideologicamente, tem a função, entre outras, de reabilitar o transgressor da norma e prepará-lo para ser reintroduzido no ambiente social⁹. Entre as medidas ressocializadoras utilizadas pelo sistema carcerário para reabilitação do indivíduo, não há como não imaginar o trabalho com íntima ligação com a dignidade humana. Através dele o homem retira seu próprio sustento e se realiza. Nesse sentido, a

⁸ Emmanuel Kant - Fundamentação da Metafísica dos Costumes "Todos os imperativos são expressos pelo verbo dever e indicam, por esse modo, a relação entre uma lei objetiva da razão e uma vontade que, por sua constituição subjetiva, não é necessariamente determinada por essa lei (uma coação)- Declaram eles, que seria bom fazer tal coisa ou abster-se dela, mas declaram-no a uma vontade que nem sempre faz uma coisa, porque lhe é apresentada como boa para ser feita."

⁹ Lei n. 7.210, Lei de Execuções Penais, artigo 1º - A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Lei de Execuções Penais reconhece a importância do trabalho: "Art. 28. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva."

Foucault menciona em uma de suas obras o ritual que os "jovens detentos" deviam cumprir na prisão em obediência ao regulamento redigido por Léon Faucher e o trabalho fazia parte da rotina diária e ocupava a maior parte do tempo da vida dos detentos¹⁰. (FOUCAULT, 2004, p. 11)

Quando da aplicação das medidas em face das condutas delituosas, o Estado deve assegurar a sua função jurisdicional sem se afastar do respeito à dignidade humana, que é parte de todo o ser humano indistintamente, e quando da regulamentação das medidas a serem aplicadas, cuidou o próprio Estado, como mencionado no artigo 28 da LEP, de aproximar o trabalho no sistema carcerário à dignidade da pessoa humana, o que já era também tratado na própria Constituição da República de 1988 de forma mais ampla, como próprio fundamento da República Federativa do Brasil, tratado no artigo 1º da Carta Magna.

A condição de ser humano titular de direitos, não pode ser afastada em quaisquer situação que seja, nem mesmo quando há o descumprimento de normas impostas em razão do bem comum e pactuadas por todos os que outorgaram ao Estado a condição de instituição soberana sob a qual todos se submetem. De nada adianta as garantias processuais se a função do Estado não se completa no papel ressocializador, especialmente porque a retirada do convívio social foi medida imposta pelo Estado que deve, pois, garantir a dignidade daqueles que sofrem a restrição em sua liberdade¹¹.

¹⁰ Art. 20. - Trabalho. Às cinco e quarenta e cinco no verão, às seis e quarenta e cinco no inverno, os detentos descem para o pátio onde devem lavar as mãos e o rosto, e receber uma primeira distribuição de pão. Logo em seguida, formam-se por oficinas e vão ao trabalho, que deve começar às seis horas no verão e às sete horas no inverno.

Art. 24. - À uma hora, os detentos devem estar nas oficinas: o trabalho vai até às quatro horas.

Art. 25. - Às quatro horas, todos deixam as oficinas e vão aos pátios onde os detentos lavam as mãos e formam por divisões para o refeitório.

Art. 26. - O jantar e o recreio que segue vão até às cinco horas: neste momento os detentos voltam às oficinas.

Art. 27. - Às sete horas no verão, às oito horas no inverno, termina o trabalho; faz-se uma última distribuição de pão nas oficinas. Uma leitura de um quarto de hora, tendo por objeto algumas noções instrutivas ou algum fato comovente, é feita por um detento ou algum vigia, seguida pela oração da noite.

¹¹ Sávio Guimarães Rodrigues - O Núcleo Essencial dos Direitos Fundamentais e o Sistema Carcerário Brasileiro "Note-se que o recluso encontra-se em ambiente de tamanha intervenção que sua própria sobrevivência não depende mais de si ou de seus esforços, mas sim da atuação estatal (tome-se como exemplo o próprio fornecimento de alimentação, a infraestrutura sanitária, de higiene básica, de saúde e, inclusive, de segurança). Nesse cenário, a realidade do sistema prisional brasileiro, e suas graves omissões, devem ser entendidas como violações estatais aos direitos humanos a prestações definitivamente vinculantes."

Considerando o papel atribuído ao Estado, é válida a reflexão sobre a ocorrência da reincidência¹² e se tal fato resulta necessariamente da vontade do indivíduo ou até que ponto há contribuição do Estado, por sua ação equivocada ou por omissão, para que a reincidência ocorra.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de novas medidas na estrutura de ressocialização, ou mesmo uma reformulação da política carcerária. Por mais que existem medidas sendo tomadas, a realidade está muito longe de ser alcançada pelo Estado. Algumas medidas que de forma geral podem ser possíveis, mas no aspecto dos direitos fundamentais sofrem alguns questionamentos, podem ser revistas e fazerem parte de um processo de reformulação ou mesmo a inclusão de novas medidas. A gênese do problema pode ser o resultado final obtido atualmente pelo sistema carcerário, já que não se alcança a ressocialização ou se observa a dignidade da pessoa humana. (HULSMAN, 1993, p. 87)

Assim, inserir o trabalho como um comando de fazer pode não ultrapassar o limite das liberdades individuais, mas se colocar como um elemento que compõe uma sequência lógica das ações que contribuem para o adequado desenvolvimento do homem, em seu caráter individual e também de forma ampla, como membro de uma coletividade. (FOUCAULT, 2004, p. 26)

Se para algumas pessoas o trabalho faz parte do cotidiano de forma natural, para outras o trabalho e sua importância devem ser compreendidos para que se desenvolva de forma rotineira e prazerosa. Não se pode deixar de considerar, ainda, o aspecto patrimonial que é resultado do trabalho e agrega valores na vida das pessoas, trazendo realização pessoal por seus resultados e pelas conquistas patrimoniais. (FOUCAULT, 2004, p. 89)

Ainda que a prevenção não funcione, e nem mesmo a estrutura do sistema penitenciário, o exercício legítimo do poder pelo Estado, não o autoriza a agir de forma indiscriminada quando da repressão dos delitos ou nas medidas de ressocialização – ou mesmo se omitindo em fazê-las – ao contrário, na condição de detentor de toda a responsabilidade pelo adequado funcionamento da estrutura da sociedade, cabe ao Estado buscar as medidas que possuem a maior eficiência na reintrodução do encarcerado ou, porque não, inclusão daqueles que foram excluídos do sistema social por contrariá-lo, observando que em certos casos os indivíduos não chegam a fazer parte

¹² Código Penal - Art. 63. Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.

do sistema social com dignidade ou não recebem qualquer tipo de colaboração das políticas sociais. (HULSMAN, 1993, p. 126)

Entre as ações do homem que possuem caráter construtivo da personalidade, percebe-se a importância do trabalho, que de forma geral contribui para a convivência social harmônica. Os objetivos buscados através do trabalho constroem a personalidade e, conforme constitucionalmente reconhecido, possui valores sociais inafastáveis da dignidade da pessoa humana.

A realização do ser humano obtida através do trabalho deve ser aquela que se desenvolve em comunidade, em sociedade, segundo valores sociais e coletivos e não individualizados. Deve ser ainda, a satisfação das próprias necessidades através do trabalho, numa ordem socialmente natural onde os esforços dispensados resultam no alcance dos objetivos sem se afastar dos demais valores, também fundamentais para a vivência em sociedade.

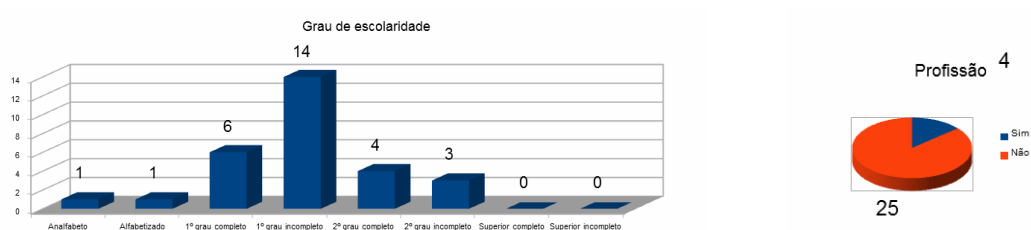
O trabalho em suas mais diversas formas e funções surge como medida fundamental à ressocialização através de medidas punitivas e disciplinadoras que, hoje, longe daquela descrição espetacular mencionada por Foucault¹³, passou a objetivar a reintegração do indivíduo que, de alguma forma, contrariou as regras de convivência e necessitou ser afastado da sociedade.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

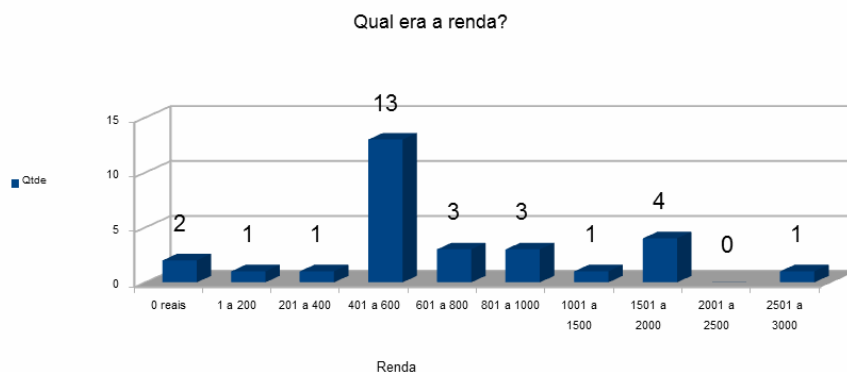
A pesquisa realizada no Presídio de Janaúba apresentou dados relevantes em relação à importância do trabalho na ressocialização: a situação profissional dos presos, o grau de escolaridade, os tipos de crimes por eles praticados e a possibilidade de gozar de benefícios.

Inicialmente é possível constatar os reflexos que a deficiência na formação escolar dos encarcerados traz para a inserção no mercado de trabalho, o que é um dado relevante em razão da quantidade de presos que não possuem qualificação escolar e profissional.

¹³Vide nota nº 6



Outro dado relevante e que se relaciona com a escolaridade e a profissão, é a renda dos presos antes do cometimento de crimes e sua consequente inserção no cárcere. Mais da metade dos presos possuem renda inferior a R\$ 600,00 (seiscentos reais), valor insuficiente para prover todas as necessidades vitais básicas e ter uma vida digna. As informações constantes no gráfico abaixo, associadas à realidade do sistema capitalista demonstram os reflexos negativos da ausência do trabalho, mesmo porque, a maioria dos crimes praticados possui relação patrimonial.



A ausência de atividade laborativa na vida do preso, antes, durante e depois do cárcere traz consequências na sua recuperação de diversas formas. Na pesquisa observou-se um número considerável de criminosos que não exerciam nenhum tipo de atividade quando praticou o crime e da mesma forma continuou após ser inserido no cárcere, o que pode ser percebido pela quantidade de presos que têm direito ao auxílio reclusão.

A pesquisa aponta que no momento do cometimento dos crimes a maioria dos presos não trabalhava com carteira assinada e, como consequência, seus dependentes não recebiam o auxílio reclusão, que é "um benefício devido aos

dependentes do segurado recolhido à prisão, durante o período em que estiver preso sob regime fechado ou semi-aberto"¹⁴.

Percebeu-se que a maioria dos crimes praticados têm relações patrimoniais e, por fim, que a política de ressocialização não reconhece o trabalho como ferramenta de ressocialização, já que, na prática, o trabalho não faz parte das formas de diminuição de pena, muitas vezes pela deficiência na estrutura do próprio Estado.

No Presídio de Janaúba as atividades realizadas pelos presos que possibilitam a remissão de suas penas era a limpeza, a distribuição de alimentos e a lavagem de roupas pelas encarceradas. Durante a pesquisa apenas três presos trabalhavam no cárcere, correspondendo a pouco mais de 1% da população carcerária. Entre os três, dois fazem o trabalho de limpeza e distribuição de alimentos e uma realiza a lavagem das roupas de cama das celas. A partir desses gráficos infere-se que as atividades laborativas desenvolvidas beneficiam a estrutura do Estado que, por sua deficiência, obtém mão-de-obra a baixo custo para a manutenção da limpeza do presídio.



A partir da pesquisa realizada conclui-se que a infra-estrutura carcerária não viabiliza o desenvolvimento de atividades laborativas pelos encarcerados. Porém é importante ressaltar que durante a pesquisa de campo estava sendo desenvolvido um projeto para a estruturação de um espaço para o funcionamento de uma fábrica de tijolos. Para a melhoria da oportunização do trabalho, recomenda-se a realização de convênios ou parcerias com entidades da sociedade civil ou o poder público para facilitar a obtenção de trabalho viabilizando a progressão de regime e por conseguinte a reinserção do preso na sociedade.

¹⁴ Conceito dado ao Auxílio Reclusão pela Previdência Social, disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=22>>

Tendo em vista o grau de instrução e profissionalização dos presos, sugere-se que seja disponibilizado espaço para desenvolvimento de atividades pedagógicas e educacionais, favorecendo o desenvolvimento do preso e, conseqüentemente, a oferta de oportunidades no pós-cárcere.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

As discussões e pesquisas desenvolvidas no projeto, num aspecto geral, demonstram que a função ressocializadora do Estado não alcança seus objetivos, considerando que os resultados da pesquisa apontam que a maioria dos presos não trabalham e o presídio não fomenta o desenvolvimento de atividades laborativas.

Numa abordagem específica em relação ao tema do presente artigo, o processo de ressocialização precisa tratar de forma específica os problemas que conduzem o indivíduo ao cárcere, tratando-o como um sujeito de direitos. Nesse contexto o trabalho surge como medida fundamental tanto antes quanto depois do cárcere, agregando valores ao indivíduo e proporcionando maior possibilidade de uma vida digna e com chances maiores de desenvolvimento, revertendo os aspectos negativos dos dados expostos no trabalho que foram obtidos na pesquisa, melhorando a renda, remindo a pena aplicada e estimulando o indivíduo para capacitar-se, aperfeiçoar-se na formação educacional e profissional. Enfim, os efeitos do trabalho na vida do homem devem ser reconhecidos na estrutura de ressocialização desempenhada pelo Estado.

A Secretaria de Estado de Defesa Social está implementando modificações no sistema carcerário no Estado de Minas Gerais, melhorando a qualidade dos estabelecimentos prisionais e proporcionando medidas que promovem a ressocialização, inclusive com oportunidades de trabalho, reconhecido-o financeiramente e como remissão da pena¹⁵.

Assim, a presente pesquisa confirmou a hipótese de trabalho, reconhecendo a importância do desenvolvimento de atividades laborativas para a ressocialização do condenado enquanto no cárcere e favorecendo sua reinserção na sociedade no pós-cárcere.

¹⁵Acesso https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=341&Itemid=165 em 20/04/2013.

Por fim, recomenda-se que medidas de ressocialização sejam implementadas no sistema carcerário, especialmente com a disponibilização de oportunidades para que o Estado cumpra seu papel reconhecendo a dignidade da pessoa humana e que o preso possa ter a oportunidade de trabalhar reconhecendo valores que podem não terem sido observados em seu desenvolvimento como pessoa.

REFERÊNCIAS

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. São Paulo: Martin Claret. 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da Prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas Perdidas: O Sistema Penal em Questão**. Tradução de Maria Lúcia Karam. Rio de Janeiro: Luan, 1997.

RODRIGUES, Sávio Guimarães. O Núcleo Essencial dos Direitos Fundamentais e o sistema Carcerário Brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ - RFD**, Rio de Janeiro, v.1, n.20, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 2.ed. São Paulo, Saraiva, 1998.

BRASIL. Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 31 mar. 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 25 mar. 2013.

BRASIL. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm>. Acesso em: 25 mar. 2013.

A PARTICIPAÇÃO DOS IDOSOS NO MERCADO DE TRABALHO DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE HOMENS E MULHERES

Mariana Fátima Muniz Soares¹⁶
Liliane de Souza Lima¹⁷
Yam Popoff Braga¹⁸
Pedro Ivan Pimenta Fagundes¹⁹
Maria Elizete Gonçalves²⁰

RESUMO

No Brasil tem havido um crescimento significativo do total de idosos na população. Dentre as principais consequências deste aumento está sua maior participação no mercado de trabalho. Essa mudança por sua vez altera a oferta de trabalho global e, conseqüentemente, influencia o nível de ocupação em outros grupos de idade. O objetivo desse trabalho foi avaliar as taxas de participação dos idosos no mercado de trabalho de Minas Gerais, no ano de 2009, a partir da contraposição entre homens e mulheres. Foi feita uma análise descritiva baseada nos microdados da PNAD 2009. Foi feito o cálculo das taxas de participação dos idosos no mercado de trabalho do Estado, bem como das taxas de ocupação destes em relação à população economicamente ativa acima dos 60 anos, fazendo-se um recorte por gênero e por grupos quinquenais de idade. Os resultados obtidos indicam que as taxas de participação e de ocupação da população idosa do sexo masculino são bastante superiores as do sexo feminino, para todos os grupos de idade analisados; e que conforme a idade avança para ambos os sexos essas taxas tendem a se reduzir. Conclui-se que no ano de 2009 os idosos tiveram uma participação considerável no mercado de trabalho de Minas Gerais. Com o aprofundamento do processo de envelhecimento da população, a tendência é uma maior oferta de trabalho por parte desse segmento populacional.

Palavras-chave: Idosos, mercado de trabalho, Minas Gerais.

ABSTRACT

In Brazil there has been a significant growth of the elderly population. Among the main consequences of this increase is their greater participation in the labor market. These

¹⁶Estudante do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros/MG. Endereço para contato: maryanamuniz@hotmail.com

¹⁷Estudante do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros/MG. Endereço para contato: lilianeg3@hotmail.com

¹⁸Estudante do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros/MG. Endereço para contato: yam.economia@gmail.com

¹⁹Estudante do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros/MG. Endereço para contato: pedroivanpimenta@hotmail.com

²⁰Professora doutora do Curso de Ciências Econômicas. Endereço para contato: maria.goncalves@unimontes.br

changes in turn alter the global labor supply and thus influence the level of employment in other age groups. The aim of this study was to evaluate the participation rates of the elderly in the labor market of Minas Gerais, in 2009, from the contrast between men and women. We conducted a descriptive analysis based on microdata from PNAD 2009. We calculated the participation rates of the elderly in the labor market of the state, as well as occupancy rates of these in relation to the economically active population over 60 years, making it a recorte por gender and five-year age groups. The results indicate that the participation rates and occupancy of elderly males are much higher than those of females for all age groups analyzed, and that with advancing age for both sexes these rates tend to reduce. We conclude that in 2009 the elderly had a considerable share in the labor market of Minas Gerais. With the deepening of the process of population aging, the trend is a greater supply of labor by this population segment.

Keywords: *Elderly, labor market, Minas Gerais*

1. INTRODUÇÃO

Dentre as diversas conseqüências do aumento da proporção de idosos na população brasileira, uma delas, a enfocada neste artigo, é o aumento da sua participação na força de trabalho. Os aumentos do crescimento demográfico juntamente com a estabilidade das taxas de atividade dos idosos resultam no crescimento da participação dos trabalhadores acima de 60 anos na força de trabalho brasileira.

Conforme Camarano (2001), a relação da terceira idade com a População Economicamente Ativa (PEA) divide-se em duas: a PEA pura (que é composta pelos idosos não-aposentados que trabalham) e a PEA aposentada (que é composta pelos idosos que trabalham e são aposentados), sendo a PEA Idosa a soma das duas, na qual tem se verificado um aumento de sua participação no total da PEA brasileira.

Este artigo procura investigar a heterogeneidade relacionada à participação dos idosos no mercado de trabalho, as taxas de ocupação neste mercado de trabalho e a contribuição do idoso à Previdência Social, considerando-se as variáveis sexo e grupos de idade. De forma mais específica, o objetivo desse trabalho foi avaliar as taxas de participação e ocupação dos idosos no mercado de trabalho de Minas Gerais, no ano de 2009, a partir da contraposição entre homens e mulheres. Foi feita uma análise descritiva baseada nos microdados da PNAD 2009, Foram calculadas as taxas de participação dos idosos no mercado de trabalho, bem como as taxas de ocupação destes, no ano em questão, em relação à população economicamente ativa acima dos 60 anos. Assim, os pontos que abordamos no presente artigo foram a participação dos idosos no

mercado de trabalho do estado de Minas Gerais, a estrutura ocupacional dos idosos ativos e sua contribuição a Previdência Social.

2. O IDOSO NO MERCADO DE TRABALHO DE MINAS GERAIS

No Brasil tem havido um aumento significativo do total de idosos, na população. Dentre as principais consequências deste aumento destaca-se sua maior participação no mercado de trabalho. Essa mudança na estrutura etária da população (fruto principalmente da queda da fecundidade e da mortalidade) altera a oferta de trabalho global e, conseqüentemente, influencia o nível de ocupação em outros grupos de idade.

Nesta subseção, descrevem-se os diferenciais na participação dos idosos a partir das taxas de atividade específicas por atributos pessoais, considerando-se as informações contidas na PNAD de 2009. É importante ressaltar que nem sempre altas taxas de atividade correspondem ao maior peso do subgrupo na PEA; já o tamanho absoluto de cada grupo depende também da participação do atributo na população. Assim, os diferenciais de taxas de atividade exprimem apenas a intensidade com que cada subgrupo de idosos se dispõe a trabalhar.

Conforme dados do PNAD 2009, havia no ano um total de 2.445.211 idosos em Minas Gerais, sendo que destes 906.414 faziam parte da PEA, ou seja cerca de 37% dos idosos do país estavam empregados ou a procura de emprego quando a pesquisa foi realizada.

Os dois primeiros e mais relevantes atributos pessoais a serem considerados são o sexo e a idade, já que homens e mulheres têm, ao longo de todo o ciclo de vida, comportamentos ante o mercado de trabalho inteiramente distintos, chegando à fase idosa com níveis de atividade muito diferenciados.

Neste estudo, procurou-se observar os diferenciais na participação dos idosos a partir destes dois atributos pessoais, ou seja, o sexo e a idade.

Ao desagregar os idosos por sexo pode-se observar que do total dos idosos do sexo masculino, mais de 50% faziam parte da PEA, enquanto que entre as mulheres idosas apenas 25% estavam no mercado de trabalho; o que evidencia a disparidade entre homens e mulheres no mercado de trabalho (tal como para a população mais jovem), como mostra o gráfico 1.

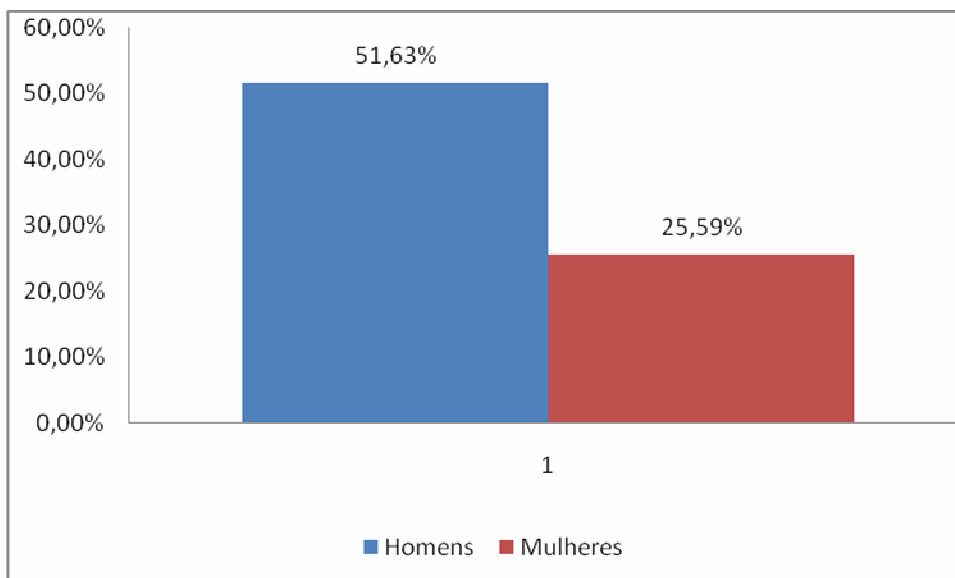


Gráfico 1 - Taxa de participação do idoso no mercado de trabalho, segundo o sexo, Minas Gerais, 2009.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PNAD de 2009.

No Gráfico 2 podemos visualizar melhor essa disparidade entre homens e mulheres, bem como verificar como essa participação se dá, por grupos de idade, para ambos os sexos.

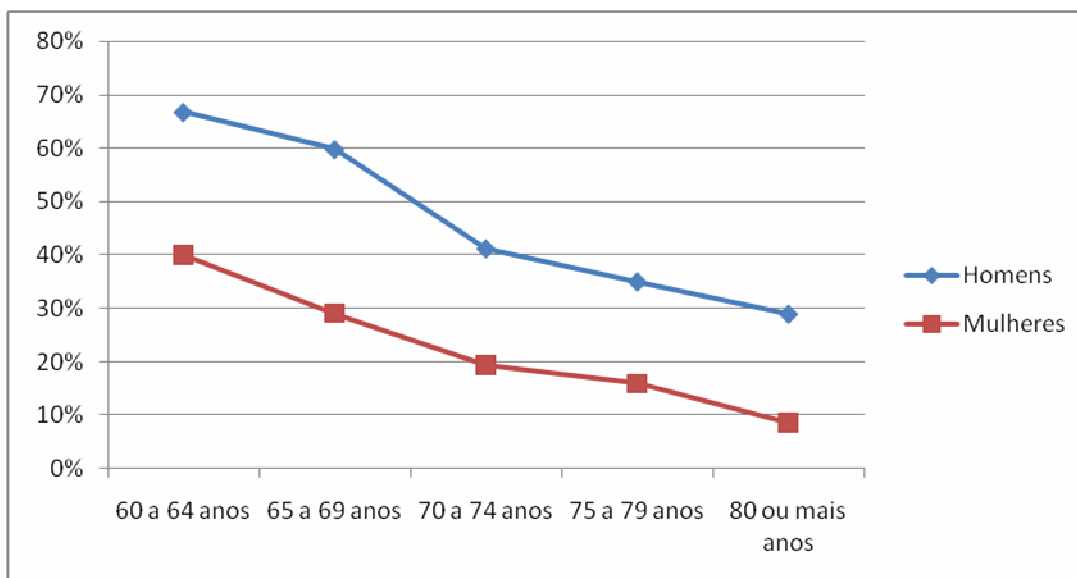


Gráfico 2 - Taxa de participação do idoso no mercado de trabalho por grupos de idade e sexo, Minas Gerais 2009.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PNAD de 2009.

Ao observar o gráfico acima, percebe-se que os idosos do sexo masculino têm uma participação maior no mercado de trabalho que os do sexo feminino, em todos

os grupos de idade. Percebe-se que a participação dos idosos no mercado de trabalho tende a reduzir conforme a idade aumenta, para ambos os sexos. Contudo, ao comparar, por exemplo, o grupo de idade de 60-64 anos e 80 anos e mais, verifica-se uma redução de quase 40% dos homens idosos no mercado de trabalho. Ao analisar o sexo feminino, observa-se uma redução da participação das idosas no mercado de trabalho, comparando os mesmos grupos de idade, de apenas 31,54%, ou seja, em termos de taxa, as mulheres idosas tendem a ficar no mercado de trabalho por mais tempo que os idosos do sexo masculino.

2.1 A estrutura ocupacional dos idosos ativos e sua contribuição à Previdência

A taxa de ocupação dos idosos no mercado de trabalho refere-se a proporção de idosos inseridos na População Economicamente Ativa que estavam empregados quando a pesquisa da PNAD 2009 foi realizada.

Sendo assim, percebe no GRÁF. 3, que para ambos os sexos, a taxa de ocupação é muito alta, não chegando a menos de 97%. Sendo que, quando se trata dos idosos do sexo feminino temos 100% das mulheres do grupo de idade de 80 anos ou mais exercendo algum tipo de atividade (seja remunerado ou não, com ou sem carteira assinada, por conta própria ou são donos de empreendimentos).Esses resultados são esperados, pois nas idades mais avançadas é pouco comum terem idosos à procura de emprego; ou seja, entre os que compõem a PEA, espera-se que praticamente todos estejam ocupados.

Veremos mais adiante que esses percentuais são muito altos em relação à contribuição dos idosos para a Previdência Social. Observaremos que a maioria dos idosos não contribui para a Previdência, tendo uma perda muito grande para a arrecadação previdenciária.

Analisando as taxas de ocupação dos idosos segundo o sexo, percebemos uma relativa diferença nessas taxas entre homens e mulheres. total de mulheres que estavam na PEA, quase todas estavam ocupadas. Analisando-se o grupo de idade de 80 anos ou mais, vemos que todas estavam ocupadas; enquanto para o sexo masculino o percentual de ocupação era de 98,9%.

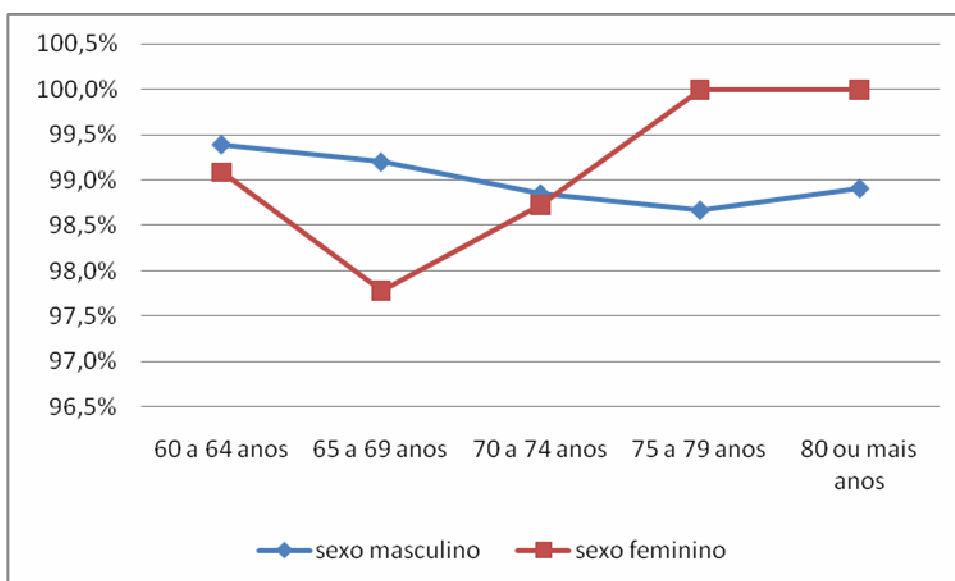


Gráfico 3 - Taxa de ocupação do idoso no mercado de trabalho, segundo o sexo e grupos de idade, Minas Gerais, 2009.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PNAD de 2009.

A seguir, iremos discorrer sobre a contribuição do idoso na Previdência Social.

A partir dos microdados da PNAD 2009, verificamos que do total de idosos que faziam parte da PEA, apenas 21,5% contribuía para a Previdência. Esse é um percentual bastante baixo, que para ser entendido necessita de uma análise mais aprofundada. Em busca de uma melhor compreensão acerca da contribuição dos idosos para a Previdência Social, foi feita uma análise mais detalhada, decompondo os dados por sexo e grupos de idade.

Pela TAB 1 observamos a contribuição dos idosos do sexo feminino, que fazem parte da PEA, para a Previdência Social. Notamos que somente 13,6% dos idosos do sexo feminino, que estavam inseridos na População Economicamente Ativa, contribuía para a Previdência, número muito baixo para arrecadação da instituição previdenciária.

Tabela 1 - Proporção de idosos do sexo feminino que compõem a PEA e que contribuem para a Previdência Social, Minas Gerais, 2009

	Contribuição		Total
	Sim	Não	
PEA	44.463	282.530	326.993
	(13,6%)	(86,4%)	(100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PNAD de 2009.

O Gráfico 4 demonstra que entre os grupos de idades do sexo feminino, a maior contribuição para a Previdência é do grupo com idade entre 60 e 64 anos, chegando à uma contribuição de quase 20% do total dos idosos desta mesma faixa etária; havendo um declínio dos percentuais para os grupos de idades posteriores.

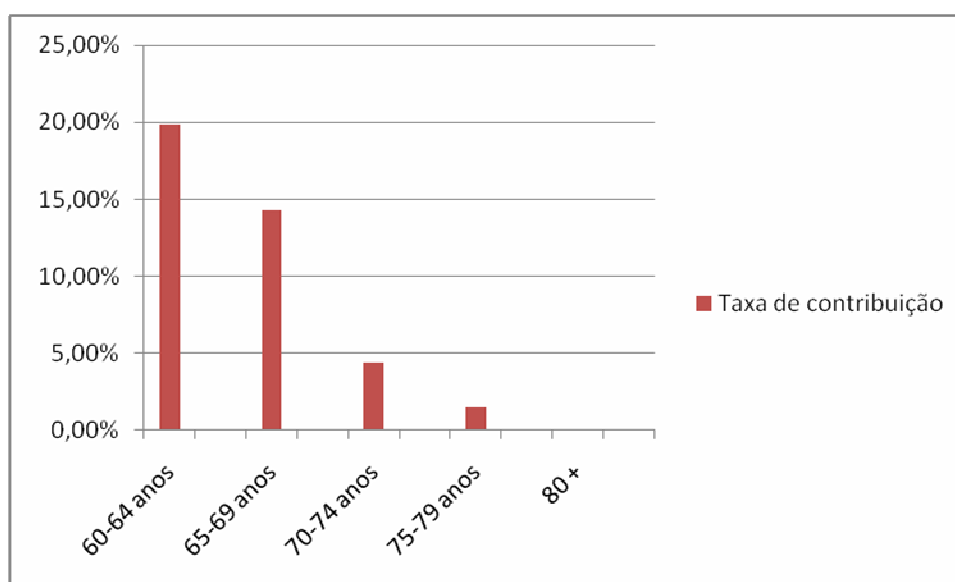


Gráfico 4 - Percentuais de contribuição à Previdência, dos idosos do sexo feminino, por grupos etários. Minas Gerais, 2009.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PNAD de 2009.

Quanto à contribuição dos idosos do sexo masculino para a Previdência, observa-se na TAB. 2 que menos de 1/3 contribuem., Em termos de porcentagem, temos que cerca de 26% dos idosos do sexo masculino em situação economicamente ativa contribuem para a Previdência Social.

Tabela 2 - Proporção de idosos do sexo masculino que compõem a PEA e que contribuem para a Previdência Social, Minas Gerais, 2009

	Contribuição		Total
	Sim	Não	
PEA	136.652 (26%)	380.733 (74%)	517.385 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PNAD de 2009.

Decompondo esses dados por grupos etários (Gráfico 5) temos a maior participação entre os idosos com idade entre 60 e 64 anos, com contribuição de 40,5% do total dos idosos, havendo um declínio nos percentuais para os grupos posteriores. Essa análise por grupo etário nos permite um maior entendimento acerca dessa baixa contribuição desse grupo de idosos à Previdência, pois através dela podemos notar que os idosos que ainda não estão em idade de se aposentar têm uma maior contribuição que os idosos que fazem parte dos grupos etários mais elevados, que possivelmente já estão aposentados e que também tem uma participação menor na PEA.

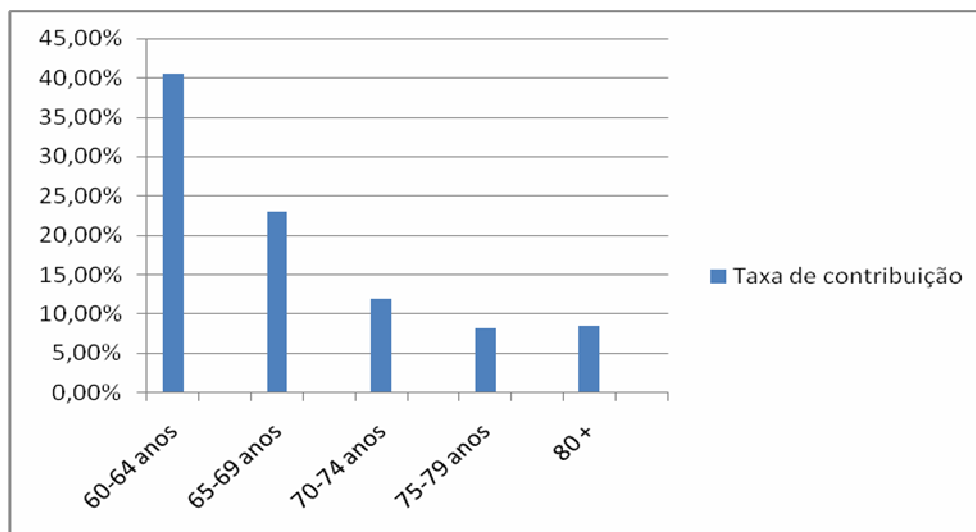


Gráfico 5 - Percentuais de contribuição à Previdência, dos idosos do sexo masculino, por grupos etários. Minas Gerais, 2009.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PNAD de 2009.

Ao fazer uma análise comparativa entre os sexos, como se verifica no Gráfico 6, observamos que a contribuição à Previdência dos idosos do sexo masculino é mais que o dobro da participação dos idosos do sexo feminino ou seja, 74% contra 26%, respectivamente.

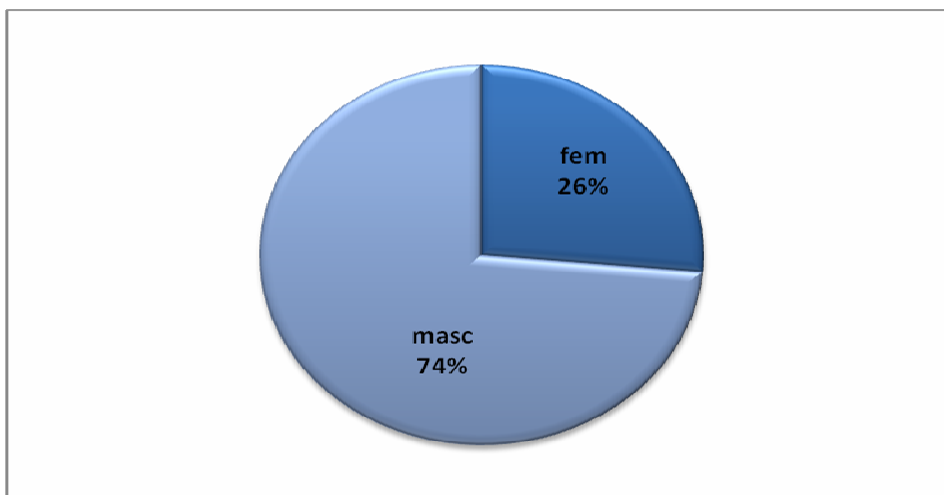


Gráfico 6 - Contribuição dos idosos para a Previdência Social, por sexo, Minas Gerais, 2009.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PNAD de 2009.

3. CONCLUSÃO

Neste artigo, foram analisadas as taxas participação e de ocupação dos idosos no mercado de trabalho de Minas Gerais, bem como a decomposição dessas taxas por sexo e por grupos etários; a fim de obter um conhecimento mais aprofundado acerca do assunto.

A partir das análises realizadas percebe-se uma participação considerável desse segmento populacional no mercado de trabalho, participação esta que, segundo estudos realizados, tendem a aumentar ao longo dos anos e, como consequência, a necessidade premente de se pensar cuidadosamente políticas de emprego focadas nesse contingente populacional.

Os resultados obtidos indicam que a população idosa do sexo masculino atuante no mercado de trabalho é superior a feminina para todos os grupos de idade analisados e que, conforme a idade avança para ambos os sexos, essa participação tende a se reduzir.

Quanto à contribuição destes para a Previdência, constata-se que apenas uma pequena parcela dos idosos inseridos na PEA contribui. Para descobrir o porquê disso é necessária uma análise bem mais aprofundada acerca do assunto, como por exemplo, o ramo de atividade desses idosos, a situação de trabalho (formal ou informal), o local geográfico em que se encontram (rural ou urbano), enfim há uma série de fatores que podem ser os causadores dessa baixa contribuição dos idosos à

Previdência Social. Contudo, este trabalho se restringiu a analisar apenas as diferenças entre sexo e grupos etários, ficando estas outras análises para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

FURTADO, Adolfo. **A Participação do idoso no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília, Distrito Federal, 2005.

QUEIROZ, Vívian dos Santos; RAMALHO, Hilton Martins de Brito e MONTE, Paulo Aguiar. **A inserção do idoso no mercado de trabalho: Evidências a partir da duração do desemprego no Brasil**.

SANTOS, Camila Tais Moura; DINIZ, Carlos Eduardo de Oliveira; SOUZA, Kelly Cristina; MENDES, Lucilene da Conceição; PIRES ,Paula Porto Pires. **O idoso no mercado de trabalho**, realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais. 2007.

WAJNMAN Simone, OLIVEIRA Ana Maria, OLIVEIRA, Elzira Lúcia. **Os Idosos no mercado de trabalho: Tendências e Consequências**.

DELINEANDO A PRÁTICA DO PSICÓLOGO JUDICIÁRIO

Grazielle Lopes Santos Maia²¹

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido por meio do “Projeto Cidadania no Cárcere: Humanizando a vida carcerária no Vale do Gorutuba”, através de um esforço multidisciplinar de profissionais do Direito, da psicologia e do Serviço Social, e tem como objetivo identificar problemas e sofrimentos mentais que os encarcerados do presídio de Janaúba têm enfrentado, apontando a importância da atuação do profissional da psicologia para a ressocialização do egresso do sistema carcerário. A fim de entender o que tem gerado a reincidência na prática criminosa. Pois o papel do psicólogo judiciário, baseado nas atribuições delineadas pela Psicologia Penitenciária, é acompanhar juntamente com outros profissionais os presos que tiveram penas alternativas, intervir junto ao recluso através da escuta, realizar um trabalho com os egressos, também em conjunto com outros profissionais; além de trabalhar com os agentes de segurança. Para o desenvolvimento deste artigo, utilizou-se a pesquisa qualitativa, através da análise bibliográfica e processual, e também a pesquisa quantitativa, através da tabulação dos dados, por amostragem, obtidos na aplicação de questionários semi-estruturados para 29 (23% dos presos) dos 180 presos do Presídio de Janaúba. Dos entrevistados 13, ou seja, cerca de 45% deles são reincidentes e reincidem por mais de uma vez. A maior parte deles tem faixa etária entre 20 a 30 anos. Sendo que 76% só têm até o 1º grau e 86% não têm profissão. Diante deste contexto, questionaram-se quais os principais fatores que levam os presos a tantas reincidências. Percebeu-se que a baixa escolaridade, a falta de qualificação profissional, tratamento oferecido pelas instituições carcerárias, meio onde este sujeito está inserido, ou a família e entre outros têm contribuído para o egresso do sistema prisional volte a delinquir. Assim em aspectos práticos e teóricos a pesquisa aponta para a necessidade de um melhor acompanhamento psicológico dos presos e de suas famílias, e ainda é preciso que durante o encarceramento o preso tenha oportunidade de voltar a estudar e aprender uma profissão para o seu reingresso ao convívio social e para que ele adquira a confiança em sua capacidade de mudar de vida, a fim de efetivar a ressocialização desses indivíduos para que ele não volte a reincidir em crimes. Demonstrando assim a importância de atuação do profissional da psicologia, pois este possibilita perceber o sujeito em todos os seus aspectos em todos os contextos onde está inserido, e de que maneira estes influenciam em seu comportamento. Ficando evidenciado quanto o psicólogo tem a contribuir para as discussões e mudanças que serão propostas para o Sistema Prisional de Janaúba/MG – SUAPI.

Palavras-chave: Psicologia Jurídica no Brasil, Psicólogo Jurídico, Atendimento Psicológico, Psicologia Criminal.

²¹ Psicóloga, Pós- graduada em MBAE- Desenvolvimento de Executivos em Gestão e Economia Empresarial, docente dos cursos de Direito, Administração, Pedagogia e Enfermagem, na faculdade FAVAG. Psicóloga na FAVAG e pesquisadora do projeto Cidadania no Cárcere: humanizando a vida carcerária no Vale do Gorutuba.

ABSTRACT

This work was developed through the project "Citizenship in Prison: Humanizing life in prison Gorutuba Valley", through a multidisciplinary effort of legal professionals, psychology and social work, and aims to identify problems and mental sufferings that the incarcerated prison frangipani have faced, pointing to the importance of the professional practice of psychology for the rehabilitation of the egress of the prison system. In order to understand what has generated recidivism in criminal practice. For the psychologist judiciary, based on the assignments outlined by Psychology Penitentiary, is to follow along with other professionals prisoners who had alternative sentencing, intervene with the inmate through listening, performing a job with the graduates, also in conjunction with other professionals; Besides working with the security agents. To develop this article, we used qualitative research through literature review and procedure, as well as quantitative research, by tabulating the data by sampling from the use of semi-structured questionnaires to 29 (23% of prisoners) of the 180 inmates of the Prison of frangipani. 13 of the respondents or about 45% are recurrent and relapse for more than once. Most of them have between 20 to 30 years. With 76% only have until the 1st degree and 86% have no profession. Given this context, questioned yourself what the main factors that lead attached to so many relapses. It was noticed that low education, lack of professional qualification, treatment offered by institutions of incarceration, which means this guy is inserted, or the family and among others have contributed to the graduates of the prison system back to delinquency. So in practical and theoretical research points to the need for better counseling of prisoners and their families, and it is still necessary that the inmate during incarceration has the opportunity to go back to school and learn a profession for a re-entry to living social and he acquires confidence in his ability to change his life in order to carry out the rehabilitation of these individuals so that it does not recur again in crimes. Thus demonstrating the importance of the professional practice of psychology, because this allows to realize the subject in all its aspects in all contexts in which it operates, and how these influence their behavior. Becoming evident as the psychologist has to contribute to the discussions and changes that will be proposed for the Prison System Frangipani / MG – SUAPI.

Keywords: *Forensic Psychology in Brazil, Legal Psychologist, Psychological Counseling, Criminal Psychology.*

1. INTRODUÇÃO

Nessa desafiante interface entre Psicologia, Direito e Serviço Social e o Sujeito é preciso conhecer como se deu a entrada da psicologia no cenário jurídico e como o trabalho do psicólogo demanda que outros atores (profissionais do Direito, do Serviço social, entre outros) entrem em cena, para que o sujeito possa ser compreendido como um todo.

Historicamente, o início da relação da psicologia com o direito se deu no final do século XIX e era denominada “psicologia do testemunho”. Esta, segundo Alto é

(2004), procurava verificar, por meio do estudo experimental dos processos psicológicos, a fidedignidade do relato do sujeito envolvido em um processo jurídico. Para Brito (1993) o que se pretendia verificar era se os “processos internos propiciam ou dificultam a veracidade do relato”. Essa verificação era realizada através da aplicação de testes, buscando-se a compreensão dos comportamentos dos sujeitos envolvidos na ação jurídica.

Nesta época, era competência do Psicólogo Judicial realizar perícias, exames criminológicos e pareceres psicológicos que eram fundamentados através dos resultados dos testes psicológicos e das entrevistas feitas com os sujeitos em conflito com a lei.

Mira y Lopes, por defender a cientificidade da psicologia na aplicação de seu saber e de seus instrumentos junto às instituições jurídicas, escreveu o “Manual de Psicologia Jurídica” (1945), que teve grande repercussão e serviu de ferramenta para avaliação e diagnóstico de criminosos e infratores. Confirmando, assim, que a psicologia poderia contribuir com o judiciário através da avaliação das condições psicológicas dos sujeitos envolvidos em um processo jurídico, com a finalidade de dar subsídio às decisões judiciais. Portanto, o trabalho do psicólogo consistia, na época, em detectar a mentira; descobrir causas subjetivas para desvio de normas sociais; indicar técnicas para alteração do comportamento anormal; classificar as pessoas (conforme hereditariedade, caráter, constituição física e psíquica); avaliar condições de discernimento ou sanidade mental das partes; determinar a periculosidade dos indivíduos.

Para a psicóloga e psicanalista Rauter (1994), esses pareceres e exames, quando realizados dentro das penitenciárias e hospitais psiquiátricos penais, servem “para instruir processos de livramento condicional, comutação de penas, indulto e, freqüentemente, para avaliar se um detento pode *sair da cadeia ou não*, se ele pode retornar ao chamado convívio social, se ele merece uma progressão de regime etc.” Seus estudos revelaram que “a maior parte do conteúdo destes laudos era bastante preconceituoso, estigmatizante e nada tinha de científico... Os laudos repetiam os preconceitos que a sociedade já tem com relação ao criminoso, com relação a alguém que vai para a prisão” (Rauter,1994:21) e que contribuíam para prolongar as penas dos criminosos.

Silva (1994) salienta que os laudos e informações que eram dados em relação às crianças e jovens que eram levados para os centros de triagem para serem

observados, diagnosticados e enviados aos internatos e reformatórios, acabavam facilitando a segregação, a exclusão, dos mais vulneráveis. E, como ressalta Verani (1994:14), os instrumentos oferecidos pela psicologia tinham um uso que favorecia a eficácia do controle social e reforçava a natureza repressora que está inserida no direito, ao invés de garantir as liberdades e os direitos fundamentais dos indivíduos.

A psicologia Criminal surge como a ciência humana que tinha o saber que viria dar conta do estudo da relação entre o crime e o criminoso, ou como bem coloca Oliveira (1992, p. 31) “as causas (fatores determinantes) da criminalidade, bem como a personalidade e a conduta do delinqüente e a maneira de ressocializá-lo”. Muitos autores descrevem como seria um delinqüente, porém, destacar-se-á a versão de Lombroso, psiquiatra, pai da criminologia, criador da antropologia criminal (ciência que estuda a relação entre as características físicas do indivíduo e a criminalidade) e da Psicologia do delinqüente, que diz que o delinqüente é insensível, valente (e às vezes, covarde), inconstante, presunçoso, cruel e se caracteriza por uma tendência a entregar-se à bebida, ao jogo e às mulheres.

É com base na idéia defendida por Cohen (1996, p.10) de que “melhor do que procurar rotular ou classificar ‘tipos criminosos’ seria procurar estabelecer possíveis relações entre uma condição humana, em um determinado contexto, com a prática de ilicitudes” que se define ponto central de investigação da Psicologia Jurídica.

Nesta perspectiva, Liene (2008) assevera que a Psicologia Jurídica abrange as seguintes áreas de atuação:

- Psicologia Jurídica e as Questões da Infância e Juventude (adoção, conselho tutelar, criança e adolescente em situação de risco, intervenção junto a crianças abrigadas, infração e medidas Sócio-educativas);
- Psicologia Jurídica e o Direito de Família (separação, paternidade, disputa de guarda, acompanhamento de visitas);
- Psicologia Jurídica e Direito Civil (interdições, indenizações, dano psíquico);
- Psicologia Jurídica do Trabalho (acidente de trabalho, indenizações, dano psíquico);
- Psicologia Jurídica e o Direito Penal (perícia, insanidade mental e crime, delinqüência);

- Psicologia Judicial ou do Testemunho (estudo do testemunho, falsas memórias);
- Psicologia Penitenciária (penas alternativas, intervenção junto ao recluso, egressos, trabalho com agentes de segurança);
- Psicologia Policial e das Forças Armadas (seleção e formação da polícia civil e militar, atendimento psicológico);
- Mediação (mediador nas questões de Direito de Família e Penal);
- Psicologia Jurídica e Direitos Humanos (defesa e promoção dos Direitos Humanos);
- Proteção a Testemunhas (existem no Brasil programas de Apoio e Proteção a Testemunhas);
- Formação e Atendimento aos Juízes e Promotores (avaliação psicológica na seleção de juízes e promotores, consultoria e atendimento psicológico aos juízes e promotores);
- Vitimologia (violência doméstica, atendimento a vítimas de violência e seus familiares);
- Autópsia Psicológica (avaliação de características psicológicas mediante informações de terceiros).

O presente artigo refere-se ao projeto de pesquisa Cidadania no Cárcere: humanizando a vida carcerária no Vale do Gortuba, realizado por professores e acadêmicos do curso de Direito e Serviço Social da Faculdade do Vale do Gortuba/MG, no sentido de conhecer a realidade do sistema penitenciário de Janaúba/MG e apontar proposta de humanização, destacando neste artigo as práticas da psicologia, principalmente, no que tange a psicologia penitenciária e como o psicólogo, fazendo parte de uma equipe multidisciplinar pode contribuir para a humanização na vida carcerária.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (2002, p. 44), “é uma pesquisa desenvolvida com base em material já elaborado, constituído em livros e artigos científicos”. Em seguida

foi feita a pesquisa documental analisando os processos dos encarcerados do sistema prisional de Janaúba – SUAPI. Posteriormente, foi feita a pesquisa de campo, buscando o levantamento de dados, através de entrevistas e questionários junto a 20% da população carcerária, que totalizou a população de amostra de 23 presos. Para Gil (2002), o levantamento caracteriza-se pela interrogação direta sobre os dados e/ou comportamentos que se quer conhecer.

Utilizou-se formulário semiestruturado, elaborado com perguntas abertas, fechadas e semiabertas. Por fim, foram tabulados e analisados os dados a partir de uma abordagem quantitativa e qualitativa. A análise dos dados foi elaborada a partir do referencial teórico e do conteúdo das respostas dos entrevistados.

A pesquisa observou os princípios éticos, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética da FUNORTE, protocolo nº 01293/10.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Diante do papel do psicólogo judiciário, baseado nas atribuições delineadas pela Psicologia Penitenciária tais como: acompanhar juntamente com outros profissionais os presos que tiveram penas alternativas, intervir junto ao recluso através da escuta, realizar um trabalho com os egressos, também em conjunto com outros profissionais; além de trabalhar com os agentes de segurança.

Percebe-se que esse é um trabalho multidisciplinar e para tanto é necessário que os profissionais discutam, a todo o momento, os casos que lhes são apresentados. Portanto, em muitas ações descritas acima é necessária a participação de outros profissionais.

Mediante a análise dos resultados apresentados pela pesquisa, mais precisamente de um deles, as reincidências, vamos propor uma discussão. Num universo de 29 entrevistados, sendo este 20% da população carcerária, 13 deles são reincidentes e reincidem por mais de uma vez. A maior parte deles tem faixa etária entre 20 a 30 anos, Conforme gráfico abaixo:

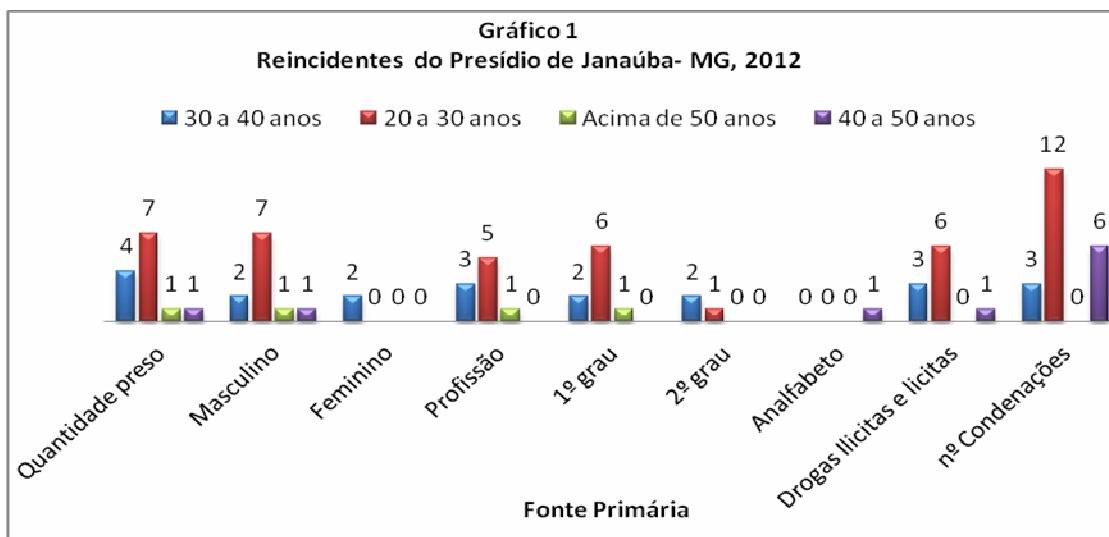


Gráfico 1-reincidentes do presídio de Janaúba –MG, 2012

Fonte: pesquisa documental

Diante deste contexto, cabe questionar sobre tantas reincidências. Seria estas apenas a escolha do sujeito; o tratamento oferecido pelas instituições carcerárias; meio onde este sujeito está inserido, ou a família. Enfim, o objetivo aqui não é responsabilizar esse ou aquele pela reincidência destes presos, mas propor uma discussão o assunto.

Quando uma pessoa, institucionalizada, é encaminhada a um profissional dentre eles, o psicólogo, normalmente este indivíduo acha que precisa provar alguma coisa, seja sua inocência, sua sanidade mental, sua verdadeira intenção, seu interesse, sua vitimização, entre outros. Para alguns a resposta a ser dada tem a finalidade de convencer; para outro o que cabe é a recusa, em todos os sentidos: ser escutado, falar, ser acolhido... Esta recusa acaba demonstrando a resistência do sujeito aos discursos que o avaliam e normatizam. O que torna comum na fala dos entrevistados é reproduzirem o que se encontra escrito no processo.

Sendo assim, cabe ao psicólogo penitenciário adotar posturas que possibilite uma escuta clínica, e para isso não cabe negar que não tem conhecimento do que consta no processo, que os mesmos não foram lidos, mas que naquele momento, momento que podemos chamar de acolhimento, o sujeito seja convidado a falar o que quiser o que tiver vontade. Pois, sabe-se que o trabalho do psicólogo dentro destas instituições muitas vezes é pautado apenas na perícia, no relatório, na entrevista.

A escuta clínica para Freud, como nos mostra Kastrup (2007), exigiria uma espécie de atenção flutuante, uma vez que o perigo da focalização da atenção do analista é que essa “concentração” o levaria a negligenciar aspectos fundamentais – e

mais, o levaria a “descobrir o que já sabe” (Freud apud KASTRUP, 2007, p. 1). A atenção flutuante em Freud consistiria num esforço em manter a atenção numa espécie de mobilidade, o não privilégio a priori de elementos da fala do paciente, uma abertura que implica abrir mão de preconceitos. Mesmos sabendo que ao final da entrevista, o psicólogo precise fazer um relatório ao juiz, que esta questão (relatórios) seja secundária e não primária. É preciso que os atendimentos psicológicos não sejam direcionados. E a escuta também não seja limitada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicologia possibilita ao profissional perceber o sujeito em todos os seus aspectos e em todos os contextos onde está inserido, e de que maneira estes influenciam em seu comportamento.

A participação de professores e alunos, de cursos diferentes, nesse projeto de pesquisa Cidadania no Cárcere: humanizando a vida carcerária no Vale do Gortuba, contribuiu para uma discussão rica em questionamentos, descobertas, estudos e transformações.

Pela vivência e convivência, no desenrolar das atividades, ficou evidenciado quanto o psicólogo tem a contribuir para as discussões e mudanças que serão propostas para o Sistema Prisional de Janaúba – SUAPI.

A sugestão de uma escuta clínica se deu em razão da experiência pessoal oferecer elementos que comprovam que a partir da escuta clínica, é possível fazer um levantamento diagnóstico, com possibilidades de intervenções eficientes. Pois, pela própria dinâmica do levantamento diagnóstico, pode-se mexer, organizar, desorganizar, vidas e condutas de pacientes. O sujeito é visto em suas reais e possíveis potencialidades, e não em suas insuficiências.

A integração do trabalho de vários profissionais e a constância nos procedimentos da prática clínica poderá desencadear a melhora e até a mudança operacional em todo Sistema Prisional, e conseqüentemente, nas reincidências.

Enfim, diante das atribuições conferidas ao Psicólogo, não tem como não reconhecer a importância do saber psicológico neste universo que envolve tantos sujeitos, a sociedade e também a Justiça. Contudo, se faz necessário que os profissionais sejam éticos, conscientes e criteriosos ao escutar, relatar ou elaborar um laudo e mais

ainda quando avaliar a condição psíquica e/ou saúde mental dos sujeitos envolvidos em um processo jurídico.

REFERÊNCIAS

ALTOÉ, S. (org.), **Sujeito do Direito, Sujeito do Desejo - direito e psicanálise** - Rio de Janeiro, Ed. Revinter, 1999.

BRITO, L. M. T.. **Reflexões em Torno da Psicologia Jurídica**. In: Cruz, R. M. & Maciel, S. K. & Ramirez, D. C. (Orgs.) (2005). **O Trabalho do Psicólogo no Campo Jurídico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

BRITO, L. M. Torraca de, **“Rumos e Rumores da Psicologia Jurídica”**, in: Jacó-Vilela e Mancebo (org.) **“Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos”**, Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1999.

COHEN, C. et al. **Saúde Mental, Crime e Justiça**. São Paulo: EDUSP, 1996.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1983.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KASTRUP, V. **O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo**. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 1, p. 15-22, 2007.

LIENE, M.L. <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/parnaiba/arquivos/files/rded2ano1_artigo11_Liene_Leal.PDF . Acesso em novembro de 2010.

MIRA Y LOPEZ, E. **Manual de Psicologia Jurídica**. 2. ed. São Paulo: Impactus, 2008.
OLIVEIRA, F. A. de. **Manual de Criminologia**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1992.

RAUTER, C. - **“Só Kafka Explica” em: Brito, L. Torraca (org.)- “Psicologia e Instituições de Direito: a prática em questão”**, Rio de Janeiro, CRP-RJ /Comunicarte, 1994.

SILVA, D.M.P. **Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro: a interface da psicologia com direito nas questões de família e infância**. São Paulo - Casa do Psicólogo, 2003.

SOUZA VERANI, S. - **“Alianças para a Liberdade” em: Brito, L. Torraca (org.) “Psicologia e Instituições de Direito: a prática em questão”**, Rio de Janeiro, CRP-RJ /Comunicarte, 1994.

PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E A META 2 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA NA COMARCA DE MONTES CLAROS/MG

Cynara Silde Mesquita Veloso²²

Ludiana Martins Silveira²³

RESUMO

O presente artigo primou examinar as causas de morosidade no julgamento dos processos catalogados como Meta 2 pelo Conselho Nacional de Justiça e que permaneceram sem solução no ano de 2009 nas varas de fazenda, nas vara cíveis, na varas criminais e nas varas de família da Comarca de Montes Claros. Assim sendo, a pesquisa analisou os processos catalogados nas varas cíveis, criminais, de fazenda e de família ajuizados até 31/12/2005 e que não foram julgados até 2009. Na atualidade, o maior problema que o cidadão enfrenta com relação ao acesso à justiça diz respeito a morosidade da prestação da tutela jurisdicional. Apesar de que o Artigo 5º, inciso LXXVII da Constituição Federal, estabeleça que o processo tenha uma duração razoável, tendo inclusive elevado o direito de acesso à justiça à categoria de direitos e garantias fundamentais, os Tribunais Brasileiros ainda não conseguiram a necessária celeridade na tramitação dos processos. Assim, a motivação para a realização da pesquisa fundamentou-se na insatisfação dos jurisdicionados com a prestação jurisdicional pelo Poder Judiciário. O que se pretendeu com o presente trabalho foi realizar um estudo científico, baseado na teoria do conhecimento objetivo e que possibilitasse estudar as causas da morosidade da prestação jurisdicional em Montes Claros. Para posteriormente, apresentar soluções para que o processo tenha uma duração razoável. Utilizou-se do método quanti-qualitativo e do método de procedimento indutivo. Além das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Além da tabulação dos dados. A pesquisa, em termos gerais, aponta que além da falta de recursos materiais, tecnológicos e humanos, os processos demoraram mais que o razoável pelo comportamento dos atores envolvidos na prestação jurisdicional, quais sejam: o comportamento das partes e advogados, o comportamento do órgão judiciário (juiz e secretaria) e a complexidade da causa. Ao longo da pesquisa, observou que muitas vezes as pessoas querem encontrar um culpado para a demora na entrega da prestação jurisdicional e até mesmo mensurar o fato que mais contribui para essa morosidade. Porém, a pesquisa apontou que não existe um único fator, mas todos os fatores citados inicialmente acabaram por contribuir para o não julgamento desses processos. Assim, esses fatores têm contribuído em maior ou menor escala para essa demora na prestação jurisdicional.

Palavras-chave: Razoável duração do processo, Comarca de Montes Claros e Meta 2 do TJ/MG

²² Professora Autora e coordenadora da Pesquisa. Doutora em Direito Processual pela PUC minas, mestre em Ciências Jurídico-Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do curso de Direito da FAVAG. Coordenadora do projeto Cidadania no Cárcere: humanizando a vida carcerária no Vale do Grotuba. Professora e coordenadora do curso de Direito das faculdades integradas Pitágoras de Montes Claros. Professora do curso de Direito da UNIMONTES.

²³ Discente Coautora da pesquisa. Do 9º período de Direito pela Unimontes e bolsista da FAPEMIG.

ABSTRACT

This article has excelled examine the causes of delays in the trial of cases categorized as Target 2 by the National Council of Justice and that remained unsolved in 2009 in the sticks farm, stick in civil, criminal courts and the family courts in the District Montes Claros. Thus, the research examined the processes cataloged in the civil courts, criminal, and family farm filed until 31/12/2005 and have not been tried until 2009. Currently, the biggest problem facing citizens regarding access to justice concerns slowness by courts. Although Article 5, paragraph LXXVII of the Federal Constitution states that the process has reasonable length, and even raised the right of access to justice to the category of fundamental rights and guarantees, the Brazilian Courts have not yet achieved the necessary speed in processing processes. Thus, the motivation for the research was based on dissatisfaction with jurisdictional adjudication by the judiciary. What was intended with this work was a scientific study, based on the theory of objective knowledge that would enable studying the causes of delays in adjudication of Montes Claros. To subsequently provide solutions for the process to have a reasonable duration. We used quantitative and qualitative method and the method of inductive procedure. In addition to the technical literature and documents. In addition to the data tabulation. The research, in general terms, points out that besides the lack of material resources, technological and human processes took longer than reasonable for the behavior of the actors involved in adjudication, namely: the behavior of the parties and lawyers, the behavior of the organ judiciary (judge and secretary) and the complexity of the case. Throughout the research, obsevou that people often want to find a culprit for the slow delivery of the provision juirsdicional and even measure the fact that most contributes to this slowness. However, the survey indicated that there is a single factor, but all the factors mentioned initially ended up not contribute to the judgment of these processes. Thus, these factors have contributed to a greater or lesser extent to the delay in adjudication.

Keywords: *Average length of proceedings, the District of Montes Claros and Goal 2 TJ /MG*

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve por objetivo investigar as causas que levaram os processos da Meta 2 ficarem sem solução depois da ampla campanha empreendida pelo Conselho Nacional de Justiça e do esforço desenvolvido pelos juízes e servidores. Assim, com o intuito de atingir o objetivo proposto buscou-se investigar os fatores que impossibilitaram que os processos intitulados de Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça, na Justiça Comum da Comarca de Montes Claros, não foram julgados até 2009. Para tanto, foram analisados os processos das varas de famílias, das varas de Fazenda, das varas cíveis e das varas criminais da Comarca de Montes Claros.

O roteiro elaborado para a realização da pesquisa processual possibilitou analisar quais dos seguintes fatores contribuíram para a demora na prestação jurisdicional em Montes Claros: o comportamento das partes e de seus advogados, o comportamento do órgão Judiciário (1º grau), o comportamento do órgão Judiciário (2º grau), o comportamento do órgão Judiciário (secretária) e a complexidade de causa.

O amplo acesso à jurisdição está garantido pelo artigo 5º, inciso XXXV da Constituição da República. Nesse sentido, Leal assevera “o acesso à jurisdição faz-se pelo direito-de-ação criado pela norma constitucional como direito incondicionado de movimentar a atividade jurisdicional do Estado.” (LEAL, 2004, P. 79)

Por sua vez, a constituição também estabelece que a atividade jurisdicional deve ocorrer em tempo hábil, sem dilações indevidas. A Constituição da República Federativa do Brasil em seu Artigo 5º, inciso LVXXIII, assegura “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

A morosidade na prestação jurisdicional tem gerado insatisfações da comunidade jurídica com o Judiciário. Em dezembro de 2009, o Conselho Nacional de Justiça registrou que foi a principal reclamação dos cidadãos, no mês de dezembro de 2009, das 1.012 (hum mil e doze) reclamações, 379 (trezentos e setenta e nove) diziam respeito à morosidade dos processos. (www.cnj.jus.br).

No 2º Encontro Nacional de Magistratura, realizado na cidade de Belo Horizonte em 16 de fevereiro de 2009 foram traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça dez metas que o Judiciário deveria atingir em 2009, com o intuito de proporcionar maior celeridade processual, possibilitar maior acesso à justiça e de prestar um serviço jurisdicional de qualidade à comunidade jurídica.

Essas foram as metas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça para o Poder Judiciário:

Desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de 05 anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial. 2. **Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores).** 3. Informatizar todas as unidades judiciárias e interligá-las ao respectivo tribunal e à rede mundial de computadores (internet). 4. Informatizar e automatizar a distribuição de todos os processos e recursos. 5. Implantar sistema de gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias. 6. Capacitar o administrador de cada unidade judiciária em gestão de pessoas e de processos de trabalho, para imediata implantação de métodos de gerenciamento de

rotinas. 7. Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça. 8. Cadastrar todos os magistrados como usuários dos sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre pessoas e bens e de comunicação de ordens judiciais (Bacenjud, Infojud, Renajud). 9. Implantar núcleo de controle interno. 10. Implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias.²⁴

Conforme elencado acima, a Meta 2 tem por objetivo julgar os processos que foram distribuídos até 31/12/2005. Essa medida se coaduna com o disposto no Artigo 5º, inciso LXXXVIII da Constituição da República Federativa do Brasil, que garante uma duração razoável dos processos.²⁵ Desse modo, “o processo deve ser célere, ou seja, com duração razoável, sob pena de causar uma injustiça. Além disso, devem existir meios que garantam sua celeridade.” (SOUZA, 2005, p. 53).

Assim, verifica-se que a meta 2 do Conselho Nacional de Justiça foi idealizada com o intuito de garantir uma duração razoável ao processo. Conforme esclarece NEVES, “o processo deve ter uma duração razoável, sob pena de se tornar inócua uma decisão tardia. O direito ao prazo razoável significa adequação temporal da jurisdição, mediante processo sem dilações indevidas, eis que o acesso à jurisdição envolve o direito de obter do Estado uma decisão jurisdicional em prazo razoável”. (NEVES, 2006, P.55)

Desse modo, a Meta 2 foi pensada, com o intuito de solucionar as dilações indevidas do processo. Nessa linha de ideias, Dias esclarece que:

[...] são consideradas dilações indevidas todas as situações pura e simples de inércia absoluta dos órgãos jurisdicionais, ineficientes e impulsionar os atos do processo nas suas diferentes fases, além dos atrasos e delongas causados ao processo pelos próprios órgãos jurisdicionais, ineficientes em impulsionar os atos do processo nas suas diferentes fases, além dos atrasos e delongas, causados ao processo pelos próprios órgãos jurisdicionados, não cumprindo os prazos estabelecidos nos ordenamentos processuais, os injustificados prolongamentos das chamadas etapas mortas do processo, que separam a realização de um ato processual do outro imediatamente seguinte, sem subordinação a um lapso temporal previamente fixado. (DIAS, 2004, p. 195).

Ao tratar sobre o tema dilações indevidas, Tucci salienta que as dilações indevidas dizem respeito ao alargamento das etapas mortas do processo, em desatendimento ao lapso temporal fixado em lei e independente da vontade das partes e de seus procuradores, ou seja, em decorrência a inércia dos órgãos jurisdicionais.

²⁴ Disponível em www.cnj.org.br.

²⁵ “LXXXVIII- a todos no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.”

(TUCCI, José Rogério Cruz. Garantia a prestação jurisdicional sem dilações indevidas como corolário do devido processo legal, p. 74).

Para que o processo tenha uma duração razoável é importante que o Estado estruture os seus órgãos a fim de que os juízes possam cumprir seus prazos. Nesse diapasão, Dias enfatiza que obviamente, não se pode obter eficiência na prestação jurisdicional, se o juiz, sob sua direção possui 6.000 ou 4.200 processos em curso, como ocorre, por exemplo, nas Comarcas de Coromandel e de João Pinheiro, Minas Gérias, segundo noticiou o Jornal de Minas, em sua edição de 26/04/2004. Daí a nova recomendação constitucional, ora examinada, no sentido de que o número de juízes seja proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população (artigo 93, inciso XIII). (Dias, Ronaldo Brêtas de Carvalho. **A reforma do judiciário e o princípio do devido processo legal e da eficiência**, p. 117). Desse modo, surge a necessidade de se investigar as causas da demora na prestação jurisdicional, em especial, nos processos identificados como Meta 2.

Ao estudar as causas da crise de operacionalidade do Judiciário, Souza divide-as em quatro grupos: as causas operacionais, as estruturais, as conjunturais e as orgânicas. (SOUZA, 2000, p. 21.). As causas operacionais da crise do Judiciário relacionam-se aos direitos emergentes com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. As causas estruturais estão relacionadas à estrutura do Judiciário, à quantidade dos juízes e qualificação. Quanto às causas conjunturais, são aquelas relacionadas ao excesso de litigiosidade. Por fim, as causas orgânicas são aquelas intrínsecas à movimentação do processo.

Já Calmon de Passos estuda a crise de operacionalidade do Judiciário sob quatro perspectivas: Falar sobre crise do Judiciário é algo que comporta mais de uma abordagem. É possível inseri-la na crise mais ampla do próprio modelo de Estado em que ele se insere. Pode, outrossim, configurar-se como uma que lhe seja específica, localizada no processo constitucional de produção jurisdicional do direito ou na institucionalização dos agentes políticos por ele responsáveis, como pode simplesmente ser um problema menor, relacionado com os problemas adotados naquele processo constitucional já referido. A primeira, com implicações que extrapolam do que é próprio da função jurisdicional. A segunda, de matriz estritamente constitucional, condicionadora de todos os demais problemas processuais e sua causa mais relevante. A terceira, ainda passível, em parte, de apresentar matrizes constitucionais, porque pertinente à organização judiciária, localizada, entretanto, no mais significativo, no

espaço da legislação infraconstitucional. A quarta de pequena relevância e de fácil superação, porque toda ela de natureza infraconstitucional e dizendo respeito apenas a procedimentos. Em nosso país, todas elas convivem, sendo que a primeira, a mais grave, tem sido de todo descurada. A segunda, de difícil solução sem que a primeira seja resolvida, mas passível de ser minorada em seus aspectos mais graves, também é ignorada. A terceira, ainda penosa, pela camisa de força em que a colocou a nossa “indigestão constitucional”, fez-se tão grave quanto a segunda e tem sido, tanto quanto ela, desconsiderada, merecendo apenas referências marginais. A quarta, porque irrelevante, tornou-se a “bola da vez”, servindo com pretexto para o encobrimento das três primeiras, permitindo que delas não cuidemos.²⁶

Por outro lado, Cruz Júnior ao investigar as causas da morosidade judicial deixa de lado a classificação utilizada pela maioria dos estudiosos e se limita a apresentá-las separadamente ao lado de propostas de soluções e críticas. O autor estuda as seguintes causas: 1) A inflação processual e a deficiência quantitativa e material dos órgãos jurisdicionais, 2) Excesso de formalismo, 3) A inflação legislativa, 4) Os próprios magistrados, 5). A final, de sua pesquisa conclui que faz-se necessário a implantação de políticas públicas para aparelhar humana e materialmente o Judiciário para prestar um serviço público de qualidade e mais eficiente. (CRUZ JÚNIOR, p. 15).

A pesquisa aponta que não existe um culpado para a crise de operacionalidade do Judiciário, mas, que vários fatores têm contribuído para a demora na entrega da prestação jurisdicional. Após detectadas as causas da demora na prestação jurisdicional buscou-se também apontar algumas propostas alternativas para a crise de operacionalidade do Judiciário e que foram apresentadas nos artigos produzidos pelos acadêmicos sob a orientação dos professores e divulgado para a comunidade acadêmica através dos seminários realizados.

2. METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa optou-se pelas abordagens quantitativas e qualitativas. Segundo Minayo (2010), as pesquisas qualitativas e quantitativas, não se opõem, ao contrário se completam, pois a realidade abrangida por elas se interagem dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. A metodologia escolhida para alcançar

²⁶CALMON DE PASSOS, José Joaquim. A crise do Poder Judiciário e as reformas instrumentais: avanços e retrocesso. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**, 2006, p. 1-2.

os objetivos propostos será a pesquisas quantitativas e qualitativas. Na realidade, ainda segundo Minayo (2002), as pesquisas qualitativas e quantitativas, não se opõem, ao contrário se completam, pois a realidade abrangida por elas se interagem dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

Desse modo, enquanto a qualitativa responde à questões particulares e se preocupa com o aprofundamento da compreensão de um grupo social e com o nível de realidade que não pode ser quantificado, a pesquisa quantitativa representa o espaço científico com dados métricos e abordagens experimental hipotético-dedutiva e verificatória.

A pesquisa também utilizou-se do método de abordagem indutivo, ou seja, a partir de análise dos processos catalogados como Meta 2 pelo Conselho Nacional de Justiça nas varas de Fazenda Pública, nas varas Cíveis, nas varas de Famílias e nas varas Criminais da Comarca de Montes Claros chegou-se a uma conclusão geral acerca das causas da morosidade dos processos judiciais no Brasil.

Em Montes Claros existem, atualmente, cinco varas Cíveis, três varas de Família, duas varas criminais e duas varas de Fazenda Pública. Assim, com o intuito de investigar as causas da morosidade na prestação jurisdicional nos processos relativos aos processos da Meta 2 e que ficaram sem solução, o presente projeto foi dividido em quatro módulos:

Módulo 1- A meta 2 nas varas de Fazenda Pública da Comarca de Montes Claros.

Módulo 2- A meta 2 nas varas Cíveis da Comarca de Montes Claros.

Módulo 3- A meta 2 nas varas de família da Comarca de Montes Claros.

Módulo 4- A meta 2 nas varas Criminais da Comarca de Montes Claros.

Com relação às técnicas de pesquisas foram utilizadas as seguintes: bibliográfica, processual, Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema proposto. Após foi realizada uma pesquisa da legislação pertinente, em especial da Emenda Constitucional n.45/2004 e da legislação infraconstitucional ao tema.

Depois, foi realizada um pesquisa processual nos processos catalogados como Meta 2 na Comarca de Montes Claros. Para operacionalização da pesquisa processual foram recrutados acadêmicos voluntários, que sob a orientação do professores orientadores, foram responsáveis pela análise processual e pelo preenchimento dos formulários que possibilitaram conhecer as causas da morosidade na prestação processual nos processos identificados como Meta 2.

Em seguida, os dados colhidos foram tabulados. Posteriormente, os dados foram analisados simultaneamente com a teoria proposta. Em seguida, foram elaborados artigos que abordem as causas de morosidade dos processos do Meta 2. Os resultados da pesquisa foram divulgados nos Seminários realizados pelo próprio projeto e na VII Mostra Científica do Curso de Administração e áreas afins da UNIMONTES.

Após o conhecimento teórico, prático, análise e interpretação dos dados, foram elaboradas propostas/sugestões que possam colaborar para uma prestação jurisdicional em tempo hábil.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O sistema penal teve sua legitimação nos séculos XVIII e XIX. Essa por sua vez, era sustentada na legalidade e na visão utilitarista da pena. Com base na legalidade, o poder de punir do Estado era fundamentado na lei e pelo discurso de defesa social. Já a legitimação baseada na utilidade objetivava a proteção de bens jurídicos e atribui à pena a prevenção do delito e a ressocialização do criminoso. (ANDRADE, 1987, p. 182). Segundo dados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais foram julgados 1.240 (hum mil e duzentos quarenta) processos catalogados como Meta 2 até março de 2012. Apesar do Conselho Nacional de Justiça divulgar que em 2010 foram julgados 44% dos processos do Meta 2 ainda há processos que não foram julgados. (www.cnj.jus.br)

Nas 1ª e 2ª varas de famílias da Comarca de Montes Claros existem 724 (setecentos e vinte e quatro) processos em andamento, sendo trezentos e oitenta e cinco da 1ª Vara de Família e trezentos e trinta e nove da 2ª Vara de Família. Desses processos, 106 (cento e seis) foram catalogados como Meta 2, tendo sido os processos analisados pelos acadêmicos e professores. Esses processos representam 14,64% da totalidade dos processos em tramitação.

A pesquisa realizada nas Varas de Família na Comarca de Montes Claros apontou que a Meta 2 foi cumprida parcialmente, uma vez que dos 339 processos que se encontravam em julgamento na 2ª Vara de Família da Comarca de Montes Claros, foram julgados apenas 168 processos e 171 processos ainda encontram em andamento. Ainda, a pesquisa identificou que a maior parte desses processos são ações de inventário. (MORAIS E SÁ et all, 2012).

Dentre os fatores que contribuíram para a morosidade da prestação jurisdicional Moraes e Sá (2012) citam: a grande demanda judicial, excesso de

formalidades e burocratização, mentalidade dos operadores jurídicos, o processo de comunicação, a estrutura legislativa, a estrutura, deficiências financeira, de pessoal, de material e organizacional. (MORAIS E SÁ et all, 2012, p. 10). Ainda, os mesmos autores destacam que o maior problema diz respeito estrutura, sendo necessária uma mudança estrutural para superar essa crise de operacionalidade do Judiciário. Eles salientam que “não se pode adotar somente às partes ou servidores públicos a culpa pela morosidade do Judiciário.” (MORAIS E SÁ et all, 2012, p. 11).

No caso específico das ações de inventário constatou-se que a morosidade na tramitação processual relaciona-se com o não cumprimento de prazos pelos interessados beneficiários do inventário. Nesse sentido, Moura et all apontam “em 54 dos processos analisados, houve descumprimento dos prazos por esses de forma parcial, representando 51% do total. Observou-se que em apenas 32 dos processos (30,8%) as partes e seus advogados cumpriram rigorosamente os prazos.” (MORAIS E SÁ et all, 2012, p. 11).

Dos processos catalogados como Meta 2, ou seja, dos 106 (cento e seis) processos, 11 são ações de execução de alimentos, isso representa 10,37% (dez vírgula trinta e sete por cento) dos processos analisados. Moura et all apontam que apesar de ser um conjuntura de fatores que levam à demora na prestação jurisdicional a atuação das partes, principalmente, no que diz respeito à movimentação processual contribui para a demora na prestação jurisdicional: Após a análise minuciosa dos processos de execução de alimentos atinentes à pesquisa, observou-se que não é a documentação juntada aos autos e tampouco a narração dos fatos que obstam a efetiva prestação jurisdicional em um tempo razoável. Em regra, as documentações acostadas fora adequadas ao pedido que ora se requereu (10 processos com documentação adequada e apenas 1 com a mesma incompleta). No que toca à narração dos fatos nas peças processuais, com unanimidade as narrativas foram claras e pertinentes. Partindo-se para a ótica temporal, verificou-se que das 11 (onze) execuções *in casu*, 8 (oito) ficaram sem movimentação por mais de 100 dias na 1ª instância e 3 (três) por tempo superior a 60 (sessenta) dias e inferior a 90 (noventa). Numa linha objetiva, pode-se asseverar que o processo executivo, via de regra, não demanda maior dilação probatória, vez que o título constituído da dívida assim já o fora. (MOURA et all, 2012)

Nas varas criminais foram analisados 10 processos do Meta 2, sendo que com relação ao comportamento das partes observou-se que: 60% sessenta por centos dos processos apresentavam documentação adequada, 20% possuía documentação

excessiva e 20% apresentavam documentação incompleta. Com relação à narração dos fatos: 90% por cento apresentava documentação clara e 10% por cento possuía documentação prolixa. Já com relação aos pedidos formulados 100% apresentaram pedidos adequados.

Por sua vez, com relação ao cumprimento de prazos: apenas 10% cumpriram todos os prazos, 60% cumpriram parcialmente os prazos e 30% não cumpriram os prazos. Com relação ao comportamento do órgão judiciário (Juiz -1ª instância) a pesquisa apontou que ao proferir despachos em 70% dos casos, o juiz cumpriu os prazos, nas decisões interlocutórias houve cumprimento de prazos em 60% dos processos. Já nas sentenças, o juiz não cumpriu o prazo em 50% dos processos, em 30% não houve sentença e apenas em 20% houve cumprimento de prazos pela secretária. Ainda com relação ao órgão judiciário (1ª instância), analisando o comportamento da secretaria verificou-se que em 50% dos casos não houve cumprimento dos prazos pela secretaria nas conclusões dos processos e em 60% a secretaria não cumpriu os prazos para as publicações.

Além desses dados, a pesquisa apontou que 70% por cento dos processos ficaram mais de 100 dias sem movimentação em 1ª instância. Essa é a denominada etapa morta do processo. Com relação à complexidade, verificou-se que 90% dos processos criminais não demandaram dilação probatória, que 50% demandaram prova pericial. Com relação aos processos que demandaram perícia apenas 20% interferiram na tramitação do processo. Ainda, em apenas 20% dos processos que foram realizadas perícias houve adiantamento de honorários periciais. E apenas 20% dos litigantes estavam amparados pela assistência jurídica gratuita.

A partir dos dados coletados nas varas criminais pode-se inferir que o órgão judiciário de 1ª instância (secretaria e juiz) e as partes acabaram por ocasionar uma demora na prestação jurisdicional e que a complexidade da causa pouco influenciou nessa demora.

A partir da pesquisa realizada nas varas criminais surgiu um outro questionamento: até que ponto os inquéritos policiais interferem na duração razoável do processo nas varas criminais de Montes Claros? A pesquisa realizada por Nunes *et all* (2012) salienta que apesar do inquérito não fazer parte do processo, ele influencia o processo, uma vez que ele constitui as provas preliminares e indica o provável autor do crime.

E sobre o tema Nunes *et all* esclareceram que foi criado pelo governo através da ENASP uma meta, que tinha por objetivo julgar todos os inquéritos antes de dezembro de 2007 relativos a homicídios dolosos. Todavia, em 30 de abril de 2012, verificou-se que dos 143.368 inquéritos apenas 20% foram concluídos. O Inqueritômetro responsável por mensurar a andamento da Meta 2 do CNJ no Estado de Minas Gerais aponta que o Estado de Minas Gerais “está em último lugar, com apenas 3,2% da meta concluída, enquanto o Acre ocupa o 1º lugar, com 100% da meta concluída”. (NUNES *et. all*, p.7).

Ainda, os mesmos autores esclarecem que, foi criado para acompanhar também a evolução dos trabalhos referentes à Meta II o Diagnóstico das Investigações em Homicídios, que apontou a necessidade de um maior efetivo de policiais civis. Os dados indicam que: No Estado de Minas Gerais, por exemplo, para cada 100mil habitantes existem 57,7 policiais. [...] Outra discrepância existente em Minas é relação existente entre o número de efetivo da polícia civil e da polícia militar. Enquanto de 2003 a 2010, houve um aumento de 26% do efetivo da policia militar, na polícia civil esse aumento foi de apenas 15%. Existem em minas 4,42 policiais militares para cada policial civil. Quanto aos problemas identificados pelo Relatório do ENASP, Nunes *et all*. (2012) citam os seguintes: sucateamento de equipamentos falta de coordenação entre as policias e os órgãos da justiça, falta de capacitação, falta de fiscalização do Ministério Público sobre as policias e um reduzido efetivo policiais.

Nas Varas Cíveis da Comarca de Montes Claros foram pesquisados 28 (vinte oito) processos catalogados como Meta 2. Em Montes Claros existem 5 cinco varas cíveis. Cada vara possui em tramitação cerca de 4.000 (quatro mil) processos. De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça somente na 1ª Vara Cível em janeiro de 2012 existiam 4.051 processos em andamento e 3.933 (três mil, novecentos e trinta e três) na 2ª Vara Cível. Assim, observa-se uma demanda considerável, ou seja, cerca de 20.000 (vinte mil processos) estão tramitando nas varas cíveis da Comarca de Montes Claros. Desses, foram identificados apenas 28 processos catalogados como Meta 2.

Com relação ao comportamento das partes nas varas cíveis, a pesquisa apontou que em 82% dos processos, as partes apresentaram documentação adequada, em 89% dos processos a narração dos fatos foi clara, e 96% os pedidos formulados foram adequados. Já com relação ao cumprimento dos prazos verificou-se que em 68%

dos processos os prazos foram parcialmente cumpridos, em 14% os prazos foram parcialmente cumpridos e em 18% as partes não cumpriram os prazos.

Por sua vez, com relação ao comportamento do órgão Judiciário (Juiz – 1ª instância) nas varas cíveis, verificou-se que em 72% dos processos, o juiz ao proferir despachos cumpriu o prazo legal, em 79% ao proferir decisões interlocutórias. Já ao proferir sentença, em 35% dos processos ele cumpriu o prazo, e 22% não foi cumprido o prazo e 43% não houve sentença.

Com relação à secretaria, verificou-se que esta não tem conseguido cumprir os prazos, podendo esse fato ser atribuído ao número reduzido de servidores para atender à grande demanda. Com relação ao prazo de publicações, em 43% os prazos foram cumpridos e em 57% os prazos não foram cumpridos. Com relação ao prazo de juntada, em 39% os prazos foram cumpridos e em 61% os prazos não foram cumpridos. Com relação aos prazos de conclusões em 46% os prazos não foram cumpridos e em 54% os prazos foram cumpridos.

Com relação ao tempo em que o processo ficou sem movimentação em 1ª instância, a pesquisa aponta que 54% dos processos ficaram paralisados por mais de 100 dias, 14% dos processos ficaram paralisados de 60 a 90 dias e 32% dos processos de 30 a 60 dias.

Outro dado interessante é o relacionado à interposição de recursos, já muitos atribuem à lentidão da justiça aos recursos meramente protelatórios, haja vista que em 54% dos processos não houve recurso e em 32% ficou menos de 1 ano no Tribuna e 7% demorou mais de 1 ano e menos de 2 anos e 7% demorou mais de 2 anos e menos de 5 anos.

Já sobre a complexidade das causas, observou-se que com relação à dilação probatória mais longa: 21% dos processos apresentaram e 79% não apresentaram. Quanto à prova pericial, 46% dos processos necessitaram de prova pericial e 54% não necessitaram. E em 25% dos processos a prova pericial tem influenciado na entrega da prestação jurisdicional. Em 14% as partes adiantaram honorários periciais e em 86% dos processos elas não adiantaram. Inclusive esse tem sido um fator que tem causado atrasos na prestação jurisdicional, principalmente, nos casos de assistência judiciária.

Quanto à assistência judiciária, verificou-se que em 68% a partes não estão amparadas por assistência judiciária. Por outro lado, 32% dos litigantes são assistidos pela justiça gratuita.

Em Montes Claros existem duas varas de Fazenda Pública, sendo que existem cerca de 21.000 (vinte e um mil) processos em tramitação. Nessas varas foram identificados e pesquisados 49 processos catalogados como Meta 2.

Com relação ao comportamento das partes, a pesquisa aponta que em 90% dos processos, as partes apresentaram documentação adequada; em 94% dos processos os fatos foram narrados de forma clara e em 96% dos processos os pedidos formulados foram adequados.

Por outro lado, quanto aos prazos verificou-se que em apenas 24% dos processos as partes cumpriram todos os prazos, em 65% as partes cumpriram parcialmente os prazos e em 10% elas não cumpriram os prazos.

Com relação ao comportamento do órgão Judiciário (1ª instância – Juiz), observou-se que: e 53% dos processos o juiz observou o prazo ao proferir despachas e em 47% ele não observou o prazo. Já com relação às decisões interlocutórias em 67% o juiz cumpriu os prazos e em 39% ele não cumpriu. Já com relação às sentenças, verificou-se que em 52% não há sentença; em 27% o juiz proferiu sentenças dentro do prazo legal e em 24% ele não cumpriu o prazo legal.

Com relação ao comportamento do órgão Judiciário (1ª instância – Secretaria), a pesquisa aponta que com relação ao cumprimento de prazos pela secretaria: em 86% os processos a secretaria não observou os prazos de publicações e em 14% dos processos ela cumpriu os prazos. Já os prazos de juntada, a secretaria cumpriu os prazos em 88% e em 12% a secretaria não cumpriu todos os prazos. Já em relação aos prazos de conclusões em 82% os prazos não foram cumpridos e em 18% dos processos a secretaria cumpriu os prazos.

Com relação ao prazo em que o processo ficou sem movimentação em 1ª instância, observou-se que em 67% os processos ficaram paralisados por mais de 100 dias e 24% entre 30 e 60 dias. Sobre o tema Theodoro Júnior destaca: O que retarda intoleravelmente a solução dos processos são as **etapas mortas**, isto é, o tempo consumido pelos agentes do Judiciário para resolver a praticar os atos que lhes competem. O processo demora é pela **inércia** e não pela exigência legal de longas diligências. (TEHODORO JÚNIOR, 2004, p. 1)

A partir da pesquisa realizada nas varas de Fazenda Pública de Montes Claros observou que todos tiveram uma parcela de contribuição na demora na prestação jurisdicional: as partes, o órgão judiciário (juiz e secretária). As partes por não

observarem os prazos de forma rigorosa, o juiz e a secretária por problemas relacionados ao cumprimento de prazos.

É importante ressaltar que o número desproporcional entre o número de processos e servidores e juízes acaba levando ao descumprimento de prazos. A pesquisa aponta que em todas as varas da Comarca de Montes Claros há uma dificuldade de cumprimento de prazos pelo órgão Judiciário (juiz e secretaria). Para superar esse problema faz-se necessário implementar o que já está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil: Art. 93, XIII: o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional á efetiva demanda judicial e à respectiva população.

Ainda, é importante lembrar que muitas vezes os prazos estipulados pela legislação não são cumpridos em decorrência do volume de processos. Nesse sentido, Theodoro Júnior questiona: Que adianta fixar a lei processual um prazo de três ou cinco dias para determinado ato da parte, se, na prática a secretaria do juízo gastará um mês ou dois (e até mais) para promover a respectiva publicação no diário oficial? Que adianta a lei prever o prazo de noventa dias para encerramento do feito de rito sumário se a audiência só vem a ser designada para seis meses após o aforamento da causa, e se interposto o recurso de apelação, só nos atos burocráticos que antecedem a distribuição ao relator serão consumidos vários meses ou até anos? (TEHODORO JÚNIOR, 2004, p. 1).

Assim, para que os prazos sejam efetivamente cumpridos e que se possa eliminar as etapas mortas do processo faz-se necessário maior investimento na estrutura do Judiciário, em especial, nos recursos humanos.

Outro questionamento levantado com relação aos prazos nas varas de Fazenda diz respeito às prerrogativas da Fazenda Pública, em especial os prazos em dobro para recorrer e em quádruplo para contestar. Nesse sentido Leal destaca que é inconcebível a existência de desigualdades entre as partes que acabam por romper com as garantias constitucionais. Para ele é inconstitucional a legislação que estabelece “prazos diferentes, foros diferentes, tratamentos pessoais e funcionais diferentes, para os sujeitos do processo”. (LEAL, 2005, P. 81). O Novo Código de Processo, que ainda está em fase de elaboração, não extinguirá as prerrogativas da Fazenda Pública, mas tentará diminuí-las.

Sobre a relação entre as prerrogativas da Fazenda Pública e a morosidade na prestação jurisdicional Oliveira *et all* (2012) salientam que a pesquisa processual não permitiu concluir que há relação entre o comportamento das partes e o atraso na

prestação jurisdicional. Porém, não foi possível concluir se as prerrogativas da Fazenda Pública seriam responsáveis diretas por essa morosidade.

Por outro lado, as mesmas autoras salientam: “por meio da análise doutrinária, que traz farta discussão sobre o tema, chegou-se à conclusão de que o procedimento aplicável aos casos em que a Fazenda Pública é parte traz, em si, elementos que causam demora na prestação jurisdicional. Nesse sentido, faz-se necessário uma modificação legal, a fim de adequar à atual realidade os dispositivos atinentes ao tema”. (OLIVEIRA *et all*, 2012, p. 13).

Com relação à complexidade da causa, observou-se que 33% dos processos demandaram prova pericial, que 29% adiantaram os honorários periciais, e que em 31% dos processos, a prova pericial interferiu na tramitação do processo. Sobre a prova pericial nas varas de Fazenda Pública, Dias *et all*. destacam: [...] o Estado responsabiliza-se pelo pagamento dos honorários periciais para aqueles que possuem baixa renda, direito garantido constitucionalmente, através do artigo 5º, inciso LXXXIV. No entanto, observa-se que o Estado não tem fornecido, de maneira eficiente, condições para que a perícia seja realizada naqueles processos beneficiados pela justiça gratuita, ao repassar de forma satisfatória ao perito. Em virtude disso, os assistidos pela justiça gratuita têm, na maioria das vezes, seus processos paralisados por anos por não terem condições de arcarem com os custos deste procedimento, afastando a justiça daqueles que necessitam de sua proteção. (DIAS *et. all.*, 2012, p. 1).

Assim, no que diz respeito aos processos que aguardam a realização da prova pericial, verifica-se que o Projeto Meta 2 não atingiu seus objetivos, tendo sido essa uma das dificuldades pontuadas no relatório final do Conselho Nacional de Justiça: “problemas como a falta de perícia, a falta de um corpo de peritos, falta de peritos especializados e falta de recursos orçamentários para o pagamento.” (RELATÓRIO FINAL CNJ, p. 183).

Sobre o tema Moura e Soares (2012) apontam que o Estado deveria arcar com as custas das provas periciais, quando este se faz imprescindível para o andamento do processo, o que possibilitaria o julgamento do processo em tempo hábil e sem dilações indevidas.

Em pesquisa realizada por Tuller e Veloso, elas investigaram um instrumento que fosse capaz de compelir a Fazenda Pública a custear os honorários periciais em favor do assistido beneficiário da justiça gratuita. A pesquisa apontou que o mandado de segurança é o instrumento “adequado a exigir da Fazenda Pública a

promoção do exame pericial, mediante a antecipação do pagamento dos honorários periciais”. (TULLER & VELOSO, 2012, p. 15).

Para dar garantir uma duração razoável nos processos de execução, que tramitam na vara de Fazenda sugere-se a utilização da penhora online como medida cautelar. A penhora online foi instituída pelo Art. 655-A do CPC e é aquela em que o juiz, a requerimento do exequente, requisita à autoridade supervisora do sistema bancário informações acerca de ativos e nome do executado e determina a sua indisponibilidade. A penhora online como medida cautelar no processo de execução fiscal também auxilia na garantia da celeridade processual. Nesse sentido, Sampaio e Veloso apontam: “a penhora online é positiva por diversas razões, visto que satisfaz o exequente com maior rapidez, elimina inúmeras formalidades processuais e oportuniza um processo de resultados.” (SAMPAIO & VELOSO, 2012, p. 12).

Por sua vez, no processo falimentar, que também tramita nas varas de Fazenda, a desconsideração da personalidade jurídica contribui para a celeridade do processo falimentar. A desconsideração da personalidade jurídica estende aos sócios a responsabilidade pela empresa falida, uma vez que o direito não pode prestigiar a fraude à lei ou contra credores. Nesse sentido Mendes *et all* apontam:

Dessa forma, é justamente a técnica da desconsideração o instrumento que irá salvaguardar o princípio da autonomia patrimonial, bem como resguardar o direito dos credores no processo falimentar na medida em que permite alcançar os bens pessoais daqueles sócios que se beneficiaram do uso deturpado da personalidade jurídica, mormente quando se serve dela com o propósito de “blindar” a satisfação de terceiros. (MENDES *et all*, 2012, p. 14).

Nos casos dos processos tributários, que tramitam nas varas de Fazenda, uma alternativa seria a utilização da via administrativa como alternativa à sobrecarga judicial com eliminação de duplicidade de instâncias (administrativa e judiciária). Sobre o tema Gomes *et all*. Asseveram:

Coibir o desvirtuamento dos processos administrativos advindos da duplicidade de instâncias é medida que se faz fundamentalmente necessária, por um lado por advir de condutas cuja motivação vai de encontro aos preceitos de efetividade da justiça; por outro, por trazer um custo absolutamente escusado para a sociedade e geral, repetindo-se todos os meios de prova já produzidos e devidamente apreciados na instância administrativa. (GOMES *et. all*, 2012, p. 15).

Diante dos inúmeros fatores que contribuem para a morosidade na prestação jurisdicional, conclui-se que não existe uma única solução para que o processo tenha uma duração razoável. Todavia, fica evidente pela pesquisa realizada na Comarca de Montes Claros a necessidade de políticas públicas para aparelhar humana e materialmente o Judiciário.

Em estudo realizado por Oliveira *et all*, eles apontam que a implementação eletrônica “pode ser considerado um importante passo para ampliar o cumprimento dos prazos no Judiciário ao eliminar as fases mortas do processo, ampliar o acesso das partes e proporcionar agilidade.”. (OLIVEIRA *et all*, 2012, p. 8).

Outra solução para a morosidade seria a criação de um quadro de peritos permanente. Ainda, o Tribunal de Justiça poderia firmar convênios com as Universidades, que possuam projetos de extensão de perícias, para realização de perícias nas diversas áreas, como já ocorre atualmente com a realização do exame de DNA.

A adoção de medidas alternativas de solução de litígio como a mediação e a arbitragem também poderiam ajudar a desafogar o Judiciário. Sobretudo, é importante uma maior participação da comunidade, que deve ser ouvida acerca das soluções para a morosidade da prestação jurisdicional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Em 2009, o objetivo da Meta 2 era identificar e julgar todos os processos judiciais distribuídos (em 1º, 2º graus ou tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2005. Essa foi a determinação constante da Meta de Nivelamento 2, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Neste ano, a Meta 2 propõe julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e de competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007.

De acordo com dados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o total geral de processos julgados da Meta 2 pelo TJMG de Agosto a Novembro/09 alcançou 61.550 processos. Se computados os julgamentos desde o início de 2009, o total de processos julgados na Justiça Comum será de 75.935, ou seja, 43% da Meta.

Por sua vez, o presente projeto de pesquisa buscou identificar os fatores que impossibilitaram o julgamento dos processos catalogados como Meta 2 na Comarca de Montes Claros. Para melhor delimitação do objetivo proposto foram analisados os processos das varas cíveis, das varas criminais, das varas de fazenda e das varas de família da Comarca de Montes Claros.

Ao longo da pesquisa, observou que muitas vezes as pessoas querem encontrar um culpado para a demora na entrega da prestação jurisdicional e até mesmo mensurar o fato que mais contribui para essa morosidade. Porém, a pesquisa apontou que não existe um único fator, mas todos os fatores acabaram por contribuir para o não julgamento desses processos, quais sejam: o comportamento das partes e advogados, o comportamento do órgão judiciário (juiz e secretaria) e a complexidade da causa. Assim, esses fatores têm contribuído em maior ou menor escala para essa demora na prestação jurisdicional.

As partes apesar de apresentar na maioria das vezes documentação adequada, narrar os fatos de forma clara, nem sempre tem cumprido rigorosamente os prazos. Esse fato acaba por gerar uma dilação indevida do processo.

Com relação ao órgão Judiciário, observou-se que há uma dificuldade da secretaria e do juiz em menor escala de cumprir os prazos estipulados pela legislação. Por outro lado, observa-se uma desproporção entre o número de processos e o número de servidores e juízes na Comarca de Montes Claros.

Outro ponto importante observado principalmente, nas varas cíveis e nas varas de Fazenda da Comarca de Montes Claros e relacionado à complexidade da causa diz respeito à realização da prova pericial pelo assistido beneficiário da justiça gratuita. Esse tem sido um fator que tem gerado uma grande demora na prestação jurisdicional.

Ainda, observou que em todas as varas o processo muitas vezes tem ficado mais de 100 (cem) dias sem movimentação na secretaria. Esse lapso temporal em que o processo fica paralisado é denominado etapa morta do processo e ocorre muitas vezes pela inércia dos órgãos jurisdicionais.

A partir desse diagnóstico passa-se propor algumas propostas para superação da crise de operacionalidade do Judiciário.

A pesquisa aponta a necessidade de aparelhar o Judiciário, sendo necessário um número adequado de juízes e servidores ao da demanda da Comarca de Montes Claros. A pesquisa aponta que o número de juízes e servidores em Montes Claros não é suficiente para atender a demanda, conforme estabelece o Art. 93, XIII da CR/88. O

critério da proporcionalidade possibilita racionalizar a organização judiciária com número de juízes adequados à quantidade de processos e ao número de habitantes nas comarcas criadas, por exemplo, 1 (um) juiz para cada 5.000 (cinco mil) habitantes como ocorre na Alemanha. Na Alemanha cujo CPC (ZPO) é de 1877, o juiz somente pode ter sob sua direção de 500 (quinhentos) a 1.000 (mil) processos, viabilizando a entrega da prestação jurisdicional em tempo hábil. No Brasil, temos em média 1 (um) juiz para 25 (vinte e cinco) mil jurisdicionados. A média internacional é de 1 (um) juiz para grupo de 7 (sete mil) a 10 (dez) mil pessoas. (BRÊTAS, 2004). Assim, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais também deve observar a determinação constitucional no sentido de que deve haver número adequado de juízes de acordo com a demanda e o número de jurisdicionados.

Na reforma estrutural do Judiciário faz-se necessário seguir os métodos de pesquisa, análise, identificação e catalogação dos recursos materiais e humanos com deficiência, uma vez que a simples reforma sem pesquisa prévia pode não solucionar o problema da morosidade.

Ainda, quanto ao órgão Judiciário, observa-se que o juiz além da função jurisdicional tem também a função administrativa, ele é um gestor. Assim, faz-se necessário a implantação de instrumentos eficazes de gestão de Administração Judiciária. Devem ser oferecidos cursos de capacitação do Judiciário e criados programas que possibilitem uma formação continuada dos magistrados. O hábito de estudo continuado, não abandonando o discurso jurídico e a reciclagem constante, constitui o fator distintivo do profissional de qualidade. Por isso, a formação continuada precisa ser entendida como um mecanismo de permanente capacitação reflexiva de todos frente aos múltiplos desafios que o sistema Judiciário apresenta.

A modernização do Judiciário com a implantação do processo eletrônico também contribuirá para acabar com as etapas mortas do processo. Faz-se necessário salientar que a capacitação dos servidores, magistrados e demais operadores do direito constitui requisito para que o processo eletrônico tenha êxito. Desse modo, de nada adianta modernizar o Judiciário sem preparar as pessoas para lidar com esse novo processo.

Com relação à prova pericial, que foi apontado com um dos fatores que interferem na prestação jurisdicional, o ideal seria que Tribunal de Justiça de Minas Gerais tivesse peritos concursados e remunerados pelo Estado, a fim de dar maior credibilidade à prova pericial e evitar todas as vicissitudes decorrentes do pagamento

dos honorários periciais. Outra solução poderia se realização de convênios com as universidades para a criação de uma Central de Perícias. A criação de uma central de perícias, em convênio com as universidades, poderá suprir a lacuna que existe na comarca de Montes Claros através de ampla assistência técnico-científica forense, possibilitando sentenças judiciais em tempo hábil e processos sem dilações indevidas.

As formas extrajudiciais de solução de litígio também seriam eficientes para desafogar o Judiciário como a arbitragem a mediação. A arbitragem como meio auxiliar à jurisdição, alcança a celeridade na solução do conflito e conseqüentemente desafogaria o Judiciário com a supressão de inúmeras ações que versarem sobre direitos patrimoniais disponíveis. Ademais, o artigo 23 da Lei n. 9.307/96 prescreve: “a sentença arbitral será proferida no prazo estipulado pelas partes”. Quando tendo sido convencionado, o prazo para a prolação da sentença é de seis meses, contado da instituição da arbitragem ou da substituição do árbitro.

Silva descreve as vantagens da arbitragem frente à jurisdição estatal, que se segue:

- a)– Celeridade: a arbitragem é essencialmente mais rápida que o Judiciário, que se caracteriza pela sua rigidez e morosidade;
- b)– Confidencialidade: esse é um dos fatores que leva a preferir a arbitragem. Ao contrário do que ocorre com o Judiciário, o conteúdo da arbitragem fica circunscrito às partes e aos Árbitros, que estão obrigados ao sigilo profissional. As provas, a natureza da controvérsia, seu valor e a decisão através da sentença arbitral não são divulgados, como ocorrem em procedimentos e decisão no Judiciário;
- c)– Propicia a Conciliação: a confidencialidade do procedimento cria uma atmosfera capaz de gerar um clima de colaboração entre as partes, dentro do qual elas podem autocompor o conflito através da conciliação ou mediação, encerrando, assim, elas mesmas o problema;
- d)– Garantia de Tratamento Equânime: esta vantagem fica evidente nos casos de arbitragens internacionais, envolvendo partes de países diferentes. A garantia de tratamento igualitário entre as partes, sustentada pela arbitragem, afasta a natural incerteza quanto à isenção dos tribunais locais em litígios entre nacionais e estrangeiros domiciliados no exterior.
- e)– Especialização: diferentemente do Judiciário, os árbitros podem ser técnicos na matéria controversa;
- f)– Possibilidade de Decisão por Equidade: os árbitros desenvolvem o mesmo raciocínio lógico dos juízes togados, porém, se o compromisso autoriza, eles poderão não ficar adstritos à aplicação do direito positivo e poderão decidir por equidade;
- g)– Confiança: o juiz tradicional não é escolhido pelas partes, enquanto que os árbitros o são. Razão pela qual a arbitragem se baseia na confiança das partes, na possibilidade deles terem o conflito resolvido por alguém que elas mesmas escolheram (2004, p.25-26).

Outra proposta seria a Mediação, que proporciona às partes envolvidas a oportunidade de debater seus anseios e, não havendo imposição, o processo é realizado

com a figura do Mediador, que a todo tempo busca o equilíbrio da negociação nunca perdendo o foco nem os interesses comuns das partes. A mediação seria uma forma também de prevenir novos conflitos e diminuir a reincidência.

Dentre dessas propostas alternativas, também sugere-se uma maior divulgação do Movimento pela conciliação na Comarca de Montes Claros, lançado em 2006 pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministra Ellen Gracie, o “Movimento pela Conciliação”, que é uma parceria do CNJ com órgãos do Judiciário, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), envolvendo magistrados, entidades, universidades, escolas de magistratura e outros setores da sociedade civil, visando à prática da conciliação, seja na modalidade judicial ou extrajudicial.

Por fim, faz-se necessário uma reflexão por todos os envolvidos nos processos, o Estado, o órgão Judiciário (juiz e secretaria), as partes e seus advogados e da comunidade que não basta reformas estruturais ou legislativas para solucionar a crise de operacionalidade do Judiciário, mas faz-se necessário uma mudança de postura que seja adequada ao novo paradigma de Estado, que é o Estado democrático de Direito. Esse é um Estado, que é falível e que está em construção pela própria comunidade jurídica, cabendo a cada um dos envolvidos no processo fazer a sua parte.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada a m 5 de outubro de 1988. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. A crise do Poder Judiciário e as reformas instrumentais: avanços e retrocesso. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA. **Justiça aberta**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br>. Acesso em 16/07/10.

CRUZ JÚNIOR, Jeziel Rofdrigues. **As causas da morosidade judicial**. Disponível em: http://direito.newtonpaiva.br/revistadireito/docs/prof/14_Artigo%20prof%20Jeziel.pdf Acesso em 11-06-2010.

DIAS, Isadora Jorge; NOGUEIRA, Iara Santos; VELOSO, Cynara Silde Mesquita Veloso. A prova pericial e o acesso à justiça nas varas de Fazenda Pública na Comarca de Montes Claros. **Anais da VII Mostra Científica de Administração e áreas afins da UNIMONTES. Redação provisória no prelo.**

Dias, Ronaldo Brêtas de Carvalho. A reforma do judiciário e o princípio do devido processo legal e da eficiência. **Revista da Ordem dos Advogados do Brasil**, ano XXXV, n. 80, p. 113-123. Brasília: Conselho Federal da OAB, 2005.

DIAS, Ronaldo Brêtas Carvalho. **Responsabilidade do Estado pela função jurisdicional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

GALVÃO, André Freire; BOTELHO, Thallys Gabriel; OLIVEIRA, Maria Aparecida. A justiça gratuita e o ônus da perícia nos processos da 2ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros. **Redação provisória no prelo**.

GOMES, Anna Flávia Silva; ALMEIDA, Priscila Batistsa; VELOSO, Cynara Silde Mesquita; SANTANA, Janice Cláudia. Morosidade nos processos tributários: breve análise da conjuntura atual e a utilização da via administrativa como alternativa a sobrecarga judicial em matéria tributária. **Anais da VII Mostra Científica de Administração e áreas afins da UNIMONTES. Redação provisória no prelo**.

LEITE, Cláudia; TEIXEIRA, Ana Clarice Albuquerque Leal, SOUZA, Ionete de Magalhães Souza; TEIXEIRA, Reinaldo Marcos Batista. **Efetividade do procedimento de interdição segundo pesquisas do projeto Meta 2 e legislação vigente, na Comarca de Montes Claros**. Disponível em: <http://www.ccsa.unimontes.sajitinerante>.

MENDES, Lorena Lopes Freire Mendes; OLIVEIRA, Tomaz Soares de Souza; VELOSO, Cynara Silde Mesquita Veloso. **Anais da VII Mostra Científica de Administração e áreas afins da UNIMONTES. Redação provisória no prelo**.

MOTA, Evelyn Mesquita; ALMEIDA, Janaína Barbosa. Acesso à justiça e a morosidade da prestação jurisdicional nas varas cíveis da Comarca de Montes Claros. **Anais da VII Mostra Científica de Administração e áreas afins da UNIMONTES. Redação provisória no prelo**.

MOURA, Ana Carolina Soares Mota; DOS SANTOS, Cristiane Soares. O princípio da isonomia e a inviabilização do acesso à justiça nos processos dependentes de perícia médica nas varas da Fazenda de Montes Claros. **Anais da VII Mostra Científica de Administração e áreas afins da UNIMONTES. Redação provisória no prelo**.

MOURA, André Tolentino; CAMPOS, Débora Ester Henrique; VELOSO, Mariana Alves Fonseca; SOUZA, Ionete de Magalhães Souza; TEIXEIRA, Ana Clarice Albuquerque; TEIXEIRA, Reinaldo Marcos Batista. **A duração razoável do processo e a Meta 2: processos de inventários na Comarca de Montes Claros**. Disponível em: <http://www.ccsa.unimontes.sajitinerante>.

MOURA, André Tolentino. SOUZA, Ionete de Magalhães Souza; TEIXEIRA, Ana Clarice Albuquerque; TEIXEIRA, Reinaldo Marcos Batista. **A execução de alimentos no Código de Processo Civil e a Meta 2 do CNH na**

NEVES, Isabela Dias. A razoável duração do processo no Estado democrático de direito. **Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais**, n. 12, p. 45-62, Belo Horizonte, 2006.

NOTÍCIAS JUSBRASIL. **CNJ mostra o retrato da morosidade da Justiça.** Disponível em [HTTP://www.jusbrasil.co.br/noticias](http://www.jusbrasil.co.br/noticias). Acesso em 14/06/2010.

NUNES, Matheus Alves; Sales, Luanne Santos; VELOSO, Cynara Silde Mesquita; SILVA, Érik Rodrigues. A influência dos inquéritos policiais na duração razoável do processo nas varas criminais na comarca de Montes Claros. **Anais da VII Mostra Científica de Administração e áreas afins da UNIMONTES. Redação provisória no prelo.**

OLIVIERA, Ana Thais Soares; GOMES, Samara Sales Campos; VELOSO, Cynara Silde Mesquita; Santanna, Janice Cláudia Freire. As prerrogativas da Administração Pública e os prejuízos causados à celeridade processual. **Anais da VII Mostra Científica de Administração e áreas afins da UNIMONTES. Redação provisória no prelo.**

OLIVEIRA, Hárrison; MAGALHÃES, Analala. Implementação da tramitação eletrônica no Estado de Minas Gerais: análise da Justiça Estadual e prognóstico da Comarca de Montes Claros sob a visão do Meta 2. **Anais da VII Mostra Científica de Administração e áreas afins da UNIMONTES. Redação provisória no prelo.**

PAIXÃO, Rozana Silqueira; VELOSO, Cynara Silde Mesquita. A garantia constitucional à saúde integral e o Poder Judiciário na Comarca de Montes Claros. *Revista do Curso de Direito da UNIMONTES*, p. 117-140, v. 32, n., 2010.

SÁ E MORAIS, Ana Selma; VELOSO, Elizabeth Santana; SOUZA, Ionete de Magalhães Souza; TEIXEIRA, Ana Clarice Albuquerque; TEIXEIRA, Reinaldo Marcos Batista. **Reforma do Judiciário, a duração razoável do processo e a Meta 2 do CNJ nas varas de família da Comarca de Montes Claros.** Disponível em: <http://www.ccsa.unimontes.sajitinerante>.

SAMPAIO, Camylla Gitã; VELOSO, Cynara Silde Mesquita. A penhora online como medida cautelar no processo de execução fiscal: garantia de efetividade e celeridade processual ou cerceamento ao direito à ampla defesa? **Anais da VII Mostra Científica de Administração e áreas afins da UNIMONTES. Redação provisória no prelo.**

SILVA, José Roberto da. **Arbitragem, aspectos gerais da Lei nº 9.307/96.** 2. ed. São Paulo: J.H. Mizuno. 2004.

SILVEIRA, Ludiana Martis; VELOSO, Cynara Silde Mesquita. Judicialização do acesso à saúde e o princípio da duração razoável do processo para os pacientes portadores de neoplasia maligna (câncer) e a Síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) nos provimentos jurisdicionais do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Revista do Projeto Multidisciplinar das Faculdades Pitágoras**, 2012, redação provisória no prelo.

SOUZA, Carlos Aureliano Motta de. **O papel constitucional do STF: uma nova aproximação sobre o efeito vinculante.** Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

SOUZA, Silvana Cristina Bonifácio. Efetividade do processo e acesso à justiça à luz da reforma. In: TAVARES, André; LENZA, Pedro; ALÁRCÓN, Pietro de Jesús Lora. **Reforma do Judiciário**: analisada e comentada. São Paulo: Método, 2006.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Celeridade e efetividade da prestação jurisdicional. Insuficiência da reforma das leis processuais. Disponível em: [//http: www. abdpc. org.br](http://www.abdpc.org.br). Acesso em 06/07/2012.

TUCCI, José Rogério Cruz. Garantia da prestação jurisdicional sem dilações indevidas como corolário do devido processo legal. **Revista de processo**, São Paulo, n. 66, abr./jun. 1992.

TULLER, Pamela Daniele Ramos; VELOSO, Cynara Silde Mesquita. Instrumentos legais para compelir a Fazenda Pública a custear antecipadamente, os honorários periciais em favor do assistido beneficiário da justiça gratuita. **Anais da VII Mostra Científica de Administração e áreas afins**.

**O EGRESSO REINCIDENTE DO SISTEMA PRISIONAL DE JANAÚBA – MG:
NÍVEL DE REINCIDÊNCIA E AS CONTRIBUIÇÕES PARA SUA
REINSERÇÃO NA SOCIEDADE²⁷**

Isabel Mendes da Silva²⁸

Acleto Manguiera Lima²⁹

Eliana de Araújo Vieira³⁰

Cynara Silde Mesquita Veloso³¹

RESUMO

O presente artigo aborda a temática sobre o egresso reincidente do presídio de Janaúba, MG. Pois ao sair deste sistema prisional, o preso se depara com a exclusão social por causa do estigma de ser ex-presidiário e no retorno para a convivência social se deparam com muitas barreiras, as quais entram, de certa forma, a ressocialização. Assim este artigo tem por escopo investigar os entraves e possibilidades da reinserção do egresso na sociedade, bem como os motivos da reincidência e discorrer sobre as contribuições das políticas sociais, da sociedade e da intervenção do Serviço Social na reinserção social do egresso do presídio de Janaúba, MG. Para seu desenvolvimento, realizou-se a princípio uma pesquisa qualitativa, através do estudo da bibliográfica, a fim de obter um maior aparato investigativo bem como um respaldo teórico considerável das afirmações e pressuposições. Logo após, foi realizado um estudo quantitativo, através de análise de dados em uma pesquisa de campo com a população carcerária, que quando se iniciou a pesquisa era de cento e noventa e dois (192) presos, onde seria entrevistado quarenta (40) deles. Porém, devido transferências realizadas pelo presídio, utilizou-se uma amostra de vinte e nove (29) presos com a população carcerária de cento e vinte e oito (128) presos, o que representa 23% da população carcerária. A pesquisa de campo foi dividida em duas etapas: a documental realizada nos processos dos presos selecionados através de uma amostra intencional (presos com crimes mais graves e penas maiores) e entrevistas, através de formulário semiestruturado, realizadas com os presos e com os agentes que operacionalizam o sistema. Dessa amostra utilizada observou-se uma divergência entre o número de presos reincidentes, haja vista que, a pesquisa processual apontou que são 83%, ou seja, vinte e quatro (24) reincidentes e as entrevistas apontam que eram treze (13) os reincidentes. O que demonstra que os próprios presos, diante do estigma que sofrem na sociedade, omitiram seus antecedentes criminais nas entrevistas. Diante disso, conclui-se que é muito alto o número de reincidentes que conforme os processos judiciais são de 83%. Assim, é de extrema importância a promoção de políticas públicas governamentais que promovam a reinserção dos egressos prisionais, a fim de que eles retornem a convivência em sociedade e sejam inseridos como mão de obra qualificada no mercado de trabalho. Diminuindo as chances de eles cometerem novamente crimes.

²⁷ Parecer do Comitê de Ética da FUNORTE, protocolo nº 01293/10

²⁸ Graduanda em Serviço Social pela FAVAG. Pós-graduanda em Políticas Públicas, Direitos Humanos e Intervenção Junto à Família, 2012 – 2013 - FAVAG. Autora deste artigo.

²⁹ Estudante do Serviço Social da FAVAG. Co-autor do artigo científico.

³⁰ Professora orientadora do Artigo. Assistente Social, pós-graduada em docência de ensino superior, mestre em Ciências da Educação, docente dos cursos de Serviço Social, nas faculdades FAVAG.

³¹ Professora orientadora do Artigo. Doutora em Direito Processual pela PUC Minas, Professora do curso de Direito da FAVAG. Coordenadora do projeto Cidadania no Cárcere: humanizando a vida carcerária no Vale do Grotuba.

Palavras-chave: sistema prisional, políticas sociais e serviço social; egresso reincidente.

ABSTRACT

This article addresses the issue on the egress of the recidivist prison frangipani, MG. For to get out of this prison, the prisoner is faced with social exclusion because of the stigma of being an ex-convict and in return for social encounter many barriers, which hinder, in a way, the ressocialização. This article has the purpose to investigate the barriers and possibilities of reintegration of graduates in society as well as the reasons for recurrence and discuss the contributions of social, society, and Social Service in the social reintegration of graduates of the prison frangipani MG. For its development, was held at first a qualitative research through the study of literature in order to obtain a larger investigative apparatus as well as a considerable theoretical support of the statements and assumptions. Soon after, a quantitative study was conducted through review of data in a field survey with the prison population, which began when the survey was one hundred ninety-two (192) prisoners, which would be interviewed forty (40) of them . However, due to transfers made by the prison, we used a sample of twenty-nine patients (29) stuck with the prison population of one hundred and twenty-eight (128) prisoners, which represents 23% of the prison population. The field was divided into two stages: a documentary made in the processes of prisoners selected through a purposive sample (prisoners with more serious crimes and higher sentences) and interviews, through semi-structured form, performed with prisoners and with agents that operationalize the system. Used this sample there was a discrepancy between the number of prisoners offenders, given that the research process is pointed out that 83%, ie, twenty-four (24) offenders and interviews indicate that there were thirteen (13) recidivists . This shows that the prisoners themselves, before suffering the stigma in society, omitted his criminal history interviews. Therefore, it is concluded that it is too high the number of offenders that as the lawsuits are 83%. Thus, it is of utmost importance to promote governmental policies that promote the reintegration of graduates prison, in order that they return to life in society and are inserted as skilled labor in the labor market. Decreasing the chances of them committing crimes again.

Keywords: prison, social policy and social work; egress recidivist.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende abordar a temática sobre o egresso reincidente do presídio de Janaúba, MG, o nível de reincidência, os motivos e as contribuições das políticas sociais, da sociedade e do Serviço Social para sua reinserção social. No sistema prisional, o preso se torna um indivíduo excluído socialmente, ao sair deste sistema se depara com o estigma de ex-presidiário. Nesse aspecto, no retorno para a

convivência social aberta se deparam com muitas barreiras, as quais impedem a ressocialização.

Frente à realidade de grandes dificuldades encontradas para o retorno ao convívio social, o Assistente Social pode minimizar esses obstáculos na vida do egresso, através da mediação. Assim como, as iniciativas e políticas sociais que colaboram para os egressos voltarem ao convívio social sem enfrentar tanta discriminação. É importante saber que essas iniciativas ou políticas sociais voltadas para o trabalho de reinserção do egresso à convivência social e comunitária, ainda são poucas, por parte principalmente, dos poderes constituídos no Brasil e também por parte da sociedade.

Portanto, este artigo tem por escopo investigar os entraves e possibilidades da reinserção do egresso na sociedade, assim como os motivos da reincidência e discorrer sobre as contribuições das políticas sociais, da sociedade e da intervenção do Serviço Social na reinserção social do egresso do presídio de Janaúba, MG.

O presente artigo é fruto de uma pesquisa de iniciação científica, projeto de pesquisa Cidadania no Cárcere: humanizando a vida carcerária no Vale do Gortuba, realizado por professores e acadêmicos do curso de Direito e Serviço Social da Faculdade do Vale do Gortuba/MG, no intuito de conhecer a realidade do sistema penitenciário de Janaúba/MG, e apontar propostas de humanização, destacando neste artigo aspectos dos egressos reincidentes.

O trabalho é constituído de uma introdução, desenvolvimento (revisão de literatura, análise dos dados) e finda com considerações finais e recomendações sobre a importância de formular políticas sociais voltadas para o egresso em Janaúba/MG, no sentido de minimizar a reincidência dos delitos e, conseqüentemente, possibilitar sua reinserção social.

1 – METODOLOGIA

Optou-se, metodologicamente, pela pesquisa bibliográfica, documental e sistêmica, com abordagem quali-quantitativa, caracterizada por ser um estudo sistematizado desenvolvido a partir de material já elaborado, fundamentalmente a Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/84), dentre outros autores.

Realizou-se a princípio uma pesquisa bibliográfica, a fim de obter um maior aparato investigativo bem como um respaldo teórico considerável das afirmações e pressuposições.

Logo após, foi realizada a pesquisa de campo com a população carcerária, que quando se iniciou a pesquisa era de cento e noventa e dois (192) presos, onde seria entrevistado quarenta (40) deles. Porém, devido transferências realizadas pelo presídio, utilizou-se uma amostra de vinte e nove (29) presos com a população carcerária de cento e vinte e oito (128) presos, o que representa 23% da população carcerária. Pesquisa essa de campo dividida em duas etapas: a documental realizada nos processos dos presos selecionados através de uma amostra intencional (presos com crimes mais graves e penas maiores) e entrevistas realizadas com os presos e com os agentes que operacionalizam o sistema. Dessa amostra utilizada observou-se uma divergência entre o número de presos reincidentes, haja vista que, a pesquisa processual aponta que são 83%, ou seja, vinte e quatro (24) reincidentes e as entrevistas apontam que são treze (13) os reincidentes.

Com relação às entrevistas, utilizou-se formulário semiestruturado, elaborado com perguntas abertas, fechadas e semiabertas. Por fim, foram tabulados e analisados os dados partindo de uma abordagem quanti-qualitativa. A análise dos dados foi feita a partir do referencial teórico e do conteúdo das respostas dos entrevistados, o que foi de fundamental importância para atingir os objetivos propostos no presente artigo.

A pesquisa observou os princípios éticos, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética da FUNORTE, protocolo nº 01293/10.

2 - REVISÃO DE LITERATURA

2.1 - Evolução histórica do sistema prisional

O Sistema Penal, segundo Zaffaroni (1999, p. 16) é uma manifestação do poder social e sua legitimidade é utópica, pois o discurso jurídico-penal não é coerente e nem verdadeiro e não atua de acordo à legalidade. Sallente Andrade (1997, p. 175), que na atualidade, o Sistema Penal possui uma estrutura bidimensional, ou seja, tem duas dimensões: uma é a definicional ou programadora, a qual inclui o Direito Penal (legislação penal) e Poder Legislativo. A outra dimensão é a operacional, na qual estão

as agências de operacionalização (Polícia, Justiça e o sistema de execução de penas e medidas de segurança) e, o público, como denunciante.

O Sistema Penal foi criado para nos dar segurança, tendo como um dos seus princípios a ressocialização. Com o tempo ele vai se deslegitimando, e a pena se torna um mal necessário, desenhando uma sociedade do bem e do mal. Quando a pessoa comete um crime está atentando contra o poder soberano, contra a ordem pública, por isso, a sociedade clama por leis mais severas. (Foucault, 1987, p.85)

Segundo Cavalcante (1992) nos tempos primitivos, a sanção do ilícito era a pena – a vingança, época marcada pelo misticismo onde tudo se resolvia em termos de vingança, dessa forma, o que prevalecia era a força física, seja do indivíduo, seja da tribo a que ele pertencia. “A ofensa, e, portanto, o direito de vingar-se, estendia-se a todo o clã, numa espécie de responsabilidade coletiva”. Mas, a pena e o direito de punir com o desenvolvimento do homem, e de sua organização em grupos sociais, modificam e passam por várias fases. Fases da Vingança Penal, que não se sucederam sistematicamente, havendo períodos de transição e disparidades entre os princípios adotados. No estágio inicial da reação instintiva à ofensa, se observa a vingança privada, quando um indivíduo cometia um crime, era punido pela vítima, pelos parentes e até pelo próprio grupo social. Não fazia diferença entre o crime e a vingança. “A única diferença na pena se dava em virtude de ser o agressor um membro da tribo ou um elemento estranho, de outra tribo, caso em que ocorria a “vingança de sangue”, tida como obrigação religiosa e sagrada”. É nesta fase que se estabelece a proporção entre a ofensa e a reparação, surgindo assim, a lei de talião³².

Para Foucault (1987, p.19) até o século XIX, havia ainda certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física e masmorra. A prisão busca sempre explicar certas medidas de sofrimentos físicos, ocorrendo críticas até meados do século XIX.

As práticas punitivas na contemporaneidade de modo geral, segundo Foucault (1987, p.15), não castiga mais o corpo, visto que busca atingir nele algo que não é o corpo propriamente. Mesmo na época que existia a reclusão, os trabalhos forçados, a servidão de forçados, a interdição de domicílio e a deportação, as penas “físicas” não eram como nos suplícios que atingia só o corpo. A pena na atualidade visa

³² Lei do talião é a correlação ou semelhança entre o crime e o castigo, costumada a ser dita "olho por olho, dente por dente". Foi o primeiro código de leis e punições criado pela humanidade.

privar o indivíduo de sua liberdade, penalidade esta que coloca o corpo num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. “A dor do corpo não é mais um elemento constitutivo da pena. [...] O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. [...] segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais “elevado””.

Na atualidade, a execução da pena privativa de liberdade é regulamentada pela Lei de Execução Penal, que prevê a humanização e a individualização da pena. A LEP (1984, art. 5º) estabelece que “os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução da pena”.

Destaca Foucault (1987, p.15), que novas formas de cumprimento de penas criaram a necessidade de uma equipe técnica para atender o presidiário, constituída por: guardas, médicos, capelães, psiquiatras, psicólogos, educadores e, posteriormente Assistentes Sociais. A classificação do cumprimento da pena, portanto, segundo a LEP (1984, art. 6º) “será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador e acompanhará a execução das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, devendo propor, à autoridade competente, as progressões e regressões dos regimes, bem como as conversões”.

Para garantir esses objetivos, determina o art. 7º da Lei de Execução Penal que deverá existir em cada estabelecimento a Comissão Técnica de Classificação, presidida pelo diretor e “composta, no mínimo, por dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um Assistente Social, quando se tratar de condenado à pena privativa da liberdade”. Esse condenado em regime fechado é submetido a exame criminológico, para uma adequada classificação e com objetivo de individualizar a execução.

Segundo as leis e organização do sistema prisional atual, o sistema precisa garantir que o corpo e a dor não sejam os objetos últimos de sua ação punitiva, como foi até meados do século XIX. Por isso, é importante cada vez mais o Estado pensar em novas formas de estruturas punitivas, de penas alternativas, ou seja, em um novo sistema prisional, tal como as experiências da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs, desenvolvidas sob-responsabilidade da sociedade civil, com auxílio do Estado.

2.2 - O egresso reincidente e a realidade prisional contemporânea

Para melhor entendimento do tema em análise, faz-se necessário esclarecer o significado da palavra egresso, que segundo o dicionário Folha de São Paulo, (1988, p. 235) significa aquele que saiu, que se afastou, pessoa que deixou a clausura, saída, retirada. No dicionário Brasileiro globo, Fernandes (1996, p.233) afirma que é “aquele que saiu, que deixou de fazer parte de uma comunidade”. Neste trabalho, refere-se àquele que deixou o sistema prisional, conforme expressa na LEP – Lei n. 7.210 (1984, artigo 26), “o liberado definitivo, pelo prazo de 01 (um) ano a contar da saída do estabelecimento; o liberado condicional, durante o período de prova”.

O preso que saiu de um sistema penitenciário por um período de um ano, seja em meio semiaberto ou em liberdade, enfrenta uma realidade hostil ao sair da prisão, e uma dificuldade para se inserir no mercado de trabalho.

Nesse âmbito, relata Siqueira (2001), que esse indivíduo enfrenta dois grandes obstáculos. Um é a desvantagem educacional em relação aos não egressos, os quais, geralmente, têm uma condição de aprendizagem bem superior aos dos ex-presos. Outro é a discriminação relativa à sua condição de egresso do sistema prisional. Além da dificuldade de se adaptar ao novo sistema, lidar com a liberdade, aprender a cuidar de si e do outro, o que no sistema prisional não foi preparado.

Sendo assim, o egresso está submetido a duas dimensões de extrema exclusão que, muitas vezes, o obriga e reincidir ao mundo da criminalidade. Primeiro porque é rejeitado socialmente de todos os ambientes sociáveis; segundo porque se torna alguém privado de produzir sua própria subsistência. Por isso, tal hostilidade só poderá levá-lo a um único caminho, o da volta ao mundo da ilegalidade e da criminalidade.

A reincidência está tipificada no Código Penal brasileiro (Art. 63), “[...] quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no país ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior”.

A realidade prisional brasileira da atualidade se encontra mergulhada em um verdadeiro caos. A todo o momento ouve-se nos noticiários reportagens sobre cadeias, penitenciárias e até delegacias abarrotadas de indivíduos aprisionados sob condições desumanas de sobrevivência.

Essa realidade dos presos gera outra situação que também tem sido boletim de notícia para a mídia diariamente: as rebeliões de presos e as fugas em massa dos

presídios brasileiros. Um dos motivos apontados para isso ocorrer pode está ligado à forma como os reclusos no Brasil são tratados. O que se vê são presos confinados em pequenas celas e passando todo o tempo sem nenhuma atividade laboral e sem nenhuma perspectiva de reconstrução de suas vidas e de um possível retorno social (SIQUEIRA, 2001, p. 55).

Aponta Siqueira (2001), que quando o reeducando se encontra dentro da prisão com sua liberdade cerceada, o individuo já é um excluído socialmente. Ao sair desse recinto, se depara com mais uma forma de exclusão, o estigma de ex-presidiário. Ou seja, é mais uma vez excluído pela sociedade, que não o perdoa nem o aceita por causa da sua “mancha social” adquirida na prisão. Nesse aspecto, o retorno para a convivência social aberta se constitui um encontro com um ambiente tão ou mais violento do que o que ele convivia no sistema de reclusão.

Foucault (1987, p.223) afirma que, a prisão transforma pessoas em delinquentes. Desse modo, o Estado mantém um sistema no qual, ao invés de ressocializar, as prisões “[...] tornam as pessoas aterrorizantes”. Transparece desse modo uma necessidade de voltar para um adestramento, fazendo as pessoas se sentirem constantemente vigiados.

Salienta Araújo (2007, p. 87) que, “em vez de se realizarem políticas de longo prazo, como o investimento na educação pública e gratuita, as autoridades públicas fizeram a opção de criminalizar as camadas da população pobre, como se essas já nascessem predestinadas ao crime”.

É preciso mudar a idéia do sistema penal. Mas tal mudança deve começar em cada pessoa, como assevera Hulsmam (1993, p.49), “[...] Eu pretendia dizer que há dois tipos de conversão: a individual e a coletiva. Para abolir o sistema penal, será preciso uma conversão coletiva [...] conversões coletivas são raras”.

É preciso mudar a mentalidade, a forma de punir, propondo novas alternativas nas resoluções dos problemas que ferem a liberdade do outro.

2.3 - Contribuições do Serviço Social e das políticas públicas para ressocialização do egresso

A reintegração do egresso na sociedade sempre foi uma temática polêmica, tanto para as autoridades quanto para os cidadãos comuns em geral. Contudo, para chegar a este estado de egresso prisional, o indivíduo percorre um longo caminho de

exclusão, marginalidade e discriminação sociais. Geralmente este é um percurso cheio de intempéries originado por um processo de não-lugar, de não-oportunidade, de não-possibilidade para o cidadão no meio social.

Segundo Siqueira (2001, p. 58), Se situarmos a exclusão social de forma concreta, certamente ela estará associada ao dia-a-dia do analfabetismo, da fome, da falta de moradia, da falta do emprego, do subemprego e de todas as mazelas sociais que tanto têm atingido e lesado a dignidade dos seres humanos [...] O mundo da exclusão é constituído também de uma realidade em que tudo falta, e suas vítimas são muitas vezes, responsabilizadas por isso. Se não reagem para transformar essa realidade, são acomodadas com a situação, perpetuando-a.

Tal realidade ocorre porque o mundo é controlado pelo sistema capitalista, no qual as oportunidades não são dadas a todos igualmente. Há uma constante redução do emprego aliada à retração do Estado que não cumpre com as responsabilidades públicas no âmbito dos serviços e direitos sociais, uma vez que não desenvolve políticas públicas eficazes no enfrentamento das “novas expressões” da questão social³³ que se descortinam. O preso, ao voltar à liberdade, pode se encontrar perdido e não conseguir se integrar na sociedade. Pois, depara-se com uma realidade que lhe impede de reinserir no mundo do trabalho, deparando com a miserabilidade, a estigmatização por parte da sociedade e a falta de autonomia por ter ficado tanto tempo institucionalizado, dentre outros fatores.

Siqueira (2001.p.56) afirma que “as desigualdades sociais é a mola mestra da construção de uma máquina capaz de transformar cidadãos trabalhadores honestos em “marginais perigosos irrecuperáveis””. Tais desigualdades se manifestam mais explicitamente no âmbito dos direitos e oportunidades.

O Serviço Social dentro do vasto campo de trabalho no sistema prisional tem como espaço de intervenção, a Assistência Social às famílias e presos internados, assim como em outras políticas junto ao egresso. Um dos objetivos do Assistente Social no seu trabalho de assistência social aos presos é prepará-los para a liberdade, como estabelece a lei de execução penal (1984, art. 22). Além disso, cabe ao serviço de

³³ De acordo com Iamamoto (2008, p.27), A questão social é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura que se expressa no fato de a produção social ser cada vez mais coletiva, o trabalho ser mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

assistência social no sistema prisional, conforme a lei de Execução Penal (1984, art.23), as seguintes atribuições:

I - conhecer os resultados dos diagnósticos e exames;

II - relatar, por escrito, ao diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentados pelo assistido;

III - acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias;

IV - promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação;

V - promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade;

VI - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da previdência social e do seguro por acidente no trabalho;

VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

Nesta perspectiva, destaca-se a importância do trabalho desenvolvido por Assistentes Sociais enquanto profissionais habilitados para pesquisar, elaborar e executar políticas sociais, planos, programas e projetos de cunho assistenciais junto à sociedade, a fim de viabilizar a possibilidade de um retorno saudável e acolhedor do egresso ao meio social.

Acredita-se, portanto que uma atuação ética e comprometida dos profissionais que compõem este locus de trabalho, pode contribuir para a superação das determinações sociais, ao desenvolver o fortalecimento das relações entre estes sujeitos estigmatizados – egressos - e comunidade. Tudo isso através de uma atuação em parceria com diversos seguimentos da sociedade, explicitando a necessidade de mudança diante das proporções assumidas pela exclusão, pela violência e até mesmo pela criminalidade, colaborando com a formulação de novas propostas de transformações para a sociedade.

A LEP (1984) determina que, o cidadão ao voltar à sociedade como egresso do sistema prisional, tenha direito a assistência, a qual consiste segundo os artigos 25, 26, 27 da Lei de Execução Penal³⁴ *apud* (SIQUEIRA, 2001. p. 71):

Na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade; na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo

³⁴Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984. (Brasil, Apud SIQUEIRA, 2001. p. 71)

de dois meses. Esse prazo poderá ser prorrogado uma única vez, desde que comprovado por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego; O serviço de assistência social colaborará com o egresso para a obtenção de trabalho.

As análises e estudos sobre o sistema prisional tradicional ressaltam que este não cumpre com sua função de ressocialização do preso, em vista do aumento da reincidência. Diante disso, o Assistente Social se depara com muitos desafios.

No que diz respeito ao egresso, o profissional do Serviço Social poderá contar com a Lei n. 18.401/2009 que autoriza o Poder Executivo, a oferecer as empresas subsídios no contrato aos egressos. No entanto, questiona-se se a lei é cumprida. Nesta lei, o Governo de Minas se compromete a subsidiar as empresas empregadoras repassando até dois salários mínimos para cada ex-presos por um período de 24 meses. O objetivo desta lei é garantir a reinserção do ex-presos à sociedade, como garante a LEP (1984).

Segundo a Lei n.18.401 (2009, art. 3º), compete à Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDES) por meio de programa, a concessão da subvenção econômica de acordo com os requisitos descritos na lei de contratações, garantindo os direitos trabalhistas e salário, de acordo com a função desempenhada pelo egresso. Esta lei apresentada às empresas, pode se tornar uma ferramenta para o Serviço Social reintegrar os egressos à sociedade e incentivará a contratação formal dos mesmos e, em consequência, poderá reduzir a reincidência prisional e a criminalidade.

O programa que acompanha ao egresso - Programa de Reinserção Social de Egressos do Sistema Prisional – PRESP³⁵, nesta nova fase poderá colaborar também com sua reinserção na sociedade, com os acompanhamentos semanais ou mensais da equipe técnica.

³⁵Em Montes Claros o instituto ELO em parceria com a secretaria de prevenção a criminalidade, desenvolve o programa – PRESP. Visite o site: <http://www.institutoelo.org.br/site/parcerias/blog_programa/4>. Para realização deste artigo foi realizada uma visita na unidade de atendimento do programa, onde foram realizadas entrevistas há alguns técnicos.

Na análise do modelo do sistema prisional Lemos Brito³⁶, Araújo (2007, p. 87) destaca que: As unidades prisionais devem ser espaços destinados à formação de indivíduos que, em busca da reconquista de sua dignidade, necessitam prestar serviços à sociedade, já que cometeram crimes e foram condenados. Não adianta apenas aprisionar as pessoas, mantendo-as no ócio. É preciso libertar os indivíduos por meio do trabalho e da educação, porque os homens que estão presos hoje serão livres amanhã e, caso não tenham cumprido sua pena em busca da recuperação de suas vidas, provavelmente voltarão a delinquir.

Sugere, portanto que a sociedade “deve lutar por um sistema prisional que privilegie ações no sentido de recuperar vidas, com medidas alternativas para os delitos leves e com atividades socioeducativas para os internos das unidades prisionais brasileiras” (ARAÚJO, 2007, P. 88).

O profissional do Serviço Social, portanto, pode utilizar de instrumentos da lei e sugerir políticas sociais que colaborem na reinserção do egresso do sistema prisional na sociedade. Por seu turno, a sociedade também poderá colaborar quebrando os preconceitos e lutando pela implantação da secretaria de prevenção a criminalidade na região.

3 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os dados coletados na pesquisa realizada, no presídio de Janaúba no período de 2010 a 2012, demonstraram que há um número significativo de egressos reincidentes. Dentro de um universo de vinte e nove (29) entrevistados do total de cento e vinte e oito (128) presos, segundo as entrevistas treze (13) deles são reincidentes. Por outro lado a pesquisa processual aponta que esse número é maior do que o relatado pelos presos nas entrevistas, sendo vinte quatro (24), ou seja, 83% dos presos na análise

³⁶ A penitenciária Lemos Brito “situada no Complexo Penitenciário da Frei Caneca, situado em um bairro central da cidade do Rio de Janeiro. Anteriormente intitulada de “Casa de Detenção”, [...] foi criada no século XIX e regulamentada somente a 6 de julho de 1850, por meio do Decreto-lei n. 677, destinada à execução de “pena de prisão com trabalho”. Nessa época, o regime disciplinar adotado consistia na denominada “tranca” dos internos durante a noite e trabalho durante o dia. Dotada de uma arquitetura prisional ampla, a Lemos Brito era uma unidade prisional que, fundamentalmente, atendia às determinações estipuladas pela Lei de Execução Penal (LEP) no que toca às condições físicas que devem ser oferecidas aos detentos. Assim, o item b do art. 88 do cap. II da LEP determina que o condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório, com área mínima de seis metros quadrados. A preservação da individualidade dos internos, por meio dos cubículos, individuais possibilita e estimula, em muitos casos, a produção e a execução da prática da chamada “laborterapia”. Essa é uma atividade imprescindível para a recuperação e a socialização do indivíduo”. (ARAÚJO 2007, p.88)

processual são reincidentes. A partir desse nível de reincidência, infere-se que o sistema prisional de Janaúba, MG, não está cumprindo com sua função de ressocialização, conforme nos relatou Foucault (1987, p.85), anteriormente.



Gráfico 1- Situação prisional

Fonte: documental

Ao analisar a situação do preso com base na pesquisa processual. Verifica-se que somente cinco (05), dezessete por cento (17%) são primários. A partir desses dados infere-se que o princípio da individualização da pena não é observado no presídio, conforme prevê a Constituição Federal de 1988, uma vez que os presos primários estão dividindo celas com os reincidentes, tendo em vista a superlotação do presídio e a falta de estrutura do mesmo.

Percebem-se divergências dos dados processuais com a entrevista de campo, os quais apontavam treze (13) reincidentes e na análise processual vinte e quatro (24), 83% dos vinte e nove (29) presos são reincidentes, ou seja, mais da metade dos presos entrevistados. O que se pode constatar a falta de consciência dos presos quanto a sua condição de reincidente.

Segundo dados das entrevistas, dos treze (13) entrevistados reincidentes, conforme gráficos abaixo, nove (9) deles possui uma renda anterior que aproxima de um salário mínimo e um (01) preso possuía renda superior a um (01) salário mínimo. Estando privado de liberdade, apenas um (01) continua tendo renda. A maioria com escolaridade entre 1º e 2º grau incompleto, nove (09) deles possui uma profissão e são dependentes de drogas ilícitas e lícitas. Dentre os 13 reincidentes a maior parte tem faixa etária entre 20 a 30 anos, e são reincidentes por mais de uma vez.

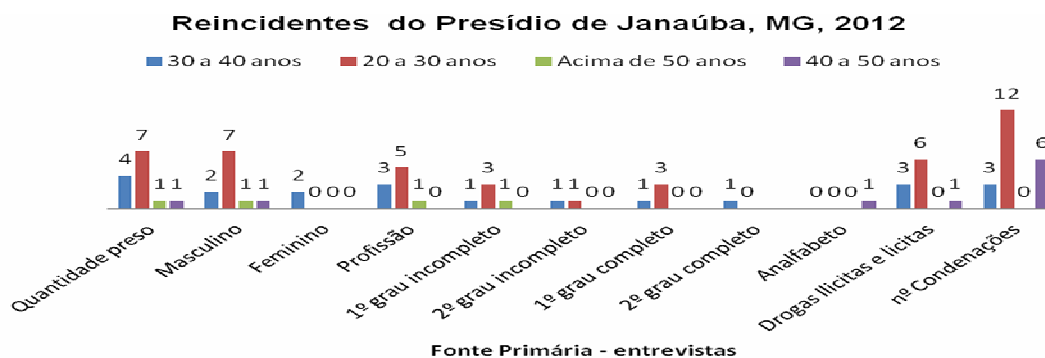


Gráfico 2- Reincidentes do presídio
Fonte : pesquisa direta, 2012

Dados relevantes, os quais revelam uma realidade destacada por Siqueira (2001), sobre os dois grandes obstáculos que os egressos enfrentam ao sair do sistema prisional. Um é a desvantagem educacional em relação aos não egressos, demonstrada nesse gráfico que a grande maioria não tem o 1º grau completo, fator que poderá somar com a discriminação por serem egresso do sistema prisional. O número de condenações demonstra um nível de reincidência alto, o que aponta uma dificuldade de adaptação à vida fora da prisão, conforme destacou Siqueira (2001), sobre a falta de preparação do sistema prisional para a liberdade. Assim como salientou também Araújo (2007, p. 87) sobre como devem ser as unidades prisionais. Vale resaltar que segundo a LEP (1984), o egresso do sistema prisional tem direito a assistência social, garantidos nos artigos 25, 26 e 27 da Lei de Execução Penal. Assistência social que deve ajudá-lo a reintegrá-lo a nova realidade fora do sistema prisional, na fase final do cumprimento da pena, à liberdade. Assim como promover a orientação ao liberando.

Na amostra entrevistada a maioria dos egressos reincidentes relata, ter cometido o crime de furto, roubo e homicídio, como pode ser aferido pelas condenações recebidas pelos 29 entrevistados de acordo o primeiro gráfico e pelo segundo apontando as condenações dos treze reincidentes.

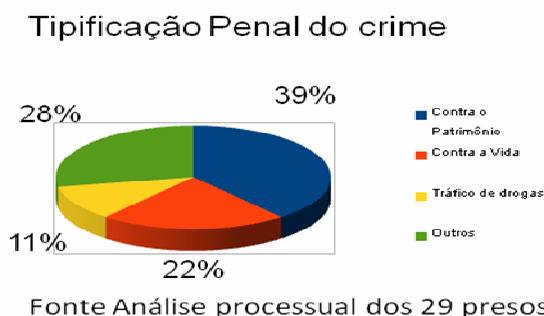
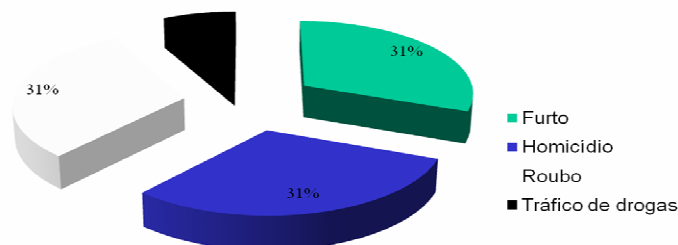


Gráfico 3 – Tipos de crime
Fonte: pesquisa documental

Crime cometidos pelos reincidentes, Presídio Janaúba, MG, ano 2012.



Fonte Primária - entrevistas

Gráfico 4- tipos de crime dos reincidentes
Fonte: Pesquisa direta, 2012

Dos crimes apontados no gráfico 4, à maioria podem estar relacionados a problemas sociais, conforme apontou SIQUEIRA, (2009, p. 58), “[...] associada ao dia-a-dia do analfabetismo, da fome, da falta de moradia, da falta do emprego, do subemprego e de todas as mazelas sociais que tanto têm atingido e lesado a dignidade dos seres humanos [...]”.

A pesquisa aponta que, o sistema penal é seletivo, uma vez que os selecionados em sua maioria são pobres e com baixo grau de escolaridade. Por outro lado, muitas pessoas cometem crime, porém muitos não são investigados ou quando são o sistema selecionam por classe social, a denominada cifra negra da criminalidade.

A verdade é que a sociedade cria um estereótipo do criminoso, sendo responsabilizada na maioria das vezes, a classe social mais baixa.

Realidade que não difere ao analisar a realidade dos vinte e nove (29) entrevistados, como pode se constatar nos gráficos relatados nas entrevistas.

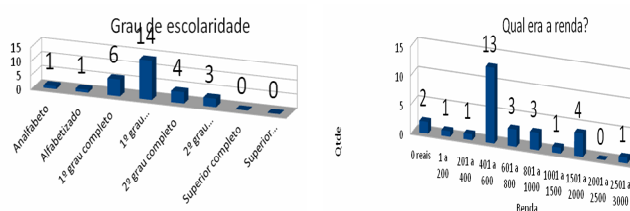


Gráfico 5- escolaridade e renda dos presidiários
Fonte: pesquisa direta

Dos vinte e nove (29) entrevistados, a maioria não tem o 1º grau completo com renda anterior de no máximo 600 reais. Apesar de vinte e cinco (25) deles dizerem que tinham uma profissão sem menciona-las, demonstrando os vinte e quatro (24) interesse por continuarem se especializando no estudo.

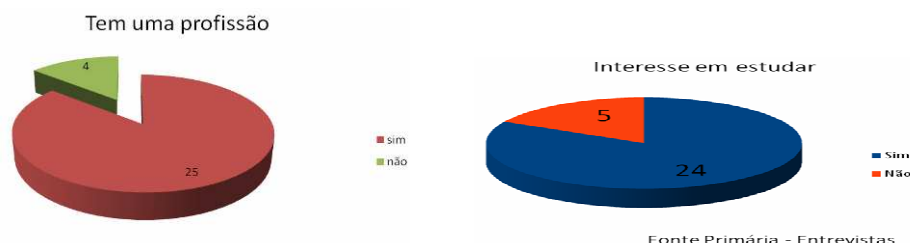


Gráfico 6-profissão dos presos
Fonte: pesquisa direta

Com os dados referentes ao trabalho e lazer no presídio, a pesquisa demonstra que os reeducandos apresentam um certo ócio, pois apenas seis (6) dos vinte e nove (29) entrevistados têm um trabalho temporário e dez (10) recebem remissão pelo trabalho. Vale destacar que uma das funções do Serviço Social, é “promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação” (LEP, 1984, art.23).



Gráfico 7-Situação de trabalho
Fonte: pesquisa direta

Para uma melhor resocialização do preso, é importante o trabalho com a família no enfrentamento dos novos problemas e sobre os direitos sociais dos mesmos, assim como para o preso não perder os vínculos com a mesma. Sendo atribuição do Serviço Social no presídio, segundo a LEP (1984, art.23) “orientar e amparar, quando necessário a família do preso, do internado e da vítima”.

O fator que não contribui para que haja mais qualidade observados na visita realizada no lócus da pesquisa, é a estrutura física, constatou que o atual presídio era uma cadeia em péssimas condições, os qual foi sendo aumentada de forma desorganizada. O que não contribui para realização de atividades físicas, dentre outros aspectos.



Gráfico 8-Situação da atividade física
Fonte: pesquisa direta

Tal realidade demonstra como o Estado não investe em unidades prisionais com espaços destinados à formação de indivíduos, como resalta Araújo (2007, p. 87), na sua pesquisa na Lemos Brito, apontada neste artigo sobre a importância da reconquista da dignidade onde o reeducando presta serviços à sociedade. Observa-se, portanto, que a solução não está em aprisionar as pessoas e mantê-las no ócio, “[...] é preciso libertar os indivíduos por meio do trabalho e da educação, porque os homens que estão presos hoje serão livres amanhã e, caso não tenham cumprido sua pena em busca da recuperação de suas vidas, provavelmente voltarão a delinquir”.

No que diz respeito à análise processual, sobre o Regime inicial de cumprimento da pena, 43 % dos 29 entrevistados cumpre em regime fechado e somente 19 % em meio aberto.

Tendo em vista que 38% dos cumprimentos das penas são de regime semiaberto e 19% aberto, deveria haver em Janaúba programas da secretaria de prevenção a criminalidade para acompanhar os egressos ou o cumprimento dessas penas alternativas.

Outro aspecto que pode ser inferido a partir dessa pesquisa, é em que fase da vida se inicia no mundo da criminalidade, muitas vezes na adolescência, como se constata no gráfico 9.



Fonte Primária - Entrevistas
Gráfico 9 -Passagem pelo juizado
Fonte: pesquisa direta

Adolescentes que cometem ato infracional, muitas vezes induzidos ou usados por adultos, os quais os levam ao mundo do “crime” e a se envolver com drogas. Esses adolescentes quando ingressam neste mundo da criminalidade, aprendem a viver nele, sendo difícil a saída. Somente uma boa estrutura de atendimento e acompanhamento, poderia ajudar na reconstrução da vida e evitar que prosseguissem na idade adulta, mas não é o que ocorre, pois, pouco se investe na garantia dos direitos sociais.

No que se refere aos direitos sociais, dos vinte e nove (29) entrevistados, vinte e um (21) dos presos desconhecem o auxílio reclusão, reconhecendo como direito apenas seis (06) deles.

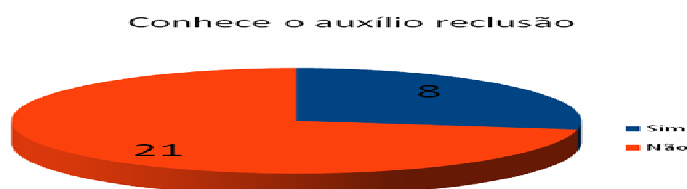


Gráfico 10 –Auxílio reclusão
Fonte: pesquisa direta

Grande parte dos entrevistados vinte e um (21) desconhece o direito de auxílio reclusão, o que vem a questionar se realmente está havendo uma conscientização sobre os direitos sociais nessa instituição. Apesar de a maioria responder que é satisfatório a Assistência Social, nem todos possuem todos os documentos pessoais. Outra das atribuições do trabalho do Assistente Social no presídio é “providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da previdência social e do seguro por acidente no trabalho” (LEP, 1984, art.23).

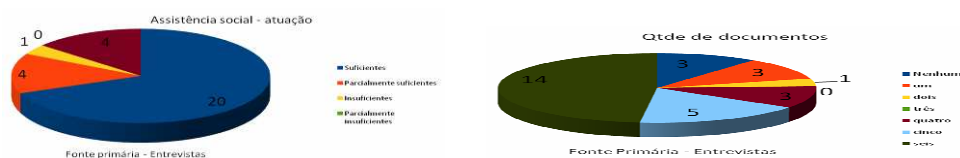


Gráfico 11-Percepção do preso sobre a Assistência social
Fonte: pesquisa direta

Foi observado nas visitas ao presídio de Janaúba a necessidade de melhorar a infraestrutura, visto que, para oferecer condições dignas precisa haver um número menor de recuperandos juntos, de forma que possa evitar formação de quadrilhas,

subjugação dos mais fracos, pederastia, tráfico de drogas, indisciplina, violência e corrupção, conforme foi apontado pela autora Araújo (2007) da importância desses aspectos.

Nas entrevistas realizadas no presídio de Janaúba, MG, os presos por uma questão de segurança foram acompanhados pelos agentes penitenciários, o que pode ter induzido o resultado da pesquisa.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Face à realidade apresentada, a discussão elaborada neste trabalho desperta para a necessidade de formular políticas públicas para o egresso neste município. Salienta-se também a importância das Políticas Sociais através do Estado. Tais políticas poderão contribuir com a diminuição dos níveis de pobreza e de reincidência dos egressos do sistema prisional, bem como da violência e da criminalidade.

É preciso investir em programas de atendimento ao egresso efetivar e expandir os núcleos e programas da Coordenadoria Especial de Prevenção a Criminalidade – CPEC – no Estado. Pois, percebe-se que são poucas as cidades que têm efetivado essa coordenadoria, sendo de suma importância para a reinserção do egresso do sistema prisional à sociedade, assim como para o acompanhamento do cumprimento das penas alternativas no município e região.

O profissional do Serviço Social, portanto, poderá trabalhar junto ao egresso em seu retorno para o convívio social, nessas políticas, bem como em uma nova estrutura do sistema prisional como o da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APACs³⁷. Neste sistema, os reclusos são corresponsáveis pelo processo de recuperação e têm tido muitos resultados positivos, os quais podem ser referência para o município de Janaúba, MG. Por isso, o Assistente Social, poderá também articular e sugerir aos órgãos competentes em conjunto com a equipe técnica, criar condições de lazer, educação e trabalho aos egressos de regime aberto e aos reeducandos de regime fechado. No tocante aos direitos humanos, poderá ainda solicitar melhores condições que favoreçam o bem estar psicológico, físico e social, no que refere à estrutura física.

³⁷ APAC - Entidade civil, sem fins lucrativos, que se dedica à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade

Sugere-se nesta pesquisa, expandir o presídio para o espaço da delegacia, assim como maiores investimentos do estado com o intuito de se criar um espaço para as atividades pedagógicas e de laboraterapia.

Outro aspecto analisado que contribui com a ressocialização do preso a liberdade, para evita a reincidência, é o trabalho do Serviço Social com as famílias. Trabalho esse, que poderá ser realizado em parceria com a FAVAG, onde os acadêmicos e professores, juntamente com o/a Assistente Social do presídio, formarão grupos de familiares.

Por fim, neste artigo sugere-se, a partir da análise da realidade do sistema prisional de Janaúba e das observações realizadas nas visitas institucionais, que os reeducandos frequentem cursos supletivos e profissionais, pratiquem trabalhos laborterápicos no regime fechado; no regime semiaberto, cuide da mão de obra especializada (oficinas profissionalizantes); no regime aberto, tenha um trabalho com enfoque na inserção social, encaminhando-os às empresas pelo poder executivo, sob - mediação dos profissionais do PRESP, da secretaria de prevenção a criminalidade, os quais poderão ser implantados em Janaúba, dando atendimentos aos egressos.

Tendo em vista a importância do conselho da comunidade na defesa dos direitos dos presos e na análise dos benefícios que eles têm direito, seria importante reativá-lo para haver uma melhor fiscalização e buscar junto à comunidade melhorias para o presídio.

Recomenda-se ainda que sejam realizadas parcerias com diversos movimentos da sociedade civil, com profissionais que atuam no âmbito do sistema prisional, com as universidades, por meio da participação de acadêmicos e professores. Desta forma, os acadêmicos do Serviço Social, Direito, Administração e Pedagogia, irão colaborar na humanização da vida carcerária em Janaúba, na prestação de serviços nessas diversas áreas. Possibilitando assim, maior acesso da comunidade acadêmica à realidade prisional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Edna Del Pomo de. **Prisão e socialização**: a penitenciária Lemos Brito.Sistema Penitenciário. Revista CEJ, Brasília, n. 36, p. 83-89, jan./mar. 2007. Disponível em: <<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewPDFInterstitial/748/928>>.

ANDRADE, Lédio Rosa de. **Direito penal diferenciado**. 2 ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica**: do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: livraria do advogado, 1997, p.335

BRASIL. Código Penal brasileiro, **Lei de Execuções Penais - LEP**. Lei N.º 7 210 de 11 julho de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 22 nov 2010.

CAVALCANTE, Karla Karênina Andrade Carlos. Evolução histórica do direito penal. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, III, n. 11, nov 2002. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4756. Acesso em jan 2013.

FERNANDES, Francisco; Luff, Celso Pedro; Guimarães, F. Marques. **DICIONÁRIO BRASILEIRO GLOBO**. 43 ed. São Paulo: Globo, 1996.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Novo dicionário Básico da língua portuguesa**: Folha/Aurélio. Rio de Janeiro: 1988.

FOUCAULT, Michel. Prisão. In: **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis-RJ: Vozes. 1987.

BRASIL. Lei estadual de Minas Gerais nº 18.401/2009. Disponível em: http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nph-brs?co1=e&d=NJMG&p=1&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama_pesquisa.asp&SECT1=IMAGE&SECT2=THESOFF&SECT3=PLUROFF&SECT6=HITIMG&SECT7=LINKON&l=20&r=1&f=G&s1=LEI.TIPO.+e+18401.NUME.+e+2009.ANO.&SECT8=SOCONS. Acesso em: 14 de setembro de 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisas**. 5 ed. São Paulo: Atlas SA, 2002.

SIQUEIRA, Jailson Rocha. O trabalho e a assistência social na reintegração do preso à sociedade. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, 2001- Ano XXII – nº. 67.p.53-75.

HULSMAN, Louk. CELIS, Jaqueline Bernart de. **Penas perdidas: o sistema penal em questão**. Trad. Maria Lúcia Karan. 1ed., Rio de Janeiro: Luam, 1993, p. 164.)

ZAFFARONI, Eugênio Raul. **Em Busca das penas perdidas**: a perda da legitimidade do sistema prisional. Rio de Janeiro: Revan, 4ª ed. tradução. 1999.p. 281.

MEDIAÇÃO: INSTRUMENTO EXTRAJUDICIAL EFICAZ NA ADMINISTRAÇÃO DOS CONFLITOS

Ludiana Martins Silveira³⁸

Ana Paula Oliveira Alves³⁹

Luis Henrique Rodrigues de Oliveira⁴⁰

Georgita Maria Jardim⁴¹

RESUMO

O presente artigo analisa as vantagens do instituto da Mediação na resolução dos conflitos frente à conciliação, a arbitragem e o sistema tradicional de acesso à justiça. Embora a mediação, conciliação e arbitragem tenham em comum serem métodos alternativos de resolução de conflitos. A mediação é o instituto que mais promove o diálogo e a escuta dos envolvidos, sendo eles os construtores da solução mais adequada na administração do conflito, tendo o diálogo conduzido por uma equipe multidisciplinar de mediadores, principalmente psicólogo e profissional do direito. Já a conciliação tem sido utilizada mais para cumprir etapa do procedimento, pois o comparecimento não é obrigatório e as partes já chegam instruídas a não aceitar o acordo. A arbitragem, por sua vez, foi regulamentada por legislação, só que pouco utilizada, pois não cabe recurso da decisão proferida. Cerceando para muitos a possibilidade de recorrer de uma decisão desfavorável. Por fim, O excessivo formalismo do sistema judicial vigente, além de acarretar a delonga, em anos ou décadas do trâmite da demanda gerada pelo conflito, pouco contribui para que em seu âmbito as partes sejam ouvidas em sua totalidade. E outros interesses, como custos do processo, ônus de sucumbência e honorários e o próprio objeto da demanda, influenciam diretamente na solução do conflito. Pois as partes em sua subjetividade estão, na maioria dos casos, indispostas a acordarem em um desfecho amigável, visto que, em muitas demandas, o processo acaba sendo usado, não como instrumento de busca pelo direito, mas como ferramenta de “justiça” e de “vingança” para as partes do conflito. Assim para o desenvolvimento deste artigo, foi utilizado o método de pesquisa qualitativo, a partir do estudo de bibliografia especializada no tema, tanto da Psicologia quanto do Direito. A fim de confirmar o que já se percebia pela experiência de atuação do programa de mediação de conflito promovido pela Secretaria de Estado de Defesa Social do governo de Minas Gerais. Portanto, percebeu-se resultados positivos quanto ao uso do método da mediação na resolução e/ou administração dos conflitos, pois, além de contribuir para “desafogar” o judiciário, tem se despontado como caminho, opção e alternativa mais pacífica que prima por meios menos formais e, acima de tudo, os próprios envolvidos, através do diálogo e da negociação são empoderados a buscar o melhor desfecho para o conflito.

³⁸ Acadêmica do 9º período do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e estagiária de Direito do Programa Mediação de conflito- 1º semestre/2013. Telefone (38) 9147-5742 (38) 3212-8116. Endereço para contato: ludiana-martins@hotmail.com

³⁹ Acadêmica do 9º período do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)– 1º semestre/2013 Endereço para contato: ana_alves@outlook.com

⁴⁰ Acadêmico do 9º período do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)– 1º semestre/2013. Endereço para contato: luishroliveira@gmail.com

⁴¹ Professora orientadora do artigo, Prof.ª de psicologia jurídica na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e na Faculdade de Saúde Ibituruna (FASI) -1º semestre/2013.

Palavras-chave: conflito, métodos alternativos de resolução de conflitos, mediação, subjetividade, multidisciplinaridade.

ABSTRACT:

This article clarifies aspects regarding the alternative ways of conflict resolution against the judicial system's traditional way. Among the main alternative ways, there are arbitration, conciliation and mediation. They have in common the promotion of negotiable resolution of conflicts. The target of this study is mediation, which is the major way that pushes forward the dialog and the listening of involved people who are the builders of the most adequate solution to the conflict. To the development of this study, the method used was the qualitative research from the specialized literature on both subjects, Law and Psychology. By these methods, the goals defined when this article was idealized were achieved. These goals are to verify the viability of mediation method on conflict resolution and the performance of Law and Psychology professionals as mediators based on the experience in the conflict mediation program sponsored by the State Department of Social Defense from the Government of Minas Gerais.

Key-words: conflict, alternative ways to solve conflicts, mediation, subjectivity, multidisciplinary.

1. INTRODUÇÃO

O instituto da Mediação é um dos vários métodos chamados de alternativos para a resolução de conflitos, possuindo essa especial denominação por constituírem opções ao sistema formal e tradicional de acesso à justiça, que, para teoria neoinstitucionalista do processo, é acesso à jurisdição (LEAL, 2004), do latim *iuris dicto* - dizer o direito no caso concreto. O termo “acesso à justiça” ergue diversas discussões axiológicas, por utilizar critérios subjetivos, uma vez que o que é justo para uma das partes pode ser injusto para outra, visto que ambas se encontram em oposição no processo.

O excessivo formalismo do sistema judicial vigente, além de acarretar a delonga, em anos ou décadas (BRAGA NETO; SAMPAIO, 2007), do trâmite da demanda gerada pelo conflito, pouco contribui para que em seu âmbito as partes sejam ouvidas em sua totalidade. É sabido que, no momento em que o conflito se “judicializa” (VIANNA, 1999), outros interesses, como custas do processo, ônus de sucumbência e honorários sucumbenciais e o próprio objeto da demanda, influenciam diretamente na solução do conflito. As partes em sua subjetividade estão, na maioria dos casos,

indispostas a acordarem em um desfecho amigável, visto que, em muitas demandas, o processo acaba sendo usado com instrumento de “justiça” e de vingança para as partes do conflito.

Diante desse panorama, está a importância do uso dos métodos alternativos para resolução dos conflitos, principalmente a mediação, ante ao método tradicional de utilização do sistema judicial, sendo caminho, opção ou alternativa mais pacífica que prima por meios menos formais e, acima de tudo, prescinde do diálogo e negociação na condução do desfecho do conflito.

2. METODOLOGIA

Para a realização desse artigo, utilizou-se o procedimento metodológico Qualitativo. Pois, as pesquisas qualitativas são, em sua maior parte, voltadas para a descoberta, a identificação, a descrição aprofundada e a geração de explicações. Buscam o significado e a intencionalidade dos atos, das relações sociais e das estruturas sociais. (SANTOS, 1999, p.46).

Além disso, foi feito o levantamento da bibliografia que discute o tema, tanto da área da psicologia quanto da área do direito. Conforme Gil (2002, p.48): “a pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida com embasamento em material já elaborado, como, jornais, artigos científicos e revistas”. O insigne Durham (1988, p. 59) aponta que o cuidado nessa etapa é de extrema importância, é necessário buscar a origem e o potencial explicativo de cada conceito, categoria ou noção utilizada, sem interpretá-las inadequadamente, evitando que as mesmas possam perder poder ou mesmo não fazer sentido.

3. DOS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Os métodos alternativos de resolução de conflitos abrangem todas as formas não-jurisdionalizadas de solução de contendas que se abrem como opção às partes frente ao método tradicional. Tratados por muitos autores como “equivalentes jurisdicionais” (MAYER, 2011), os métodos alternativos de resolução de conflitos devem ser encarados como meios viáveis e equiparáveis à solução emanada pelo poder

estatal, apresentando, no entanto, diversas vantagens, por garantir maior celeridade, menos burocracia e onerosidade às partes.

Nos tempos primórdios, devido à falta de uma organização formalmente destinada a solução de litígios, os indivíduos utilizavam das próprias forças para fazer valer o seu direito frente aos demais (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 1999, p.20). Galgada na subjugação de uma pessoa à vontade da outra, a autotutela foi cedendo espaço a outras medidas menos agressivas e que levavam em consideração ambos os interesses em disputa. Embora pareça impraticável na nossa atual conjuntura, a autotutela ainda apresenta alguns resquícios em nosso ordenamento jurídico, em raras hipóteses, como a legítima defesa, apreensão do bem com penhor legal e desforço imediato no esbulho.

Subvertendo as práticas da vingança individual, a autocomposição toma suas feições como verdadeiro método de solução de litígios. A autocomposição engloba todos os métodos em que as próprias partes chegam a uma solução para seu conflito, com ou sem a participação de um terceiro interessor.

A autocomposição comporta três espécies: renúncia, submissão e transação. A renúncia e a submissão operam-se através de atos unilaterais das partes, em que estas lançam mão de seu direito sem uma real disputa. Na renúncia, a parte abdica do direito em discussão em favor da outra, enquanto na submissão a parte se sujeita à pretensão contrária, mesmo que haja legitimidade em sua resistência (MAYER, 2011). Observa-se que nessas hipóteses não ocorre verdadeiramente uma ponderação entre os interesses contrários, apenas liberalidades que encerram o conflito.

Na transação, por sua vez, os envolvidos abdicam de parte de seu direito de forma mútua, através de concessões recíprocas, chegando a um consenso que, em tese, é satisfatório para ambas as partes.

Dentre deste contexto, estão situados os métodos da conciliação, da mediação e da negociação, sendo considerados os instrumentos pelos quais se efetiva a autocomposição.

A negociação, na concepção delineada por Lia Regina Castaldi Sampaio e Adolfo Braga Neto (2007, p.9), é a primeira instância da tentativa de resolução do conflito, em que as partes, por si mesmas, tentam a reaproximação através do diálogo, procurando atender o clamor de uma parte em relação à outra. A negociação, ainda neste contexto, surgiria como uma decorrência do próprio inconsciente humano, como

se um instinto fosse, de procurar resolver seus problemas sempre que exista um incômodo numa inter-relação existente.

A conciliação também se aproveita do método instaurado na negociação de aproximação entre as partes para chegar-se num consenso benéfico para ambos, desta vez com a participação de um terceiro intermediário. Envolve, geralmente, pessoas sem inter-relação anterior e que buscam no diálogo uma via mais rápida para a resolução da do seu problema.

O conciliador, de regra, é pessoa estranha ao conflito, sem vínculo com os envolvidos, o que lhe garante imparcialidade na condução do debate. Seu papel é auxiliar as partes a refletirem melhor o conflito, apontando caminhos e sugestões para o deslinde da questão.

A conciliação, sem dúvidas, é o método alternativo mais difundido na realidade brasileira, em virtude da sua ampla previsão no nosso ordenamento. De regra, sempre se procede à tentativa de conciliação durante o processo judicial, antes que se realize a instrução e o julgamento da causa.

Arbitragem, por sua vez, é outro equivalente jurisdicional que envolve um terceiro na composição do conflito. A arbitragem tem lugar na resolução de conflitos envolvendo direitos patrimoniais disponíveis, no qual um terceiro independente e imparcial, que recebe poderes de uma convenção arbitral, decidirá a questão, com força equivalente a uma sentença judicial (SAMPAIO; BRAGA NETO, 2007, p.14).

A arbitragem guarda origens na Babilônia do ano 3000 a.C., onde era utilizada para dirimir conflitos entre Estados soberanos. Também há registros de sua aplicação na Roma e Grécia antigas, bem como em todo o período da Idade Média. SAMPAIO; BRAGA NETO, 2007, p.15). No Brasil, este instituto remonta às Ordenações Filipinas e Manuelinas que admitiam a sua existência.

Atualmente, a arbitragem é regulada pela Lei nº 9307/1996, que lhe garantiu a autonomia como equivalente jurisdicional. Esse diploma não mais prevê a necessidade de homologação judicial, de forma que a decisão arbitral possui desde logo plena eficácia executiva.

É de se salientar que a arbitragem instala-se, geralmente, em razão de um compromisso previamente estipulado entre as partes, seja através de um contrato ou não. Em consequência, a cláusula de compromisso arbitral afasta a competência primária da jurisdição, devendo as partes, obrigatoriamente, submeter quaisquer conflitos à decisão do árbitro ou grupo de árbitros.

Por fim, cabe falar da mediação, que compartilhando da ideia de um terceiro intercessor no litígio, vem trazer solução semelhante aos institutos ora analisados, embora com técnicas e métodos que lhes sejam próprios. Na mediação, os as partes vêm de uma relação preexistente, de uma convivência anterior. Assim, o objetivo perpassa a solução daquele conflito isolado; vai muito além, buscando a manutenção e o fortalecimento do relacionamento dos envolvidos.

Em razão disso, o mediador incumbe-se de um papel ainda mais delicado, devendo direcionar as partes de modo que elas mesmas encontrem a resposta para seu conflito. Conforme salientam Sampaio e Braga Neto (2007, p.20), o ponto mais importante é estimular o diálogo cooperativo:

(...) uma vez que os atores envolvidos no conflito são os mais indicados para solucionar suas questões, pois sabem o que é o melhor para eles próprios, embora seja o momento conflituoso o elemento que dificulta colocar em práticas esse conhecimento, cabe ao terceiro auxiliar nesse sentido. (SAMPAIO E BRAGA NETO, 2007, p.20.)

A mediação destaca-se também por propiciar a multidisciplinaridade. Aconselha-se que a mediação prossiga com o auxílio de profissionais de diversas áreas na busca de soluções mais adequados a cada caso. Por exemplo, nas medições envolvendo questões familiares, é aconselhável a interação entre os profissionais de Direito, Psicologia, Ciências Sociais e entre outras áreas que abordarão cada um dos pontos na mediação do conflito.

Várias são as vantagens do método de mediação, como possibilitar a transformação da “cultura do conflito” em “cultura do diálogo” na medida em que estimula a resolução dos problemas pelas próprias partes, sendo elas os atores principais e responsáveis pela resolução da divergência. Além disso, a mediação, por suas peculiaridades, torna-se um meio de solução adequado a conflitos que versem sobre relações continuadas, ou seja, relações que são mantidas apesar do problema vivenciado. Também ressalta-se que os conflitos que envolvem sentimentos e situações fruto de um relacionamento – mágoas, frustrações, traições, amor, ódio, raiva – revelam-se adequados à mediação. Isso porque, nesse mecanismo de solução de controvérsias, há um cuidado, por parte do mediador, de facilitar o diálogo entre as partes, da maneira a permitir a comunicação pacífica e a discussão efetiva dos conflitos.

Como bem salienta a advogada Águida Arruda Barbosa (2006), “a definição de mediação também se enquadra como espaço de criatividade pessoal e social, um

acesso à cidadania. A mediação encontra-se num plano que aproxima, sem confundir, e distingue, sem separar”.

Assim a mediação busca promover a liberdade das partes, a não-competitividade, poder de decisão das partes, a comunicação, transformação e um possível acordo entre os envolvidos no conflito. Sendo caminho, opção ou alternativa mais pacífica que prima por meios menos formais e, acima de tudo, prescinde do diálogo e negociação na condução do desfecho do conflito.

4. SUBJETIVIDADE DAS PARTES ENVOLVIDAS NO CONFLITO

É indubitável a interferência do estado de espírito da parte no desfecho e resolução do conflito, sendo considerado o aspecto subjetivo da lide. No entanto, para se analisar mais a fundo essa interferência, faz-se necessário o estudo do que é conflito.

Para melhor entendimento do que venha a ser o conflito, toma-se o entendimento de Ferreira (2000, p. 174) que o qualifica como sendo “(1) luta, combate; (2) guerra; (3) desavença, discórdia”. Segundo a visão de Galo (2005):

Várias pesquisas apresentam o conflito como o desacordo que conduz a uma luta de poder. O conflito se instala quando há divergência de ideias, quando o papel por desempenhar choca-se com os princípios de outras pessoas. É impossível eliminar os conflitos: eles fazem parte da condição humana. “O homem conflita consigo mesmo, procurando superar-se”. (GALO, 2005, p. 3).

No início do século XX, o homem tomou conhecimento sobre o psiquismo inconsciente. Percebendo que possui desejos e pensamentos que agem sobre sua consciência e influenciam sua percepção, pensamentos e comportamentos. Conjecturou-se que o inconsciente opera, sem a menor possibilidade de controle. O ser humano luta entre a busca da satisfação das necessidades e a real possibilidade de realização. É relevante a compreensão desses conceitos para entender de maneira mais complexa o conflito, pois as pessoas sempre se deparam com discursos concretos e fechados das posições, em que existem, inconscientemente, pulsões, ou seja, os interesses e as necessidades, que na realidade são verdadeiros motivadores da existência dos conflitos.

Considerando que o conflito é um embate entre pessoas, que por sua vez, origina-se de subjetividades, a escuta é uma possível terapêutica para o problema, oportunizando o entendimento e diagnóstico daquilo que está criando o conflito. Pois, a solução de conflitos em qualquer instância passa pela compreensão de que as pessoas

vêm de realidades distintas e de processos educacionais desnivelados. Além, é claro, dos aspectos emocionais, culturais e psicológicos que compõem a personalidade de cada um.

Por isso, ressaltar que o diálogo seja um instrumento fundamental na gestão de conflitos, por ser o caminho da mediação. Mas dialogar simplesmente não basta. É preciso saber reconhecer que entre pessoas há semelhanças e diferenças; que, enquanto as semelhanças são concebidas pelas necessidades básicas como biológicas, segurança, afetividade, estima e realizações pessoais (MASLOW, 1977) de outro lado, as diferenças têm características biológicas e sociais, voltadas para as disposições inatas e inconscientes do indivíduo, seu desenvolvimento e o meio social em que está inserido.

Um diálogo autêntico pressupõe respeito pelos interesses próprios e alheios. Mas deve ser manifestado por meio de uma comunicação objetiva, com valorização dos pontos de acordo, firmeza nas convicções, abertura aos outros e, essencialmente, com clareza de linguagem.

Do ponto de vista da gestão, na resolução de conflitos, o diálogo é a única estratégia criativa, capaz de gerar entendimento, confiança mútua e cooperação. Enfim, o sinal distintivo do homem de diálogo é que escuta tão bem como fala ou, talvez, melhor (LACROIX, 1972).

Sabe-se que a mediação consiste em buscar um acordo em comum para solucionar o conflito existente entre as partes (MUSZKAT, 2008). Porém, mais do que isso, a mediação transcorre a subjetividade, uma vez que, as partes é que devem ceder para chegar a um acordo. E assim, o trajeto percorrido até esta combinação, exige de cada envolvido, uma escolha legítima, espontânea, que não lhes cause prejuízos, desconforto e nem mesmo a percepção de que foram coagidos a ceder. Enfim, a mediação lida com pessoas e estas, por sua vez, têm as suas particularidades, a sua subjetividade (TEIXEIRA, 2007).

O mediador, segundo a mesma autora, deve ser cauteloso e ter muita atenção para que os envolvidos no conflito não desistam das suas vontades mediante a um acordo que para estes, não é conveniente. Sendo assim, é necessário que o mediador, por meio da facilitação do diálogo entre os envolvidos, zele pelo bem estar social dos mesmos, fazendo com que cada parte consiga chegar a uma solução que seja satisfatória para todos.

Apesar de a mediação ter um caráter, muitas vezes, objetivo, ainda assim, são processos que acontecem e perpassam a subjetividade, as relações, os sentimentos e

as emoções, tendo em vista que há uma desconstrução do conflito, um espaço para as partes envolvidas dialogarem e então, a possibilidade de uma construção da solução. Assim sendo, o mediador ultrapassa o ato de auxiliar a findar uma desordem, ele vai além, ele vai ao encontro com a individualidade do envolvido, que também é parte integrante deste conflito (TEIXEIRA, 2007).

5. A ATUAÇÃO DO PROGRAMA DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS NA ADMINISTRAÇÃO DOS CONFLITOS

No método da mediação em que se valoriza o diálogo e o acordo, é indispensável que o terceiro que a conduz exerça o papel de facilitador desse diálogo. Sendo imprescindível para seu bom andamento que ela seja promovida por uma equipe multidisciplinar, geralmente, formada por um psicólogo e o profissional do Direito. Mas além dessas profissões, atualmente já se discute a necessidade de ser formada por assistente social, cientista social, historiador, entre outras. Braga Neto; Sampaio (2007) denominou esse método de “co-mediação”, ou seja, a mediação feita por mediadores de diversos ramos profissionais.

Como expressão concreta da necessidade de atuação interdisciplinar, principalmente do psicólogo e do profissional do Direito na condução de uma mediação, existe o Programa Mediação de Conflitos, realizado pela Secretaria de Estado de Defesa Social, presente em 24 comunidades do Estado de Minas Gerais, identificados e caracterizados pelos altos índices de vulnerabilidade e exclusão social. Para tanto, implanta-se um equipamento de base local denominado Centro de Prevenção de Criminalidade (CPC) que é o espaço físico que recebe as diversas atividades dos programas de prevenção, (LEANDRO; CRUZ, 2010) com o objetivo de disseminar a cultura de paz baseada no exercício da cidadania e na garantia de direitos humanos. Valorizado a comunicação não-violenta, que é uma técnica de diálogo desenvolvida por Rosenberg (2006), psicólogo e neto, do mais famoso pacifista do mundo, Mohandas Karamchand Gaandhi.

Na convivência com Gandhi, ele percebeu a necessidade de se criar uma técnica em que se busca manter um diálogo pacífico, ainda que haja um conflito entre as partes. O que para o procedimento da mediação é de extrema relevância, a fim de tentar restabelecer a situação de convivência harmônica das partes antes de se instalar o conflito. Nesse sentido o autor diz:

A comunicação não- violenta (CNV) nos ajuda a nos ligarmos uns aos outros e a nós mesmos, possibilitando que a nossa compaixão natural floresça. Ela nos guia no processo de reformulação a maneira pela qual nos expressamos e escutamos os outros, mediante a concentração em quatro áreas: o que observamos, o que sentimos, do que necessitamos, e o que pedimos para enriquecer nossa vida. (ROSENBERG, 2006, p. 32).

O Programa mediação de conflitos também atua na resolução extrajudicial de conflitos e o acesso à justiça, por meio de mediações interpessoais e coletivas, além de fornecer orientação jurídica e psicológica. Busca, ainda, articular e fomentar à organização comunitária e institucional. O foco desse programa é atuar em comunidades marcadas por violações recorrentes aos direitos fundamentais.

Nessas áreas, mediadores especialmente treinados ajudam as pessoas a abordarem conflitos interpessoais e comunitários; conflitos em relações de família (pensão, divórcio, investigação de paternidade); aposentadoria, pensões e benefícios previdenciários (INSS); violência doméstica, contra a mulher, contra a criança e contra idosos; relações entre vizinhos; associativismo, cooperativismo e outras questões ligadas ao fomento da convivência pacífica e da solidariedade. (BARBOSA, 2006).

E nesse sentido, o papel do psicólogo e o papel do profissional do direito são indispensáveis. Apesar de tanto um como o outro atuar como facilitadores do diálogo, cada um deles contribuirá no desenrolar da mediação, conforme sua formação profissional.

O Mediador com formação em psicologia irá atuar na análise da demanda inicial, retificando-a para as partes, que muitas vezes comparece ao programa de mediação de conflitos, não para procurar uma orientação jurídica, mas buscando ser ouvida, “desabafando” o sofrimento que está vivenciando em decorrência do conflito instalado que, na maioria dos casos, tem cunho intrafamiliar. Como exemplo, destaca-se os casos dos indivíduos que buscam o programa com a demanda de divórcio, às vezes com discurso bem elaborado, parecendo estar completamente convicto de sua decisão. Todavia, ao ser indagado, principalmente pelo mediador-psicólogo, das suas motivações, de como se sentem e como está o relacionamento, até mesmo do sentimento que nutre pelo cônjuge, a parte acaba deixando transparecer o amor que ainda sente pelo parceiro (a) e a vontade de melhorar a convivência, a fim de permanecerem juntos. Nesse ínterim, a mediação irá contribuir para “restaurar o diálogo” (BRAGA NETO; SAMPAIO, 2007), na tentativa de restabelecer a situação harmônica entre elas.

O mediador desempenha também *funções emocionais*, relacionadas com o estabelecimento de sentimentos de sintonia entre o mediador e os mediados, (...). Sem ela, aspectos emocionais essenciais de cada mediado poderão permanecer ocultos e a mediação não atingirá seus propósitos, porque corre o risco de não incluir valores fundamentais no elenco dos itens negociados. (BRAGA NETO; SAMPAIO, 2007).

Já o mediador, profissional do Direito, com seus conhecimentos das normas, contribuirá para que as partes saibam quais são seus direitos e obrigações, e quais as implicações legais de suas decisões. Zelando para que no procedimento da mediação e na ocorrência de um acordo, as partes não tenham seus direitos violados ou minorados.

Assim sendo, a atuação do mediador, seja da psicologia, seja do direito, não deve ser imparcial e sim multiparcial, no sentido de zelar pelo bem estar de cada parte, buscando equilibrar a situação e cuidando para que as partes cheguem a um acordo que verdadeiramente elas tenham construído, facilitando a comunicação entre ambas e não apenas ouvindo e vendo o que acontece.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi explicitado, podemos perceber que os vários métodos alternativos de resolução de conflitos constituem verdadeira opção ao sistema formal e tradicional de acesso à justiça. Dentre eles, tem-se a mediação que está alicerçada na valorização do diálogo. Nesse método, um terceiro, denominado de mediador, irá conduzir o diálogo, exercendo o papel de facilitador da comunicação entre as partes. Ele deve ser multiparcial, pois irá cuidar para que os envolvidos sejam ouvidos e suas vontades sejam respeitadas e cuidar para que, caso cheguem a um acordo, este seja inteiramente construído junto às partes no conflito.

A mediação é conduzida por uma equipe multidisciplinar, geralmente, formada por um psicólogo e um profissional do Direito. Mas além dessas profissões, atualmente já se discute a necessidade de ser formada por assistente social, cientista social, historiador, entre outras. E nesse sentido, o papel do psicólogo e o papel do profissional do direito são indispensáveis. Este irá zelar para que os direitos dos envolvidos no conflito sejam protegidos. Já aquele irá analisar a demanda inicial trazida

pelas partes, retificando-a, se necessário, além de verificar os aspectos emocionais e as verdadeiras motivações que os envolvidos carregam.

O Programa Mediação de Conflitos, realizado pela Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, é um exemplo concreto dessa atuação multidisciplinar, principalmente do psicólogo e do profissional do Direito na condução do procedimento da mediação. Que muito contribui para promoção do diálogo na busca de uma solução pacífica para os conflitos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Águida A. Relação de Respeito. **Boletim IBDFAM**, n. 38, ano 6, p. 7, maio-jun. 2006.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO; Cândido R. **Teoria Geral do Processo**. 15. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

CRUZ, Giselle Fernandes Corrêa da; LEANDRO, Ariane Gontijo Lopes. **Programa mediação de conflitos da secretaria de estado de defesa social de minas gerais: Delineando uma metodologia em mediação individual e comunitária**. Disponível no site: www.ijucimg.org.br. Acesso em 26 de novembro de 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini-Aurélio - O Minidicionário da Língua Portuguesa – Século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GALO, Carla. **Gestão de conflitos**. Out.2005. Disponível em:<http://www.rh.com.br/ler.php>. Acesso em: 27 de novembro 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEAL, Rosemiro Pereira, **Teoria Geral do Processo: primeiros estudos**. 5. Ed. São Paulo: Thomson–IOB, 2004.

LACROIX, Jean. **Marxismo, existencialismo, personalismo**. São Paulo: Paz & Terra, 1972.

MASLOW, A. H. Uma teoria da motivação humana. In: BALCÃO, Y. G.; Cordeiro, L. **O comportamento humano na empresa**. Rio de Janeiro: FGV, 1977.

MAYER, Larissa Affonso. **Métodos alternativos de resolução de conflitos sob a ótica do direito contemporâneo**. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2997, 15 set. 2011 . Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/19994>. Acesso em: 29 novembro 2012.

MUSZKAT, M. E. **Guia prático de mediação de conflitos**. 2. ed. rev. São Paulo: Summus, 2008.

BRAGA NETO, Adolfo; SAMPAIO, Lia Regina Castaldi. **O que é Mediação de Conflitos**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

Núcleo de mediação de conflitos. Disponível em: https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=285&Itemid=119. Acesso em 27 de novembro de 2012.

Programa mediação de conflitos. Disponível em: http://www.institutoelo.org.br/site/parcerias/blog_programa/3, acesso em 25 de novembro de 2012.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação Não-Violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. São Paulo: Ágora, 2006.

TEIXEIRA, G. N. Reflexões sobre a psicologia no Programa de mediação de conflitos: um relato de experiência do trabalho desenvolvido em Minas Gerais. **Mosaico: estudos em psicologia**, Vol. I, nº 1, 2007, p. 17-23.

VIANNA, Luiz Wernerck. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

ALUNO COTISTA DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: QUÃO DIFERENTE É O SEU RENDIMENTO ACADÊMICO, EM RELAÇÃO AO ALUNO NÃO COTISTA?⁴²

Juracy Leite Araujo⁴³
Liliane de Souza Lima⁴⁴
Virginia Nobre⁴⁵
Maria Elizete Gonçalves⁴⁶
Luciene Rodrigues⁴⁷

RESUMO

Uma das motivações para a realização desse artigo está associada à polêmica levantada no período de implementação das cotas nas universidades brasileiras, relacionada ao desempenho dos cotistas nas universidades, que na visão de muitas pessoas, seria inferior ao dos alunos não cotistas. O objetivo do artigo consistiu em verificar a existência de possíveis diferenças no rendimento dos alunos cotistas e não cotistas do curso de Ciências Sociais da UNIMONTES. Foi utilizado o método descritivo, aplicado aos dados coletados na Secretaria Geral da Universidade. Entre os principais resultados, observou-se que nos períodos iniciais, os alunos não cotistas tiveram um melhor rendimento nas disciplinas cursadas; sendo que ao longo do curso, os alunos cotistas destacaram-se por apresentar um melhor rendimento. Conclui-se que, para um melhor entendimento dos resultados obtidos, é preciso analisar outros fatores como o perfil do acadêmico, que tem grande influência sobre o seu resultado ao longo do curso de graduação.

Palavras-chave: Aluno cotista, aluno não cotista, rendimento acadêmico.

1. INTRODUÇÃO

A adoção de políticas de tratamento preferencial, ou afirmativa, não é algo recente no contexto brasileiro. Bernardino (2004) nos lembra que leis que beneficia particularmente determinados segmentos já são há muito desenvolvidas no país, com o decreto-lei 5.452/43 que ao querer limitar o número de estrangeiros nas empresas brasileiras, estabelece cotas de 2/3 para brasileiros em empresas individuais e coletivas, e a lei 5.465/68, chamada lei do Boi, que reserva 50% das vagas em estabelecimentos de

⁴² Este artigo faz parte de pesquisa financiada pela FAPEMIG

⁴³ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Montes Claros. Endereço para contato: juracyl@yahoo.com.br

⁴⁴ Acadêmica do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros. Endereço para contato: lilyaneg3@hotmail.com

⁴⁵ Acadêmica do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros. Endereço para contato: virginia.nobre@yahoo.com.br

⁴⁶ Professora doutora do Curso de Ciências Econômicas. Endereço para contato: maria.goncalves@unimontes.br

⁴⁷ Professora doutora do Curso de Ciências Econômicas. Endereço para contato: rluciene@unb.br

ensino nível médio agrícola e escolas superiores de agricultura e veterinária para candidatos agricultores ou filhos destes.

Analisou-se e foi colocado em pauta, e exposto no Brasil, a questão das cotas, é nos anos 1990 que se intensifica a adoção de políticas afirmativas no Brasil através da definição de cotas para determinados segmentos sociais. Para citar algumas, em relação aos portadores de necessidades especiais a Lei 8.112/92 preconiza a adoção de cotas de até 20% no serviço público civil da União para este segmento. A Lei 9.504/97 estabelece cotas para mulheres nas candidaturas partidárias. Além dessas, uma série de outras iniciativas em relação às políticas afirmativas foram adotadas, como aquelas estabelecidas através de legislações estaduais que reservam parte das vagas de suas universidades para alunos negros, indígenas, egressos de escolas públicas e portadores de necessidades especiais.

Como exemplo, podemos apontar a iniciativa do Estado do Rio de Janeiro que através da Lei Estadual 3.708 de 9 de novembro de 2001 estabelece cotas de 40% para negros e pardos na UERJ e na Universidade do Norte Fluminense; e do Estado de Minas Gerais, através da Lei Estadual 15.259 de 27 de julho de 2004, que estabelece cotas para egressos de escolas públicas, negros, índios e portadores de necessidades especiais na Universidade Estadual de Minas Gerais –UEMG- e na Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.

O início efetivo do sistema de vagas na Universidade ocorreu no processo seletivo 1/2005, realizado em dezembro de 2004. Os alunos que ingressaram na Universidade por meio desse processo concluíram o curso em dezembro de 2008 (duração de oito semestres). Para os cursos com duração igual a dez semestres, o seu término ocorreu em dezembro de 2009. O processo seletivo 2/2005 foi realizado em junho de 2005. Os cursos com duração equivalente a quatro anos foram concluídos em junho de 2009.

Uma das propostas desse estudo é o acompanhamento (retrospectivo) da trajetória acadêmica dos alunos que ingressaram na UNIMONTES por meio do processo seletivo 1/2005.

A pretensão foi analisar diversos aspectos quantitativos e qualitativos relacionados à essa trajetória, fazendo-se o recorte pelos sistemas universal e de cotas.

O que não se pode negar é a existência de muitas dificuldades relacionadas à entrada e permanência dos estudantes egressos da escola pública carentes, afro-descendentes carentes e portadores de necessidades especiais nas universidades.

Esse estudo, ao contemplar questões desse tipo, pode contribuir para uma maior reflexão sobre a adoção das políticas afirmativas, na modalidade cotas, no interior das instituições de ensino superior do País.

Para alcançar os objetivos propostos, além da análise descritiva, foi aplicada a técnica de análise de sobrevivência, adequada a dados longitudinais. Os dados utilizados foram coletados na secretária geral da universidade.

Esse estudo está dividido em quatro seções, além dessa introdução. Na primeira, é realizada uma revisão de literatura sobre as políticas de ação afirmativa e o sistema de cotas nas universidades. Na segunda, é apresentada a metodologia de análise e a fonte de dados utilizados. Na terceira, são apresentadas, os resultados do estudo e discussão. Por último, são feitas as considerações finais.

2. A POLÍTICA DE COTAS NAS UNIVERSIDADES

Em 2003 foi implementada a lei 10.639/2003, que estabelece as diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004). Seguindo essa tendência, as diretrizes emanadas do ministério da Educação propõem a inclusão do tema transversal pluralidade Cultural no currículo das escolas de nível elementar e média (Brasil, 1997). Destacam-se entanto as medidas e os diversos projetos desenvolvidos no interior de várias escolas do país tendo como valorizar e dar visibilidade a formas de expressão cultural de grupos e segmentos sociais colocados em situação de subalternidade.

Todas essas medidas citadas acima estão alinhadas e se classificam dentro das chamadas políticas afirmativas, as quais podem ser definidas.

Como um conjunto de políticas, ações e orientações públicas ou privadas, de caráter compulsório (obrigatório), facultativo (não-obrigatório) ou voluntário que têm como objetivo corrigir as desigualdades historicamente impostas a determinados grupos sociais e/ou étnico/raciais com um histórico comprovado de discriminação e exclusão. (MUNANGA e GOMES, 2006, p. 186).

Entende-se que essa política tem caráter emergencial e transitório, estando a decisão de sua continuidade vinculada à avaliação da persistência, ou não, das condições de desigualdade e exclusão que as inspiraram. Segundo Gomes (2003) as políticas de ação afirmativa representam uma mudança na postura do Estado, que começa a considerar fatores como raça, cor, sexo, origem social, compleição física no

momento de implementar suas decisões, substituindo o princípio da igualdade formal pela igualdade substancial, de forma a dar legitimidade às suas ações.

3. METODOLOGIA DE ANÁLISE

Para o desenvolvimento desse estudo, além da análise descritiva dos dados, foi realizada a análise de sobrevivência. Essas técnicas foram aplicadas aos dados relacionados ao Processo seletivo 1/2005. Para os dados relacionados ao Processo seletivo 1/2010 (pesquisa em andamento), será aplicada também a análise fatorial.

Ao longo dos períodos, estão sendo aplicados questionários aos alunos, para a coleta informações qualitativas, não disponíveis no banco de dados da Universidade. O objetivo é a obtenção de dados que contribuam para melhor retratar as diversas peculiaridades relacionadas aos acadêmicos entrantes pelas diferentes modalidades. As técnicas de análise utilizadas serão descritas na seqüência.

No curso de Ciências Sociais, a maioria dos alunos que ingressaram na Universidade pelo Sistema universal foi do sexo feminino (75%). Entre os alunos que ingressaram pelo sistema reserva de vagas, metade era de cada sexo.

Em relação à cor, metade dos alunos que ingressaram no Curso pelo Sistema universal declararam ser da cor parda, 25% negra e 25% branca. Quanto aos alunos cujo ingresso foi pelo Sistema de Reserva de Vagas 50% se declararam negros e os outros 50% se declararam pardos.

Com relação à situação de trabalho, 25% dos alunos ingressantes pelo Sistema universal declararam trabalhar sendo responsáveis parcialmente pelo sustento da família; 25% declararam trabalhar sendo responsáveis apenas pelo próprio sustento; 25% trabalhavam, mas recebiam ajuda financeira da família/outras pessoas; e 25% não trabalhavam. Entre os alunos que ingressaram pelo sistema Reserva de Vagas, 50% declararam trabalhar sendo responsáveis parcialmente pelo sustento da família, e os outros 50% não trabalhavam.

Quanto à variável renda, entre os alunos entrantes pelo Sistema universal, 25% declararam uma renda de até R\$485,00; 25% declararam ter renda entre R\$. R\$.2.905,00; e os outros 50% declararam ter renda entre R\$1.245,00 e R\$2.075,00. Com relação aos alunos que ingressaram pelo Sistema de Reserva de Vagas, 50% declararam possuir uma renda que varia entre R\$416,00 e R\$1.245,00; e o restante declarou uma renda entre R\$2.076,00 e R\$2.905,00.

Nenhum aluno do curso de Ciências Sociais declarou ter sofrido qualquer tipo de discriminação por parte de alunos ou de professores.

4. DADOS

Os dados utilizados nesse estudo foram coletados junto a secretária Geral da UNIMONTES, referente ao curso de ciências Sociais.

O GRÁF.1 revela que nos primeiros períodos do curso de Ciências Sociais, as maiores notas nas disciplinas cursadas foram obtidas pelos alunos cujo ingresso na UNIMONTES foi pelo sistema universal (SUN), e as menores notas, pelos alunos que ingressaram como egresso de escola pública carente (EEPC). Ao longo do curso houve uma inversão nesse quadro, sendo possível observar um melhor desempenho acadêmico dos alunos que ingressaram na Universidade pelo PAES e pela categoria Afro-descendente carente (ADC). Observa-se também a melhoria no desempenho, nos últimos períodos, dos alunos da categoria EEPC.

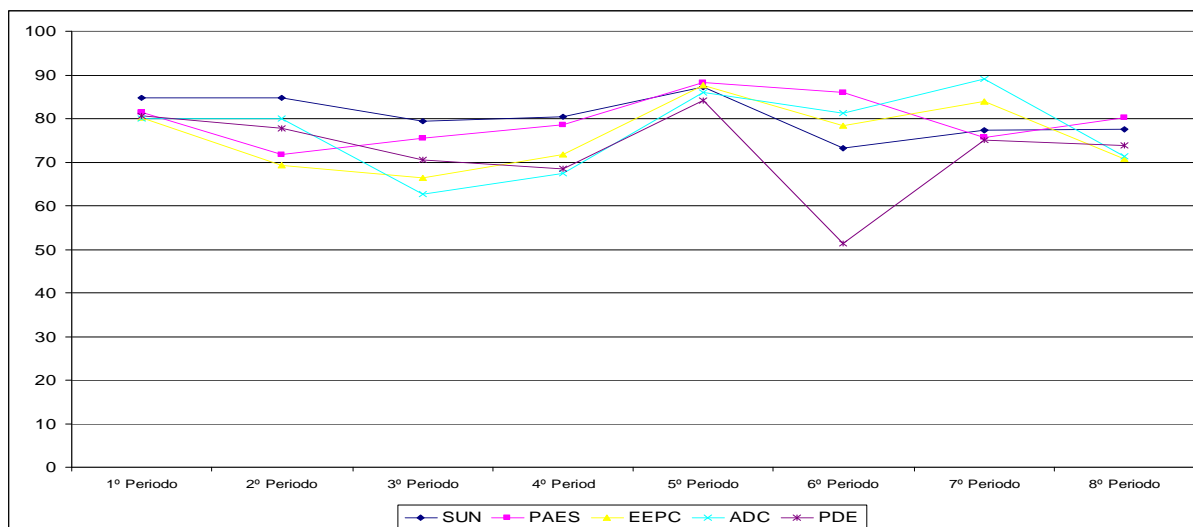


Gráfico 1: Nota média das disciplinas cursadas por período, segundo o sistema de ingresso (processo seletivo 1/2005), curso de Ciências Sociais - UNIMONTES.

Fonte: Gonçalves et al. Pesquisa FAPEMIG SHA APQ-01402-09.

Verifica-se que mais da metade dos alunos do curso de Ciências Sociais tiveram dependência ao longo do curso (cerca de 63%). Quase todos os alunos cotistas.

Vivenciaram o evento, sendo que o menor percentual de ocorrência do evento foi observado para os alunos ingressantes pelo PAES.

Tabela 7: Total e percentual de falhas, segundo a modalidade de ingresso, Curso de Ciências Sociais – UNIMONTES.

<i>CIÊNCIAS SOCIAIS</i>			
MODALIDADE	Nº ALUNOS	FALHAS	% FALHAS
SUN	13	07	53,85
PAES	10	04	40,00
EEP	06	06	100,00
PDE	01	01	100,00
Total	35	22	62,86

Fonte: Gonçalves et al. Pesquisa FAPEMIG SHA APQ-01402-09.

Tabela 8: Tempo médio e mediano de sobrevivência à primeira dependência, segundo modalidades de ingresso, Curso de Ciências Sociais

<i>Modalidade</i>	<i>Tempo Médio</i>	<i>Tempo Mediano</i>
SUN	6,00	6
PAES	5,33	4
EEP	2,50	2
ADC	3,93	3
PDE	3,00	3

Fonte: Gonçalves et al. Pesquisa FAPEMIG SHA APQ-01402-09.

Constata-se que as curvas de sobrevivência à primeira dependência caem rapidamente ao longo dos períodos, sendo que a probabilidade de sobrevivência foi maior para os acadêmicos ingressantes pelo Sistema universal. Ainda assim, ao fim do curso, essa probabilidade foi de apenas 40%. Para as modalidades relacionadas ao Sistema de cotas, observa-se que as curvas atingem o valor 0,00 ao longo do curso. Para os alunos do Sistema universal, o tempo mediano de sobrevivência ao evento correspondeu a 6 períodos; enquanto que para os egressos de escola pública esse tempo foi 1/3 desse valor (TAB. 8). De acordo com o teste Log-Rank, existem diferenças estatisticamente significativas entre as curvas estimadas (p -valor = 0,0146)

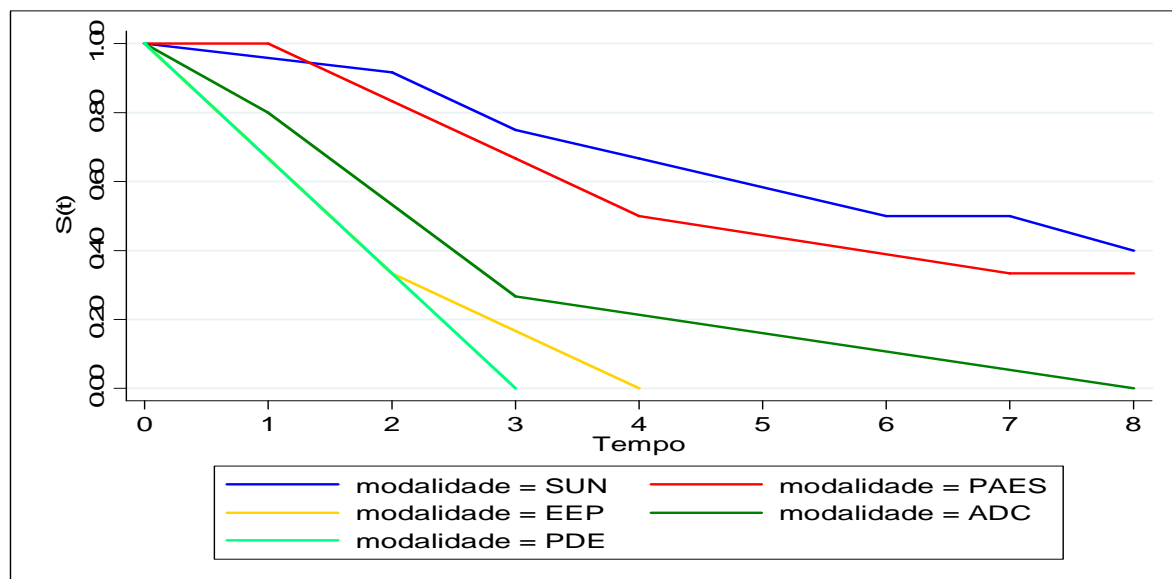


Gráfico 25: Curvas de Sobrevivência à Primeira Dependência, Curso de Ciências Sociais - UNIMONTES (Processo Seletivo 1/2005).

Fonte: Gonçalves et al. Pesquisa FAPEMIG SHA APQ-01402-09.9

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No curso de ciências sociais as maiores notas médias. Das disciplinas ofertadas no primeiro semestre de 2005. Foram dos alunos, ingressos pela as categorias” sistema universal” e” egresso de escola pública” respectivamente. Então, para o curso analisado, os alunos cujo ingresso foi pelo sistema universal tiveram um desempenho superior aos alunos que entraram pelo o sistema de cotas. Conclui-se que, para um melhor entendimento dos resultados obtidos. é preciso analisar outros fatores como o perfil do acadêmico, que tem grande influência sobre o seu resultado ao longo do curso de graduação. Em geral, o perfil do acadêmico influencia o seu rendimento, como tem apontado a literatura existente. Portanto, uma ressalva precisa ser feita aqui: a base de dados utilizada não foi construída de forma a associar as características dos alunos às suas notas. O questionário aplicado (na coleta das variáveis relacionadas aos alunos) disponibilizado aos pesquisadores desse Projeto, não tinha o número da matrícula do aluno. Com isso, foram feitas análises dissociadas, o que implica em uma perda de informações relevantes.

A análise das notas médias obtidas pelos alunos dos diversos cursos de graduação (Processo seletivo 1/2005) revelou diferenciais nos resultados acadêmicos, segundo a modalidade de ingresso na Universidade. Em alguns cursos, as maiores notas médias foram obtidas pelos alunos que ingressaram na UNIMONTES pelo Sistema

universal; em outros, pelo PAES; em outros, pelo sistema de cotas (categorias afro-descendente carente e egresso de escola pública carente). Verificou-se ainda que não houve uma regularidade nas notas segundo as modalidades de ingresso, ao longo do curso: em alguns casos, nos períodos iniciais, as maiores notas foram obtidas pelos alunos de uma determinada modalidade; e no final do curso, de outra modalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLISON, P. D. Survival analysis using the SAS system. A practical guide. EUA: 1995.

BARBOSA, J. L. e BRANDÃO, A. (2007). Conectando saberes: jovens de origem popular e o difícil caminho para a Universidade. In: BARBOSA, J. L. et al. (org.). Jovens de camadas populares na universidade. Rio de Janeiro, UFF.

BERNARDINO, J.(2004). Levando a raça a sério: ação afirmativa e correto reconhecimento. In: BERNARDINO, J. e GALDINO, D (org.). Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A.

BRASIL (2004). Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/SEPP/IR.

HOUGH, G.C. Multistate life tables and event history analysis: new tables of working life. Austin: Universidade de Texas, 1994 (tese de doutoramento).

MAYER, K.U; TUMA, N.B. Event history analysis in life course research. Madison, The University of Wisconsin Press, 1990.

MUNANGA, K. (2004). Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. In: GOMES, N. L. e MARTINS, A. A. (org.). Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade. Belo Horizonte: Autêntica.

MUNANGA, K. e GOMES, N. L. (2006). O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global. (Coleção para entender).

SINGER, J.D.; WILLET, J. B. Applied Longitudinal Data Analysis: Modeling change and event occurrence. New York: OXFORD, 2003.

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS NO PERÍODO DE 2002 A 2011

Camila Mendes Soares, Nívea Pereira Costa, Laíza Mendes Antunes⁴⁸; Reginaldo Moraes de Macedo⁴⁹

RESUMO

O presente artigo teve por objetivo analisar a evolução dos principais indicadores socioeconômicos do município de Montes Claros no período de 2002 a 2011. A pesquisa é de abordagem quantitativa descritiva, de base documental. A distribuição da população do município por sexo permite identificar, a partir da faixa etária de 20 a 29 anos, a prevalência da população feminina, tendência que se acentua a partir da faixa etária de 50 a 59 anos. O município possui 97.499 residências com média de 94,56% de cobertura dos indicadores de infraestrutura básica relacionados à coleta de lixo, à iluminação pública, pavimentação, à adequação da moradia, ao abastecimento de água tratada, à existência de instalações sanitárias (banheiros) e à ligação dos banheiros à rede pública de coleta de resíduos sólidos. No que tange à gestão dos gastos públicos, no período pesquisado (2002 a 2010), as despesas orçamentárias apresentaram evolução de 199,5%, ao passo que os gastos saúde e assistência social evoluíram acima deste patamar, respectivamente, 252,42% e 251,39%. Os gastos com educação e infraestrutura evoluíram, respectivamente, 175,46% e 67,58%, ou seja, abaixo da evolução das despesas orçamentárias. A análise dos dados permite concluir que os indicadores socioeconômicos do município de Montes Claros, no período pesquisado, apresentaram evolução nas áreas de referidas pelos mesmos.

Palavras-chaves: Políticas Públicas; Indicadores; Montes Claros;

ABSTRACT

This article aims to analyze the evolution of the main socio-economic indicators of the municipality of Montes Claros in the period 2002-2011. The research approach is quantitative, descriptive and documentary. The distribution of the local population by sex allows you to identify, from the age group 20-29 years, the prevalence of the female population, a trend that has increased from the age group 50-59 years. The city has 97,499 households with an average of 94.56% coverage of basic infrastructure indicators related to garbage collection, street lighting, paving, adequacy of housing, safe water supply, the existence of sanitary facilities (toilets) and the connection of toilets to the public solid waste collection. Regarding public expenditure management during the studied period (2002-2010), budget expenditures presented evolution of 199.5%, while spending health and social care have evolved beyond that level, respectively, and 252.42% 251.39%. Spending on education and infrastructure have evolved, respectively, 175.46% and 67.58%, ie, below the evolution of budgetary

⁴⁸ Estudante do Curso de Graduação em Administração do Departamento de Ciências da Administração em Brasília de Minas.

⁴⁹ Professor do Departamento do Curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual de Montes Claros. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Administração (GEPAD). Mestre em Desenvolvimento Social. Doutorando em Administração pela UFMG/FACE/Cepead. E-mail: reginaldo.m.macedo@gmail.com

expenditures. Data analysis shows that socioeconomic indicators of the municipality of Montes Claros, in the period surveyed, showed progress in the areas mentioned by them.

Key-words: *Public Policy; Indicators; Montes Claros;*

1. INTRODUÇÃO

O conceito de política pública ainda não se encontra sedimentado na teoria, havendo, portanto, diversos entendimentos (SOUZA, 2006). Em caráter preliminar faz-se necessário discernir entre os termos em inglês *polity*, *politics* e *policies* (plural de *policy*) sendo que *polity* “se refere à política como sistema político, estrutura onde interagem vários elementos em função do poder”, *politics* “refere-se ao conjunto de interações que definem múltiplas estratégias entre atores para melhorar seu rendimento e alcançar certos objetivos”, ou seja, é o conjunto de ações logicamente estruturadas por meio de determinados parâmetros com fins específicos visando à melhoria das condições em termos de poder, sendo este, neste caso, compreendido como a capacidade de influenciar indivíduos, seja de forma individual ou coletiva, ao passo que *policy* “é entendido como ação do governo [...] é executada por uma autoridade legitimada que busca efetuar uma realocação dos recursos escassos da sociedade”. (DIAS; MATOS, 2012, p. 1-2)

Simão *et al.* (2010, p. 36) apresenta definição operacional de política pública enfocando seus objetivos, qual seja:

[...] é um exercício constante do setor público, que retorna para a população as contribuições que ela realiza ao pagar impostos, alíquotas, taxas e tarifas. Os retornos consistem na solução de problemas sociais, econômicos, distributivos, ambientais, de infraestrutura, entre outros, pela atividade dos órgãos públicos, que se articulam visando atender aos anseios do Estado [...]

Por sua vez, o termo indicador deriva do termo latino “*indicare*” significando divulgar, apontar, anunciar ou tornar algo público, ou ainda, apresentar o preço. De forma geral, as principais finalidades dos indicadores são quantificar as informações apresentando visão da realidade baseada em determinado critério ou metodologia e simplificar a apresentação dos dados complexos aos quais estão vinculados e representam (HAMMOND *et al.*, 1995).

“Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou

políticas realizadas anteriormente” (JANNUZZI, 2009, p. 22). Outra definição é apresentada por UNDP (2009): “Indicadores são sinais de mudança ao longo do caminho para o desenvolvimento. Eles descrevem o modo de acompanhar os resultados pretendidos e são fundamentais para o monitoramento e avaliação”.

O objetivo deste trabalho é analisar a evolução dos indicadores socioeconômicos do município de Montes Claros no período de 2002 a 2010, sendo esperados como benefícios diretos e indiretos a melhoria nos níveis de conhecimento e compreensão dos resultados atingidos pelas políticas públicas e o fornecimento de subsídio para os processos de planejamento, execução, controle e intervenção das políticas públicas.

2. METODOLOGIA

A respeito da abordagem do problema, esta pesquisa caracteriza-se como quantitativa, podendo também ser enquadrada como pesquisa descritiva. Em relação aos métodos e técnicas de coleta de dados, a pesquisa caracteriza-se por ser documental, tendo-se em vista que se encontra fundamentada em dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Educação, Ministério da Saúde (MS), DataSUS, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Os valores financeiros coletados, a partir dos bancos de dados disponibilizados pela Secretaria de Tesouro Nacional (STN), referentes ao período de 2002 a 2010 foram atualizados pelo Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A) a fim de que fossem considerados os efeitos da inflação no período e, desta forma, permitissem a correta avaliação de sua evolução. Os cálculos de análise *per capita* para o período pesquisado foram realizados considerando as estimativas populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o respectivo ano. As análises de evolução realizadas estão fundamentadas na análise de base móvel, ou seja, considera-se o valor informado no ano imediatamente anterior ao analisado. As análises de composição (destinação dos gastos com saúde e educação) estão disponíveis para o período de 2005 (quando sua informação passou a ser obrigatória para a Secretaria do Tesouro Nacional) a 2010. A tabulação, análise e geração de gráficos foi realizada na planilha eletrônica Excel.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Montes Claros, foco deste estudo, localizado no Estado de Minas Gerais, mesorregião Norte de Minas, microrregião Montes Claros, possui área total de 3.568,93 km², população de 361.915 habitantes residentes e densidade demográfica de 101,42 hab/km². (IBGE, 2010)

O crescimento da população residente no período pesquisado (2002 a 2010) foi de 13,49%, sendo a segunda maior taxa de crescimento população dentre os municípios analisados. A população é predominantemente urbana, 344.543 habitantes correspondendo a 95,2% do total de residentes. Em termos da divisão por idade, o segmento mais representativo é a faixa etária entre 20 e 29 anos com população total de 72.783 habitantes (20,11% da população total, sendo 37.676 mulheres e 35.107 homens. (IBGE, 2010)

No que tange à gestão dos gastos públicos⁵⁰, no período pesquisado (2002 a 2010), as despesas orçamentárias apresentaram evolução de 199,5%, ao passo que os gastos saúde e assistência social evoluíram acima deste patamar, respectivamente, 252,42% e 251,39%. Os gastos com educação e infraestrutura evoluíram, respectivamente, 175,46% e 67,58%, ou seja, abaixo da evolução das despesas orçamentárias.

O município de Montes Claros apresentou significativa concentração na área de saúde (em média (38,87%), seguida pela área de educação (16,52%), as quais respondem conjuntamente por cerca de 55,39% dos gastos totais, tendo ocorrido o menor comprometimento em 2008 (50,48%) e o maior em 2005 (60,10%). Os gastos com saúde e educação atingiram, respectivamente, as cifras de R\$ 1.029.151.541,13 e R\$ 424.806.593,09.

Os gastos com saúde, no período pesquisado (2005⁵¹ a 2010), estiveram concentrados na assistência hospitalar (72,57%), embora os gastos com atenção primária tenham evoluído 188,11%, de R\$ 12.129.341,41, em 2005, para R\$ 34.945.373,86, em 2010; no mesmo período, os gastos com a assistência hospitalar evoluíram 99,13%, de R\$ 68.793.506,60, em 2005, para R\$ 136.985.164,52, em 2010.

⁵⁰ Todos os gastos públicos foram devidamente corrigidos para o ano de 2010 utilizando-se o Índice Preços ao Consumidor – Amplo (IPC-A), tomando-se por base os números-índices relacionados aos meses de junho de cada ano.

⁵¹ Os dados segmentados por subfunção passaram a ser fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a partir de 2005.

Neste período, os gastos com saúde aumentaram 109,85%.

Os gastos com educação, por sua vez, entre 2005 e 2010, concentraram-se nas atividades relativas ao ensino fundamental (70,57%) e ensino infantil (23,53%), os quais são pela Constituição Federal e legislação específica, responsabilidade precípua do poder municipal. Os gastos com o ensino infantil aumentaram 206,71%, ao passo que os dispêndios com o ensino fundamental cresceram 101,27%. No período pesquisado, os gastos com educação aumentaram 104,79%.

No que tange aos gastos com infraestrutura, é possível perceber que os gastos com habitação pouco evoluíram no período pesquisado, embora os gastos com urbanismo e saneamento tenha aumentado, respectivamente, 57,58% e 39,52%. É possível notar, analisando-se as participações percentuais, ano a ano, que houve considerável variação na composição dos gastos com infraestrutura; a subfunção urbanismo apresentou, em 2007, sua menor participação percentual (37,94%), ao passo que em 2010 apresentou a maior participação percentual (91,95%). Comportamento inverso pode ser identificado com os gastos de saneamento básico que variaram de 5,93%, em 2010, para 59,85%, em 2007.

4. CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar a evolução de indicadores socioeconômicos do município de Montes Claros.

A partir dos dados coletados tornou-se possível concluir que houve crescimento das despesas públicas e, em específico, dos gastos com saúde e educação, sendo a área de saúde a que apresentou o maior comprometimento em relação aos gastos públicos.

A fim de garantir análises mais aprofundadas sugere-se a realização de pesquisas que avaliem os impactos em termos de eficácia e efetividade dos gastos públicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios – 2002 a 2010**. Disponível em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/financas/Finbra20xx.exe. Acessado em 17 jan. 2012.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

HAMMOND, Allen et al. *Environmental Indicators : a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development*. Washington, DC: World Resources Institute, 1995.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 20 jun. 2011.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Handbook of Planning, Monitoring and Evaluation for Development Results**. New York: UNDP Press, 2009.

ANÁLISE DO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: INVESTIGAÇÃO DO INDICADOR DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL FÍSICA NO PERÍODO DE 2002 A 2011

Jemima Rodrigues Silva, Ludmila Ferreira Mendes, Marco Aurélio Gusmão, Raiene Franciele de Souza⁵², Reginaldo Moraes de Macedo⁵³.

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo principal analisar o indicador de produção industrial física brasileiro no período de 2002 a 2011. A abordagem da pesquisa é quantitativa, sendo descritiva de base documental. O cálculo das evoluções foi realizado considerando a média aritmética dos indicadores de produção física industrial mensal, conforme metodologia proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Os dados foram coletados do IBGE, caracterizando-se, portanto, como dados secundários. Tais dados foram organizados em tabelas e analisados segundo os índices de evolução ou involução em cada setor industrial. A análise do cenário industrial no Brasil, considerando os estados monitorados pelo Indicador de Produção Industrial Física, e analisados neste estudo, revelou que o estado de São Paulo apresentou maior evolução em maior número de setores se comparado aos demais estados, com destaque para o setor de equipamentos de transportes que apresentou a maior evolução (158,29%), seguido dos setores de máquinas para escritório e equipamentos de informática (157,14%) e do setor farmacêutico (81,06%). Já os setores que mais se destacaram na indústria brasileira, de modo geral, foram máquinas para escritório e equipamentos de informática com a maior evolução (167,98%), e calçados e artigos de couro com a maior retração (30,70%).

Palavras-chaves: Produção industrial; Indicadores de produção; Análise de indicadores.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the indicator of the Brazilian industrial production physics, from 2002 to 2011. The research approach is the basis of quantitative and descriptive evidence, it being descriptive of documentary base. The calculation of evolutions was done considering the arithmetic average of the indicators of physical production monthly, according to the methodology proposed by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The data were collected by IBGE, and it characterized, therefore, as secondary data. These data were organized in tables and analyzed according to the evolution or involution indexes in each industrial sector. The analysis of the industrial scenario in Brazil, considering the states monitored by the Indicator of Industrial Production Physics, and analyzed in this study, it revealed that the state of São Paulo showed greater progress in many sectors compared to other states, especially in the transport equipment industry with the highest evolution

⁵² Estudante do Curso de Graduação em Administração do Departamento de Ciências da Administração em Montes Claros – email: raienefranciele@gmail.com

⁵³ Professor do Departamento do Curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual de Montes Claros. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Administração (GEPAD). Mestre em Desenvolvimento Social. Doutorando em Administração pela UFMG/FACE/Cepead. E-mail: reginaldo.m.macedo@gmail.com

(158.29%), followed by the sectors of office machinery and computer equipment (157.14%) and pharmaceuticals (81.06%). The sectors that stood out in the Brazilian industry, in general, were office machines and computer equipment with the greatest evolution (167.98%) and footwear and leather goods with the largest decrease (30.70%).

Key-words: *Industrial Production; Production Indicators; Analysis of Indicators.*

1. INTRODUÇÃO

A produção industrial brasileira apresentou grandes oscilações ao longo dos anos. No início de 2012 o mercado industrial encontrava-se em declínio, entretanto registrou crescimento de 1,5% entre julho e agosto deste ano. Isto foi possível devido a medidas adotadas pelo governo, a exemplo da redução da taxa básica de juros, do câmbio mais competitivo, da diminuição de impostos para bens duráveis e das ações de política industrial (ALMEIDA, 2012).

Vários fatores explicam um desempenho industrial tão baixo quanto o que ocorreu no primeiro semestre de 2012 quando a produção caiu 3,6%. Dentre os quais se destacam: o fato da indústria nacional perder espaço para os produtos importados, e do consumo e do investimento terem desacelerado significativamente o que reduziu a demanda por produtos industriais. Além disso, os setores de alimentos e veículos, que, juntos, representam quase 20% da indústria brasileira, tiveram perdas especialmente relevantes, sendo responsáveis por mais da metade do declínio da produção na primeira metade do ano. No caso de alimentos, este teve recuo de 2,8% entre janeiro e junho, a despeito do grande aumento do salário mínimo que reforçou o poder de compra da população de renda mais baixa. Mas, recentemente, a produção mostra sinais de reação e voltou a crescer (ALMEIDA, 2012).

O setor automobilístico viveu uma crise de grandes proporções no início de 2012, em parte devido ao colapso do mercado de caminhões, mas também porque a restrição do crédito ao consumidor por parte dos bancos privados restringiu a nova demanda de automóveis. Nesse caso, foi necessária a intervenção do governo, através da redução do IPI, para interromper uma queda que chegou a 18% no primeiro semestre (ALMEIDA, 2012).

As oscilações constantes no cenário industrial brasileiro motivaram a realização do presente trabalho, cujo objetivo consistiu em analisar o indicador de produção industrial física brasileiro no período de 2002 a 2011. Ressalta-se que não é

objetivo deste artigo identificar os fatores condicionantes da evolução do indicador, o que poderá ser realizado em pesquisa subsequente.

Nessa perspectiva, o artigo procurou responder a seguinte questão de pesquisa: Qual a evolução do setor industrial brasileiro, com base no indicador de produção industrial física, no período de 2002 a 2011? O estudo se faz importante, visto que por analisar dados de anos anteriores (2002 a 2011) auxilia na compreensão do cenário industrial atual.

2. METODOLOGIA

É possível classificar a presente pesquisa como quantitativa e descritiva que tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL,2002), caracterizando, também, por ser uma pesquisa documental que, segundo Reis (2008), tem por objetivo fazer uma análise através de fatos históricos que ainda não se tornaram científicos. O artigo também faz uso da estatística descritiva. Esta é uma síntese de dados, onde os mesmos podem ser tabulares, gráficos ou numéricos e de fácil entendimento (ANDERSON; SWEENEY; WILLIAMS, 2007).

O cálculo das evoluções foi realizado considerando a média aritmética dos indicadores de produção física industrial mensal, conforme metodologia proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A tabulação dos dados coletados foi realizada a partir da utilização do programa Excel da Microsoft. A geração dos arquivos de dados foi realizada a partir do site do IBGE <http://www.sidra.ibge.gov.br>.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se que, em São Paulo, o setor de equipamentos de transportes apresentou a maior evolução (158,29%), seguido dos setores de máquinas para escritório e equipamentos de informática (157,14%) e do setor farmacêutico (81,06%). Em contrapartida o setor de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (-17,10%) e o setor têxtil (-13,54%) apresentaram involuções. Percebe-se que das atividades industriais desenvolvidas no Paraná, as três que demonstraram maior evolução foram edição, impressão e reprodução de gravações (322,8%); veículos automotores (309,36%); máquinas e equipamentos (71,02%). Em contrapartida os

setores de outros produtos químicos (31,47%) e madeira (12,85%) apresentaram os maiores retrocessos. O estado do Amazonas, empatado com o Paraná, obteve o segundo maior crescimento, ficando atrás apenas de São Paulo. Os setores que mais cresceram, comparados com os demais estados brasileiros foram: produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos (40,82%); máquinas e equipamentos (286,79%); material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (23,82%) e equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros (128,81%). Percebe-se que o setor de máquinas e equipamentos apresentou o maior crescimento (286,79%). Internamente, o estado do Amazonas obteve considerável crescimento também no setor de edição, impressão e reprodução de gravações com um crescimento de 228,79%. Em relação às retrações, o setor de produtos químicos apresentou involução de 60,93%.

A análise do estado da Bahia permitiu identificar que o setor de veículos automotores apresentou a maior evolução (259,65%), seguido dos setores de celulose, papel e produtos de papel (82,19%) e o setor de minerais não metálicos (73,54%). Em contrapartida o setor de produtos químicos apresentou uma involução de 4,17%. Percebe-se, que das atividades industriais desenvolvidas em Minas Gerais, as cinco que demonstraram maior evolução foram máquinas e equipamentos (78,75%), veículos automotores (72,87%), outros produtos químicos e celulose (64,87%), papel e produtos de papel (39,91%). Por outro lado, houve redução da produção industrial física nos setores têxtil (-27,1%), fumo (-20,15%) e bebidas (-4,63%).

O Rio de Janeiro, ao longo dos anos, apresentou em sua indústria, tanto índices de crescimento extraordinários quanto índices de decréscimos significativos. Dentre as atividades que representaram maior evolução no decorrer dos anos, pode-se destacar a Indústria de veículos automotores, com evolução de 213,5%, sendo esta a atividade de maior participação no quadro industrial do Rio. A indústria de bebidas apresenta a segunda maior evolução (37,54%), seguida da indústria de minerais não metálicos (34,43%). Por outro lado, algumas atividades apresentaram decréscimos, como a indústria de edição, impressão e reprodução de gravações constitui a menor participação (22,60%), seguida da indústria farmacêutica com representatividade de 16,14% e a indústria de borracha e plástico representando 15,35%. A indústria têxtil também foi alvo de decréscimos em sua participação no estado e representou 5,53%.

No estado de Santa Catarina, as atividades que apresentaram os maiores índices de evolução foram: celulose, papel e produtos de papel com índice de 35,97%, máquinas, aparelhos e materiais elétricos com 32,88%, metalurgia básica com 31,24%,

máquinas e equipamento com 26,47% de índice de evolução e borracha e plástico com 12,88%. Nesse primeiro momento, pode-se apontar uma diferença entre Santa Catarina e Rio de Janeiro. No primeiro estado, a indústria de borracha e plástico evoluiu 12,88%, ao passo que no segundo estado, tal indústria apresentou uma involução de 15,35%. Dentre as atividades industriais que apresentaram decréscimos estão veículos automotores (-41,78%), madeira (-37,28%), vestuário e acessórios (-25,10%) e indústria têxtil (-8,19%). Ao comparar, novamente, Santa Catarina e Rio de Janeiro, percebe-se que algumas atividades que evoluíram no segundo estado não evoluíram no primeiro. A indústria de veículos (213,5%) representa o maior índice de evolução do Rio, enquanto que essa mesma atividade, em Santa Catarina, representa involução de -41,78%.

No estado do Espírito Santo a indústria de alimentos e bebidas apresentou o maior crescimento (64,09%), seguido da indústria de celulose, papel e produtos de papel (40,25%) e da indústria de minerais não metálicos (27,51%). Por outro lado, o estado também apresentou involução de -7,67% na indústria de metalurgia básica.

Pernambuco obteve um crescimento de 57,85% no setor de refino de petróleo e álcool, representou o maior crescimento do setor no país, porém, internamente, o setor que obteve um maior crescimento é representado pela indústria de metalurgia básica com 61,18%. Dentre as retrações, a principal ocorreu no setor de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-22,71%).

4. CONCLUSÃO

A análise deste cenário no Brasil no período de 2002 a 2011, considerando os estados monitorados pelo Indicador de Produção Industrial Física, e analisados neste estudo, revelou que o estado de São Paulo apresentou maior evolução em maior número de setores se comparado aos demais estados. Os setores que mais se destacaram na indústria brasileira foram máquinas para escritório e equipamentos de informática com a maior evolução (167,98%), e calçados e artigos de couro com a maior involução (30,70%). Considerando o nível de abrangência dos setores industriais destacam-se o setor de celulose, papel e produtos de papel e de refino de petróleo e álcool, com ocorrência em maior número de estados (nove), em contrapartida os setores com menor ocorrência, presentes em apenas um estado, são os de fumo, farmacêutica e perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza.

Ressalte-se que este estudo não objetivou a identificação dos fatores condicionantes da evolução do indicador de produção física, entretanto, considerando-se as perceptíveis variações de evolução, tanto positivas quanto negativas, sugere-se que seja realizada uma pesquisa subsequente, buscando determinar e analisar tais fatores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlio Gomes (de). **A Recuperação da Indústria**. Disponível em: http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2012/iedi_na_imprensa_20121008_a_recuperacao_da_industria.html. Acessado em: 03 de novembro de 2012.

ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A. **Estatística aplicada a administração e economia**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed.São Paulo:Atlas, 2002.

IBGE. **Indicadores Conjunturais da Indústria**: produção. Rio de Janeiro, v. 31, 2004. _____. **Indicadores IBGE**: pesquisa industrial mensal. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/default.shtm>. Acessado em: 10 de setembro de 2012.

REIS, Linda G. **Produção de monografia: da teoria à prática**. 2. ed. Brasília: Senac-DF, 2008

AValiação Epistemológica da Produção Científica em Finanças no Curso de Administração da Unimontes no Período de 2007 a 2011

Andréia Alves, Daiane Cardoso Oliveira, Luiz Paulo Xavier Barbosa, Sayonara Alves⁵⁴,
Reginaldo Moraes de Macedo⁵⁵

RESUMO

O objetivo desse artigo é avaliar aspectos epistemológicos da pesquisa sobre Administração Financeira na Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, através da identificação dos principais assuntos abordados pelos acadêmicos na apresentação das monografias no campo de Administração Financeira, nos anos de 2007 à 2011. Em termos metodológicos, a pesquisa é de abordagem qualitativa, descritiva, de base documental e utiliza como principal ferramenta de análise de dados a Análise de Conteúdo. A produção científica em Finanças no Curso de Administração é considerada pequena, direcionada em termos de aplicação às empresas de micro e pequeno portes e relacionada, principalmente, a assuntos que integram o que se convencionou denominar Administração Financeira Tradicional, não abordando assuntos como Mercado de Capitais e Análise de Investimentos. Sugere-se o fortalecimento da produção científica em Finanças dada a sua importância para as organizações, bem como para a formação dos acadêmicos.

Palavras-chaves: Produção científica, Finanças, Unimontes;

ABSTRACT

The aim of this paper is to assess epistemological aspects of research on Financial Management at the State University of Montes Claros - UNIMONTES, by identifying the main issues addressed by the presentation of academic papers in the field of Financial Management, in the years 2007 to 2011. In terms of methodology, the research approach is qualitative, descriptive and documentary and uses as the main tool for data analysis content analysis. The scientific production in Finance Management Course is considered small, targeted in terms of application to companies and small companies and related mainly to issues that comprise the so-called Traditional Financial Administration does not address issues such as Capital Markets and Investment Analysis. It is suggested the strengthening of scientific production in Finance given its importance for organizations, as well as for training students.

Key-words: *Scientific production; Finances, Unimontes;*

⁵⁴ Estudante do Curso de Graduação em Administração do Departamento de Ciências da Administração em Montes Claros.

⁵⁵ Professor do Departamento do Curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual de Montes Claros. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Administração (GEPAD). Mestre em Desenvolvimento Social. Doutorando em Administração pela UFMG/FACE/Cepead. E-mail: reginaldo.m.macedo@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A área de Administração Financeira como ciência no Brasil, têm se expandido nos últimos anos, devido a várias mudanças econômicas e sociais, aumento da produção científica e também pelo impacto econômico produzido pela mesma na organização.

O objetivo desse artigo foi avaliar aspectos epistemológicos da pesquisa sobre Administração Financeira na Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, através da identificação dos principais assuntos abordados pelos acadêmicos na apresentação das monografias no campo de Administração Financeira, nos anos de 2007 à 2011.

Conforme revelam Silva e Furtado (2002, p.21), o Ministério da Educação e Cultura (MEC), ao estabelecer a necessidade e a obrigatoriedade, em alguns casos, da realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), indicou que o formando deve demonstrar, por meio do TCC, “a capacidade para o manuseio de métodos e técnicas da Metodologia Científica, garantindo, assim, o real sentido da formação acadêmica do aluno: o incentivo à pesquisa científica”. O TCC tem um papel fundamental na formação acadêmica dos alunos. É uma exigência acadêmica nos diversos cursos de nível superior. Esta exigência fundamenta na razão de que se trata de uma produção que reflete o crescimento reflexivo do aluno, por meio de pesquisa concebida durante o curso.

Acredita-se que esse artigo traz contribuições complementares aos estudos epistemológicos que produz possibilidades para construção do conhecimento na área da Administração Financeira, em que poderá proporcionar uma reflexão sobre a técnica de produção científica na instituição estudada.

Essa preocupação está relacionada com a necessidade de estabelecer-se uma análise crítica da produção científica objetivando contribuir para sua melhoria e permitir uma reflexão sobre o próprio estágio de desenvolvimento das disciplinas. (THEÓPHILO, 2000, p. 11)

O curso de Administração tem como objetivo formar profissionais capacitados para atuar no mercado de trabalho. E em vistas na formação de um profissional reflexivo o TCC é pautado na integração das teorias estudadas em sala de aula com a prática dos estágios realizados, proporcionando a sistematização dos conhecimentos construídos no decorrer do curso.

2. METODOLOGIA

Para o trabalho em questão a pesquisa é em sua maioria qualitativa que é baseada em contato direto do pesquisador com o pesquisado, buscando extrair a essência da percepção. Esse tipo de abordagem é útil para firmar conceitos e objetivos a serem alcançados e dar sugestões sobre variáveis a serem estudadas com maior profundidade. A pesquisa utilizada no trabalho será a descritiva, uma vez que descreve fenômenos ou situações por meio de estudos realizados em um contexto pré-definido (DUARTE; FURTADO, 2000)

Segundo Gil (2002) pesquisa descritiva tem como finalidade descrever características de certa população ou fenômeno. Costuma assumir a forma de levantamento, razão pela qual são solicitadas por organizações educacionais, empresas comerciais e partidos políticos.

Para o artigo a pesquisa documental é o método mais adequado. Gil (2002) afirma que essa pesquisa se assemelha a bibliográfica. A diferença entre as duas consiste no fato de que enquanto a bibliográfica trata-se das contribuições de variados autores sobre um assunto a documental se vale de materiais que não receberam um estudo detalhado, que podem ser modificados conforme algum estudo que esteja sendo realizado.

A coleta de dados baseou-se no levantamento das produções científicas na área financeira do curso de administração, no período de 2007 á 2011, em número de 18 monografias. Para a execução dessa pesquisa contou-se com o apoio do departamento de estagio do curso de Administração da Universidade Estadual de Montes Claros – MG, que disponibilizou as monografias na área desejada para estudo. A análise dos dados utilizou a técnica de análise de conteúdo, que segundo Moraes (1999) constitui numa metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Ainda segundo o autor essa técnica ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

A unidade de análise foi o Setor de Estágios do Departamento de Ciências da Administração que é responsável pelo acompanhamento do acadêmico no estágio supervisionado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na pesquisa foi possível concluir que no período estipulado houve uma pequena quantidade de produção científica, o que justifica que poucos acadêmicos têm procurado desenvolver sua pesquisa na área financeira. O período de 2010 a 2011 apresentou 72% das pesquisas na área de Finanças.

As empresas usadas como objeto de pesquisa, possuem distintas segmentações. Dentre as mesmas destacaram com 45% as que são prestadoras de serviço e atuam no comércio de confecções. Com relação ao porte das empresas mencionadas nas 18 produções científicas analisadas, 88% das empresas são de pequeno porte e micro-empresa.

As palavras-chaves abordadas com maior frequência foram Gestão (9), Capital de Giro, (6), Análise Financeira(4), Fluxo de Caixa (4), Gestão de Crédito (3) e Formação de Preço (3), embora outras 20 palavras-chaves tenham sido citadas com menor frequência.

O principal tipo de pesquisa abordado pelos trabalhos é a pesquisa descritiva (14 citações), e em seguida o estudo de caso (13 citações).

Os assuntos mais abordados como Análise dos demonstrativos, Fluxo de caixa e Índices de liquidez apresentaram maiores representatividades nas Micro-empresas. E nas empresas de Pequeno porte os assuntos mais abordados foram Análise dos demonstrativos, Capital de giro e Fluxo de caixa. Já os assuntos abordados como Análise dos demonstrativos, Capital de giro, Gestão e Administração de créditos apresentaram igualdade em representatividade nas Micro-empresas e Pequeno porte.

No ano de 2007 os assuntos como Administração financeira, Administração de créditos, DRE, Investimento, Risco e Vendas obtiveram igualdade em representatividade. No ano de 2008 os assuntos abordados Custos e Vendas também apresentaram igualdade em representatividade. Já no ano de 2009 os assuntos que obtiveram maiores representatividade em abordagem foram Custos, Financiamento e Investimento e os que obtiveram menores representatividades foram Modelo fleuriet e Riscos. E no ano de 2010 o assunto mais abordado foi Índice de liquidez e os que foram menos abordados foram Administração financeira, Administração de créditos, Financiamento, Modelo fleuriet e Balanço patrimonial. E por fim, pôde se observar que referentes aos assuntos mais abordados no ano de 2011 como Fluxo de caixa e

Administração financeira obtiveram maiores representatividades e o assunto Riscos foi o menos abordado.

4. CONCLUSÃO

A produção científica em Finanças, no Curso de Graduação em Administração é pequena, considerando-se o total de monografias realizadas no período (135), embora se tenha percebido crescimento no período de 2010 a 2011.

Os principais assuntos abordados relacionam-se ao que se entende por gestão financeira tradicional envolvendo tópicos como ferramentas de gestão de curto prazo e planejamento financeiro. A produção em assuntos como Mercado de Capitais e Administração Financeira de Investimentos é praticamente inexistente.

Sugere-se o fortalecimento da produção científica em Finanças dada a sua importância para o gerenciamento das organizações, bem como da melhoria do processo de formação dos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Simone Viana; FURTADO, Maria Sueli. **Manual para elaboração de monografias e projetos de pesquisas**. Montes Claros. 2. ed. 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAS GERAIS. Universidade Estadual de Montes Claros. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências da Administração. Plano Político Pedagógico. Versão 2009, p. 10 (documento não público, uso interno).

MINAS GERAIS. Universidade Estadual de Montes Claros. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências da Administração. Manual do Estágio Curricular e da Monografia para o Curso de Graduação em Administração. Versão 2011. (documento não publicado, uso interno).

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html, acessado em 03/05/2012.

SILVA, Réia Silvia Rios Magalhães e; FURTADO, José Augusto Paz Ximenes. **A monografia na prática do graduado: como elaborar um trabalho de conclusão de curso – tcc**. Teresina: CEUT, 2002.

THEÓPHILO, Carlos Renato. **Uma abordagem epistemológica da pesquisa em contabilidade.** Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo (2000).

**ANÁLISE DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (TMI) E DASTAXAS
ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE (TEF), EM JOAQUIM FELÍCIO,
BUENÓPOLIS E LAGOA DOS PATOS**

Aline Batista Ribeiro⁵⁶
Edilene Celestino Lopes⁵⁷
Maria Elizete Gonçalves⁵⁸
Vanessa Mendes Rabelo⁵⁹

RESUMO

O artigo tem como prioridade abordar aspectos relevantes como a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) e as Taxas Específicas de Fecundidade (TEF's) dos municípios de Joaquim Felício, Buenópolis e Lagoa dos Patos, focando na estrutura etária da população, particularmente a população feminina. Serão apresentados os possíveis motivos que podem gerar um elevado índice da TMI e mudanças das TEF's. Serão interpretados e analisados esses indicadores nos municípios estudados, expondo os resultados em forma de tabelas e gráficos para que se possa melhor compreendê-los. O trabalho foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica sobre as principais medidas demográficas. Realizou-se também uma busca de dados no site do DATASUS (WWW.datasus.gov.br). Entre os principais resultados constatou-se altos níveis de mortalidade e baixos níveis de fecundidade, nos municípios estudados.

Palavras Chaves: Mortalidade Infantil, Faixa Etária, Taxas específicas de Fecundidade.

ABSTRACT

The article has prioritized addressing relevant aspects Infant Mortality Rate (IMR) and Exchange-Specific Fertility (TEF's) in the municipalities of Joaquim Felicio, Buenópolis and Lagoa dos Patos, focusing on the age structure of the population, particularly the female population. Will present the possible reasons that can generate a high rate of TMI and changes of TEF's. Will be interpreted and analyzed these indicators in the municipalities studied, presenting the results in tables and graphs so that you can better understand them. The work was done from a literature review on key demographic measures. We also conducted a search of the site data from DATASUL (WWW.datasus.gov.br). Among the key findings was found high levels of mortality and low fertility levels, in the cities studied.

Key Words: Child Mortality, age, specific Fertility Rates.

⁵⁶ Aline Batista Ribeiro- Acadêmica do Curso de Economia- Universidade Estadual de Montes Claros - alineb.ribeiro@hotmail.com

⁵⁷ Edilene Celestino Lopes- Acadêmica do Curso de Economia- Universidade Estadual de Montes Claros- edileneclopes@hotmail.com

⁵⁸ Maria Elizete Gonçalves- Professora da Universidade Estadual de Montes Claros- mariagoncalves@unimontes.br

⁵⁹ Vanessa Mendes Rabelo- Acadêmica do Curso de Economia- Universidade Estadual de Montes Claros.

1. INTRODUÇÃO

Uma das taxas mais importantes no que se refere à mortalidade é a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI). Ela corresponde ao risco que um nascido vivo tem de vir a falecer antes de completar um ano de idade. A Taxa Específica de Fecundidade (TEF) refere-se ao quociente, em um determinado ano, entre o número de nascimentos vivos de mães em uma determinada idade ou grupo etário e o número de mulheres nesta mesma idade ou grupo etário.

O trabalho tem por finalidade analisar as mudanças ocorridas na população, nos anos 2000 e 2010, focando o estudo na Taxa de Mortalidade Infantil e nas Taxas Específicas de Fecundidade, comparando os dados entre os municípios de Joaquim Felício, Buenópolis e Lagoa dos Patos.

Será feita uma revisão bibliográfica sobre algumas medidas demográficas. A fonte para a pesquisa documental foi o Sistema Público de Informação em Saúde (DATASUS).

2. METODOLOGIA

Realizada a partir de uma revisão bibliográfica sobre medidas demográficas, Para tanto, realizou-se também uma busca de dados no site WWW.datasus.gov.br. Foi feita uma análise comparativa dos indicadores TMI e TEF's, entre 2000 e 2010, tendo-se por unidade de análise os municípios de Joaquim Felício, Buenópolis e Lagoa dos Patos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Análise da TMI e da TEF, em Joaquim Felício-MG, Buenópolis-MG e Lagoa dos Patos-MG, nos anos de 2000 e 2010

Observa-se, no Quadro 1, que a TMI em 2000, na cidade de Joaquim Felício, foi menor do que em 2010, visto que não houve óbito infantil registrado em 2000; em contrapartida a TMI em 2010 foi de 21,28. Esse resultado pode estar indicando um problema de subregistro de óbitos na cidade, no ano inicial da análise. Já em Buenópolis, cidade localizada a 12.75km de Joaquim Felício, no ano de 2000 a TMI foi igual a 39,06 taxa maior do que em 2010, (19,23). Ou seja, conforme esperado, houve uma queda na taxa, no período. No município de Lagoa dos Patos, localizada a

1779.67km de distância de Montes Claros, a TMI em 2010 foi maior do que em 2000; sinalizando talvez, um problema nos dados. O elevado índice de mortalidade infantil que vem ocorrendo nos municípios estudados, em sua maioria, pode ser proveniente de duas causas- o baixo rendimento familiar que afeta a quantidade e qualidade da alimentação (das mães e filhos) e as condições médicas-sanitárias, como esgoto, água tratada e condições de moradia.

Quadro 1- Taxa de Mortalidade Infantil- TMI- nos anos de 2000 e 2010, Joaquim Felício, Buenópolis e Lagoa dos Patos.

MUNICIPIOS	TMI 2000	TMI 2010
Joaquim Felício	0	22
Buenópolis	39	19
Lagoa dos Patos	65	73

Fonte: DATASUS

Avaliando-se as Taxas Específicas de Fecundidade, observou-se que as TEF's, no ano de 2000 são maiores do que em 2010, expressando o declínio da fecundidade entre as mulheres dos três municípios. Os gráficos de 1 a 3 mostram as TEF's dos municípios estudados, nos anos de 2000 e 2010.

Verificam-se estruturas das curvas diferenciadas entre as três cidades, e entre os anos analisados. Em Joaquim Felício, no ano de 2000, os maiores níveis de fecundidade foram observados entre as mulheres do grupo etário de 25 a 29 anos; 10 anos depois verificou-se que os maiores níveis foram para as mulheres de 20 a 24 anos.

Em Buenópolis, o maior número de nascimentos ocorreu entre as mulheres de 20 a 24 anos, nos dois anos analisados; enquanto que em Lagoa dos Patos o pico das curvas foi nas idades de 25 a 29 anos de idade.

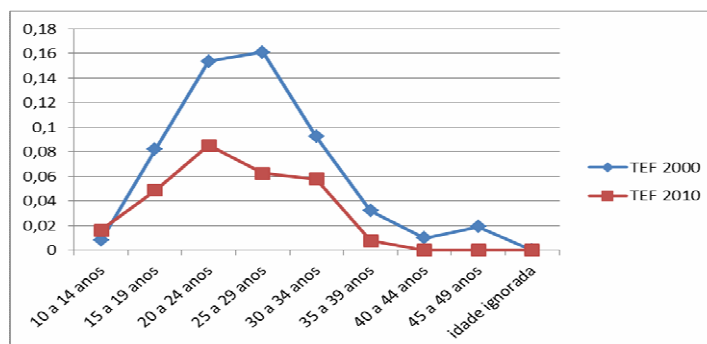


Gráfico 1: TEF's da Cidade de Joaquim Felício nos anos de 2000 e 2010
Fonte: DATASUS

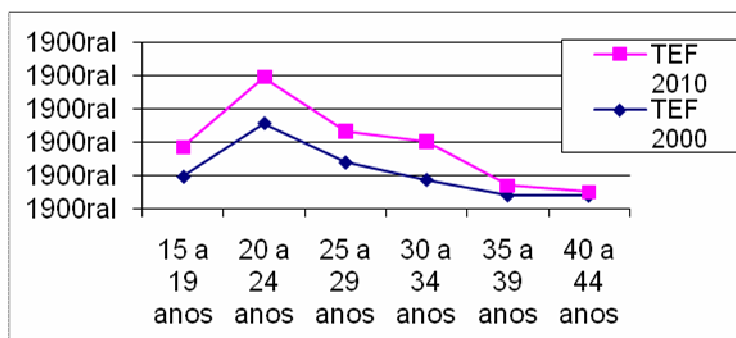


Gráfico 2: TEF's da Cidade de Buenópolis - MG nos anos de 2000 e 2010
Fonte: DATASUS

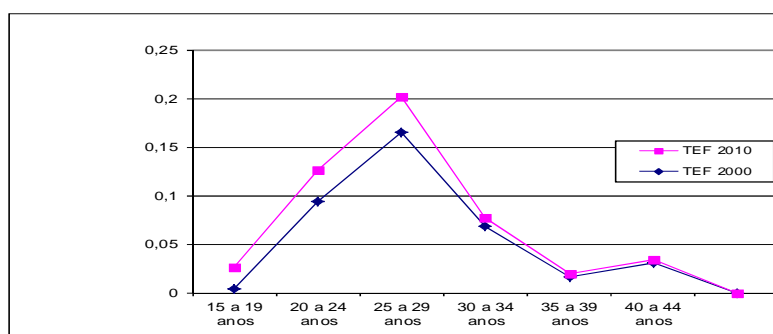


Gráfico 3: TEF's da Cidade de Lagoa dos Patos nos anos de 2000 e 2010
Fonte: DATASUS

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A taxa de mortalidade infantil, nos municípios analisados, parece estar sendo influenciada por problemas nos dados, impedindo uma análise comparativa entre os municípios selecionados.

A análise da fecundidade evidenciou níveis distintos das taxas, e padrões diferentes das curvas, entre as cidades analisadas. Mas, ficou evidente a queda da fecundidade, entre 2000 e 2010, nas três cidades.

Deve ser ressaltado que é necessário o aprofundamento da pesquisa, com vistas a analisar as causas, relacionadas ao declínio das taxas, no período analisado.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Alberto Magno de. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia** / José Alberto Magno de Carvalho, Diana OyaSawyer, Roberto do Nascimento Rodrigues. - 2. ed. rev. -São Paulo: ABEP, 1994, reimpr. 1998.

DATASUS – **Departamento de Informática do SUS** - Disponível em www.datasus.gov.br, Acesso em Abril 2013.

DISTANCIA ENTRE CIDADES- Distancia Cidades. Com- Disponível em www.br.distanciacidades.com, acesso em Junho 2013.

IBGE: Censo Demográfico, Contagem da População, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), estimativas e projeções demográficas, e estatísticas do Registro Civil. Ministério da Saúde/Cenepi: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus por ter nos proporcionado a realização deste trabalho. A Professora Maria Elizete, pelo total apoio na busca e cálculo dos dados e pela nossa amizade e companherismo que nos une, no qual foi fundamental para a realização deste trabalho.

**ANÁLISE DOS INDICADORES DE FECUNDIDADE NAS CIDADES DE
MINAS GERAIS NOS ANOS DE 2000 E 2010: DIAMANTINA, ITACARAMBI,
MARIA DA FÉ**

Daniel Sampaio³
Joelma Gonçalves de Oliveira²
Poliana Dilva Rodrigues¹

RESUMO

Este trabalho pretendia analisar comparativamente os principais indicadores de fecundidade, nas seguintes cidades de Minas Gerais: Diamantina, Itacarambi e Maria da Fé, nos anos de 2000 e de 2010. **Objetivo:** Para uma avaliação mais precisa da evolução da fecundidade, uma das taxas mais importantes é a Taxa de Fecundidade Total (TFT). Portanto, o foco do estudo consiste em acompanhar a evolução da fecundidade no período de uma década, comparando os dados entre os municípios citados. **Metodologia:** A metodologia utilizada neste trabalho foi a descritiva, com um foco quantitativo; e os dados utilizados foram coletados no *site* do DATASUS do Ministério da Saúde. Entre os principais resultados obtidos, verificou-se que todas as cidades estudadas apresentaram variações na taxa de fecundidade da população. **Considerações Finais:** O estudo voltado para as mudanças nas taxas de fecundidade em cada grupo etário de mulheres em idade reprodutiva se mostra importante, para melhor entendimento das causas da queda da fecundidade, nas cidades consideradas.

Palavras-Chaves: Indicadores, Fecundidade, população.

ABSTRACT

This work intended to comparatively analyze the main indicators of fertility in the following cities in Minas Gerais: Diamantina, Itacarambi and Maria da Fé, in the years 2000 and 2010. Objective: For a more accurate assessment of the evolution of fertility rates of the most important is the Total Fertility Rate (TFR). Therefore, the focus of the study is to monitor the evolution of fertility in the period of a decade, comparing data between municipalities cited. Methodology: The methodology used in this study was descriptive, with a quantitative focus, and the data collection was the site DATASUL the Ministry of Health. Among the main results, it was found that all the cities studied showed variations in the fertility rate of the population. Final Thoughts: The study focused on changes in fertility in each age group of women aged reproductive shows important for a better understanding of the causes of the fertility decline in the cities considered.

Key Words: Indicators, fecundity, population.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar de maneira simples e didática os principais indicadores de fecundidade. Para analisar comparativamente a fecundidade entre os municípios citados nesse estudo, utilizou-se a Taxa de Fecundidade Total (TFT), as Taxas Específicas de Fecundidade (TEF's) e a Taxa de Fecundidade Geral (TFG).

Tendo por unidade de análise as cidades de Diamantina, Itacarambi e Maria da Fé, localizadas em Minas Gerais, o estudo tem por objetivo fazer uma análise desses indicadores de fecundidade no ano de 2000 e no ano de 2010.

2. INDICADORES DE FECUNDIDADE

As principais variáveis demográficas são: mortalidade, natalidade e fecundidade. Neste artigo, trabalham-se apenas os indicadores de fecundidade, apresentados a seguir.

2.1 Taxa de Fecundidade Geral (TFG)

A TFG é o quociente, num determinado ano, entre o número de nascidos vivos e a população feminina dentro do período reprodutivo ou em idade fértil. Usualmente, considera-se idade fértil da população feminina a faixa de 15 a 49 anos. (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1994, p.21).

2.2 Taxa Específica de Fecundidade (TEF)

A TEF por idade da mulher refere-se ao quociente, em um determinado ano, entre o número de nascimentos vivos de mães em uma determinada idade ou grupo etário e o número de mulheres nesta mesma idade ou grupo etário. Ainda que se possa obter TEF's por idade individual das mulheres, o mais comum é calculá-las ou estimá-las por grupos etários quinquenais (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1994, p.21).

2.3 Taxa de Fecundidade Total (TFT)

A TFT corresponde ao número médio de filhos que uma mulher teria ao terminar o período reprodutivo. Como a TEF refere-se ao número médio de filhos que uma mulher de uma determinada idade teria em um ano, vê-se que aTFT depende do conjunto de TEFs.

A TFT, em um determinado ano j , de uma população em que a fecundidade manteve-se constante pelo menos nos últimos 35 anos e que não se modificará no futuro, corresponderá também a TFT a ser concretamente experimentada por qualquer das gerações de mulheres que compõem a população feminina em idade fértil no ano j .(CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1994, p.22).

3. METODOLOGIA E DADOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizado o método descritivo, com um foco quantitativo, através da pesquisa bibliográfica; e a fonte de dados foi o Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Considerou-se idade fértil a faixa etária de 10 a 49 anos, pois as mulheres estão tendo filhos em idades mais precoces.

4. ANÁLISES E RESULTADOS

São apresentados na TAB. 1 e nos gráficos 1 e 2, os dados relacionados à fecundidade, das cidades de Diamantina, Itacarambi e Maria da Fé para os anos de 2000 e 2010. Os dados apresentados na TAB. 1 revelam uma queda na TFT nas três cidades, no período; sendo que o maior valor para o indicador foi observado em Itacarambi; e o menor valor, em Diamantina.

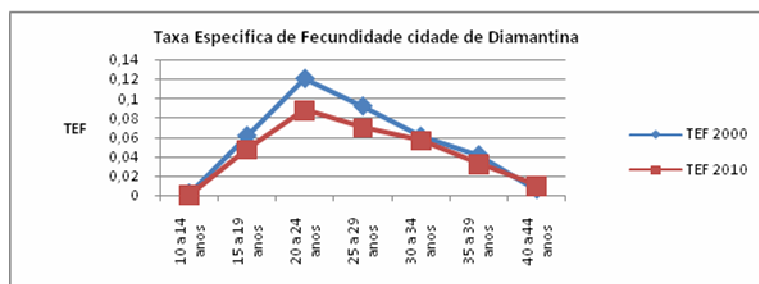
Como a TFG é afetada pela distribuição etária das mulheres em idade fértil, não é uma boa medida para se comparar níveis de fecundidade entre diferentes regiões. Portanto, os valores para o indicador não serão analisados.

Tabela 1-População feminina, nascidos vivos, Taxa de Fecundidade Total (TFT) e Taxa de Fecundidade Geral (TFG): Diamantina, Itacarambi e Maria da Fé, 2000 e 2010

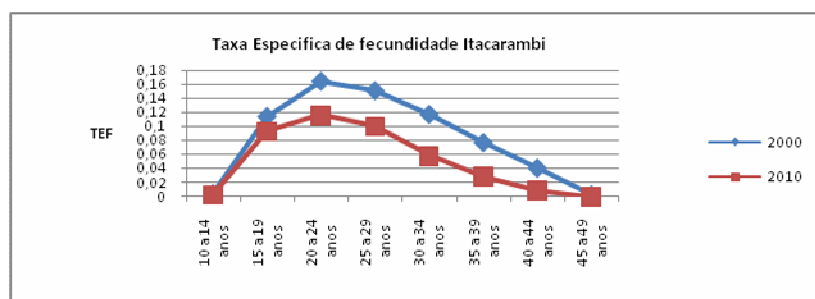
Municípios	Pop. Feminina		Nasc. vivos		TFT		TFG	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
DIAMANTINA	13.372	13.932	731	645	1,94	1,55	0,05466	0,04629
ITACARAMBI	5.174	5.197	454	309	3,36	2,05	0,08813	0,05945
MARIA DA FÉ	4.503	4.448	253	178	2,14	1,16	0,05618	0,04001

Fonte: DATASUS

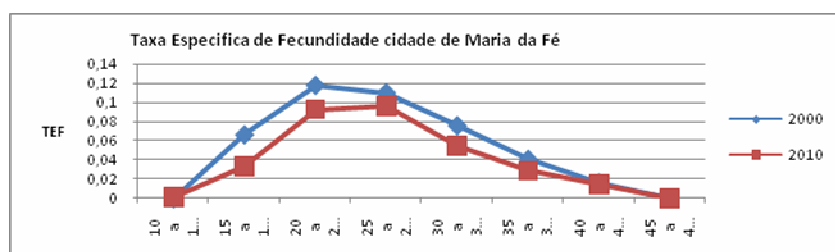
Na sequência, são apresentados os gráficos com as Taxas Específicas de Fecundidade (TEF's), para as três cidades, nos anos de 2000 e 2010.



Fonte: DATASUS



Fonte: DATASUS



Fonte: DATASUS

De acordo com os gráficos apresentados, houve uma redução nas TEF's entre 2000 e 2010, nas três cidades analisadas. No ano de 2000, os maiores níveis de fecundidade foram observados entre as mulheres da faixa etária de 20 a 24 anos. Em 2010, houve uma mudança na estrutura da curva, para o município de Maria da Fé, sendo que o maior número de nascimentos ocorreu entre as mulheres de 25 a 29 anos de idade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que as cidades de Diamantina, Itacarambi e Maria da fé apresentaram um declínio no índice de fecundidade da população feminina em idade reprodutiva, do ano de 2000 para o ano de 2010. Vários fatores podem explicar esse declínio da fecundidade. Segundo CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES (1998) o início e a frequência das relações sexuais e as perdas fetais são alguns exemplos de fatores que tornam os níveis divergentes e com porcentagem menor de um ano para o outro.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José A. M; SAWYER Diana O; RODRIGUES, Roberto N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia.** Ed.2, rev. - São Paulo: ABEP, 1994, reimpr. 1998.

CERQUEIRA, César A.; GIVISIEZ Gustavo Henrique N. **Conceitos Básicos em Demografia e Dinâmica Demográfica Brasileira.** (2003).

DATASUS – **Departamento de Informática do SUS** - Disponível em www.datasus.gov.br, Acesso em Abril 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus por nos conceder a vida, saúde, pela força para enfrentar os desafios corajosamente. A professora Maria Elizete nosso especial agradecimento, pela orientação, por mostrar os caminhos certos para que pudéssemos seguir em frente. Nossa gratidão a todos aqueles que contribuíram para a conclusão deste trabalho.

DEPENDÊNCIA NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO: UMA ANÁLISE COM BASE NO INGRESSO PELO SISTEMA UNIVERSAL, PAES E SISTEMA DE COTAS⁶⁰

Liliane de Souza Lima⁶¹
Juracy Leite Araujo⁶²
Maria Elizete Gonçalves⁶³

RESUMO

São muitas as indagações relacionadas à adoção de cotas nas universidades. Guarnieri e Melo-Silva (2007) afirmam que esse é um assunto que possui uma agenda intensa de discussões, mesmo nos Estados Unidos, país com longa tradição na adoção de cotas nas universidades. No Brasil, estamos no início desta trajetória, sendo que o desempenho acadêmico de cotistas ainda é pouco estudado no país. Nesse estudo, o objetivo é realizar uma análise da dependência entre os alunos do curso de Administração, ingressantes na UNIMONTES pelo sistema universal, PAES e pelo sistema de cotas (processo seletivo 1/2005), expondo dados de alguns períodos aleatórios do curso. Além da análise descritiva, outra técnica aplicada aos dados foi a Análise de Sobrevivência, adequada à dados longitudinais. A aplicação dessa técnica resulta em uma importante contribuição aos estudos na área da educação, que visam uma melhor compreensão sobre os diferenciais de desempenho do aluno segundo as modalidades de ingresso na Universidade. Entre os principais resultados, verificou-se que cerca de 53% dos alunos do curso de Administração tiveram pelo menos uma dependência ao longo do curso. A análise revelou que as maiores probabilidades de sobrevivência à dependência foram verificadas entre os egressos de escola pública carentes; e as menores probabilidades, entre os afro-descendentes carentes. Uma limitação do método é que ele não permite saber quais os fatores explicativos da maior ou menor probabilidade de sobrevivência do aluno ao evento. Conclui-se que é preciso realizar outros estudos para se identificar quais fatores determinam a ocorrência da dependência ao longo do Curso, considerando-se as diferentes modalidades de ingresso na Universidade.

Palavras-chave: Curso de Administração, dependência, Sistema Universal, PAES, Cotas.

ABSTRACT

There are many questions related to the adoption of quotas in universities. Guarnieri and Melo-Silva (2007) argue that this is a subject that has an intense schedule of discussions, even in the United States, a country with a long tradition in the adoption of quotas in universities. In Brazil, we are at the beginning of this trajectory, and the

⁶⁰ Este artigo faz parte de pesquisa financiada pela FAPEMIG

⁶¹ Estudante do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros/MG. Endereço para contato: lilianeg3@hotmail.com

⁶² Estudante do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Montes Claros. Endereço para contato: juracyl@yahoo.com.br

⁶³ Professora doutora do Curso de Ciências Econômicas. Endereço para contato: maria.goncalves@unimontes.br

academic performance of unitholders has been little studied in the country. In this study, the objective is to analyze the dependence among students of Directors, UNIMONTES entrants into the universal system, PAES and the quota system (selective process 1/2005), exposing data from some random periods of the course. In addition to the descriptive analysis, another technique was applied to the data to Survival Analysis, suitable for longitudinal data. The application of this technique results in a significant contribution to studies in education, aimed at a better understanding of the differences in student performance in the manner of entry into the University. Among the main results, it was found that about 53% of the students of Directors had at least a dependency along the course. The analysis revealed that the highest probability of survival of dependence were observed among public school students in need, and the less likely among african descent needy. A limitation of the method is that it lets you know which factors explaining the greater or lesser probability of survival of the student event. We conclude that it is necessary to conduct more studies to identify which factors determine the occurrence of dependence along the course, considering the different modes of entry into the University.

Keywords: *Course Administration, addiction, Universal System, PAES, Quotas.*

1. INTRODUÇÃO

A adoção de políticas de tratamento preferencial, ou ação afirmativa, não é algo recente no contexto brasileiro. Bernardino (2004) nos lembra que leis que beneficiam particularmente determinados segmentos já são há muito desenvolvidas no país, como o Decreto-lei 5.452/43 que ao querer limitar o número de estrangeiros nas empresas brasileiras, estabelece cota de 2/3 para brasileiros em empresas individuais e coletivas, e a Lei 5.465/68, chamada lei do Boi, que reserva 50% das vagas em estabelecimentos de ensino nível médio agrícola e escolas superiores de agricultura e veterinária para candidatos agricultores ou filhos destes.

Porém, é nos anos 1990 que se intensifica a adoção de políticas afirmativas no Brasil através da definição de cotas para determinados segmentos sociais. A UNIMONTES instituiu o sistema de reserva de vagas em 2004, distribuindo 45% do total de vagas em cada curso de graduação às categorias “Afro-descendente carente”, “Egresso de escola pública” (se carente) e portador de deficiência e indígena. Para cada uma das duas primeiras categorias, 20% das vagas e, para a última, 5%.

O início efetivo do sistema de vagas na Universidade ocorreu no processo seletivo 1/2005, realizado em dezembro de 2004. Os alunos que ingressaram na Universidade por meio desse processo concluíram o curso em dezembro de 2008 (duração de oito semestres). Para os cursos com duração igual a dez semestres, o seu

término ocorreu em dezembro de 2009. O processo seletivo 2/2005 foi realizado em junho de 2005. Os cursos com duração equivalente há quatro anos foram concluídos em junho de 2009.

Nesse estudo, o objetivo é realizar uma análise da dependência entre os alunos do curso de Administração, ingressantes na UNIMONTES pelo sistema universal, PAES e pelo sistema de cotas (processo seletivo 1/2005), expondo dados de alguns períodos aleatórios do curso.

Uma técnica de análise aplicada aos dados é a Análise de Sobrevivência, adequada à dados longitudinais; mas pouco utilizada devido às poucas bases de dados longitudinais existentes. A aplicação dessa técnica, considerando as diferentes modalidades de ingresso no curso (Sistema universal, egresso de escola pública e “Afro-descendente carente”, deficiente/indígena, PAES) resulta em uma importante contribuição aos estudos na área da educação, que visam uma melhor compreensão sobre os diferenciais de desempenho do aluno segundo as modalidades de ingresso na Universidade.

Uma das motivações para a realização desse estudo está associada à polêmica levantada no período de implementação das cotas nas universidades brasileiras, relacionada ao desempenho dos cotistas nas universidades, que na visão de muitas pessoas (de cunho acadêmico ou não) seria inferior aos dos alunos não cotistas. Esse estudo, ao contemplar questões desse tipo, pode contribuir para uma maior reflexão sobre a adoção das políticas afirmativas, na modalidade cotas, no interior das instituições de ensino superior do País.

2. METODOLOGIA E ANÁLISE E FONTE DE DADOS

Para o desenvolvimento desse estudo, além da análise descritiva dos dados, foi realizada a análise de sobrevivência. Essas técnicas foram aplicadas aos dados relacionados ao Processo seletivo 1/2005.

2.1 Análise de Sobrevivência

Estudos têm apontado a importância da metodologia da análise de sobrevivência nas pesquisas do ciclo de vida dos indivíduos (BLOSSFELD, HAMERLE & MAYER, 1989; MAYER & TUMA, 1990; TRUSSELL, HANKINSON

& TILTON, 1992). Entretanto, a utilização desta técnica é bastante limitada pela escassez de bases de dados longitudinais.

Uma das bases de dados utilizada tem informações retrospectivas, relacionadas à coorte de alunos que ingressou na UNIMONTES pelo processo seletivo 1/2005. Os dados para essa coorte correspondem a um período de quatro anos.

Ao término de cada período letivo, é possível saber se o aluno foi aprovado, se teve dependência, se pediu transferência, se abandonou os estudos, etc. O evento considerado, nesta metodologia de análise, foi a dependência. Mais especificamente, a ideia foi estimar e analisar as curvas de sobrevivência ao evento, entre o primeiro e o último período do curso de Administração. No caso da dependência, como ela pode ocorrer várias vezes ao longo do curso, foi considerado apenas o tempo até a sua ocorrência, pela primeira vez, no período de estudo.

Dois aspectos relacionados aos dados devem ser mencionados:

- i. Ao fim do período de acompanhamento, parte dos alunos não experimenta os eventos de interesse e;
- ii. No período de acompanhamento ocorre uma redução significativa da coorte. Há diversos casos de transferência e evasão, além de outras situações. Ou seja, o acompanhamento do aluno é interrompido.

Tanto na situação (i) quanto na situação (ii), os dados são censurados. A censura corresponde à observação parcial da resposta. Mas, apesar de incompletas, as observações censuradas dão informações sobre o tempo de sobrevivência dos alunos. É a presença de dados censurados que requer o uso do método da análise de sobrevivência.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Análise Descritiva – Notas médias, Processo seletivo 01/2005

Na seqüência, é apresentado um gráfico com as notas médias dos alunos da graduação do curso de Administração da UNIMONTES. Neste gráfico, constam resultados para todo o curso (1º ao 8º período). O objetivo é verificar o comportamento das notas segundo as categorias de ingresso no curso, por período; e se houve mudanças nesse comportamento ao longo do curso.

De uma forma geral, não houve diferenças substanciais nas notas dos alunos do curso de Administração, quando se considera a modalidade de ingresso no curso, conforme Gráfico 1. Contudo, ao longo do curso, o melhor desempenho acadêmico foi obtido pelos alunos cujo ingresso na Universidade foi pela modalidade egressa de escola pública carente.

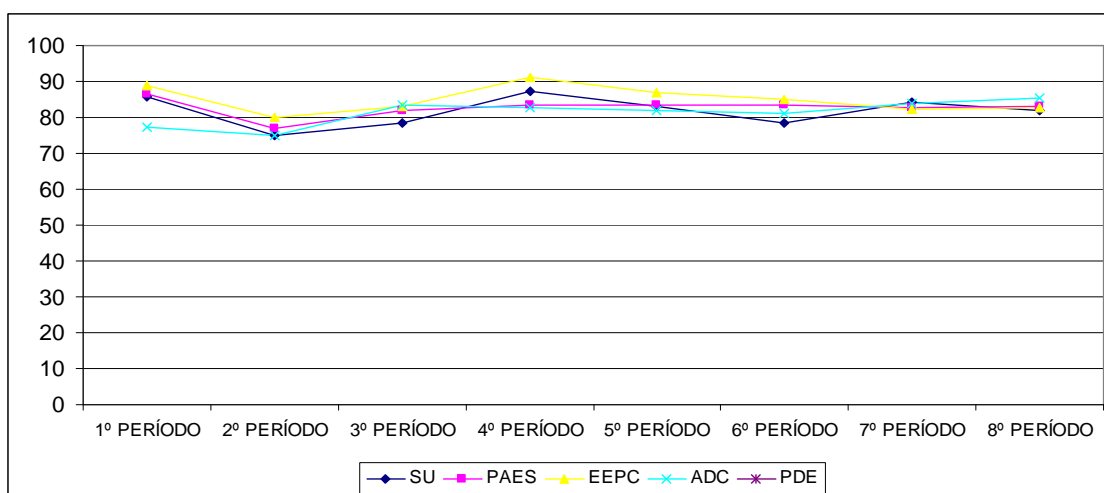


Gráfico 1: Nota média das disciplinas cursadas por período, segundo o sistema de ingresso (processo seletivo 1/2005), curso de Administração. UNIMONTES.

Fonte: Gonçalves et al. Pesquisa FAPEMIG SHA APQ-01402-09.

3.2 Análise de Sobrevivência - Processo seletivo 1/2005

Como a dependência ocorreu mais de uma vez para parte dos alunos, deve-se ressaltar que a presente análise compreende apenas a ocorrência do evento pela primeira vez entre o 1º e o 8º período do curso de Administração.

Nesse estudo, uma hipótese a ser testada é se as funções de sobrevivência para o evento de interesse são iguais para os alunos das diferentes modalidades de ingresso na UNIMONTES. Pretende-se ainda comparar as curvas estimadas, visando verificar se alunos cotistas têm um maior ou menor tempo de sobrevivência; uma maior ou menor probabilidade de sobrevivência à dependência, em relação aos alunos não cotistas.

Inicialmente, é apresentada uma tabela com o percentual de ocorrência do evento (falhas), pela primeira vez, ao longo do curso, e segundo as modalidades de ingresso. Posteriormente, são apresentados os tempos e as funções de sobrevivência estimadas.

3.2.1 Análise de Sobrevivência no Curso de Administração

De acordo com a TAB 1, cerca de 53% dos alunos do curso de Administração tiveram pelo menos uma dependência ao longo do curso. Uma análise segundo as modalidades de ingresso mostra que o maior percentual de ocorrência do evento ocorreu entre os alunos cujo ingresso foi como afro-descendente carente (80%).

Tabela 1: Total e percentual de falhas, segundo a modalidade de ingresso, Curso de Administração – UNIMONTES

<i>ADMINISTRAÇÃO</i>			
MODALIDADE	Nº ALUNOS	FALHAS	% FALHAS
SUN	15	08	53,34
PAES	10	05	50,00
EEP	06	02	33,34
ADC	05	04	80,00
PDE	00	00	00,00
Total	36	19	52,78

Fonte: Gonçalves et al. Pesquisa FAPEMIG SHA APQ-01402-09.

O menor índice de ocorrência do evento foi observado entre os egressos de escola pública, sendo que 1/3 desses alunos tiveram pelo menos uma dependência durante o curso. Cerca da metade dos acadêmicos não cotistas não tiveram dependência no curso.

Conforme a TAB. 2, o tempo médio de sobrevivência ao evento para esses alunos correspondeu a 6,67 períodos. A menor probabilidade de sobrevivência foi verificada para os alunos da modalidade afro-descendente carente, sendo que o tempo médio de sobrevivência para esses alunos correspondeu a apenas 2,4 períodos, enquanto o tempo mediano foi igual a 1 período.

Tabela 2: Tempo médio e mediano de sobrevivência à primeira dependência, segundo modalidades de ingresso, Curso de Administração

<i>Modalidade</i>	<i>Tempo Médio</i>	<i>Tempo Mediano</i>
SUN	4,92	6
PAES	5,20	4
EEP	6,67	-
ADC	2,40	1
PDE	-	-

Fonte: Gonçalves et al. Pesquisa FAPEMIG SHA APQ-01402-09.

Quando observadas as funções de sobrevivência no Gráfico 2, percebe-se que a probabilidade de sobrevivência dos alunos que ingressaram na Universidade como egressos de escola pública é a mais elevada entre as modalidades analisadas. Para os períodos iniciais do curso (até o 4º período) as curvas para as modalidades Sistema universais e PAES ficaram quase sobrepostas, indicando uma similaridade no comportamento dos acadêmicos, em relação ao evento. De acordo com o teste Log-Rank (p -valor = 0,0883), se considerado o nível de significância de 10%, as diferenças entre as curvas são estatisticamente significativas.

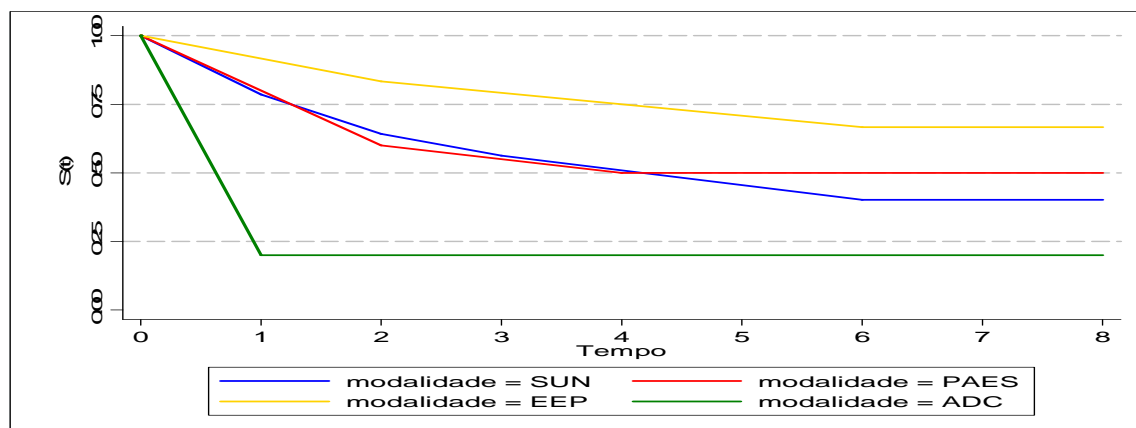


Gráfico 2: Curvas de Sobrevivência à Primeira Dependência, Curso de Administração – UNIMONTES (Processo Seletivo 1/2005).

Fonte: Gonçalves et al. Pesquisa FAPEMIG SHA APQ-01402-09.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desse artigo baseou-se no acompanhamento (retrospectivo) da trajetória acadêmica dos alunos que ingressaram na UNIMONTES, no curso de Administração, pelo Processo seletivo 1/2005. A análise das notas médias

obtidas pelos alunos do Curso, de uma forma geral, não teve diferenças substanciais nas notas, quando se considera a modalidade de ingresso.

A análise revelou que as maiores probabilidades de sobrevivência à dependência foram verificadas entre os egressos de escola pública carentes; sendo que a menor probabilidade de sobrevivência foi observada para os afro-descendentes carentes, cujo tempo médio de sobrevivência para esses alunos correspondeu a apenas 2,4 períodos (enquanto o tempo mediano foi igual a 1 período).

Assim, a desigualdade de resultado de alguma forma guarda relação com a trajetória anterior de exclusão social. O simples estabelecimento de cotas pode ser uma forma de contribuir para a redução dessas desigualdades estruturais de acesso ao ensino superior, mas isso não é conseguido no curto prazo. Essa discriminação positiva poderá resultar, no futuro, em ampliação das oportunidades de grupos historicamente desfavorecidos na sociedade brasileira.

Necessita-se realizar outros estudos para se identificar quais fatores determinam a ocorrência da dependência ao longo do Curso, considerando-se as diferentes modalidades de ingresso na Universidade.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO, J.(2004). Levando a raça a sério: ação afirmativa e correto reconhecimento. In: BERNARDINO, J. e GALDINO, D (org.). Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A.

GURNIERI, F. V. e MELO-SILVA, L. L. (2007). Ações afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos. *Psicologia & Sociedade*, vol. 19, nº 2, maio/ago. Porto Alegre.

MAYER, K.U; TUMA, N.B. Event history analysis in life course research. Madison, The University of Wisconsin Press, 1990.

PARTO ANÔNIMO, CELERIDADE DOS PROCESSOS DE ADOÇÃO E ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Maria Isabel Rodrigues Ferraz⁶⁴

Ionete de Magalhães Souza⁶⁵

Ana Clarice Albuquerque Teixeira

Leal⁶⁶

RESUMO

Este artigo tem o escopo de analisar a possível legalização do Parto Anônimo (Projeto de Lei nº 3.220/2008) no ordenamento jurídico brasileiro, assim como a possibilidade de contribuição para a celeridade dos processos de adoção e se, conseqüentemente, tal medida estaria de acordo com as propostas do Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil. O trabalho também abordará a repercussão social e suas conseqüências frente à Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

Palavras-chave: Parto Anônimo. Anteprojeto do CPC. Adoção. Celeridade processual.

ABSTRACT

This article has the scope to analyze the possible legalization of Baby Safe Haven (Bill No. 3.220/2008) in the Brazilian legal system, as well as the possibility of contributing to the speed of adoption processes, and consequently, such a measure would be in accordance with the proposals of the Draft of the New Code of Civil Procedure. The paper will also approach the social impact and its consequences against the Constitution of the Federative Republic of Brazil, 1988.

Keywords: *Baby Safe Haven. Draft of the New CCP. Adoption. Procedural Celerity.*

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo, mediante a utilização da metodologia dedutiva, com pesquisa bibliográfica, pretende analisar o Projeto de Lei (PL) nº 3.220/2008 e suas contribuições para a celeridade dos processos de adoção, além de estabelecer as garantias constitucionais que seriam efetivadas mediante a aprovação do supracitado PL e do Anteprojeto do novo Código de Processo Civil, frente aos artigos 5º, rol dos direitos e garantias fundamentais, complementado pela Emenda Constitucional nº 45

⁶⁴ Acadêmica do 2º Período do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES (1º semestre/2013).

⁶⁵ Professora do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES e Coordenadora do Programa S.A.J. Itinerante. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e orientadora de projetos de pesquisa.

⁶⁶ Professora do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Coordenadora do Programa S.A.J. Itinerante e orientadora de projetos de pesquisa.

(EC nº. 45/2004), e 227 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (CRFB/1988).

Serão consideradas duas vertentes: a aceitação dos Projetos e a recusa dos mesmos, partindo de análise crítica sobre os pontos positivos e negativos dos impactos legais e sociais que a aprovação dos Projetos acarretaria.

2. NOÇÃO DE PARTO ANÔNIMO

A mulher, depois de ver o seu valor reconhecido pela sociedade, teve diversos direitos garantidos, principalmente com relação a sua saúde e desenvolvimento. Afinal, é a partir da concepção de um ser humano, capacidade que somente as mulheres possuem que estas se comunicam com o corpo social. Destarte, questões relacionadas com as mulheres possuem grande importância para o equilíbrio e constituição da sociedade e, visando evitar eventuais desequilíbrios sociais, políticas de saúde e educação foram demandadas para proteger a mulher, os seus filhos e a sua relação com os mesmos, para que nem um e nem o outro saiam prejudicados e com seus direitos violados.

Ainda assim, muitos casos de crianças abandonadas pelas suas próprias mães já foram relatados pela mídia. Como esclarece a advogada Ionete de Magalhães Souza⁶⁷, "ser genitor não quer dizer, necessariamente, que é um pai" e é partindo de definições como esta que o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFam), por meio do Deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT/BA), propôs a legalização do Parto Anônimo, através do PL nº 3.220/2008.

Define-se o Parto Anônimo como o que "diz respeito ao direito de entrega exercido pela mulher que coloca a criança recém-nascida, sua filha, à disposição para adoção nos hospitais e casas de saúde sem qualquer imputação civil ou penal." (SOUZA; VERSIANI, 2012, p. 69). Se legalizado, as gestantes, interessadas em entregar o filho para a adoção, receberão tratamento diferenciado nos hospitais, acompanhamento ginecológico e psiquiátrico, com garantia de sigilo. A prática do parto em anonimato é legal em diversos países, como França, Alemanha, Itália, Áustria, Suíça, Espanha e alguns estados dos Estados Unidos.

⁶⁷ Advogada e Mestre em Direito, especialista em Direito de Família, em sala de aula (durante exposição verbal) do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros, no 2º semestre de 2012.

Certo é que essa prática nasceu da "Roda dos Expostos", desenvolvida durante a Idade Média, por volta de 1189. Essa roda consistia em uma estrutura de madeira com pequenas portas, localizadas, geralmente, nas Santas Casas de Misericórdia, posta de uma forma para que a mãe, ao abandonar o seu filho no local, não tivesse sua identidade revelada. A primeira Santa Casa de Misericórdia, no Brasil, a ter uma Roda para esta finalidade foi na Bahia e, em 1948, foi desativada a última Roda dos Expostos brasileira em São Paulo. (SOUZA; VERSIANI, 2012)

Esse método, por muitos anos, foi uma forma de fuga para as mulheres grávidas e solteiras da época. Assim, doando o seu filho para a adoção sem que sua identidade fosse revelada, a sua própria imagem era preservada de discriminação e segregação social.

No entanto, a sociedade contemporânea, revestida de valores e padrões diferentes das épocas passadas, atribui outra finalidade à prática do parto em anonimato: o PL em questão tem como objetivo diminuir a ocorrência de abortos e abandonos, além de tornar os processos de adoção mais céleres.

Todavia, o PL, ainda em trâmite, encontra impedimentos para a sua aprovação em princípios e garantias fundamentais da CRFB/1988, pois a prática do Parto Anônimo feriria alguns direitos do nascituro, como o direito à filiação e o direito ao conhecimento da origem genética. Tais direitos seriam violados porque a criança permaneceria sem filiação até o momento de sua adoção e a identidade de seus genitores não seria revelada. A relevância do conhecimento da origem genética, por exemplo, é bem definida por Rodolfo Cunha Salles: "O direito à identidade genética advém da concepção do direito de identidade pessoal, relacionado ao estabelecimento e identificação do estado do indivíduo." (SALLES, 2010, p.194). Este direito, assim como o direito à filiação, relaciona-se com a própria segurança da identidade de cada indivíduo.

Ainda assim, "os que defendem a legalização do parto em anonimato afirmam que, demandando políticas efetivas por parte do poder público, esta afastaria a clandestinidade do abandono e protegeria, sobremaneira, a vida e a integridade do recém nascido." (SOUZA; VERSIANI, 2012, p.72). Afinal, a ideia principal desse PL é dar às crianças indesejadas e abandonadas condições para que possam usufruir de direitos previstos: direito à vida, à dignidade humana e à proteção especial.

Para aqueles que são contra a legalização, esses direitos já são assegurados às crianças, por meio do dever estatal frente ao artigo 227 da CRFB/1988, e o Estado

cumprir com tal dever ao auxiliar e apoiar as mães, quando estas manifestam o desejo de entregar o filho para a adoção. Dessa forma, a criança indesejada e a genitora são amparadas tanto constitucionalmente, quanto pela Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que normatiza a adoção e estabelece os direitos do nascituro e da mãe, os desta última no artigo 8º § 5º e no artigo 13, parágrafo único.

3. PARTO ANÔNIMO, CELERIDADE DOS PROCESSOS DE ADOÇÃO E ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Os Estados contemporâneos trazem em suas Constituições direitos fundamentais garantidos a todos os cidadãos e a submissão do Estado a essas garantias é que caracteriza a definição de Estado de Direito. Para Carré de Malberg, *apud* Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias, "por Estado de Direito deve-se entender aquele Estado que, nas relações com seus súditos e para garantia deles, submete-se, ele próprio, a um regime de direito, segundo o qual suas atividades são regidas por um conjunto de regras de natureza diversa [...]." (DIAS, 2003, p.217)

O Estado de Direito também é um Estado constitucional, e este justifica o surgimento de um Estado vinculado ao direito, consequência dos processos constituintes americano e francês e da crescente constitucionalidade dos ordenamentos jurídicos.

A função essencial do Estado é tratar os seus cidadãos de forma igualitária, garantindo-lhes os direitos fundamentais constados na CRFB/1988. Um desses direitos é o direito à razoável duração do processo, inserido através da Emenda Constitucional nº 45, acrescentando ao artigo 5º da CRFB/1988 o inciso LXVIII.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:[...] LXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

"O processo deve ter uma duração razoável, sob pena de se tornar inócua uma decisão tardia. O direito ao prazo razoável significa adequação temporal da jurisdição, mediante processo sem dilações indevidas, eis que o acesso à jurisdição envolve o direito de obter do Estado uma decisão jurisdicional em prazo razoável." (NEVES, 2006, p.55) É partindo desses ideais e desses direitos constitucionais que,

constantemente, o Poder Legislativo busca aperfeiçoar o ordenamento jurídico brasileiro, com o objetivo de sempre assegurar as garantias fundamentais a todos os cidadãos.

O processo apresenta-se como meio principal de efetivação de garantias constitucionais e, por isso, a celeridade processual tem se tornado objetivo dos legisladores. Desta maneira, propostas para alcançar tal finalidade são apresentadas, como o anteprojeto do Novo Código de Processo Civil. Há divergências doutrinárias acerca da eficiência das mudanças propostas pelo anteprojeto, que promete mudanças legislativas com o objetivo de tornar os processos mais céleres.

Mediante medidas com finalidade processual, pode-se relacionar o PL 3.220/2008, que visa a legalização do Parto Anônimo, com o anteprojeto do Novo Código de Processo Civil, visto que ambos objetivam diminuir a morosidade dos seus respectivos processos. De acordo com aqueles que defendem a aprovação desses projetos, tais medidas seriam efetivas para a celeridade dos processos. No entanto, os que não defendem a aprovação indicam que esses projetos são inconstitucionais.

A prática do Parto Anônimo, como já citado neste mesmo artigo, contraria direitos constitucionais, como o direito à filiação e ao conhecimento da origem genética, previstos tanto na CRFB/1988 como no ECA.

Já o anteprojeto do Novo Código de Processo Civil, apesar de pretender acelerar os processos, retira dos cidadãos algumas garantias também relativas ao processo:

Tais legislações acabam por retirar do cidadão garantias fundamentais conquistadas, tais como: o acesso ao contraditório, a ampla defesa e, principalmente, a uma defesa cômoda, já que impede a parte de levar ao conhecimento de um órgão colegiado (o tribunal), a análise de uma decisão tomada por um único juiz retirando, com isso, o acesso ao duplo grau de jurisdição, corolário lógico da ampla defesa. (TEIXEIRA, 2006, p.66)

Isto porque, pretendendo diminuir a duração dos processos, o legislador retirou ou comprimiu etapas dos processos essenciais aos cidadãos, uma delas foi a dialética. Essas mudanças, além de contrariar a própria CRFB/1988, contraria o conceito de Estado Democrático de Direito que o Estado brasileiro possui, já que retira dos cidadãos direitos adquiridos durante as etapas de conquistas históricas e de evolução dos movimentos constitucionais.

Assim preceitua José dos Santos Carvalho Filho, *apud* Carlos Eloi Teles Pereira, que:

Quando se assenta a premissa de que a soberania do Estado permite àqueles que representam a sociedade a edição de atos legislativos, a suposição é a de que tais atos devem guardar a compatibilidade com a Constituição. Significa dizer que ao poder jurídico e político de criação de leis, o Estado, por seus agentes parlamentares, tem o dever de respeitar os parâmetros constitucionais. Por isso, assim como se pode afirmar ser lícita a edição regular de leis, pode também asseverar-se que é lícito criar lei em descompasso com a Constituição. (PEREIRA, 2013, p.46)

Constata-se, noutra vertente, que a nova Lei de Adoção, ao incluir o § 5º no artigo 8º do ECA, já garante o auxílio necessário às gestantes que desejam dar o filho para a adoção. Fazendo com que a criação de outros dispositivos legais com o mesmo objetivo tornem-se desnecessários. (SOUZA; VERSIANI, 2012, p.18)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a análise comparada dos mencionados Projetos, sob a luz do ordenamento jurídico brasileiro, constata-se que mudanças legislativas radicais não irão, por si só, diminuir a morosidade da atividade jurisdicional do Estado e conferir celeridade à tramitação dos processos.

Os doutrinadores, em sua grande maioria, entendem que, para atingir esses objetivos, mudanças qualitativas e quantitativas nas estruturas do Poder Judiciário mostram-se mais eficazes.

Ademais, enquanto a prática do parto em anonimato promete, entre outras coisas, a celeridade dos processos de adoção e o Anteprojeto a diminuição da morosidade da atividade jurisdicional, esses Projetos ferem direitos constitucionais fundamentais em suas respectivas áreas.

Assim, há de se crer que há meios de legislar a favor de mudanças positivas sem ferir direitos e garantias constitucionais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação – referências – elaboração**: NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

BARRAL, Welber de Oliveira. **Metodologia da pesquisa jurídica**. 4.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

BARROS, Fernanda Otoni de. **Do direito ao pai**. v. 2. Belo Horizonte (BH): Del Rey, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília (DF): Senado Federal, 2012.

BONAT, Débora. **Metodologia da Pesquisa**. 3.ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

DIAS, Ronaldo Brêtas de Carvalho. Apontamentos sobre o Estado Democrático de Direito. *In: Revista do instituto dos advogados de Minas Gerais*, 2003.

GOBBO, Edenilza; Wibrantz Carlize. **Parto anônimo e a afronta ao conhecimento da origem genética**. Joaçaba: Unoesc & Ciência - ACSA, v. 1, n. 2, jul./dez. 2010, p. 163-170.

NEVES, Isabela Dias. Direito à razoável duração do processo no Estado Democrático. *In: Revista do instituto dos advogados de Minas Gerais*, 2006, p. 45-62.

PEREIRA, Carlos Eloi Teles. **Responsabilidade do Estado pela edição de lei inconstitucional e de efeito concreto**. Montes Claros (MG): Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Estadual de Montes Claros, 2013.

QUEIROZ, Olívia Pinto de Oliveira Bayas. **O Parto anônimo à luz do constitucionalismo brasileiro**. Dissertação (Mestrado). Fortaleza (CE): Universidade de Fortaleza, 2010.

SALLES, Rodolfo Cunha. **O direito à identidade genética e o estado de filiação: análise dos critérios definidores do vínculo de filiação e o direito ao conhecimento da origem biológica**. Brasília (DF): Revista de Artigos do Ministério Público, n. 4, 2010, p. 171-202.

SOUZA, Ionete de Magalhães; VERSIANI, Tátilla Gomes. **Parto anônimo, direito à identidade genética, dignidade humana e reforma do judiciário: Conjecturas**. Montes Claros: Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Estadual de Montes Claros, 2010. Disponível em:
<<http://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj027016.pdf>>. Último acesso em 10 jun. 2013, às 16h.

SOUZA, Ionete de Magalhães. VERSIANI, Tátilla Gomes. **Parto anônimo, abandono infantil e morosidade nos processos de adoção**. *In: Revista Atualidades Jurídicas*, n. 16, abr./mai./jun. 2012, p. 65-76. Disponível em:
<<http://www.oab.org.br/editora/revista/Revista-16/Atualidades-Juridicas-16.pdf>>. Último acesso em 12 jun. 2013, às 21h05.

SOUZA, Ionete de Magalhães. **Perícia paterna e acesso à justiça - uma análise constitucional**. 3. ed.. Leme (SP): J.H. Mizuno, 2013.

TEIXEIRA, Welington Luzia. As novas reformas do CPC e o Estado Democrático de Direito: adequação ou colisão?. *In: Revista do instituto dos advogados de Minas Gerais*, 2006, p. 63-95.

UNIMONTES. **Resolução nº 182 - Cepex/2008** - aprova manual para elaboração e normatização de trabalhos acadêmicos para os cursos de graduação da Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes.

Disponível em:

<http://www.unimontes.br/arquivos/resolucao/2008/resolucao_cepex182.pdf>. Último acesso em 10 junho de 2013, às 16h45.

SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SETOR AGROPECUÁRIO EM NÍVEL OPERACIONAL EM MONTES CLAROS/MG

Cássia Morais Balieiro⁶⁸
Simone Viana Duarte⁶⁹
Roney Versiani Sindeaux⁷⁰

RESUMO

O trabalho consiste em apresentar a situação dos trabalhadores em nível operacional no setor agropecuário na cidade de Montes Claros/MG, de acordo com levantamento de dados disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e pesquisa bibliográfica. A partir do estudo dos dados, observa-se que há predominância do sexo masculino no setor, apresentando grau de escolaridade principalmente analfabeto e fundamental com idade em sua maioria entre 30 e 39 anos, sendo a remuneração entre 1 e 2 salários mínimos. Em contrapartida, analisando o período de 1990, 1994, 1998, 2002 a 2011 quase que dobrou o número de funcionários que recebiam entre 0,5 e 1 salário mínimo. Na classe feminina não é diferente, embora esta tenha maior predominância entre 40 e 49 anos. Nas duas classes houve aumento da escolaridade para nível médio, com pequena elevação em nível superior tendo maior percentual em 2003, chegando a 0,91% na classe masculina e 1,96% na feminina, visto que nos anos observados, havia mais mulheres com curso superior, ao passo que houve diminuição salarial de ambos em até 1 salário. Segundo Bitencourt (2002) Trabalhadores com maior grau de escolaridade tendem a ser mais bem remunerados e ter facilidade de adentrar no mercado, o que não se configura em relação ao trabalhador do setor agropecuário em Montes Claros. Recomenda-se assim a atenção especial do trabalhador desse setor em termos de capacitação.

Palavras-chave: setor agropecuário, mercado de trabalho, escolaridade, gênero, faixa etária.

ABSTRACT

The work is to present the situation of workers at the operational level in the agricultural sector in the city of Montes Claros / MG, according to survey data available in the Annual Report of Social Information (RAIS) and literature. From the study data, it is observed that there is a male predominance in the sector by presenting schooling mostly illiterate and elementary aged mostly between 30 and 39 years, and to pay between 1 and 2 minimum wages. In contrast, analyzing the period 1990, 1994, 1998, 2002 to 2011 almost doubled the number of employees who received between 0.5 and 1 minimum wage. In the female class is no different, although this predominance between 40 and 49 years. In both classes increased schooling to secondary level, with a

⁶⁸ Acadêmica do curso de administração da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.
E-mail: cassiambalheiro@gmail.com

⁶⁹ Professora Mestre do curso de Administração, Orientadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração – GEPAD da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.
E-mail: simonevianaduarte@yahoo.com.br

⁷⁰ Professor Doutor do curso de Administração, Coordenador/Orientador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração - GEPAD da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.
E-mail: roneyvs@yahoo.com.br

slight elevation in the upper level, as observed in the years, there were more women with higher education, while there was a decrease in wages both within 1 salary. According to Bittencourt (2002) Workers with higher levels of education tend to be better paid and have ease of entering the market, which is not configured in relation to the worker in the agricultural sector in Montes Claros. It is recommended so the attention of workers in this sector in terms of training.

Keywords: *agricultural sector, labor market, education, gender, age.*

1. INTRODUÇÃO

O trabalho consiste em apresentar a situação dos trabalhadores do setor agropecuário na cidade de Montes Claros, norte de Minas Gerais. É analisada a faixa etária, grau de escolaridade e sexo dos trabalhadores que permite identificar a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho e o perfil de cada um.

A atividade da agropecuária pertence ao setor primário e, movimentou a economia em tempos passados em que a atividade predominava. O mercado de trabalho está em constante inovação e, ao passo que isso ocorre, a classe trabalhadora também tenta se adequar às mudanças. Buscam-se novas formas de inserção no mercado e melhores condições de trabalho.

Discussões sociológicas e econômicas remetem a análise e evolução do mercado de trabalho ao longo das décadas já que o funcionamento do mercado tem extrema importância para a movimentação da economia e é onde ocorrem as relações comerciais de compra e venda de mercadorias e produtos.

Na pesquisa com foco no mercado de trabalho de Montes Claros, situada no Norte de Minas Gerais, foi considerada a série histórica de 1990,1994,1998, e de 2002 a 2011 com destaque para as variáveis faixa etária, grau de escolaridade e remuneração referente ao trabalhador operacional do setor agropecuário de acordo com dados obtidos na RAIS.

Todas as análises e resultados apresentados foram obtidos através dos dados extraídos dos registros do MTE.

A escolha do setor deve-se a grande participação econômica da agropecuária em Montes Claros que no decorrer dos anos tem sido substituída por outros setores e se tornado um pólo universitário de referência no Norte de Minas e Sul da Bahia. Verificar o comportamento do setor ao longo dos anos na perspectiva do trabalhador e tendo em vista o contexto atual é o que motivou a presente coleta e análise em especial.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Chiavenato (2005, p. 102), “o mercado de trabalho é dinâmico e sofre contínuas mudanças”. Elas ocorrem devido à globalização, impactando a economia e transformando-a.

As relações trabalhistas modificam ao passo que o sistema social e econômico sofre alterações. Dos anos 1990 para cá, o mercado de trabalho sofreu transformações, as bases tecnológicas, a forma de vida se modificaram. O indivíduo também tem se adequado às mudanças através da profissionalização e atualização no mercado e este busca competências e habilidades.

Bitencourt (2002, p. 77) “enumera alguns aspectos fundamentais da competência que são relacionados pelos indivíduos durante as atividades de trabalho: a formação, a capacitação, a ação, a articulação de recursos, os resultados, o questionamento, o autodesenvolvimento e a interação”. Indivíduos com essas características tem maior facilidade de adentrar ao mercado. Trabalhadores com maior grau de escolaridade tendem a ser mais bem remunerados.

A teoria clássica, em especial do ponto de vista de Kopschina, da perspectiva neoclássica, que surge no final do século XXI, o nível de emprego também resulta da confrontação entre oferta e demanda. O salário (ou preço do trabalho) é a variável estratégica que permite a obtenção do equilíbrio. Entretanto, nesta óptica, a formação (universitária, técnica, entre outras) pode ser considerada como um investimento em “capital humano”, onde a rentabilidade é função tanto dos custos dos estudos quanto da perspectiva de renda ligada à diferença de qualificação obtida pelo trabalhador ao longo da vida ativa. Considera também que os trabalhadores podem se mover livremente em uma grande variedade de opções no mercado, baseadas em gostos e preferências, habilidades e capacidades específicas e que, portanto, irão receber uma remuneração sobre a base de suas capacidades de capital humano (KOPSCHINA, 2001).

Com essa concepção, quem está em maior nível de escolaridade tende a ter empregos melhores que condiz com os esforços obtidos com estudos e qualificações. Os que possuem baixo nível de escolaridade, não terão boas opções no mercado, já que os melhores empregos e que remuneram bem possuem grande exigência de conhecimento.

Segundo Oliveira e Piccinini (2011), para a teoria da segmentação, o mercado não é um único espaço competitivo em que todos os postos de trabalho

estariam igualmente disponíveis a todos os trabalhadores, mas sim um conjunto de segmentos que não competem entre si, porém remuneram de formas diferentes o capital humano, porque existem barreiras que não permitem que todos se beneficiem igualmente do mesmo nível de educação e treinamento.

Para Granovetter (1995), na interpretação sociológica da economia, há vários elementos sociais e organizacionais que limitam o movimento livre do mercado da economia, o que seria consequência da ausência de informações perfeitas.

3. METODOLOGIA

O trabalho consistiu em pesquisa descritiva baseada nos dados disponibilizados no banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do MTE, coletando dados do mercado de trabalho formal em Montes Claros, Norte de Minas Gerais.

De acordo com Gil (2008), as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência. Por exemplo, quais as características de um determinado grupo em relação a sexo, faixa etária, renda familiar, nível de escolaridade etc. O setor foco foi o agropecuário e os trabalhadores em nível operacional no período compreendido entre 1990, 1994, 1998 e de 2002 a 2011. Após organizar os dados conforme cada variável fez-se o cruzamento dos mesmos e obteve-se a participação de homens e mulheres. Para tabulação, cruzamento e análise foi utilizado planilha do Excel.

A pesquisa bibliográfica sobre o mercado de trabalho foi base para a reflexão.

4. RESULTADOS

Os dados revelaram que na microrregião de Montes Claros/MG, no período de 1990, 1994, 1998, 2002 a 2011, no setor de agropecuária, o grau de escolaridade das mulheres é inferior ao dos homens, com exceção nos anos 2003 e 2009 no grupo 3, ou seja, Ensino superior. Há maior número de trabalhadores do sexo masculino no setor. Em 2002, houve maior participação dos trabalhadores analfabetos ou com ensino fundamental que atingiu 77,74%. (ver TAB. 1 e 2).

TABELA. 1 – Representatividade da participação do sexo masculino no setor agropecuária por escolaridade no período 1990 – 2011

	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M
Grupo 1	67,04%	76,30%	76,03%	77,74%	76,53%	76,35%	73,80%	72,01%	70,17%	69,05%	67,61%	65,55%	58,38%
Grupo 2	4,00%	4,53%	4,74%	7,24%	7,28%	7,95%	8,75%	10,09%	11,49%	12,68%	13,33%	14,22%	21,45%
Grupo 3	0,47%	0,81%	0,44%	0,88%	0,91%	0,31%	0,27%	0,50%	0,38%	0,44%	0,64%	0,63%	0,61%
Grupo 4	3,72%	0,10%	1,03%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Grupo 1 = analfabetos, ensino incompleto e completo Grupo 2= ensino médio incompleto e completo, superior incompleto Grupo 3 = superior completo, mestrado doutorado Grupo 4= não classificados.

Fonte: RAIS/CAGED

Em relação ao sexo feminino, o maior índice de analfabetismo ou ensino fundamental foi em 1990 com 21,97% chegando em 2011 com 14,28 % . Observa-se que houve um aumento considerável do sexo feminino com ensino médio ao longo dos anos, tendo 2,70% em 1990 e em 2011 atingiu 5,04%. Nota-se que obteve quase 50% de aumento. O grau de instrução das funcionárias com curso superior foi maior em 2003. A TAB. 2 que segue abaixo, mostra a participação feminina.

TABELA. 2 – Representatividade da participação do sexo feminino na agropecuária por escolaridade no período 1990 – 2011

	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F
Grupo 1	21,97%	15,50%	15,38%	11,76%	12,04%	13,19%	13,99%	14,08%	14,50%	13,94%	13,44%	14,01%	14,28%
Grupo 2	2,70%	2,53%	2,15%	2,28%	1,97%	2,05%	3,03%	3,22%	3,28%	3,57%	4,28%	5,12%	5,04%
Grupo 3	0,09%	0,24%	0,20%	0,09%	1,26%	0,15%	0,16%	0,11%	0,16%	0,33%	0,70%	0,47%	0,24%
Grupo 4	0,00%	0,00%	0,05%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Grupo 1 = analfabetos, ensino incompleto e completo Grupo 2= ensino médio incompleto e completo, superior incompleto Grupo 3 = superior completo, mestrado doutorado Grupo 4= não classificados.

Fonte: RAIS/CAGED.

No que tange a faixa etária, compreende-se que a maior participação dos trabalhadores se dá na faixa de 30 a 39 anos, tendo em vista que de 1990 a 1998 houve aumento, declinando nos quatro anos seguintes. Em 2008 teve aumento de aproximadamente 2%, voltando a crescer nos demais anos. De 18 a 24 anos, houve declínio de 7,39% entre os anos 1990 e 2011. Para a faixa de 25 a 29, essa diferença foi de apenas 1,51%, com maior oscilação entre 1990 e 1994 que obteve aumento de

2,59%. De 50 a 64, houve acréscimo, entre o primeiro e último ano analisados, de 4,84%. Acima de 65 anos, verifica-se pouca participação em todo o período.

TABELA. 3 – Representatividade da participação do sexo masculino na agropecuária por faixa etária no período 1990 – 2011

	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M
18 A 24	17,41%	17,07%	13,82%	15,06%	12,34%	12,52%	11,24%	10,81%	9,91%	8,89%	9,48%	10,72%	10,02%
25 A 29	12,57%	15,16%	13,53%	13,61%	13,35%	13,60%	13,13%	14,25%	14,01%	12,84%	12,21%	11,71%	11,06%
30 A 39	21,88%	25,42%	27,39%	26,82%	27,42%	26,99%	25,72%	25,00%	24,96%	26,95%	24,84%	25,14%	25,15%
40 A 49	11,73%	14,83%	16,26%	17,08%	17,60%	18,27%	17,99%	17,74%	18,28%	18,44%	20,34%	18,98%	19,20%
50 A 64	9,50%	8,39%	10,30%	12,82%	13,56%	12,83%	13,99%	14,02%	14,12%	14,54%	14,03%	13,33%	14,34%
65 OU MAIS	0,65%	0,52%	0,88%	0,48%	0,46%	0,41%	0,76%	0,78%	0,77%	0,49%	0,70%	0,52%	0,67%
{ñ class}	1,49%	0,33%	0,05%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: RAIS/CAGED

As mulheres com idade entre 30 e 39 anos obtiveram maior participação de 1990 a 1998, já a partir de 1998, a população feminina entre 40 e 49 anos teve maior índice de participação dentre as trabalhadoras do setor. Tendo em vista a participação no último ano, verifica-se que houve declínio na participação daquelas com idades entre 18-24 e 24-29 se comparado ao primeiro ano analisado. Mulheres com idade entre 50 e 64 tiveram aumento gradual no decorrer dos anos.

TABELA. 4 – Representatividade da participação do sexo feminino na agropecuária por faixa etária no período 1990 – 2011

	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F
18 A 24	2,89%	1,48%	1,22%	0,88%	0,76%	0,82%	1,24%	1,22%	1,09%	1,71%	1,34%	1,88%	1,34%
25 A 29	4,47%	2,67%	1,81%	1,32%	1,21%	1,39%	1,78%	1,66%	1,81%	2,89%	2,78%	2,93%	2,92%
30 A 39	10,34%	7,53%	7,52%	4,74%	4,05%	4,16%	4,43%	4,10%	4,38%	5,31%	4,82%	5,02%	5,65%
40 A 49	6,05%	5,10%	5,91%	5,31%	6,47%	6,21%	6,54%	6,87%	7,12%	7,55%	5,78%	5,44%	5,22%
50 A 64	0,93%	1,48%	1,32%	1,84%	2,73%	2,77%	3,19%	3,49%	3,56%	3,87%	3,69%	4,29%	4,37%
65 OU MAIS	0,00%	0,00%	0,00%	0,04%	0,05%	0,05%	0,00%	0,06%	0,00%	0,00%	0,00%	0,05%	0,06%
{ñ class}	0,09%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: RAIS/CAGED.

Em relação à faixa salarial, as pessoas do sexo masculino, recebiam de 1 a 2 salários mínimos no período compreendido entre os anos 1990 e 2001, abrangendo um percentual maior que 40%. É perceptível que ainda há um grande número de indivíduos

que recebem até 1 salário mínimo ou menos, e esse número aumentou ao longo dos anos, visto que em 2011, 32,20% recebiam esse valor e em 1990 esse percentual era de 17,23% havendo queda de 2005 a 2009, mas alavancando no ano de 2010.

A faixa de 5 a 10 salários cresceu de 1990 a 1998, passando de 0,84% para 1,7%, e a partir desse ano foi decrescendo até atingir 0,30% em 2011. Em 1990, 2004, 2006 e 2008, não havia ninguém que recebia de 10 a 20 salários, nos demais anos, a taxa variou entre 0,05% a 0,62%, sendo que a taxa mais elevada foi evidenciada em 1994 (0,62%).

TABELA 5 – Representatividade da participação do sexo masculino na agropecuária por remuneração no período 1990 – 2011

	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M
00,50-1,00	17,23%	20,98%	27,8%	30,82%	33,23%	37,61%	30,96%	31,54%	30,87%	29,97%	27,62%	30,27%	32,20%
1,01-2,00	45,16%	43,35%	40,9%	45,48%	44,11%	40,23%	44,52%	43,85%	42,91%	44,18%	46,52%	43,23%	41,43%
2,01-5,00	11,36%	14,21%	10,9%	8,03%	6,42%	6,00%	6,10%	6,04%	6,84%	6,92%	6,05%	5,49%	5,41%
5,01-10,00	0,84%	1,48%	1,7%	1,10%	0,76%	0,46%	0,43%	0,28%	0,27%	0,27%	0,37%	0,31%	0,30%
10,01-20,00	0,00%	0,62%	0,4%	0,18%	0,15%	0,00%	0,05%	0,00%	0,05%	0,00%	0,05%	0,10%	0,06%
20 ou mais	0,00%	0,14%	0,3%	0,22%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,05%	0,00%	0,00%
{ñ class}	0,47%	0,86%	0,1%	0,04%	0,05%	0,31%	0,76%	0,89%	1,09%	0,77%	0,91%	0,99%	1,03%

Fonte: RAIS/CAGED.

Em relação às trabalhadoras do sexo feminino, assim como no sexo masculino, a maior distribuição salarial é de 1 a 2 salários mínimos, mesmo com declínio nos anos posteriores, chegando a uma diferença de 6,92% de 1990 a 2011. Do primeiro ano a 1994, houve decréscimo de 6,98%, a partir daí, teve pouca variação.

Em contrapartida, houve aumento do número de mulheres que recebiam até 1 salário mínimo. Comparando-se 1990 e 2011, percebe-se uma variação de 0,01%, na faixa entre 5 a 10 salários. E acima desses valores são poucos significativos variando de 0,10% a 0% em 1994, 1998 e 2005.

TABELA. 6 – Representatividade da participação do sexo feminino na agropecuária por remuneração no período 1990 – 2011

	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F
0,50-1,00	2,79%	1,62%	2,10%	2,68%	3,03%	2,57%	2,92%	2,72%	2,96%	2,74%	3,10%	4,23%	4,13%
1,01-2,00	21,1%	14,16%	14,31%	10,54%	11,18%	11,90%	13,4%	13,5%	13,5%	14,00%	13,87%	14,01%	14,22%
2,01-5,00	0,74%	1,62%	0,78%	0,61%	0,96%	0,67%	0,59%	0,89%	1,09%	0,77%	0,96%	0,94%	0,73%
5,01-10,00	0,09%	0,57%	0,39%	0,31%	0,10%	0,05%	0,00%	0,00%	0,00%	0,11%	0,16%	0,05%	0,06%
10,01-20,00	0,00%	0,00%	0,10%	0,00%	0,00%	0,00%	0,05%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
20 ou mais	0,00%	0,05%	0,05%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
{ñ class}	0,00%	0,24%	0,05%	0,00%	0,00%	0,21%	0,16%	0,22%	0,33%	0,22%	0,32%	0,37%	0,43%

Fonte: RAIS/CAGED.

Ao analisar o grau de instrução dos trabalhadores da agropecuária, nota-se que no sexo masculino há maior taxa de analfabetos ou ensino fundamental em todos os anos, bem como no ensino médio. Em ensino superior completo ou mais, tem na classe feminina em 2003 e 2009, com maior participação, no entanto, diminui nos demais anos, ficando abaixo da masculina.

Consolidando os gêneros observa-se que o setor agropecuário apresenta as seguintes características observadas nas TAB de 7 a 9, assim resumidas: Pode-se dizer sobre o setor que de 1990 a 2011, que embora reduziu o número de pessoas analfabetas ou que fizeram até o ensino fundamental completo, aumentando o número dos que possuem ensino médio completo, o aumento foi em apenas 0,29%.

Trabalhadores com idades entre 30 e 39 anos tem maior presença no setor, embora tenha crescido a participação daqueles entre 40 e 49 anos, bem como de 50 a 54 no período analisado em mais de 30% se somados. Mais de 50% desses trabalhadores tem renda entre 1 e 2 salários mínimos. Em 1994, 1998, 2002 e 2009 aparece uma pequena participação dos que ganham mais de 20 salários, nos demais respectivamente com 0,19%; 0,34%; 0,22% e 0,05%.

Os homens recebem mais que as mulheres, mesmo assim a faixa salarial é baixa.

Tabela 7 - agropecuária totais de escolaridade sexo

	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total
Grupo 1	89,01%	91,80%	91,41%	89,51%	88,57%	89,53%	87,79%	86,09%	84,67%	82,99%	81,05%	79,56%	72,66%
Grupo 2	6,70%	7,06%	6,88%	9,53%	9,26%	10,01%	11,78%	13,30%	14,78%	16,25%	17,61%	19,34%	26,49%
Grupo 3	0,56%	1,05%	0,63%	0,97%	2,18%	0,46%	0,43%	0,61%	0,55%	0,77%	1,34%	1,10%	0,85%
Grupo 4	3,72%	0,10%	1,07%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Grupo 1 = analfabetos, ensino incompleto e completo Grupo 2= ensino médio incompleto e completo, superior incompleto Grupo 3 = superior completo, mestrado doutorado Grupo 4= não classificados.

Fonte: RAIS/CAGED.

Tabela 8 - agropecuária totais faixa etária

Fonte: RAIS/CAGED.

	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T
18 A 24	20,30%	18,55%	15,04%	15,94%	13,10%	13,34%	12,48%	12,03%	11,00%	10,60%	10,81%	12,60%	11,36%
25 A 29	17,04%	17,84%	15,33%	14,93%	14,57%	14,98%	14,91%	15,91%	15,82%	15,73%	14,99%	14,64%	13,97%
30 A 39	32,22%	32,95%	34,91%	31,56%	31,46%	31,14%	30,15%	29,10%	29,34%	32,26%	29,66%	30,16%	30,80%
40 A 49	17,78%	19,93%	22,17%	22,39%	24,08%	24,47%	24,53%	24,61%	25,40%	25,99%	26,12%	24,41%	24,42%
50 A 64	10,43%	9,87%	11,62%	14,66%	16,29%	15,60%	17,18%	17,52%	17,68%	18,42%	17,72%	17,62%	18,71%
65 OU MAIS	0,65%	0,52%	0,88%	0,53%	0,51%	0,46%	0,76%	0,83%	0,77%	0,49%	0,70%	0,58%	0,73%
{ñ class}	1,58%	0,33%	0,05%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Tabela 9 - agropecuária totais de remuneração

	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T
0,50-1,00	20,02%	22,60%	29,93%	33,49%	36,27%	40,17%	33,87%	34,26%	33,83%	32,71%	30,73%	34,50%	36,33%
1,01-2,00	66,29%	57,51%	55,18%	56,01%	55,29%	52,13%	57,97%	57,43%	56,49%	58,18%	60,39%	57,24%	55,65%
2,01-5,00	12,10%	15,83%	11,72%	8,65%	7,38%	6,67%	6,70%	6,93%	7,94%	7,68%	7,01%	6,43%	6,14%
5,01-10,00	0,93%	2,05%	2,10%	1,40%	0,86%	0,51%	0,43%	0,28%	0,27%	0,38%	0,54%	0,37%	0,36%
10,01-20,00	0,00%	0,62%	0,54%	0,18%	0,15%	0,00%	0,11%	0,00%	0,05%	0,00%	0,05%	0,10%	0,06%
20 ou mais	0,00%	0,19%	0,34%	0,22%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,05%	0,00%	0,00%
{ñ class}	0,47%	1,10%	0,20%	0,04%	0,05%	0,51%	0,92%	1,11%	1,42%	0,99%	1,23%	1,36%	1,46%

Fonte: RAIS/CAGED

Conforme constata Oliveira e Piccinini (2011), mesmo utilizando séries históricas e enfatizando alterações que ocorreram ao longo do tempo, pouco se explora o porquê das transformações. Na análise histórica dos trabalhadores da agropecuária, a escolaridade está concentrada no ensino fundamental e com baixa remuneração e

confirma-se a teoria segundo Bitencourt (2002). No entanto, a tabela 7 mostra que a partir de 2004, há um aumento significativo da escolaridade ensino médio, sendo que a remuneração continua de 0,5 a 1 salário (TAB. 8), neste caso, falta a explicação da permanência desse trabalhador independente da remuneração, ou seja, os dados suscitam questionamentos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No setor há predominância da classe masculina e concentra maior número de analfabetos. Indivíduos com ensino superior no setor, quase não se destacam, talvez porque estes possuem maiores vantagens em conseguir empregos que remunerem bem, o que não acontece no setor agropecuário. Com o advento da globalização, novas oportunidades surgiram no mercado e quem tem a oportunidade de se qualificar, tem maiores chances no mercado. Considerando a cidade, pólo universitário, a escolaridade do setor apresenta uma contradição ou conservadorismo. A teoria da segmentação diz muito ao setor agropecuário em que o maior número de trabalhadores é de baixa renda e baixo grau de escolaridade.

Os homens com idades entre 30 e 39 anos, predominam no setor, já as mulheres com 40 a 49 anos.

Grande parte dos empregados ganham em torno de 1 a 2 salários mínimos, em seguida vem os que ganham menos de 1 salário. De 1990 para 2011 quase que dobrou o número de empregados que ganham até 1 salário. Os homens recebem mais que as mulheres, mesmo assim a faixa salarial é baixa.

Essa pesquisa não esgota as respostas, muito antes pelo contrário, levanta curiosidades que estimulam novas investigações para serem respondidas.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, C. C. A gestão de competências gerenciais e a contribuição da aprendizagem organizacional. In. **XXVI Encontro da Associação Nacional dos Programas e Pós-Graduação em Administração - ENANPAD**, 21 a 25 de setembro, Salvador, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. São Paulo: Editora Atlas, 1983

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, n. 91, p. 481-510, Nov. 1985.

KOPSCHINA, Luís Carlos Yllana. **Mercados segmentados de trabalho: teoria e evolução**. Dissertação (mestrado) — Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de.; PICCININI, Valmira Cordina. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. **Revista de administração pública**. Rio de Janeiro 45(5) : 1517-538, set./out.2011

**TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A
QUESTÃO DA RESPONSABILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA E O
RECRUESCIMENTO NA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS**

Luis Henrique Rodrigues de Oliveira⁷¹

Fernando Pereira Jorge⁷²

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar a questão da responsabilização subsidiária da Administração Pública em sede de terceirização trabalhista, tendo por base o entendimento delineado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16 e a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho. Buscou-se, ainda, levantar as consequências dessa conjuntura, em especial o fenômeno do recrudescimento da fiscalização nos contratos firmados pela Administração Pública, levada à cabo pela Instrução Normativa nº02/2008 da Secretaria de Tecnologia da Informação e Logística do Ministério do Orçamento e Gestão Pública. Mediante o cumprimento dos objetivos propostos, observou-se que a reformulação no padrão fiscalizatório dos contratos administrativos visa atender a crescente demanda pela eficiência e regularidade na execução dos mesmos, a fim de evitar qualquer falha ou comportamento omissivo (especialmente em relação à verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas) que possa ensejar a responsabilização trabalhista subsidiária.

Palavras-chave: Terceirização. Administração Pública. Licitações públicas.

ABSTRACT

The present work has the purpose to analyze the Public Administration's secondary liability regarding outsourcing contracts, based on the understanding established on the judgment of Constitutionality Declaratory Action no.16, in Brazilian Supreme Court, and by the Supreme Labor Court's precedents. Furthermore, it was presented the consequences of this scenery, specially the phenomenon of augment on administrative contracts' supervision, brought by Normative Ruling no. 02/2008 from Information Technology and Logistics' Secretary. So, by the achievement of the work's goals, it was revealed that this makeover on public contracts supervision aims to satisfy the growing demand of efficiency and regularity on their execution. Only an effective supervision prevents any failures or omissions that could give rise to the Public Administration's secondary labor liability.

Key words: Outsourcing. Public Administration. Public Bidding.

⁷¹ Acadêmico do 9º período do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros/MG (Unimontes)– 1º semestre/2013. Endereço para contato: luishroliveira@gmail.com

⁷² Professor no Curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e na Faculdade Vale do Gortuba (FAVAG). Endereço para contato: fernandoj674@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Tomando por base as últimas décadas do governo brasileiro, é notável o crescente papel que o Estado vem desempenhado na gerência da coisa pública. A Administração Pública assumiu uma série de atribuições que rompem com os moldes clássicos da mera gestão da máquina administrativa, assumindo, atualmente, desde a execução dos serviços públicos essenciais aos administrados até o fomento do mercado e do setor privado.

No entanto, essa atual Administração Pública tem que lidar com os limites impostos pela legislação, especialmente no que diz respeito ao crescimento desmesurado do seu quadro pessoal, o que pode interferir na execução das suas ações. A solução encontrada para contornar esse quadro foi o estabelecimento de parcerias com o setor privado; assim, os terceiros disponibilizariam seus serviços com fim de auxiliar a Administração na consecução das suas atribuições.

Dentre essas parcerias, a terceirização destaca-se pela sua imersão em todos os níveis e setores da Administração Pública. Apesar da provável ilegalidade na utilização exacerbada desse instituto, a terceirização tornou-se um pilar fundamental na rotina da Administração.

No entanto, muito se discute acerca da natureza controversa da terceirização, que carece de regulamentação formal. Para alguns, o instituto é um reduto para fraudar os direitos trabalhistas, contribuindo para a desvalorização do trabalhador e precarização das relações trabalhistas. Concorre para esse quadro o grande número de demandas judiciais envolvendo a terceirização, principalmente as que tratam dos casos de responsabilização em razão da inadimplência das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora de serviços.

Visando evitar a proliferação de tais casos, a jurisprudência trabalhista emitiu uma série de enunciados que disciplinam, de certa forma, a terceirização. A respeito da hipótese acima, o Tribunal Superior do Trabalho editou a Súmula nº 331, que responsabiliza subsidiariamente o tomador de serviços nos casos de inadimplência das obrigações trabalhistas, dentre estes, a Administração Pública. Entretanto, em que pese o Tribunal Superior do Trabalho ter editado tais súmulas, as discussões no meio jurídico permaneceram acaloradas, motivando, inclusive, a proposição de uma ação declaratória de constitucionalidade, julgada pelo Supremo Tribunal Federal em 2010.

Assim, considerando-se as incertezas e inconsistências que ainda envolvem o tema, uma vez que o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal não encerrou a matéria como um todo, faz-se necessário discutir a fundo a responsabilidade da Administração Pública quando atuar como contratante de qualquer serviço de terceiro especializado. Para tanto, partir-se-á da análise dos fundamentos da responsabilidade civil do Estado, bem como da regulamentação dos contratos e licitação, buscando confrontá-los com os entendimentos dos tribunais brasileiros.

2. A SÚMULA N° 331 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E A COMINAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELA INADIMPLÊNCIA NOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO

A Administração Pública, ao firmar contratos e estabelecer as mais diversas relações para dar cumprimento à finalidade estatal, está sujeito a um grande número de percalços que podem afetar a execução dessas relações contratuais. Por se tratar do Estado, as repercussões da quebra desse vínculo vão além das partes que acordaram, podendo atingir terceiros correlatos à essa relação.

Nesse universo de relações contratuais, insere-se a terceirização. Em virtude da especificidade da sua natureza, a terceirização tende a suscitar uma multiplicidade de questionamentos, desembocando, por diversas vezes, na via judicial. A falta de uma legislação consolidada a regular esse instituto colabora ainda mais para esse quadro de incertezas.

De fato, um dos questionamentos judiciais mais recorrentes envolvendo a terceirização é a responsabilidade do tomador de serviços quando a empresa terceirizante deixa de adimplir as verbas trabalhistas dos seus empregados. A regra geral é que o empregador (a partir do conceito delineado pelo art. 2º da CLT) deve assumir os riscos do seu empreendimento e, conseqüentemente, responder pelo pagamento dos seus empregados. Na terceirização, contudo, há a participação de um estranho na relação trabalhista (tradicionalmente bilateral), a quem os trabalhadores prestam, de fato, o serviço, acarretando numa ruptura do modelo clássico de responsabilidades.

Em razão da inação do legislador quanto ao assunto, coube aos tribunais trabalhistas se pronunciarem quanto a esse dissenso e tentar chegar a uma solução. Tomando por base a natureza anômala da relação trabalhista terceirizada, os tribunais firmaram o entendimento que o contratante também pode se tornar responsável pelas

verbas trabalhistas, de forma subsidiária, caso verificado o inadimplemento da empresa prestadora de serviços, uma vez que se beneficiou dos serviços prestados pelos empregados cedidos.

Nesse contexto, o Tribunal Superior do Trabalho publicou em dezembro de 1993 o Enunciado nº 331 (transformado posteriormente em Súmula pela Resolução 129/2005 do TST), consolidando este e outros pontos polêmicos da terceirização. Este enunciado surgiu em reformulação à Súmula nº 256 do TST, que trazia um tratamento um tanto quanto restrito para este instituto, de maneira a considerar ilícita qualquer contratação que não estivesse enumerada expressamente em lei. Em seu texto original, o Enunciado nº 331 estabelecia:

Contrato de Prestação de Serviços - Legalidade

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988). (Revisão do Enunciado nº 256 - TST)

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20-06-1983), de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV - **O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações,** desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial. [Grifos postos].

Conquanto a questão da inadimplência restou mitigada, pelo menos em relação ao contrato firmado entre empresas privadas, ficou em suspenso se este Enunciado seria aplicável ou não ao Poder Público. A questão só fora resolvida posteriormente, em meados do ano de 2000, quando o TST, por intermédio da Resolução nº 96, alterou a redação do item IV do Enunciado de modo a abranger expressamente a responsabilidade subsidiária aos órgãos e entidades da Administração Pública:

V - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, **inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista,** desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (art. 71 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993). [Grifos nossos]

Contudo, em vez de solucionar a incerteza em torno dessa questão, a revisão do Enunciado nº331 provocou ainda mais discussões no meio jurídico, em razão do item IV apresentar, ao menos aparentemente, conteúdo que vai de encontro ao disposto no art.71, §1º da Lei nº 8666/93. Ao tratar das cláusulas que envolvem a execução do contrato administrativo, este artigo impede a transferência de encargos trabalhistas para a Administração Pública em caso de inadimplência do contratado:

Art.71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
§1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóvel.

Interessante ressaltar que o Enunciado nº 331 faz ao seu final referência ao supracitado artigo, dando a entender, conforme aponta Diogo Palau Flores, que a matéria teria sido objeto de discussão no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (2010, p. 74). Decerto, no julgamento que deu origem à Resolução nº 96/2000 (o Incidente de Unificação de Jurisprudência nº297751/2000), os ministros analisaram a responsabilidade da Administração Pública sob a luz do art. 71, §1º da Lei de Licitações, apresentando, contudo, outros argumentos que justificariam a sua responsabilização extraordinária, que serão apresentados no próximo tópico.

3. O INCIDENTE DE UNIFICAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA Nº 297751/2000 E OS ARGUMENTOS QUE APOIAM A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Em suma, os ministros do TST fundamentaram a responsabilidade subsidiária da Administração Pública em três pontos basilares: na culpa *in eligendo* e *in vigilando* em relação aos contratos de terceirização, no risco próprio de terceirizar e na responsabilidade objetiva da Administração (SANTOS, 2010, p. 76), conforme se infere do trecho abaixo:

Embora o artigo 71 da Lei nº 8.666/93 contemple a ausência de responsabilidade da Administração Pública pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, é de se consignar que a aplicação do referido dispositivo somente se verifica na hipótese em que o contratado agiu dentro de regras e procedimentos normais de desenvolvimento de suas atividades, (...) Com efeito, evidenciado, posteriormente, o descumprimento de obrigações, por

parte do contratado, entre elas as relativas aos encargos trabalhistas, deve ser imposta à contratante a responsabilidade subsidiária. Realmente, nessa hipótese, não se pode deixar de lhe imputar, em decorrência desse seu comportamento omissivo ou irregular, ao não fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo contratado, em típica culpa *in vigilando*, a responsabilidade subsidiária e, conseqüentemente, seu dever de responder, igualmente, pelas conseqüências do inadimplemento do contrato. (...). Registre-se, por outro lado, que o art. 37, § 6º, da Constituição Federal consagra a responsabilidade objetiva da Administração, sob a modalidade de risco administrativo, estabelecendo, portanto, sua obrigação de indenizar sempre que cause danos a terceiro. Pouco importa que esse dano se origine diretamente da Administração, ou, indiretamente, de terceiro que com ela contratou e executou a obra ou serviço, por força ou decorrência de ato administrativo. (BRASÍLIA, TST, Incidente de Unificação de Jurisprudência - Recurso de Revista nº 297751/96.2, Rel. Min. Milton de Moura França, p. 1)

Quanto à previsão do §1º do art. 71 da Lei de Licitações, em torno do qual gira a principal discussão, os ministros afirmaram que ele seria aplicável apenas quando a empresa prestadora serviços, na qualidade de empregadora, agisse “dentro das regras e procedimentos normais de desenvolvimento de suas atividades”, assim como o contratante atuasse de forma adequada “aos limites e padrões da normatividade disciplinadora da relação contratual”. Ou seja, a irresponsabilidade da Administração Pública persiste apenas na situação ideal da estrita regularidade na execução do contrato de terceirização. Evidenciada qualquer quebra nesse comportamento, como a inadimplência das obrigações trabalhistas, haverá a conseqüente responsabilização do tomador de serviços, no caso, a Administração Pública.

Analisando os fundamentos levantados para a cominação de tal responsabilidade, tem-se que a culpa *in eligendo* e *in vigilando* arguidas pelos ministros resultam de um comportamento irregular da Administração Pública ao firmar contratos de terceirização, evidenciados pela má escolha da empresa prestadora de serviços, bem como pela fiscalização omissiva ou falha em relação ao cumprimento das obrigações contratuais e de seus efeitos (SANTOS, 2010, p.75). Embora a tese aventada pelos ministros tenha surgido da interpretação dos fundamentos da responsabilidade civil (subjetiva), muitos doutrinadores refutam a sua aplicação em razão da mesma não considerar uma série de fatores que envolvem a especificidade do regime de contratações da Administração Pública.

Em referência à culpa *in eligendo*, decorrente da eleição de empresa não idônea para a contratação de serviços, há que se ressaltar que o “regular processamento do procedimento licitatório possuiria o condão de afastar essa conduta culposa”, nas palavras de Diogo Palau Flores dos Santos (2010, p.77). Decerto, a contratação de

empresas através da licitação pública demanda a comprovação de uma série de exigências legais relacionadas com a aptidão e idoneidade da mesma, como a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, e a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista (art. 27 da Lei nº 8666/93).

Nesse sentido, estatui Marçal Justen Filho: “presume-se que o sujeito que preenche os requisitos constantes da habilitação e cuja proposta é selecionada como vencedora disporá de total condição para executar satisfatoriamente o objeto do contrato” (JUSTEN FILHO *apud* SANTOS, 2010, p.82). Assim, a menos que haja fraude ou irregularidade nesse procedimento, não há como se admitir a má escolha do contratante.

Dessa forma, conclui-se que a alegação de culpa *in eligendo* da Administração Pública só pode estar pautada na irregularidade do procedimento licitatório, a ser comprovada na análise de cada caso concreto. A imputação genérica da responsabilidade, tal qual feita pelo incidente, mostra-se desarrazoada (SANTOS, 2010, p. 83).

No que concerne à culpa *in vigilando*, deve-se fazer uma ponderação a respeito dos comandos normativos que regulamentam a execução dos contratos administrativos em geral. Os ministros do TST caracterizaram a culpa *in vigilando* da Administração na terceirização quando esta deixa de fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo contratado. Isto é, a responsabilidade decorre de um comportamento omissivo da Administração.

Ocorre que a imputação de responsabilidade civil à Administração Pública baseado na sua omissão, segundo a melhor doutrina, só pode acontecer quando a mesma está obrigada a impedir o dano ou quando descumpre dever legalmente imposto (MELLO, 2006, p.956). Contudo, ao se investigar o ordenamento jurídico, não havia à época da discussão do incidente lei que impunha expressamente o dever do tomador de serviços terceirizados de fiscalizar os contratos de trabalho da empresa prestadora de serviços; esse encargo derivava apenas de entendimento construído jurisprudencialmente. Conforme aponta Dora Maria Ramos a única obrigatoriedade legal no tocante à fiscalização nos contratos de terceirização firmados pela Administração Pública diz respeito à verificação do recolhimento das contribuições ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e das contribuições previdenciárias, em face do que dispõem, respectivamente, os arts. 29, IV, e 71, §2º da Lei nº 8666/93 (2001, p. 71). É de praxe, ainda, exigir que a empresa demonstre a manutenção da sua

regularidade fiscal e trabalhista durante toda a execução contratual, e dos demais requisitos relacionados à sua habilitação, conforme a Lei nº 8666/93.

Nesta linha, muitos doutrinadores afirmam que, não obstante a Lei de Licitações estabelecer o dever da Administração Pública de acompanhar a execução do objeto dos seus contratos (art. 67), não cabe ao Poder Público imiscuir-se na administração das empresas prestadoras de serviços, de maneira a fiscalizar irrestritamente e interferir nos contratos de trabalho firmados pelas mesmas. A eventual ingerência da entidade contratante nessas relações de trabalho pode redundar inclusive na direção pessoal dos serviços, descaracterizando, assim, o objeto e a finalidade da terceirização (SANTOS, 2010, p. 80).

Conclui-se, mais uma vez, que a responsabilização do ente público, em tal situação, só poderia ocorrer se restasse comprovada a sua negligência ou falha quanto à fiscalização nas hipóteses acima elencadas, a depender, é claro, da análise do caso concreto.

O último argumento aduzido pelos ministros no julgamento do incidente diz respeito à responsabilidade objetiva inscrita no art. 37, §6º da CR/88, que estabelece, *in verbis*: “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”. Tendo por base tal comando constitucional, os ministros reafirmaram a responsabilidade da Administração Pública nos casos de inadimplência em sede de terceirização trabalhista, tendo em vista “sua obrigação de indenizar sempre que cause danos a terceiro”. Apesar da decisão dos ministros aparentar ser acertada, cabe uma análise detida desse entendimento, considerando as bases ideológicas que fundamentam o instituto da responsabilidade civil objetiva.

Preliminarmente, importa esclarecer que a responsabilidade objetiva adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro é lastreada pela teoria do risco, que se funda na probabilidade da ocorrência de um dano considerando a periculosidade intrínseca à determinadas atividades. Por essa razão, em sede de responsabilidade objetiva, não se exige a investigação da culpa para que ocorra a responsabilização do agente; qualquer ato que provoque danos a alguém está sujeito à devida reparação sem se questionar o dolo ou a culpa do agente (DI PIETRO, 2012, p.701).

A teoria do risco pode ser encarada sob diversas perspectivas, como o risco-proveito, risco profissional, risco excepcional, risco criado, risco integral, entre outros

modelos, que se diferenciam quanto aos elementos caracterizadores e quanto às consequências. Em se tratando de responsabilidade da Administração Pública, segundo a doutrina, adota-se a modalidade do risco administrativo, tomando por base “a possibilidade de danos que os membros da comunidade podem sofrer em decorrência da normal ou anormal atividade do Estado” (CAVALIERI FILHO, 2005, p.62).

Cabe ressaltar que a responsabilidade objetiva fundamentada no risco administrativo exige a averiguação do nexo de causalidade entre a prática de um ato lícito ou ilícito pelo agente administrativo e o prejuízo sofrido pela vítima, diferentemente do que ocorre em outras modalidades, como a teoria do risco integral, a qual impõe para o autor da conduta o dever de indenizar até mesmo nos casos de inexistência de nexo causal (SANTOS, 2010, p.82). Esse, inclusive, é o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal.

Ocorre que, ao enfrentar esta questão no julgamento do IUJ, os Ministros do TST fundamentaram a responsabilidade objetiva da Administração na teoria do risco integral, não obstante haver menção expressa ao risco administrativo, conforme se depreende do trecho a seguir: “(...) o art. 37, § 6º, da Constituição Federal consagra a responsabilidade objetiva da Administração, sob a modalidade de risco administrativo, estabelecendo, portanto, sua obrigação de indenizar sempre que cause danos a terceiro”.

Partindo-se do entendimento traçado pelos ministros nessa ocasião, a aferição do nexo causal é dispensável, não importando, inclusive, se a conduta que gerou a lesão tenha sido proveniente do agente público em sentido estrito ou de terceiro com quem mantenha contrato. A responsabilidade decorreria apenas da demonstração da ocorrência do prejuízo pela vítima, em clara aplicação da teoria do risco integral.

No entanto, há que se questionar se o Estado pode ser responsabilizado (objetivamente) pelo prejuízo suportado pelos trabalhadores em razão da inadimplência do empregador, considerando o contexto da terceirização. Não há qualquer nexo que ligue diretamente a conduta regular da Administração Pública e o dano considerado; por conseguinte, não há justificativas para sua responsabilização, tomando por base os ditames da teoria do risco administrativo.

Mesmo com as inconsistências ora apresentadas, o pleno do TST aprovou por unanimidade a mudança na redação do item IV da Súmula nº 331, estendendo aos órgãos e entidades da Administração Pública a responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas em razão da inadimplência do empregador nos contratos de terceirização. As consequências de tal decisão serão retomadas no tópico seguinte.

4. A AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE Nº 16 E A IMPUGNAÇÃO À SÚMULA Nº 331 DO TST

A revisão do item IV do Enunciado nº 331 do TST, conforme observado anteriormente, levou a um quadro de inconsistências no meio jurídico com relação à responsabilidade do Poder Público em sede de terceirização trabalhista, criando um impasse tanto para os órgãos e entidades públicos como para os tribunais responsáveis por julgar este tipo de demanda. Nesse âmbito, a maioria das decisões judiciais aplicavam cegamente o teor da Súmula nº 331, sem considerar qualquer interpretação do conteúdo do art. 71, § 1º da Lei nº 8666/93.

A fim de reverter tal situação, o Governador do Distrito Federal propôs em 2007 a Ação Declaratória de Constitucionalidade - ADC nº 16, alegando o enfraquecimento da presunção da constitucionalidade do art. 71, § 1º da Lei nº 8666/93 diante da edição da Súmula nº 331 do TST. Aduz o Governador, na petição inicial, que tal artigo vinha sendo alvo de “ampla retaliação por parte de Órgãos do Poder Judiciário, em especial o Tribunal Superior do Trabalho, que diuturnamente nega vigência ao comando normativo”, o que culminou na relativização da sua constitucionalidade. Para reforçar sua tese, afirma ainda que os “sucessivos questionamentos que são feitos em relação à sua eficácia promovem a insegurança jurídica e geram decisões judiciais díspares, (...) impedindo que os entes federativos realizem contratações de obras e serviços de maneira eficiente” (BRASÍLIA, STF, ADC nº16, Rel. Min. Cezar Peluso, p. 5).

Quanto ao mérito da ação, isto é, os fundamentos que apoiam a constitucionalidade do artigo em tese, alega o autor que o art. 71, § 1º da Lei nº 8666/93 tem por fim resguardar a administração pública que age dentro dos limites estritos da legalidade e que tenha tomado todas as cautelas necessárias quanto à contratação da empresa prestadora de serviços e na execução do respectivo contrato, de forma a não ser responsabilizada por um dano que não produziu “e em relação ao qual, diligentemente e nos termos da lei, tentou evitar” (BRASÍLIA, STF, ADC nº16, Rel. Min. Cezar Peluso, p. 10). Obviamente, o comando presente neste artigo não exclui a obrigação da Administração de fiscalizar o objeto do contrato; pelo contrário, o cumprimento desse dever de fiscalizar é pressuposto indispensável para a sua não responsabilização.

Em relação à Súmula nº 331 do TST, assevera o autor da ADC que o verbete pretende, na verdade, realizar uma responsabilização objetiva do Poder Público,

adotando-se para tanto a teoria do risco integral (tal qual comentado anteriormente), em ofensa, contudo, ao art. 37, §6º da CR/88, na medida em que este institui a responsabilidade objetiva fundamentada na teoria do risco administrativo. Nesta linha de pensamento, propugna o autor que a aplicação do entendimento traçado pelo Tribunal Superior do Trabalho através dessa súmula importa em clara violação aos princípios da legalidade, da liberdade, da ampla acessibilidade nas licitações públicas, e, obviamente, ao princípio da responsabilidade do Estado por meio do risco administrativo.

4.1 Do julgamento da ADC nº 16 e da consequente reorientação jurisprudencial

A propositura da ADC nº 16 foi seguida de um grande número de pedidos para o ingresso de terceiros no processo na qualidade de *amicus curiae*, a maioria representada pelos Estados e municípios de todo o Brasil, incluindo a própria União. Isso demonstra o quanto a questão era um problema generalizado, enfrentado por órgãos e entidades públicos de todo o país.

O julgamento da ADC nº 16 teve início em maio de 2007, ocasião em que foi apreciada a liminar aduzida nos pedidos (para que se suspendessem todos os processos que envolviam a aplicação do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93). O Ministro relator da ADC declarou inviável a concessão da liminar, sob a justificativa de faltar no processo outros elementos instrutórios aptos a moldar o convencimento judicial: “A complexidade da causa de pedir em que se lastreia a pretensão impede, nesse juízo prévio e sumário, que se configure a verossimilhança necessária à concessão da medida urgente.” (BRASÍLIA, STF, ADC nº16, Rel. Min. Cezar Peluso, p. 340-341).

A ação foi submetida a julgamento pelo pleno apenas em setembro de 2008, ocasião em que o Ministro Marcos Aurélio defendeu o prosseguimento da ação, por entender demonstrada a existência da efetiva e relevante controvérsia judicial. Asseverou que se a jurisprudência trabalhista fosse pacífica a respeito da responsabilização subsidiária da Administração Pública, o TST jamais teria editado (ou melhor, revisado) o item IV da Súmula nº331, de forma a implicitamente projetar para o campo da inconstitucionalidade o § 1º do art. 71 da Lei de Licitações. Por fim, o Ministro declarou que a eventual procedência da ADC resultaria na provável revisão do verbete, ou na sua retirada do ordenamento jurídico.

Em virtude do pedido de vista dos autos pelo Ministro Menezes Direito, a ação teve seu julgamento suspenso, sendo retomada apenas em novembro de 2010. Nessa ocasião, dando por superada a questão da preliminar de carência, o Ministro Cezar Peluso submeteu a ação para o pronunciamento e votos dos demais Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Em seu voto, a Ministra Cármen Lúcia procurou levantar um histórico da discussão em torno da questão, buscando os fundamentos da edição da indigitada súmula e da aparente relativização da constitucionalidade do art. 71, § 1º da Lei nº 8666/93. Assim, quanto ao mérito da ADC, a Ministra afirmou não vislumbrar nenhuma contrariedade entre o art. 71, § 1º da Lei nº 8666/93 e a Constituição, em que pese este fixar uma das especificidades dos contratos administrativos, qual seja, os limites da responsabilidade contratual do ente público na eventual relação estabelecida.

A Ministra analisou ainda a compatibilidade do dispositivo em tela e o art. 37, §6º da CR/88, que estabelece a responsabilidade objetiva do Estado pelo dano causado pelos atos dos agentes públicos. Nesta linha, afirmou que a situação disciplinada pelo art. 71, § 1º da Lei nº 8666/93 não se amolda à responsabilidade objetiva inscrita no supracitado dispositivo, uma vez que “dano” a ser considerado nesta hipótese seria o inadimplemento de obrigações trabalhistas por empresa que não integra os quadros da Administração e que, portanto, não se amolda ao conceito de “agente público”.

Não obstante a Ministra Cármen Lúcia reconhecer a constitucionalidade do art. 71, § 1º da Lei nº 8666/93, adverte que o mesmo não exime a Administração Pública do dever de fiscalizar a execução do contrato de terceirização, o que abrangeria, inclusive, a verificação do adimplemento das obrigações trabalhistas do seu contratante. Informa a Ministra que “em atenção ao princípio da legalidade, a Administração Pública não pode anuir com o não cumprimento de deveres por entes por ela contratados” (BRASÍLIA, STF, ADC nº 16, Rel. Min. Cezar Peluso. Voto da Ministra Cármen Lúcia, p. 14).

No entanto, conforme assevera a Ministra, o eventual descumprimento desse dever não impõe a automática responsabilidade subsidiária da entidade da Administração Pública por esse pagamento, que depende, sempre, da averiguação do caso concreto em juízo.

Em seu voto, o Ministro Marco Aurélio examinou os precedentes do Tribunal Superior do Trabalho que fundamentaram a responsabilização da

Administração Pública à revelia do art. 71, §1º da Lei de Licitações. Segundo o Ministro, o entendimento do TST foi construído a partir da interpretação do art. 37, 6º da CR/88 e do § 2º do art. 2º da CLT⁷³. Em relação ao primeiro dispositivo, em que pese o mesmo regular a responsabilidade objetiva do Estado, afirmou não ser cabível nessa situação, porque não haveria ato de agente público causando prejuízo a terceiros, que seriam os empregados da contratada. Já a respeito do segundo dispositivo, que trata da figura da responsabilidade solidária em sede de relação empregatícia, observou que a premissa dessa solidariedade seria a direção, o controle ou a administração da empresa, o que não ocorreria no caso, uma vez que o Poder Público não exerce esses poderes sobre a empresa prestadora de serviços terceirizados (BRASÍLIA, STF, INFORMATIVO Nº 610).

O Ministro Marco Aurélio questionou ainda o (mal) procedimento da Justiça Trabalhista, em especial do TST, ao afastar a aplicação do §1º do art. 71 da Lei nº 8666/93 nos julgamentos dos casos concretos, sem, no entanto, se pronunciar sobre a constitucionalidade do mesmo, em contrariedade do disposto na Súmula Vinculante nº10 do TST: “Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.”.

O Ministro Ayres Britto, por sua vez, votou pela inconstitucionalidade parcial do artigo em tela, no que tange à contratação (terceirização) de mão de obra pela Administração Pública. Segundo o Ministro, a Constituição exauriu as formas de recrutamento de mão de obra permanente para a Administração Pública (através de concurso público, de nomeação para cargo de comissão e de contratação temporária para atender necessidade de excepcional interesse público), não havendo qualquer menção à terceirização. Apesar de inadmitida constitucionalmente, afirmou que, com a passar dos anos, assentou-se no mundo jurídico a sua regularidade.

Nesta linha, asseverou o Ministro que, em virtude de se aceitar a validade jurídica da terceirização, dever-se-ia, ao menos, admitir a responsabilidade subsidiária

⁷³ Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço. §2º Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.

da Administração Pública, já que esta é a real beneficiária do serviço, ou seja, da mão-de-obra recrutada por interposta pessoa.

Após a sessão de debates, em que se verificou se questão proposta versava sobre matéria constitucional ou infraconstitucional, o Plenário, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação movida pelo Governador do Distrito Federal, para declarar a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei 8.666/93. Quanto ao mérito da causa, concluiu-se que a mera inadimplência do contratado não possui o condão de transferir automaticamente à Administração Pública a responsabilidade pelo pagamento dos encargos, embora isso não signifique que eventual omissão da Administração Pública, na obrigação de fiscalizar as obrigações do contratado, não venha a gerar essa responsabilidade. (BRASÍLIA, STF, INFORMATIVO Nº 610).

Diante do julgamento da ADC nº 16, o TST procedeu à revisão da Súmula nº 331, de forma a compatibilizar o seu texto com a decisão proferida pelos ministros do Supremo Tribunal Federal. Para tanto, alterou-se a redação do item IV, que foi desdobrada em mais dois itens:

IV – O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V – Os entes integrantes da administração pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n. 8.666/93, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação.

Aparentemente, a nova redação da súmula afastou a condenação automática das entidades públicas pelas verbas não adimplidas nos casos de terceirização, uma vez que se exige para tanto a comprovação da sua conduta culposa quanto à fiscalização da execução do contrato. A partir dessa medida, espera-se que os tribunais trabalhistas procedam à real investigação da culpa da Administração nos julgamentos que envolvam a terceirização, sem que ocorra a condenação com base em presunções.

5. RESPONSABILIZAÇÃO TRABALHISTA E TERCEIRIZAÇÃO: NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

A interpretação traçada pelos tribunais trabalhistas e, posteriormente, pelo próprio Supremo Tribunal Federal a respeito da responsabilidade subsidiária em sede de terceirização provocou no meio público uma política de recrudescimento quanto ao dever da Administração Pública de fiscalizar os seus contratos. Decerto, uma vez assentado o entendimento que a Administração pode ser responsabilizada caso constatada a sua falha ou omissão nessa fiscalização, tornou-se ainda mais essencial o fiel acompanhamento da execução dos contratos de terceirização, a fim de evitar eventual descumprimento das obrigações trabalhistas pelo contratado.

Um dos marcos legislativos que demonstram a adoção dessa política foi a edição da Instrução Normativa nº 03/2009 pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Este normativo alterou uma série de dispositivos da já comentada IN nº 02/2008 – STLI/MPOG, de forma a implementar um novo padrão fiscalizatório nos contratos firmados pela Administração Pública. Conforme analisam Viana, Amorim e Delgado, a IN nº 03/2009 visou instituir um modelo de fiscalização “comprometido com a eficiência das técnicas de controle e com a efetividade dos direitos fiscalizados, levando em consideração (...) os direitos e deveres da Administração Pública perante os administrados e perante os terceiros interessados, tais como os trabalhadores terceirizados.” (2011, p. 77). Indubitavelmente, a fiscalização do cumprimento dos direitos trabalhistas foi o principal mote da reforma empreendida nesse normativo.

Em que pese essa instrução especificar e complementar as regras de fiscalização estabelecidas pela Lei nº 8666/93 (que vincula o Poder Público em todos os âmbitos federativos) suas disposições se aplicam somente à Administração Pública federal, em especial aos órgãos e entidades que integram o Sistema de Serviços Gerais – SISG. No entanto, devido ao caráter excepcional dessa instrução, suas diretrizes devem orientar os demais entes federativos na implementação de suas normas internas acerca da matéria, a fim de replicar o padrão eficiente de fiscalização por todos os órgão e entidades públicos.

A reformulação no padrão fiscalizatório proposta pela IN nº 02/2008 perpassa por todas as etapas do processo de contratação dos serviços terceirizados, cobrindo desde a preparação do edital de licitação, a seleção e habilitação das empresas no certame, o estabelecimento das responsabilidades trabalhistas da empresa na

formalização do contrato, a vigilância diária no curso da execução contratual, até os momentos finais do encerramento do contrato.

Nesse contexto, o art. 19 da IN nº 02/2008 determina uma série de precauções que a Administração deve tomar já na formulação do edital para a licitação de serviços contínuos com exclusividade de mão de obra. Além das exigências básicas presentes no art. 40 da Lei de Licitações, o edital pode estabelecer que a execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada. A Administração pode ainda exigir garantia, com validade de 3 meses após o término da vigência contratual, condicionando a liberação da mesma à comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

Ainda nesta linha, o art. 19-A permite que a Administração Pública, mediante previsão editalícia e contratual e a autorização prévia da empresa contratada, proceda ao provisionamento e a retenção de valores relativos ao preço do contrato, para o pagamento direto de remuneração de férias, gratificação natalina, verbas rescisórias e depósitos de FGTS dos empregados da empresa terceirizada, bem como efetue descontos nas faturas para realizar o pagamento direto de quaisquer direitos trabalhistas quando houver inadimplência por parte da contratada. Interessante notar que o próprio *caput* deste artigo ressalta que essas medidas existem em razão da Súmula nº 331 do TST, a fim de evitar futuras responsabilizações da entidade contratante.

A Administração Pública deverá atentar ainda para a seleção de empresas idôneas durante as fases de habilitação e julgamento de propostas no procedimento licitatório, de forma a eleger somente aquelas que demonstrarem a devida regularidade quanto aos encargos sociais e trabalhistas e que apresentem proposta de preços compatíveis com o valor de mercado. Percebendo indício de inexequibilidade da proposta de preço, a Administração Pública deverá adotar diversas providências voltadas a aferir a observância dos direitos e insumos que devem compor o preço do serviço, dentre as quais a verificação dos acordos e convenções coletivas aplicáveis aos trabalhadores da terceirizada, a consulta ao Ministério do Trabalho e Emprego etc, conforme estabelece o § 3º do art. 29 da IN nº 02/08.

Durante a execução dos serviços, a empresa contratada deverá observar fielmente todas as cláusulas e obrigações estabelecidas no contrato e no edital de licitação. O eventual descumprimento de tais obrigações ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado enseja a rescisão contratual por parte da

Administração, sem o prejuízo das demais sanções (art. 34-A da IN n° 02/2008). A entidade pública contratante, por sua vez, detém o papel de zelar pelo cumprimento dessas obrigações, conforme lhe impõe o dever de fiscalização prescrito no art. 67 da Lei de Licitações. Regulando tal dispositivo, a IN n° 02/08 ampliou exponencialmente as atribuições do fiscal do contrato, impondo uma rotina de fiscalização em quatro níveis e exigindo a verificação pontual e contínua da regularidade da empresa contratada.

Nesse sentido, o § 5° do art. 34 dessa instrução determina que na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nos contratos de terceirização sejam exigidas as seguintes comprovações: de regularidade para com o INSS e FGTS; de pagamento de salários no prazo previsto em lei, referente ao mês anterior; de fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação quando cabível; de pagamento do 13° salário; de concessão de férias e correspondente pagamento de adicional; de realização de exames admissionais, demissionais e periódicos, quando for o caso; do cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho, e do cumprimento, enfim, de todas as demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato. A averiguação da regularidade da empresa deve ser feita sempre no ato de pagamento da prestação mensal do serviço; assim, caso verificada a inadimplência dos encargos sociais ou trabalhistas, a Administração procederá à retenção do valor da fatura para pagamento direto aos trabalhadores (art. 36 da IN n° 02/2008).

Para reforçar esse novo padrão fiscalizatório, a IN n° 02/2008 elaborou ainda um “Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização”, a fim de orientar o comportamento do fiscal desde o momento inicial da execução do contrato até o seu encerramento. Para tanto, o guia esquematiza as atribuições do fiscal em quatro momentos distintos: I) fiscalização inicial, que compreende, em suma, a averiguação da regularidade dos empregados que irão prestar os serviços terceirizados, o que inclui conferência de todas as anotações nas respectivas carteiras de trabalho e a verificação dos valores dos salários a eles pagos; II) fiscalização mensal (feita no momento do pagamento da fatura), compreendendo a verificação dos requisitos enumerados anteriormente e, além disso, a elaboração de uma planilha mensal com informações sobre o nome completo dos empregados, funções exercidas, dias efetivamente trabalhados, horas extras trabalhadas, férias, licenças, faltas, ocorrências etc; III)

fiscalização diária, através da conferência de quais empregados terceirizados estão efetivamente prestando serviços, em quais funções e se estão cumprindo a jornada de trabalho, dentre outros assuntos pertinentes; e IV) fiscalização especial, que consiste na observação da data-base da categoria estabelecida na norma coletiva, para verificar se a empresa ajustará a remuneração no dia e o percentual previstos, assim como no acompanhamento do controle de férias e licenças dos empregados e das suas eventuais estabilidades provisórias (Anexo IV da Instrução Normativa nº02/2008 – STLI/MPOG).

Diante do exposto, depreende-se a intenção desse normativo de cercar todas as lacunas da terceirização que poderiam implicar no desrespeito aos direitos trabalhistas pela empresa contratada. Decerto, buscou-se efetivar o real propósito da fiscalização, através da ampliação do seu conceito e da reformulação dos seus métodos. Neste contexto, é razoável exigir que a Administração Pública acompanhe direta e constantemente o trabalho prestado pela empresa, em todos os momentos da relação contratual.

Assim, em razão da amplitude dada a esse dever, conclui-se que a eventual falha ou insuficiência na fiscalização desses direitos pode implicar na responsabilidade da Administração na hipótese de inadimplência pela empresa contratada. Conforme pontuam Viana, Amorim e Delgado, a Administração só se desincumbe do seu dever (e da eventual responsabilização subsidiária) se demonstrar que cumpriu rigorosamente todos os procedimentos legais de controle e fiscalização previstos no ordenamento jurídico (2011, p. 83).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face dos fatos apontados, observa-se a inquietação e a incerteza que ainda rondam a terceirização, tanto no âmbito público quanto no privado. A falta de uma regulamentação formal dessa prática administrativa tem mostrado graves consequências, principalmente no que se refere ao desvirtuamento das relações trabalhistas e no desrespeito aos direitos básicos dos trabalhadores.

A atuação dos órgãos do judiciário, em especial do TST, apesar de ser bem recepcionada em meio ao vazio legislativo, não pode ultrapassar os limites e invadir a competência do legislador, ou ainda dar entendimento contrário às normas do ordenamento jurídico. Nesta linha, as súmulas exaradas devem servir de parâmetro para os julgamentos posteriores a respeito do tema, e não aplicadas como norma posta ou

regra, demandando assim a análise de fato do caso concreto de forma a evitar a condenação baseada em presunções.

De fato, conforme o entendimento previamente fixado pela justiça laboral e corroborado pelo STF, poderá haver a condenação da Administração Pública pelas obrigações trabalhistas não pagas pela empresa prestadora de serviços, desde que se evidencie sua falha ou omissão na fiscalização do contrato, baseando-se nos preceitos da responsabilidade civil. Não é mais admitido o que acontecia rotineiramente nas varas de trabalho e tribunais por todo o país: a responsabilização automática do contratante de serviços, sem a devida apuração da sua conduta no caso concreto.

Cabe ressaltar ainda que o que se efetivamente buscou com o questionamento constitucional da matéria não foi a decretação da total irresponsabilidade da Administração Pública, mas sim a fixação de critérios mais justos na verificação da sua culpa frente ao dano sofrido pelo trabalhador terceirizado. O resultado, ainda que inesperado, serviu de alerta para a Administração melhorar os parâmetros a respeito da fiscalização dos seus contratos.

Nesta linha, há que se fazer algumas considerações a respeito do novo padrão fiscalizatório implantado na Administração Pública. Não obstante tenha por objetivo resguardar os direitos dos trabalhadores envolvidos na terceirização, deve-se questionar se tais medidas não vão acabar por inviabilizar a contratação dessa espécie de serviços. Ao impor o policiamento incisivo do fiscal sobre a empresa prestadora de serviço, o objetivo primário e fundamental da terceirização de desburocratizar e tornar mais dinâmica a rotina administrativa cai por terra. Além disso, os custos gerados ao se deslocar um funcionário para exercer exclusivamente o papel fiscalizatório pode tornar a terceirização impraticável ante a realidade administrativa.

Por outro lado, tomando por perspectiva os valores inscritos na Constituição, observa-se que a adoção desse padrão fiscalizatório encontra-se em consonância com os preceitos que regem a conduta e o comportamento da Administração Pública, notadamente os princípios da legalidade e da moralidade pública. A fiscalização eficiente constitui, de tal modo, num instrumento da efetivação dos direitos essenciais dos trabalhadores envolvidos na terceirização, em observância dos princípios da dignidade da pessoa humana, do valor social do trabalho e dos demais preceitos que fundam a ordem econômica na valorização do trabalho humano e que alicerçam a ordem social no primado do trabalho. A proteção ao trabalhador, assim,

deve se sobrepôr ao mero interesse do administrador público, no contexto próprio da terceirização.

REFERÊNCIAS

ALVES, Osvaldo Nunes. **Terceirização de Serviços na Administração Pública**. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2054228.PDF>>. Acesso em: 15 de setembro de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 27 de fevereiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em: 05 de abril de 2013.

_____. Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997. Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 07 de julho de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2271.htm>. Acesso em: 05 de abril de 2013.

_____. Instrução Normativa nº 02 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, de 30 de abril de 2008. Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não. **Diário Oficial da União**, de 2 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/38/MPOG/2008/2.htm>> Acesso em: 06 de abril de 2013.

_____. Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 22 de junho de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm> Acesso em: 06 de abril de 2013.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16**. Relator: Ministro Cezar Peluso. Brasília. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/proc_esso/verProcessoAndamento.asp?incidente=2497093>. Acesso em: 20 de março de 2013.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Informativo nº 610**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo610.htm>>. Acesso em: 20 de março de 2013.

_____. Supremo Tribunal Federal. Súmula Vinculante nº 10. **Diário Oficial da União**, de 27 de junho de 2008. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/porta/lcms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaSumulaVinculante&pagina=sumula_001_032>. Acesso em: 20 de março de 2013.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. **Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 297751**. Relator Ministro Moura de França. Disponível em: <<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&format=html&highlight=true&numeroFormatado=IUJ-RR%20-%20297751-31.1996.5.04.5555&base=acordao&rowid=AAANGhAAFAAAai5AAA&dataPublicacao=20/10/2000>>. Acesso em: 20 de março de 2013.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. **Livro de Súmulas, Orientações Jurisprudenciais - SBDI -1, SBDI-2 E SDC – e Precedentes Normativos**. Diretoria-Geral da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho. Disponível em: <http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/handle/1939/8657>>. Acesso em : 20 de março de 2013.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HAAS, Juliana. Reflexões sobre a responsabilidade da Administração Pública pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas da contratada à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal. *In: Revista do Tribunal Superior do Trabalho*. Ano 77, n. 1, 2011, p. 139-158.

MALAQUIAS, Marcos. Inadimplemento trabalhista e julgamento da ADC nº16/DF. *In: Revista do Tribunal Superior do Trabalho*. Ano 77, n. 1, 2011, p. 85-94.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 38. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo Brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MARTINS, Sérgio Pinto. **A terceirização e o Direito do Trabalho**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PADILHA, Rodrigo. **Direito Constitucional Sistematizado**. 2. ed. São Paulo: Forense, 2012.

RAMOS, Dora Maria de Oliveira. **Terceirização na administração pública**. São Paulo: LTr, 2001.

SANTOS, Diogo Palau Flores. **Terceirização de serviços pela Administração Pública – Estudo da responsabilidade subsidiária**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Patrícia Pinheiro. Terceirização nos serviços públicos. *In: Revista do Tribunal Superior do Trabalho*. Ano 77, n. 1, 2011, p. 95-130.

VIANA, Márcio Túlio; DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos Amorim. Terceirização: aspectos gerais. A última decisão do STF e a Súmula nº 331 do TST. Novos enfoques. *In: Revista do Tribunal Superior do Trabalho*. Ano 77, n. 1, 2011, p. 54-84.

PERFIL DOS TRABALHADORES EM NÍVEL OPERACIONAL DO SETOR INDUSTRIAL DE MONTES CLAROS – MG.⁷⁴

Vinícius Alexandre Pereira Saldanha⁷⁵

Simone Viana Duarte⁷⁶

Roney Versiani Sindeaux⁷⁷

RESUMO

Este trabalho busca a compreensão do mercado de trabalho, bem como analisar as mudanças no perfil dos trabalhadores, com foco no setor industrial, na perspectiva do trabalhador formal em nível operacional. A pesquisa foi descritiva e método de estudo de caso, com consulta em fontes bibliográficas e dados estatísticos oficiais disponíveis no banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/MTE. As variáveis consideradas para análise foram a escolaridade, faixa etária e a remuneração no período de 1990, 1994, 1998, 2002 a 2011, relativos a Montes Claros-MG. Na análise constatou-se que o grau de instrução dos trabalhadores com maior participação passou de analfabetos ou ensino fundamental completo para o ensino médio completo ou ensino superior incompleto. Os trabalhadores do setor em maior proporção apresentam idades na faixa de 30 a 39 anos. A remuneração destes é principalmente de 1 a 2 salários mínimos. Portanto, no setor industrial houve mudanças do perfil do trabalhador em nível operacional em relação a escolaridade, quanto à faixa etária não houve grandes alterações no período.

A série histórica não foi suficiente para compreender o mercado de trabalho desse setor e relações com o trabalhador e como as transações vem ocorrendo, ou seja, por que a melhora de escolaridade não impulsionou a melhoria da remuneração deste nível de trabalhador em especial, suscitando mais investigações a este respeito.

Palavras-chave: indústria; mercado de trabalho; trabalho formal.

ABSTRACT

His work seeks to understand the labor market and analyze the changes in the profile of workers, within the economic sectors the focus was on the industry perspective of the worker in formal operational level. The variables available in the database of the Annual Social Information - RAIS were schooling, age and remuneration from 1990, 1994, 1998, 2002-2011. In the analysis it was found that the education level of workers with greater participation rose from illiterate or elementary school to high school

⁷⁴Artigo científico, resultado parcial do Módulo Setor Industrial: situação dos trabalhadores em nível operacional, integrante do Projeto de Pesquisa “Mercado de trabalho e gestão: estudos críticos sobre a situação e tendências em Montes Claros/MG” Aprovado pelo CEPEX Resolução nº073 CEPEX/21/03/2012 do Curso de Administração da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

⁷⁵ Acadêmico do curso de Administração da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.
E-mail: viniussaldanha2@gmail.com

⁷⁶ Professora Mestre do curso de Administração, Orientadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração - GEPAD da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.
E-mail: Simonevianaduarte@yahoo.com.br

⁷⁷ Professor Doutor do curso de Administração, Coordenador/Orientador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração - GEPAD da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.
E-mail: roneyvs@yahoo.com.br

education or incomplete higher education. Sector workers present in greater proportion in the age range 30-39 years. And their remuneration, an estimated 1-2 minimum wages. Therefore, there were changes in the industrial sector at the operational level, the educational profile of less educated workers by those with more schooling. For age no major changes in the period and not in pay, even though the same has flattened. It is clear, therefore, a small selectivity of the labor market, the profile of workers in the industrial sector.

Keywords: *industry, labor market; formal work.*

1. INTRODUÇÃO

Diferentes vertentes e respectivos estudiosos buscam a compreensão do mercado de trabalho, uma vez que o seu funcionamento é de suma importância para o desempenho de uma economia. Sobre essa temática, Oliveira; Piccinini (2011), citam alguns teóricos: os economistas clássicos, como, Adam Smith, fazem referências ao mercado de trabalho como relação empregado e as organizações, e não apenas a perspectiva de que o mercado de trabalho é a visão de um “lugar”, onde o conjunto de ofertas e demandas de emprego se confrontam e as quantidades oferecidas e demandadas se ajustam em função do preço. O que os comportamentos econômicos de firmas e indivíduos buscam é maximizar seu bem-estar e onde as funções de oferta e demanda de emprego dependem do nível de salário. Sendo o trabalho um produto, no qual os trabalhadores são vendedores, os empregadores atuam como compradores, os salários são considerados, o preço e o mercado de trabalho representam o espaço onde ocorrem estas transações.

Já a perspectiva marxista considera que, o tratamento da força de trabalho como mercadoria produz a exploração dos trabalhadores. A organização do mercado de trabalho é caracterizada por uma desigualdade na distribuição dos recursos de poder entre as duas partes, trabalhadores ou organizações, dentro de seu respectivo grupo.

A organização do mercado de trabalho é caracterizada por uma desigualdade na distribuição dos recursos de poder entre as duas partes, trabalhadores ou organizações, dentro de seu respectivo grupo. “O lado da oferta, padece de uma grande fraqueza que dificulta, quando não inviabiliza as possibilidades de negociação, ficando a critério das organizações o estabelecimento do preço” (p. 1521).

O Keynesianismo contesta a existência de tal mercado de trabalho, alegando que a demanda de trabalho não se determina pelos salários. As necessidades de mão de

obra das empresas são decorrentes de seu volume de produção, que está ligado ao nível de demanda que as empresas buscam atender. Os autores citados acima mencionam ainda outras correntes de pensamento, a teoria da segmentação e a teoria institucional, dentre outros.

Neste contexto de busca de compreensão sobre o mercado de trabalho, o Brasil vivenciou períodos distintos, segundo Moretto; Pochmann (2004) ocorreu o processo de industrialização com expansão do emprego assalariado com registro formal e ocupação dos segmentos organizados da economia (1930 - 1980).

A partir de 1980, ocorreu a desestruturação do mercado de trabalho, o desemprego, e a expansão dos segmentos não organizados. Em 1999, segundo PNAD/IBGE o setor industrial foi um dos principais protagonistas da recuperação do emprego formal no Brasil, com ampliação das exportações. (Moretto; Pochmann, 2004).

Na busca pela compreensão do mercado de trabalho, a Universidade Estadual de Montes Claros, através do Departamento de Ciências da Administração, estuda sobre as organizações e trabalhadores formais na cidade de Montes Claros, MG.

Mais especificamente a pesquisa desenvolvida neste artigo teve como objetivo geral, traçar o perfil dos trabalhadores em nível operacional do setor industrial em Montes Claros-MG, a partir de uma série histórica.

2. METODOLOGIA

O enfoque abordado é conforme o entendimento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2010) sobre as relações de emprego, que são estabelecidas sempre que ocorre trabalho remunerado. São consideradas como vínculos as relações de trabalho dos celetistas, dos estatutários, dos trabalhadores regidos por contratos temporários, por prazo determinado, e dos empregados avulsos, quando contratados por sindicatos. O número de empregos em determinado período de referência corresponde ao total de vínculos empregatícios efetivados. O número de empregos difere do número de pessoas empregadas, uma vez que o indivíduo pode estar acumulando, na data de referência, mais de um emprego.

O modelo de pesquisa aplicado foi descritiva. Os dados foram coletados no banco de dados do MTE sobre a Relação Anual de Informações Sociais– RAIS. Também foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros e artigos.

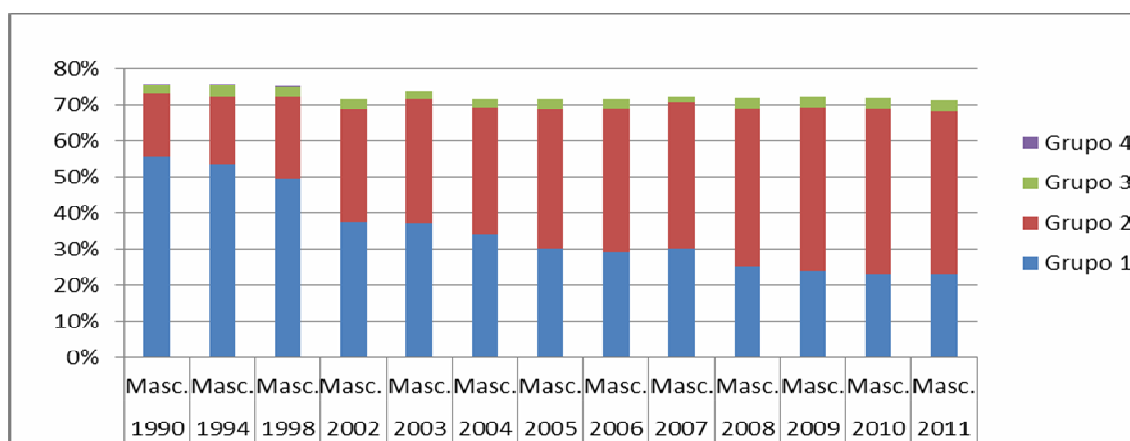
O método foi o estudo de caso, considerando todos os dados sobre faixa etária, remuneração, grau de instrução, registrados formalmente, excluem-se os empregados com cargos de gestores e dirigentes, que por sua vez correspondem ao município de Montes Claros em Minas Gerais, em uma série de anos selecionados: 1990, 1994, 1998 e, a partir de 2002, todos os anos até 2011.

3. RESULTADOS, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

Considerando os dados disponibilizados pela RAIS, observa-se nos idos de 1990, baixa escolaridade com a participação de trabalhadores analfabetos ou com ensino fundamental representando 56% do total, reduzindo em 2011 para 23% a participação dos funcionários com essa baixa escolaridade. Por outro lado, o ensino médio, que representava 18%, em 1990, passou para 45%, em 2011.

A participação dos empregados com ensino superior não oscilou no período analisado, permanecendo com aproximadamente 3% da escolaridade dos trabalhadores na indústria.

A participação do sexo masculino por escolaridade na indústria no período 1990; 1994 e 1998 principalmente analfabetos e com ensino fundamental. A partir de 2002 iniciou um processo de melhoria contínua da escolaridade representado pelo nível médio (ver GRÁF. 1 e TAB 1).



GRAF. 1 – Representatividade da participação do sexo masculino na indústria por escolaridade no período 1990; 1994; 1999; 2002 a 2011.

Observação: Grupo1 – Analfabetos e ensino fundamental; Grupo 2 – Ensino médio; Grupo 3 – Ensino superior; Grupo 4 – Não classificados.

Fonte: RAIS/CAGED.

TABELA 1 – Representatividade da participação do sexo masculino na indústria por escolaridade no período 1990; 1994; 1999; 2002 a 2011.

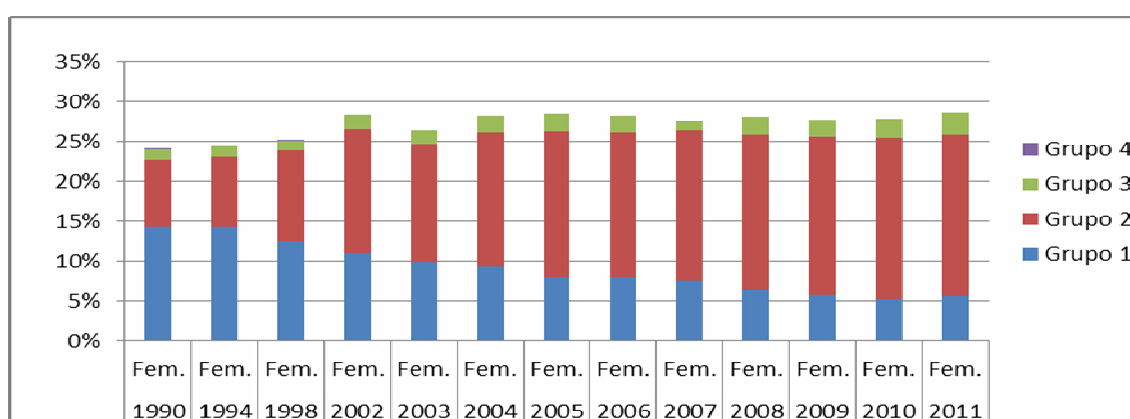
GRUPO	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.
1	56%	53%	50%	37%	37%	34%	30%	29%	30%	25%	24%	23%	23%
2	18%	19%	23%	31%	34%	35%	39%	40%	41%	44%	45%	46%	45%
3	2%	3%	2%	3%	2%	2%	3%	3%	2%	3%	3%	3%	3%
4	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Legenda: Grupo 1 – Analfabetos e ensino fundamental; Grupo 2 – Ensino médio; Grupo 3 – Ensino superior; Grupo 4 – Não classificados.

Fonte: RAIS/CAGED.

No segmento feminino, observa-se que a escolaridade possui características parecidas com as do sexo masculino, uma vez que, em 1990 a participação das mulheres com até o ensino fundamental registrava 14%, sendo que as funcionárias com ensino médio e superior incompleto representavam 8% no mesmo ano. No decorrer dos anos estudados, o número de empregadas com maior grau de instrução médio e superior incompleto cresceu continuamente e estabilizam em 20% (2009 a 2011). As que possuem até o ensino fundamental passam a 6% das trabalhadoras em anos mais recentes do período estudado e um aumento representativo das trabalhadoras com o ensino médio, 20%.

Trabalhadores do sexo feminino com o ensino superior apresentaram baixa participação na indústria, de 1% a 3%. Ver GRÁF. 2 e TAB. 2, o que demonstra a substituição e investimento gradativo na melhor escolaridade pelas funcionárias.



GRAF. 2 – Representatividade da participação do sexo feminino na indústria por escolaridade no período 1990; 1994; 1999; 2002 a 2011.

Observações: Grupo 1 – Analfabetos e ensino fundamental; Grupo 2 – Ensino médio; Grupo 3 – Ensino superior; Grupo 4 – Não classificados.

Fonte: RAIS/CAGED.

TABELA 2 – Representatividade da participação do sexo feminino na indústria por escolaridade no período 1990; 1994; 1999; 2002 a 2011.

Grupo	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.
1	14%	14%	13%	11%	10%	9%	8%	8%	8%	6%	6%	5%	6%
2	8%	9%	11%	15%	15%	17%	18%	18%	19%	19%	20%	20%	20%
3	1%	1%	1%	2%	2%	2%	2%	2%	1%	2%	2%	2%	3%
4	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

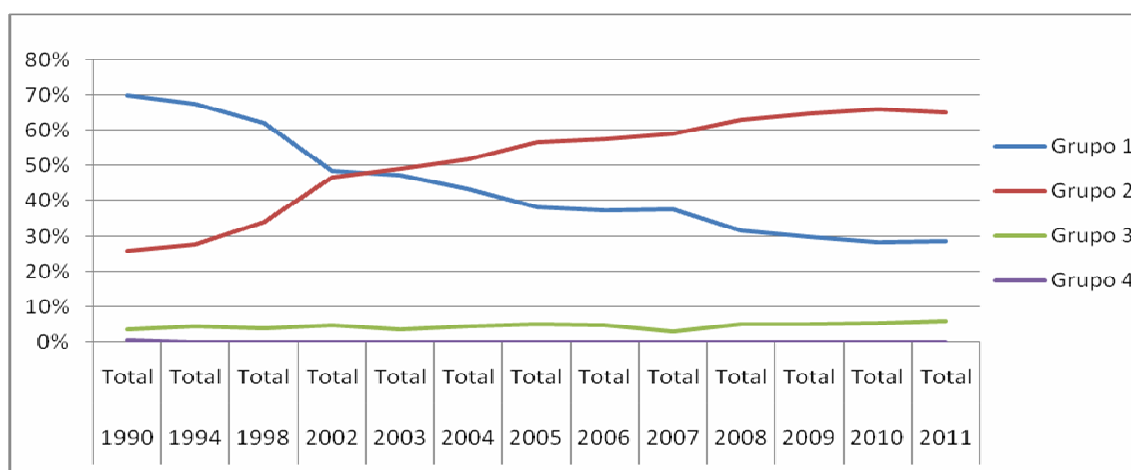
Legenda: Grupo1 – Analfabetos e ensino fundamental; Grupo 2 – Ensino médio; Grupo 3 – Ensino superior; Grupo 4 – Não classificados.
Fonte: RAIS/CAGED.

Ao analisar a participação do grau de instrução dos trabalhadores da indústria, tanto do sexo masculino, quanto o sexo feminino, observa-se que ambos possuem características similares.

Observando o total de trabalhadores no período, a partir de 1990 a 2011, o forte declínio dos menos escolarizados (70% para 29%) foi acompanhado de aumento do daqueles com pelo menos o ensino médio completo ou superior incompleto (26% para 65%).

O ingresso ou permanência dos empregados mais escolarizados, em especial aqueles do ensino médio, resultou em mudanças no perfil educacional, com conseqüente redução dos de menor instrução. (vide GRÁF. 1 e 2).

O Gráf. 3 visualiza a melhor escolaridade dos funcionários no setor industrial, tanto do nível médio como superior.



GRAF. 3 – Representatividade da participação total dos trabalhadores na indústria por escolaridade no período 1990; 1994; 1999; 2002 a 2011.

Observações: Grupo1 – Analfabetos e ensino fundamental; Grupo 2 – Ensino médio; Grupo 3 – Ensino superior; Grupo 4 – Não classificados.

Fonte: RAIS/CAGED.

TABELA. 3 – Representatividade da participação total dos trabalhadores na indústria por escolaridade no período 1990; 1994; 1999; 2002 a 2011.

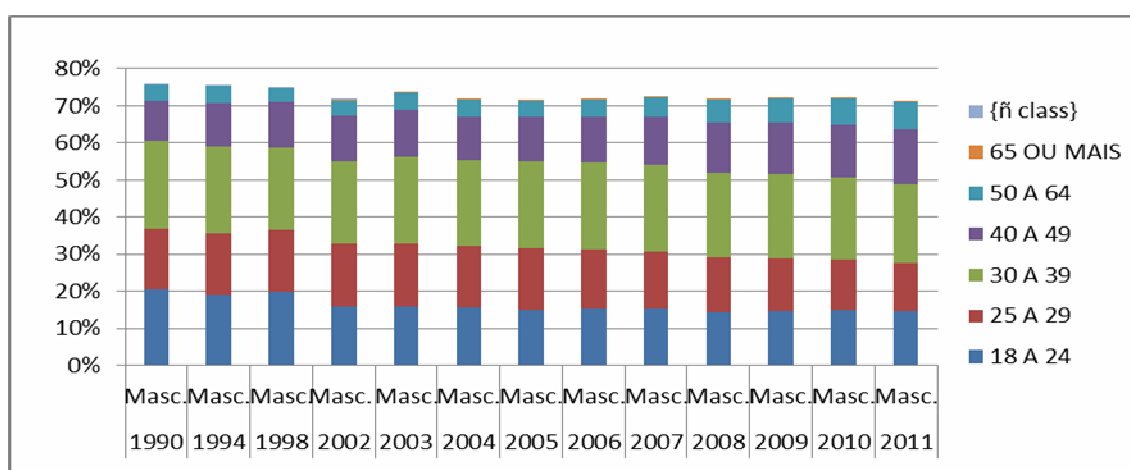
Grupo	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total
1	70%	68%	62%	49%	47%	44%	38%	37%	38%	32%	30%	28%	29%
2	26%	28%	34%	47%	49%	52%	57%	58%	59%	63%	65%	66%	65%
3	3%	4%	4%	5%	4%	4%	5%	5%	3%	5%	5%	5%	6%
4	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Legenda: Grupo 1 – Analfabetos e ensino fundamental; Grupo 2 – Ensino médio; Grupo 3 – Ensino superior; Grupo 4 – Não classificados.

Fonte: RAIS/CAGED.

Em 1990, a faixa etária dos trabalhadores da indústria do sexo masculino, obteve maior participação dos indivíduos com 30 a 39 anos, o que representava 24% dos trabalhadores no ano, na série estudada essa representatividade permanece de forma que em 2011, essa faixa representou 21%.

A faixa etária de 18 a 24; 25 a 29 anos possuem as mesmas características, a baixa participação e o declínio gradativo da representatividade. Os trabalhadores com 40 a 49; e 50 a 64 anos embora com 11 a 13% e 4 a 5% respectivamente ao longo do período, aumentaram essa participação em 2011 em detrimento da faixa de 30 a 49 anos, o que parece demonstrar que funcionários permanecem e envelhecem na empresa. (ver GRÁF. 4 e TAB. 4).



GRAF. 4 – Representatividade da participação do sexo masculino na indústria por faixa etária no período 1990; 1994; 1999; 2002 a 2011.

Fonte: RAIS/CAGED.

TABELA. 4 – Representatividade da participação do sexo masculino na indústria por faixa etária no período 1990; 1994; 1998; 2002 a 2011.

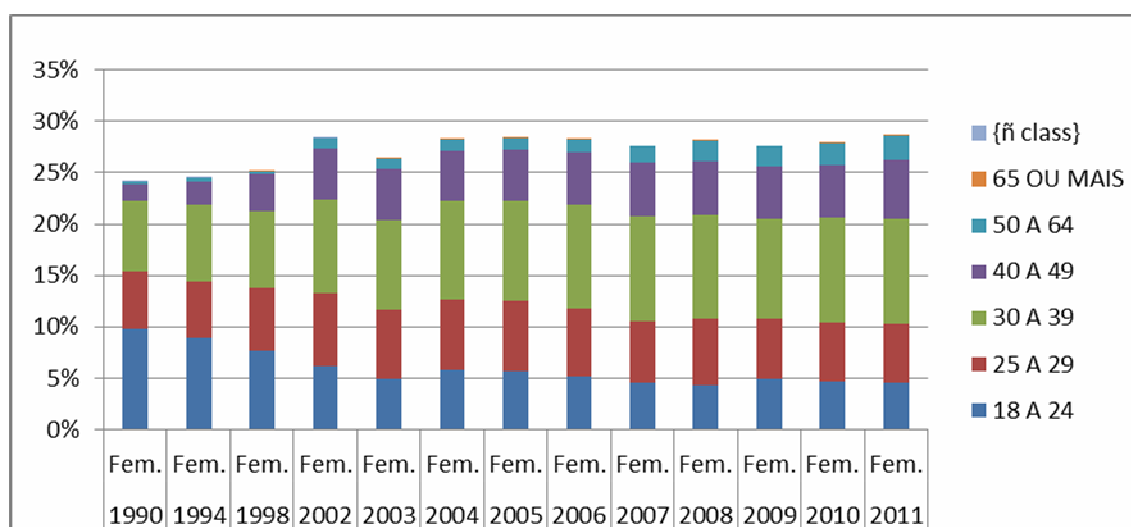
IDADE	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.
18 A 24	21%	19%	20%	16%	16%	16%	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%
25 A 29	16%	17%	17%	17%	17%	17%	17%	16%	16%	15%	14%	14%	13%
30 A 39	24%	23%	22%	22%	23%	23%	23%	23%	23%	23%	23%	22%	21%
40 A 49	11%	12%	12%	12%	13%	12%	12%	12%	13%	14%	14%	14%	15%
50 A 64	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	5%	5%	6%	7%	7%	7%
65 ou mais	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
{ñ class}	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: RAIS/CAGED

As mulheres na indústria, em 1990, com idade entre 18 a 24 anos foram a maior participação no setor (10%); na faixa etária 25 a 29 (6%); 40 a 49 (2%); e 50 a 64 anos (0%) e mulheres com 30 a 39 anos com representação de 7%.

A partir de 2002, a participação por faixa etária dessas trabalhadoras, apresentou queda nas trabalhadoras de 18 a 24 anos (-4%), em contrapartida a faixa de 30 a 39 anos ganhou maior proporção com um crescimento de 7% para 9% em 2002, chegando em 2011, a 10% de participação dessa faixa de trabalhadora (+3%). A quantidade de empregados com idades de 40 a 49; 50 a 64 anos também aumentou, a partir de 2002 e mantendo-se. A faixa de 25 a 29 anos ficou oscilante entre 6 e 7% durante os anos.

Curiosamente, observa-se um movimento de saída ou envelhecimento das mais jovens em detrimento da entrada de faixa etária a partir de 40 anos. (Vide GRÁF. 5 e TABELA. 5).



GRAF. 5 – Representatividade da participação do sexo feminino na indústria por faixa etária no período 1990; 1994; 1999; 2002 a 2011.

Fonte: RAIS/CAGED.

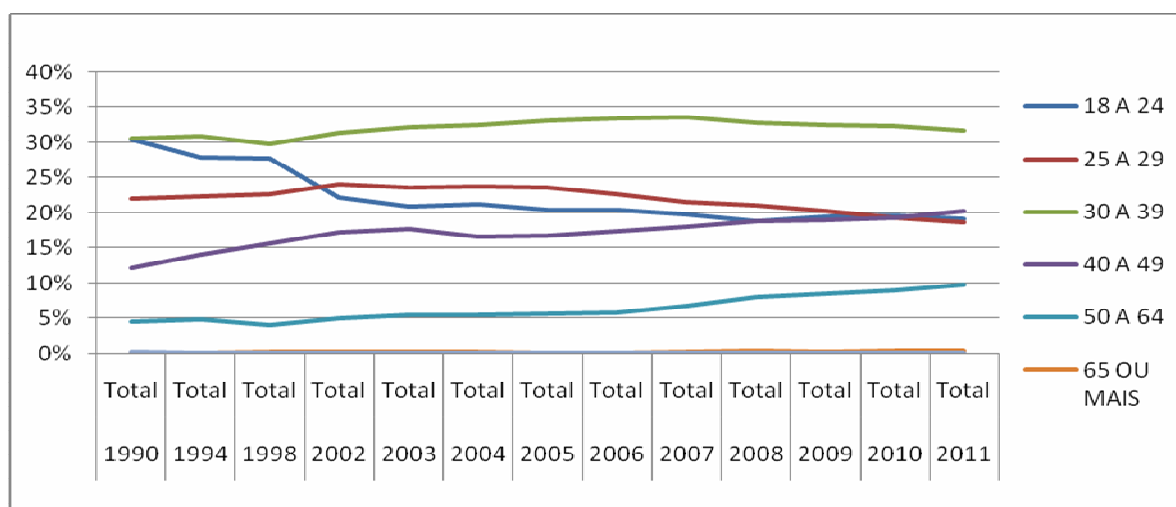
TABELA. 5 – Representatividade da participação do sexo feminino na indústria por faixa etária no período 1990; 1994; 1999; 2002 a 2011.

IDADE	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.
18 A 24	10%	9%	8%	6%	5%	6%	6%	5%	5%	4%	5%	5%	5%
25 A 29	6%	6%	6%	7%	7%	7%	7%	7%	6%	6%	6%	6%	6%
30 A 39	7%	7%	8%	9%	9%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
40 A 49	2%	2%	4%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	6%
50 A 64	0%	0%	0%	1%	1%	1%	1%	1%	2%	2%	2%	2%	2%
65 ou mais	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
{ñ class}	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: RAIS/CAGED.

Embora, a participação dos homens por faixa etária, seja estável, no decorrer dos anos estudados, e a das mulheres nem tanto, há uma grande semelhança entre ambos, ainda que o sexo feminino sofresse oscilações na participação, constata-se que a maior proporção dos trabalhadores da indústria tem idades equivalentes de 30 a 39 anos, mas nos anos 2009 a 2011 essa faixa diminuiu suavemente, os que possuem 40 a 49; 50 a 64 anos apresentaram um pequeno crescimento, provavelmente o envelhecimento dos funcionários. Os trabalhadores com 18 a 24 anos, independente do sexo, em 1990 apresentaram uma participação de 30%, mas ao longo dos anos essa faixa caiu bruscamente, passando a 19% em 2011.

A faixa etária de 25 a 29 anos, aumentou a participação no período de 1990 a 2002, com o percentual de 22% a 24%, respectivamente, estabilizando até 2006, quando caiu para 19% de participação, registro em 2011. (Ver GRÁF. 6 e TAB.6).



GRAF. 6 – Representatividade da participação total dos trabalhadores na indústria por faixa etária no período 1990; 1994; 1999; 2002 a 2011.

Fonte: RAIS/CAGED.

TABELA. 6 – Representatividade da participação total dos trabalhadores na indústria por faixa etária no período 1990; 1994; 1999; 2002 a 2011.

IDADE	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total
18 A 24	30%	28%	28%	22%	21%	21%	21%	21%	20%	19%	20%	20%	19%
25 A 29	22%	22%	23%	24%	24%	24%	24%	23%	22%	21%	20%	19%	19%
30 A 39	31%	31%	30%	31%	32%	33%	33%	33%	34%	33%	32%	32%	32%
40 A 49	12%	14%	16%	17%	18%	17%	17%	17%	18%	19%	19%	19%	20%
50 A 64	5%	5%	4%	5%	5%	5%	6%	6%	7%	8%	9%	9%	10%
65 ou mais	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
{ñ class}	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

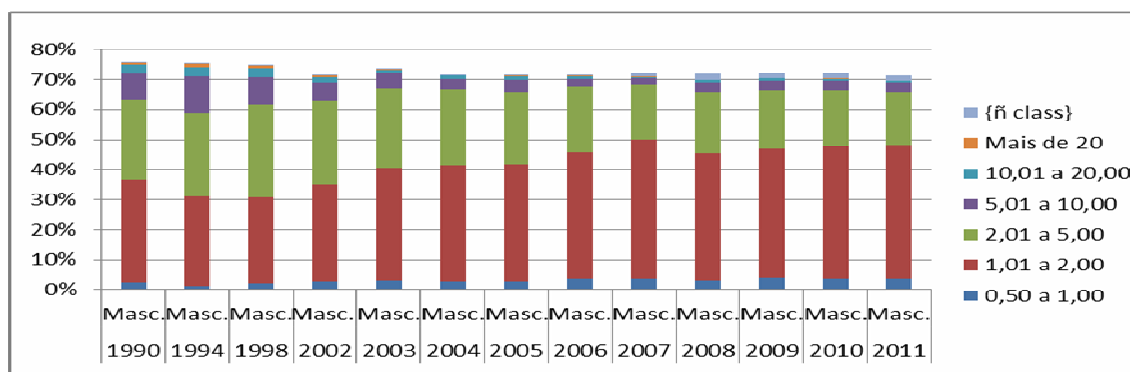
Fonte: RAIS/CAGED.

Com relação à faixa salarial na indústria, tanto o sexo masculino, como o feminino tem a maior proporção de trabalhadores com remuneração entre 1 a 2 salários mínimos. Para os homens, a faixa de 1 a 2 salários cresceu a partir de 2002 (38%) e em 2011 esse percentual passou para 45%, um acréscimo de 7% dos trabalhadores com essa remuneração. Por sua vez, a faixa de 2 a 5 salários mínimos é achatada de 31% em 1998 para 18% em 2011, queda de trabalhadores com este salário é de 13%.

Na faixa de 5 a 10 salários, oscilou durante os anos, de 9% em 1990, passa a 12% dos trabalhadores com essa remuneração em 1994 e cai em 2011 para participação de 3% dos trabalhadores que enquadram nessa faixa.

A remuneração entre 10 a 20 salários em torno de 3% nos anos noventa cai para 1% a partir de 2003 e permaneceu.

Observa-se que em 1990 a 2002 a faixa de mais de 20 salários é remuneração de 1% dos trabalhadores da indústria, mas a partir do ano de 2003 essa faixa de salários desapareceu. (Ver GRÁF. 7 e TAB 7).



GRAF. 7 – Representatividade da participação do sexo masculino na indústria por remuneração no período 1990; 1994; 1999; 2002 a 2011.

Fonte: RAIS/CAGED.

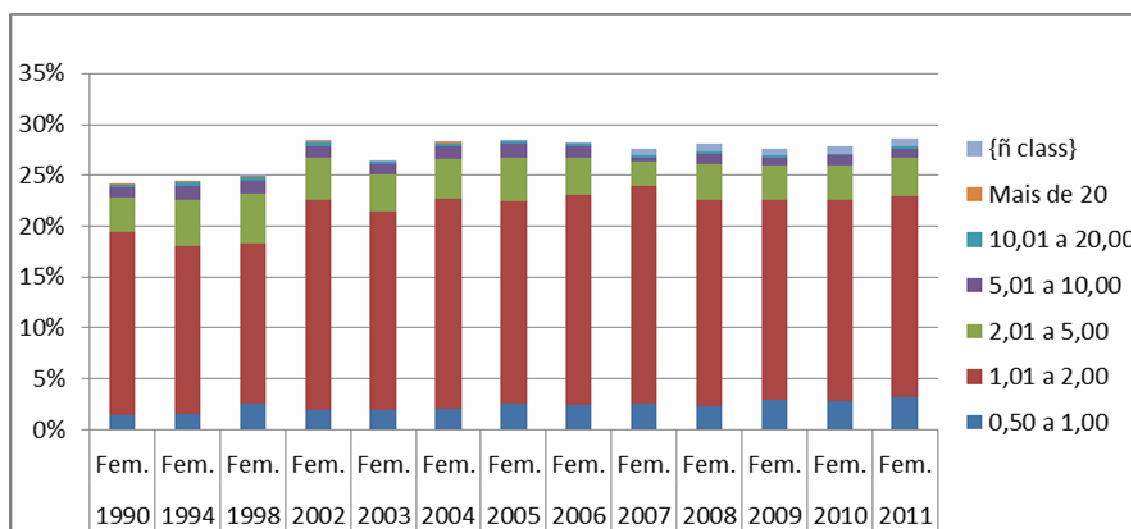
TABELA 7 – Representatividade da participação do sexo masculino na indústria por remuneração no período 1990; 1994; 1999; 2002 a 2011.

Salário	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.	Mas.
0,50 a 1	2%	1%	2%	3%	3%	3%	3%	4%	4%	3%	4%	4%	4%
1,01 a 2	34%	30%	29%	32%	38%	39%	39%	42%	46%	42%	43%	44%	45%
2,01 a 5	26%	28%	31%	28%	27%	25%	24%	22%	18%	20%	20%	19%	18%
5,01 a 10	9%	12%	9%	6%	5%	3%	4%	3%	2%	3%	3%	3%	3%
10,01 a 20	3%	3%	3%	2%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Mais de 20	1%	1%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
{ñ class}	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	1%	2%	2%	2%	2%

Fonte: RAIS/CAGED.

As trabalhadoras do sexo feminino apresentaram, no período estudado, remuneração de meio salário (2 a 3%) até 10 salários mínimos (1% das trabalhadoras, exceto em 2007). A maioria, assim como os homens recebiam entre 1 e 2 salários mínimos (em torno de 20%).

As empregadas que recebiam de 2 a 5 salários em 1990 eram 3% do total, em 1994 e 1998 cresceu para 5%, mas logo em 2002 estabilizou-se em 4%. Em 2007 diminuiu para 2% as trabalhadoras que recebiam nesta faixa, oscilando nos anos seguintes entre 3 e 4%. (Vide GRÁF. 8 e TAB. 8).



GRAF. 8 – Representatividade da participação do sexo feminino na indústria por remuneração no período 1990; 1994; 1999; 2002 a 2011.

Fonte: RAIS/CAGED.

TABELA. 8 – Representatividade da participação do sexo feminino na indústria por remuneração no período 1990; 1994; 1999; 2002 a 2011.

Salário	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.
0,50 a 1	1%	2%	3%	2%	2%	2%	3%	2%	3%	2%	3%	3%	3%
1,01 a 2	18%	16%	16%	21%	20%	21%	20%	21%	21%	20%	20%	20%	20%
2,01 a 5	3%	5%	5%	4%	4%	4%	4%	4%	2%	4%	3%	3%	4%
5,01 a 10	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	0%	1%	1%	1%	1%
10,01 a 20	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Mais de 20	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
{ñ class}	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	1%	1%	1%	1%

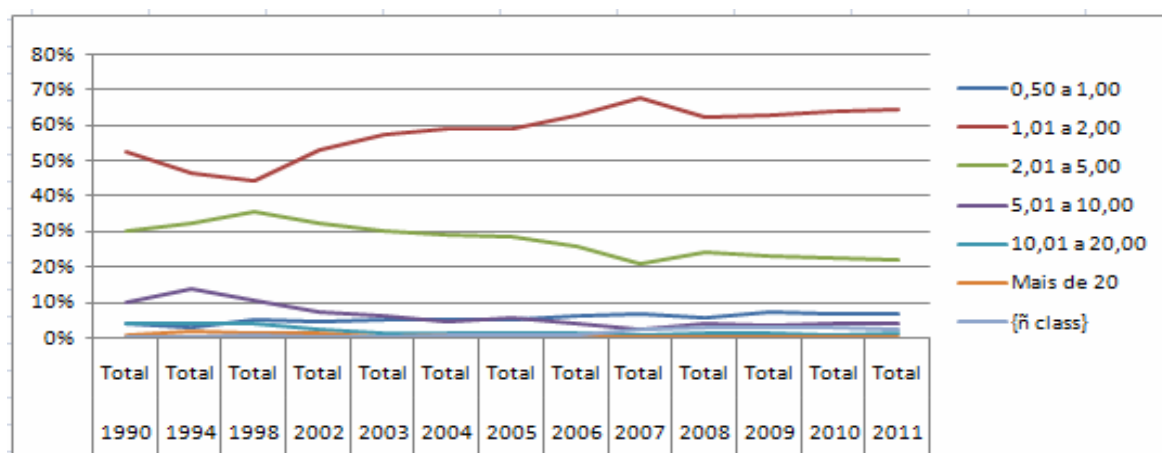
Fonte: RAIS/CAGED.

Analisando a remuneração de ambos os gêneros, verifica-se que a maior proporção dos trabalhadores do setor industrial, possuem a remuneração média de 1 a 2 salários mínimos, representando 52% em 1998 e 65%, participação registrada em 2011.

Os trabalhadores com remuneração de 2 a 5 salários com participação expressiva em 1990, representavam 30% dos funcionários, com um crescimento até 1998 (36%), a partir deste ano houve decréscimo e em 2011 passou a ser a faixa salarial de 21% dos trabalhadores da indústria de Montes Claros/MG.

A faixa salarial de 5 a 10 salários mínimos em 1990 registrou a participação de 10% dos trabalhadores, em 1994 a participação cresceu para 14%, após este ano, diminuiu, em 2011 passou a ser 4% dos trabalhadores que recebiam entre estes valores.

Ou seja, a remuneração da maioria dos trabalhadores no setor industrial, diminuiu ao longo dos anos estudados, concentrando-se entre 1 e 2 salários mínimos. (ver GRÁF.9 e TAB.9).



GRAF. 9 – Representatividade da participação total dos trabalhadores na indústria por remuneração no período 1990; 1994; 1999; 2002 a 2011.

Fonte: RAIS/CAGED.

TABELA. 9 – Representatividade da participação total dos trabalhadores na indústria por faixa etária no período 1990; 1994; 1999; 2002 a 2011.

Salário	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total
0,50 a 1	4%	3%	5%	5%	5%	5%	5%	6%	6%	5%	7%	6%	7%
1,01 a 2	52%	46%	44%	53%	57%	59%	59%	63%	68%	63%	63%	64%	65%
2,01 a 5	30%	32%	36%	32%	30%	29%	29%	25%	21%	24%	23%	22%	21%
5,01 a 10	10%	14%	10%	7%	6%	5%	5%	4%	2%	4%	4%	4%	4%
10,01 a 20	3%	4%	3%	2%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Mais de 20	1%	1%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
{ñ class}	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	2%	3%	3%	3%	2%

Fonte: RAIS/CAGED.

4. CONCLUSÃO

Ainda que, a pesquisa esteja em andamento, constatam-se os seguintes resultados parciais, ocorreram mudanças no perfil educacional, com consequente redução dos empregados de menor instrução, sendo assim o setor emprega em maior proporção funcionários com no mínimo o ensino médio, em contrapartida a remuneração achatou-se assim como diminuiu a faixa etária mais jovem. Em maior proporção permanecem os que possuem idades equivalentes de 30 a 39 anos.

Dessa forma, a remuneração independe da melhor escolaridade dos empregados, ficando a critério das organizações definirem o que pagar, sendo o que preconiza a teoria clássica marxista.

Outras análises podem ser ainda complementadas, a exemplo de comparações do trabalhador em nível operacional do setor industrial com os outros setores econômicos de Montes Claros, MG, e do perfil dos gestores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-pdet/> Acesso em: 14 de junho de 2013.

MORETTO, Amilton; POCHMANN, Marcio. **A retomada do emprego numa economia em marcha lenta: implicações para as políticas públicas de mercado de trabalho**. In. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP, 20 a 24 de setembro. Caxambú, 2004.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmiria Carolina. **Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos**. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública. 45(5): 1517-538. p. 1517-1538, set/out. 2011.

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DOS EFEITOS DAS MUDANÇAS NA ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO DE MONTES CLAROS E DE BELO HORIZONTE, ENTRE OS ANOS 2000 E 2010

BOTELHO, Nayara Thyelly Rodrigues Maia⁷⁸

OLIVEIRA, Cinthya Rodrigues⁷⁹

GONÇALVES, Maria Elizete⁸⁰

RESUMO

O objetivo desse estudo foi analisar as mudanças na estrutura etária da população das cidades Mineiras de Belo Horizonte e Montes Claros, fazendo uma comparação entre as mesmas. Para o desenvolvimento do estudo, utilizou-se a análise descritiva, baseada em indicadores de população demográficos e pirâmides etárias, no período de 2000 e 2010. Segundo Souza (1997), Desenvolvimento econômico define-se pela existência de crescimento econômico em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhorias de indicadores econômicos e sociais. Compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia. Neste artigo foram analisadas duas cidades de Minas Gerais, que se destacam entre as maiores economias do estado: Montes Claros e Belo Horizonte. O objetivo do estudo foi analisar as mudanças na estrutura etária da população destas cidades, fazendo uma comparação entre as mesmas, no período de 2000 e 2010. Dentre os resultados obtidos, foi possível verificar como a população jovem diminuiu, estreitando a base das pirâmides, e como a população de 60 anos ou mais, no topo das pirâmides aumentou, ao longo do período analisado.

Palavras Chaves: Análise Socioeconômica, Desenvolvimento e Pirâmides Etárias.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the changes in the age structure of the population of the cities of Belo Horizonte Mining and Montes Claros, making a comparison between them. To develop the study, we used descriptive analysis, based on indicators of population demographics and population pyramids, between 2000 and 2010. According to Souza (1997), Economic development is defined by the existence of economic growth faster than the population growth, involving structural changes and improvements in economic and social indicators. Comprises a long-term phenomenon, involving the strengthening economy. In this article we analyzed two cities of Minas Gerais, which stand out among the largest economies in condition Montes Claros and Belo Horizonte. The aim of the study was to analyze the changes in the age structure of the population of these cities, making a comparison between them, between 2000 and 2010. Among the results, it was possible to see how the young population declined, narrowing the base of the pyramids, and as the population aged 60 years or more, on top of the pyramids increased throughout the analyzed period.

Keywords: Socioeconomic Analysis, Development and population pyramids.

⁷⁸ Graduanda do 6º período de Ciências Econômicas na Universidade Estadual de Montes Claros - MG

⁷⁹ Graduando do 6º período de Ciências Econômicas na Universidade Estadual de Montes Claros - MG

⁸⁰ Professora Doutora em Demografia; do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros- MG

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar os efeitos das mudanças na estrutura etária da população nas cidades Mineiras de Belo Horizonte e Montes Claros, no período de 2000 e 2010.

O crescimento demográfico é a mudança positiva do número de indivíduos de uma população dividida por uma unidade de tempo. A população mundial em 1950 era de 2,5 bilhões de pessoas. Em 2000 já havia mais de 6 bilhões de pessoas no planeta e em 2010 este número já era bem próximo dos 7 bilhões, segundo a ONU⁸¹.

Apesar de ser apresentada como única, a população mundial vive momentos muito heterogêneos em relação a seu tamanho e sua taxa de crescimento. No Brasil, a população não chega a 200 milhões, e o quadro futuro vai mudar bastante devido a suas baixas taxas de fecundidade, o que indica envelhecimento e diminuição da população.

Sendo assim, neste contexto, o trabalho desenvolverá a análise dos efeitos socioeconômicos Brasileiros em especial do estado de Minas Gerais, limitando a sua análise nas cidades de Belo Horizonte e Montes Claros.

Além desta introdução, o trabalho apresentará no tópico duas características sobre crescimento e desenvolvimento econômico, no tópico três a será realizada contextualização sobre a transição da estrutura etária, e no tópico quatro a evolução das pirâmides de Belo Horizonte e Montes Claros – MG.

Como fonte de dados, foi necessário realizar a pesquisa bibliográfica dos autores: SOUZA (1997), BELTRÃO (1972), CARVALHO (2003) e a pesquisa descritiva, sendo coletado os dados no site DATASUS, para compreender a análise da mudança na estrutura etária da população.

Assim, no decorrer do trabalho, serão expostas as considerações sobre crescimento e desenvolvimento econômico, sendo esta a base para relacionarmos a análise demográfica das cidades selecionadas, com o crescimento econômico e os indicadores sociais.

⁸¹ ONU. **World population Ageing**. United Nations Publication, 2007.

2. CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A questão do desenvolvimento é um tema que tem recebido inúmeras contribuições ao longo da história das economias mundiais. Os países ditos desenvolvidos, assim como aqueles em desenvolvimento, tem atravessado períodos de crise que inspiram propostas alternativas para recuperar o crescimento.

Podemos diferenciar o crescimento do desenvolvimento econômico. Dessa forma para que ocorra crescimento econômico referimos ao aumento do nível de produção de bens e serviços da população. O desenvolvimento econômico conota uma situação que, além de ocorrer crescimento econômico de um país, existem indicadores que demonstram a melhoria do bem-estar, qualidade de vida e melhorias sociais da população.

Assim destaca SOUZA (1997):

Desenvolvimento econômico defini-se pela existência de crescimento econômico em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhorias de indicadores econômicos e sociais. Souza (1997,p.22).

Para uma avaliação do nível de desenvolvimento de uma economia deve se levar em conta, além dos indicadores de crescimento econômico, indicadores de crescimento populacional.

O papel do crescimento da população no desenvolvimento econômico leva a consideração da importância do grau de concentração da renda em uma economia subdesenvolvida. Além de garantir o crescimento do produto de uma economia, é indispensável melhorar as políticas nas áreas de saúde, educação e nutrição, melhorando a qualidade de vida da população.

Sobre o estudo da demografia, destaca Beltrão (1972) que a demografia é uma ciência que tem por objetivo o estudo das populações humanas, versando sobre o volume, a composição, o desenvolvimento das mesmas, bem como suas características gerais consideradas principalmente do ponto de vista quantitativo.

Assim, o crescimento econômico está associado a melhorias no padrão de vida dos indivíduos, porque ocorrem alterações no padrão demográfico das populações. Pode-se acreditar que uma melhoria do padrão de vida, obtida através de um processo

de desenvolvimento econômico, poderia estar influenciando sobre a taxa de mortalidade (principalmente infantil) e fecundidade.

3. A TRANSIÇÃO DA ESTRUTURA ETÁRIA

Segundo Carvalho (2003), entre os anos 40 e 60, o Brasil experimentou um declínio significativo da mortalidade, mantendo-se a fecundidade em níveis bastante altos, produzindo, assim, uma população quase-estável jovem e com rápido crescimento.

A partir do final da década de 60, a redução da fecundidade, que se iniciou nos grupos populacionais mais privilegiados e nas regiões mais desenvolvidas, generalizou-se rapidamente e desencadeou o processo de transição da estrutura etária, que levará, provavelmente, a uma nova população quase-estável, mas, desta vez, com um perfil envelhecido e ritmo de crescimento baixíssimo, talvez negativo.

A questão da distribuição por idade, para uma população, relaciona-se, de acordo com seu nível de desenvolvimento socioeconômico, com a questão da dependência econômica que as crianças e os idosos têm em relação à população geradora de renda. Assim podemos destacar três grandes grupos entre as faixas etárias, que são:

- População de Jovens: menos de 15 anos
- População em idade ativa: de 10 até 64 anos
- População de idosos: mais de 65 anos

As pirâmides populacionais, ou pirâmides etárias, permitem ter uma ideia do envelhecimento da população, ao mostrar a proporção de homens e mulheres em cada faixa etária. Estudos empíricos realizados no mundo todo mostram que o progresso da tecnologia principalmente da ciência médica, tem permitido prolongar a expectativa de vida. Esses fatores afetam a forma da pirâmide, reduzindo sua base e alargando sua ponta.

3. PIRÂMIDES ETÁRIAS DE BELO HORIZONTE E MONTES CLAROS – MINAS GERAIS

No final do século XIX e no início do século XX o grande crescimento populacional se deveu à imigração internacional. Entre 1940 e 1970, o grande

crescimento populacional se deveu à queda das taxas de mortalidade (especialmente mortalidade infantil) e a manutenção de altas taxas de fecundidade. A partir de 1970, o número médio de filhos por mulher começou a se reduzir rapidamente. Conseqüentemente caiu o ritmo de crescimento populacional. A população continua crescendo porque ainda tem uma base jovem e devido à inércia demográfica.

Montes Claros é a principal cidade do Norte de Minas, tendo nesta cidade pólo o centro promotor de desenvolvimento e integração da região, através dos setores de comércio e serviço. Pelo fato de possuir localização privilegiada, Montes Claros contou desde sua criação, com o desenvolvimento gerado pelos meios de transporte que passam pela região.

Belo Horizonte desde suas primeiras décadas era o principal pólo industrial do Estado, e na segunda metade do século XX se transformou de fato em metrópole moderna, estendendo-se sobre seu entrono na forma de um aglomerado urbano-industrial com os municípios de Contagem e Betim.

Assim, destacando a importância que cada uma destas cidades possui dentro do contexto econômico do Estado, analisar os efeitos da mudança na estrutura etária das mesmas, é de relevância para estudos e planejamentos.

As pirâmides abaixo mostram a relação entre as populações de Belo Horizonte e Montes Claros no ano de 2000, e em seguida podemos comparar com as pirâmides do período de 2010, assim observaremos a evolução da população nesses municípios.

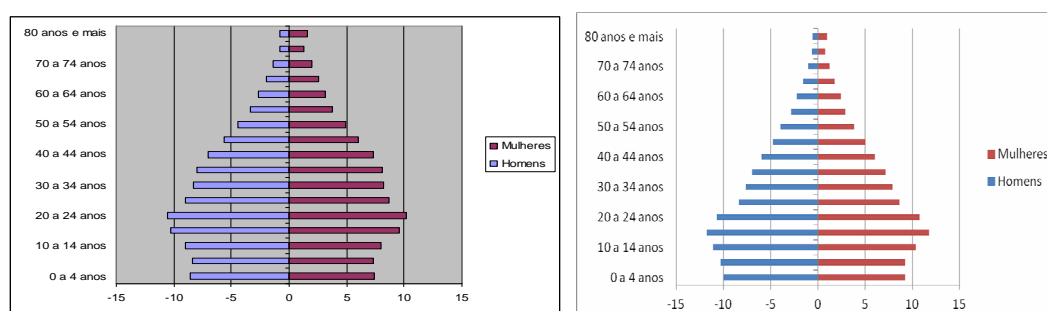


FIGURA 1. Evolução das Pirâmides Populacionais de Belo Horizonte e Montes Claros - MG (2000).
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do DataSUS

A transição demográfica é um dos mais importantes fenômenos sociais de todos os tempos e só acontece uma vez na história de cada país. A transição demográfica sempre começa com a queda das taxas de mortalidade (e o conseqüente

aumento da esperança de vida) e, depois de um determinado lapso de tempo (que varia de país a país) as taxas de natalidade também iniciam um processo de declínio. No Brasil as taxas de mortalidade começaram a cair ainda no século XIX e se aceleraram depois da Segunda Guerra Mundial, atingindo os níveis mais baixos em torno de 2010.

A transição demográfica é acompanhada por uma mudança na estrutura etária. Isto porque a queda nas taxas de fecundidade diminui o tamanho das famílias e reduzem a base da pirâmide populacional, enquanto o declínio das taxas de mortalidade provoca da esperança de vida e um aumento da longevidade. O efeito conjunto do declínio de ambas as taxas vitais faz com que o país inicie um processo de envelhecimento, representado pela redução da base da pirâmide e um futuro alargamento do topo da pirâmide.

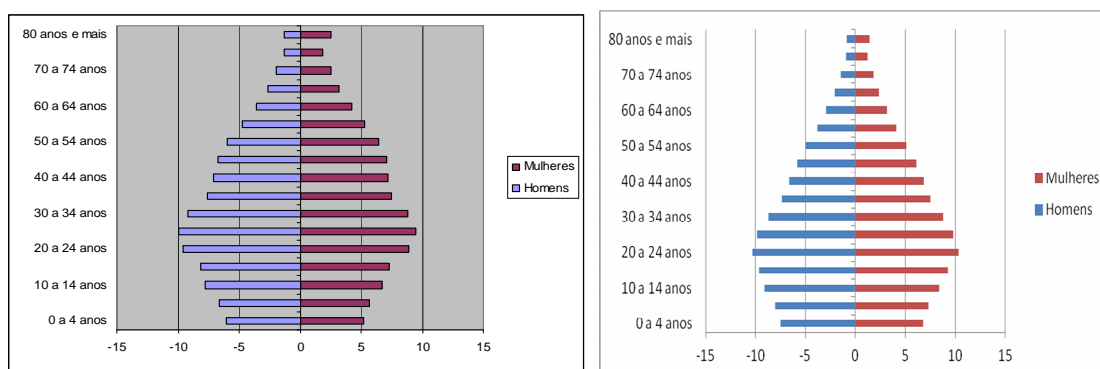


FIGURA 2. Evolução das Pirâmides Populacionais de Belo Horizonte e Montes Claros - MG (2010).
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do DataSUS

As pirâmides acima demonstram a evolução da população, e podemos perceber significativamente como a população de Belo Horizonte, assim como a de Montes Claros, nos anos de 2000 e 2010 no grupo etário de 0-4 anos na base da pirâmide diminuiu. Ao mesmo tempo os grupos de 65 anos ou mais aumentou. O formato até então piramidal, da estrutura etária começou, então de sua base a desaparecer anunciando um rápido processo de envelhecimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado analisou as consequências da mudança na estrutura etária nas pirâmides de população de Belo Horizonte e Montes Claros, no período selecionado.

Podemos concluir que considerando as relações entre os diversos grupos etários e o ritmo extremamente diferenciado do crescimento da população nas diversas idades, pode-se afirmar que, em termos demográficos, serão observados alguns dos mais fortes efeitos da mudança em sua estrutura etária.

O tamanho menor das gerações de crianças e jovens possibilita, em princípio, um maior retorno dos recursos nelas investidos. É de se esperar um aumento do investimento governamental *per capita* na educação, mormente nos níveis fundamental e médio, em um contexto demográfico, no qual se destacam duas características. Por um lado, a diminuição sustentada do peso relativo, quando não do número absoluto, da população jovem e, de outro lado, o aumento ainda pequeno do peso da população idosa.

As crianças de hoje constituirão, nas próximas décadas, a força de trabalho que suportará as crescentes razões de dependência de idosos. Deriva disso que a sociedade necessita, vitalmente, investir na atual geração de crianças, particularmente nas áreas de saúde e educação. Não se trata de garantir, apenas, a melhoria da qualidade de vida dessas gerações, mas também o equilíbrio de toda a sociedade.

Dependerá das atuais gerações de jovens a garantia, em médio e longo prazos, de uma vida digna às gerações de idosos. Ademais, é nesta fase que a sociedade deve se preparar, mediante reformas institucionais na área da seguridade social (previdência e saúde), para conviver, no futuro próximo, com altas e sustentadas taxas de dependência de idosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTRÃO, P. C. **Demografia ciência da população: análise e teoria**. Porto Alegre: Sulina, 1972.

CARVALHO, Jam, Garcia RA. **O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico**. Cad Saúde Pública 2003.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ONU. **World population Ageing**. United Nations Puclicacion, 2007 DATASUS. **Estatísticas Vitais** Disponível em <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>> Acesso em 18/04/2013

ANÁLISE COMPARATIVA DA GESTÃO DE ALMOXARIFADOS DE ORGANIZAÇÕES NO SETOR PÚBLICO E PRIVADO EM MONTES CLAROS - MG

Jackson Rodrigues Caldeira⁸²
Amanda Carvalho Quintino Lanza Vieira⁸³
Camila Menezes Fontes⁸⁴
Fabiane Ribeiro Pereira⁸⁵
Janaíne Pereira Santos⁸⁶
Márcio Antônio Alves Veloso⁸⁷

RESUMO

O objetivo deste artigo é fazer uma análise comparativa da gestão de almoxarifados de organizações dos setores público e privado em Montes Claros – MG. As unidades de análises consistem de duas organizações de cada setor. As técnicas de coletas de dados utilizadas no estudo são a observação sistemática e a aplicação de entrevistas semiestruturadas junto aos gestores dos respectivos almoxarifados realizadas no período de 11 à 18 de abril de 2013. Resultados sugerem condutas gerenciais diferentes entre esses setores. Embora todos os profissionais responsáveis pelos almoxarifados possuam a qualificação necessária, seja na área administrativa ou contábil, percebe-se que no setor público, representado por um hospital e uma instituição de ensino, os gestores possuem conhecimento de como devem ser os procedimentos gerenciais em algumas áreas, por exemplo, planejamento, previsão e leiaute. Entretanto, não possuem autonomia para determinadas decisões. O que não ocorre no setor privado. Outra questão que dificulta um planejamento e disposição dos materiais de maneira ideal no setor público é o orçamento disponibilizado para cada área, diferentemente do setor privado que apresenta maior facilidade para desembolsar recursos financeiros.

Palavras – Chave: gestão de almoxarifados; instituições públicas; instituições privadas; armazenagem; almoxarifados.

ABSTRACT

The purpose of this article is to make a comparative analysis of the management of warehouses of public sector organizations and private Montes Claros - MG. The analysis units consist of two organizations in each sector. The data collection techniques used in the study are systematic observation and application of semi-

⁸² Acadêmico do 8º período do Curso de Administração da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: jacksonrcaldeira@hotmail.com.

⁸³ Acadêmica do 8º período do Curso de Administração da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: amandalanzavieira@hotmail.com.

⁸⁴ Acadêmica do 8º período do Curso de Administração da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: camilamfontes@hotmail.com.

⁸⁵ Acadêmica do 8º período do Curso de Administração da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: fabianeribeiro.adm@hotmail.com.

⁸⁶ Acadêmica do 8º período do Curso de Administração da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: janaine_psantos@hotmail.com.

⁸⁷ Docente do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: marcio.veloso@unimontes.br.

structured interviews with the managers of the respective warehouses conducted from 11 to 18 April 2013. Results suggest different managerial behaviors between these sectors. Although all professionals responsible for warehouses possess the necessary qualifications, either in administrative or accounting, it is clear that in the public sector, represented by a hospital and a teaching institution, managers have to be aware of how managerial procedures in some areas, for example, planning, forecasting and layout. However, have no autonomy to certain decisions. What does not occur in the private sector. Another issue that complicates planning and provision of materials optimally in the public sector is the budget allocated for each area, unlike the private sector which features easier to disburse funds.

Key Words: *management of warehouses, public institutions, private institutions and storage; warehouses.*

1. INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, as organizações precisam obter vantagens competitivas para manter-se no mercado cada vez mais dinâmico. Para tanto, procuram melhorar continuamente a gestão de suas diversas áreas funcionais. Nesse sentido, a gestão eficiente de almoxarifados se configura como uma possibilidade e ferramenta gerencial que as organizações dispõem, sejam elas, públicas ou privadas, para enfrentar a complexidade e desafios que os mercados em que as mesmas estão inseridas exigem.

O almoxarifado é o local responsável pela guarda, de forma organizada e sincronizada para que os produtos sejam disponibilizados com agilidade sempre que solicitados. Nele estão armazenados os materiais que sustentam o funcionamento das organizações. Por analogia, sustenta-se que depositar materiais no almoxarifado é o mesmo que depositar dinheiro em banco. Sendo assim, o almoxarifado deve possuir condições para assegurar que o material adequado, a quantidade devida, estará no local certo, quando necessário, por meio de armazenagem de materiais de acordo com as normas adequadas, objetivando resguardar, além de preservar a qualidade e as exatas quantidades.

Este artigo procura descrever e analisar a gestão de almoxarifados de organizações do setor público e privado. Ele busca identificar e compreender semelhanças e diferenças entre as gestões dessas unidades, descrevendo dezesseis variáveis, a saber: características pessoais e conhecimentos técnicos dos profissionais; tempo médio de permanência no setor; treinamento para os funcionários; obrigação profissional; organização do almoxarifado; identificação dos itens armazenados;

planejamento do estoque; ferramentas utilizadas para controlar o estoque; método de movimentação; falta de materiais no estoque; forma de recebimento e conferência; divergência do processo fiscal; inventário físico; inventário rotativo; equipamentos de proteção individual (EPI's) e avaliação do leiaute.

A relevância encontra-se na importância da gestão eficiente de um almoxarifado, seja no setor privado ou público, para obtenção de vantagem competitiva. Otimizar os processos de armazenagem, organização, disposição e distribuição dos materiais leva a redução de custos, o que contribui para um melhor desempenho da organização.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito de administração de materiais

A administração dos recursos materiais engloba a sequência de operações que tem seu início na identificação do fornecedor, na compra do bem, em seu recebimento, transporte interno e acondicionamento, em seu transporte durante o processo produtivo, em sua armazenagem como produto acabado e, finalmente, em sua distribuição ao consumidor final.

A administração de materiais coordena o planejamento e controle do fluxo de materiais e tem por objetivo maximizar a utilização dos recursos da empresa e fornecer o nível requerido de serviços ao consumidor (ARNOLD, 1999; MARTINS; ALT, 2009).

2.2 Almoxarifado

Almoxarifado é o local devidamente apropriado para armazenagem e proteção dos materiais da empresa. Durante muito tempo, o almoxarifado foi o local onde se guardavam materiais de propriedade das empresas sem nenhum valor.

Atualmente é uma área muito valorizada porque as empresas entenderam que é onde ficam guardados os materiais que respondem em média por cinquenta por cento do patrimônio da empresa, por isso deve ser muito bem planejado e administrado para que os seus custos sejam os menores possíveis.

As embalagens devem ser padronizadas para cada setor da empresa e se possível, com identificação visual para facilitar sua estocagem, movimentação e controle do estoque. Além disso, “o leiaute do almoxarifado deve ser elaborado com a presença constante dos usuários durante o seu desenvolvimento” (PAOLESCHI, 2009, P18).

Portanto almoxarifado é o local destinado à fiel guarda e conservação de materiais, em recinto coberto ou não, adequado a sua natureza, tendo a função de destinar espaços em que permanecerá cada item aguardando a necessidade de uso. (DIAS, 1993; LOPES; SOUZA; MORAES, 2006; PAOLESCHI, 2009).

2.2.1 Administração do almoxarifado

A administração de um almoxarifado exige uma conduta transparente dos que ali trabalham, porque é o local de guarda de materiais que representam grandes quantias em valor, portanto, estamos administrando um patrimônio da empresa.

Assim, “o gestor de um almoxarifado deve zelar pela qualidade dos materiais sob sua guarda e pela acuracidade do estoque existente” (PAOLESCHI, 2009, p.21).

Esse patrimônio armazenado será utilizado para o funcionamento correto da empresa, na transformação de produtos e vendas, gerando lucros e crescimentos.

É importante para a administração de um almoxarifado que os funcionários conheçam e saibam preencher os formulários e as planilhas utilizados no almoxarifado e também as recebidas de outros departamentos e que sejam reconhecidas e válidas para a retirada e ou entrada de materiais no estoque (PAOLESCHI, 2009, p.21).

O almoxarife é o responsável por toda atividade administrativa do almoxarifado, desde a conferência de uma nota fiscal com o pedido de compras, a guarda do estoque físico e das informações representadas no sistema de gestão do almoxarifado, as entradas e saídas dos materiais, arrumação e segurança das pessoas que ali trabalham e principalmente pela garantia das acuracidades dos dados registrados no sistema. Além disso, precisa dar treinamento e suporte técnico aos seus funcionários.

Dentro do almoxarifado o profissional deve zelar pelas movimentações de materiais, pelo seu inventário, analisar os indicadores de controle de sua gestão e manter o controle orçamentário dentro do autorizado (PAOLESCHI, 2009, p.22).

“A importância em avaliar o funcionamento do gerenciamento de armazéns está relacionada ao fluxo de materiais em toda cadeia de suprimento” (TADEU, 2010, p. 247). Para o mesmo autor, os armazéns tem a função de movimentação contínua, para o atendimento ao consumo, no relacionamento colaborativo com fornecedores e nos aspectos de integração com os modais de transportes.

Os principais tipos de estruturas são: Porta paletes convencional – empregada quando é necessária seletividade nas operações de carregamentos; porta paletes para corredores estreitos – permite otimização o espaço de armazenagem, em função da redução dos corredores para movimentação. (DIAS, 1993; LOPES; SOUZA; MORAES, 2006; PAOLESCHI, 2009).

2.2.2 Leiaute

O leiaute é também conhecido como arranjo físico, tem a função de decidir onde colocar as instalações, máquinas, equipamentos e pessoal do almoxarifado. Dessa forma procura combinar as instalações com a produção dentro do espaço disponível.

Dentro de uma empresa, a finalidade do leiaute (arranjo físico) é planejar e integrar os caminhos dos componentes de um produto ou serviço, a fim de obter o relacionamento mais eficiente e econômico entre pessoal, equipamentos e materiais que se movimentam (PAOLESCHI, 2009, p. 27).

Existem princípios que devem ser obedecidos para que os objetivos sejam atingidos. São os seguintes:

- Integração, uma vez que a falha de qualquer um dos elementos resulta em ineficiência global;
- Mínima distância, para que sejam evitados esforços inúteis, confusões e custos;
- Obediência do fluxo das operações, pois devem ser evitados cruzamentos e retornos que causam interferência e congestionamentos;
- Racionalização de espaço, se possível utilizar as três dimensões;
- Satisfação e segurança, de modo que promove tanto a elevação da moral do trabalhador quanto à redução de riscos de acidentes; e
- Flexibilidade deve-se considerar que as condições vão mudar, portanto deve ser fácil mudar o leiaute e se adaptar às novas condições.

O leiaute deve fazer com que o armazém seja um modelo de boa organização. Para isso, reporta que a metodologia para a projeção do leiaute consiste em:

- Definir a localização de todos os obstáculos;
- Localizar as áreas de recebimento e expedição;
- Localizar as áreas de separação de pedidos e de estocagem;
- Definir o sistema de localização de estoque; e
- Avaliar as alternativas de leiaute do almoxarifado. (DIAS, 1993; LOPES; SOUZA; MORAES, 2006; PAOLESCHI, 2009).

2.2.3 Estocagem

A princípio, define-se o conceito de estoque como sendo “qualquer quantidade de bens físicos que sejam conservados, de forma improdutiva, por algum intervalo de tempo” (PAOLESCHI, 2009, p. 40).

Uma empresa deve cuidar da gestão de estoques como o principal fundamento de todo o seu planejamento tanto estratégico como operacional, porque um controle correto dos estoques elimina desperdícios de tempo, de custo, de espaço e vai atender o cliente no momento em que ele deseja (PAOLESCHI, 2009, p. 40).

A estocagem é o momento da guarda do material no estoque. Deve-se estar atento aos seguintes padrões no momento de estocagem: certificar-se de que o documento de entrada do material foi lançado no sistema; e alocar o material corretamente conforme determinado quando da elaboração do leiaute.

Para fazer um planejamento correto do estoque, antes de mais nada é preciso fazer uma classificação dos materiais de acordo com sua importância e valor para a empresa. Para isso usamos um método chamado curva ABC ou gráfico de Pareto (PAOLESCHI, 2009, p. 36).

Faz-se necessário lembrar que “a movimentação dos materiais no estoque somente pode ser feita por pessoas devidamente autorizadas e a entrada e saída sempre acompanhadas da documentação necessária” (PAOLESCHI, 2009, p. 41).

A gestão de estoques deve priorizar o menor custo possível sem a ocorrência de falta de materiais. Para obter um resultado positivo, é preciso a elaboração de alguns controles e a aplicação de indicadores de controle que garantam a acuracidade do estoque (PAOLESCHI, 2009, p. 41).

São quatro os principais métodos de movimentação e avaliação do estoque, os quais devem ser aplicados sempre que um material do almoxarifado é requisitado e/ou embarcado. Estão listados a seguir:

- First In First Out (FIFO): primeiro a entrar primeiro a sair (PEPS);
- First Exhaust First Out (FEFO): primeiro que vence primeiro que sai;
- Last In First Out (LIFO): último a entrar primeiro a sair (UEPS); e
- Preço médio ou média ponderada móvel.

Os funcionários do almoxarifado devem ter capacidade de elaborar e conhecer algumas ferramentas de controle de estoque, como:

- Conhecer o saldo existente de materiais;
- Conhecer todos os tipos de documentos que passam pelo almoxarifado;
- Identificar as embalagens adequadas a cada tipo de material;
- Saber elaborar o gráfico de Pareto ou curva ABC;
- Identificar a localização dos materiais no estoque;
- Saber os métodos de conferência de medidas por equipamentos de medição;
- Saber o peso líquido de cada item estocado;
- Definir o lote mínimo de cada item por embalagem;
- Saber o peso do lote mínimo com a embalagem;
- Definir os itens com unitização da carga;
- Ter conhecimento do arranjo físico;
- Ter conhecimento do que se pretende estocar para dimensionar a área a ser utilizada;
- Organizar o almoxarifado por quadra, rua, prateleira, gaveta, geladeira;
- Verificar se o ambiente necessita de climatização;
- Definir o tipo de equipamento que será utilizado para a movimentação dos materiais;
- Identificar os materiais em processo de separação;
- Identificar os materiais em processo de fabricação;
- Identificar matérias sem movimentação, para que se evite a obsolescência;
- Acompanhar periodicamente os materiais com data de validade;

- Emitir lista crítica de materiais;
- Solicitar compras; e
- Elaborar indicadores de resultados. (DIAS, 1993; LOPES; SOUZA; MORAES, 2006; PAOLESCHI, 2009).

2.2.4 Planejamento do recebimento

Entende-se que o recebimento é “a porta de entrada da empresa para que os fornecedores possam realizar suas entregas conforme os pedidos recebidos” (PAOLESCHI, 2009, p. 67).

Deve-se ter um controle rígido de pessoas ao recebimento, fazendo com que a entrada só seja permitida por pessoas autorizadas e somente nos locais em que a presença da mesma seja necessária.

“As atividades do recebimento abrangem a recepção do material na entrega pelo fornecedor, a entrada física nos estoques e no sistema” (PAOLESCHI, 2009, p. 68). Após o recebimento, deve-se fazer a conferência física, onde serão verificados os dados constantes do pedido e da nota fiscal dos materiais recebidos.

O recebimento de materiais é a área do almoxarifado que trabalha integrada com as áreas de contabilidade, compras, PCP e transporte, e é o elo de integração entre o atendimento do pedido pelo fornecedor e os estoques físicos e contábeis (PAOLESCHI, 2009, p. 68).

Reporta que o recebimento é compreendido em quatro fases, são elas: 1ª fase, entrada de materiais; 2ª fase, conferência quantitativa; 3ª fase, conferência qualitativa; e 4ª fase, regularização. A 1ª fase representa o início de processo de recebimento, que tem como propósito efetuar a recepção dos veículos, proceder à triagem da documentação, encaminhá-los para a descarga e cadastrar os dados pertinentes no sistema. A 2ª fase é a atividade que verifica a quantidade declarada pelo fornecedor na nota fiscal. Já a 3ª fase conhecida também como inspeção técnica, visa garantir a adequação do material ao fim do que se destina. Por último e a fase de regularização que se processa por meio da documentação dos diversos segmentos do sistema de recebimento, pela confirmação da conferência quantitativa e qualitativa, pelos laudos da inspeção técnica e pela confrontação dos dados do pedido contra a nota fiscal. (DIAS, 1993; LOPES; SOUZA; MORAES, 2006; PAOLESCHI, 2009).

2.2.5 Sistema de inventário

Os sistemas de inventário são “importantes ferramentas para manter a acuracidade dos estoques e dar confiabilidade aos números informados aos setores de suprimentos, vendas, programação e contabilidade” (PAOLESCHI, 2009, p. 107).

“O inventário físico consiste na contagem física dos itens de estoque. Caso haja diferenças entre o inventário físico e os registros do controle de estoques, devem ser feitos os ajustes conforme recomendações contábeis e tributárias” (MARTINS; ALT, 2009, p. 199).

Há várias alternativas de procedimentos para inventários, cada uma mais ajustada às diferentes necessidades, recursos e exigências existentes. São elas:

- **Inventário geral:** processo de contagem física de todos os itens em poder da empresa. Pode ser programado periodicamente, habitualmente no fechamento contábil do exercício.
- **Inventário permanente:** processo periódico de inventário, onde todos os itens distintos mantidos em estoque (SKU), pelo menos uma vez no ano, são contados.
- **Inventário rotativo:** também chamado contagem cíclica, é uma variação de inventário permanente, onde se faz a recontagem física contínua dos itens em estoque a uma frequência pré-determinada (semanal ou diária), organizadas em ciclos e períodos, que são dimensionados em função da quantidade e das categorias dos itens envolvidos. É feita uma reconciliação dos registros das transações dos itens divergentes, procurando identificar e remover as causas das divergências.
- **Inventário gratuito:** implementação nas organizações praticantes do inventário rotativo, de técnicas para incremento da produtividade do processo, por exemplo, aproveitamento de procedimentos de apanhe ou acesso aos itens, ao identificar um saldo zerado ou troca de número de lotes; utilização da ociosidade da mão-de-obra no depósito.
- **Inventário por grupo de itens:** uma parcela específica dos itens em estoque é focalizada, por apresentar alguma característica especial.

•**Inventário por amostra:** serve para o reconhecimento parcial da situação inferindo que a parte representa o todo. Vale-se de uma abordagem estatística, usada principalmente em procedimentos de auditoria.

•**Inventário por posição física:** por intermédio da tecnologia da informação, faz - se contagem por endereço, abonando as contagens de posições não acessadas.

•**Inventário por lote:** através dos recursos de identificação e rastreamento informatizados, faz-se o acompanhamento não apenas do consumo dos itens, como também dos respectivos lotes de fabricação.

Em qualquer processo de inventário o nível de organização é um fator determinante para a produtividade e para o processo de inventário geral, algumas especificações técnicas devem ser respeitadas, tais como:

•*Envolver todos os itens, de forma simultânea, em todas as unidades da empresa;*

•*Ter inventariantes devidamente capacitados e processos auditados por terceiros;*

•*É desejável que tenha contagem eletrônica – automatizada com coletores de código de barras;*

•*Utilização dos recursos requeridos, para se ter bons resultados. Na produtividade do processo, a tecnologia da informação pode auxiliar de forma significativa;*

•*Ter uma evolução tranquila, sem surpresas e a prova de falhas no processo do inventário.*

“Uma estratégia que pode ser interessante consiste em atribuir os processos de inventários para empresas especializadas, cujo resultado e produtividade viabiliza a operação expressa” (GASNIER, 2002, p. 110).

Outro ponto extremamente relevante é o planejamento e controle do processo de inventário, já que, tal processo envolve custos significativos e exige muito empenho dos envolvidos.

Nesse sentido, todo o processo deve ser preparado antecipadamente e comunicado adequadamente. É preciso elaborar organograma (relacionando todas as

peças e respectivos departamentos, responsáveis por cada atividade do inventário), cronograma (estabelecendo todas as atividades do processo, desde os preparativos, passando pela execução e terminando no encerramento, incluindo datas e designações de responsabilidades), cartilhas, agendar eventos para divulgar a importância e os detalhes, definir os relatórios operacionais e gerenciais, incluir workshops para promover a participação, etc. O treinamento para habilitar as pessoas e instrumentos de motivação também é essencial.

Quanto ao inventário rotativo salienta que é uma prática usual entre empresas bem organizadas e são diversas as suas vantagens:

- No processo e no ajuste, os almoxarifes tornam-se especialistas;
- Elevação da qualidade através do feedback imediato (causas são identificadas mais rapidamente);
- Ações preventivas são tomadas;
- São reduzidos os erros;
- Os custos são distribuídos (gratuitos até), sem grandes esforços;
- Ocorre constante aumento da produtividade (todos participam);
- Continuidade operacional do atendimento;
- Contínuo aprimoramento da acuracidade. (DIAS, 1993; GASNIER, 2002; LOPES; SOUZA; MARTINS; ALT, 2009; MORAES, 2006; PAOLESCHI, 2009).

2.2.6 Armazenamento

O armazenamento de materiais é um aspecto de fundamental importância no almoxarifado. Nesse sentido tem-se:

A influência dos equipamentos e sistemas de armazenagem na produtividade pode ser observada em todas as suas frentes. Um método adequado para estocar matéria-prima, peças em processamento e produtos acabados permite diminuir os custos de operação, melhorar a qualidade dos produtos e acelerar o ritmo dos trabalhos. Além disso, provoca diminuição nos acidentes de trabalho, redução no desgaste dos demais equipamentos de movimentação e menor número de problemas de administração. (DIAS, 1993, p. 135).

O sistema de almoxarifado precisa adaptar-se às condições específicas da armazenagem e organização, levando em consideração a natureza do material movimentado e armazenado.

O estado físico insere-se nas categorias: gases, líquidos e sólidos. Todavia, há classificações mais detalhadas que cobrem diferentes condições. Por exemplo, os gases são divididos em produtos de baixa e alta pressão e dentro de uma dessas categorias ainda são ponderados outros fatores, como poder corrosivo, cheiro, cor, etc.

As características físicas e químicas do material desempenham também papel muito importante na escolha dos métodos para manuseio e estocagem. Por exemplo, gases devem ser manipulados em contenedores adequados e resistentes à pressão, quando sua utilização em sistemas contínuos não é satisfatória. Líquidos são contidos e transportados em sistemas compatíveis com sua utilização econômica. Sólidos são manuseados de maneiras diversas, dependendo do tipo de produção e das vantagens e inconvenientes dos sistemas tradicionais. (DIAS, 1993, p. 136).

A definição de técnicas para a guarda de materiais é imprescindível para um adequado processo de armazenagem. As maneiras mais comuns de estocagem de materiais são:

- Caixas: adequadas para itens de pequenas dimensões;
- Prateleiras: de madeira ou perfis metálicos, destinam-se a peças maiores ou para apoio de gavetas ou caixas padronizadas;
- Racks: de madeira ou aço estrutural, acomodam especialmente peças longas e estreitas, como tubos, vergalhões, barras, tiras, etc.
- Empilhamento: é uma variante na armazenagem de caixas e certos produtos, onde se diminui a necessidade de divisões nas prateleiras ou forma-se uma espécie de prateleira por si só. Esse tipo de arranjo aproveita o máximo do espaço vertical.

A atividade de armazenagem está associada com a guarda de recursos de materiais. Fundamenta-se no funcionamento direto com a movimentação de recursos por ruas, estruturas de armazenagem, seus níveis, “boxes” e entrega aos consumidores finais.

Sendo assim, conforme o mesmo autor, o trabalho de armazenagem inicia-se com a movimentação horizontal e vertical de mercadorias por estruturas de armazenagem, como os porta-peletes, cantilever, dinâmica, entre outras. “o estudo da adoção de estruturas devem ser correlacionados com o tipo de recurso de material estocado, por exemplo, se possuem periculosidade ou são perecíveis, bem como os itens de movimentação interna” (TADEU, 2010, p. 251).

A atividade de armazenagem está relacionada com o ressuprimento de estoques, do qual as empresas devem utilizar técnicas adequadas de administração de materiais por meio da gestão por categorias, para calcular, com precisão, os níveis de estoque máximo, médio, mínimo, quantidade a ser comprada, estoque virtual, encomendas, lote econômico de compras e evitando ponto de ruptura (TADEU, 2010, p. 251).

Ao se tratar de administração de materiais aborda que o primeiro passo é realizar um estudo sobre previsão da demanda e capacidade instalada, em seguida, verificar a necessidade de utilizar códigos de barra para facilitar e agilizar a movimentação de recursos e, o último passo é empacotar os recursos materiais, de forma a facilitar a movimentação dos volumes, em detrimento à movimentação fracionada de materiais. (DIAS, 1993; LOPES; SOUZA; MORAES, 2006; PAOLESCHI, 2009; TADEU, 2010).

2.2.7 Equipamentos de proteção individual (EPI's)

Os equipamentos de proteção individual (EPI's) “são fornecidos pelas empresas, cumprindo as normas reguladoras da legislação brasileira, como a NR – 06 e a NR – 17” (PAOLESCHI, 2009, p. 147).

Considera-se equipamento de proteção individual - EPI, “todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho” (NR 6, Portaria 3.214/78).

A NR 6 dispõe de uma lista de EPI's. São exemplos: capacete, óculos para proteção dos olhos, protetor auditivo, respiradores, dentre outros.

O adequado fornecimento por parte da empresa implica em treinar os funcionários sobre a maneira correta de se utilizar os EPI's e orientá-los sobre os benefícios do uso. (PAOLESCHI, 2009).

Já a NR -17 trata da ergonomia. Esta norma reguladora tem em sua concepção:

[...] visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. As condições de trabalho incluem aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais, ao mobiliário, aos equipamentos e às condições ambientais do posto de trabalho e à própria organização do trabalho (NR 17, Portaria nº 3.214/78).

2.2.8 Previsão de demanda

“Administração da demanda é a função de reconhecer e administrar todas as demandas de produtos” (ARNOLD, 1999, p. 230).

Ocorre a curto, médio e longo prazo. A longo prazo, as projeções de demanda são necessárias para o planejamento estratégico de elementos como as instalações. A de médio, o propósito da administração da demanda é projetar a demanda agregada para o planejamento da produção. A curto prazo, a administração da demanda é necessária para cada item que está associada ao MPS (master production scheduling) (ARNOLD, 1999, p. 230).

“O plano estratégico de negócio está relacionado com os mercados gerais e com a orientação da economia. Seu propósito é prover um tempo de planejamento para as mudanças lentas” (ARNOLD, 1999, p. 231). O planejamento de produção, conforme Arnold (1999), prevê os itens necessários para a atividade da produção, tais como orçamentos, planejamento de mão-de-obra, lead time, itens de suprimento e níveis gerais de estoques. No MPS, as previsões são feitas para itens individuais.

As previsões baseiam-se em dados históricos que são manipulados, com a utilização de especialistas ou de alguma técnica estatística. Para obter bons dados o mesmo autor aborda princípios como registrar os dados nos mesmos termos exigidos pela previsão, registrar as circunstâncias relativas aos dados e registrar a demanda separadamente para grupos de clientes diferentes.

“A previsão da demanda é, um processo racional de busca de informações acerca do valor das futuras de um item ou de um conjunto de itens” (MOREIRA, 2011, p. 293). A previsão da demanda estabelece a estimativa dos produtos acabados comercializados pela empresa e define quais, quanto e quando os produtos serão comprados pelos clientes. “Administração da demanda é a função de reconhecer e administrar todas as demandas de produtos” (ARNOLD, 1999, p. 230).

Ocorre a curto, médio e longo prazo. A longo prazo, as projeções de demanda são necessárias para o planejamento estratégico de elementos como as instalações. A de médio, o propósito da administração da demanda é projetar a demanda agregada para o planejamento da produção. A curto prazo, a administração da demanda é necessária para cada item que está associada ao MPS (master production scheduling) (ARNOLD, 1999, p. 230).

Os métodos de previsão são classificados em qualitativo e quantitativo. Os Métodos qualitativos são baseados no julgamento e experiências de pessoas que possam, por suas próprias características e conhecimentos, emitir opiniões sobre

eventos futuros de interesse. Já os quantitativos são aqueles que utilizam modelos matemáticos para se chegar aos valores previstos.

Para calcular a previsão da demanda são utilizados os seguintes métodos:

- Método do último período: consiste em utilizar como previsão para o período seguinte o valor ocorrido no período anterior;
- Método da média ponderada: nesse método, a previsão para o próximo período é obtida calculando-se a média dos valores de consumo nos n períodos anteriores;
- Método da média móvel ponderada: é uma variação do modelo da média ponderada em que os valores dos períodos mais próximos recebem peso maior que os valores correspondentes aos períodos mais atuais;
- Método da média com ponderação exponencial: esse modelo procura prever o consumo apenas com a sua tendência geral, eliminando a reação exagerada dos valores aleatórios, ou seja, ele atribui parte da diferença entre o consumo atual e o previsto a uma mudança de tendência e o restante a causas aleatórias;
- Método dos mínimos quadrados: esse método determina a melhor linha de ajuste que passa mais perto de todos os dados coletados, ou seja, é a linha de melhor ajuste que minimiza as distâncias entre cada ponto de consumo levantado.

As previsões baseiam-se em dados históricos que são manipulados, com a utilização de especialistas ou de alguma técnica estatística. Para obter bons dados, o referido autor aborda princípios de como registrar os dados nos mesmos termos exigidos pela previsão, registrar as circunstâncias relativas aos dados e registrar a demanda separadamente para grupos de clientes diferentes. (ARNOLD, 1999; DIAS, 1993; MOREIRA, 2011).

2.2.9 Estoque de segurança

O tempo de reposição de itens do estoque, assim como o seu consumo médio mensal pode variar e muito de item pra item ou de época para época. Diante

desse dilema, visando amortecer os efeitos dessas variações, as empresas têm buscado solução mantendo estoques de segurança.

O estoque de segurança é “a quantidade minimizada possível capaz de suportar um tempo de ressurgimento superior ao programado ou um consumo desproporcional” (VIANA, 2000, p.150).

Sua finalidade maior seria fazer com que a empresa mantenha um fluxo regular de produção apesar das incertezas presentes nos processos de demanda e fornecimento. Os estoques de segurança “diminuem os riscos do não atendimento das solicitações dos clientes internos e externos” (MARTINS; ALT,2000, p.201).

O nível do estoque de segurança deve obedecer a rigorosos critérios de escolha, uma vez que sua quantidade resulta na imobilização de capital em estoque. (MARTINS; ALT, 2000; TÓFOLI, 2008; VIANA, 2000).

Diante disso, sua quantidade pode ser calculada da seguinte maneira:

$$\mathbf{ES = K \times TR \times CMM}$$

ES = Estoque de segurança K = Fator de segurança

TR = Tempo de ressurgimento CMM = Consumo médio mensal

Esse cálculo leva em conta os desvios que ocorrem entre os consumos que foram realizados e os que eram estimados, o prazo médio de reposição e o nível de atendimento fixado pela organização. A partir podemos como calcular o ponto de ressurgimento:

$$\mathbf{PR = D \times T}$$

D = demanda diária média T = duração média do ciclo de atividades.

E para as situações em que o grau de incerteza é maior, pode-se complementar a fórmula:

$$\mathbf{PR = D \times T + ES}$$

Onde: ES é estoque de segurança.

2.2.10 Recebimento

“O recebimento é a porta de entrada para movimentação dos estoques, que deve ser realizada com absoluto rigor, para evitar futuros problemas de controle de estoque, na análise fiscal e até mesmo de inventário” (TADEU, 2010, p. 249).

Dessa forma o grupo consiste no recebimento fiscal, no qual limita-se a analisar a nota fiscal de recebimento de fornecedores e a controlá-la com a ordem de compra interna emitida pela empresa compradora e, a posteriori, no físico.

Na possibilidade de divergência entre a nota fiscal do fornecedor com a ordem de compra, deve ser emitida uma nota fiscal de devolução parcial ou total, de forma a evitar problemas fiscais, de movimentação e com inventários futuros.

Quanto ao recebimento físico, ele é subdividido em quantitativo e qualitativo. O processo inicia-se com a verificação da quantidade de itens recebidos correspondente ao registro contido na nota fiscal de entrada e de ordem de compra. (LOPES; SOUZA; MORAES, 2006; TADEU, 2010).

2.2.11 Expedição

“A área de expedição é o local de guarda dos produtos acabados, de materiais que serão devolvidos, enviados para beneficiamento ou alguma finalidade específica” (PAOLESCHI, 2009, p. 78).

Nessa etapa, devem ser executados os processos de conferência física, logo após a separação, evitando o envio de materiais errados, extraviado ou danificados, reduzindo os custos da logística reversa, e, o processo fiscal, com a emissão da nota fiscal e o envio das mercadorias para os consumidores.

Quanto a entrada e saída de produtos acabados, a entrada na expedição é feita através de documento de transferência interna emitido por programação e controle da produção ou por nota fiscal. Já a saída dos materiais só pode ser expedida mediante a nota fiscal. (PAOLESCHI, 2009; TADEU, 2010).

3. METODOLOGIA

O presente estudo é do tipo exploratório. Segundo Gil (2002), o mesmo tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Foram analisados dados primários e secundários. Os dados primários segundo Duarte e Furtado (2002), são aqueles que se obtêm através de algum tipo de trabalho junto às pessoas, utilizando técnicas de entrevistas, questionários e observação, cujos dados são levantados e organizados pelo pesquisador sem a interpretação ou releitura de terceiros. Já os dados secundários são “aqueles já coletados que se encontram organizados em arquivos, banco de dados, anuários estatísticos, publicações etc.” (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 106).

O método de procedimento é o estudo de caso, também chamado método monográfico. Esse método “consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.90). O uso dessa metodologia torna-se essencial, na medida em que o enfoque de um único caso pode ser analisado, permitindo que este seja examinado quando o investigador possui recursos limitados para a pesquisa.

O objeto de estudo foi a gestão dos almoxarifados, tendo como unidades de análise os almoxarifados de duas organizações públicas e duas privadas situadas na cidade de Montes Claros - MG. No que tange às unidades públicas, uma pertence ao setor hospitalar e outra instituição de ensino. Por sua vez, relacionado às empresas privadas, uma faz parte do setor agroindustrial que trabalha com produção e comercialização de sementes forrageiras e outra do setor de distribuição de equipamentos eletrônicos. As unidades de observação da pesquisa concentraram-se nos processos, nos funcionários e gestores de tais almoxarifados.

Utilizou-se como técnica de coleta de dados a entrevista estruturada, que “é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são pré-determinadas” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 197), bem como a observação sistemática que “envolve a seleção, registros e codificação de um

conjunto de comportamentos, não necessariamente em seu ambiente natural, com o propósito de descobrir relações significativas” (DUARTE; FURTADO, 2002, p. 59).

4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nessa seção são apresentados os resultados e as análises referentes às variáveis investigadas contempladas nos objetivos geral e específicos desse artigo. Foi feita uma entrevista estruturada junto às unidades de observação visando identificar as semelhanças e diferenças dos aspectos gerenciais dos almoxarifados de instituições públicas e privadas, duas de cada.

A primeira variável investigada está relacionada à características pessoais e conhecimentos técnicos que os profissionais do almoxarifado devem possuir. Nas empresas públicas, os gestores relataram que seria necessário aos profissionais ter formação técnica. Entretanto, ficou evidenciado que os profissionais que trabalham com medicamentos, material hospitalar, alimentação, possuem conhecimento específico da área em que atuam, enquanto que na instituição de ensino o profissional não tem formação técnica. Já nas empresas privadas, o conhecimento técnico é dispensável, o enfoque se dá nas características pessoais dos profissionais, tais como: disposição para o trabalho, principalmente por envolver esforço físico por parte do funcionário; vontade de aprender a conhecer os produtos da empresa; conhecimentos básicos em informática. Sendo que em uma das empresas ainda se exige noções básicas de controle de estoques. Conforme fala de uma das unidades de observação “o perfil do trabalhador nessa área deve ser pautada, principalmente na boa vontade e esforço físico”.

Nessa variável específica percebe-se que no serviço público há a necessidade do conhecimento técnico. Todavia, não foi identificado se o profissional já ingressa com tal conhecimento ou o adquire ao desempenhar a função.

A segunda variável envolve o tempo médio de permanência do funcionário no setor. Nas instituições públicas, os profissionais do almoxarifado são efetivos, portanto, por tempo indeterminado. Nas empresas privadas, o índice de rotatividade de pessoal é mínimo. Em uma das unidades privadas, os profissionais estão lotados no setor, em média, a mais de dez anos.

A terceira questão trata-se da variável treinamento para os funcionários do setor. Todas as empresas observadas realizam treinamento. Na instituição de ensino, é feito internamente pelo próprio gestor, mostrando como é realizado o trabalho. No setor

hospitalar, verifica-se se há internamente profissionais aptos a realizarem o treinamento necessário. Caso contrário, busca-se em outros órgãos específicos de acordo com a necessidade. Em relação às empresas privadas, observou-se que no setor de distribuição, conforme fala do gestor “existe somente treinamento do software, realizados por técnicos da empresa matriz, para instruir o novo funcionário a operar o sistema de controle e movimentação do estoque”. E consoante a fala do gestor do setor agroindustrial “há treinamento feito internamente e periodicamente. E externamente realizado através de cursos de aperfeiçoamento”.

A quarta variável faz referência à obrigação profissional do almoxarife. No setor de hospitalar, evidenciou-se que seria a de gerenciar e acompanhar todo o processo do almoxarifado, bem como os procedimentos a serem desempenhados; deve-se ainda planejar o futuro. Entretanto na organização pública de ensino ficou explícito que é apenas operacional, ou seja, controlar o recebimento e a guarda de mercadorias; já que o gestor é quem dita as regras, organiza todo o processo, faz planejamento do fluxo. No setor privado de distribuição pode-se observar a seguinte fala: “os três funcionários existentes se responsabilizam pelo setor e desenvolvem as mesmas atividades, possuindo conhecimento de todo o processo, desde a armazenagem até a expedição, que é feita pelos mesmos”. Por sua vez, o gestor da agroindústria afirmou ser “coordenar o setor e especificar funções para cada funcionário”.

No que tange a organização do almoxarifado – quinta variável – na instituição de ensino, afirmou-se ter conhecimento de como deveria ser, entretanto colocam a mercadoria onde tem espaço para a mesma. Logo, na organização hospitalar se organiza por grupos/áreas, porque os diversos materiais armazenados não podem ser misturados (limpeza; órtese e prótese; medicamentos; escritório). O gestor do setor de distribuição afirmou que “os equipamentos são separados, por ‘famílias’ de produtos, ou grupos de famílias. São dispostos em prateleiras de até cinco divisões e possuem aproximadamente 2,5 mts de altura. São separados por fabricante e dentro dessa separação, são dispostos ainda por sua finalidade, exemplo, um mesmo fabricante, fornece produtos para alarmes, câmeras, antenas parabólicas, então dentro da sessão de um fabricantes os produtos são ainda divididos pelo tipo de utilização do mesmo. Não há preocupação com produtos perecíveis. A armazenagem se da de maneira vertical, porém devido ao aumento de produtos no estoque, essa configuração vem adotando uma posição mais horizontal de armazenagem”. Já no setor agroindustrial, as sementes são

armazenadas por lotes, que possuem sua identificação, as sacas são empilhadas em um local adequado e apropriado para o condicionamento das mesmas.

Na sexta variável foi abordado sobre a identificação dos itens armazenados. Destacou-se que, na instituição de ensino, por ser pública, os itens são codificados pelo sistema do estado, o processo se inicia na etapa de compras; entretanto está em processo de estruturação a metodologia de endereçamento, ruas, fileiras, prateleiras, colocadas no sistema. Da mesma forma, na organização hospitalar todos os itens são codificados pelo mesmo sistema do estado. No setor de distribuição não há uso de etiquetas para identificação, por ficarem separados por famílias de produtos, os mesmos são armazenados próximos aos produtos do mesmo fabricante, em uma sessão de produtos de mesma utilidade. Logo, na agroindústria os lotes são etiquetados, e as etiquetas possuem todas as características específicas das sementes.

Em se tratando do planejamento do estoque – sétima variável – o setor de ensino afirma depender da licitação e da disponibilidade do recurso financeiro (orçamento). Tal fato faz com que, segundo o gestor, o planejamento não seja feito de maneira adequada. No setor hospitalar, verifica-se se o estoque está baixo e através de contrato é feito o pedido; ressalta-se que a cada fim de mês analisa-se a necessidade de reposição de estoque, através de conferência no sistema, levando-se em conta o estoque de segurança. Por sua vez, na distribuidora, alguns produtos são comprados semanalmente, outros quinzenalmente e até mensalmente. Dado relativo conhecimento da demanda de cada produto, é feita uma previsão e observando-se os níveis de estoque mínimo e de segurança do almoxarifado é feito o pedido. É através do CD da matriz, que envia uma planilha para a empresa solicitando que ela preencha as quantidades de produtos que deseja para seu estoque na filial, o CD então faz a compra junto ao fabricante e após receber, faz a distribuição para as filiais. Apenas um produto é comprado diretamente do fabricante, o pedido deste é feito de acordo com o estoque mínimo também, é autorizado pela matriz a compra, mas a entrega é feita direta na filial, por questões de logística de transporte. Já no setor agroindustrial, faz-se baseado no estoque mínimo o qual é levado em consideração de mês a mês, fundamentado na estipulação levando em conta a experiência do gestor. Geralmente há a necessidade de fazer uma ordem para a área de produção para o carregamento de sementes para a distribuidora.

Aliado a essa variável de planejamento acrescentou-se que a previsão de demanda na instituição de ensino é feita consoante a fala do gestor “por volta do mês de

outubro é disparada a previsão anual de consumo. Os setores verificam as compras a serem feitas, faz-se o planejamento. O setor de compras e suprimentos verificam as necessidades para a consolidação”. Já na agroindústria, a previsão é feita de acordo com as vendas do período anterior, acrescida de 10 a 20% para o próximo ano.

Na oitava variável abordou-se os tipos de ferramentas utilizadas para controlar o estoque. O setor de ensino afirma utilizar um sistema informatizado do Estado de Minas (SIAD: Sistema Integrado de Administração de materiais e serviços), e o setor hospitalar também faz uso de um sistema do Estado além de possuir um sistema informatizado próprio. Na agroindústria, foi instalado um sistema informatizado específico para a empresa para controle de estoque e outras tarefas. Por fim, na distribuidora há o uso de um software, desenvolvido pelo programa de gerenciamento que trabalha *on-line* entre o CD e as nove filiais. Software esse que atua em outros setores da empresa, fiscal e financeiro.

A nona variável diz respeito à utilização de algum método de movimentação de estoque sendo que, somente o setor hospitalar afirmou utilizar. Dessa forma, o setor Hospitalar faz uso do FIFO (primeiro a entrar, primeiro a sair) e do FEFO (primeiro que vence, primeiro que sai). Nas demais unidades não existe critério de movimentação.

Na décima variável foi abordado se houve ocasiões que faltaram materiais no estoque e suas causas caso tenham faltado. O setor Hospitalar e a Distribuidora afirmaram que as faltas ocorridas foram por atraso de fornecedores. Já o setor de ensino afirmou haver ocasiões que faltam materiais no estoque por atraso nos processos licitatórios. A agroindústria por sua vez, possui sua produção própria, o que possibilita um planejamento prévio para atender às necessidades além do estoque de segurança não havendo, portanto, ocasiões de falta de materiais no estoque.

Na décima primeira variável foi feito o levantamento de como é feito o recebimento e a conferência dos produtos no almoxarifado. No setor hospitalar faz-se um empenho do produto, depois é feito a conferência com base na nota fiscal para saber se realmente é o produto solicitado e a quantidade devida, logo após verifica-se a validade e as especificações. Já na instituição de ensino, segundo a fala do gestor “o almoxarife recebe os produtos e faz um recebimento provisório com base na nota fiscal. Os produtos são liberados para uso, após o responsável técnico (normalmente a pessoa que solicitou o pedido e tem conhecimento específico do mesmo), fazer a conferência e o recebimento permanente”. O setor de distribuição e a agroindústria afirmaram que o recebimento é realizado inicialmente por uma planilha manual, que é repassada para o

gerente da empresa, este, por sua vez, confere a quantidade, os produtos e os valores da planilha com a nota fiscal.

Em se tratando de divergência do processo fiscal e quais atitudes são tomadas – décima segunda variável – o setor hospitalar entra em contato com o fornecedor e solicita uma nova nota fiscal. Em se tratando de produto, o mesmo faz a devolução pela falta de conformidade. Na instituição de ensino, todas as divergências estão descritas no contrato, inicialmente o fornecedor recebe uma notificação e faz a devolução da nota e das mercadorias, para serem refeita. Se o fornecedor continuar com os erros na entrega, o mesmo recebe advertência e pode ser penalizado por multas. Já na empresa de distribuição, quando há divergências o gerente faz a contagem com o almoxarife, e confirmando a diferença, o Centro de Distribuição é notificado, esse por sua vez, recebe os produtos que foram a mais do que estava na nota ou quando ao contrário, emitem uma nota com o valor real de produtos entregues. No setor de agroindústria conforme a fala do gestor “quase não há divergência na empresa, uma vez que a mesma trabalha com poucos itens, e, além disso, os produtos já vêm prontos para comercialização”.

A décima terceira variável trata-se da questão de como o inventário físico é feito e quem é o responsável. O setor hospitalar e a instituição de ensino afirmaram que ao final do ano, o governo faz um decreto informando os procedimentos a serem adotados, sendo assim, a pró-reitoria nomeia uma comissão de áreas não relacionadas, para garantir a idoneidade, que faz o levantamento e a conferência dos estoques. Na empresa de agroindústria a conferência é feita pelos almoxarifes que a realiza periodicamente e transfere os dados para o sistema. Se houver divergência será feita uma nova contagem, e somente no fim do exercício fiscal os valores são confrontados. Já no setor de distribuição, o inventário anual é de responsabilidade da matriz, porém, semanalmente o gestor faz o balanço no almoxarifado, por famílias de produtos. Os dados são armazenados no sistema de forma que, quando o CD que dispõe de um o sistema integrado, e tem o controle de entradas e saídas, ao realizar o inventário anual, o processo de torne mais rápido.

Em se tratando do inventário rotativo, como é feito e com que frequência- décima quarta variável- somente a instituição de ensino não realiza. Entretanto, segundo o gestor, está sendo discutido e previsto fazer bimestralmente. O setor hospitalar realiza a cada dois meses e somente os itens primordiais. Na agroindústria é feito

periodicamente por contagem física e o setor de distribuição faz semanalmente por famílias de produtos, sendo também realizado por contagem física.

Na décima quinta variável foi feito o questionamento acerca de quais equipamentos de proteção individual (EPI's) são utilizados e a frequência do fornecimento pela empresa. Os setores públicos investigados afirmaram não haver necessidade de uso. O setor hospitalar justificou que os funcionários não tem contato direto com os produtos, uma vez que o despacho é feito embalado. Por sua vez, a distribuidora fornece algum EPI, conforme a fala do gestor “por se tratar de produtos que não oferecem riscos aos funcionários, apenas luvas são distribuídas. A empresa não trabalha com produtos corrosivos, abrasivos, e nem esta armazenagem é feita em pilhas muito altas. A reposição é feita sempre que solicitada pelo funcionário do almoxarifado”. De modo semelhante, a agroindústria utiliza alguns EPI's, tais como máscaras, botas e luvas, sendo que as máscaras são fornecidas semanalmente aos funcionários do almoxarifado enquanto que os demais sempre que solicitado.

A décima sexta variável trata da avaliação do leiaute atual da organização em relação às necessidades que envolvem a questão dos almoxarifados, tais como, espaço para armazenagem, circulação de pessoas, máquinas e mercadorias, carga e descarga de materiais. Segundo o gestor do setor hospitalar, embora o armazenamento seja bem feito, haja utilização de paletes, os alimentos ficarem arejados, o espaço não comporta. Utilizam-se espaços em outros setores para adequar o armazenamento. Na instituição de ensino, a posição é semelhante, alegando a precariedade do leiaute, o que não comporta as condições ideais de armazenamento.

Precisa-se, assim, de constantes adaptações. Em contrapartida, na distribuidora, o gestor pontua que acerca de um ano a empresa mudou de endereço, nessa mudança, foi priorizada a questão do espaço físico disponível na nova instalação para o almoxarifado. Esse espaço agora permite a circulação de carrinhos em todo o interior, o que não acontecia antes quando os funcionários às vezes tinham que carregar o produto até um local para depois transportá-lo no carrinho. Com as mudanças, o espaço para a retirada dos equipamentos das prateleiras sem danificá-los, ficou adequado.

Há espaço para a entrada do caminhão que faz a descarga dos produtos comprados como também para o carro da empresa que faz entregas. E o local ainda possui espaço para futura ampliação da capacidade de armazenagem sem prejudicar os espaços para movimentação de pessoas e mercadorias em seu interior. Do mesmo modo,

segundo o gestor da agroindústria, o espaço físico é adequado com todas as ferramentas necessárias para a movimentação e recebimento, circulação de estoques, veículos, além de localização privilegiada com fácil acesso.

Os resultados descritos são sintetizados no quadro 1.

QUADRO 1
ALMOXARIFADOS PÚBLICOS E PRIVADOS – COMPARATIVO

ALMOXARIFADOS VARIÁVEIS	ALMOXARIFADOS PRIVADOS	ALMOXARIFADOS PÚBLICOS
Características pessoais e conhecimentos técnicos que os funcionários devem possuir	Conhecimento técnico dispensável. Enfoque nas características pessoais (porte físico), conhecimento em informática, noções básicas de controle de estoques.	Necessidade de formação técnica. Todavia apenas os do setor hospitalar possuem conhecimento específico da área em que atuam.
Tempo médio de permanência dos funcionários no setor	O índice de rotatividade de pessoal é mínimo.	Tempo indeterminado (funcionários efetivos)
Treinamento para os funcionários do setor	Feito internamente nas duas organizações e externo apenas na organização do setor agroindustrial.	Feito internamente nos dois almoxarifados. No setor hospitalar, caso haja necessidade, busca-se também o externo.
Obrigação profissional do almoxarife	No setor de distribuição os funcionários se responsabilizam pelo setor e tem conhecimento de todo o processo. Na agroindústria é coordenar o setor e especificar funções para cada funcionário.	No setor de ensino apenas operacional, o gestor é quem organiza todo o processo, faz planejamento do fluxo. No setor hospitalar é gerenciar e acompanhar todo o processo do almoxarifado e planejar o futuro.
Organização do almoxarifado	Separados por famílias de produtos ou grupos de famílias dispostos em prateleiras no setor de distribuição; e por lotes, no setor agroindustrial.	Na instituição de ensino tem conhecimento de como deveria ser, entretanto colocam a mercadoria onde tem espaço. No setor hospitalar se organiza por grupos/áreas.
Identificação dos itens armazenados	Não há etiquetas para identificação, por ficarem separados por famílias de produtos no setor de distribuição; e na agroindústria, os lotes são etiquetados, contendo as características específicas do item.	Codificados pelo sistema do estado.
Planejamento do estoque	Na distribuidora, é feita uma previsão e observando-se os níveis de estoque mínimo e de segurança é feito o pedido, através de planilha enviada pelo CD da matriz das quantidades desejadas. No setor agroindustrial, faz-se baseado no estoque mínimo o qual é levado em consideração de mês a mês, fundamentado na experiência do gestor.	Licitação e disponibilidade do recurso financeiro faz com que o planejamento na instituição de ensino não seja adequado. No setor hospitalar analisa-se no fim de cada mês a necessidade de reposição de estoque, através da conferência no sistema, levando-se em conta o estoque de segurança. De acordo a necessidade é feito o pedido através de contrato.
Tipos de ferramentas utilizadas para controlar o estoque	Sistema informatizado específico.	Sistema informatizado do estado.

(Continua)

(continuação) **QUADRO 1**
ALMOXARIFADOS PÚBLICOS E PRIVADOS – COMPARATIVO

ALMOXARIFADOS VARIÁVEIS	ALMOXARIFADOS PRIVADOS	ALMOXARIFADOS PÚBLICOS
Utilização de algum método de movimentação de estoque	Não utilizam.	Apenas o setor hospitalar utiliza. Faz uso do FIFO e do FEFO(data de validade).
Falta de materiais no estoque e suas causas	Há falta na distribuidora por atraso de fornecedor. Na agroindústria não há falta de materiais no estoque, pois possui produção própria que possibilita um planejamento prévio para atender às necessidades além do estoque de segurança.	No setor hospitalar há falta por atraso de fornecedor. As rupturas na de ensino é em função de atraso nos processos licitatórios.
Recebimento e conferência dos produtos no almoxarifado	Recebimento é realizado inicialmente por uma planilha manual, que é repassada para o gerente da empresa. Este confere a quantidade, os produtos e os valores da planilha com a nota fiscal.	No setor hospitalar faz-se um empenho do produto, depois é feita a conferência com base na nota fiscal (produto solicitado, quantidade, validade, especificações). Na instituição de ensino, o almoxarife recebe os produtos de maneira provisória com base na nota fiscal. A liberação para uso se dá após o responsável técnico fazer a conferência e o recebimento permanente.
Divergência do processo fiscal e as atitudes tomadas	Na distribuidora, confirmada a diferença o CD é notificado para receber produtos a mais ou emitir nota com valor real dos produtos entregues. Na agroindústria quase não há divergência por trabalhar com poucos itens.	O setor hospitalar entra em contato com o fornecedor e solicita uma nova nota fiscal e/ou o produto é devolvido por falta de conformidade. Na instituição de ensino o fornecedor recebe notificação e é feita devolução da nota e mercadorias para serem refeitas. Caso os erros continue há advertências e penalizações.
Inventário Periódico	Na distribuidora, o inventário anual é de responsabilidade da matriz, através dos dados armazenados no sistema integrado que dispõe. Na agroindústria, a conferência é feita pelos almoxarifes e os dados transferidos para o sistema e ao final do exercício fiscal os valores são confrontados.	Feito ao final do ano através de um decreto do governo. A pró-reitoria nomeia uma comissão de áreas não relacionadas que faz o levantamento e a conferência dos estoques.
Inventário rotativo	Feito periodicamente por contagem física (semanalmente e semestralmente).	O setor hospitalar realiza a cada dois meses e somente os itens primordiais. A instituição de ensino não realiza.
Equipamentos de proteção individual	A distribuidora fornece apenas luvas e a reposição é feita sempre que solicitada pelo funcionário. Na agroindústria utiliza-se máscaras, luvas e botas, sendo que as máscaras são fornecidas semanalmente e as demais sempre que solicitado.	Não há necessidade de uso.
Avaliação do leiaute atual da organização	Espaço físico adequado com todas as ferramentas necessárias para a movimentação e recebimento, circulação de estoques, veículos.	O espaço não é adequado. Leiaute precário. Constantes adaptações.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2013

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O almoxarifado é o local responsável pela guarda, de forma organizada e sincronizada para que os produtos possam ser disponibilizados de forma ágil sempre que solicitados. Para tal, otimizar os processos de armazenagem, organização, disposição e distribuição dos materiais leva a redução de custos, o que contribui para um melhor desempenho da organização, ressaltando que o almoxarifado não só guarda, mas também distribui.

O estudo identificou o conhecimento técnico dos gestores acerca da gestão de materiais, da identificação dos métodos e técnicas aplicados, da descrição dos processos de armazenagem e movimentação, bem como das ferramentas utilizadas nos mesmos. Identificou também o perfil dos profissionais responsáveis pelas respectivas unidades.

Nesse sentido, o estudo com o intuito de analisar a gestão de almoxarifados de organizações no setor público e privado de Montes Claros – MG trouxe a percepção da divergência entre os setores em questão. Embora, todos os profissionais responsáveis pelos almoxarifados possuam a qualificação necessária, seja na área administrativa ou contábil, compreendeu-se que no setor público, representado pelo hospital e instituição de ensino, existe o conhecimento de como deve ser em algumas áreas, por exemplo, planejamento, previsão, leiaute. Entretanto, não possuem autonomia para determinadas decisões, o que não ocorre no setor privado.

Outra questão que dificulta um planejamento e disposição dos materiais de maneira ideal no setor público é o orçamento disponibilizado para cada área. Confrontando com o setor privado que apresenta maior facilidade para desembolsar recursos financeiros.

Conclui-se, portanto que, existem semelhanças e divergências entre os métodos gerenciais dos almoxarifados. Percebeu-se que os privados adotam posturas, a princípio, mais produtivas ao passo que as públicas, fruto da burocracia, apresentam aspectos menos produtivos. Em comum, ambas necessitam de melhorias nos aspectos investigados.

Em relação ao diálogo estabelecido entre teoria e prática, o estudo conclui que, embora haja um núcleo teórico que sustenta as práticas gerenciais, parte do que recomenda a literatura não faz parte das rotinas das unidades pesquisadas, o que,

apresenta-se como uma oportunidade para as melhorias necessárias do setor investigado.

REFERÊNCIAS

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais**: uma introdução. [Trad. Celso Rimoli; Lenita R. Esteves]. São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL, Ministério do Trabalho. **NR 6** – Equipamento de proteção individual - EPI, Portaria GM nº 3.214, de 08 de junho de 1978. Publicada no DOU de 06 -07-1978. Atualização: Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010. Publicada no DOU de 08-12-2010. Disponível em:
[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812DC56F8F012DCDAD35721F50/NR-06%20\(atualizada\)%202010.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812DC56F8F012DCDAD35721F50/NR-06%20(atualizada)%202010.pdf). Acesso em: 20 Mar. 2013.

BRASIL, Ministério do Trabalho. **NR 17** – Ergonomia, Portaria GM nº 3.214, de 08 de junho de 1978. Publicada no DOU de 06 -07-1978. Atualização: Portaria SIT n.º 13, de 21 de junho de 2007. Publicada no DOU de 26-06-2007. Disponível em:
<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEFBAD7064803/nr_17.pdf>. Acesso em: 20 Mar. 2013.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

DUARTE, Simone Viana; FURTADO, Maria Sueli Viana. **Manual para elaboração de monografias e projetos de pesquisas**. 3 ed. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.

GASNIER, Daniel Georges. **A dinâmica dos estoques**: guia prático para planejamento, gestão de materiais e logística. São Paulo: IMAM, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOPES, Alexandre Souza; SOUZA, Eustáquio Rabelo de; MORAES, Márcio Ladeira de. **Gestão de Estratégia de Recursos Materiais**: um enfoque prático. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Gilberto Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2000.

_____. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. 3.ed. rev. E atualizada. São Paulo: Saraiva, 2009.

MOREIRA, Daniel Augusto. **Administração de produção e operações**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PAOLESCHI, Bruno. **Almoxarifado e gestão de estoques**. 1.ed. São Paulo: Érica, 2009.

TADEU, Hugo Ferreira Braga. **Gestão de estoques**: fundamentos, modelos matemáticos e melhores práticas aplicadas. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

TOFOLI, I; **Administração Financeira Empresarial**: Uma tratativa prática. Lins, Arte Brasil, 2008.

VIANA, João José, **Administração de Materiais**: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2000

ASSOCIAÇÃO ENTRE O VALOR ECONÔMICO AGREGADO (EVA[®]), VALOR DE MERCADO ADICIONADO (MVA[®]) E VALOR DE MERCADO DOS MAIORES BANCOS MÚLTIPLOS BRASILEIROS

Rafaela Pereira de Souza
Jéssica Célia Alves dos Santos
Ana Paula Santos Pimenta
Júlio Cezar Santos Veloso
Thaís Muniz Rodrigues
Geraldo Alemandro Leite Filho

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi averiguar, através de novas evidências, a associação entre o Valor Econômico Agregado (EVA[®]), Valor de Mercado Adicionado (MVA[®]) e Valor de Mercado dos maiores bancos múltiplos brasileiros. A coleta dos dados foi feita através do levantamento dos demonstrativos contábeis dos bancos estudados, a saber, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados e informações de mercado, utilizando-se da pesquisa documental. Coletaram-se os dados trimestrais dos três maiores bancos brasileiros: Banco do Brasil, Bradesco e ItaúUnibanco. Os dados foram selecionados no período do primeiro trimestre de 2005 ao primeiro trimestre de 2012, totalizando 27 trimestres. Foi utilizada análise descritiva e análise de correlação múltipla de Pearson. Como resultados, por meio da análise descritiva, observou-se que todos os três indicadores apresentaram médias positivas com significativa variabilidade, denotando capacidade de geração de valor de mercado bem acima do valor patrimonial (*VarBook*) dos bancos. Observaram-se coeficientes de correlação considerados de fraco, passando a moderado a forte entre o EVA[®] e o MVA[®] dos bancos analisados. O maior poder de explicação foi apresentado pelo Banco do Brasil ($r=0,7659$) no qual a variação do MVA[®] foi explicada em 58,66 % pela variação do EVA[®] no período analisado. Considerou-se que este coeficiente de determinação fora considerado moderado, uma vez que 41,34 % da variação do MVA[®] do Banco do Brasil fora explicado por outras variáveis não contempladas no modelo (coeficiente de alienação). O banco Bradesco apresentou uma correlação positiva e significativa considerada moderada ($r=0,6519$) entre o EVA[®] e o MVA[®] com um poder de explicação ou determinação de 42,51 %. O banco ItaúUnibanco, por sua vez, apresentou o menor poder de explicação com uma associação positiva baixa ($r=0,5467$) e um coeficiente de determinação de 29,89 % entre o EVA[®] e o MVA[®]. Comparando com os dados descritivos, pode-se sugerir que os bancos com os maiores valores médios de EVA[®] foram os que apresentaram os maiores indicadores de correlação e, conseqüentemente, mais significativos e mais intensos coeficientes de determinação. De uma forma geral, pode-se sugerir que houve uma associação significativa e moderada entre o EVA[®] e o MVA[®]. Destaca-se que os bancos privados, de forma contrária a análise de associação entre o EVA[®] e o MVA[®], apresentaram com um maior poder de explicação na relação EVA[®] e Valor de Mercado, denotando que os mesmos teriam uma maior capacidade de aumento de valor de mercado.

Palavras-chave: Valor Econômico Agregado (EVA[®]), Valor de Mercado Adicionado (MVA[®]), Valor de Mercado, avaliação de desempenho, bancos múltiplos.

1. INTRODUÇÃO

A evolução dos indicadores macroeconômicos do Brasil nos últimos cinco anos (2007-2012) evidenciou crescimento da economia brasileira, o que vem influenciando, positivamente, o mercado de capitais do país. Os volumes negociados na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) vêm batendo recordes ano após ano, assim como o volume de investimentos estrangeiros. Esses fatores contribuem para aumentar a liquidez da bolsa, e como consequência final, elevar o valor das ações das empresas negociadas, aumentando a geração de valor aos acionistas das mesmas.

Ainda neste contexto, percebe-se um desenvolvimento acima da média experimentado pelo setor bancário brasileiro neste período, o que se refletiu nos resultados financeiros positivos apresentados pelas instituições bancárias. Segundo Moreno (2013), a média de rentabilidade dos bancos brasileiros é 50 % maior do que a média de rentabilidade dos bancos norte americanos, segundo dados da consultoria Economática. A rentabilidade do setor bancário brasileiro está muito acima do americano, sobretudo pela diferença de taxas de juros de cada uma destas economias. A média de Retorno sobre o PL (ROE) dos bancos brasileiros no período 2011-2012 foi de 16,79 % enquanto que no mesmo período os bancos americanos tiveram um ROE médio de 9,93 %.

Tanto no Brasil quanto no exterior o desempenho dos bancos é avaliado por meio de índices considerados tradicionais, tais como os de Retorno sobre o total de ativos (lucro líquido/ total de ativos), Retorno sobre o Patrimônio Líquido (lucro líquido/patrimônio líquido), Índice Preço/Lucro (valor de mercado da ação/lucro líquido por ação), Índice Preço/Valor Patrimonial (valor de mercado da ação/patrimônio líquido por ação), Índice de Eficiência (despesas com pessoal + administrativas/resultados da Intermediação financeira – provisão para devedores duvidosos + outros resultados operacionais), dentre outros. Todos esses modelos de avaliação de desempenho tradicionais têm algumas características em comum: baseiam-se exclusivamente em dados contábeis, não incluem a exigência de rentabilidade mínima sobre o capital investido pelos acionistas e não dão tratamento algum para o risco associado à incerteza com relação aos resultados futuros.

Com o objetivo de contornar essas deficiências, os grandes bancos mundiais têm adotado modelos de avaliação de desempenho baseados em informações econômicas de mercado, além das informações contábeis, capazes de sintetizar todas as

considerações essenciais relativas à rentabilidade, risco e custo de oportunidade dos acionistas.

Uma ferramenta já utilizada pelas empresas privadas de vários segmentos da economia e que poderia avaliar o desempenho destas instituições frente a seus investidores, com base na perspectiva de valor, mercado e custo de oportunidade do capital do acionista é o EVA[®] (*Economic Value Added*)⁸⁸. Segundo Santos e Watanabe (2005), o EVA[®] é uma medida de *performance* que tem objetivo de identificar a criação de valor de uma empresa com base no lucro operacional e custo de capital. Demonstra a capacidade da empresa em gerar riquezas aos seus acionistas.

Outro importante indicador, que considera o capital investido, é o *Market Value Added* (MVA[®])⁸⁹, que mede a diferença entre o valor de mercado da empresa e o investimento de capital realizado, ou seja, o quanto de valor que a empresa agregou ao investimento em um determinado período.

Oliveira e Cunha (2005) realizaram uma pesquisa para verificar os principais indicadores financeiros dos três bancos brasileiros que obtiveram os maiores lucros líquidos tomando como base os resultados do ano de 2001. Como resultado, indicou-se a utilização do MVA como medida de avaliação financeira uma vez que é uma medida absoluta, pois, podem-se comparar empresas de diversos setores e a empresa com melhor desempenho será aquela que obtiver um maior valor de MVA.

Rajesh *et al.* apresenta um estudo feito com a tentativa de medir o aumento da *performance* financeira em 10 bancos da Índia e um rank baseado na média de seus EVA e MVA num período de 10 anos. E concluiu que as duas medidas (EVA[®] e MVA) estão tendo relativa importância para avaliar a *performance* da companhia.

A teoria assevera que quanto mais EVA a empresa gere em um período maior seria o seu MVA e, conseqüentemente, mais valorizada estaria no mercado, por agregar valor a mais no investimento de capital próprio. A existência da relação de causa e efeito entre esses dois indicadores de desempenho, o EVA e MVA, foi abordada em alguns trabalhos, tais como o de James L. Grant (1997), Stephen O'Byrne (1996) e Steven Milunovich e Albert Tsuei (1996), citados por Faria (2008).

O estudo de Carvalho (1999, p. 88) cita uma pesquisa elaborada por Hubbel junto a 476 empresas americanas, durante o período 1984-1988 e se chegou à conclusão

^{88.2} Metodologia desenvolvida por Joel Stern e G. Bennett Stewart III, fundadores da empresa norte-americana de consultoria empresarial Stern Stewart & Co.

de que o coeficiente de correlação do EVA com a variação no MVA das ações era maior do que com as demais medidas de *performance* analisadas (Retorno de Capital, Retorno sobre o Patrimônio Líquido, Crescimento dos Fluxos de Caixa etc.).

Carvalho (1999), todavia, realizou um estudo semelhante com cerca de uma centena de empresas brasileiras de capital aberto, e concluiu que, com base na amostra analisada, “o EVA não é um indicador confiável para ser relacionado com o aumento do valor de mercado da ação”.

A análise de correlação entre EVA e MVA deve-se a grande discussão da utilização destes como medida de desempenho. Sendo assim, o objetivo da pesquisa descrita neste artigo é averiguar se existe uma associação entre o EVA, MVA e valor de mercado dos 3 maiores bancos múltiplos nacionais, Banco do Brasil, Bradesco e ItauUnibanco.

Se a relação entre EVA e MVA e valor de mercado for positiva, chega-se à conclusão de que quanto mais o banco agregar valor, maiores serão o seu valor de mercado e valor de mercado adicionado, ou seja, quanto que o acionista tem de valor na ação. Ao se tornar favorável ao acionista, o banco fica mais atrativo para novos investimentos em capital próprio, melhorando o valor da ação.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Medidas de Avaliação de Desempenho Financeiro

As medidas tradicionais de desempenho são baseadas em dados contábeis, apresentam como vantagens o fato de as informações estarem disponíveis em relatórios financeiros, de serem facilmente calculadas e interpretadas (PETERSON; PETERSON, 1996).

As medidas tradicionais de avaliação de desempenho mais citadas na literatura são:

- ROI – Retorno sobre investimento: é o quociente entre o lucro e o investimento;
- ROA – Retorno sobre o ativo: é o quociente entre o lucro operacional e o ativo total. Mostra como os administradores estão utilizando os ativos;

- ROE – Retorno sobre patrimônio líquido: é o quociente entre o lucro líquido e o patrimônio líquido. Mede a rentabilidade sobre os recursos investidos pelos proprietários;
- RONA – Retorno sobre ativos líquidos: é a relação entre o lucro operacional líquido após imposto de renda (NOPAT) e o total de ativos;
- LPA – Lucro por ação: é a relação entre o lucro líquido e o número de ações da empresa;
- P/L – Índice preço/lucro: é a razão entre o preço de mercado da ação e o lucro por ação.

Martin e Petty (2004) apontam os seguintes problemas na utilização de medidas tradicionais para avaliar o desempenho das empresas: Os lucros contábeis e o fluxo de caixa não são iguais; os números contábeis não refletem o risco das operações, não consideram o custo de oportunidade do capital próprio, nem o valor do dinheiro no tempo. Além disso, as práticas contábeis variam de uma empresa para outra, influenciando os lucros relatados. Como consequência, os lucros são indicadores insuficientes para avaliação econômica e criação de valor.

Muitas empresas descobriram que medidas de desempenho diferentes das medidas tradicionais refletem melhor o desempenho e ajudam a vincular o planejamento e a tomada de decisões, mais estreitamente, com o objetivo de criar valor para os acionistas. (BCG/FGV, 1999).

2.2 Criação de valor Econômico

Uma empresa agrega valor econômico quando for capaz de produzir um retorno operacional maior que o custo de suas fontes de capital. Esse excedente de remuneração expressa um acréscimo de riqueza dos proprietários, que promove condições de valorização de mercado da empresa. (ASSAF NETO, 2012)

Floriani (2004) aponta o artigo de Merton H. Miller e Franco Modigliani intitulado “Dividend Policy, Growth and the Valuation of Shares” publicado em outubro de 1961 como sendo o fundamento das teorias atuais sobre gerenciamento de valor. Esse trabalho foi escrito com a finalidade de responder à questão sobre qual medida de valor (lucros, fluxo de caixa, dividendos ou oportunidades de investimento) o mercado realmente levava em conta para avaliar uma empresa. O eixo teórico de Miller & Modigliani (1961) mostra como e porque o fluxo de caixa descontado é predominante

na determinação do valor da empresa pelo mercado e como o executivo deve se preocupar com o resultado do fluxo de caixa descontado –o valor presente líquido (VPL) em suas decisões.

Outro importante trabalho no desenvolvimento das teorias atuais sobre geração de valor ao acionista citado por Floriani (2004) diz respeito ao comportamento organizacional e *agency costs*, estudados por Michael C. Jensen e William Meckling em artigo publicado em 1976, que trouxeram como principal contribuição ao tema a constatação de que os executivos podem facilmente se desviar dos objetivos de seus acionistas, privilegiando seus próprios interesses.

Empresas de consultoria aprimorando os conceitos fundamentais das obras de Miller & Modigliani (1961) e de Jensen & Meckling (1976) deram origem as principais correntes de pensamento atuais sobre geração de valor ao acionista. Durante a década de 1990 dois conceitos de criação de valor econômico se popularizaram: O *Economic Value Added* (EVA) e o *Market Value Added* (MVA). Como bem observa Hoji (2010), enquanto o EVA mede o resultado do passado e no curto prazo, o MVA mede o resultado do futuro e no longo prazo, mas ambos medem o valor adicionado aos proprietários.

2.3 EVA (Economic Value Added)

O EVA, medida quantitativa de desempenho, tem a função de identificar o montante de valor que foi criado ou destruído pela administração da empresa, em um determinado período. (SAURIN *et. al.*, 2000)

Segundo Thampy e Baheti (2000, p. 02) o “... EVA se tornou uma ferramenta popular e poderosa para os gestores, utilizada para medir o desempenho da empresa e orientar decisões de investimento”.

Considerado como uma das melhores medidas de desempenho interno de um banco, o EVA, citado por Bastos (1999, p.07), Stewart III (1991) afirma que:

O EVA é uma ferramenta de extrema utilidade para a gestão estratégica de capitais dos bancos. Tem a capacidade de resumir as oportunidades de negócios, bem como os riscos a elas associados, e servir como indicador único de desempenho econômico do banco, em torno do qual os esforços de todas as unidades vão se aglutinar. Serve de base única para Avaliação de Desempenho, Planejamento da Estrutura de Capitais e Programas de Remuneração Variável. Com ele, o banco passa a contar com uma linguagem homogênea, facilitadora do processo de planejamento estratégico, pois proporciona melhor entendimento das oportunidades de negócios.

2.4 MVA (Market Value Added)

Segundo Assaf Neto (2012) a medida de valor agregado pelo mercado MVA (market value added) reflete a expressão monetária da riqueza gerada aos proprietários de capital determinado pela capacidade operacional da empresa em produzir resultados superiores a seu custo de oportunidade. Sendo assim se a empresa gerar um retorno que supere as expectativas mínimas dos proprietários de capital, então ela estará gerando riqueza aos seus acionistas.

O valor total de uma empresa pode ser determinado pelo produto do preço de mercado de suas ações e a quantidade em circulação, mais o valor de mercado de seus passivos.

O MVA de uma empresa é determinado essencialmente pela qualidade de sua gestão, pela correta avaliação das estratégias financeiras implementadas. O desempenho do MVA para o analista fornece indicações relevantes do sucesso do empreendimento, refletindo como a gestão da empresa irá contribuir para a formação da riqueza dos proprietários. (ASSAF NETO, 2001, pág 243)

2.5 Valor de Mercado

O valor de mercado de uma empresa é representado pela cotação das suas ações em bolsa de valores, multiplicada pelo número total de ações que compõem seu capital. Para o cálculo adequado do valor de mercado, deveriam ser consideradas as cotações de mercado em bolsa de cada tipo de ação (ordinárias e preferenciais) e ponderadas pelas quantidades de cada tipo no capital da empresa. Entretanto, na maioria dos casos, não há negócios com os dois tipos em bolsa de valores, motivo pelo qual é frequente utilizar-se como referência a cotação da ação mais líquida (com mais negócios em Bolsa) e efetuar a multiplicação pelo número total de ações. (NEVES JUNIOR, LIMA, LIMA, 2011).

3. METODOLOGIA

Utilizou-se da pesquisa descritiva, pois descreveu indicadores de avaliação de desempenho econômico de três grandes bancos brasileiros.

De acordo com Fonseca e Ribas (2008, p.06) “pesquisa descritiva descreve uma realidade tal como esta se apresenta, conhecendo-a e interpretando-a por meio da observação, do registro e da análise dos fatos ou fenômenos (variáveis)”. A pesquisa descritiva tem o objetivo de descobrir uma nova percepção acerca de um fenômeno.

A coleta dos dados foi feita através do levantamento dos demonstrativos contábeis dos bancos estudados, a saber, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados e informações de mercado, utilizando-se da pesquisa documental. Coletaram-se os dados trimestrais da amostra, no caso, o Banco do Brasil, Bradesco e ItaúUnibanco, que foram escolhidos por serem os três maiores bancos brasileiros. Os dados foram selecionados no período do primeiro trimestre de 2005 ao primeiro trimestre de 2012, totalizando 27 trimestres.

Ainda segundo Fonseca e Ribas (2008, p.06) “a pesquisa documental é aquela em que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não. São compiladas em estatísticas, cartas, contratos, fotografias, filmes, mapas etc.”. No caso da pesquisa em questão, os documentos foram os demonstrativos contábeis dos bancos.

A amostragem foi intencional e o universo foi definido como todos os bancos brasileiros. Segundo Lakatos (2006) “universo é o conjunto de seres animados ou inanimados que representam pelo menos uma característica em comum. Amostra é uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo”.

Samara (2007) cita que “as amostras não probabilísticas são selecionadas por critérios subjetivos do pesquisador, de acordo com sua experiência e com os objetivos do estudo”.

Avaliou-se a influência de indicadores econômicos, em especial o EVA no MVA e no valor de Mercado dos bancos. A seguir, descrevem-se as variáveis da pesquisa e suas respectivas definições operacionais:

$$1) \text{EVA} = \text{Lucro Operacional Líquido} - (\text{PL} \times \text{Custo de PL})$$

EVA = Economic Value Added

PL = Patrimônio Líquido

Custo de PL = Custo do Patrimônio Líquido

$$\text{Custo do PL} = \text{CAPM} = \text{CDI}_{\text{trim}} + \beta \times (\text{INFC}_{\text{trim}} - \text{CDI}_{\text{trim}})$$

CAPM = Modelo de Precificação de Ativos de Capital

CDI_{trim} = Certificado de Depósito Interbancário (trimestral)

β = Medida de avaliação de risco de cada banco

IFNC_{trim} = Índice BM&FBOVESPA Financeiro

$$2) \text{ MVA} = \text{EVA} / \text{WACC}$$

MVA = Market Value Added

WACC = Custo Médio Ponderado de Capital

$$\text{WACC} = \sum_{j=1} W_j \times K_j$$

W_j = Percentual do custo de capital em relação ao total

K_j = Custo de Capital

Ou

$$\text{WACC} = \left(\frac{\text{Cap. Próprio}}{\text{Cap. Terceiros} + \text{CP}} \times \text{Custo CP} \right) + \left(\frac{\text{Cap. Terceiros}}{\text{CP} + \text{Cap. Terceiros}} \times \text{Custo Cap. Terceiros} \right) \times (1 - \text{Alíquota de IR})$$

CP= Capital Próprio

IR = Imposto de Renda

$$3) \text{ VM} = \text{MVA} + \text{PL}$$

VM = Valor de Mercado

PL = Patrimônio Líquido

A estatística descritiva e análise de correlação de Pearson foram os métodos utilizados para análise dos dados e consecutiva obtenção dos resultados.

O método estatístico admite a variação de causas, que não são constantes, e as registram com objetivo de determinar as influências das mesmas no resultado final.

A estatística descritiva pode ser resumida em: coleta de dados, crítica dos dados, apresentação dos dados, tabelas e gráficos, e análise.

A correlação de Pearson descreve a correlação linear dos dados de duas variáveis aleatórias, o coeficiente de correlação (r) estará no intervalo de -1 a 1. Será *positivo* quando os dados apresentarem correlação linear positiva; será *negativo* quando os dados apresentarem correlação linear negativa. Essa correlação varia entre positiva forte e negativa forte. (BARBETTA, 2010)

O cálculo do coeficiente de correlação de Pearson é dado pela fórmula:

$$r = \frac{n \sum (x_i \cdot y_i) - (\sum [x_i])(\sum [y_i])}{\sqrt{n \sum x_i^2 - (\sum [x_i])^2} \cdot \sqrt{n \sum y_i^2 - (\sum [y_i])^2}}$$

Para o cálculo do coeficiente de correlação, adota-se como pressuposto que os dados analisados devem estar normalizados, como essa afirmativa divergia do presente trabalho, utilizou-se a logaritmização dos dados para normalizá-los.

A seguir, apresentam-se os resultados e discussão.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Descritiva

O objetivo desta análise foi demonstrar as características descritivas dos dados referentes ao cálculo das variáveis econômico-financeiras, a saber, EVA, MVA e VM dos três maiores bancos brasileiros, Banco do Brasil, Banco Bradesco e ItauUnibanco, compreendendo os períodos do 1º trimestre de 2005 ao 1º trimestre de 2012, totalizando 27 períodos, conforme dados apresentados na tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Principais dados dos bancos pesquisados no período 2005-2012

Banco do Brasil			
	EVA	MVA	VM
Média	1.322.337,20	4.128.750,08	34.769.767,45
Desvio padrão	2.266.677,57	66.147.654,90	70.502.755,01
CV	171,4%	1602,1%	202,8%
Mínimo	- 1.640.719,53	- 303.257.409,62	- 280.951.990,62
Máximo	9.629.664,68	83.617.209,06	132.185.404,21
Contagem	27,00	27,00	27,00
Bradesco			
	EVA	MVA	VM
Média	1.304.517,28	13.074.159,24	46.785.209,91
Desvio padrão	3.558.424,61	69.618.847,96	72.272.446,84
CV	272,8%	532,5%	154,5%
Mínimo	- 2.577.957,53	- 244.290.838,57	- 216.776.314,57
Máximo	15.919.091,33	140.650.469,42	174.361.387,42
Contagem	27,00	27,00	27,00
ItauUnibanco			
	EVA	MVA	VM
Média	880.518,70	3.575.279,19	37.814.954,51
Desvio padrão	3.237.191,59	77.095.721,84	80.698.715,26
CV	367,6%	-2156,4%	213,4%
Mínimo	- 4.014.534,14	- 348.330.712,70	- 320.136.175,70
Máximo	12.807.377,23	85.900.019,58	150.967.665,58
Contagem	27,00	27,00	27,00

Fonte: Elaborado a partir de dados da BOVESPA.

Observou-se que a média geral do EVA dos três bancos foi positiva demonstrando um coeficiente de variação alto, o que denotou períodos de destruição de valor, por apresentarem valores mínimos negativos. O período analisado possui uma significativa variabilidade na média.

O MVA dos bancos apresentou valor médio positivo, com uma significativa variabilidade. Denotou que, apesar de os bancos terem momentos de EVA negativo, o valor de mercado adicionado se mostrou positivo, demonstrando capacidade de geração de valor de mercado bem acima do valor patrimonial (VarBook) dos bancos. Destacam-se nesta temática o banco Bradesco com uma capacidade de 100 vezes de MVA sobre o EVA e o Banco do Brasil com uma capacidade de MVA de 31 vezes sobre o EVA.

O valor de mercado se apresentou com média positiva e menor variabilidade, se comparado às outras duas medidas de valor estudadas (EVA e MVA). Apesar de o ItauUnibanco ter apresentado o menor valor médio de EVA e MVA entre

os bancos analisados, foi o que demonstrou maior relação Valor de Mercado/EVA, 42,94 vezes, enquanto que o Bradesco apresentou 35,86 vezes e o Banco do Brasil 26,29 vezes.

Análise de correlação

Verificou-se a associação entre as três variáveis (EVA, MVA e VM) por meio de uma matriz de correlação de cada banco (Banco do Brasil, Banco Bradesco e ItauUnibanco), compreendendo os períodos do 1º trimestre de 2005 ao 1º trimestre de 2012 (27 períodos), conforme dados apresentados na tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Matriz de correlação

Banco do Brasil			
	<i>EVA</i>	<i>MVA</i>	<i>VM</i>
<i>EVA</i>	1		
<i>MVA</i>	0,765898	1	
<i>VM</i>	0,654329	0,976599	1
Bradesco			
	<i>EVA</i>	<i>MVA</i>	<i>VM</i>
<i>EVA</i>	1		
<i>MVA</i>	0,65198349	1	
<i>VM</i>	0,7658332	0,969987	1
ItauUnibanco			
	<i>EVA</i>	<i>MVA</i>	<i>VM</i>
<i>EVA</i>	1		
<i>MVA</i>	0,5467632	1	
<i>VM</i>	0,77133498	0,9344501	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observaram-se coeficientes de correlação considerados de fraco, passando de moderado a forte entre o EVA e o MVA dos bancos analisados. O maior poder de explicação foi apresentado pelo Banco do Brasil ($r=0,7659$) no qual a variação do MVA foi explicada em 58,66 % pela variação do EVA no período analisado. Considerou-se que este coeficiente de determinação fora considerado moderado, uma vez que 41,34 % da variação do Valor de Mercado Adicionado (MVA) do Banco do Brasil fora explicado por outras variáveis não contempladas no modelo (coeficiente de alienação). O banco Bradesco apresentou uma correlação positiva e significativa considerada moderada ($r=0,6519$) entre o EVA e o MVA com um poder de explicação ou

determinação de 42,51 %. O ItauUnibanco, por sua vez, apresentou o menor poder de explicação com uma associação positiva baixa ($r=0,5467$) e um coeficiente de determinação de 29,89 % entre o EVA e o MVA. Comparando com os dados descritivos, pode-se sugerir que os bancos com os maiores valores médios de EVA foram os que apresentaram os maiores indicadores de correlação e, conseqüentemente, mais significativos e mais intensos coeficientes de determinação. De uma forma geral, pode-se propor que houve uma associação significativa e moderada entre o valor de mercado adicionado e o valor econômico agregado, confirmando a teoria e corroborando os autores. Como, por exemplo, um estudo de caso realizado por Pinto e Machado-Santos (2010), que analisou e aferiu a correlação entre EVA e o MVA num grupo empresarial cotado na NYSE Euronext, confirmou a associação entre estes dois indicadores, existindo uma relação estatisticamente significativa entre os mesmos.

Com os resultados da matriz de correlação, verificou-se também a associação entre o EVA e o Valor de Mercado dos bancos. De forma contrária à abordagem da relação entre o EVA e o MVA, os resultados foram considerados de moderado a forte. O maior poder de explicação entre o EVA e o Valor de Mercado foi observado nos dados do ItauUnibanco ($r=0,7713$) com um coeficiente de determinação de 59,50 %. O banco Bradesco apresentou correlação positiva e significativa moderada a forte ($r=0,7658$) com um poder de explicação de 58,65 % e o Banco do Brasil apresentou correlação moderada positiva e significativa ($r=0,6543$) com o mais baixo poder de explicação entre os bancos analisados, 42,81 %. Destaca-se que os bancos privados, de forma contrária a análise de associação entre o EVA e o MVA, apresentaram com um maior poder de explicação na relação EVA e Valor de Mercado, denotando que os mesmos teriam uma maior capacidade de aumento de valor de mercado, uma vez que apresentaram as maiores médias de valor de mercado, conforme dados da Tabela 1, anteriormente apresentada. Assim, pode-se sugerir que os bancos privados teriam uma maior relação entre a geração de resultado econômico e valorização de mercado. Tais resultados corroboraram ou validaram o trabalho de Cerqueira *et. al.* (2009) que apresenta as relações entre esses indicadores no Brasil, e afirma que o mercado parece reagir bem à geração de valor pelas empresas, o que se reflete na reavaliação de suas ações e de seu valor de mercado.

Verificou-se ainda a associação entre o MVA e o Valor de Mercado dos bancos, onde houve correlações positivas e significativas consideradas fortes com alto poder de explicação. Tais resultados já eram esperados, uma vez que o MVA compõe o

Valor de Mercado das empresas, juntamente com o PL e as dívidas a valor de mercado. O maior poder de explicação entre o MVA e o Valor de Mercado foi do Banco do Brasil ($r=0,9766$; determinação de 95,37%), seguido pelo Banco Bradesco ($r=0,9699$; determinação de 94,09%) e pelo ItauUnibanco ($r=0,9344$; determinação de 87,32%). Assim, com base nos resultados acima descritos, confirmou-se a assertiva teórica que o valor de mercado adicionado tem relevante participação no valor de mercado das empresas, no caso, dos bancos.

De uma forma geral, os resultados das associações entre as medidas de valor e medidas de mercado dos bancos analisados seguiram as tendências e os resultados esperados, uma vez que foram fornecidas significativas evidências que o EVA esteve associado ao MVA e ao valor de mercado dos três maiores bancos brasileiros, no período analisado.

5. CONCLUSÃO

Esse trabalho teve como objetivo averiguar a associação entre o EVA, MVA e Valor de Mercado dos maiores bancos múltiplos brasileiros. Com base na análise descritiva, observou-se que a média geral do EVA dos três bancos foi positiva demonstrando um coeficiente de variação alto, o que denotou períodos de destruição de valor, por apresentarem valores mínimos negativos. Em relação ao MVA, os bancos apresentaram valor médio positivo, com uma significativa variabilidade, demonstrando capacidade de geração de valor de mercado bem acima do valor patrimonial (VarBook) dos bancos. O valor de mercado se apresentou com média positiva e menor variabilidade, se comparado às outras duas medidas de valor estudadas (EVA e MVA).

Observaram-se coeficientes de correlação considerados de fraco, passando de moderado a forte entre o EVA e o MVA dos bancos analisados. Comparando com os dados descritivos, pode-se sugerir que os bancos com os maiores valores médios de EVA foram os que apresentaram os maiores indicadores de correlação e, conseqüentemente, mais significativos e mais intensos coeficientes de determinação. De uma forma geral, pode-se concluir que houve uma associação significativa e moderada entre o valor de mercado adicionado e o valor econômico agregado.

Com os resultados da matriz de correlação, verificou-se também a associação entre o EVA e o Valor de Mercado dos bancos. De forma contrária à abordagem da relação entre o EVA e o MVA, os resultados foram considerados de

moderado a forte. Assim, pode-se concluir que os bancos privados teriam uma maior relação entre a geração de resultado econômico e valorização de mercado.

Concluiu-se que houve correlação positiva e significativa considerada forte entre o MVA e o Valor de Mercado dos bancos, com alto poder de explicação. Tais resultados já eram esperados, uma vez que o MVA compõe o Valor de Mercado das empresas, juntamente com o PL e as dívidas a valor de mercado.

Como limitação da pesquisa, destaca-se o reduzido tamanho da amostra em apenas três bancos brasileiros. Sugere-se, para estudos futuros, aumentar o tamanho amostral utilizando todos os bancos brasileiros a fim de investigar a relação entre o Valor Econômico Agregado, Valor de Mercado Adicionado e Criação de Valor ao Acionista.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2001. p.243.
BASTOS, N. T.(1998). Avaliação de desempenho de bancos brasileiros baseada em criação de valor econômico. **Revista de Administração**, São Paulo v.34, n.3, julho/setembro 1999.

BCG/FGV. **O desafio da geração de riqueza para o acionista**. São Paulo: BCG, 1998.

BARBETTA, Pedro Alberto; et. al.. **Estatística: para cursos de engenharia e informática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BOVESPA – Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. **Ibovespa**. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

CARVALHO, E.L. **A relação entre o EVA® (Economic Value Added) e o valor das ações na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) – Departamento de Ciências Contábeis da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

CERQUEIRA, José Eloy Araújo; SOARES, Tufi Machado; DAVID, Marcus Vinícius. **Novas evidências sobre a relação entre a geração de valor ao acionista e o valor de mercado das ações: uma análise em painel comparando o Eva® e o MVA® no**

mercado brasileiro. 2009. Pesquisa Operacional para o Desenvolvimento, disponível em:

<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Hj536UKGwL4J:www.podesenvolvimento.org.br/inicio/index.php%3Fjournal%3Dpodesenvolvimento%26page%3Darticle%26op%3Ddownload%26path%255B%255D%3D12%26path%255B%255D%3D25+%&cd=10&hl=pt&ct=clnk&gl=br&client=firefox-a>> Acesso em: 04 jun. 2013.

FARIA, Jose Anisio Fernandes (2008). **EVA: o caso Sul Africano (2002-2006)**. Tese não publicada. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ISCTE. Escola de Gestão, Lisboa. Disponível em: <<http://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/1151/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O.pdf>> Acesso em: 13/03/2013.

FLORIANI, F. **Estudo da Correlação do EVA[®] com a Geração de Valor ao Acionista na Petropar S/A: Um Caso Clínico.** 2004. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração de Empresas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. p. 16-19.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária: Matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial** / Masakazu Hoji. – 8. ed. – 2. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria e Marina de Andrade Marconi. *Técnicas de pesquisa.* 6^a Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTIN, J. D.; PETTY, J. W. **Gestão baseada em valor: a resposta das empresas à revolução dos acionistas.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

MORENO, Felipe. **Bancos brasileiros são 50% mais rentáveis que norte-americanos; Bradesco lidera** – InfoMoney. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/mercados/acoes-e-indices/noticia/2722876/bancos-brasileiros-sao-mais-rentaveis-que-norte-americanos-bradesco-lidera>> Acesso em 03 jun. 2013.

NEVES JÚNIOR, Idalberto José Das; LIMA, Rômulo Rosa de; LIMA, Thays Rosa de. **Valor da Empresa e Sua Relação com a Estrutura de Capital, Rentabilidade: um Estudo Empírico das 1000 Empresas Melhores Listadas na Revista Exame.** VIII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – 2011. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/artigos11/25114225.pdf>> Acesso em 04 jun. 2013

OLIVEIRA, Jair de; CUNHA, Fernando Rafael. **Análise financeira de três grandes bancos brasileiros: conclusões a partir dos métodos EVA e MVA.** In: Seminários em administração - SemeAd, 8., 2005, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: SemeAd, 2005. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/8semead/resultado/trabalhosPDF/358.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2013.

PETERSON, P. P.; PETERSON, D. R. **Performance de empresas e medidas de valor adicionado**. Virgínia: Fundação de Pesquisa do Instituto de Analistas Financeiros

PINTO, Teresa da Cunha; MACHADO-SANTOS, Carlos. (2010). **Análise e aferição da correlação entre Valor Econômico Acrescentado e o Valor de Mercado Adicionado num grupo empresarial cotado na NYSE Euronext**. Cuadernos de Contabilidad, Bogotá, Colômbia, v. 12, nº 31, p. 441-454.

PINTO, Teresa Manuela da Cunha Pereira. **Uma Análise Da Correlação Entre Eva[®] E Mva[®] No Contexto Das Empresas Portuguesas Cotadas Em Bolsa: O Caso Do Grupo MOTA-ENGIL, SGPS, SA**. Universidade De Trás-Os-Montes E Alto Douro, Vila Real, 2010.

RAJESH et al. **An Empirical Study on EVA and MVA Approach**. International Journal of Marketing, Financial Services & Management Research. Vol.1 No. 3, March 2012, ISSN 2277 3622.

RIBAS, Cíntia Cargnin Cavalheiro; FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Manual De Metodologia Opet**. Curitiba, 2008. Disponível em:
<http://www.opet.com.br/biblioteca/PDF's/MANUAL_DE_MET_Jun_2011.pdf>Acesso em:30/04/2013.

SAMARA, Beatriz Santos. *Pesquisa de marketing: conceitos e metodologia*. 4ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

SANTOS, José Odálio dos; WATANABE, Roberto. **Uma análise da correlação entre o EVA e o MVA no contexto das empresas brasileiras da capital aberto**. Caderno de pesquisa em administração, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 19-32, jan./mar. 2005.

SAURIN, Valter; *et. al.* **O estudo do desempenho econômico de empresas estatais privatizadas com base no MVA e no EVA**. Caderno de pesquisas em Administração, São Paulo, v. 1, nº11, 1º trim./2000.

CIDADANIA NO CÁRCERE: HUMANIZANDO A VIDA CARCERÁRIA NO VALE DO GORUTUBA/MG⁹⁰

Cynara Silde Mesquita Veloso⁹¹

Edilene Santos Silva⁹²

Eliana de Araújo Vieira⁹³

Luiz de Oliveira Filho⁹⁴

RESUMO

Este artigo é fruto do Projeto de Pesquisa intitulado Cidadania no Cárcere: humanizando a vida carcerária no Vale do Gorutuba e foi desenvolvido por professores e acadêmicos do Curso de Direito, Serviço Social e Administração da Faculdade do Vale do Gorutuba/FAVAG, no período de 2010 a 2013. O projeto teve por escopo investigar a situação sócio-jurídica dos encarcerados e apontar propostas alternativas para a humanização da vida carcerária no Vale do Gorutuba. Na realização da pesquisa utilizaram-se a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo com abordagem quanti-qualitativa.⁹⁵ Sendo que dos cento e vinte e oito encarcerados, foram entrevistados vinte e nove presos, o que representa 23% da população carcerária. Também foram analisados os processos criminais dos presos pesquisados. A pesquisa confirmou a hipótese de trabalho de que a população carcerária de Janaúba possui enorme parcela de presos condenados (62,5% dos entrevistados), a maioria por crimes patrimoniais (39% dos entrevistados), com baixo grau de instrução (41% tem apenas o 1º grau incompleto), oriundos de baixas camadas sociais (38% percebiam entre R\$ 400,00 e R\$ 600,00), que deveriam estar cumprindo pena em Penitenciárias Estaduais. Por outro lado, ao contrário do que prevê a Lei de Execução Penal, possui pequena parcela de presos provisórios (25% dos entrevistados), aguardando julgamento no Presídio de Janaúba. A pesquisa aponta que os presos vivem em condições precárias nesse Presídio, que não possui infraestrutura adequada para abrigá-los e nem espaço físico para o desenvolvimento de atividades laborativas e pedagógicas. Além disso, a pesquisa aponta que superlotação é outro problema grave que precisa ser resolvido. Observou-se a necessidade de construção de estrutura adequada para abrigar os presos,

⁹⁰Artigo científico Artigo científico apresentado como resultado final do projeto Cidadania no Cárcere: humanizando a vida carcerária no vale do Gorutuba.

⁹¹Doutora em Direito Processual pela PUC Minas, Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do curso de Direito da FAVAG, da UNIMONTES e das FIPMoc. Coordenadora do Projeto Cidadania no Cárcere: humanizando a vida carcerária no Vale do Gorutuba. Advogada. Membro do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Orientadora deste artigo científico. Contato: cynarasilde@yahoo.com.br

⁹²Graduada em Filosofia, Especialização Lato *Sensu* em Docência Superior, FAVAG. Contato: edilenesantos.filosofia@hotmail.com

⁹³Assistente Social, Pós-graduada em docência de Ensino Superior, Mestre em Ciências da Educação, docente dos cursos de Serviço Social, nas faculdades FAVAG e Santo Agostinho; de pedagogia da FAVAG e de Administração do ISEIB. Coordenadora do Curso de Serviço Social da FAVAG e pesquisadora do projeto Cidadania no Cárcere: humanizando a vida carcerária no Vale do Gorutuba. Contato: eliaravieira@hotmail.com

⁹⁴Graduado em Sistema de Informação, Especialista em Tecnologia da Educação em Docência para o Ensino profissionalizante, Professor da FAVAG. Contato: luizfavag@yahoo.com.br

⁹⁵ Na realização da pesquisa, observaram-se os princípios éticos e determinações da Resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética da FUNORTE, protocolo nº 01293/10.

maiores investimentos na contratação de assistentes sociais, psicólogos e técnicos jurídicos, bem como a necessidade de desenvolvimento de atividades pedagógicas e laborativas. E, ainda, de maior abertura da Secretária de Defesa Social com os diversos movimentos da sociedade civil, com profissionais que atuam no âmbito prisional, com as universidades, por meio da participação de alunos e professores, contribuindo com a humanização da vida carcerária e com a formulação de novas propostas, que possibilitem a transformação do sistema prisional de Janaúba.

Palavras-chave: Sistema carcerário. Humanização. Presos.

ABSTRACT

*This article is the result of the Research Project entitled Citizenship in **Prision**: humanizing the prison life in the Valley of Gorutuba and was developed by teachers and students of the Law Course, Social Service Administration and the College Valley Gorutuba / FAVAG in the period 2010 to 2013. The project scope was to investigate the socio-legal point of prison and alternative proposals for the humanization of prison life in the Valley of Gorutuba. For this research we used the research literature, documentary and field research with quantitative and qualitative approach. Since one of the one hundred twenty-eight incarcerated, were interviewed twenty-nine arrested, which represents 23% of the prison population. Also analyzed the criminal prisoners surveyed. The research confirmed the hypothesis that the prison population of Frangipani has huge share of convicted prisoners (62.5% of respondents), most property crimes (39% of respondents), with low level of education (41% have only 1 degree incomplete), coming from low social classes (38% perceived between R \$ 400.00 and R \$ 600.00), who should be serving time in State Penitentiary. Moreover, contrary to the provisions of Law of Criminal Enforcement, has small amount of pretrial detainees (25% of respondents), awaiting trial at the Presidio of frangipani. The research shows that prisoners live in precarious conditions in this prison, that does not have adequate infrastructure to house them and even physical space for the development of educational and work activities. Furthermore, the research shows that overcrowding is another serious problem that needs to be solved. Observed - the need to build adequate infrastructure to house prisoners, greater investments in hiring social workers, psychologists and paralegals as well as the need for educational activities, and work. And further, greater openness of the Secretary of Defense with the various social movements of civil society, with professionals working within prison, with universities, through the participation of students and teachers, contributing to the humanization of prison life and the formulation new proposals that enable the transformation of the prison system frangipani.*

Keywords: prison system, humanization, prisoners.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo geral do trabalho era investigar a situação sociojurídica dos encarcerados no Presídio de Janaúba-PREJAN, e oferecer alternativas para a

implantação de uma política criminal fundada na valorização humana.

A necessidade da realização da pesquisa surgiu da preocupação com as denúncias formulada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em outubro de 2009, acerca da superlotação da cadeia pública de Janaúba (187 presos com capacidade para 66), do tratamento desumano aos encarcerados e das condições precárias para os agentes de segurança pública (www.durval.tech4u.com.br).

Assim, o presente projeto se organizou partindo do princípio de que os diversos profissionais que compõem a área das Ciências Humanas e Sociais da Faculdade Vale do Grotuba - FAVAG, possuem um compromisso com os usuários do sistema penal do município de Janaúba. Diante desse compromisso, academia não pode se omitir diante da tarefa de buscar propostas alternativas para o sistema penal.

O presente artigo é dividido em: Introdução, Referencial teórico, Análise e discussão dos dados, Considerações finais e Referências.

2. METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa optou-se pelas abordagens quantitativas e qualitativas. Segundo Minayo (2010), as pesquisas qualitativas e quantitativas, não se opõem, ao contrário se completam, pois a realidade abrangida por elas se interagem dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

Com relação às técnicas de pesquisas foram utilizadas as seguintes: bibliográfica, documental, observação participante e entrevistas.

A pesquisa documental, fonte de coleta de dados, foi realizada nos arquivos públicos dos órgãos envolvidos, quando foram analisados os processos criminais de vinte e três por cento (23%) dos encarcerados de Janaúba (29 presos dos cento e vinte e oito encarcerados), o que foi feito pelos alunos do curso de Direito, Serviço Social e Administração, sob a orientação dos Professores envolvidos.

A observação participante, direcionada pelos acadêmicos do curso de Serviço Social, consistiu na participação real do pesquisador com a comunidade carcerária. Observador e observado ficaram do mesmo lado, ganhando a confiança do grupo, fazendo com que o encarcerado compreendesse a importância da investigação.

E finalmente foram utilizadas entrevistas, com o objetivo principal de obtenção de informações do entrevistado. As entrevistas foram realizadas com parte da população carcerária e com os agentes que operacionalizam o sistema penal em

Janaúba. Para a seleção da população carcerária entrevistada, utilizou-se o critério intencional ou de seleção racional. RICHARDSON (1999, p. 161). Por sua vez, as entrevistas foram abordadas de forma semiestruturada, para que o entrevistado tenha a oportunidade de desenvolver sua fala na direção que achar adequada.

Foram entrevistados vinte e nove presos dos cento e vinte e oito encarcerados, escolhidos com a ajuda de funcionários, levando-se em consideração a periculosidade do crime cometido. Foram excluídos da amostra aqueles detentos que cometeram crimes de menor potencial ofensivo, e de pouco tempo de reclusão, pois estes detentos têm pouca vivência carcerária e sua contribuição seria mínima para a pesquisa. É importante salientar que em 2010, a população carcerária era de cento e noventa e oito presos. Por sua vez, quando iniciada a pesquisa de campo a população carcerária era de cento e vinte e oito presos.

Com relação aos agentes que operacionalizam o sistema, foram entrevistados, através de questionários semiestruturados um juiz, um promotor, um policial civil e um policial militar, que atua na Execução penal na Comarca de Janaúba. Ainda, foram entrevistados um representante das seguintes instituições: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Janaúba, representante do Núcleo de Prática Jurídica da FAVAG e um defensor público. O critério de escolha foi a autoridade máxima da instituição ou alguém indicado por ela.

Tendo em vista que a presente pesquisa envolveu seres humanos, os pesquisadores observaram os requisitos da Resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O sistema penal teve sua legitimação nos séculos XVIII e XIX. Essa por sua vez, era sustentada na legalidade e na visão utilitarista da pena. Com base na legalidade, o poder de punir do Estado era fundamentado na lei e pelo discurso de defesa social. Já a legitimação baseada na utilidade objetivava a proteção de bens jurídicos e atribui à pena a prevenção do delito e a ressocialização do criminoso. (ANDRADE, 1987, p. 182).

A ideologia da defesa social nasceu com a Revolução Francesa e predominou dentro do sistema penal. Segundo Baratta essa ideologia é baseada nos seguintes princípios: princípio da legitimidade, princípio do bem e do mal, princípio da

culpabilidade, princípio finalidade ou da prevenção, princípio da igualdade e princípio do interesse social.⁹⁶ (BARATTA, 1992, p. 42)

Dentre esses princípios destaca-se o do interesse social, que enfatiza que “o núcleo central dos delitos definidos nos códigos penais das nações civilizadas representa ofensa de interesses fundamentais, de condições essenciais à existência de toda a sociedade. (BARATTA, 1992, p. 42)

A partir da década de 60 começou a ocorrer uma desconstrução do sistema penal, uma vez que ele não cumpriu o seu papel, qual seja, controlar a violência e proporcionar segurança à sociedade. Em especial, não conseguiu punir e reprimir a criminalidade de forma adequada, e, em especial ressocializar o preso. (ANDRADE, 1987, P. 181)

O discurso oficial legitima o sistema penal como um sistema criado para diminuir a violência e dar segurança ao homem. Porém, Zaffaroni (1991) não acredita na legitimidade do sistema penal; ele deixa claro que a criminologia da reação social mostrou a falsidade do discurso jurídico penal. Por sua vez, Hulsman (1993), que é abolicionista destaca que o sistema penal tem servido como instrumento de dominação de classe e de exclusão.

Faz-se necessário então o desenvolvimento de uma nova compreensão do sistema penal a partir do paradigma da reação social, que oferece um conteúdo epistemológico revolucionário e que, demonstra a fragilidade do positivismo jurídico. Nesse sentido, Almeida assevera que essa concepção é adotada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura a individualização da pena e enfatiza que a lei adotará entre outras, as penas de privação ou restrição de liberdade, a perda de bens, multa, a prestação alternativa e a suspensão ou interdição de direitos. Além disso, é assegurado o respeito à integridade física e moral dos presos. (ALMEIDA, 2004, p. 117). A própria Lei de Execução Penal estabelece que a execução pena visar efetivar as disposições da sentença e proporcionar condições para a integração do condenado. Assim, além do caráter retributivo e preventivo, a pena tem também o caráter ressocializador. Porém, conforme as penas privativas de liberdade vem sendo executadas percebe-se uma grande distância entre a Lei de Execução Penal e a realidade do sistema prisional brasileiro.

Ao tratar da pena privativa de liberdade, Foucault assevera que essa é criticada por muitos doutrinadores pelos seguintes motivos:

Porque é incapaz de responder às especificidades dos crimes. Porque é desprovida de efeito sobre o público. Porque é inútil à sociedade, até nociva: é cara, mantém os condenados na ociosidade, multiplica-lhes os vícios. Porque é difícil controlar o cumprimento de uma pena dessas e corre o risco de expor os detentos às arbitrariedades de seus guardiães. Porque o trabalho de privar o homem de sua liberdade e vigiá-lo na prisão é um exercício de tirania. (FOUCAULT, 1997, p.195)

Ainda, o mesmo autor esclarece que ao invés de ressocializar os condenados, a prisão “espalha na população delinquentes perigosos.” (FOUCAULT, 1997, 223)

Para Zaffaroni, o sistema penal é uma manifestação do poder social. Ele destaca que a legitimidade do sistema penal é utópica, pois, o discurso jurídico-penal não é coerente e nem verdadeiro e não atua de acordo com a legalidade. Ainda, ele assevera a incompatibilidade do sistema penal com a ideologia dos direitos humanos. Sobre a prisão Zaffaroni destaca que ela acaba por deteriorar os condenados: “a prisão ou cadeia é uma instituição que se comporta como uma verdadeira máquina deteriorante: gera uma patologia cuja principal característica é a regressão, o que não é difícil e explicar”. (ZAFFARONI, 1998, p. 135)

Já Hulsman afirma que na realidade os castigos corporais não foram abolidos, “já que as prisões degradam o corpo”. (HULSMAN, 1997, p. 62) O autor é favorável à abolição do sistema penal, já que a tentativa de resolver os problemas da prisão e dos encarcerados não funciona. Para ele tentar mudar apenas essa última fase do processo penal é uma fase inoperante. Hulsman assevera que é preciso se situar acima, no começo, onde “são selecionadas as pessoas que se tornam detentas.” (HULSMAN, 1997, p. 93).

Mathiesen (1997) que também é abolicionista defende a abolição apenas da prisão:

Se as pessoas soubessem o quão frágil é a prisão, se elas soubessem como a prisão somente cria uma sociedade mais perigosa por produzir pessoas mais perigosas, um clima para desmantelamento das prisões começaria já, uma vez que a solução altamente repressiva falhou. A maior dificuldade no momento para a abolição das prisões é que as pessoas ainda acreditam que as prisões funcionam. (MATHIENSEN, 1997, p.227)

O minimalismo ao contrário do abolicionismo que prega a resolução de conflitos por instâncias informais propõe a aplicação de um Direito Penal mínimo. O Movimento minimalista surge a partir das propostas elaboradas principalmente por Luigi Ferrajoli e Alessandro Baratta:

O Direito Penal mínimo (minimalismo penal ou contração penal), a exemplo do abolicionismo, nega a legitimidade do sistema penal, tal como hoje funciona, mas propõe uma alternativa mínima que considere como mal necessário. (ZAFFARONI, 1991, p. 89)

Zaffaroni (1991) ao estudar o minimalismo de Ferrajoli, assevera que o objetivo da pena mínima seria evitar uma possível vingança e o disciplinarismo social (controles rígidos), mas que na realidade ela não resolve conflitos. O modelo penal mínimo seria uma alternativa frente ao abolicionismo.

Tendo em vista a deslegitimação do sistema penal, alguns autores apontam a privatização dos presídios como forma de tentar minimizar os problemas relacionados a pena privativa de liberdade. Nils Christie afirma que a privatização acaba se tornando uma indústria de controle do crime, um negócio rentável, ele aborda a privatização dos presídios nos Estados Unidos e faz alguns questionamentos sobre acerca do tema:

Nos Estados Unidos, até mesmo a pena capital é por vezes administrada por empresas privadas.
O debate geral sobre a privatização das prisões, é também da polícia, tem-se voltado para a questão ética, devem as empresas privadas ter o direito de exercer tamanho poder?
Poderão as empresas privadas fazer o sistema funcionar de forma mais barata do que o Estado?"
Até que ponto a privatização expande e transforma a capacidade de punir do Estado? (CHRISTIE, 1998, p. 98)

Porém, as prisões privadas na forma como têm sido propostas e considerando os modelos estrangeiros, em especial, o americano apresentado por Christie não seria uma solução para o sistema carcerário brasileiro, uma vez que nessas prisões há na maioria das vezes um isolamento total dos encarcerados e a privatização acaba por “incentivar a prática de crimes, já que o encarceramento passa ser um negócio lucrativo”. (CHRISTIE, 1998, p. 99)

Magalhães se posiciona contrário à privatização dos presídios, já que a privatizar significa romper com os princípios constitucionais: “[...] o espaço privado, a empresa privada, não é democrático e não pode ser, uma vez que tem proprietários que

visam lucros. Nunca o que é privado pode substituir o que é público.” (MAGALHÃES, 2009, p. 82).

Varela destaca como um dos problemas da cadeia o descumprimento do princípio da individualização da pena:

A cadeia perversa a mente do sentenciado num tanto. Construída para albergar apenas preso à espera de julgamento, a Detenção transformou-se numa prisão geral. Ao lado de ladrões primários condenados a poços menses, ali cumprem pena criminosos condenados a mais de um século. (VARELLA, 1999, p. 20)

Por sua vez, Fernandes (2000) destaca a falta de vontade política dos detentores do poder que ignoram o contexto prisional. O autor demonstra a necessidade da intervenção dos governantes e da participação dos especialistas nas áreas humanas para uma real inserção dos apenados na sociedade.

O mesmo autor salienta que “não é a pena prisional propriamente dita que faliu, mas, sim, a maneira com ela é executada, arbitrária e cruelmente, em estabelecimento de clausura nada apropriados para a ressocialização do sentenciado”. (FERNANDES, 2000, p. 20)

Diante da deslegitimação do sistema penal e da forma como as penas privativas de liberdade estão sendo aplicadas faz-se necessário pensar políticas para humanização da execução penal ou meios alternativos a pena privativa de liberdade.

A humanização da execução penal possibilita a ressocialização do condenado já que o preso conserva os direitos que não foram atingidos pela sentença. O princípio da humanização impõe o respeito à dignidade humana do preso e assegura o direito à integridade física e moral do preso, bem como o direito de não ser submetido a tratamento cruel desumano. Nesse sentido Mirabete assevera: “A humanização da execução inicia-se pela regra de não privação dos direitos do preso que não forem atingidos pela decisão judicial ou pela lei”. (MIRABETE, 2000, p. 38.)

A Constituição da República Federativa do Brasil em seu art.5,º XLIX, estabelece que “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.” O mesmo dispositivo ainda afirma que não haverá penas cruéis e que as mesmas serão cumpridas em estabelecimentos distintos, conforme a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado

O Código Penal, em seu art. 38, vem ratificar o que está disposto na ordem constitucional vigente ao mencionar que “o preso conserva todos os direitos não

atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral”.

A Lei de Execução Penal, em seu art. 41, estabelece que o preso entre outros o direito à assistência material, à saúde, jurídica, social, educacional e religiosa.

Tendo em vista, que a presente pesquisa objetiva investigar a situação sóciojurídica dos encarcerados é mister esclarecer em que consiste o direito à assistência jurídica e social. O fundamento do direito à assistência jurídica integral e gratuita encontra-se no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 134 da Constituição Federal de 1988, que estabelecem:

Art. 5º: LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV.)

Já na legislação infraconstitucional o direito à assistência jurídica encontra-se nos artigos 15 e 16 da Lei de Execução Penal e nos artigos 261 e 263 do Código de Processo Penal, os quais estabelecem que:

Art. 15. A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado.

Art. 16. As Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica nos estabelecimentos penais.

Art. 261. Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.

Art. 263. Se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz, ressalvado o seu direito de, a todo tempo, nomear outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação.

Quanto à assistência, a Lei de Execução Social esclarece:

Art. 22. A assistencial social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade.

Todavia, é de conhecimento público a dificuldade de a prisão concretizar seus objetivos e em especial cumprir as determinações constitucionais e da Lei de Execução Penal, no que diz respeito aos direitos dos presos. Embora o Art. 1º da Lei de Execução Penal mencione que o objetivo da execução penal é de proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), a taxa de reincidência no Brasil oscila entre 70 e 85%.

A partir desse alto índice de reincidência, não restam dúvidas sobre o fato de que a pena privativa de liberdade, não vem se revelando como remédio eficaz para

ressocialização do indivíduo preso. Além disso, outro problema é a superlotação do sistema carcerário.

Diante da deslegitimação do sistema penal e da forma como a pena privativa vem sendo executada, a instituições de ensino superior, que possuem uma função social, possuem um compromisso na questão penitenciária. Para tanto, conforme Sá (2007) faz-se necessário realizar um diagnóstico do cárcere e do que neles habita para, posteriormente, desenvolver um trabalho não de ressocialização, mas de reintegração social.

Assim, a presente pesquisa se justificou, já que não era permitido a Faculdade do Vale do Gortuba silenciar-se diante da situação carcerária no Presídio de Janaúba, motivo pelo qual fez-se necessário ultrapassar os limites da academia e penetrar no cárcere; ouvir os encarcerados no Presídio de Janaúba; e questionar a maneira como o sistema punitivo operacionaliza a aplicação das penas privativas de liberdade. Por fim, buscou-se oferecer alternativas para a implantação de uma política criminal fundada na valorização humana capaz promover mudanças no Sistema Carcerário de Janaúba.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 Aspectos da gestão prisional

O Presídio de Janaúba passou a ser administrado pela Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI) da Secretária de Defesa Social, em 04 de novembro de 2009. Em decorrência disso, a gestão do sistema prisional passou por significativas mudanças, já que tinha por escopo erradicar as carceragens mantidas pela Polícia Civil. A busca de eficácia na prestação de serviços tem sido objetivo da Administração Prisional em Minas Gerais, no processo de custodiar e ressocializar aqueles que estão privados da liberdade, permitindo que estes cumpram suas penas dentro das condições estabelecidas pela Lei de Execução Penal. (www.seds.gov.br)

Com o objetivo de reorganizar o sistema prisional, de acordo com a classificação dos presos, e orientar a ocupação de novas unidades, a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) implantou programa para avaliar o grau de periculosidade e o potencial de reincidência no crime de cada sentenciado, traçando o perfil dos detentos com a Comissão Técnica de Classificação - CTC. Apesar de a

implantação da Comissão Técnica de Classificação ser um avanço, por outro lado, a estrutura física do Presídio de Janaúba e a superlotação inviabilizam alcançar esses objetivos. Assim, a prisionização acaba por deteriorar o indivíduo, já que o que tem acontecido na prática no Presídio de Janaúba em nada tem relação com o discurso oficial (legitimador do sistema), que comporta a individualização da pena e a “ideologia do tratamento” e da ressocialização do preso. (GRAZIANO SOBRINHO, 2007)

A transferência da administração das carceragens de Janaúba da Polícia Civil para a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) também objetivou a implantação do programa de ressocialização dos presos, principalmente, com a oferta de estudo e trabalho. Conforme dados da Secretária de Defesa Social, atualmente, cerca de quatro mil e quinhentos presos (4.500) presos dos cinquenta e cinco mil presos (55.000) presos de Minas Gerais estão matriculados em escolas regulares, nas várias modalidades de ensino (à distância, via telecurso, educação de jovens e adultos ou presencial), por meio de um convênio com a Secretaria de Estado da Educação (SEE).(www.seds.mg.gov.br). E há uma oferta de 5.000 vagas de trabalho no sistema prisional mineiro. Porém, a pesquisa realizada no Presídio de Janaúba constatou, que no momento da realização da pesquisa de campo, essa não era a realidade daquela unidade prisional. Verificou-se que não havia oferta de trabalhos aos presos e nem espaço adequado para o desenvolvimento de atividade laborativa. Ainda, apesar de que a unidade prisional contava com uma pedagoga as atividades educativas se resumiam a leituras individuais nas celas e aplicação de provas para conclusão de ensino fundamental. É importante registrar que desde de maio de 2012, a pedagoga que atuava no presídio pediu exoneração.

As mudanças nas unidades assumidas também incluem o uso de uniforme obrigatório para os presos. Nessa nova gestão, os detentos devem passar a receber, assistência odontológica, psicológica, social, jurídica e quatro refeições diárias. Ainda, a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) objetiva gerenciar cada uma das unidades prisionais, admitindo agentes penitenciários para fazer a guarda e escolta dos presos.

Apesar de todas essas alterações na administração prisional objetivem a ressocialização do preso no Estado de Minas Gerais. Essa meta de ressocialização, não tem sido efetivada no Presídio de Janaúba, esse fato pode ser comprovado pelo alto índice de reincidência dos presos, haja vista que a pesquisa processual aponta que dos vinte e nove entrevistados, vinte e três são reincidentes. Ainda, observou que o número

de técnicos de Serviço Social, técnicos jurídicos, psicólogos é insuficiente para atender a demanda.

Assim observou-se a necessidade de maiores investimentos na contratação de técnicos para atuar no presídio. Ainda, sugere-se maior abertura da Secretária de Defesa Social com os diversos movimentos da sociedade civil, com profissionais que atuam no âmbito prisional, com as universidades, por meio da participação de alunos e professores, contribuindo com a humanização da vida carcerária e com a formulação de novas propostas e transformações para o sistema prisional do país. Ainda, verificou-se a necessidade de se construir uma estrutura adequada para alojar os presos, que estão vivendo em condições sub-humanas no presídio de Janaúba, já que a infraestrutura do Presídio é precária, sem ventilação e húmida e não possui capacidade para abrigar a população carcerária que se encontra encarcerada no Presídio de Janaúba.

Outro fato que merece ser registrado é que diante dos objetivos inovadores dessa nova gestão prisional propostos pela Secretária da Defesa Social verifica-se que houve uma dificuldade dos pesquisadores da FAVAG de penetrar no cárcere e ouvir os presos, mesmo com autorização para realização da pesquisa por parte do juiz da execução penal, do promotor de justiça e com parecer favorável do Comitê de Ética, a autorização para realização da presente pesquisa pela Secretária de Defesa Social durou cerca de um ano e meio (maio de 2010 a novembro de 2011), o que ocasionou um atraso no cronograma da pesquisa. Assim, faz-se necessário uma mudança de mentalidade por parte dos gestores prisionais e ainda uma desburocratização na análise desses pedidos de autorização para realizar pesquisas que têm por objetivo colaborar com a Secretária de Defesa Social na humanização da vida carcerária.

4. 2 Análise dos aspectos físicos do Presídio de Janaúba

Com cerca de 500 mil presos, o Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo e um sistema prisional superlotado. De acordo com os dados recentes do Departamento Penitenciário Nacional, de 2010, o Brasil tem um número de presos 66% superior à sua capacidade de abrigá-los (deficit de 198 mil). Nesse sentido, Kawaguit destaca:

Pela lei brasileira, cada preso tem que ter no mínimo seis metros quadrados de espaço (na unidade prisional). Encontramos situações em que cada um

tinha só 70 cm quadrados", disse o deputado federal Domingos Dutra (PT-MA), que foi relator da CPI do Sistema Carcerário, em 2008. (KAWAGUIT, 2012).

Por sua vez, Minas Gerais possui uma população carcerária de cerca de 55 mil (cinquenta e cinco mil) presos.

Em 2010, o Presídio de Janaúba, possuía capacidade para abrigar setenta presos e abrigava cento e noventa e oito presos e oito presas. Dos cento e noventa e oito presos, treze eram menores e trinta e oito eram presos condenados e albergados. E das oito mulheres, quatro eram presas albergadas. Essa superlotação é inconstitucional porque além de impossibilitar a individualização das penas, acaba por causa toruturas físicas e psicológicas, promiscuidade e de aumentar o risco de proliferar doenças contagiosas entre os presos.

Porém, cumpre salientar, que na época da realização da pesquisa de campo (2011), o número de presos diminuiu de cento e nove e oito para cento e vinte e oito presos, em decorrência de transferências dos presos condenados para penitenciárias. Assim, inicialmente, seriam entrevistados quarenta presos, o que representaria vinte por cento da população carcerária. Todavia, diante da alteração da população carcerária foram entrevistados vinte e nove presos, representado 23% (vinte e três por cento) da população carcerária.

Apesar de o presídio municipal de Janaúba ser administrado pela Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI), que inclusive possui em algumas localidades infraestrutura moderna, ele possui uma estrutura física inadequada para atender as necessidades carcerárias. Localizada no bairro Rio Novo, possui quase que a mesma estrutura física, de quando era cadeia, tendo apenas algumas ampliações e adequações, a partir de doações realizadas pela sociedade civil.

O Presídio possui apenas 15 celas. Observou-se que há celas para integrantes masculino, outra para os integrantes feminino, celas para os albergados e uma cela que era ocupada por dois adolescentes. Os presos de maior periculosidade ficam em celas que possuem maior segurança em um corredor escuro e com pouca ventilação. E os demais presos ficam na área denominada por eles de redondo.

As celas são pequenas, húmidas e com pouquíssima ventilação. Verificou-se que a superlotação também é um problema recorrente encontrado no presídio de Janaúba. Há celas que têm quinze presos e que tem capacidade para apenas oito presos. Outro problema observado nas celas é que não há colchão para todos os encarcerados e

mesmo quando há, tendo em vista a superlotação não há espaço para colocar os colchões nas celas. Assim, conforme acentuado por Foucault (1999) e Zaffaroni (1988) a estrutura física do Presídio não possibilita ressocializar o preso, acaba pelo contrário por formar delinquentes. Assim, a prisão acaba se tornando uma máquina de deteriorar os presos, cuja principal característica é a regressão, o que justifica o alto índice de reincidência no Presídio de Janáuba.

As limitações físicas do presídio não permitiam até o momento da realização da pesquisa de campo oferta de trabalho aos detentos. Todavia, poucos presos trabalham na limpeza das celas, porém, apenas três presos era beneficiado pelo benefício da remissão da pena nas atividades de limpeza, distribuição de alimentos e lavagem de roupas. Porém, o agente que acompanhou a visita informou que já existiam projetos em andamento para remissão pelo trabalho e um projeto pedagógico para remissão por estudar. Ainda, estava seria construída uma área para atividades laborais do preso e uma cela para visita íntima dos presos. As visitas dos familiares são realizadas no pátio, aos sábados, e cada ala tem direito a quatro horas de visita.

Os atendimentos médicos e odontológicos são realizados quinzenalmente com profissionais do SUS (Sistema Único de Saúde), os medicamentos ofertados também são fornecidos pelo serviço público de saúde, a instituição conta com uma enfermeira no quadro de funcionários, que é responsável pelos atendimentos básicos de saúde dentro do presídio.

Por fim, cumpre ressaltar que no Presídio de Janáuba existem vários problemas relacionados à sua estrutura física: as instalações não são adequadas, não existe ventilação, a iluminação é precária. Em consequência disso, também não se pode falar em respeito à integridade física e moral dos presos, em um local, em que eles vivem amontoados e dormem em cobertores, por falta de espaço físico para colocar colchões. Há ainda, o desrespeito ao princípio da individualização da pena, já que convivem na mesma cela réus primários com reincidentes. Recomenda-se que o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e a Secretaria de Defesa Social tomem medidas imediatas com relação à infra-estrutura do Presídio de Janáuba, uma vez que os presos estão vivendo em condições sub-humanas.

4.3 Análise do Perfil dos Encarcerados⁹⁷

Dos vinte e novos (29) presos entrevistados, vinte e três (23) têm entre vinte a quarenta anos e seis têm entre quarenta e cinquenta anos, vinte e três (23) são procedentes de Janaúba e seis (6) de outras cidades do Norte de Minas. Foram entrevistados vinte e três homens e seis mulheres. Assim, a população carcerária é formada em sua maioria por jovens.

Tendo em vista a faixa etária dos presos, observa-se que a maioria deles poderia estar disputando vagas no mercado de trabalho, uma vez que vinte e três (23) dos vinte e nove (29) entrevistados situam-se entre vinte e quarenta anos. Essa faixa etária é de maior produtividade. Ainda, muitos poderiam estar fazendo cursos profissionalizantes ou estudando.

Com relação à religião, vinte e sete (27) dos presos possuem religião e apenas dois (2) não possuem. O direito do preso à religião é assegurado pelos artigos 24 e 41 da Lei de Execução Penal. Assim, como a maioria dos presos declararam que possuem religião, percebeu-se a necessidade de sistematização e expansão das atividades religiosas no Presídio de Janaúba, já que a religião tem papel importante na ressocialização do preso.

A renda dos presos, no momento da prisão, era baixa, sendo que treze deles percebia entre R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e R\$ 600,00 (seiscentos reais). No momento da pesquisa, vinte e sete presos não possuíam renda e apenas dois possuíam. Por sua vez, com relação à profissão, vinte e cinco não possuem profissão.

Com relação ao grau de escolaridade apenas quatro (4) possuíam 2º grau completo e (3) possuíam 2º grau incompleto, seis (6) possuíam 1º grau completo e quatorze (14) 1º grau incompleto e um (1) analfabeto. Dos entrevistados vinte e quatro têm interesse em estudar e cinco não têm.

Desse modo, os presos ao cumprirem suas penas, não conseguem competir no mercado de trabalho e em decorrência do baixo grau de escolaridade. Esses fatores acabam por excluir o preso do mercado de trabalho e muitas vezes leva o preso à reincidência.

A pesquisa aponta que no Presídio de Janaúba as atividades laborativas realizadas pelos presos que possibilitam a remissão de suas penas era a limpeza, a

⁹⁷ Dados coletados a partir das entrevistas com os presos.

distribuição de alimentos e a lavagem de roupas pelas encarceradas. Durante a pesquisa apenas três presos trabalhavam no cárcere, correspondendo a pouco mais de um por cento (1%) da população carcerária.

A pesquisa aponta que a maioria da população carcerária é formada por pessoas jovens, por pobres de classe baixa, que possuem pouco grau de instrução já que a maioria possui 1º grau incompleto e não possuíram acesso à formação profissional. A maioria vem de famílias desestruturadas que já tiveram envolvimento com a criminalidade e com drogas. Diante desse perfil, urge que sejam oferecidas atividades pedagógicas para capacitação educacional e profissionalizante dos presos no Presídio de Janaúba. O Assistente Social e o Psicólogo também têm um papel relevante para aumentar a autoestima do preso e sua vontade de voltar e ser útil no meio social. Assim, faz-se necessário que a Secretária de Defesa Social construa espaço adequado para realização de cursos de capacitação dos presos. Além de construção de área adequada para o desenvolvimento de atividades laborativas. Ainda, sugere-se a criação de oficinas de trabalho em parceria com a iniciativa privada.

Aspectos Voltados para a Assistência Social

Para ter acesso à Assistência Social, o recluso deve ser atendido pelo assistente social. Questionou-se para os presos se já haviam sido atendidos por esse profissional e se o atendimento tinha sido satisfatório.

Os dados coletados demonstram que a maioria dos reclusos, sessenta e nove por cento (69%), teve acesso ao atendimento do assistente social e, que o atendimento foi suficiente. Isso demonstra que o Serviço Social tem desenvolvido bem sua função junto à maior parte dos reclusos.

Já, dezessete (17%) deles informaram terem sido assistidos pelo profissional, porém destes, quatorze (14%) consideraram o atendimento parcialmente suficiente e outros três (3%), consideraram insuficiente. Ressalta-se que o trabalho do assistente social no sistema prisional nem sempre atinge todos seus objetivos devido o fato de, muitas vezes, existirem certas burocracias que o dificultam. Salienta-se ser o sistema prisional de caráter público, sendo esse, muitas vezes, um espaço repleto de percalços e dificuldades para a atuação do assistente social, pois este nem sempre consegue desenvolver seu trabalho de forma satisfatória, por falta de recursos, tanto físicos quanto materiais.

Ainda, quatorze (14%) da população carcerária respondeu que não sabe ou não recebe o atendimento do assistente social. Mesmo sendo um percentual baixo, é importante que ocorra um maior “cuidado” por parte da administração do presídio e, também, do próprio assistente social no sentido de garantir o que está previsto na LEP, que a assistência social seja de acesso de todos. Além disso, é fundamental que o recluso conheça a função do Serviço Social para que possa reivindicar os direitos a ele garantidos.

Na sessão VI da LEP está prevista a Assistência Social ao preso que, além de outros aspectos, se incumbe no item VI do artigo 23, em providenciar benefícios da Previdência Social, dentre eles o Auxílio Reclusão⁹⁸, que visa beneficiar as famílias dos reclusos que realizavam trabalho formal, quando da ocorrência do delito.

Questionou-se sobre o acesso ao benefício junto aos presos e, de acordo com os dados obtidos, pode-se afirmar que a maioria das famílias dos reclusos, correspondente a setenta e dois, vírgula quatro por cento (72,4%), tem acesso ao benefício, atendendo assim o que está previsto na LEP. Ressalta-se que é o profissional do Serviço Social o responsável em providenciar esse benefício. Diante disso é possível afirmar que o assistente social tem realizado seu trabalho no sentido de possibilitar o acesso a esse direito social dos presos.

Percebe-se, entretanto, que 27,6% não têm acesso ao benefício. Essa realidade pode se dar em função de os reclusos não estarem trabalhando formalmente quando cometeram os delitos, impossibilitando o acesso ao benefício.

Salienta-se, também, que reclusos cujas famílias não recebem o benefício, informaram estar cientes de que pelo fato de não trabalharem formalmente, não têm direito ao benefício. Diante desse fato, entende-se que foram devidamente informados a respeito do não direito ao recebimento do benefício. E, normalmente essa informação é transmitida pelo profissional do Serviço Social.

No item IV da sessão VI da LEP, voltada para a Assistência Social, está prevista a intervenção do profissional do Serviço Social para que este promova, na prisão, pelos meios disponíveis, a recreação do preso. Quanto a esse aspecto, perguntou-se aos presos a respeito das atividades físicas e das visitas de parentes e amigos, que

⁹⁸O auxílio-reclusão é um benefício devido aos dependentes do segurado recolhido à prisão, durante o período em que estiver preso sob regime fechado ou semi-aberto. Não cabe concessão de auxílio-reclusão aos dependentes do segurado que estiver em livramento condicional ou cumprindo pena em regime aberto. Ministério da Previdência Social. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=22>.

além de recreação, possibilitam a socialização e contribuem para a saúde, tanto física quanto mental. Os dados demonstram que mais da metade dos reclusos não participam das atividades físicas disponibilizadas no presídio. A instituição possui somente um espaço, de certa forma pequeno, no qual os presos podem realizar atividades físicas e, segundo informações destes, a única atividade oferecida é o futebol. Sendo assim, percebe-se um limite no espaço físico institucional quanto ao oferecimento de demais atividades.

Essa realidade também dificulta a intervenção do assistente social, pois sem espaço físico adequado, torna-se impossível oferecer atividades físicas diferenciadas

Outro aspecto de grande importância para o recluso é o contato com a família e/ou com amigos. Para tanto, segundo a LEP, são necessárias as visitas, que devem acontecer em dias determinados, incluindo visitas íntimas. As visitas de parentes e amigos ocorrem semanalmente, por um período de mais de duas horas. Perguntou-se aos presos a respeito das visitas. Os dados demonstram que a maior parte dos presos recebe visitas. Porém outra parte significativa, que corresponde a 38%, recebe visitas às vezes, ou não recebe. Salienta-se quanto a importância do contato com a família e com amigos para o estímulo e reinserção do preso. Sendo assim, seria importante que o profissional do Serviço Social procurasse meios de contatar parentes e amigos dos presos, no sentido de proporcionar, na medida do possível, maior integração com o mundo externo ao do presídio que, além de estreitar laços familiares e de amizade, contribuem para a reinserção do preso na sociedade. Para tanto, seria importante também que houvesse estrutura institucional.

Porém, quanto ao direito a visitas íntimas, 100% informou não existir. Tal realidade se dá pelo fato de não haver local adequado. Entretanto, durante o período de coleta de dados, o local estava em construção. Esse fato indica que a instituição está se adequando no sentido de oferecer ao recluso mais esse direito de contato íntimo com cônjuges ou companheiras(os).

4.5 Análise de aspectos jurídicos

Além dos relatos dos presos, a pesquisa também analisou os processos criminais com o intuito de conhecer a realidade jurídica desses presos.

A pesquisa processual apontou que sessenta e sete por cento (67%) dos presos pesquisados possuem mais de três processos em tramitação.

A pesquisa também possibilitou confirmar a hipótese de trabalho de que a maioria deles foi preso em decorrência de crimes patrimoniais (39%), seguido de outros crimes (28%), de crimes contra a vida (22%) e do tráfico de drogas (11%).

Outro aspecto que foi analisado, foi o tempo que durou para que o processo fosse julgado a partir da data do crime. A pesquisa aponta que 71% dos processos demorou mais de sete anos para serem julgados. Esse fato pode ser atribuído a quantidade de processos criminais em tramitação na Comarca de Janaúba, ao número insuficiente de juízes, bem como a própria dificuldade de atuação dos defensores públicos, tendo em vista a grande demanda. Recomenda-se a realização de mutirões para julgamento dos processos criminais, bem como parceria com o Curso de Direito da FAVAG. Com relação ao tempo de condenação. Observa-se que trinta e quatro por cento (34%) foi condenado a uma pena superior a cinco anos. Dos entrevistados apenas vinte e cinco por cento (25%) eram presos provisórios. Assim, observa-se que muitos desses presos já deveriam estar cumprindo pena em penitenciárias (62,5% presos condenados), já que não são presos provisórios (Ver Gráfico 12).

Assim, a superlotação está relacionada ao descumprimento do próprio Estado de uma regra constitucional, a individualização da pena.

Um dado preocupante foi com relação aos benefícios recebidos pelos presos, haja vista que a pesquisa aponta que, oitenta e três por cento (83%) não recebeu qualquer benefício. Esse dado nos remete a necessidade de uma fiscalização mais acurada por parte do Ministério Público da execução penal, bem como a necessidade de uma assistência jurídica mais eficiente, no sentido de cobrar a efetivação dos direitos dos presos. A sugestão é que sejam designados defensores públicos para atuar de forma permanente nos presídios, a contratação de mais técnicos jurídicos e as parcerias com o Núcleo de Prática Jurídica da FAVAG.

Outro dado preocupante foi relacionado à reincidência, uma vez que oitenta e três por cento dos entrevistados são reincidentes. Assim, cabe a Secretária de Defesa Social e ao Tribunal de Justiça tomar providências para cumprir um dos objetivos primordiais da lei de execução penal, que é a ressocialização. Ainda, observa-se que um dos motivos que levou a mudança na gestão do sistema prisional foi a preocupação do Estado, no sentido de ressocializar preso e inserí-lo na sociedade, porém, observa-se a necessidade de rever de mudar desde a infraestrutura, passando pela contratação de novos técnicos psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, bem como a necessidade de formalizar parcerias com a sociedade civil e as universidades.

Após análise da pesquisa processual e das entrevistas realizadas constatou-se que alguns princípios constitucionais e preceitos da Lei de Execução Penal foram violados, levando-se a questionar a operacionalidade do sistema penal em Janaúba. Tendo por base a pesquisa realizada, destaca-se que não foram observados os seguintes preceitos: 1) individualização da pena, 2) integridade física e moral dos presos, 3) recolhimento de presos provisórios 4) exigências de higiene, iluminação, calefação e arejamento, 5) assistência jurídica, social e pedagógica adequada, 6) Duração razoável do processo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A pesquisa confirmou a hipótese de trabalho de que a população carcerária de Janaúba possui enorme parcela de presos condenados (62,5% dos entrevistados), a maioria por crimes patrimoniais (39% dos entrevistados), com baixo grau de instrução (41% tem apenas o 1º grau incompleto), oriundos de baixas camadas sociais (38% percebiam entre R\$ 400,00 e R\$ 600,00), que deveriam estar cumprindo pena em Penitenciárias Estaduais. Esses dados também demonstram a seletividade do sistema penal.

Apesar de que a partir de 2009 a Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI) da Secretária de Defesa Social assumiu a gestão do Presídio de Janaúba com inúmeras mudanças que visavam a melhoria da qualidade da vida dos encarcerados. A precária infraestrutura do Presídio aliada a superlotação não tem almejado o objetivo de ressocialização dos presos, uma vez que o índice de reincidência em Janaúba é de oitenta e três por cento (83%).

A pesquisa aponta que a humanização da vida carcerária pode ser implementada através da vontade política e de ações solidárias da sociedade, em especial, a partir da criação de projetos de extensão pelos cursos de Direito, Serviço Social, Administração, Pedagogia e Enfermagem da FAVAG para atuar no presídio de Janaúba.

Por fim, recomenda-se a criação de um projeto de extensão pela FAVAG com o objetivo de implementar ações estratégicas de implantação e consolidação da APAC em Janaúba, conforme sugerido pelos agentes que operacionalizam e pelas instituições que interferem no sistema penal de Janaúba durante as entrevistas realizadas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. PORTO ALEGRE: LIVRARIA DO ADVOGADO, 1997.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. **Seqüência**. 1995.

ANDRADE, Durval. Direitos Humanos constata a precariedade de cadeia em Janaúba. Disponível em: <http://Durval.tech4u.com.br>. Acesso em 12/12/2009.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do Direito Penal**. Tradução Juarez Cirino dos Santos. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

FERNANDES, Newton. **A falência do sistema prisional brasileiro**. São Paulo: RG, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

GRAZIANO SOBRINHO, Sérgio Francisco Carlos. **A progressão de regime no sistema prisional do Brasil: a interpretação restritiva e a vedação legal nos crimes hediondos como elemento de estigmatização do condenado**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

HULSMAN, Louk; CELIS., J.B. **Penas perdidas: o sistema penal em questão**. Tradução de Maria Lúcia Karan. Rio de Janeiro: Luam, 1993.

MATHIENSEN, Thomas. **A Caminho do século XXI – Abolição, um sonho possível? – Conversações abolicionistas**. São Paulo: IBCCRIM, 1997, v.4.

MIRABETE, Júlio Fabrii. **Comentários à Lei n. 7.20, de 11-7-84**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000, p. 38.

KAWAGUIT, Luis. Brasil tem 4º maior população carcerária do mundo e deficit de 200 mil vagas. **BBC Brasil em São Paulo**. 29/05/2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk>. Acesso em 10/02/2013.

REGIÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA 11. Plano de Metas e Ações do Acordo de Resultados ACISP 54 – jan. Abr. 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Alvino Augusto. **Criminologia clínica e psicologia criminal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL. Sistema prisional. Disponível em: <http://www.seds.mg.gov.br>

VARELLA, Drazuo. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Manual de Direito penal brasileiro: parte geral**. /Eugenio Raúl Zaffaroni, José Henrique Pierangeli. 2.ed. Revista e atualizada. São Paulo:Revista dos Tribunais, 1999 – (RT Didáticos).

ZANETIC, André. **Mensuração da criminalidade: limitações e metodologias existentes**. Disponível em: www.brasiliano.com.br. Acesso em 04/02/2004.

ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO EM MONTES CLAROS: COMPOSIÇÃO SALARIAL E ESTOQUE DE VÍNCULOS⁹⁹

COLARES, André Felipe Vieira¹⁰⁰
DUARTE, Simone Viana¹⁰¹
SINDEAUX, Roney Versiani¹⁰²

RESUMO

Ao analisar a ocupação do trabalho formal, a composição salarial, e o número de vínculos trabalhistas da economia em Montes Claros, é possibilitado estudar a estruturação da economia montesclarensense, bem como criar base de dados-trabalhados; para os gestores públicos, visando a criação e direcionamento de políticas públicas. O presente trabalho buscando esta análise considerou as classificações setoriais do IBGE (grande setor e respectivos subsetores), possibilitando uma visão geral de todos os setores. O ano utilizado como base para coleta dos dados foi o ano de 2011, último ano declarado junto ao Ministério do Trabalho (MTE). Os dados foram coletados junto à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizada pelo MTE. Optou-se por diferenciar não gestores e gestores, de forma a comparar os salários médios. Comparados os dados obtidos com a pesquisa, percebe-se o setor de serviços como o de maior importância e dinâmica, quando analisados os três principais parâmetros: a massa salarial pela qual o setor é responsável, o número de vínculos trabalhistas e o salário médio dos vínculos. Em posição oposta, o setor da Agricultura, apresenta os menores valores para os parâmetros estudados. O trabalho apresenta, ao final, uma comparação entre os salários médios encontrados no município, no estado de Minas Gerais e no Brasil. Com estas análises em mãos, percebe-se que, de forma geral, os gestores apresentam remuneração bem superior aos não gestores, as mulheres recebem salários inferiores aos apresentados pelos homens, e Montes Claros, à exceção de poucos setores, apresenta uma disparidade (negativa) em relação aos salários médios encontrados nos outros dois níveis.

Palavras chave: Ocupação do trabalho formal - Montes Claros - não gestores e gestores

⁹⁹Artigo científico, resultado do Módulo Análise de Estabelecimentos, integrante do Projeto de Pesquisa “Mercado de trabalho e gestão: estudos críticos sobre a situação e tendências em Montes Claros/MG” Aprovado pelo CEPEX Resolução nº073 CEPEX/21/03/2012 do Curso de Administração da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

¹⁰⁰ Acadêmico de graduação do 7º período do Curso de Administração da Universidade Estadual de Montes Claros.

E-mail: andreunimontes@gmail.com

¹⁰¹ Professora Mestre do curso de Administração, Orientadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração - GEPAD da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

E-mail: Simonevianaduarte@yahoo.com.br

¹⁰² Professor Doutor do curso de Administração, Coordenador/Orientador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração - GEPAD da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

E-mail: roneyvs@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve por objetivo analisar a questão da ocupação do vínculo e a massa salarial dos setores da economia em Montes Claros. Para esta análise serão consideradas as duas classificações IBGE: Grandes Setores (Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária) e SubSetores (totalizando vinte e seis subsetores dos grandes setores).

Ao apontar dados salariais de vínculos de não gestores e gestores, classificou gestores como aqueles registrados pelo Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO) como Gerentes, Dirigentes e Diretores. O ano utilizado como base para coleta dos dados foi o ano de 2011, uma vez que estes são os dados mais atualizados disponíveis. Tais dados foram coletados junto à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)¹⁰³.

Antunes (1999) aponta que a chamada “classe trabalhadora” exclui, naturalmente, os cargos superiores – considerados os gestores do capital e detentores do controle de processo de trabalho. O autor aponta que estes são os encarregados de reproduzir o capital no interior das empresas, e que para tanto, recebem elevados rendimentos.

Assim, o autor traz a mesma discussão na qual este trabalho se dispõe: é necessário compreender de forma abrangente, a classe trabalhadora – aquela que vive do trabalho, e também, os gestores, para que possa ser validada a percepção de que o mundo do trabalho vem sofrendo mutações. Dessa forma, o presente trabalho focará analisar cada um dos subsetores e as relações estoque de vínculos, massa salarial, salário médio e diferenças salariais entre vínculos e gestores, bem como, buscará realizar comparativos entre os subsetores, relacionando as variáveis trabalhadas.

RESULTADOS

Para análise dos dados, torna-se necessário primeiramente, a conceituação das variáveis neste artigo trabalhadas:

- massa salarial: é considerada como a soma de todos os valores de salário/remuneração pagos aos trabalhadores durante o ano;

¹⁰³ www.mte.gov.br

- vínculo¹⁰⁴: é considerado cada “contrato” de trabalho entre empregado e empregador, podendo um mesmo indivíduo possuir mais de um;

- salário médio: para cálculo do salário médio pago (valor não disponibilizado pelo MTE), fez-se uso do seguinte cálculo:

$$\text{Salário médio} = [\text{Massa salarial}/\text{Número de vínculos}]$$

Dessa forma, com as demais variáveis apresentadas, permitiu-se excluir em determinado momento os não gestores, podendo analisar os dados destes primeiramente, e depois, realizando o movimento inverso de excluir os gestores, permitindo uma análise dos não gestores.

A primeira análise é baseada no grande Setor Indústria, o qual é subdividido em quatorze subsetores: Extrativa Mineral; Produção Mineral não Metálico; Indústria Metalúrgica; Indústria Mecânica; Elétrico e Comunicação; Material de Transporte; Madeira e Mobiliário; Papel e Gráfica; Borracha, Fumo e Couros; Indústria Química; Indústria Têxtil; Indústria de Calçados; Alimentos e Bebidas e; Serviço de Utilidade Pública.

TABELA 1 - Composição do Setor Indústria

Subsetor da Economia	Salário Médio/Setor	Salário Médio/Trabalhador	Salário Médio/Gestor	Diferença Trabalhador x Gestor	Estoque Mão de Obra	Massa Salarial
Indústria Química	R\$ 2.222,71	R\$ 1.912,08	R\$ 11.739,75	514%	1487	R\$ 3.305.162,98
Extrativa Mineral	R\$ 1.597,27	R\$ 1.543,36	R\$ 4.149,30	169%	145	R\$ 231.604,69
Prod. Mineral Não Metálico	R\$ 1.330,96	R\$ 1.176,49	R\$ 5.788,57	392%	627	R\$ 834.514,11
Material de Transporte	R\$ 1.000,12	R\$ 987,95	R\$ 1.858,40	88%	143	R\$ 143.017,75
Indústria Têxtil	R\$ 992,46	R\$ 923,56	R\$ 5.957,60	545%	3288	R\$ 3.263.201,08
Papel e Gráfica	R\$ 955,09	R\$ 916,36	R\$ 1.917,79	109%	362	R\$ 345.743,74
Indústria Mecânica	R\$ 923,07	R\$ 896,49	R\$ 1.977,26	121%	244	R\$ 225.228,88
Serviço Utilidade Pública	R\$ 907,80	R\$ 902,44	R\$ 1.840,54	104%	175	R\$ 158.865,03
Alimentos e Bebidas	R\$ 902,63	R\$ 863,50	R\$ 1.949,10	126%	1859	R\$ 1.677.988,34
Elétrico e Comunicação	R\$ 899,25	R\$ 896,88	R\$ 1.087,64	21%	161	R\$ 144.778,89
Indústria Metalúrgica	R\$ 879,12	R\$ 860,50	R\$ 1.508,85	75%	592	R\$ 520.437,19
Madeira e Mobiliário	R\$ 838,32	R\$ 779,77	R\$ 3.370,75	332%	531	R\$ 445.149,64
Borracha, Fumo, Couros	R\$ 799,84	R\$ 776,03	R\$ 1.673,95	116%	264	R\$ 211.156,47
Indústria de Calçados	R\$ 591,17	R\$ 590,07	R\$ 600,00	2%	9	R\$ 5.320,56
Total	R\$ 1.164,37	R\$ 1.068,54	R\$ 4.936,00	362%	9887	R\$ 11.512.169,35

Fonte: RAIS/CAGED – MTE, 2011

¹⁰⁴ Para fins de manutenção dos dados junto à RAIS/CAGED, o Ministério do Trabalho considera o número de vínculos apresentado por cada empresa/instituição no momento de declaração por parte desta. Dessa forma é possibilitado que, em setores como serviços, uma mesma pessoa seja contabilizada duas vezes, já que esta pode apresentar mais de um vínculo empregatício em empresas diferentes.

O Quadro 1 aponta o subsetor Indústria Química com o maior salário médio da Indústria, com uma diferença superior à R\$600,00. O subsetor com menor salário médio é a Indústria de Calçados. Dentre os quatorze subsetores, apenas três pagam acima da média salarial do setor.

Observa-se também que a Indústria Química e a Indústria Têxtil concentram mais da metade da massa salarial e do estoque de vínculos do setor Industrial. Podem ser considerados os dois subsetores mais importantes da Indústria.

O quadro também aborda a média salarial dos vínculos e dos gestores. Na Indústria de forma geral, os gestores ganham 4,62 vezes mais do que os vínculos, gerando uma diferença média de quase R\$4.000,00. No entanto, percebe-se que entre os subsetores, alguns apresentam maiores ou menores diferenças entre as posições.

A Indústria de calçados, que conta com cerca de nove funcionários, é a que apresenta menor disparidade entre gestores e vínculos, com uma diferença de 2%. Enquanto que a Indústria Química, Indústria Têxtil, Indústria de Produtos Minerais não Metálicos e a Indústria de Madeira e Mobiliário, apresentam ganhos de gestores, no mínimo, três vezes maior que o dos vínculos, sendo os dois primeiros setores, com diferença superior a cinco vezes.

O Grande Setor da Indústria, se comparado aos demais Grandes Setores, posiciona-se como o terceiro que mais emprega (13%) e que detêm a terceira maior massa salarial (13%) dentre todos os setores.

Em nível de salário médio, a Indústria apresenta salário médio superior à média salarial do município. Quando analisado o vínculo, o setor é o terceiro que paga melhor, apesar de abaixo da média do salário do vínculo no município. No entanto, para os gestores, a Indústria é o setor que melhor paga, com salário médio quase duas vezes maior que o segundo setor com melhor pagamento.

A diferença salarial entre vínculos e gestores é a maior dentre os cinco setores; o gestor na Indústria, em média, ganha 4,62 vezes mais que o vínculo.

O segundo Grande Setor aqui estudado será a Construção Civil, que em nível de classificação IBGE não apresenta subsetores.

TABELA 2 - Composição do Setor Construção Civil

Subsetor da Economia	Salário Médio/Setor	Salário Médio/Vínculo	Salário Médio/Gestor	Diferença Vínculo x Gestor	Estoque Mão de Obra	Massa Salarial
Construção Civil	R\$ 883,16	R\$ 870,64	R\$ 2.165,79	149%	4966	R\$ 4.385.750,23
Total	R\$ 883,16	R\$ 870,64	R\$ 2.165,79	149%	4966	R\$ 4.385.750,23

Fonte: RAIS/CAGED – MTE, 2011

O Grande Setor Construção Civil mobiliza cerca de seis por cento do estoque de vínculos do município, num total de 4.966 vínculos trabalhistas. Enquanto que em participação da massa salarial do setor em relação ao total dos setores, a Construção Civil representa cinco por cento.

A Construção Civil apresenta um dos mais baixos salários médios (R\$883,16), sendo superior apenas ao do Comércio e da Agropecuária. O salário médio do vínculo acompanha a mesma tendência, sendo o terceiro menor salário dentre os cinco setores. Quando analisado o salário médio do gestor, a Construção Civil perde uma posição, sendo o quarto menor salário médio, superior apenas ao do Comércio.

A distorção salarial entre gestores e vínculos é de quase uma vez e meia maior para os gestores, a terceira maior distorção.

O terceiro Grande Setor a ser trabalhado é o Comércio, que é dividido em dois subsectores: Comércio Atacadista e Comércio Varejista.

TABELA 3 - Composição do Setor Comércio

Subsetor da Economia	Salário Médio/Setor	Salário Médio/Vínculo	Salário Médio/Gestor	Diferença Vínculo x Gestor	Estoque Mão de Obra	Massa Salarial
Comércio Atacadista	R\$ 1.055,27	R\$ 985,99	R\$ 2.265,60	130%	2881	R\$ 3.040.247,21
Comércio Varejista	R\$ 837,80	R\$ 796,37	R\$ 1.577,16	98%	20052	R\$ 16.799.526,03
Total	R\$ 865,12	R\$ 820,16	R\$ 1.665,19	103%	22933	R\$ 19.839.773,24

Fonte: RAIS/CAGED – MTE, 2011

O subsetor Comércio Varejista apresenta salário médio vinte e cinco por cento maior que o Comércio Atacadista. O salário médio do vínculo é maior cerca de vinte e três por cento, enquanto que para o gestor, a diferença é de quarenta e três por cento, ambos em favor do Comércio Atacadista.

O Comércio Atacadista apresenta assim, melhores salários médios do que o Comércio Varejista tanto em relação ao vínculo quanto ao gestor. Dentre os dois setores, a maior distorção salarial entre gestor e vínculo encontra-se no Atacadista que

apresenta salários 2,3 vezes maiores, enquanto que o Varejista apresenta salários 1,9 vezes maior.

Quando analisados o número de vínculos empregatícios, percebe-se que o subsetor Varejista apresenta maior número destes: Atacadista – 2.881 vínculos contra Varejista – 20.052 vínculos. O setor Varejista apresenta sete vezes mais vínculos empregatícios do que o setor Atacadista, e é responsável por 87% dos vínculos empregatícios do Grande Setor Comércio. O Comércio Varejista ainda apresenta uma massa salarial 5,5 vezes maior que o do Comércio Atacadista, e é responsável por 84% da massa salarial do Grande Setor Comércio.

O Grande Setor Comércio representa de forma geral 30% do número de vínculos totais estabelecidos no município, bem como é responsável por 22% da massa salarial distribuída em Montes Claros.

O setor ainda apresenta os segundos menores salário médio geral e salário médio do vínculo, e para o gestor, apresenta-se como o menor salário médio. A distorção gestor e vínculo é a segunda menor dentre os cinco grandes setores, 2,03 maior em favor dos gestores.

O quarto Grande Setor a ser trabalhado é o setor de Serviços, que segundo a classificação do IBGE é dividido em sete subsetores: Instituição Financeira; Administração Técnica Profissional; Transporte e Comunicações; Alojamento e Comunicação; Médicos, Odontológicos e Veterinários; Ensino e Administração Pública.

TABELA 4 - Composição do Setor Serviços

Subsetor da Economia	Salário Médio/ Setor	Salário Médio/ Vínculo	Salário Médio/ Gestor	Diferença Vínculo x Gestor	Estoque Mão de Obra	Massa Salarial
Instituição Financeira	R\$ 3.183,34	R\$ 3.004,43	R\$ 4.857,17	62%	932	R\$ 2.966.873,40
Ensino	R\$ 1.862,52	R\$ 1.833,13	R\$ 3.417,26	86%	4474	R\$ 8.332.909,10
Alojamento Comunicação	R\$ 1.665,37	R\$ 1.666,59	R\$ 1.627,13	-2%	8345	R\$ 13.897.511,36
Administração Pública	R\$ 1.412,37	R\$ 1.402,38	R\$ 1.984,24	41%	8733	R\$ 12.334.265,41
Médicos Odontológicos Vet	R\$ 1.224,65	R\$ 1.198,03	R\$ 2.940,81	145%	4647	R\$ 5.690.971,71
Transporte e Comunicações	R\$ 1.073,63	R\$ 1.040,84	R\$ 2.937,09	182%	3701	R\$ 3.973.501,04
Adm Técnica Profissional	R\$ 822,87	R\$ 794,75	R\$ 2.164,90	172%	7114	R\$ 5.853.868,54
Total	R\$ 1.398,04	R\$ 1.372,53	R\$ 2.495,43	82%	37946	R\$ 53.049.900,56

Fonte: RAIS/CAGED – MTE, 2011

O subsetor Instituição Financeira apresenta destaque dentre os demais. Quando analisado o salário médio, uma vez que é o maior de forma disparada (1,7 vezes maior que o segundo). Em relação ao Grande Setor de Serviços, este subsetor apresenta

ainda um salário médio 2,2 vezes maior. O subsetor concentra também os melhores salários médios tanto para vínculo quanto para gestor, e a distorção entre ambos é de 1,6.

Uma vez colocados de forma decrescente quando analisados os salários médios e os salários médios dos vínculos, os subsetores se posicionam na mesma ordem (assim como apontado na tabela). No entanto, quando analisados os salários dos gestores, a ordem apresenta alterações. Os subsetores Médicos, Odontológicos e Veterinários; Transporte e Comunicação e Administração Técnica e Profissional sobem duas posições. Administração Pública cai três posições e Alojamento e Comunicação passa a apresentar o menor salário para gestores.

O subsetor com maior distorção salarial entre gestores e vínculos é o de Transporte e Comunicação (2,82 vezes maior para o gestor) e o com menor distorção o de Alojamento e Comunicação (0,2 vezes maior para o vínculo).

Administração Pública e Alojamento e Comunicação, juntos, são responsáveis por 49,44% da massa salarial de todo o Grande Setor de Serviços, enquanto que em número de vínculos empregatícios, respondem por 45%.

O Grande Setor Serviços, de forma geral, apresenta o maior salário médio, o maior salário médio do vínculo e o terceiro maior salário médio do gestor. Apresenta também a menor distorção salarial (1,82 vezes maior em favor dos gestores). O setor ainda é responsável por 59% de toda massa salarial da cidade de Montes Claros, bem como de 49% de todos os vínculos empregatícios.

O quinto e último Grande Setor estudado é a Agropecuária, setor que segundo classificação do IBGE não possui subsetores.

TABELA 5 - Composição do Setor Agropecuária

Subsetor da Economia	Salário Médio/Setor	Salário Médio/Vínculo	Salário Médio/Gestor	Diferença Vínculo x Gestor	Estoque Mão de Obra	Massa Salarial
Agricultura	733,26	677,21	2542,04	275%	1697	R\$ 1.244.334,46
Total	733,26	677,21	2542,04	275%	1697	R\$ 1.244.334,46

Fonte: RAIS/CAGED – MTE, 2011

O setor apresenta os menores salário médio e salário médio do vínculo, no entanto, apresenta o segundo maior salário médio de gestor. Em virtude destas diferentes posições, o setor apresenta a segunda maior distorção de salários entre gestores e vínculos (3,75 vezes maior em favor dos gestores).

Além disso, dentre os cinco grandes setores, a Agropecuária é o de menor participação em número de vínculos empregatícios (2%) e em massa salarial (1%).

Após analisado o mercado de trabalho montesclareense, a massa salarial e o estoque de vínculos apresentados por cada setor, a próxima análise passa por uma comparação entre os vínculos dos gestores e dos vínculos, aprofundando na questão sexo (masculino e feminino) e suas diferenças.

Antunes (1999) aponta que em termos de números de postos ocupados, as mulheres superaram nos últimos anos, o número de homens, no entanto, quando se trata da temática salarial, a posição é contrária em termos de valores pagos, os homens recebem mais que as mulheres. “É um terreno em que a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado”. Participação essa, na qual não entraremos no mérito neste trabalho.

A TABELA 6 aponta que os subsetores da Indústria, em sua maioria, os salários médios dos gestores são o equivalente ao dobro dos salários médios apresentados pelos trabalhadores comuns. No entanto, se destaca alguns subsetores:

- Extrativa mineral: os vínculos ligados à gestão recebem quase três vezes mais;
- Produção Mineral Não Metálico: para mulheres, o salário em gestão é quatro vezes superior do que para trabalhador comum, e para os homens, o salário é cinco vezes maior;
- Elétrico e Comunicação: há pouca diferença salarial entre gestores e não gestores, inclusive, não apresenta gestor do sexo feminino;
- Madeira e mobiliário: o gestor do sexo feminino recebe quatro vezes mais que o não gestor, bem como o gestor masculino recebe acima de cinco vezes mais que o não gestor. Observa-se ainda que para não gestores, o salário médio feminino apresenta-se superior ao masculino;
- Papel e Gráfica: o gestor feminino apresenta salário médio três vezes maior frente ao não gestor. Apresenta ainda, o gestor feminino, um salário médio superior ao gestor masculino (equivalente à um salário mínimo);
- Borracha, Fumo e Couros: o gestor feminino apresenta salário médio equivalente à quase três vezes maior frente ao não gestor, e superior ainda, ao gestor do sexo masculino;

- Indústria Química: neste subsetor, observa-se para os gestores os maiores salários médios dentre os vinte e cinco subsetores estudados (R\$11.739,75). Aos não gestores, os do sexo feminino apresentam salário médio superior aos do masculino;

- Indústria Têxtil: apresenta uma peculiaridade, o gestor do sexo masculino ganha sete vezes mais que o não gestor masculino e mantém esse percentual de diferença até mesmo com os gestores do sexo feminino;

O grande setor Indústria ainda aponta como o que paga melhor os vínculos ligados a gestão, com um salário médio de R\$4.936,00, este setor paga quase cinco vezes mais aos gestores o que paga aos trabalhadores não ligados à gestão (salário médio de R\$1.068,54).

O grande setor Construção Civil apresenta para os gestores do sexo masculino, um salário médio duas vezes maior que o gestor do sexo oposto, bem como observa-se que entre gestores e não gestores do sexo masculino a diferença salarial é superior à três vezes, e para os do sexo feminino a diferença é menor que uma vez. Percebe-se ainda que para não gestores, o salário médio feminino é superior ao masculino.

O grande setor Comércio, subdividido em dois subsetores, Comércio Varejista e Atacadista, apresenta comportamentos salariais diferentes para os dois subsetores, sendo que o primeiro apresenta salários médios superiores ao segundo. O Comércio Varejista apresenta salários médios aos gestores, duas vezes maior do que aos não gestores; enquanto que o Atacadista apresenta este mesmo percentual aos gestores do sexo feminino, mas para o masculino a diferença chega a duas vezes e meia à mais.

O grande setor de Serviços, dividido em sete subsetores é apontado como um dos que apresenta menor diferença salarial entre gestores e não gestores.

O subsetor Instituição Financeira apresenta dentre os subsetores os melhores salários, tanto para gestores quanto para não gestores. O subsetor Administração Técnica Profissional apresenta salários médios aos gestores superiores aos dos não gestores em três vezes, mantida a proporção para sexo masculino e feminino.

O subsetor de Transporte e Comunicação é o único dentre os subsetores de Serviços que apresenta no geral, salários médios femininos superiores aos masculinos. O salário médio para não gestores apresenta-se três vezes menor do que o dos gestores.

O subsetor de Alojamento e Comunicação, peculiarmente, apresenta salários médios aos não gestores, superior aos dos gestores. Enquanto que o Serviços Médicos

Odontológicos e Veterinários apresenta entre gestores, masculino e feminino, uma diferença de duas vezes à favor do primeiro.

O subsetor Ensino apresenta para os gestores do sexo feminino, salários médios duas vezes maiores que os não gestores, enquanto que para o sexo masculino a proporção é próxima a tal.

De forma geral o subsetor Serviços apresenta salários médios para os gestores que não alcançam o dobro dos salários médios dos não gestores, sendo assim, o grande setor com menor diferença salarial entre os dois grupos.

O grande setor Agropecuária é o que apresenta a maior diferença salarial entre gestores, sendo superior três vezes ao sexo feminino. Os gestores do sexo feminino apresentam salário médio dez vezes maior que os não gestores. De forma geral, os vínculos do sexo feminino apresentam salários superiores aos do masculino.

Os dados aqui apresentados validam parte da teoria apresentada por Antunes (1999) quando este aponta que ao trabalho feminino tem sido reservado nichos de mercado onde o trabalho é intensivo, com níveis mais intensificados de exploração do trabalho, salvo raras exceções. Visto isso, percebe-se que parte dos salários mais baixos percebido pelas mulheres, possivelmente, deve-se a estas ocuparem cargos mais baixos, uma vez que o autor defende também, que os cargos/áreas que necessitam de um capital mais intensivo, dotadas de maior desenvolvimento tecnológico, estas permanecem reservadas aos homens. Tais ocupações, normalmente apresentam salários superiores.

TABELA 6 – Salários médios dos vínculos e gestores por subsetor

	Gestor			Vínculo			Total		
	Feminina	Masculina	Geral	Feminina	Masculina	Geral	Feminina	Masculina	Geral
01-Extrativa Mineral	4040,10	4203,89	4149,30	1351,68	1562,67	1543,36	1543,71	1603,00	1597,27
02-Prod. Mineral Não Metálico	3344,07	6045,89	5788,57	835,21	1205,85	1176,49	935,56	1365,23	1330,96
03-Indústria Metalúrgica	1268,41	1609,03	1508,85	683,73	876,60	860,50	738,89	892,91	879,12
04-Indústria Mecânica	1454,82	2081,75	1977,26	656,40	1002,72	896,49	667,19	1034,45	923,07
05-Elétrico e Comunic	-	1087,64	1087,64	826,66	909,98	896,88	826,66	912,59	899,25
06-Material de Transporte	-	1858,40	1858,40	803,97	1003,52	987,95	803,97	1016,47	1000,12
07-Madeira e Mobiliário	2368,47	3871,89	3370,75	838,99	772,46	779,77	939,28	825,22	838,32
08-Papel e Gráf	2298,11	1537,48	1917,79	716,53	976,99	916,36	842,33	991,31	955,09
09-Borracha, Fumo, Couros	1730,04	1599,16	1673,95	663,75	839,70	776,03	707,72	853,34	799,84
10-Indústria Química	10311,25	12409,37	11739,75	1943,03	1897,60	1912,08	2207,84	2229,66	2222,71
11-Indústria Têxtil	990,32	7763,88	5957,60	729,69	1034,01	923,56	732,32	1139,82	992,46
12-Indústria Calçados	-	600,00	600,00	541,81	596,96	590,07	541,81	597,34	591,17
13-Alimentos e Bebidas	1398,38	2276,91	1949,10	699,37	952,71	863,50	726,01	998,94	902,63
14-Serviço Utilidade Pública	-	1840,54	1840,54	685,32	980,47	902,44	685,32	987,13	907,80
Indústria Total	3322,60	5661,55	4936,00	926,37	1125,64	1068,54	990,52	1234,41	1164,37
15-Construção Civil	1292,45	2602,45	2165,79	904,71	868,63	870,64	926,18	880,50	883,16
Construção Civil Total	1292,45	2602,45	2165,79	904,71	868,63	870,64	926,18	880,50	883,16
16-Comércio Varejista	1358,90	1724,04	1577,16	725,37	848,62	796,37	757,36	896,72	837,80
17-Comércio Atacadista	1747,96	2509,77	2265,60	846,88	1040,18	985,99	902,22	1115,55	1055,27
Comércio Total	1399,60	1836,29	1665,19	735,91	877,74	820,16	770,05	929,88	865,12
18-Instituição Financeira	4072,12	5333,80	4857,17	2603,24	3407,53	3004,43	2712,76	3634,15	3183,34
19-Adm Técnica Profissional	1802,55	2498,64	2164,90	693,06	894,93	794,75	715,07	928,91	822,87
20-Transporte e Comunicações	2644,57	3079,96	2937,09	1017,37	1044,73	1040,84	1080,89	1072,39	1073,63
21-Aloj Comunic	1395,40	1804,90	1627,13	1563,53	1817,56	1666,59	1559,70	1817,02	1665,37
22-Médicos Odontológicos Vet	2274,61	4331,16	2940,81	1042,29	1493,62	1198,03	1061,72	1534,36	1224,65
23-Ensino	3106,64	3803,44	3417,26	1611,30	2101,76	1833,13	1639,36	2132,89	1862,52
24-Administração Pública	1951,29	2225,83	1984,24	1314,37	1523,15	1402,38	1330,87	1526,63	1412,37
Serviço Total	2129,82	2919,68	2495,43	1280,54	1475,31	1372,53	1300,17	1507,48	1398,04
25-Agricultura	6110,62	2066,23	2542,04	651,79	683,39	677,21	751,64	728,85	733,26
Agropecuária Total	6110,62	2066,23	2542,04	651,79	683,39	677,21	751,64	728,85	733,26
Total	1891,22	2639,18	2318,84	1088,87	1152,16	1125,37	1114	1198,35	1162,77

Fonte: RAIS/CAGED – MTE, 2011

A TABELA 7 apresenta os dados de salários médios pagos em Montes Claros em comparação com Minas Gerais e Brasil.

Analizados os subsetores, é percebido diferenças salariais (salários médios superiores no Brasil e Minas Gerais, frente aos encontrados em Montes Claros) em quase todos os subsetores, observado os subsetores Produção Mineral não Metálico, Alojamento e Comunicação. O primeiro apresenta de forma geral, salários médios em Montes Claros, superiores aos encontrados em Minas e Brasil, sendo esta superioridade “carregada” pelo sexo masculino, uma vez que o feminino apresenta na cidade salários inferiores aos demais níveis. O segundo apresenta também na cidade, salários superiores tanto para homens quanto para mulheres.

Dentre os subsetores da Indústria, destaca-se Madeira e Mobiliário por apresentar menores diferenças quando comparados os três níveis. Os vínculos do sexo feminino apresentam ainda uma menor diferença, sendo pago em Montes Claros, salário médio superior ao pago no estado.

O subsetor Indústria Química apresenta também, de forma geral, uma diferença menor, sendo que para o sexo feminino, o maior salário médio, dentre os três níveis, é o de Montes Claros, e quanto ao sexo masculino, observa-se o salário médio pago na cidade, superior ao do estado.

A Indústria Têxtil acompanha a mesma lógica do subsetor anterior, no entanto, apresenta salários médios femininos inferiores aos encontrados no Brasil, e de forma geral, com uma diferença menor entre salário médio pago em Montes Claros e Minas.

O setor Construção Civil apresenta nos três níveis, salário médio superior aos vínculos do sexo feminino, frente ao masculino.

O subsetor Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários apresenta, também, pouca diferença salarial entre Montes Claros e demais níveis. O salário médio encontrado na cidade não varia mais que cinquenta por cento frente aos demais níveis.

O grande setor agropecuária apresenta para as mulheres em Montes Claros, salário médio superior ao encontrado no estado de Minas.

De forma geral, observa-se em Montes Claros, Minas Gerais e Brasil salários próximos, mas que trazidos para as especificidades de cada setor, encontra-se grandes disparidades como apresentado na TABELA 7.

TABELA 7 – Salários médios dos vínculos e gestores por subsetor

	Brasil			Minas Gerais			Montes Claros		
	Feminina	Masculina	Geral	Feminina	Masculina	Geral	Feminina	Masculina	Geral
01-Extrativa Mineral	4112,03	3972,18	3987,68	2986,14	2555,56	2600,32	1543,71	1603,00	1597,27
02-Prod. Mineral Não Metálico	1314,47	1326,60	1325,09	1115,21	1295,08	1271,67	935,56	1365,23	1330,96
03-Indústria Metalúrgica	1571,06	1981,25	1925,68	1830,61	2150,17	2117,67	738,89	892,91	879,12
04-Indústria Mecânica	1786,58	2450,49	2331,74	1388,39	2158,49	2017,05	667,19	1034,45	923,07
05-Elétrico e Comunic	1423,67	2394,27	2048,06	1027,14	1864,01	1539,27	826,66	912,59	899,25
06-Material de Transporte	2301,56	3074,78	2967,96	1368,80	2267,19	2103,75	803,97	1016,47	1000,12
07-Madeira e Mobiliário	987,93	1153,70	1119,95	819,72	982,93	950,94	939,28	825,22	838,32
08-Papel e Gráf	1736,40	2150,39	2020,30	1218,93	1603,40	1477,47	842,33	991,31	955,09
09-Borracha, Fumo, Couros	1270,81	1875,69	1684,80	950,23	1410,63	1263,38	707,72	853,34	799,84
10-Indústria Química	2060,15	2775,38	2568,50	1089,95	1786,49	1570,13	2207,84	2229,66	2222,71
11-Indústria Têxtil	862,94	1259,66	1006,56	727,48	974,65	813,55	732,32	1139,82	992,46
12-Indústria Calçados	750,89	974,00	856,01	652,33	780,22	715,56	541,81	597,34	591,17
13-Alimentos e Bebidas	1023,94	1435,60	1294,92	868,32	1330,97	1163,10	726,01	998,94	902,63
14-Serviço Utilidade Pública	2817,79	3119,79	3065,53	2614,83	3223,34	3119,10	685,32	987,13	907,80
Indústria Total	1315,10	2076,37	1848,90	1041,09	1804,27	1582,22	990,52	1234,41	1164,37
15-Construção Civil	1631,95	1456,35	1470,14	1419,21	1309,97	1318,73	926,18	880,50	883,16
Construção Civil Total	1631,95	1456,35	1470,14	1419,21	1309,97	1318,73	926,18	880,50	883,16
16-Comércio Varejista	945,97	1144,00	1054,11	800,59	983,03	896,30	757,36	896,72	837,80
17-Comércio Atacadista	1515,79	1794,83	1709,07	1040,48	1375,13	1279,42	902,22	1115,55	1055,27
Comércio Total	1013,72	1275,33	1162,95	823,80	1059,51	954,21	770,05	929,88	865,12
18-Instituição Financeira	3301,88	4957,04	4081,23	2838,23	4199,57	3475,40	2712,76	3634,15	3183,34
19-Adm Técnica Profissional	1350,78	1705,16	1571,33	1154,42	1571,32	1406,20	715,07	928,91	822,87
20-Transporte e Comunicações	1609,17	1737,17	1712,65	1222,68	1422,78	1388,82	1080,89	1072,39	1073,63
21-Aloj Comunic	1051,73	1350,57	1182,30	911,22	1148,49	1006,08	1559,70	1817,02	1665,37
22-Médicos Odontológicos Vet	1505,05	2158,40	1660,46	1215,16	1840,68	1350,74	1061,72	1534,36	1224,65
23-Ensino	2072,03	2884,08	2388,96	1985,73	2794,96	2317,78	1639,36	2132,89	1862,52
24-Administração Pública	2107,88	2905,85	2436,97	1810,56	2602,81	2105,30	1330,87	1526,63	1412,37
Serviços Total	1773,93	2222,06	1992,73	1517,93	1954,40	1720,30	1300,17	1507,48	1398,04
25-Agricultura	842,98	1037,89	1004,96	739,02	898,54	872,80	751,64	728,85	733,26
Agropecuária Total	842,98	1037,89	1004,96	739,02	898,54	872,80	751,64	728,85	733,26
Total	1551,34	1886,27	1745,92	1299,71	1607,44	1477,68	1114,30	1198,35	1162,77

Fonte: RAIS/CAGED – MTE, 2011

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez analisados os dados apresentados, percebe-se que o setor de serviços apresenta uma grande mobilização de massa salarial, bem como de estoque de vínculos. Torna-se um setor importante e estratégico, pois, alterações legais, econômicas, entre outras que afetem este setor, pode acarretar positivamente em maior número de recursos financeiros lançados na economia, como também, negativamente, pode gerar desemprego.

O setor de comércio, que apresenta como importante em termos de estoque de vínculos, não consegue agregar valor ao trabalho, uma vez que os salários médios por este apresentado são baixos em relação aos demais setores.

A agropecuária tida como um dos carros chefes da economia do município, aponta em termos de mobilização de estoque de vínculos e massa salarial, uma baixa importância.

Ainda, de forma geral, os gestores apresentam remuneração bem superior aos não gestores. As análises validam assim, a teoria apresentada por Antunes (1999), na qual a classe trabalhadora, representada no trabalho pelos não gestores, recebem sem distinção de setor, salários inferiores (em alguns setores cinco vezes menos) ao dos gestores.

Quando analisado a questão do sexo, as mulheres recebem salários inferiores aos apresentados pelos homens, e Montes Claros, à exceção de poucos setores, apresenta uma disparidade (negativa) em relação aos salários médios encontrados nos outros dois níveis.

Assim, percebe-se que as relações de trabalho mantidas no município, apresentam diferenciações quanto ao setor em questão, tão como o sexo do funcionário – que de uma forma ou de outra, apresenta mercados de trabalho paralelos, com faixas salariais próprias, para homens e mulheres. E por fim, posiciona Montes Claros com salários inferiores aos demais níveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Editora Boi Tempo, 1999.

SAVEDOFF, William D. *Os diferenciais regionais de salários no Brasil: segmentação versus dinamismo da demanda*. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico, v.20, n.3, dez. 2009. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

UMA ANÁLISE DAS TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA: IDENTIFICANDO FERRAMENTAS, MODELOS E NOVAS ABORDAGENS

BARBOSA, Jéssica S. Fernandes; COLARES, André F. Vieira; RABELO, Isadora; SANTOS, D.de Freitas; SOARES, Érica P. da Silva¹⁰⁵
DIAS, Cledinaldo A¹⁰⁶

RESUMO

Os avanços provocados principalmente pela tecnologia e pela rápida difusão de informações, demonstram que o processo de uma empresa tem que acontecer na mesma velocidade. Os modelos de gestão podem ser um grande trunfo para sobrevivências das organizações dentro do cenário que estão inseridas, podendo ser utilizadas de maneira integrada de forma a aumentar o valor da organização. Percebidas essas necessidades especialistas buscam desenvolver diversas ferramentas e modelos para contribuir com a sobrevivência das empresas. Caracterizado como um ensaio teórico, o presente trabalho busca discorrer sobre cinco abordagens contemporâneas da administração, sejam: *Balanced Scorecard*, Aprendizagem Organizacional, Seis Sigmas, Teoria dos Caos e Lógica *Fuzzy*. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica em livros, revistas especializadas e sites científicos da área de administração. À guisa de conclusão, infere-se que os autores tratam essas abordagens como modelos de gestão, estratégia organizacional ou teoria de administração. O BSC e o Seis Sigma são apontados como modelos de gestão que visam a melhoria contínua de resultados e processos das organizações. A Aprendizagem Organizacional procura transformar conhecimento individual em ações que visem os objetivos organizacionais. A Lógica *Fuzzy* apontapara trabalhar com variáveis para tomada de decisão gerencial. A Teoria do Caos busca explicar como as organizações estão inseridas em ambientes que tendem à mudança frequentemente. Observa-se, portanto, que, dado as mudanças e a complexidade do ambiente as organizações se veem pressionadas a se adaptarem, estabelecendo-se consistentes e desenvolvendo cada vez mais alternativas para respostas às adversidades ambientais.

Palavras-chave: Teoria, Administração, contemporânea.

ABSTRACT

The advances caused mainly by technology and rapid dissemination of information, demonstrate that the process of a company has to happen at the same speed. Management models can be a great asset for survival of organizations within the scenario which they operate and can be used in an integrated manner in order to increase the value of the organization. Perceived needs these specialists seek to develop various tools and models to contribute to the survival of businesses. This study aims to discuss five contemporary approaches to management, are: Balanced Scorecard, Organizational Learning, Six Sigma, Theory of Chaos and Fuzzy Logic. The methodology used was the literature search, the purpose is to put the researcher in direct contact with what has been written on the subject. In conclusion, it appears the authors treat these approaches as models of management, strategy and organizational management theory. The BSC and Six Sigma are appointed as management models aimed at continuous improvement of processes and outcomes of organizations. Organizational Learning seeks to transform individual knowledge into actions that address the organizational goals. The Fuzzy Logic points to work with variables for

¹⁰⁵ Alunos do curso de Administração da Unimontes, 7º período

¹⁰⁶ Professor mestre do curso de Administração da Unimontes

managerial decision making. Chaos theory seeks to explain how organizations are embedded in environments that tend to change frequently. We observe, therefore, that, given the complexity of the environment changes and organizations find themselves pressured to adapt, establishing consistent and increasingly developed alternatives for responses to environmental adversities.

Keywords: *Theory, Administration, Contemporary.*

INTRODUÇÃO

As constantes mudanças e adversidades que se apresentam às organizações se tornam um desafio a superar cotidianamente, com adaptações frequentes a serem realizadas em ambientes de competitividade acirrada e que as fazem assumir caráter contingencial. Esses avanços, provocados principalmente, pelas novas tecnológicas e pela rápida difusão de informações, demonstram que o processo de uma empresa tem que acontecer na mesma velocidade. Para tanto, é necessário que essas se preparem a partir da visualização do cenário em que se encontram inseridas.

Os modelos de gestão e as ferramentas utilizadas podem ser um grande trunfo para sobrevivência das organizações dentro do cenário que estão inseridas, os modelos e as ferramentas devem ser utilizadas de maneira integrada para maximizar os lucros e criar valores para a organização, sempre com o *feedback* para as organizações.

Ao perceber essa necessidade, os especialistas buscam desenvolver diversas ferramentas e modelos para contribuir com a sobrevivência das empresas no mercado. Assim, o presente trabalho busca discorrer sobre cinco tendências dos modelos e ferramentas de gestão da administração contemporânea, sejam: *Balanced Scorecard*, Aprendizagem Organizacional, Seis Sigmas, Teoria dos Caos e Lógica *Fuzzy*. Especificamente, o artigo busca certificar-se de que esses modelos são realmente aplicáveis ou apenas modismo na atualidade, além de proporcionar aos acadêmicos uma revisão de literatura sobre a administração contemporânea. Embora sejam objetos de estudos de alguns anos atrás, estas abordagens são tratadas no artigo como sendo novas devido a pouca aplicabilidade nas organizações brasileiras.

Caracterizado como um ensaio teórico, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que segundo Marconi, Lakatos (1982) trata-se do levantamento de bibliografia já publicada e que tem relação com o tema a ser estudado. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com aquilo que já foi escrito sobre determinado assunto. Essa

iniciativa permite ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações.

Aprendizagem Organizacional: revisando as relações humanas no trabalho

O ambiente em que as organizações estão inseridas encontra-se sujeito às constantes mudanças e incertezas, sendo necessário o desenvolvimento de modelos organizacionais que favoreçam a aprendizagem constante, gerando capacidades permanentes de se adaptarem às mudanças, transformando-se em organizações pensantes. Neste sentido, a aprendizagem organizacional torna-se uma opção estratégica de competitividade para lidar com a incerteza, através do constante aperfeiçoamento e busca por melhoria dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas, propiciando alcance de melhores resultados e na maximização dos lucros. (SENGE, 2001).

A partir da década de 1990, surgem as organizações orientadas para a aprendizagem, através de novos modelos de pensamento que se sustentam na liberação da aspiração coletiva, via aprender a aprender em grupo. O acelerado processo de mudanças em que passam as sociedades, as organizações e as pessoas, contribuiu para que o processo de aprendizagem se desenvolvesse e ganhasse crescente relevância no meio organizacional, favorecendo as empresas a adquirir capacidade para desempenhar diversas funções (CARVALHO, 2002). Fleury e Fleury (1997, p.19) acrescentam que “a aprendizagem é um processo de mudança, resultante de prática ou experiência anterior, que pode vir, ou não, a manifestar-se em uma mudança perceptível de comportamento”.

Conforme Fleury e Fleury (1997), a aprendizagem organizacional efetiva-se a partir da aprendizagem individual, pois quem aprende são as pessoas. A aprendizagem individual é considerada de grande importância no ambiente organizacional porque a informação entra e é disseminada na organização por intermédio dos indivíduos. Verifica-se que a aprendizagem organizacional é uma construção coletiva que transforma o conhecimento criado em nível individual em ações concretas em direção aos objetivos organizacionais. Bitencourt (2010) evidencia que a aprendizagem ocorre no nível individual, mas com a participação de um fenômeno organizacional mais amplo.

De acordo com Fleury e Fleury (1997) as vias de aprendizagem são canais onde a aprendizagem flui naturalmente e as pessoas interagem, geram conhecimento, aprendem e se desenvolvem, podendo ocorrer por meio de cinco vias, sejam: a) resolução sistemática de problemas, que envolve diagnóstico elaborado com métodos científicos, uso de dados para a

tomada de decisão e uso de ferramental estatístico para organizar as informações e fazer inferências; b) experimentação, que envolve a procura e teste de novos conhecimentos; c) experiências passadas, que torna disponível a todos os sucessos e fracassos cometidos; d) circulação de conhecimento, que envolve o compartilhamento e disponibilização de novas idéias; e, e) experiências realizadas por outros, que implica em observar e aprender com as experiências dos outros.

De acordo com Torres (2009; apud, Argyris e Schon, 1996), aprendizagem organizacional ocorre quando os participantes de uma organização experimentam uma situação problemática, investigam-na e encontram soluções do interesse da organização, ou seja, mediante processo de reflexão sobre suas práticas e posterior ação para reestruturar atividades e atitudes diante da organização.

A aprendizagem depende de certas condições como a presença de conhecimento anterior e estímulos ambientais.

o ser humano vem ao mundo motivado a aprender, explorar e experimentar, mas a maioria das instituições em nossa sociedade é orientada mais para controlar do que para aprender, recompensando o desempenho das pessoas em função de obediência a padrões estabelecidos e não pelo seu desejo de aprender (SENGE, 2001, *apud* FLEURY e FLEURY, 1997, p. 21).

As organizações devem valorizar o gerenciamento da aprendizagem nas organizações com ações de gerência voltadas para a aprendizagem, cultura de valorização da inovação no ambiente de trabalho, permissão para o erro no processo de experimentação e montar um ambiente propício para transferência de conhecimento. (FLEURY e FLEURY, 1997). Tais fatos relaciona-se ao processo contínuo de detectar e corrigir erros, envolvendo autocrítica, avaliação de riscos, tolerância ao fracasso e capacidade de correção de rumos, até se alcançar os objetivos.

As definições mais comuns de uma organização que aprende enfatizam sua capacidade de adaptação a aceleradas mudanças que ocorrem no mundo, capacidade para aprender, adaptar-se e mudar. Para Fleury e Fleury (1997, p. 21), organizações que aprendem “são organizações capacitadas em criar, adquirir e transferir conhecimentos e em modificar seus comportamentos para refletir esses novos conhecimentos e idéias”.

De acordo com Senge (2001) as organizações que aprendem devem desenvolver cinco disciplinas como forma de ativar o processo de inovação e aprendizagem, sejam: a) o domínio pessoal (através do autoconhecimento, as pessoas aprendem a ver a realidade de forma objetiva); b) a visão compartilhada (quando um objetivo é percebido como concreto e legítimo, as pessoas dedicam-se e aprendem não como obrigação e sim por vontade própria,

construindo visões compartilhadas); c) os modelos mentais (idéias profundamente enraizadas, generalizações e mesmo imagens que influenciam o modo como as pessoas veem o mundo); d) o aprendizado em grupo (habilidades coletivas são maiores que as individuais, assim desenvolvem-se a ação coordenada); e) o pensamento sistêmico (constitui um modelo conceitual, composto de conhecimentos e instrumentos, que visam melhorar o processo de aprendizagem como um todo e apontar futuras direções para aperfeiçoamento).

Richie; Alto (2001; *apud* Senge, 1994) apresentam que as organizações possuem em menor ou maior grau deficiências de aprendizagem. Com isso, ele levantou sete tipos de deficiência encontrados em empresas, a saber: 1) quando as pessoas se concentram demais nos cargos que ocupam perdendo o senso de relação com os demais cargos, prejudicando os resultados; 2) a miopia dos funcionários em relação aos demais cargos, culpabilizando o outro pelos erros ocorridos, prejudicando a correção e eliminação dos erros; 3) as pessoas buscam combater o inimigo lá fora em vez de perceber qual a contribuição para os próprios problemas; 4) as mudanças das empresas não acontecem de forma abrupta, mas de formas graduais; 5) embora as empresas estejam acostumadas a reduzir o ritmo e prestar atenção aos pequenos eventos, elas desenvolvem pouca capacidade para reagir às mudanças no ambiente; 6) a ilusão de aprender com a experiência; 7) o mito da equipe gerencial, onde os gerentes são educados para nunca dizerem que não sabem uma resposta, bloqueando novos aprendizados.

Todavia, as barreiras à aprendizagem podem existir em vários estágios do ciclo de aprendizagem, como nos níveis da ação, da reflexão e da disseminação do conhecimento, por conseguinte, seu diagnóstico não é um processo simples e exige o envolvimento de todas as pessoas da organização. Contudo, a eliminação das barreiras à aprendizagem é essencial para a efetividade do processo de aprendizagem. (ZANGISKI; LIMA; COSTA, 2009; *apud* NADLER; GERSTEIN; SHAW, 1992).

Considerados tais princípios observa-se que as organizações devem criar condições para auxiliar a transferência do conhecimento individual para o organizacional, através de um modelo de gestão de pessoas que considere o aprendizado em todos os seus mecanismos institucionais, contribuindo para que as empresas possuam vantagem competitiva em um ambiente dinâmico e de alta competitividade.

Balanced Scorecard: gestão estratégica com indicadores não financeiros

É um modelo de gestão desenvolvido por Norton & Kaplan em 1992, na qual permite gerenciar a empresa utilizando diversos indicadores, não só os financeiros mais usuais

pelas organizações. É uma prática de gestão já utilizada desde a sua descoberta e que se tornou revolucionária em várias organizações de ponta. Esse modelo foi criado para solucionar problemas na avaliação de desempenho, no entanto ela se mostrou mais útil transformando-se em ferramenta gerencial e estratégica de sucesso.

Nos anos sessenta na França as empresas trabalhavam com uma ferramenta em forma de tabela que incorporava indicadores financeiros que se estudava a possibilidade de se ampliar utilizando indicadores não financeiros a essa ideia. A partir dos estudos de Norton e Kaplan, a incorporação de indicadores não financeiros para mensurar a *performance* das empresas, fez surgir o conceito de BSC. Em 1992 a ferramenta é apresentada para o mundo como uma inovação para as empresas, na qual era formada por um conjunto de indicadores financeiros e não financeiros que proporcionassem a empresa medir a visão estratégica da organização. O BSC então vem auxiliar os gestores nas tomadas de decisões. Em seu conceito trás que cada pessoa da organização deve entender cada aspecto ligado a estratégia para que o sucesso seja pleno.

Balanced Scorecard é uma ferramenta de apoio para acompanhar e monitorar as evoluções das decisões da empresa, centradas em indicadores chaves. Cada pessoa na organização deve entender cada aspecto ligado a estratégia, para que o sucesso seja pleno”. (PRADO, 2002, p. 15)

O BSC é um modelo de gestão que incorpora estratégias emergentes e seus componentes táticos e operacionais, com estreita relação como ambiente externo – devido a sua estrutura não linear – com velocidade e adaptação às mudanças quase em tempo real. Dessa forma, esta abordagem “preservou as mensurações de desempenho financeiro, os indicadores retardatários, mas as complementou com a mensuração de outros vetores do desempenho não financeiro” (KAPLAN; NORTON, 2000, p.13)

O BSC tem como característica principal a análise de quatro aspectos, sendo eles: Finanças, Processos Internos, Clientes e Aprendizado e Crescimento (pessoas) que possibilita o êxito da estratégia no longo prazo. Donald (2006, p.101) ressalta que “o BSC é uma representação visual e numérica da estratégia em ação. As medidas são um equilíbrio entre resultados e agentes, ordenados em quatro categorias.”

A perspectiva financeira faz com que a organização tenha capacidade de criar indicadores a fim de fazer projeções para o futuro em relação ao patrimônio da organização. “Elas indicam se as estratégias de uma empresa, sua implementação e execução estão contribuindo para a melhoria dos resultados financeiros” (KAPLAN; NORTON, 1997, p.26). Esses autores ressaltam que “os objetivos e medidas financeiras precisam desempenhar

um papel duplo: definir o desempenho financeiro esperado da estratégia e servir de meta principal para os objetivos e medidas de todas as outras perspectivas”.

Já os processos internos buscam integrar todos os objetivos em um objetivo comum dentro das organizações, esses processos almejam a melhoria contínua para atender as expectativas dos clientes, dos acionistas e de todos envolvidos nos processos. Essa integração é de suma importância na eliminação dos pontos fracos da empresa. Na visão de Kaplan e Norton (1997, p.101), “cada empresa usa um conjunto específico de processos a fim de criar valor para os clientes e produzir resultados financeiros”.

Sendo os consumidores os principais norteadores da empresa quanto à expectativa do mercado, suas manifestações permitem verificar se a proposta da organização vai ao encontro com o gosto do cliente, buscando reter e conquistar novos.

A perspectiva dos clientes permite que as empresas alinhem suas medidas essenciais de resultados relacionados aos clientes, satisfação, fidelidade, retenção, captação e lucratividade com segmentos específicos de cliente e mercado. Além disso, permitem a clara identificação e avaliação das propostas de valor dirigidas a estes segmentos. As propostas de valor são os vetores, os indicadores de tendências, para as medidas essenciais de resultados na perspectiva dos clientes.” (KAPLAN; NORTON, 1997, p. 67)

Aprendizado e Crescimento referem-se à capacidade da organização em desenvolver medidas para contribuir no crescimento e aprendizado organizacional, buscando gerar valor a partir da inovação e criação de vantagens competitivas. Essa medida envolve características intangíveis da empresa como: conhecimento, competência, habilidades, sistemas de informações, aspectos culturais, liderança, entre outras, as quais auxiliam e dão suporte para que a organização seja capaz de atingir os objetivos das outras três perspectivas. (KAPLAN; NORTON, 1997)

Essas quatro perspectivas auxiliam nas tomadas de decisões da empresa, e cada componente faz parte do plano de ação que é convertido em componentes estratégicos. O BSC busca compreender os objetivos dos acionistas com os processos internos da empresa, isso significa alinhar o meio externo com o meio interno.

O Balanced Scorecard deve traduzir a missão e estratégia de uma unidade de negócios em objetivos e medidas tangíveis. As medidas representam o equilíbrio entre indicadores externos voltados para os acionistas e clientes, e as medidas internas dos processos críticos de negócios, inovação, aprendizado e crescimento. Há equilíbrio entre as medidas de resultado – as conseqüências dos esforços passados – e as medidas que determinam o desempenho futuro. E o scorecard se equilibra entre medidas objetivas, de resultado, facilmente, quantificáveis, e vetores subjetivos, até certo ponto discricionários, das medidas de resultado (KAPLAN; NORTON, 1997, p. 9).

O modelo não é estático, mas dinâmico, apresentando variação ao longo do desenvolvimento de suas proposições. Quando visto como ferramenta de mensuração, o BSC era caracterizado como instrumento de medição da *performance* das organizações do futuro, ele tinha como objetivo desenvolver um novo modelo de medição de desempenho.

Os avanços nos estudos do BSC evidenciam que esta ferramenta precisa ir além de combinações das medidas financeiras e não financeiras, devendo fazer parte da estratégia da empresa, o crescimento dessa ferramenta na organização deve estar ligado diretamente na missão da organização. Vê-se nesse sentido que o principal objetivo do BSC é o alinhamento estratégico da empresa com as suas ações operacionais. Vários autores tratam essa ferramenta como instrumento para a alta administração focalizar a atenção de suas ações em estratégias para o sucesso a longo prazo, além de ser visto como uma ferramenta que funciona como motivadora para acionar a transferência de aprendizagem para o comportamento.

O BSC trás consigo diversos benefícios após a sua aplicação na organização, através dessa aplicação pode-se promover o alinhamento da organização com a estratégia adotada promovendo a sinergia organizacional. Através do cenário criado pelo BSC auxilia as unidades estratégicas da organização fazendo com elas se espalhem a começar dos objetivos financeiros de longo prazo, associando-os a sequência de ações a serem tomadas no nível dos processos financeiros, dos clientes, dos processos e sistemas internos e dos colaboradores, com o propósito de alcançar o desempenho econômico desejado.

O BSC deve ser tratado como um instrumento para mensuração de desempenho a fim de mostrar a realidade da empresa, tornando claro onde se deve competir, quais clientes se deve captar, o que é necessário para geração de valores financeiros aos clientes e acionistas e acima de tudo como se pode identificar e interagir para o crescimento e o aprendizado das pessoas que compõem a organização.

Para a implementação do BSC na organização é necessário que se desenvolva um mapa estratégico que busca priorizar os recursos, esse mapa também serve para mostrar as relações de causa e efeito entre as ações individuais e resultados para a empresa. Depois da análise desse mapa fica claro para a organização como que o alinhamento do pessoal pode levar ao aumento dos clientes, conseqüentemente o aumento da receita, nesse processo o mapa estratégico acaba se tornando uma grande ferramenta a fim de clarear os objetivos e as estratégias da organização para todos os envolvidos.

As empresas encontram dificuldades na aplicação do BSC, pois não é uma iniciativa das mais simples, uma barreira mais comum encontrada é no envolvimento dos gerentes, pois as estratégias do processo de implementação do BSC passam a ser delegadas ao

nível hierárquico estratégico. Outra grande dificuldade da implementação do modelo é garantir o alinhamento estratégico de todos os painéis construídos e das equipes.

Ademais estas considerações, esse modelo deve ser utilizado em conjunto com outras ferramentas e de maneira integrada para maximizar os lucros e criar valor, sempre com o *feedback* para a organização. O BSC tem tido destaque por se tratar de um modelo de gestão que engloba outras perspectivas, não somente a financeira que anteriormente as empresas eram acostumadas a tratar. Com essa mudança a aplicação do BSC trouxe para as organizações uma realidade de promover o bem estar do ambiente, uma vez, que o sucesso da empresa vem das pessoas que compõem o seu quadro, por isso viu-se a necessidade de criação de uma gestão que não focasse somente em indicadores financeiros.

A Lógica *Fuzzy*: tentativa de tratamento às incertezas e ambiguidades gerenciais

O atual cenário de globalização trouxe às empresas e organizações uma nova perspectiva de competitividade, instabilidade e insegurança em seus negócios. As organizações devem estar aptas aos novos padrões de competitividade, hoje não mais restrita ao seu país, mas abrangida a nível mundial. As incertezas econômicas e sociais forçam que as empresas sejam maleáveis na hora da tomada de decisão, sendo cobrada destas a necessidade de levar em consideração, diversas variáveis no processo decisório.

A partir daí surgem teorias em diversas áreas para tratar a imprecisão e de incerteza dos fenômenos. A teoria da lógica nebulosa, por exemplo, foi desenvolvida a partir dos anos de 1965 pelo então professor Lotfi Zadeh, buscando tratar do aspecto vago da informação, bem como representar o conhecimento incerto ou impreciso. (CAVALCANTI; et.al, 2012; DOS SANTOS; FÉLIX E VIEIRA, 2012; e SANDRI; CORREA, 1999). Anterior à lógica nebulosa, a lógica clássica de Aristóteles era a que prevalecia. Silveira; et.al (2005) discorre que a lógica aristotélica é bivalente, reconhecendo assim apenas dois valores: verdadeiro ou falso. Enquanto isso, lógica *fuzzy* (desenvolvida a partir do aprofundamento dos estudos em lógica nebulosa por Zadeh) é multivalorada, reconhecendo assim, diversos valores. Os autores ainda apontam que a lógica *fuzzy* “possibilita tratar de um modo mais adequado expressões verbais, imprecisas, qualitativas, inerentes da comunicação humana, que possuem vários graus de imprecisão”. A lógica *fuzzy* além de assegurar que a verdade pode ser definida por níveis de gradação tende a traduzir termos difusos da comunicação humana em valores compreensíveis por computadores.

Zadeh ao desenvolver seus estudos, por volta de 1965, sobre a lógica nebulosa, introduz os conjuntos *fuzzy* e as algumas definições matemáticas como: inclusão, união, intersecção, complemento, relação e convexidade. Seu trabalho posterior, segundo Rodrigues; Santos (2004); utilizava da Lógica *Fuzzy* “para modelar como as pessoas chegam a conclusões quando as informações disponíveis são imprecisas, incompletas, e não totalmente confiáveis”. Tal resultado era válido, devido à interpretação da linguagem natural por meio dos mecanismos de representação dos conjuntos *fuzzy* e da teoria da possibilidade.

Smithson *apud* Rodrigues; Santos (2004) apresenta a teoria da Lógica *Fuzzy* como uma alternativa:

O principal valor que encontro na teoria dos conjuntos fuzzy é que ela gera alternativas aos métodos e abordagens tradicionais aumentando, portanto, o campo de possibilidades disponíveis aos pesquisadores. Quanto mais alternativas temos, mais viável se torna a pesquisa de alta qualidade, e menos desculpas temos para assumirmos as opções padronizadas (RODRIGUES; SANTOS, 2004, p. 59).

A Lógica *Fuzzy* surge então como uma forma de gerenciar as imprecisões através da expressão de termos com um grau de pertinência em um intervalo que vai de 0 a 1, onde é considerado pertinência absoluta o valor 1. Seguindo a lógica do raciocínio humano, que consiste em implicações lógicas, também chamadas de inferências lógicas, a entrada ou condição e a saída ou consequência, podem ser relacionadas com regras de raciocínio, ou seja, com graus de verdade, dentro do intervalo numérico 0 – 1. (SILVEIRA et al. 2005)

Uma das dificuldades em se implantar a lógica *fuzzy*, trata-se da identificação das variáveis sob as quais a empresa sofre interferência, quais serão estas necessárias no processo decisório e a modelagem de um sistema que apresente o melhor resultado para a empresa. Wang *apud* Silveira et.al (2005), comenta que um sistema *fuzzy* é composto genericamente de quatro componentes ou módulos conforme figura abaixo:

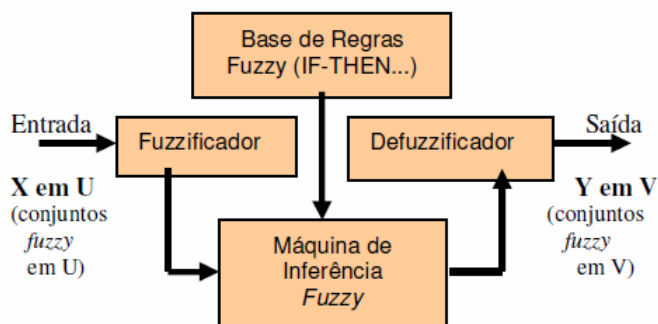


Figura 3: Organização genérica de um sistema *fuzzy*.

FONTE: Silveira, 2005.

Os autores Amendola, Souza e Barros (2005), assim como Wang apud Silveira et.al (2005), apontam que o sistema *fuzzy* tem em sua composição quatro módulos, sendo: 1) Módulo de fuzzificação: é o que modela matematicamente a informação das variáveis de entrada por meio de conjuntos *fuzzy*. É neste módulo que se mostra a grande importância do especialista do processo a ser analisado, pois a cada variável de entrada devem ser atribuídos termos linguísticos que representam os estados desta variável e, a cada termo linguístico, deve ser associado um conjunto *fuzzy* por uma função de pertinência; 2) Módulo da base de regras: é o que constitui o núcleo do sistema. É neste módulo onde “se guardam” as variáveis e suas classificações linguísticas; 3) Módulo de inferência: é onde se definem quais são os conectivos lógicos usados para estabelecer a relação *fuzzy* que modela a base de regras. É deste módulo que depende o sucesso do sistema *fuzzy* já que ele fornecerá a saída (controle) *fuzzy* a ser adotado pelo controlador a partir de cada entrada *fuzzy*; e 4) Módulo de defuzzificação: que traduz o estado da variável de saída *fuzzy* para um valor numérico.

Sendo assim, segundo o modelo acima apresentado, o sistema *Fuzzy* irá gerar diversas saídas de acordo com as combinações das N entradas. O sistema levará em consideração as combinações permitidas (conectivos lógicos) ao gerar a resposta adequada.

Outra forma de apresentação de um conjunto *fuzzy* apresentado por Dos Santos, Félix e Vieira (2012) pode ser expresso por:

$$A = \{ x, \mu_A(x) \mid x \in X \}$$

Onde X é o universo de discurso ao qual o conjunto pertence, x um componente do conjunto *fuzzy*, e μ_A a função de pertinência. O universo de discurso indica o domínio em que o modelamento do sistema *fuzzy* é válido. A função de pertinência μ_A indica o grau de pertinência (ou compatibilidade) entre x e o conceito expresso por A (SANDRI; CORREA, 1999):

- $\mu_A(x) = 1$ indica que x é completamente compatível com A;
- $\mu_A(x) = 0$ indica que x é completamente incompatível com A; e
- $0 < \mu_A(x) < 1$ indica que (x) é parcialmente compatível com A, com grau $\mu_A(x)$.

A Lógica *Fuzzy*, assim como apontado por Rodrigues; Santos (2004), não utiliza de probabilidades nem procura tratar as incertezas como passíveis de aleatoriedade. As teorias desenvolvidas que estudam os conjuntos *fuzzy* e a Lógica *Fuzzy* trabalham com a incerteza e a ambiguidade como sendo determinísticas. Ao realizar uma série de inferências ou declarações preditivas, esses são predicados modificadores de descrições prévias que vão representar

vários graus de certeza com relação à ocorrência, e que são determinísticos ao originar os resultados.

Ainda segundo os autores, a Lógica *Fuzzy* permite que “se expresse a incerteza e a ambiguidade em um sistema de regras segundo os quais uma conclusão não é expressa como sendo falsa ou verdadeira, mas sendo verdadeira a determinado grau”. Nesse caso, o grau de certeza é chamado de grau de pertinência. Uma vez que, a Lógica *Fuzzy* apresenta resultados no intervalo 0 - 1, no caso de Verdadeiro ou Falso obter-se-ia que o grau de pertinência de Falso seria zero e o grau de pertinência de Verdadeiro seria 1. Assim sendo, a incerteza teria um grau de pertinência atribuído entre zero e um.

Dos Santos, Félix e Vieira (2012) também confirmam a ideia dos autores supracitados, ao apontar que na teoria Aristotélica (lógica clássica), certo valor pertence ou não a um determinado conjunto, podendo ser representado “unicamente” pelos valores 0 e 1, respectivamente. Enquanto que na lógica *fuzzy*, certo valor pode pertencer a um determinado conjunto de acordo com certo grau de pertinência $\mu_A(x)$.

Os autores ainda apontam que um dos objetivos da lógica *fuzzy* é estudar os princípios formais do raciocínio aproximado, de forma que as decisões tomadas pela máquina (sistema ou software adotado pela empresa) se aproximem cada vez mais das decisões humanas. Assim sendo, a lógica *fuzzy* pode ser aplicada à qualquer tipo de empresa que esteja inserida em ambientes turbulentos e que a tomada de decisão é influenciada por diversas variáveis. O enfoque *fuzzy*, uma vez aliado à tecnologia, possui grande valor prático.

Seis Sigma e a (re)adequação de processos produtivos: além da melhoria contínua?

Souza et. al. (2007) contam que a empresa Motorola criou o modelo Seis Sigma na década de 1980, para minimizar as falhas com seus produtos eletrônicos manufaturados, reduzindo a sucata gerada pela empresa; aumentar a confiabilidade dos clientes com a empresa e, conseqüentemente, almejava o “desempenho livre de defeitos”, objetivos esses bem ousados, mas que foi fruto de um projeto de benchmarking.

A ideia do Seis Sigma deve-se a análise de dados de produtos ou processos com falhas por milhão produzidos: para empresas de médio porte a taxa de falha entre 0,3% e 1% era considerada como nível de sigma entre 3 e 4, e ao alcançar taxas de 0,00034% falhas obtinha nível de sigma 6, e assim ficariam conhecidas como empresas “best-in-class”. Com isso, a Motorola estabeleceu a meta de Seis Sigma para operar.

Os autores ainda relatam que esse modelo de qualidade se popularizou após a *GeneralElectric* adotá-lo em todas suas operações, na década de 1990, e chegou a economizar mais de US\$ 1,5 bilhão em um ano devido à implantação do programa.

Para Peleteiro (2008), o Seis Sigma é um modelo que busca reduzir processos que não agregam valor, aumentando a lucratividade do negócio, alinhado com os requisitos do mercado que a organização está inserida, elevando a qualidade dos produtos e, conseqüentemente, a confiabilidade dos clientes com a mesma.

Tonini (2006) diz que o Seis Sigma é identificado em duas situações nas organizações. A primeira no ato de conhecimento, implantação e treinamento dos funcionários que irão executar o projeto na organização e a segunda ao implantar um novo projeto de Seis Sigma. O autor diz ainda que uma organização implanta um projeto, e conseqüentemente uma nova filosofia, de Seis Sigma para otimizar processos que apresentam resultados significativos, ou para eliminar ou substituir processos que não geram valor a organização e eliminar as falhas na operação, assim irá reduzir custos e maximizar os lucros da empresa. Para isso, o projeto irá atender a organização em três níveis: os negócios, as operações e os processos existentes.

O Guia Seis Sigma [2001-2004], analisado por Junior Cabrera (2006), evidencia que um projeto Seis Sigma deve ser implantado somente se apresentar benefícios financeiros significativos, e caso seja implantado deve ser focado na eliminação de falhas e/ou defeitos. O ciclo DMAIC, conforme o Guia Seis Sigma [2001-2004], como o mais utilizado no processo de qualidade em programas de Seis Sigma. Essa ferramenta é melhor adequada na melhoria de algum serviço ou produto já existente na organização, mas que esse não atende as especificações de seus clientes internos ou externos ou que não possua um bom desempenho.

Para isso, o autor descreve cada fase do ciclo DMAIC da seguinte forma: I. Define (Definir): determinar o problema a ser tratado, coletar os dados necessários para análise, determinar os recursos necessários a serem utilizados, mapear os processos críticos para execução, identificar a equipe de trabalho mais capacitada para executar o projeto, realizar análise de riscos e desenhar o fluxograma dos processos. II. Measure (Medir): identificar as oportunidades, defeitos, unidades e métricas dos processos, analisar o método de medição, analisar os dados obtidos e relacionar as saídas em função das entradas de recursos. III. Analyse (Analisar): essa fase irá analisar os resultados obtidos estatisticamente da etapa anterior e identificar as causas raízes de desperdício. A partir daí, identificar em qual nível sigma que a organização se encontra para buscar elevar o nível sigma dessa e otimizar os processos. Para isso, deve-se desenvolver um diagrama de causas e efeitos, analisar as

variâncias, realizar testes paramétricos, testar as hipóteses, realizar correlação e regressão simples e estabelecer metas. **IV. Improve (Melhorar):** identificada como a fase mais crítica por ser nessa fase a implantação das melhorias identificadas. Assim deverá elaborar planos de ação, calcular a nova capacidade dos processos, definir o nível de tolerância operacional dos sistemas e delinear experimentos. **V. Control (Controlar):** todas as melhorias realizadas serão agora monitoradas e verificar se os resultados previstos (metas) foram alcançados e identificar as melhorias futuras dos processos e da organização, iniciando o ciclo novamente. Com isso, um ciclo termina com a elaboração de novos procedimentos, identificação os resultados por gráficos, controle estatístico dos processos individuais, fechamento dos projetos e padronização dos processos; para poder retomar a ciclo DMAIC.



FONTE: Cabrera Junior (2006).

Para Junior Cabrera (2006), os pilares de um projeto seis sigma são os recursos humanos e o conhecimento das ferramentas e técnicas a serem utilizadas. Deve-se atentar aos fatores internos e externos da organização e identificar as limitações e potencialidades de cada recurso, para minimizar as dificuldades. O autor ainda atenta ao fato dos projetos Seis Sigma serem muito complexos, e assim tendem a gerar muitas dúvidas. Os responsáveis por cada projeto devem alinhar detalhadamente todos os processos com a equipe que irá operar tal ferramenta. Um projeto de Seis Sigma abrange vários conhecimentos e ferramentas que irão impactar diretamente em vários indicadores da organização, entre eles: a) ferramentas de time, que consistem na formação de equipes de projetos serão utilizadas como ferramentas e técnicas para agilizar a comunicação e visa atingir os objetivos em conjunto; b) ferramentas de processo, que busca análises e soluções obtidas em ferramentas e técnicas visando a determinação de parâmetros para controle organizacional; c) ferramentas de liderança, que exigem a integração entre a alta administração e as equipes de apoio do projeto para obter os melhores resultados possíveis.

Quanto aos recursos humanos, Junior Cabrera (2006) evidencia quatro fatores críticos para a mudança da cultura das pessoas inseridas na organização, sejam: 1) a técnica: a falta de total conhecimento de um novo sistema ou ferramenta implantado que gera a resistência nas equipes de uma organização. Para minimizar essa questão, ao implantar um novo sistema, técnica ou ferramenta, deve-se treinar corretamente e sanar as dúvidas da equipe; 2) a política: assim como os novos sistemas devem ser devidamente treinados, a implantação de uma nova política organizacional deve ser esclarecida quanto à sua aplicabilidade e as melhorias que ela pode trazer para a organização e para as pessoas que estão inseridas nelas; 3) o indivíduo: funcionários que levam para a organização seus problemas pessoais afetam diretamente no seu desempenho individual, e podem afetar também seus colegas de trabalho. Deve-se identificar esses funcionários para buscar minimizar o impactos que essas atitudes podem gerar e analisar se a realocação desse dentro da empresa seria uma alternativa viável; 4) a organização: esse fator deve-se as crenças e culturas comuns encontradas por toda a organização e que ainda é reforçada pela gerência. Com isso, a gerência deve ser muito bem alinhada quanto aos benefícios esperados e a importância do programa seis sigma nos resultados da organização.

No estudo de caso realizado por Pereira (2003) em três empresas, atuando em mercados diferentes (prestação de serviços, banco e manufatura), constatou que o modelo Seis Sigma obteve resultados significativos em todas. Como o ciclo DMAIC foi aplicado apenas uma vez, a meta de nível Sigma 6 não foi atingido, mas isso já era esperado. A metodologia Seis Sigma deve eliminar várias falhas no processo para alcançar o nível Sigma 6 e, para isso, deve-se aplicar várias vezes o ciclo DMAIC para identificação e eliminação dos defeitos nos processos. Na primeira aplicação já atingiu resultados significativos, como a melhora no atendimento, redução do tempo de espera dos clientes, aumento da confiabilidade dos clientes com o banco, dentre outros. E por mais que obteve redução de custos, não obteve o lucro esperado pelo modelo, o que virá nas próximas aplicações do ciclo.

Teoria do Caos: a desordem para a ordem nas organizações

Os fenômenos que acontecem na natureza e no comportamento dos seres humanos apresentam características de ordem e de estabilidade, mas em contraposição apresentam desordem e irregularidades. Isso ocorre devido às mudanças climáticas, econômicas, políticas, ambientais, etc.

As empresas estão sujeitas a essas mudanças, pois estão inseridas em um ambiente altamente mutável onde predomina o risco e a incerteza. Segundo Paiva (2001, p.1) “A teoria do caos procura explicar como as diversas categorias e seus componentes mudam ao longo do tempo, e busca compreender os fenômenos turbulentos dos sistemas”. Para Wood Jr (1993, p.95) “Em contraposição à ideia de ausência de ordem que intuimos, a teoria do caos está justamente ligada a descoberta de padrões e leis razoavelmente simples que governam uma série de fenômenos complexos”. E ainda de acordo com o mesmo autor “uma das características dos sistemas caóticos é que qualquer mínima alteração numa de suas condições iniciais pode provocar profundas mudanças de trajetória ou comportamento. Daí a imprevisibilidade” (WOOD JR, 2000).

Para Mariettoetal (2006) “a complexidade ajuda no entendimento de como uma organização deve mudar para ser capaz de lidar com ambientes complexos e imprevisíveis, conectando mudança, caos e a organização, estabelecendo novas estruturas de referência em administração estratégica e organizacional”. A ideia fundamental surgida da teoria do caos é que em uma variação por menor que possa ser, pode gerar variação muito grande no resultado final (WOOD JR, 1993).

De acordo com Bormam apud Wood jr, (1993, p.96) o sistema caótico pode ser definido como aqueles que apresentam alguma irregularidade e extrema sensibilidade às condições iniciais. Os sistemas parecem não seguir uma linearidade, mas eles são essencialmente deterministas. Mas quando não se conhece as condições iniciais, é inviável fazer uma previsão que irá acontecer.

No passado quando entrou na era industrial o sucesso de uma organização implicava na manutenção de um estado estável, o equilíbrio era o fator chave. Nesse novo milênio devido às mudanças que as organizações estão sujeitas, elas só sobreviverão com êxito se funcionar em condições que está fora do equilíbrio, isso para que elas se tornem flexível, criativa e inovadora. Essas mudanças segundo Vieira (2011) são provenientes dos mais variados fatos, sejam: as novas tecnologias, o processo de globalização, a competição feroz entre empresas, as mudanças descontínuas e geométricas, as escolhas conflituosas que fazem a maior parte das pessoas se sentirem desconfortáveis, envolvendo-as em uma ambiguidade para atender entre extremidades aparentemente opostas, como a ordem ou a desordem.

Observa-se assim que como é da natureza humana procurar a certeza, nossas organizações aprenderam a ser sistematizadas e organizadas, e, agora, não conseguem responder às mudanças rápidas no ambiente. Os desequilíbrios criados não têm precedentes

em nossa história. As organizações devem ser suficientemente ágeis para se reconfigurarem instantaneamente, a fim de atender novas demandas.

Simon citado por Wood Jr (2000, p.64) fala da complexidade do mundo, e que essa complexidade é maior do que qualquer modelo, no entanto isso não inviabiliza o uso de modelos, entretanto é preciso separar o essencial do dispensável para poder ter condições de fazer inferências razoavelmente seguras. Para ele por mais que um sistema seja complexo pode haver uma forma de modelá-lo de maneira que algumas conclusões importantes possam ser tiradas.

Segundo Martins et al (2012, p.9) “a teoria do caos se mostra como sendo uma ferramenta mais adequada para lidar com a complexidade do mundo atual”, trazendo benefícios para a organização. De acordo com Smith e Borgatti Neto et al *apud* Marietto et al (2006) podem ser apontados como benefícios da teoria do caos: 1) o enriquecimento da compreensão temporal e evolucionário dos processos; 2) o aumento no alcance das opções analíticas; e 3) o aumento nos recursos conceituais.

Se a teoria do caos for utilizada como uma ferramenta de auxílio para visualizar as várias possibilidades do ambiente externo e interno da organização, a empresa pode criar uma cultura de interação criativa e levar a organização a ter os melhores resultados de uma forma mais eficiente (MARTINS *et al* 2012).

Embora os benefícios, Giovannini, *apud* Marietto *et al* (2006, p. 98) apresentam algumas críticas à teoria do caos. Os autores mencionam que:

o fato de haver muitas variáveis nos ambientes de negócios e de ser impossível conhecer e controlar todas elas, não está relacionada com o caos. Esta visão pressupõe que, se houvesse recursos suficientes para conhecer e controlar estas variáveis, seria possível prever o comportamento e dirigir com precisão os sistemas organizacionais. É uma típica visão determinística mecanicista. O problema é que ela é adequada a sistemas complicados e não a sistemas complexos.

Para Gleiser, citado pelo mesmo autor, apesar do seu grande potencial para aplicações, a Teoria do Caos deixa algo a desejar quando se trata de descrever sistemas sociais. Ela é mecânica demais e, embora exista algo de mecânico no comportamento social, esta teoria parece mais apropriada para descrever fenômenos físicos, como condições climáticas ou a turbulência dos fluidos, do que para descrever o comportamento humano.

A teoria do caos veio para mudar a forma de entender o mundo, entender que o que parece não é, por exemplo, os sistemas que aparentemente são simples podem ser complexos, já os que parecem ser complexos podem ser simples, e ainda um sistema pode ser perfeitamente determinístico e ainda assim impossível de prever.

Para Willians citado por Alves (p.3) o estudo da teoria do caos se torna importante para quando for fazer uma análise dos dados caóticos poder estar identificando onde as flutuações ao acaso iram representar um sistema disfarçado; quando o caos é identificado pode direcionar predições de curto prazo com grande precisão; a análise do caos permite revelar prazos em predições confiáveis e pode identificar condições onde os prognósticos delongo prazo são inexpressivos e ainda quando se reconhece o caos permite fazer modelagens mais simples.

A teoria do caos oferece um caminho para se distinguir entre um comportamento puramente aleatório (resultantes de processos randômicos e processos estocásticos) no qual a previsão é impossível, e um comportamento caótico (resultante de um sistema não-linear subjacente), no qual a previsão de curto prazo (porém não de longo prazo) é possível. Técnicas estatísticas lineares tradicionais, como por exemplo, a regressão linear, não são capazes de distinguir caos e aleatoriedades, portanto outras técnicas precisam ser desenvolvidas (PAIVA, 2001, p.92).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez estudadas e analisadas cada uma das cinco novas abordagens da administração, algumas considerações e ponderações, com base nos objetivos almejados, devem ser feitas acerca desta revisão bibliográfica.

Em síntese, as abordagens expostas neste artigo apresentam-se como modelos de gestão (*Balanced Scorecard* e Seis Sigma), estratégia organizacional (Aprendizagem Organizacional) e teorias (Lógica Fuzzy e Caos, sendo a primeira passível de aplicabilidade).

O *Balanced Scorecard* e o Seis Sigma são modelos de gestão que visam a melhoria contínua de resultados e processos das organizações. O primeiro modelo busca melhor desempenho nos resultados focando alguns aspectos da empresa (finanças, processos internos, clientes e, aprendizado e crescimento dos funcionários). Enquanto que o segundo busca melhorar serviços e produtos usando o ciclo DMAIC, que vai desde a definição do problema até o controle das melhorias realizadas.

A Aprendizagem organizacional é uma estratégia adotada de forma contínua por empresas visando o “aprender a aprender”. Ou seja, trabalha os funcionários para o autoconhecimento dos processos e da organização; direciona para uma reflexão sobre o aprender o trabalho; procura transformar conhecimento individual em ações que visem os

objetivos organizacionais, e proporciona assim, um constante aperfeiçoamento e melhoria dos produtos e processos.

A Lógica fuzzy é uma teoria desenvolvida a partir da teoria da lógica nebulosa, no entanto, tem seu viés apontado para trabalhar com variáveis para tomada de decisão gerencial. A lógica para ser aplicada, precisa necessariamente de um sistema fuzzy para submissão das variáveis e processamento dos dados. Normalmente é utilizada por empresas que em seu processo decisório devem lidar com diversas variáveis, e buscam atingir a decisão “ótima” para gerar os melhores resultados.

A Teoria do Caos é uma teoria que busca explicar como as organizações estão inseridas em ambientes que tendem à mudança frequentemente. Esse ambiente complexo no qual se encontram essas organizações, pressiona que estas procurem se adaptar de forma a acompanhar as mudanças (previsíveis ou não), estabelecendo-se consistentes e coesas em meio a um ambiente caótico.

REFERÊNCIAS

ALVES, Carlos Alberto. **Teoria do caos e as organizações**. Disponível em <periódicos.unifacfe.com.br/index.php/rea/article/download/207/59>acessado em 20 de março de 2013.

AMENDOLA, Mariangela; DE SOUZA, Anderson Luiz; e BARROS, Laécio Carvalho. **Manual do uso da teoria dos conjuntos FuzzynoMATLAB 6.5**. FEAGRI & IMECC/ UNICAMP.

BITENCOURT, Cláudia C. **A gestão de competências gerenciais- A contribuição da Aprendizagem Organizacional**. Porto Alegre, 2001.

CARIDADE, Annelise Vendramini da Silva. **Práticas de gestão estratégica e aderência ao método SIGMA: um estudo de caso no setor de celulose e papel**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-22092006-191026/>>. Acesso em: 07/04/2013

CABRERA JUNIOR, Álvaro. **Dificuldades de implementação de programas Seis Sigma: estudos de casos em empresas com diferentes níveis de maturidade**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18140/tde-04072006-222701/>>. Acesso em: 07/04/2013

CARVALHO, Daniele. **A aprendizagem organizacional como estratégia de vantagem competitiva**. Lavras, 2002.

CAVALCANTI, Mônica T.; DA SILVA, Flávio L. H.; CAVALCANTI, José H. F.;

FLORENTINO, Eliane R.; FLORENCIO, Isanna M.; e MOREIRA, Ricardo T. **Aplicação da lógica fuzzy na análise sensorial de pão de forma enriquecido**. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental v.17, n.2, p.208–215, 2013.

DONALDO, L. Kirkpatrick; JAMES, D. Kirkpatrick. **Como avaliar programas de treinamento de equipes – Os quatro níveis**. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2006.

DOS SANTOS, Alysson Vinícius Neves; FÉLIX, Leonardo Bonato e VIEIRA, José Geraldo Vidal. **Estudo da logística de distribuição física de um laticínio utilizando lógica fuzzy**. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/prod/2012nahead/aop_t6_0006_0512.pdf. Acesso em: 09/04/2013.

FLEURY, A; FLEURY, M. **Aprendizagem e Inovação Organizacional: As experiências de Japão, Coréia e Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.

HERREO, Emílio. **Balanced Scorecard e a gestão estratégica: uma abordagem prática**. 1 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

JANSEN, Leila Keiko Canegusuco. **Integração do pensamento sistêmico em projetos Seis Sigma**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-21082009-115627/>. Acesso em: 07/04/2013.

KAPLAN; NORTON, D. P. **A estratégia em ação: balanced scorecard**. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KAPLAN; NORTON, D. P. **Organização orientada para a estratégia: como as empresas que adotam o balanced scorecard prosperam no novo ambiente de negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MARIETTO, Marcio; MEIRELES, Manuel; SANCHES, Cida; SILVA, Orlando Roque Da. **Teoria do caos: Uma contribuição para a formação de estratégias**. 30º Encontro da ANPAD, Salvador, 23 a 27 de setembro, 2006. Disponível em www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-esoa-1043-pdf acessado em 20 de março de 2013.

MARTINS, Fernanda de Almeida; PEITER, Jeferson; PERINAZZO, Renan Vinicyus;

SILVA, Vilmar Bueno. **A teoria do caos e as organizações**. 2ª semana internacional das Engenharias da FAHOR, Horizontina, 22 a 26 de outubro, 2012. Disponível em <http://www.fahor.com.br/publicacoes/sief/2012_23.%20A%20TEORIA%20DO%20CAOS%20E%20AS%20ORGANIZA%C3%87%C3%95ES.pdf> acessado em 20/03/2013.

NIVEN, Paul R. **Balanced Scorecard passo-a-passo: elevando o desempenho e mantendo resultado**. 1 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

PAIVA, Wagner Peixoto de. **A teoria do caos e as organizações**. Caderno de pesquisas em Administração, São Paulo, v. 08, n.3, abril/junho 2001. Disponível em <www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/v08-2art07.pdf> acessado em 20/03/2013.

PEREIRA, Leopoldo. **Discussão da aplicação da metodologia Seis Sigmas em três empresas diferentes**. Dissertação (Monografia para graduação em Engenharia de Produção Mecânica) – Universidade Estadual Paulista, Guaratinguetá, 2003. Disponível em: http://www.qualidade.com.br/pdf/08_06_28_leopoldo.pdf. Acesso em 30/03/13.

PRADO, Lauro Jorge. **Guia Balanced Scorecard**. 1ª ed Paraná, 2002.

RICH, G., A. e ALTO, R., M. **As organizações que aprendem, Segundo Peter Senge: a quinta disciplina**. Rio de Janeiro, Cadernos Discentes Coppead, nº 9, pp. 36-55, 2001.

RODRIGUES, Fabio Zaffalon; SANTOS, Silvio Aparecido. **A lógica fuzzyna administração de empresas**. VII SEMEAD - Seminários Administração FEA-USP, 2004.

SANDRI, Sandra; CORREA, Cláudio. **Lógica Nebulosa**. V Escola de Redes Neurais, Promoção: Conselho Nacional de Redes Neurais. Pp. c073-c090, 19 de julho, 1999 - ITA, São José dos Campos – SP.

SENGE, Peter M. **A Quinta disciplina: arte e prática da organização de aprendizagem**. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Nova Cultural, 2001.

SILVEIRA, Antônio M.; FURTADO, Alfredo B.; OLIVEIRA, Roberto C. L.; DA COSTA JÚNIOR, Carlos Tavares. **Identificação de Abordagens Administrativas: um ensaio com Lógica Fuzzy**. Disponível em: Biblioteca Digital Brasileira de Computação.

TONINI, Antônio Carlos. **A contribuição do Seis Sigma para a melhoria dos processos de software**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-08122006-154503/>>. Acesso em: 28/03/13

TORRES, Tércia Zavaglia. **Trabalho, Educação e Aprendizagem em Instituição de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica - PD&I.** Uberaba, RPD – Revista Profissão Docente, v.9, n. 20, p. 143-176, jan/jul. 2009.

TRAD, Samir. **Seis sigma: fatores críticos de sucesso de sua implantação e impacto sobre desempenho organizacional.** Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-11122006-134614/>>. Acesso em: 07/04/2013

VIEIRA, Ernesto José. **Teoria do caos: um estudo sobre controle de rupturas em mercados altamente competitivos.** Belo Horizonte, 2011. 112 p. Dissertação (mestrado em administração) - Faculdade de Ciências Empresariais da Universidade Fumec, 2011.

WOOD JR, Thomaz. **Mudança organizacional.** 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2000.

ZANGISKI, M.; LIMA, E; COSTA, S. **Aprendizagem organizacional e desenvolvimento de competências: uma síntese a partir da gestão do conhecimento.** Curitiba, Produto & Produção, vol. 10, n. 1, p. 54 – 74, fev. 2009.

O ACESSO AO MICROCRÉDITO E REDUÇÃO DO DESEMPREGO: UMA ANÁLISE LOCACIONAL DAS MICRORREGIÕES DE MINAS GERAIS

Pablo Tadeu Chaves de Castro¹⁰⁷
Mariana Fátima Muniz Soares¹⁰⁸
Luciana Maria Costa Cordeiro¹⁰⁹

RESUMO

O objetivo do trabalho é estudar o acesso ao microcrédito e o seu impacto em variáveis reais da economia, entre elas a pobreza e o desemprego. A aplicação empírica do modelo no caso de Minas Gerais, com a utilização de dados financeiros a nível microrregional, corrobora com a hipótese de que o microcrédito deveria se concentrar em regiões periféricas, como forma de equalizar os problemas relacionados à pobreza, contudo, os resultados mostram que, de forma geral, o microcrédito se comporta locacionalmente de maneira similar ao sistema financeira como um todo.

1. INTRODUÇÃO

Em um ambiente de incertezas, a moeda torna-se um ativo importante na opção de carteira de ativos dos agentes econômicos, dessa forma, esta pode ter efeitos significativos no emprego e na renda da economia. Em nível regional, os fluxos monetários também desempenham significativa influencia na relação com esses indicadores, assim, o microcrédito se tornaria um importante instrumento no sentido de correção de certos problemas como a pobreza.

É dentro dessa perspectiva que o presente artigo se insere. O objetivo do trabalho é verificar se o acesso ao microcrédito possui efeitos significativos nos indicadores de pobreza e desemprego. A base teórica será a teoria pós-keynesiana, que afirma que o sistema financeiro se comporta de maneira diferenciada dentro do espaço, tendendo a se concentrar em regiões centrais, devido à menor preferência pela liquidez, em detrimento de uma região periférica, em que a preferência pela liquidez é maior e a demanda por crédito é menor.

¹⁰⁷ Acadêmico de curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES e bolsista de Iniciação Científica da FAPEMIG. Endereço para contato: pabloc.castro@yahoo.com.br

¹⁰⁸ Acadêmica do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES e bolsista de Iniciação Científica da FAPEMIG. Endereço para contato: marynamuniz@hotmail.com

¹⁰⁹ Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Doutora em Economia pela CEDEPLAR/UFMG. Endereço para contato: lucianacord@yahoo.com.br

O artigo, além dessa breve introdução se subdivide em mais 5 seções. Na segunda serão tratados os aspectos teóricos da teoria pós-keynesiana e da preferência pela liquidez. A terceira tratará da conceitualização e da caracterização das microfinanças e do microcrédito no Brasil. Na quarta seção serão discutidas fontes de dados e metodologia aplicada, a quinta seção ater-se-á na aplicação do teste econométrico e na descrição dos resultados obtidos e, por fim, as conclusões serão tratadas nas últimas seções.

2. MOEDA E ESPAÇO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A literatura econômica atual vem dando pouca ênfase à moeda e ao seu papel na economia. Nos estudos de economia regional, na maioria das vezes, as diferenças das variáveis monetárias entre as regiões são tratadas como consequência da diferença entre as regiões e não como causa desta diferença. Rodriguez-Fuentes (2006) afirma que as principais razões para essa negligência dada à moeda se devem ao fato da hipótese ortodoxa de neutralidade da moeda no longo prazo, logo, não se poderiam explicar variáveis reais em nível regional. Outro motivo apresentado pelo autor é que políticas monetárias geralmente não são usadas em nível regional, tornando o estudo sem importância, além do fato que dentro de um país, as regiões possuem perfeita mobilidade de capital, tal como uma pequena economia aberta.

Correntes ortodoxas da economia, afirmam que a moeda seria neutra, logo a renda e emprego só seriam afetados pelas variáveis reais da economia, diante disso, a moeda é entendida apenas como um meio e facilitador de trocas e os bancos são considerados apenas como um intermediário que aloca os recursos disponíveis para empréstimos (poupança) entre investimentos.

Diante nisso, os novo-keynesianos afirmam que em nível regional o sistema financeiro atuará eficientemente, equilibrando os fluxos monetários entre as regiões, caso não ocorra falhas na alocação de crédito regional, devido às falhas de mercado e custos de transação e monitoramento. As falhas de mercado, segundo essa corrente, ocorrem devido às assimetrias de informação e são as causas de alguns problemas econômicos, entre eles, a alocação ineficiente do crédito. Greenwald, Levinson e Stiglitz (1993) afirmam que os mercados regionais de crédito são segmentados, pois os bancos possuem melhores informações daqueles clientes que estão inseridos em sua região de atuação, implicando um custo maior de monitoramento para aqueles possíveis clientes inseridos em regiões mais distantes. Logo, a informação detém um importante papel na oferta de crédito.

Contudo, a experiência nos mostra que as variáveis monetárias tendem a provocar mudanças em variáveis reais da economia, dentre elas o emprego. Dessa forma, ressalta-se a importância do crédito na economia com efeitos relevantes na geração de emprego e renda. Os fluxos monetários e como eles se comportam locacionalmente são tratados na corrente de pensamento econômico pós-keynesiana.

Os economistas pós-keynesianos (a exemplo de Minsky, Davidson, Dow, Chick e Amado) defendem o retorno ao pensamento original de Keynes, dando ênfase a conceitos como a incerteza e a instabilidade financeira (MINSKY, 1982; 1986), afirmam também, que embora as principais causas das diferenças regionais possam ser atribuídas a questões estruturais, as variáveis monetárias podem contribuir para a manutenção ou ampliação dessas disparidades.

Os trabalhos de cunho pós-keynesiano consideram a moeda como endógena ao sistema econômico e afirmam que a moeda e demanda de crédito regional são interdependentes, não se podendo fazer uma distinção clara entre o lado real e o lado monetário da economia (DOW, 1993). A oferta e demanda de crédito são afetadas pela preferência pela liquidez¹¹⁰, que se dá de acordo com as expectativas dos agentes num ambiente de incertezas. Num ambiente de grande preferência pela liquidez, os agentes econômicos demandam maiores ativos líquidos, conseqüentemente, a demanda por crédito é menor. Em relação aos bancos, uma preferência pela liquidez maior, afetará negativamente a sua disposição a ofertar crédito na região.

O motivo dos indivíduos preferirem moedas (ou outros ativos líquidos) em momentos de incerteza se deve ao prêmio de liquidez. Retendo moeda, os agentes postergam suas decisões de investimento para um momento mais favorável, com menores incertezas, dessa forma a moeda torna-se um ativo de reserva de valor. (CARVALHO, 1996, p. 48).

A partir do exposto, usando elementos da Teoria da Causação Cumulativa e da Teoria da Dependência¹¹¹, Dow (1987) apresenta um modelo no qual o lado monetário da economia, juntamente com o lado real podem promover padrões de desenvolvimento

¹¹⁰ O ato de reter moeda previne os agentes de eventos inesperados, assim, esta se torna não neutra, já que afeta o ritmo de acumulação de riqueza e passa a apresentar características de reserva de valor, tornando-se opção na carteira de ativos dos agentes econômicos. A retenção da moeda pode significar a não aplicação em investimentos produtivos que empregue mão-de-obra, isso impacta o emprego e a renda na economia. (TADA, G; ARAÚJO, E, 2011. p.2).

¹¹¹ A Teoria da Causação Cumulativa afirma que o crescimento das regiões permite que economias de escala dinâmicas conduzam a um rápido crescimento da produtividade, tornando-as mais forte e dificultando a competição para outras regiões. E a Teoria da Dependência aborda a forma pelo qual as regiões mais dinâmicas governam as regiões menos desenvolvidas, de forma que decisões de investimento da ultima são determinados pela primeira. (CROCCO,2006)

desiguais entre as regiões. Partindo de dois casos de regiões extremos (a região central e a periférica), a autora escreve seu modelo. O centro é a região mais desenvolvida, com economias de escala dinâmicas e sistema financeiro sofisticado. A periferia seria a região menos desenvolvida, com tênues mercados e estagnação econômica, além de mercado financeiro pouco desenvolvido. Por ser uma região mais ativa, o centro atrai os investimentos, já que nela as incertezas quanto ao futuro são menores, logo a preferência pela liquidez é baixa e a demanda por crédito é maior. A região periférica apresenta maiores níveis de incerteza e conseqüentemente maior preferência pela liquidez. Logo, no longo prazo, o multiplicador bancário do centro será maior. Outro fator que amplia essas disparidades é o fato de as sedes das instituições financeiras estarem, em sua maioria, localizados no centro, dessa forma, há uma separação entre o local de investimento e o local de controle, pois há um distanciamento das demandas por investimento na região periférica e dificuldade na concessão de crédito para estas regiões.

Amado (1997) afirma que o fato das regiões periféricas possuírem grande parte da economia no setor informal, a penetração do setor financeiro nessas regiões é reduzida, seja porque os agentes dessas regiões possuam renda monetária menor ou pela própria natureza do setor.

Diante do exposto, parte-se do pressuposto que as regiões periféricas possuem maiores indicadores de pobreza e desemprego, dessa forma, as operações de microcrédito deveriam concentrar-se nelas, como uma forma de equalizar esses problemas. A próxima seção ater-se-á na caracterização das microfinanças e do microcrédito, notadamente no Brasil e a sua importância para o desenvolvimento regional.

3. MICROFINANÇAS NO ESPAÇO REGIONAL

As microfinanças surgem em diversos países com uma forma de atender uma parcela do mercado ainda pouco explorada e que antes não possuíam acesso ao sistema financeiro tradicional. Esse mercado é composto por microempreendedores, autônomos ou empregados informais, que ofertam seus produtos e serviços em galpões e garagens espalhados pelo mundo. A falta de acesso ao sistema financeiro tradicional, pela informalidade ou até mesmo pela inviabilidade de acesso a certos serviços bancários, impede esse público de expandir seus negócios, tendo que buscar fontes de financiamento alternativas.

É desse nicho de mercado que surge a indústria microfinanceira, que tem como foco o atendimento à população carente através de serviços especializados. Esses serviços não se restringem somente à oferta de crédito barato, mas na expansão de serviços que permitam as pessoas a administrarem melhor seus ganhos e o manejo de suas economias, diminuindo seus riscos. SOARES (2008) afirma que a indústria microfinanceira surge mostrando que a população excluída do sistema financeiro tradicional pode representar um nicho de mercado rentável para serviços bancários e com benefícios para a sociedade.

Conforme uma vertente tratada por diversos economistas que diz respeito ao microcrédito e às microfinanças¹¹², este segmento do sistema financeiro atua no sentido de corrigir diversos problemas socioeconômicos, dentre eles a pobreza, através do estímulo ao empreendedorismo e na geração de emprego e renda. Diante disso, parte-se do pressuposto que as operações de microcrédito deveriam se concentrar nas regiões com maiores indicadores de pobreza e menores níveis de emprego, como um importante instrumento para melhoria destes indicadores. Essas correntes são embasadas, principalmente, na escola de pensamento econômico pós-keynesiana. Essa escola amplia a discussão do crédito e a sua importância para o desenvolvimento regional.

No que diz respeito às microfinanças, cabe destaque a uma instituição, o *Grameen Bank*, fundado por Muhammad Yunus em 1976. Yunus mostrou através da criação dessa instituição que as condições de pobreza de uma sociedade não são por acaso, mas sim devido à sua incapacidade em progredir. A partir da sua criação, a agenda microfinanças vem ganhando força ao redor do mundo, inclusive no Brasil, onde diversas ONGs e instituições destinadas ao atendimento desse público se instalaram¹¹³.

Quanto ao microcrédito, ocorre uma tentativa de padronização de uso desse termo. Alguns autores usam os termos microfinanças e microcrédito como sinônimos. Coelho (2006) e outros pesquisadores brasileiros fazem uma diferenciação. Microfinanças se refere ao conjunto de serviços financeiros prestados para pessoas de baixa renda, excluída do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, serviços e gestão diferenciados. Microcrédito reporta-se, como aquele que presta serviços exclusivos a pessoas físicas, ou jurídicas empreendedoras de pequeno porte. Percebe-se que o termo microfinanças é usado

¹¹² Esse conceito será tratado mais detalhadamente na próxima seção.

¹¹³ De acordo com Soares, M (2008) grande parte das instituições microfinanceiras no Brasil são constituídas por ONGs. Porém, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor de Pequeno Porte (SCMEPP), Cooperativas de Crédito, correspondentes bancários e Bancos Públicos com carteira de desenvolvimento também ofertam esse tipo de crédito.

num sentido mais abrangente, englobando diversos outros termos. O microcrédito se insere dentro do universo das microfinanças.

Barrone *et. al.* (2002) define microcrédito como a concessão de empréstimos de baixo valor a empreendedores de baixa renda, informais ou formais, que não tem acesso ao sistema financeiro tradicional.

Dado o objetivo do trabalho, que é relacionar o acesso ao microcrédito com o desemprego e outras variáveis reais da economia, a unidade de análise são os pontos de acesso do microcrédito. O trabalho não se propõe a tratar de assuntos relacionados a serviços prestados por essas agências, logo se limita na conceitualização do microcrédito.

3.1 As microfinanças e o microcrédito no Brasil

De acordo com Soares e Sobrinho (2008), no Brasil, 70 milhões de pessoas perfazem a faixa de renda relacionada à microfinanças, gerando um potencial de 35 milhões de clientes, metade dos quais teriam interesse em obter crédito. Retroagindo a discussão sobre o conceito de microfinanças e microcrédito, no Brasil, de acordo com Feltrin, Ventura e Dold (2009), parcela significativa de contribuição é do microcrédito.

O microcrédito, no Brasil, foi legitimado pelo o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE em 2004 com a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado ou PNMPO. O programa tem o objetivo de construir uma política pública e universalizar o acesso ao microcrédito entre os microempreendedores populares excluídos do sistema financeiro tradicional, além de promover emprego e renda (Lei nº 11.110 de 2005).

Com esse programa, o governo passou a estruturar medidas que ampliariam o acesso ao microcrédito da população de baixa renda. Em 2003 instalou-se uma Medida Provisória (MP nº122, 2003) que determinava a aplicação de 2% dos depósitos à vista de todo o sistema financeiro em operações de microcrédito, além da criação de contas simplificadas e desburocratizadas. Em trabalho feito por Feltrin, Ventura e Dold (2009), os autores mostram a evolução do microcrédito no Brasil, notadamente, após a implantação do PNMPO, conforme Gráficos a seguir:

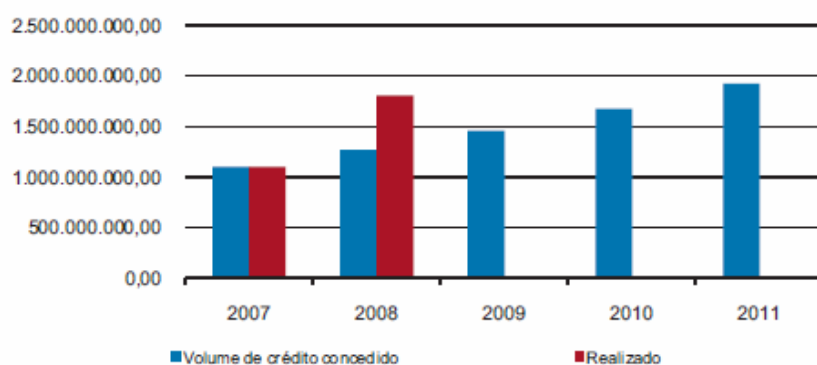


Gráfico I: Volume de crédito concedido

Fonte: Feltrin, Ventura e Dold (2009)

Houve grande crescimento do volume de crédito concedido, que chegou a pouco mais de R\$1,8 bilhão em 2008, 64% superior ao de 2007. O mesmo fenômeno aconteceu com o número de operações realizadas e o número de clientes ativos, como mostram os dois gráficos abaixo.

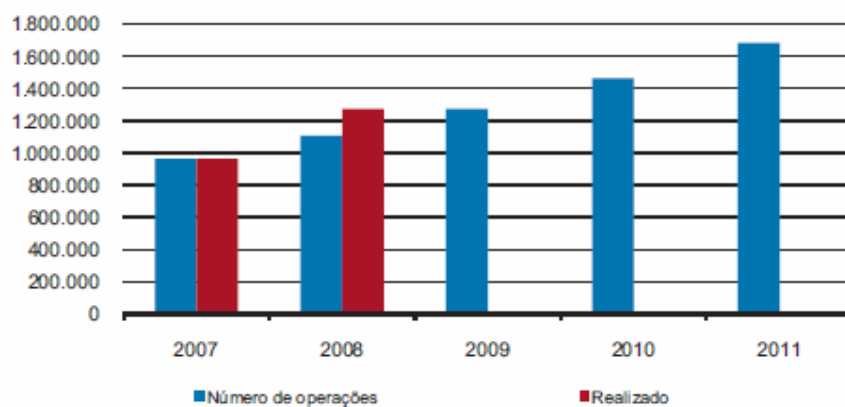


Gráfico II: Número de operações de microcrédito

Fonte: Feltrin, Ventura e Dold (2009)

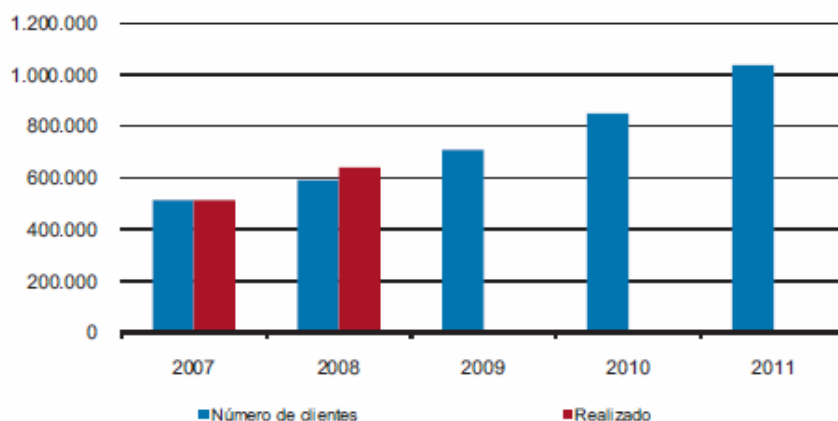


Gráfico III: Número de clientes atendidos

Fonte: Feltrin, Ventura e Dold (2009)

Percebe-se então que houve de fato um aumento das operações de crédito no período analisado, o que demonstra a efetividade de pelo menos um dos objetivos do PNMPO, o de inclusão financeira.

4. ANÁLISE METODOLÓGICA

Lembrando que o objetivo do estudo é relacionar o acesso ao microcrédito e o nível de emprego nas microrregiões de Minas Gerais no ano de 2010, e se ele possui correlação positiva com a condição de pobreza e o emprego da população urbana, fez-se necessária a seguinte análise metodológica.

Para o desenvolvimento das análises propostas neste trabalho, utilizou-se base de dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil e dados da RAIS e foram observados os pontos de acesso ao sistema financeiro em atuação em Minas Gerais e os níveis de desemprego e pobreza com base no fator renda. A unidade básica de análise do trabalho foram as microrregiões de Minas Gerais.

O critério de classificação da amostra utilizado foi o número de agências bancárias, os Pontos de Atendimento de Microcrédito (PAMs) e Pontos de Atendimento Cooperativo (PACs) e as Sociedades de Microcrédito Empreendedor de Pequeno Porte (SMCEPPs), bem como a razão de PAMs, PACs e SMCEPPs por 1.000km² e por 10.000 adultos. Para uma análise mais robusta, somou-se todos os pontos de atendimento para que se obtivesse o número de pontos de atendimento do sistema financeiro, como uma *proxy* do acesso ao sistema financeiro como um todo (PA). Feito isso, somou-se os pontos de

atendimento referentes às PAMs, PACs e SMCEPPs, dessa maneira, obteve-se uma *proxy* do acesso da população ao microcrédito (PAMC). Foi calculado também, a razão de PA e PAMC por 1.000 km² e por 10.000 adultos para efeito de análise.

Os resultados foram analisados com instrumentais econométricos: o método de regressões múltiplas por MQO com dados *cross section*¹¹⁴.

5. DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Diante da análise feita pelos dados especificados no item anterior, chegou-se aos seguintes resultados.

A primeira análise feita foi do acesso ao crédito do sistema financeiro como um todo. A hipótese principal é de que, quanto maior a renda, ou menor os indicadores de pobreza e desemprego, maior será o acesso ao crédito, que no trabalho é medido por meio de uma *proxy* que é o total de Pontos de Acesso (PA), a quantidade de Pontos de Acesso por 1.000 km² e o total de Pontos de Acesso por 10.000 adultos (PA_KM e PA_ADUL).¹¹⁵

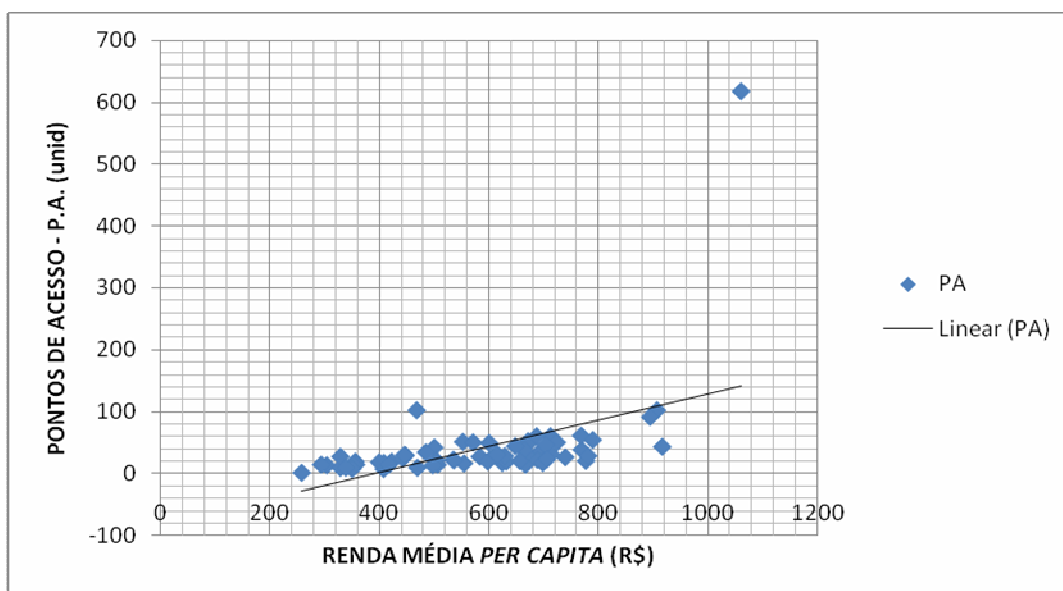


Gráfico IV: Relação entre pontos de atendimento e renda média *per capita*

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores

¹¹⁴ Ou dados de corte. Essa técnica foi utilizada, devido os dados para análise serem apenas do ano de 2010.

¹¹⁵ As tabelas com os dados utilizados no trabalho estão disponíveis em anexo no final.

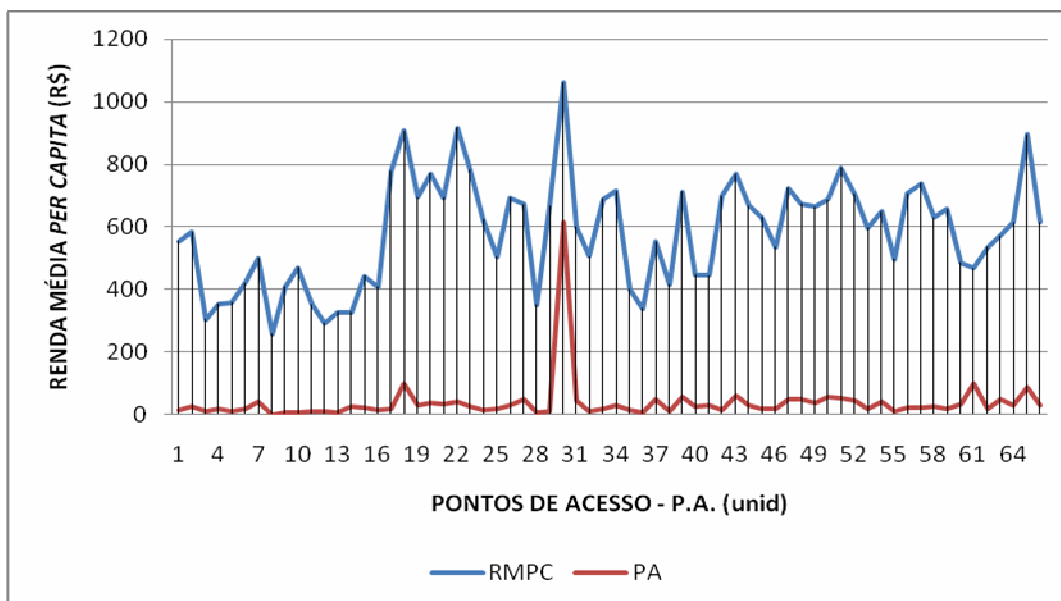


Gráfico V: Tendências dos Pontos de acesso e da renda *per capita* entre as microrregiões

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores. Legenda das Microrregiões em anexo

Os gráficos IV e V mostram isso. Quanto maior o nível de renda, maior o acesso da população ao crédito e ao sistema financeiro. Claro que isso não se dá nas mesmas proporções, com um aumento do nível de renda, o acesso ao crédito também aumenta, porém, numa proporção menor. Isso se dá porque existem outros fatores que contribuem para o aumento de renda das microrregiões. Isso é mostrado pela reta de regressão com inclinação positiva no Gráfico IV. O gráfico de linhas (Gráfico V) também mostra isso, percebe-se que nas microrregiões que possuem maior número de pontos de atendimento, ocorre também, maior nível de renda *per capita*.

É interessante observar, nos gráficos IV e V os casos extremos. A microrregião de Manhuaçu se situa bem acima da linha de tendência geral, ou seja, mesmo com um nível de renda *per capita* semelhante a outras microrregiões, ela possui maior número de pontos de acesso ao sistema financeiro. Outra microrregião que merece destaque é a de Uberaba, que apresenta um nível de renda *per capita* muito alto (o segundo de Minas Gerais), todavia, em relação ao acesso ao sistema financeiro, ela possui poucos pontos de atendimento em relação as outras microrregiões (microrregião situada abaixo da linha de tendência geral). O caso mais extremo do estado de Minas Gerais é a microrregião de Belo Horizonte, que apresenta o maior nível de renda *per capita* e o maior acesso da população ao sistema financeiro.

Quando a análise é feita com as outras variáveis que medem o acesso ao crédito (Pontos de Acesso por 1.000 km² e por 10.000 adultos) observa-se o mesmo efeito analisado

anteriormente, porém, em proporções menores. Um aumento dos pontos de acesso está positivamente correlacionado com o aumento da renda *per capita*.

Já em relação ao desemprego, não se verifica uma forte relação de causalidade. Embora se pressuponha que os pontos de acesso ao crédito tem se concentrado nas regiões com menores níveis de desemprego, a relação permanece quase que constante em seus diferentes níveis, conforme mostra o gráfico VI.

Observa-se também no gráfico VI a ocorrência de outros casos extremos. A microrregião de Belo Horizonte apresenta os maiores pontos de acesso ao microcrédito e uma taxa de desemprego, relativamente alta. As microrregiões de Manhuaçu, Almenara e Juiz de Fora, se posicionam acima da linha de tendência geral. Manhuaçu apresenta baixa taxa de desemprego e elevado acesso ao crédito, bem como a microrregião de Almenara. A microrregião de Juiz de Fora, apresenta uma taxa de desemprego relativamente alta, em contrapartida, um bom acesso ao sistema financeiro.

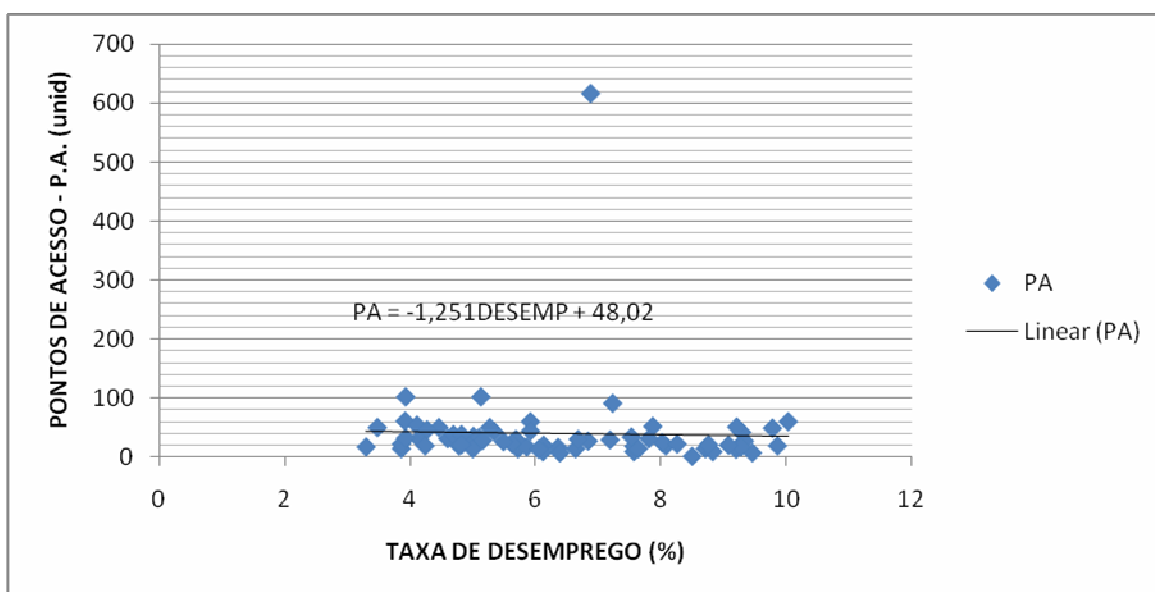


Gráfico VI: Relação entre desemprego e acesso ao crédito

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores

Fazendo a análise do acesso ao microcrédito, podem-se obter mais conclusões. Diante do que foi tratado nas seções anteriores, chegou-se à conclusão de que o acesso ao microcrédito deveria se concentrar nas regiões com maiores níveis de pobreza e desemprego e menores níveis de renda, como uma forma de equalizar esses problemas.

Fazendo essa análise para o estado de Minas Gerais, percebe-se que essa relação não é totalmente satisfeita entre as suas microrregiões, pelo contrário, entre as microrregiões

de Minas Gerais, percebe-se a relação contrária. Quanto maior o nível de renda, maior o acesso ao microcrédito dessa população. Como é o caso, por exemplo, da microrregião de Belo Horizonte que possui maior renda e maior nível de emprego, ao mesmo tempo apresenta maior razão de PAMs e PACs por 1.000 km² e por 10.000 habitantes. Isso é verificado quando se analisa o número absoluto de pontos de acesso ao microcrédito e pelos pontos de acesso ao microcrédito por km². Quando a análise é feita pelos pontos de acesso ao microcrédito por 10.000 adultos, observa-se uma ligeira relação negativa, como almeja a nossa hipótese (maiores pontos de acesso ao microcrédito em regiões com menores níveis de renda), porém essa relação é muito fraca para justificar a hipótese. Os gráficos VII e VIII mostram essa relação.

A reta de regressão com inclinação positiva mostra que as regiões com maiores níveis de renda, concentram mais pontos de acesso ao microcrédito. Teoricamente, esse fenômeno pode ser explicado com a teoria desenvolvida por Sheila Dow, onde ela afirma que as regiões centrais tendem a concentrar algumas atividades, entre elas atividades do sistema financeiro. Lembrando que as regiões centrais se caracterizam pela maior renda média *per capita*, observada nos espaços locais.

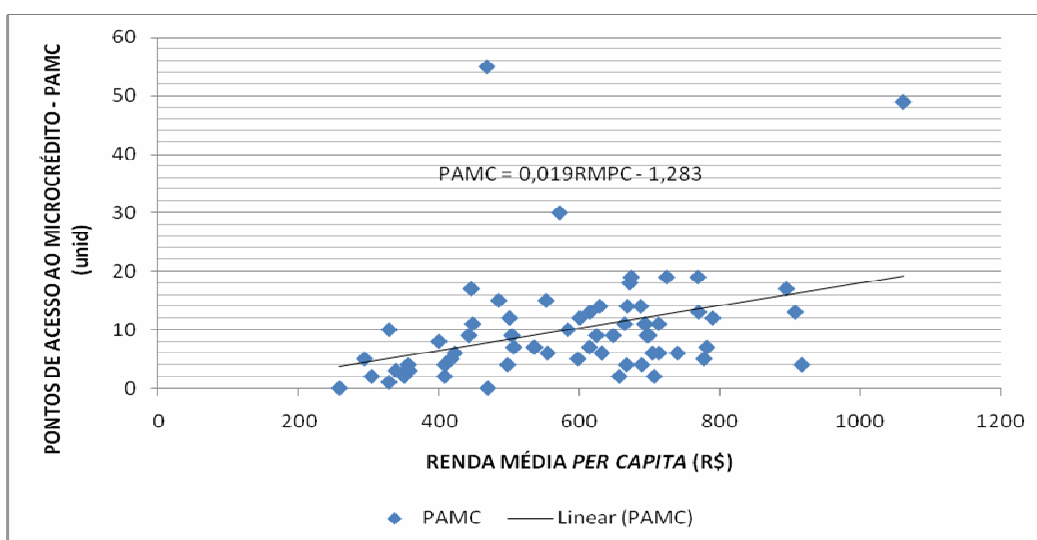


Gráfico VII: Relação entre renda *per capita* e acesso ao microcrédito

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores

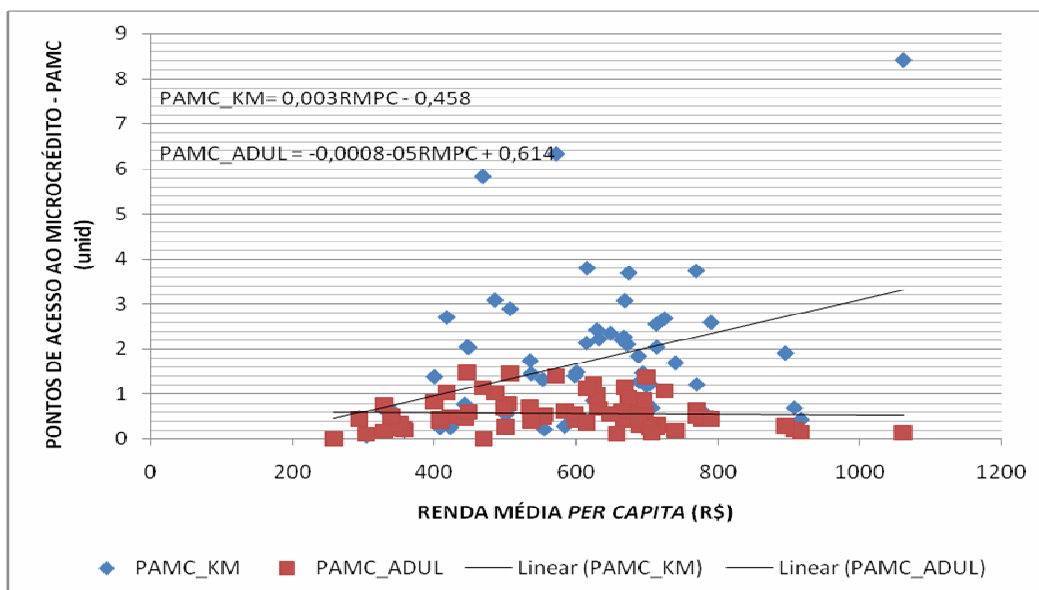


Gráfico VIII: Relação entre renda *per capita* e acesso ao microcrédito (por km² e adultos)

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores

Novamente, as microrregiões de Manhuaçu e Belo Horizonte fogem da tendência geral. Manhuaçu apresenta uma renda média *per capita* relativamente baixa, em contrapartida, um grande acesso ao microcrédito (o maior de Minas Gerais), logo, pode-se concluir que nessa microrregião, a nossa hipótese é verificada. A microrregião de Belo Horizonte, novamente, apresenta maior renda *per capita* e grande acesso ao microcrédito. No que diz respeito aos pontos de acesso por 1.000 km², a microrregião de Muriaé apresenta a mesma análise feita pela de Manhuaçu, apresentam pouca renda *per capita* e grande acesso ao microcrédito, confirmando a nossa hipóteses inicial para essas duas microrregiões. Essa hipótese também pode ser confirmada, nas microrregiões de Uberlândia e Uberaba. Nelas, o nível de renda *per capita* é alto (segunda e terceira mais alta de Minas Gerais), em contrapartida, o acesso ao microcrédito é pequeno.

Fazendo uma análise a partir da propensão de pessoas com renda menor que meio salário mínimo, nota-se o mesmo que em relação à renda per capita: as instituições de microcrédito tendem a se concentrar nas regiões onde a propensão de pessoas com baixa renda é menor.

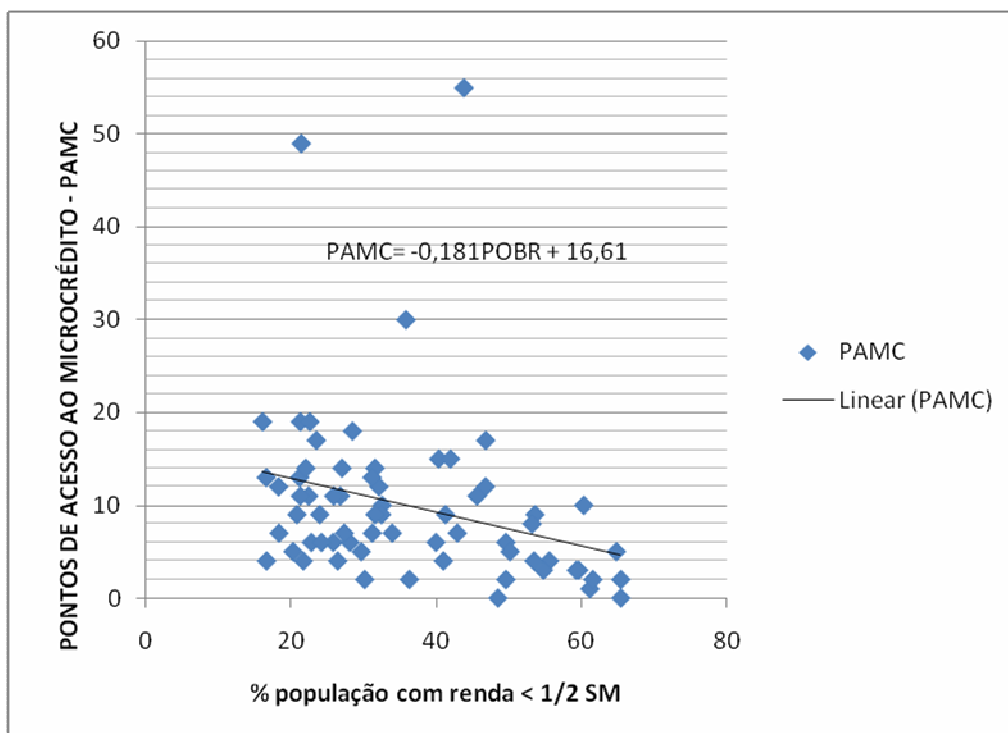


Gráfico IX: Relação entre proporção de pessoas de baixa renda e acesso ao microcrédito

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores

Novamente, conforme já tratado por Dow (1987), as regiões periféricas são mais pobres, com uma maior preferência pela liquidez, e conseqüentemente com menor demanda por crédito. Logo na região central, onde a preferência pela liquidez é menor e a demanda por crédito é maior, se torna viável a concentração de pontos de atendimento do sistema financeiro, entre eles os de microcrédito.

A microrregião de Manhuaçu novamente foge a regra e se aplica a nossa hipótese. Ela possui uma alta proporção de pobres e um grande acesso ao microcrédito.

A análise a partir dos pontos de atendimento por 1.000 km² e por 10.000 adultos mostra efeito análogo à feita em relação à renda. A reta de inclinação negativa mostra que as regiões com maiores níveis de pobreza, apresentam menor acesso ao microcrédito, refutando a hipótese inicial. Salvo as microrregiões de Manhuaçu e Muriaé, onde se observa uma alta proporção de população pobre e um alto acesso ao microcrédito.

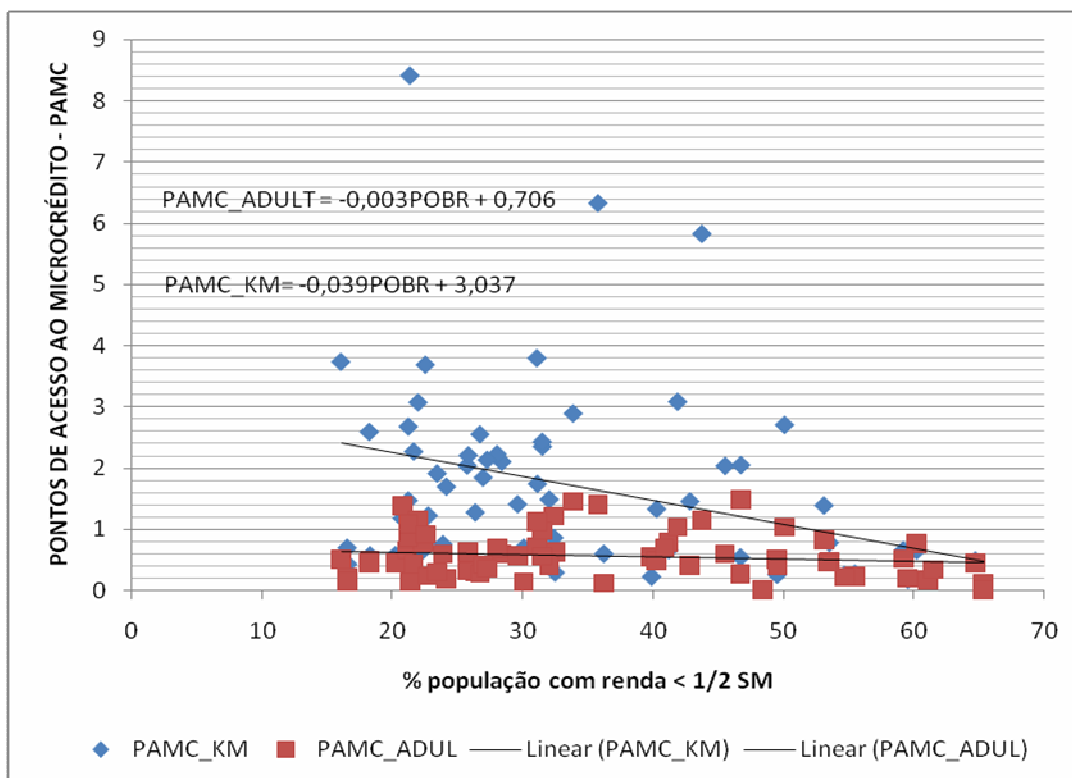


Gráfico X: Relação entre proporção de pessoas de baixa renda e acesso ao microcrédito (por km² e adultos)

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores

Em relação ao nível de desemprego, não se observou uma clara relação entre essa variável e o acesso ao microcrédito, como mostra o gráfico XI:

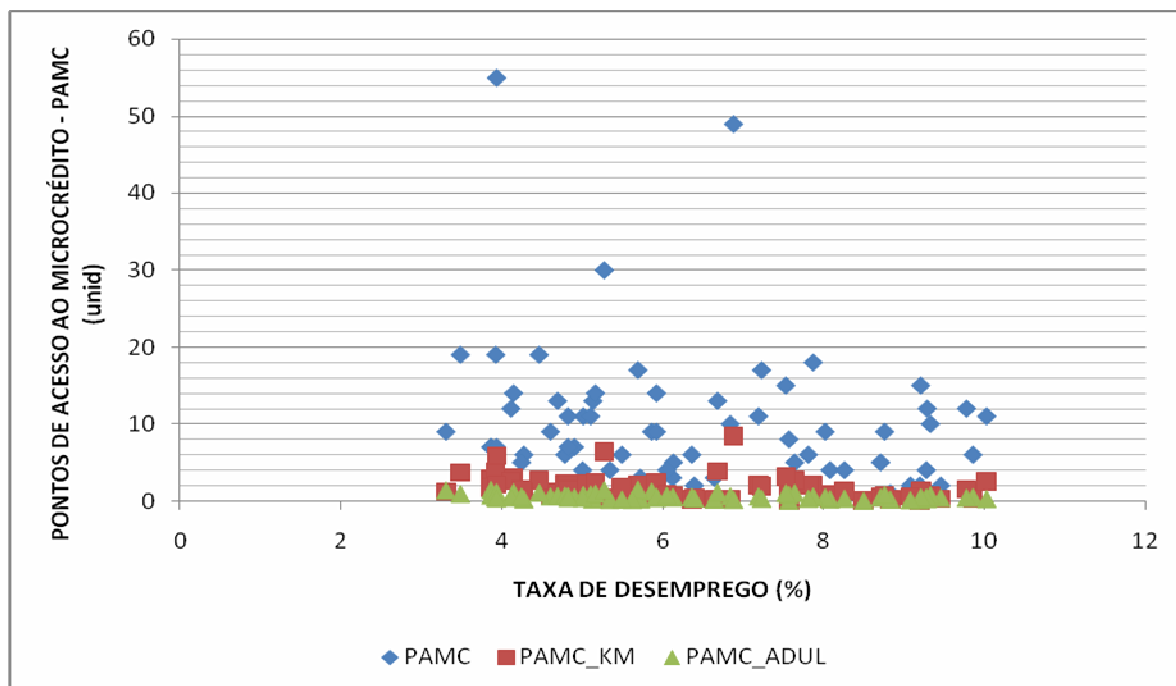


Gráfico XI: Relação entre desemprego e acesso ao microcrédito

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores

Porém, indiretamente, pode ocorrer sim uma relação entre desemprego e acesso ao microcrédito. Como foi verificado, as microrregiões mais pobres de Minas Gerais, possuem um menor acesso ao microcrédito. Embora seja nítida a percepção de que o microcrédito deve atuar nessas regiões como um catalisador do desenvolvimento, permitindo a expansão e evolução dos negócios dos microempreendedores locais.

6. CONCLUSÃO

Pode-se concluir, através da análise dos dados que, entre as microrregiões de Minas Gerais, o acesso ao crédito (como um todo) cresce na medida em que se cresce o nível de renda da população. No que diz respeito ao acesso ao microcrédito, a hipótese de que este deveria se concentrar em regiões mais pobres, não é verificado. Regiões com menores níveis de renda e maiores níveis de desemprego, teoricamente necessitariam de um maior acesso ao microcrédito, todavia, não o possuem de forma mais abrangente. Isso acaba por afetar o nível de emprego, principalmente das regiões mais pobres, já que o instrumento do microcrédito não é usado no sentido de melhorar esses indicadores socioeconômicos. Esse pode ser um dos motivos para que as regiões mais pobres não consigam efetivamente crescer, se tornando a falta de acesso ao crédito um empecilho para o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ADAMS, D. W. y VON PISCHKE, J. D. (1992): *Microenterprise Credit Programs: Déjà Vu*. World Development, outubro, vol 20, nº 10, pp. 1463-1470.

AMADO, Adriana M. *A questão regional e o sistema financeiro no Brasil: uma interpretação pós-keynesiana*. Estudos Econômicos. São Paulo, v. 27, n. 3, p. 417-440, set.-dez. 1997.

BARRA, C. e CROCCO, M. *Moeda e espaço no Brasil: um estudo de áreas selecionadas*. Revista de Economia Política, vol. 24, nº 3 (95), julho-setembro. 2004

CARVALHO, A. Gedson. *Lei de Falência, Acesso ao crédito Empresarial e taxas de juros no Brasil*. Texto preparado para a Febraban. Maio 2003.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. *Sobre a centralidade da teoria da preferência pela liquidez na macroeconomia pós-keynesiana*. Ensaios FEE, Porte Alegre (17)2:42-77, 1996

COELHO, Fabiano Costa. *Duas faces da mesma moeda: alcance e limites das microfinanças na luta contra a pobreza*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

CRUZ, André Pires. *Impactos dos Fatores Condicionantes do Volume de Crédito*. FEA/USP. 2004.

DOW, S. C.; *Money and the Economic Process*. Aldershot: Elgar, 1993.

FELTRIN, L. E., VENTURA, E. C. F. e DOLD, A. B. *Projeto Inclusão Financeira. Perspectivas e Desafios para o Brasil: visão de diferentes autores*. Banco Central do Brasil. 2009

FISCHER, Stanley. *The Role of Macroeconomic Factors in Growth*. NBER Working Paper, nº 4565, 1993.

GREENWALD, Bruce C.; LEVINSON, Alec; STIGLITZ, Joseph E. *Capital market imperfections and regional economic development*. In: GIOVANNINI, Alberto (Ed.) **Finance and development: issues and experience**. Cambridge: Center for Economic Policy Research – Cambridge University Press, 1993.

MINSKY, Hyman P. *The financial-instability hypothesis: capitalist processes and the behaviour of the economy*. In: KINDLEBERGER, C. P.; LAFFARGUE, J. P. (Ed.). **Financial crises**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

REMENYI, J. Y QUIÑONES JR, B. (Eds): *Microfinance and Poverty Alleviation. Case Studies from Asia and the Pacific*. 1ª edición, Pinter, Global Development and the Environment Series, London. 2000

RODRIGUEZ-FUENTES, C.J., Credit Availability and Regional Development. *Papers in Regional Science*, v. 77, 1, p. 63-75. 1998

SOARES, M. M. e SOBRINHO, A. D. M. *Microfinanças - O Papel do BCB e a Importância do Cooperativismo de Crédito*. Banco Central do Brasil. 2008.

YUNUS, M.: *Hacia un mundo sin pobreza*, Editorial Andrés Bello, Barcelona. 1998

CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES OCUPADOS NO SUBSETOR ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM MONTES CLAROS/MG

Renan Zorzy dos Santos Cardoso¹¹⁶

Roney Versiani Sindeaux¹¹⁷

Simone Viana Duarte¹¹⁸

RESUMO

Rotineiramente, vivenciam-se vários tipos de serviços, sejam eles produtivos (seguro, serviços bancários, jurídicos, corretagem e comunicação), de distribuição de bens (comércio, transporte e armazenagem), sociais (educação, saúde e lazer) e pessoais (restaurantes, salão de beleza, hotelaria), entre outros. Neste universo, o foco deste artigo é o subsetor Administração Pública, que representa 76% no ano de 2011 em relação ao setor serviços e é a natureza da Instituição da Universidade Estadual de Montes Claros onde se desenvolve a pesquisa. A pesquisa consistiu em analisar as características dos trabalhadores do subsetor Administração Pública, nos anos de 1990, 1994, 1998, 2000 a 2011 em Montes Claros/MG. A fonte dos dados foi a Relação anual de Informações Sociais (RAIS), banco de dados disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A pesquisa em andamento, já apresenta resultados podendo perceber que a escolaridade no subsetor Administração Pública teve um aumento no decorrer dos anos, observa-se também que o maior número de trabalhadores ocupados no subsetor recebe de 1 à 2 salários mínimos, e a faixa etária de maior crescimento nos anos estudados são a dos trabalhadores de 40 a 49 anos. Refletindo as características dos trabalhadores no subsetor em relação a teoria da segmentação, foi possível compreender a situação por gênero.²

Palavras chave: Trabalhadores - setor formal –subsetor administração pública

1. INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho vem sendo constantemente analisado sob diversos aspectos devido a suas transformações no mundo globalizado. A mudança da forma organizacional do

¹¹⁶ Acadêmico de graduação do 4º Período de Administração da Universidade Estadual de Montes Claros
E-mail:renanzorzy@gmail.com

¹¹⁷ Professor Doutor do curso de Administração, Coordenador/Orientador do Grupo de Estudos e Pesquisas em administração- GEPAD da Universidade Estadual de Montes Claros- Unimontes.
Email:roneyvs@yahoo.com.br

¹¹⁸ Professora Mestre do Curso de Administração, Orientadora do Grupo de estudos e Pesquisas em Administração-GEPAD da Universidade estadual de Montes Claros- Unimontes
E-mail:simonevianaduarte@yahoo.com.br

trabalho introduzida pelo modelo taylorista de produção, na década de setenta, dá novo direcionamento às relações de trabalho, que são mantidas, intensificadas e diversificadas nas suas modalidades, no decorrer dos anos, nos mais diversos países do mundo inclusive no Brasil. Com estas transformações, constata-se uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho (ANTUNES, 2001), provocando diminuição da mão-de-obra empregada na indústria, concomitantemente ao surgimento de novas atividades relacionadas principalmente ao setor de serviços.

A prestação de serviços caracteriza-se por ser intangível, intransferível, não estocável, existindo somente durante o processo produtivo. É composta por um amplo leque de atividades (comércio, transportes, comunicações, instituições financeiras, serviços prestados às famílias, serviços prestados às empresas, aluguel de imóveis, administração pública e serviços privados não-mercantis), que demonstram a heterogeneidade da composição do setor. De suas características e de sua composição, decorrem os diferentes graus de utilização de capital e trabalho, que tem por resultado uma diversidade de formas de relações de trabalho no setor.

Diante da crescente importância do setor de serviços na estrutura econômica das nações, considera-se relevante fazer uma análise histórica de como a Economia enquanto ciência tem tratado as questões relacionadas a este setor produtivo, uma vez que as atividades terciárias têm influenciando direta e indiretamente o produto e a riqueza das economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Não obstante, analisar o setor terciário da economia não se constitui em uma tarefa fácil, pois a teoria econômica apresenta um corpo analítico amplo apenas para as evidências do comportamento dos setores primário e secundário, o que implica dizer que não se verifica a existência de um quadro teórico global que permita obter uma definição, classificação e mensuração satisfatória do lugar ocupado pelos serviços na dinâmica do capitalismo contemporâneo, bem como no processo de acumulação como um todo.

A metodologia do trabalho privilegiou uma pesquisa teórico-descritiva, em variadas fontes secundárias, tais como sites institucionais via internet (RAIS/CAGED, MTE), relatórios de pesquisa, obras referenciais, dentre outros, bem como fazendo uso de dados estatísticos, que foram analisados através de métodos quantitativos. A pesquisa está inserida em um Projeto Integrado Interinstitucional (UNIMONTES), intitulado “Mercado de Trabalho e Gestão”.

A importância desta pesquisa refere-se à observação das transformações que vem ocorrendo no mercado de trabalho nos setores da cidade Montes Claros/MG, onde o presente

artigo apresentará os resultados parciais sobre o trabalhador em nível operacional do subsetor administração pública.

2.TEORIA DA SEGMENTAÇÃO

Segundo Oliveira e Piccinini (2010, p.6):

Os defensores da teoria da segmentação, abordam que o mercado não é um único espaço competitivo em que todos os postos de trabalho estariam igualmente disponíveis a todos os trabalhadores, mas sim um conjunto de segmentos que não competem entre si, porém remuneram de formas diferentes o capital humano, porque existem barreiras que não permitem que todos se beneficiem igualmente do mesmo nível de educação e treinamento. Havendo assim um mercado interno no qual os trabalhadores estariam mais protegidos e com melhores condições de trabalho e de qualificação, e um mercado externo, onde o trabalho seria regido de acordo com as regras da economia clássica.

Segundo Gambier e Vernieres (1991), como a empresa vive em um ambiente de informação incompleta e de mudança, esta precisa se adaptar à incerteza e à instabilidade e organizar o trabalho em consequência. Esta lógica geral de gestão de mão de obra contém dois aspectos que a princípio são contraditórios: a necessidade de provisionamento do trabalho ao menor custo possível e a vontade de aumentar a eficácia do trabalho. Estas duas práticas conduzem para caminhos distintos, por consequência darão origem a formas diferentes de gestão de mão de obra.

Ainda segundo esta teoria, há múltiplos mercados de trabalho que se formam a partir da diversidade de atividades profissionais, podendo haver abundância de demanda em alguns segmentos e setores e falta em outros. Além da profissão, a localização geográfica dos empregos e da mão de obra, os graus de qualificação exigidos, as delimitações etárias multiplicam o número de mercados de trabalhos que se justapõem. Essa pluralidade explica por que, mesmo em um período de desemprego importante, pode ocorrer a ausência de mão de obra em determinados segmentos.

Segundo Cunha (1979, citado por Oliveira e Piccinini,2011) a teoria da segmentação diz que não há somente a existência de sub mercados agindo independentes uns dos outros e funcionando em circuito fechado, mas, que este tipo de segmentação está no centro do mecanismo de funcionamento do mercado de trabalho. Entre as múltiplas abordagens da segmentação, a ideia de dualidade do mercado de trabalho teve destaque em estudos latino-americanos (Cunha, 1979). Segundo esta perspectiva, no mercado de trabalho

existiria um setor primário (ou central) caracterizado pela segurança da carreira, com procedimentos sociais regulados pelo Estado; e um setor secundário (ou periférico), caracterizado por baixos salários, alta rotatividade de trabalhadores, falta de qualificação, possibilidades restritas de promoção e ausência de segurança no emprego. Este segmento, nitidamente desfavorecido, é formado por trabalhadores em situação de fraqueza junto aos empregadores: trabalhadores imigrantes, mulheres, mão de obra pouco qualificada, trabalhadores de empresas subcontratadas, entre outros.

3. O SETOR SERVIÇOS

Segundo Atkinson (2006, p.1) “as estatísticas variam um pouco, mas de modo geral é possível atribuir 70% de toda a riqueza mundial ao setor de serviços. Do ponto de vista do emprego, o cenário dos serviços é bastante favorável: setor empregador, de mão-de-obra intensiva, há trabalho em serviços para praticamente todas as faixas de escolaridade e renda”. Custa significativamente menos a criação de um emprego em serviços do que a criação de um emprego na indústria. Enquanto a indústria tende à automação, à especialização do trabalho, reduzindo a participação humana, o setor de serviços não consegue facilmente dispensar o elemento humano. Na verdade, para grande parte das empresas de serviço o único ativo disponível são as pessoas que compõem a empresa, sua inteligência e conhecimento. Assim é que constantes mudanças no quadro de pessoal podem afetar profundamente uma empresa de serviço. O vínculo estabelecido é com a pessoa e não com a empresa; para o cliente, o prestador de serviço representa a empresa e é o depositário de sua confiança. Outra questão que aponta para o crescimento da economia de serviços é a dificuldade cada vez maior que um produto tem para se diferenciar de outro, tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista de utilidade.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) o setor de serviços gera mais da metade da renda nacional, pois corresponde a 54% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2002. Fazem parte desse ramo o comércio, o turismo, os serviços financeiros, jurídicos, de informática, comunicação, arquitetura, engenharia, auditoria, consultoria, propaganda e publicidade, seguro, corretagem, transporte e armazenagem, além das atividades públicas e privadas de defesa, segurança, saúde e educação, entre outros.

O setor de serviços vem desempenhando um importante e crescente papel no emprego e nas transações econômicas gerais, tanto como atividade principal quanto como fornecedora de insumos ao setor industrial e agrícola, destacando-se o seu peso nas transações

comerciais internacionais e na captação de investimentos externos diretos (CHESNAIS, 1996; MELO et al, 1998; CANUTO et al, 2003; SAMBATTI et al, 2010).

De acordo com CHESNAIS (1996); BIANCO & COLBARI (2003), esse crescimento do setor terciário pode ser explicado por vários fatores, entre eles:

- a) as alterações sócio demográficas (aumento da população feminina ativa e o envelhecimento da população) que incrementam a demanda por serviços pessoais (creches, asilos, escolas, etc);
- b) a complexificação da organização econômica que impulsiona a expansão dos serviços administrativos, financeiros e de seguros, bem como, o crescimento dos investimentos imateriais;
- c) a tendência de especialização das empresas e o surgimento dos “produtos-serviços” (em que a produção e a comercialização de um bem material é acompanhada por uma série de serviços) têm permitido a expansão tanto dos serviços pouco qualificados quanto daqueles mais sofisticados, como gerência, relações públicas, P&D, informática, assistência técnica, entre outros.

4. SUBSETOR ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O setor institucional administração pública é constituído por unidades que têm como função principal produzir serviços não-mercantis destinados à coletividade e/ou efetuar operações de repartição de renda e de patrimônio. Os serviços são considerados não-mercantis quando prestados a preços economicamente não significativos. A principal fonte de recursos do setor é o pagamento obrigatório efetuado pelas demais unidades institucionais na forma de impostos, taxas e contribuições sociais.

Segundo a SNA (1993) a abrangência deste subsetor administração pública é composto pelas seguintes unidades institucionais:

- entidades públicas juridicamente constituídas como empresas com funções típicas de governo e cujos recursos são provenientes, em sua maior parte, de transferências.;
- entidades para-estatais que têm como principal fonte de receita recursos tributários vinculados arrecadados pelo governo, são elas:
 - Sistema S – instituições produtoras de serviços sociais que têm como principal fonte de receita recursos tributários vinculados arrecadados pelo governo.
 - Conselhos Profissionais – instituições de apoio à regulação das atividades profissionais que têm como principal fonte de recursos contribuições compulsórias.
 - Fundos de caráter público, como os fundos constitucionais e o FGTS – Fundo de garantia por Tempo de Serviço e PIS/PASEP – Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

órgãos governamentais da administração central e entidades descentralizadas (autarquias, fundações e fundos), nos âmbitos federal, estadual e municipal.

5. CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES DO NÍVEL OPERACIONAL DO SUBSETOR ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM MONTES CLAROS

Por meio da série histórica dos anos de 1990,1994,1998,2000 a 2011, através dos dados fornecidos pela RAIS,observa-se que no ano de 1990 a escolaridade predominante no subsetor Administração Pública era do Grupo 2 (ensino médio) com 46,10%, seguido do Grupo 1 (ensino fundamental) com 44,89%. No ano de 2011 pode-se destacar que houve uma mudança no cenário deste subsetor onde o Grupo 3 (ensino superior) se torna o de maior representatividade com 64,16% do total de vínculos, enquanto no ano de 1990 ele representava apenas 8,27% do total. (Ver TAB. 1).

TABELA 1

Representatividade do grau de instrução do total de trabalhadores ocupados no subsetor Administração Pública nos anos de 1990, 1994, 1998, 2002 a 2011

Grupos	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Grupo 1	44,89%	45,56%	13,18%	26,34%	22,60%	1,97%	1,64%	0,81%	0,90%	0,98%	1,42%	2,13%	2,16%
Grupo 2	46,10%	43,99%	61,36%	52,81%	55,52%	11,85%	13,47%	16,11%	20,81%	27,49%	31,91%	33,06%	33,68%
Grupo 3	8,27%	10,46%	25,45%	20,85%	21,88%	86,18%	84,89%	83,08%	78,29%	71,52%	66,67%	64,81%	64,16%
Grupo 4	0,74%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Observação: Grupo 1- Ensino Fundamenta, Grupo 2- Ensino Médio, Grupo 3- Ensino Superior, Grupo 4- Não classificados

Fonte: RAIS/CAGED, 2011

O GRÁF.1 traça a mudança ocorrida no subsetor Administração Pública onde no ano de 1990 o Grupo 1 estava quase em equivalência no número de trabalhadores com Grupo 2, sofreu uma queda brusca durante os anos, reduzindo até se estabilizar entre 1 e 2% a partir de 2004 até 2011. O Grupo 3, apresenta entre 1990 a 2003 um leve crescimento, com um salto de 21,88% em 2003 para 86,89% em 2009 e permanecendo em 64% nos anos de 2010 e 2011.

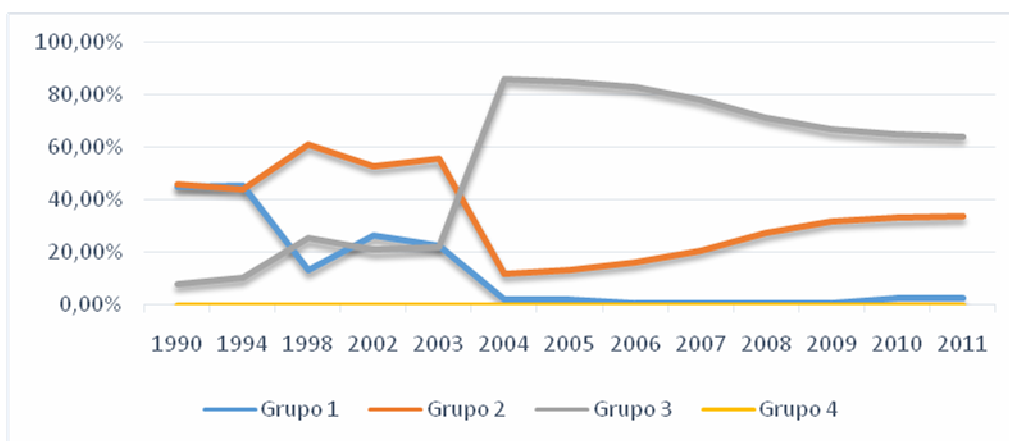


GRÁFICO 1 – Representatividade da escolaridade do Total de trabalhadores ocupados no subsetor Administração Pública nos anos de 1990, 1994, 1998, 2002 a 2011

Fonte: RAIS/CAGED, 2011

A TAB. 2 mostra a representatividade das mulheres no subsetor Administração Pública, podendo destacar que do ano de 2003 para 2004 sua participação no Grupo 3 salta de 12,48% para 53,02% impulsionado por uma crescente aumento da escolaridade vinda dos anos de 1990. Observa-se também que neste mesmo período de 2003 para 2004, naturalmente impactado pelo aumento da escolaridade, o Grupo 2 reflete a conseqüente redução, saltando de 32,59% em 2003 para 6,62% em 2004 e crescendo para 16,21% em 2011.

TABELA 2
Escolaridade das mulheres no subsetor Administração Pública nos anos de 1990, 1994, 1998, 2002 a 2011

Legenda: Grupo 1- Ensino Fundamental, Grupo 2- Ensino Médio, Grupo 3- Ensino Superior, Grupo 4- Não classificados

	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Grupo	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.
Grupo 1	13,87%	20,18%	2,73%	12,83%	10,12%	1,08%	0,89%	0,31%	0,33%	0,41%	0,56%	0,63%	0,54%
Grupo 2	28,93%	30,20%	28,18%	33,53%	32,59%	6,47%	6,62%	6,63%	9,64%	13,38%	17,07%	16,47%	16,21%
Grupo 3	4,19%	6,18%	10,00%	12,05%	12,48%	53,02%	49,35%	49,34%	47,69%	47,21%	41,93%	41,35%	41,10%
Grupo 4	0,27%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	47,25%	56,56%	40,91%	58,41%	55,19%	60,58%	56,86%	56,28%	57,66%	61,00%	59,56%	58,46%	57,85%

Fonte:
RAIS/
CAGE
D,
2011

N

a

TAB 3 observa-se que tal como as mulheres, a participação dos homens é maior no Grupo 3. Nota-se que nos anos de 2003 para 2004 houve uma queda da participação dos homens do Grupo 2 caindo de 22,93% para 5,38% em contrapartida houve uma aumento da representatividade dos homens neste mesmo período no Grupo 3, saindo de 9,04% para 33,16% do total de trabalhadores do subsetor Administração Pública. No ano de 2011 o Grupo 3 é representado por 41,10% .

TABELA 3
Escolaridade dos homens no subsetor Administração Pública nos anos de 1990, 1994, 1998, 2002 a 2011

	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Grupo	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.
Grupo 1	31,02%	25,38%	10,45%	13,51%	12,48%	0,89%	0,75%	0,50%	0,57%	0,57%	0,86%	1,50%	1,62%
Grupo 2	17,17%	13,78%	33,18%	19,28%	22,93%	5,38%	6,85%	9,47%	11,17%	14,11%	14,84%	16,59%	17,48%
Grupo 3	4,08%	4,28%	15,45%	8,80%	9,40%	33,16%	35,54%	33,75%	30,60%	24,31%	24,73%	23,46%	23,06%
Grupo 4	0,47%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	52,75%	43,44%	59,09%	41,59%	44,81%	39,42%	43,14%	43,72%	42,34%	39,00%	40,44%	41,54%	42,15%

Legenda:
 Grupo 1- Ensino Fundamental,
 Grupo 2- Ensino

Médio, Grupo 3- Ensino Superior,
 Grupo 4- Não classificados
 Fonte: RAIS/CAGED, 2011

O GRÁF.2 mostra a escolaridade feminina e masculina, no período estudado, sendo que a participação das mulheres no subsetor Administração Pública cresceu ao longo dos anos. A partir do ano de 2002 o Grupo 3 passou a ter uma maior representatividade das mulheres, mostrando que as mulheres possuem maior escolaridade que os homens neste subsetor.

Nota-se também que este subsetor até o ano de 2003 caracterizava-se por sua diversificação no grau de instrução, a partir de 2004 o Grupo predominante no subsetor foi o Grupo 3, seguido pelo Grupo 2, e havendo uma queda da participação do Grupo 1. Mostrando assim que houve uma mudança no quesito grau de instrução, que antes no ano de 1990 tinha como trabalhadores com ensino fundamental o de maior representatividade, já no ano de 2011 o trabalhadores com ensino superior ocupam está maior participação no subsetor.

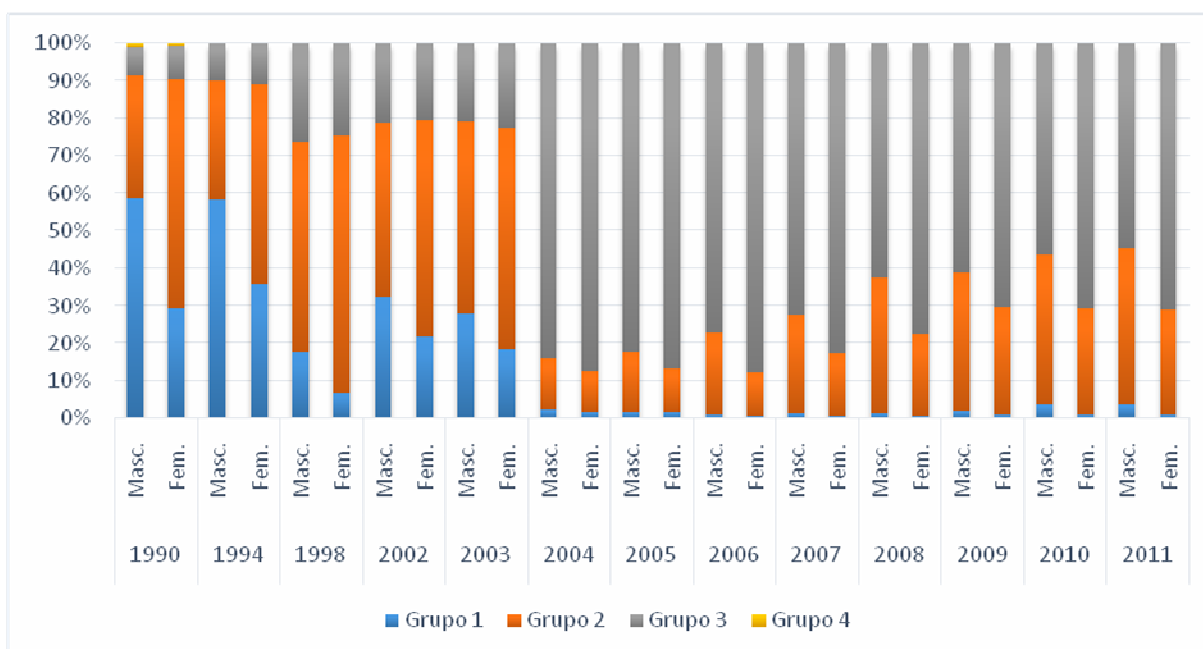


GRÁFICO 2 - Escolaridade dos trabalhadores do sexo masculino e feminino no subsector Administração Pública nos anos de 1990, 1994, 1998, 2002 a 2011
 Fonte: RAIS/CAGED, 2011

No ano de 1990 o subsector Administração Pública obteve uma maior participação na faixa de 30 a 39 anos, sendo 24,13% do total de trabalhadores, seguido da faixa de 40 a 49 anos sendo 17,83% do total. Sabe-se que a faixa de menor representatividade é a de 65 anos ou mais com 0,82% do total dos trabalhadores e a faixa de 18 a 24 com 4,58% do total. (Veja TAB.4).

Ao longo dos anos o cenário deste subsector em relação a faixa etária não teve grandes transformações, só a partir de 2005 a faixa etária de 40 a 49 anos supera ocupando 1º posição do subsector Administração Pública obtendo 30,92% no ano de 2011 contra 26,84% da faixa de 30 a 39 anos.

TABELA 4 - Representatividade da faixa etária do total de trabalhadores ocupados no subsetor Administração Pública

Faixa Etária	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
18 a 24 anos	4,58%	9,48%	6,82%	6,13%	5,57%	4,56%	5,67%	8,11%	7,38%	6,25%	6,29%	5,68%	6,20%
25 a 29 anos	10,48%	14,52%	7,73%	11,07%	9,22%	9,13%	9,99%	10,71%	11,90%	11,76%	12,41%	11,20%	11,83%
30 a 39 anos	24,13%	32,34%	27,73%	36,68%	34,17%	32,95%	30,80%	29,12%	29,37%	28,67%	28,23%	27,42%	26,84%
40 a 49 anos	17,83%	26,40%	39,09%	28,39%	30,73%	31,58%	31,63%	30,26%	30,12%	31,24%	30,21%	31,67%	30,92%
50 a 64 anos	13,131%	16,160%	18,18%	16,56%	19,16%	20,89%	20,90%	20,86%	20,31%	21,10%	21,25%	22,33%	22,30%
65 OU MAIS	0,82%	0,86%	0,45%	1,06%	1,14%	0,89%	1,00%	0,92%	0,92%	0,98%	1,61%	1,70%	1,91%
{ ã class. }	29,03%	0,24%	0,00%	0,10%	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: RAIS/CAGED, 2011

A faixa etária de maior representatividade das mulheres deste subsetor no ano de 1990 foi dos 30 a 39 anos com 11,63% do total de trabalhadores ocupados. A participação das mulheres com 40 a 49 anos foi crescendo ao longo dos anos, tal como a análise da representatividade total de trabalhadores, esta faixa etária a partir de 2005 consolida-se como a de maior representatividade das mulheres até 2011. (Ver TAB.5).

Com os homens não foi diferente no ano de 1990 sua faixa etária de maior participação no setor foi a de 30 a 39 com 12,49% do total de trabalhadores ocupados. A faixa de 30 a 39 anos o permanece até o ano de 2011 sendo a faixa e maior representatividade no subsetor Administração Pública com relação ao número total de trabalhadores do sexo masculino (Ver TAB. 6). Ou seja, na atualidade, as mulheres no subsetor Administração Pública em sua maioria, são mais velhas do que os homens neste subsetor.

Total	52,75%	43,44%	59,09%	41,59%	44,81%	39,42%	43,14%	43,72%	42,34%	39,00%	40,44%	41,54%	42,15%
-------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Fonte: RAIS/CAGED, 2011

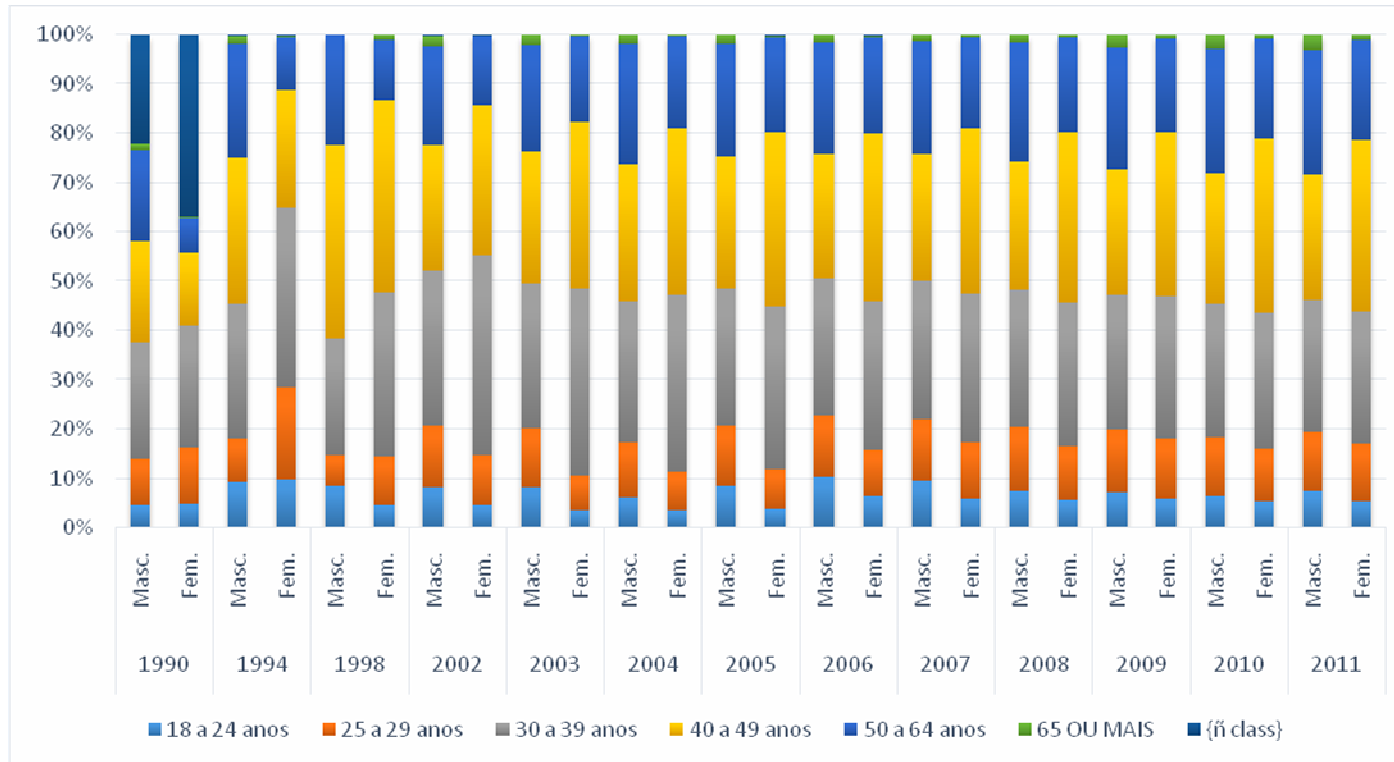


GRÁFICO 4 - Representatividade da faixa etária do total de trabalhadores masculinos e femininos ocupados no subsetor Administração Pública nos anos de 1990 a 2011
 Fonte: RAIS/CAGED, 2011

No subsetor Administração Pública no ano de 1990 a faixa salarial de maior representatividade era a de 1 a 2 salários mínimos com 26,41%, do total de trabalhadores ocupados no subsetor, seguido da faixa de 2 a 5 salários mínimos com 14,63% do total. Nos anos seguintes estas duas faixas de salário permanecem como as duas de maior participação no subsetor. Observa-se que a faixa e 1 a 2 salários mínimos obteve um aumento ao longo dos anos chegando a 61,36% em 2006, embora com ligeira redução, ao final de 2011 esta faixa ainda representa o maior

número de trabalhadores com 51,01%. As idades entre 2 a 5 salários mínimos obteve um percentual de 36,96% se posicionando como a segunda faixa salarial mais representativa no ano de 2011. (Veja TAB.7).

TABELA 7
Faixa Salarial dos total de trabalhadores ocupados no subsetor Administração Pública nos anos de 1990 a 2011

Faixa Salarial	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
De 0,5 a 1 salário	0,68%	0,38%	4,55%	1,25%	2,31%	0,42%	0,76%	2,48%	2,48%	3,50%	3,65%	3,12%	3,48%
De 1 a 2 salários	26,41%	39,57%	2,27%	45,66%	52,89%	51,11%	53,16%	61,36%	59,37%	55,58%	50,76%	56,88%	51,01%
De 2 a 5 salários	14,63%	46,20%	28,64%	39,11%	34,70%	35,11%	29,39%	26,34%	27,92%	32,75%	36,47%	31,64%	36,93%
De 5 a 10 salários	7,61%	8,70%	32,27%	10,18%	5,78%	8,81%	11,80%	6,37%	7,14%	5,28%	5,52%	4,93%	4,85%
De 10 a 20 salários	2,15%	3,87%	19,55%	2,34%	2,46%	2,94%	3,75%	1,83%	1,67%	1,44%	2,33%	1,94%	2,20%
+ de 20 salários	0,12%	0,95%	12,73%	1,36%	1,34%	1,51%	1,07%	0,38%	0,33%	0,29%	0,33%	0,22%	0,33%
{ ñ class. }	48,40%	0,33%	0,00%	0,10%	0,51%	0,10%	0,07%	1,23%	1,09%	1,15%	0,94%	1,28%	1,20%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: RAIS/CAGED, 2011

O GRÁF.5 mostra a representatividade da faixa salarial do total de trabalhadores do subsetor Administração Pública. Podendo assim perceber que as faixas de menor participação são as de 5 a 10 salários mínimos com exceção do ano de 1998, com participação de 39,11% do total de trabalhadores sendo a faixa de maior representatividade no subsetor neste ano, contudo nos demais anos ela foi diminuindo chegando no ano de 2011 com apenas 4,85% do total. A faixa de 10 a 20 salários mínimos e de mais de 20 salários são as faixas de menor representatividade no subsetor Administração Pública nos anos estudados. Pode-se caracterizar como um subsetor que no ano de 2011 compreende salários entre 1 até 5 salários mínimos, somando 87,94% da remuneração do total de trabalhadores ocupados neste subsetor.

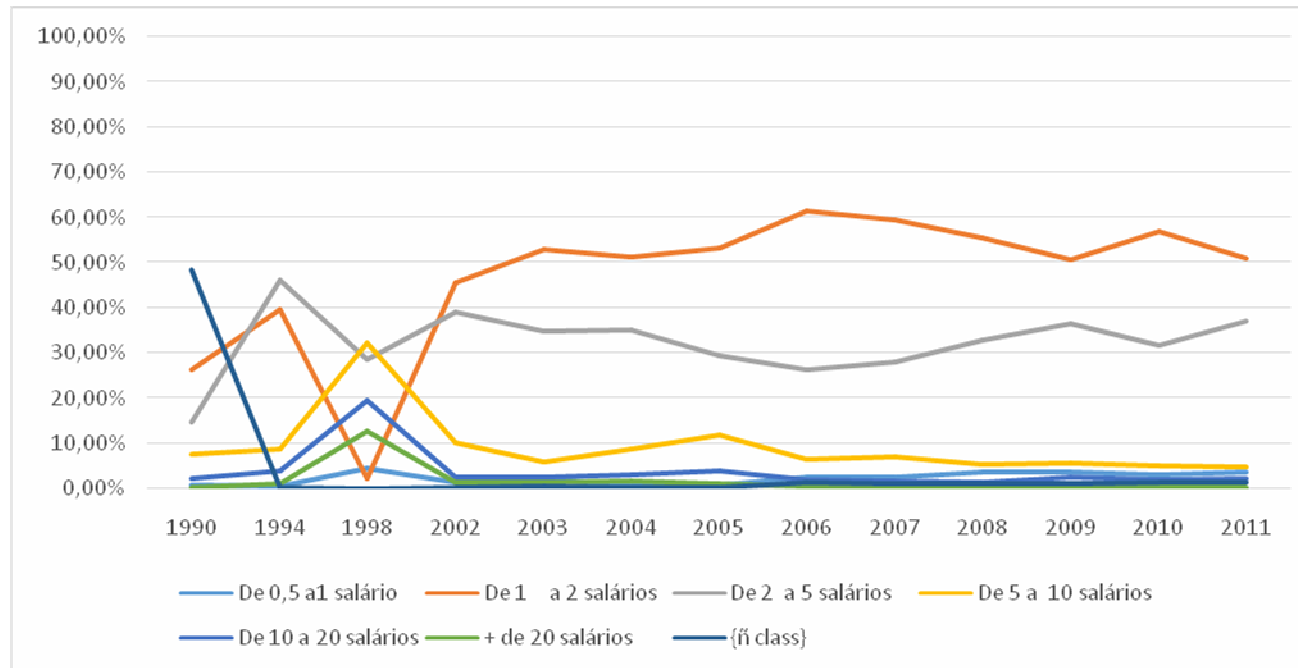


GRÁFICO 5 - Representatividade da faixa salarial do total de trabalhadores ocupados no subsetor Administração Pública nos anos de 1990 a 2011
Fonte: RAIS/CAGED, 2011

A TAB.8 apresenta a participação das mulheres nos anos de 1990,1994,1998,2000 a 2011,com respectivas faixas de remuneração. Observa-se que a faixa predominante é entre 1 a 2 salários mínimos, obtendo em 2011 uma percentual de 27,44% seguido da faixa de 2 a 5 salários mínimos com 25,61%.

TABELA 8
Faixa Salarial das mulheres no subsetor Administração Pública nos anos de 1990 a 2011

Faixa Salarial	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino
De 0,5 a 1 salário	0,37%	0,19%	3,18%	0,50%	0,63%	0,30%	0,44%	1,03%	1,07%	1,51%	2,07%	1,52%	1,52%
De 1 a 2 salários	14,16%	24,41%	1,36%	26,51%	29,72%	32,17%	32,56%	37,72%	36,20%	34,09%	29,48%	32,72%	27,22%
De 2 a 5 salários	5,74%	27,21%	10,91%	24,85%	20,66%	21,66%	16,15%	13,18%	15,78%	21,44%	24,31%	20,67%	25,22%
De 5 a 10 salários	2,63%	3,49%	15,91%	5,42%	2,68%	4,76%	6,03%	2,87%	3,24%	2,61%	2,46%	2,13%	1,82%
De 10 a 20 salários	0,55%	0,81%	7,73%	0,80%	0,94%	1,27%	1,39%	0,64%	0,72%	0,55%	0,60%	0,59%	0,59%
+ de 20 salários	0,00%	0,17%	1,82%	0,27%	0,23%	0,36%	0,23%	0,06%	0,04%	0,04%	0,06%	0,02%	0,02%
{Ñ class.}	23,80%	0,29%	0,00%	0,07%	0,33%	0,05%	0,05%	0,78%	0,61%	0,76%	0,57%	0,81%	0,81%
Total	47,25%	56,56%	40,91%	58,41%	55,19%	60,58%	56,86%	56,28%	57,66%	61,00%	59,56%	58,46%	57,22%

Fonte: RAIS/CAGED, 2011

A TAB.9 mostra a representatividade da remuneração masculina no subsetor Administração Pública. Os homens tal como as mulheres tem sua maior concentração de trabalhadores nas faixas de remuneração de 1 a 2 salários mínimos com 23,57% e de 2 a 5 salários mínimos com 11,32% do total de trabalhadores ocupados no subsetor. Os homens nas faixas salariais menores que 5 salários mínimos tem uma menor representatividade tomando como parâmetro a representatividade das mulheres, nas demais faixas seguintes a 5 salários mínimos apesar da pouca diferença os homens são mais representativos que as mulheres no subsetor. De 5 a 10 salários mínimos os homens estão presente com 2,95% contra 1,90% das mulheres, já na faixa de 10 a 20 salários mínimos os homens obtiveram 1,49% contra 0,71% das mulheres. Nota-se também que no ano 1998 os homens representavam 10,91% do total de trabalhadores ocupados na faixa de mais de 20 salários mínimos e as mulheres apenas 1,82% do total.(Veja GRÁF.6).

TABELA 9
Faixa Salarial dos homens no subsetor Administração Pública nos anos de 1990 a 2011

Faixa Salarial	1990	1994	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.	Masc.
De 0,5 a 1 salário	0,31%	0,19%	1,36%	0,76%	1,68%	0,12%	0,32%	1,45%	1,42%	1,99%	1,58%	1,60%	2,06%
De 1 a 2 salários	12,25%	15,16%	0,91%	19,15%	23,18%	18,94%	20,59%	23,64%	23,17%	21,48%	21,27%	24,16%	23,57%
De 2 a 5 salários	8,88%	18,99%	17,73%	14,25%	14,04%	13,45%	13,24%	13,16%	12,14%	11,31%	12,17%	10,97%	11,32%
De 5 a 10 salários	4,99%	5,20%	16,36%	4,76%	3,10%	4,05%	5,77%	3,50%	3,90%	2,68%	3,06%	2,80%	2,95%
De 10 a 20 salários	1,60%	3,07%	11,82%	1,54%	1,51%	1,67%	2,36%	1,20%	0,95%	0,90%	1,73%	1,35%	1,49%
+ de 20 salários	0,12%	0,78%	10,91%	1,08%	1,11%	1,15%	0,84%	0,33%	0,29%	0,25%	0,27%	0,19%	0,26%
0{Ñ class.}	24,60%	0,05%	0,00%	0,04%	0,19%	0,04%	0,02%	0,44%	0,48%	0,39%	0,37%	0,47%	0,50%
Total	52,75%	43,44%	59,09%	41,59%	44,81%	39,42%	43,14%	43,72%	42,34%	39,00%	40,44%	41,54%	42,15%

Fonte: RAIS/CAGED, 2011

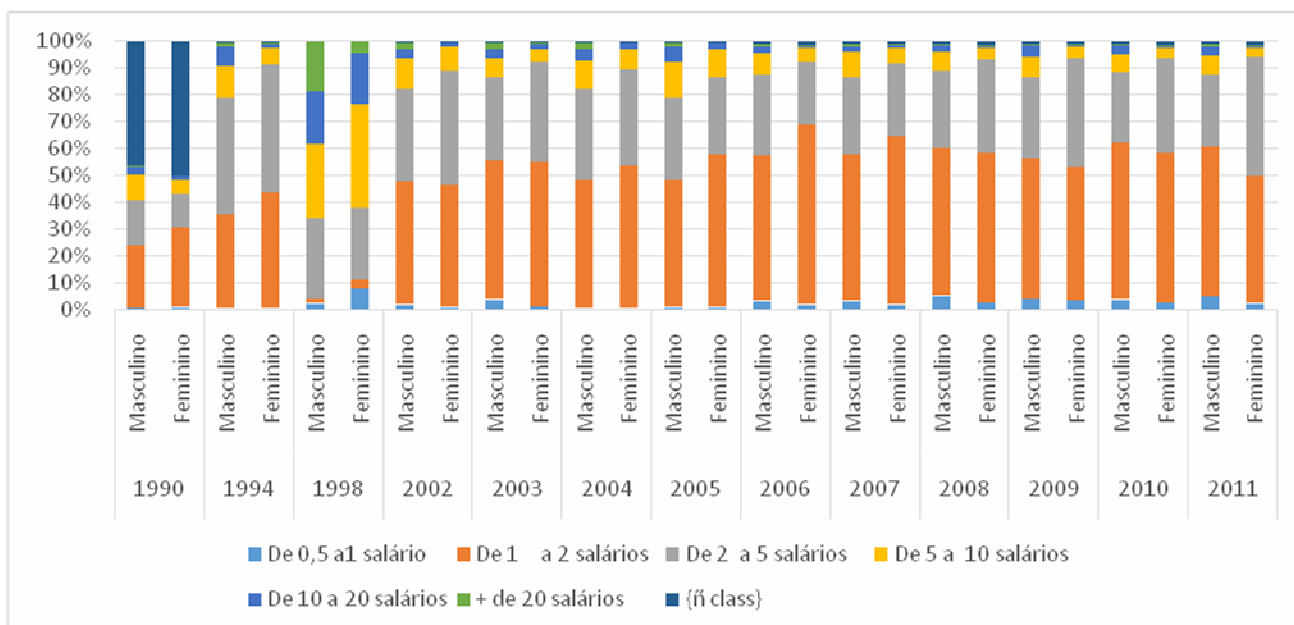


GRÁFICO 6 - Representatividade da faixa salarial do total de trabalhadores masculinos e femininos ocupados no subsetor Administração Pública nos anos de 1990 a 2011
Fonte: RAIS/CAGED, 2011

Ao analisar os dados sobre os trabalhadores ocupados no subsetor Administração Pública, em relação a teoria da segmentação pode-se constatar que em relação ao gênero existem diferenças, onde tomaremos como base o ano de 2011, sendo assim:

Mesmo com aumento do nível de escolaridade das mulheres ao longo do período estudado, pode-se constatar que elas continuam sendo remuneradas de forma diferente em relação aos homens. Onde no ano de 2011 as mulheres representavam 41,10% do total de trabalhadores possuindo o ensino superior, e os homens sendo representados por 23,06% do total de trabalhadores, podendo assim fazer a leitura dos dados notou-se que os salários superiores a 5 salários mínimos no subsetor Administração Pública são representados em grande parte pelo sexo masculino. Demonstrando assim que apesar do percentual de mulheres com grau de instrução maior em relação ao percentual de homens, tem-se o sexo masculino mais bem remunerado independente do seu nível de escolaridade.

A teoria da segmentação comprova que há a existência de vários mercados, onde a remuneração é dada de forma diferente, sendo assim o salário pago aos trabalhadores variará de acordo com os critérios do mercado, empresa ou setor. Onde no subsetor Administração Pública pode-se comprovar que a relação gênero salário é uma característica relevante.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada pode-se observar que no subsetor Administração Pública há uma participação maior das mulheres com maior nível de escolaridade e menor remuneração. A teoria da segmentação considera que a compreensão sobre mercado de trabalho envolve diferentes mercados, neste caso identifica-se diferenças quanto ao gênero.

Os trabalhadores desse subsetor em sua maior parte estão localizados no Grupo 3 representados pelos trabalhadores com ensino superior, tendo sua maior representatividade na faixa etária dos 40 a 49 anos e recebendo em média cerca de 2 a 5 salários mínimos. É válido ressaltar que o presente artigo não aborda os trabalhadores a nível de gestores, conseqüentemente para se agregar valor ao tema, recomenda-se somar aos resultados obtidos as características dos gestores do setor administração pública.

O objetivo do presente artigo relaciona os resultados obtidos a partir dos dados coletados e analisados do subsetor Administração Pública. Contudo o estudo deve ser comprado aos demais subsetores pertencentes ao setor administração pública, ressaltando assim as características marcantes dos trabalhadores de cada subsetor, que com base na teoria da segmentação permitirão a compreensão da situação desses mercados de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

ATKINSON, Andréia. Setor de Serviços: Uma abordagem na Administração de Marketing. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/setor-de-servicos-uma-abordagem-na-administracao-de-marketing/12480/>>. Acessado em 15 de jun. 2013.

BRASIL SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS - (SNA). Disponível em: <sna.saude.gov.br/-historia.cfm>. Acessado em 15 de Jun. 2013.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996. 335p.

CUNHA, Paulo Vieira da. A organização dos mercados de trabalho: três conceitos alternativos. Revista de Administração de Empresas, v. 19, n. 1, p. 29-46, jan./mar. 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). O Setor Terciário. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Setor_terci%C3%A1rio> .Acessado em 15 de Jun.2013.

GAMBIER, Dominique; VERNIERES, Michel. Le marché du travail. Paris: Economica, 1991.

PICCININI, Valmiria; OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; RUBENICH, Nilson Varela. Formal, flexível ou informal? In: PICCININI, Valmiria et al. O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006. p. 93-118

ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA DE UMA *SPIN-OFF* ACADÊMICA NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG

Alexandre Teixeira N. Batista¹¹⁹
 Fernando Gomes Santos¹²⁰
 Handerson Leonidas Sales¹²¹
 Francinete Veloso Duarte¹²²
 Taiane Oliveira Guedes Neves¹²³

RESUMO

O objetivo deste trabalho é avaliar a viabilidade econômica de uma *spin-off* acadêmica advinda de um projeto de pesquisa de inovação tecnológica, elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais - Campus Montes Claros - MG. Sabedores que *spin-off* pode ser compreendida como empresas fundadas na intenção de explorar alguma propriedade intelectual advinda de instituições acadêmicas. O trabalho em questão buscou como metodologia adotada, para investigação e alcance do objetivo proposto, o estudo de caso com caráter descritivo da pesquisa do “Processo utilizando o CO₂ para dissolução de precipitados de carbonatos em sistemas de irrigação”. Os requisitos de atendimento aos critérios de viabilidade econômica foram apurados através dos cálculos de VPL, TIR e *payback*, tendo em vista um horizonte de 5 anos e uma taxa mínima de atratividade (TMA) de 20%. Junto à análise atentou-se aos quesitos da inovação tecnológica, pois esta possui uma alta sensibilidade com relação ao mercado. Os resultados obtidos através desta análise foram de: VPL R\$ 901.898; TIR 95% e; *payback* 3 anos. Conclui-se que, a *spin-off* acadêmica para o projeto de inovação vigente é viável economicamente, haja vista um VPL positivo, TIR maior que a TMA e *payback* inferior ao período do projeto.

Palavras-chave: *Spin-off* acadêmica, irrigação localizada, inovação tecnológica, avaliação de viabilidade econômica, empreendedorismo e finanças.

ABSTRACT

The aim of this work is to evaluate the economical viability of an academic spin-off born from a research of technological innovation, developed by researchers from the Universidade Federal de Minas Gerais – Campus Montes Claros – MG. Most known researchers understand the spin-offs as firms founded with the intention of exploring some of the intellectual property generated in academic institutions. The current work sought as the adopted methodology, aiming at inquiring and reaching the proposed objective, the case study with a descriptive survey plan of the project called “A process using CO₂ for dissolving precipitates of carbonates in drip irrigation systems”. The requirements for compliance with the criteria of economical viability were determined by calculating the NPV, IRR and payback, adopting a project deadline of 5 years and a hurdle rate of 20%. Along the analysis, some questions about the technological innovation were considered, because, such a process

¹¹⁹Estudante de graduação em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais.

¹²⁰Estudante de graduação em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais.

¹²¹ Mestre em Administração e professor de finanças da Universidade Federal de Minas Gerais.

¹²² Doutora em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos e professora de química analítica e ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais.

¹²³Estudante de graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Minas Gerais.

has high sensitivity related to the market. The results obtained through the analysis were the following: NPV R\$ 901.898; IRR 95% and; 3 year's payback. Therefore, it is possible to conclude that the academic spin-off for the concerned innovation project is economically viable, considering a positive NPV, IRR greater than the hurdle rate and the payback period less than the project deadline.

Keywords: *Academic spin-off; drip irrigation system; technological innovation; economical viability; entrepreneurship and finances.*

1. INTRODUÇÃO

A transformação da pesquisa de inovação tecnológica em empreendimento é um evento que se encontra em processo de maturação no Brasil, haja vista a carência de uma cultura empreendedora no âmbito das universidades. O exercício desse fato resulta-se na implementação de *spin-offs* acadêmicas, que são empresas criadas em torno das universidades com o objetivo de explorar a propriedade intelectual acumulada pelos seus agentes: pesquisadores e alunos (ARAÚJO *et al.*, 2005). Para tanto, surge a necessidade da aplicação de métodos de avaliação de investimentos para mensurar a riqueza gerada por essas empresas nascentes de base tecnológica, observando os critérios adequados à inovação, pois, esta, possui um alto nível de sensibilidade com relação ao mercado.

O projeto de pesquisa em inovação tecnológica a ser analisado é o denominado “Processo utilizando o CO₂ para dissolução de precipitados de carbonatos em sistemas de irrigação”, desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais – Campus Montes Claros – MG.

Tal projeto consiste no desenvolvimento de um processo que visa evitar o entupimento dos emissores de água na irrigação localizada por meio de injeções periódicas de gás carbônico. Esse processo é eficiente, pois reduz o pH da água a valores não prejudiciais às plantas e momentaneamente do solo aumentando a disponibilidade de nutrientes. Já foram conduzidos testes e os resultados desta fase foram satisfatórios, e foi observado que as injeções periódicas de CO₂ reduziram o entupimento dos emissores de água na irrigação localizada pela dissolução contínua dos carbonatos precipitados que entopem os emissores (DUARTE *et al.*, 2010).

Todavia, durante e após o a realização da sua pesquisa, os pesquisadores tem dúvidas com relação à viabilidade da sua tecnologia ao ser transformada em negócio, pois se

tratará de um novo empreendimento, no qual a previsibilidade das receitas geradas pelo fluxo de caixa é de baixa precisão.

Dessa forma, buscou-se elaborar um estudo de viabilidade econômica voltado para essa especificidade e diante da seguinte problemática: o empreendimento do “Processo utilizando o CO₂ para dissolução de precipitados de carbonatos em sistemas de irrigação” em uma *spin-off* acadêmica, é viável economicamente?

Este trabalho se justifica pelo fato da pouca experiência de pesquisadores ligados a áreas incompatíveis à administração com o empreendedorismo, o que impede o surgimento de motivações para a iniciativa de investimento, destacando-se a motivação de investimento em um novo empreendimento, situação na qual a previsibilidade dos fluxos de caixa futuros é menos confiável pelo fato de não existir um histórico de geração de receitas para embasamento (SOUSA, 2007). Esta autora (p. 21) destaca que, nessas circunstâncias, “[...] recomenda-se adotar um maior conservadorismo em previsões de médio e curto prazo, bem como na realização de pesquisas sobre negócios equivalentes com histórico de resultados favoráveis”. Com base nesse fato, surge a necessidade de um planejamento econômico e financeiro adequado e que atenda aos critérios de avaliação para esse tipo de empreendimento.

As técnicas tradicionais de avaliação de investimento, *payback*, VPL (Valor Presente Líquido) e TIR (Taxa Interna de Retorno) são cientificamente aceitas e aplicadas no mercado. Todavia, no caso da inovação tecnológica, a construção do fluxo de caixa para cálculo desses indicadores é de elevada dificuldade de precisão em função da ausência de dados comparativos provenientes da aplicação do produto/serviço ainda não utilizado no mercado.

Outro importante fato deste estudo ocorre no âmbito do empreendedorismo em contraste com a inovação e a comercialização da pesquisa. Os professores e alunos dentro de uma universidade são protagonistas no processo de inovação, pois mantêm acumulado um *know-how* tácito tecnológico, que proporciona o potencial para a criação de produtos e processos inovadores com capacidade de serem inseridos no mercado (ARAÚJO *et al.*, 2005). Contudo, no Brasil, a cultura empreendedora nas universidades se encontra em processo de maturação, onde programas de incentivo e políticas públicas devem ser elaborados para proporcionar motivação para o despertar do sentimento empreendedor. Diante desse cenário, suportes técnico-gerenciais cedidos ao pesquisador que pretende empreender, com elaboração de um plano tecnológico (Ptec) junto a um plano de negócios, são bastante atrativos e tem

como resultado a implementação de *spin-offs* acadêmicas ou, também chamadas de empresas nascentes de base tecnológica (ENBTs) (CHENG *et al.*, 2007).

O objetivo geral deste trabalho é avaliar a viabilidade econômica de uma *spin-off* acadêmica advinda de um projeto de pesquisa de inovação tecnológica, elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais - Campus Montes Claros - MG. Para tanto, este objetivo é desmembrado nos seguintes objetivos específicos:

- a) Levantar dados e informações acerca do mercado de irrigação.
- b) Verificar o potencial de atendimento às necessidades do mercado de irrigação.
- c) Realizar o levantamento de demanda para a tecnologia em questão.
- d) Estimar o fluxo de caixa livre do projeto.
- e) Avaliar, através dos dados levantados, a viabilidade econômica do projeto de inovação tecnológica.

2. METODOLOGIA

2.1 Caracterização da pesquisa

O método científico adotado para investigação e alcance dos objetivos foi o estudo de caso com o plano de pesquisa de caráter explicativo. Gil (2002) define o estudo de caso como um método de estudo aprofundado acerca de um fenômeno real, a fim de permitir seu amplo e detalhado conhecimento.

Quanto à classificação do plano de pesquisa, Gil (2002, p. 42) descreve alguns conceitos e aponta o objetivo das pesquisas de caráter descritivo: “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Esta classificação foi feita mediante as características gerais da pesquisa e do método de como ela foi desenvolvida, a fim de confrontar a visão teórica com os dados da realidade.

O estudo tem foco na compreensão da dinâmica do empreendimento de um projeto de inovação tecnológica, o denominado “Processo utilizando o CO₂ para dissolução de precipitados de carbonatos em sistemas de irrigação”, trata-se de um projeto de pesquisa de inovação tecnológica desenvolvido por pesquisadores da UFMG – Campus Montes Claros. O propósito da tecnologia é evitar o entupimento dos emissores de água na irrigação localizada por meio de injeções periódicas de gás carbônico (DUARTE *et al.*, 2010).

Em contrapartida, foram adotados como unidade de observação no estudo, os requisitos de atendimento aos critérios de viabilidade econômica e financeira, podendo ser

apurados através dos cálculos de VPL, TIR e *payback*. Os cálculos de análise de investimento foram embasados na projeção da implementação de uma *spin-off* acadêmica para o projeto de pesquisa de inovação que irá fazer a montagem do equipamento de injeção de CO₂ na água e sua comercialização.

2.2 Especificação dos dados

Os dados referentes às pressuposições da análise, dentre os quais são base para construção da análise de viabilidade econômica, se encontram no Quadro 1 a seguir:

QUADRO 1
Pressuposições da análise

Variável	Valor	Fonte
Duração do projeto	5 anos	Determinado pelo autor
Taxa mínima de atratividade (TMA)	20%	Determinado pelo autor
Depreciações		Determinado pelo autor
Obra civil	4,00% a.a.	
Equipamentos	5,00% a.a.	
Equipamentos (Setor adm.)	5,00% a.a.	
Equipamentos de informática	20,00% a.a.	
Móveis e utensílios	10% a.a.	
Veículos	20% a.a.	
Seguros		Determinado pelo autor
Obra civil	1,00% a.a.	
Equipamentos	1,00% a.a.	
Equipamentos (Setor adm.)	1,00% a.a.	
Equipamentos de informática	1,00% a.a.	
Móveis e utensílios	1,00% a.a.	
Veículos	1,00% a.a.	
Manutenção		Determinado pelo autor
Obra civil	1,00% a.a.	
Equipamentos	5,00% a.a.	
Equipamentos (Setor adm.)	1,00% a.a.	
Equipamentos de informática	20,00% a.a.	
Móveis e utensílios	1,00% a.a.	
Veículos	20,00% a.a.	
Tributos		Receita Federal (1999)
IRPJ	1,20%	
CSLL	1,08%	
PIS	0,65%	
COFINS	3,00%	

Fonte: Elaborado pelos autores (2013).

Foi considerado o lucro presumido como regime tributário. Como impostos, foram considerados somente os federais, abordados no Quadro 1, relativos às receitas classificadas como “Atividades em Geral” (RIR/1999, art. 518).

No que tange ao processamento dos dados levantados acima, a abordagem foi feita mediante a projeção de um fluxo de caixa analisado financeiramente à luz dos conceitos teóricos apresentados na revisão de literatura com apoio da ferramenta Excel.

O Quadro 2 demonstra uma relação entre os objetivos específicos e os tratamentos referentes a cada um deles:

QUADRO 2

Objetivos específicos e ações específicas

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES ESPECÍFICAS
Levantar dados e informações acerca do mercado de irrigação.	Buscar informações (junto aos <i>stakeholders</i> do segmento de irrigação) referentes ao contexto de mercado e suas tendências, bem como, o tamanho potencial do mercado (dimensionamento).
Verificar o potencial de atendimento às necessidades do mercado de irrigação.	Detalhar e estruturar se as reais necessidades dos agricultores que optam pelo uso da irrigação localizada, são atendidas pela tecnologia e se a mesma tem condições de substituir o que já é usado.
Realizar o levantamento de demanda para a tecnologia em questão.	Chegar a uma ordem de grandeza sobre o número de unidades de produtos a serem vendidos anualmente, a partir das informações de mercado.
Estimar o fluxo de caixa livre	Acrescentar ao Lucro Líquido Operacional estimado (Após os juros e o IR), a depreciação e a variação da necessidade de capital de giro.
Avaliar, através dos dados levantados, a viabilidade econômica do projeto de inovação tecnológica.	Aplicar os métodos e técnicas de avaliação de investimentos e analisar os resultados obtidos através dos cálculos de <i>payback</i> , TIR e VPL.

Fonte: Elaborado pelos autores (2013).

2.3 Investimentos, custos, despesas e receitas

O investimento necessário para dar início a produção do equipamento de mensuração da quantidade de CO₂ na água, é referente a R\$ 117.520,92. Tal valor se desmembra em moveis, equipamentos, itens laboratoriais, dentre outros.

O preço de venda do equipamento será de R\$ 4.100,00, estando incluído neste o valor de uma prestação de serviço para instalação do produto. Inicialmente a meta de produção do *Spin-off* será de 100 unidades do equipamento de mensuração de CO₂ para o primeiro ano, porém, para os anos seguintes serão acrescidas mais 100 unidades à produção a cada ano, dessa forma, o total de unidades no segundo ano será de 200, no terceiro de 300 e assim respectivamente até o quinto ano. Vale destacar que os custos e despesas operacionais

crecem proporcionalmente ao número de unidades produzidas, os quais também foram ampliados a cada ano. O plano de vendas visa aumentar a produção ao longo dos anos alcançando novos mercados. Para o preço foi considerado um aumento de 10% a. a. devido ao fato de que o preço dos materiais que compõem a tecnologia não apresentarem um histórico de aumento além do previsto pela inflação. Essa taxa de aumento do preço é também uma estratégia de entrada em mercados de outras regiões, pois, para vender fora da região haverá o aumento de taxas como frete, impostos e outros. Sendo assim, as receitas geradas ao longo do tempo são apresentadas na TAB 1 abaixo:

TABELA 1
Projeção das receitas geradas

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
510.000,00	957.000,00	1.579.050,00	2.315.940,00	3.294.225,00

Fonte: Elaborado pelos autores (2013).

Na tabela abaixo, segue o valor projetado de retenções de impostos de acordo com o regime de lucro presumido:

TABELA 2
Deduções e impostos

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
R\$231.550,20	R\$204.777,86	R\$245.836,67	R\$294.469,21	R\$359.489,76

Fonte: Elaborado pelos autores (2013).

Os gastos com pessoal, custo de matéria prima, insumos e produtos em geral utilizados pelo *spin-off*, manutenção, seguros, bem como as despesas administrativas, são encontrados na TAB 3:

TABELA 3
Custos e despesas

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
R\$351.800,47	R\$675.908,47	R\$1.017.961,47	R\$1.321.804,47	R\$1.671.425,47

Fonte: Elaborado pelos autores (2013).

3. REFERÊNCIAL TEÓRICO

3.1 Geração de riqueza a partir da universidade: as *spin-offs* acadêmicas

Um fenômeno global, recente e cada vez mais comum se passa em torno das universidades, trata-se da criação de *spin-offs* acadêmicas, ou também conhecidas como empresas nascentes de base tecnológica (ENBTs). Cheng *et al.* (2007) as consideram como as empresas do futuro, uma vez que o empreendedorismo tecnológico carrega um grande potencial para geração de riqueza e desenvolvimento de um país.

Shane (2004) define uma *spin-off* como uma nova empresa fundada para explorar uma parte da propriedade intelectual criada em instituições acadêmicas. O empreendimento desse tipo de empresa, ainda se constitui em episódios raros. Pressman (2001, *apud* Shane, 2004) apresenta dados referentes à criação dessas empresas: no decorrer de duas décadas, 1980 até 2000, apenas 3.376 *spin-offs* foram estabelecidas nos EUA. Em relação ao número de instituições acadêmicas existentes, bem como, a quantidade de atores nelas inseridos, esse número é bastante pequeno. Porém, em média, as empresas nascentes de base tecnológica se mostram como firmas de sucesso.

Araújo *et al.* (2005) descrevem razões pelas quais tornam a criação de *spin-offs* importante: Geração de riqueza, com a manufatura de produtos inovadores satisfazendo e criando necessidades e desejos de clientes de uma fatia de mercado específica; Geração de empregos, nos quais os profissionais com nível superior são privilegiados; Induzem o investimento em desenvolvimento de pesquisas; Têm forte impacto econômico na esfera local, contribuindo para o crescimento da economia.

A análise de viabilidade proposta neste trabalho, será feita em função da projeção de uma *spin-off* acadêmica, fruto de um projeto de pesquisa de inovação tecnológica: o “Processo utilizando o CO₂ para dissolução de precipitados de carbonatos em sistemas de irrigação”.

3.2 Avaliação de investimentos

Também conhecido como *orçamento de capital*, o processo de avaliação e seleção de investimentos de longo prazo, no qual visa à maximização da riqueza dos proprietários (GITMAN, 2010).

De maneira geral, de acordo com Sousa (2007), o processo de avaliação de investimentos pode ser compreendido por três grandes passos: construção dos fluxos de caixa, aplicação de técnicas de avaliação e seleção de alternativas viáveis.

3.3 Fluxo de Caixa

De acordo com Bruni (2008), o conceito e análise de fluxo de caixa são o ponto principal do processo de tomada e compreensão das decisões financeiras.

Gitman (2010) aborda que para avaliar alternativas de investimento, a empresa deve determinar os fluxos de caixa relevantes, constituídos pela *saída de caixa incremental (investimento)* e as *entradas resultantes e subsequentes*. Segundo o autor, entende-se por *fluxos de caixa incrementais* os fluxos de caixa adicionais, saídas ou entradas, que se espera obter a partir de um investimento de capital.

A perspectiva de análise de investimentos de capital examina os fluxos de caixa sob um ponto de vista operacional. Entende-se por operacional que, apenas os valores relacionados aos ativos devem ser considerados. Assim, devem ser realizados ajustes aos valores contábeis empregados na análise, como a exclusão, da estimativa de fluxo de caixa, as despesas financeiras ou os eventuais benefícios fiscais decorrentes da dedutibilidade dos juros. Tais despesas são incorporadas apenas no cálculo de custo de capital (BRUNI, 2008).

“Quando ao fluxo de caixa operacional são acrescidas e subtraídas as novas necessidades de inversões ou realizações da empresa, obtém-se o conceito de fluxo de caixa livre ou FCL” (BRUNI, 2008, p. 136). Entende-se por fluxo de caixa livre, aquele que foi gerado pelas operações da empresa, e encontra-se completamente disponível para todas as suas fontes de capital, seja próprio ou de terceiros.

Bruni (2008), apresenta o cálculo para obtenção do fluxo de caixa livre:

$$\begin{aligned}
 & (+) \text{Receitas} \\
 & \quad (-) \text{Gastos variáveis} \\
 & \quad (-) \text{Gastos fixos desembolsáveis} \\
 & \quad (-) \text{Depreciação} \\
 & = \text{LAJIR (Lucro antes dos juros e imposto de renda)} \\
 & \quad (-) \text{IR (Imposto de renda)} \\
 & = \text{Lucro Líquido Operacional} \\
 & \quad (+) \text{Depreciação}
 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned}
&= \text{Fluxo de Caixa Operacional (FCO)} \\
&\quad (+)(-) \text{ Investimentos ou desinvestimentos líquidos em permanentes} \\
&\quad (+)(-) \text{ Investimentos ou desinvestimentos em capital de giro} \\
&= \text{Fluxo de Caixa Livre (FCL)} \qquad (1)
\end{aligned}$$

3.3 Métodos de avaliação de viabilidade econômica

Os métodos de avaliação de viabilidade econômica e financeira de investimentos constituem outra etapa do processo de análise, objetivando apurar os resultados das aplicações de capital.

Os métodos que serão apresentados e utilizados para alcance dos objetivos deste trabalho, são as técnicas de *payback*, VPL e TIR, que, segundo Assaf Neto (2012), representam os principais modelos quantitativos de análise de viabilidade econômica e financeira das alternativas de investimento, e tem por finalidade, em bases racionais, auxiliar o investidor em sua tarefa básica de tomar decisões.

3.5 Prazo de recuperação do capital investido (*payback*)

O período de *payback* consiste, de forma mais generalizada, “na determinação do tempo necessário para que o dispêndio de capital seja recuperado por meios dos benefícios incrementais líquidos de caixa promovidos pelo investimento” (ASSAF NETO, 2012, p. 358).

As estimativas do *payback* podem ser feitas de formas distintas: O *payback* simples, que não considera o custo de capital da empresa, e o *payback* descontado, que considera a taxa mínima de atratividade da operação (BRUNI, 2008, p. 229).

De acordo com Bruni (2008), para estimativa do *payback* simples de um projeto de investimento, basta verificar o tempo necessário para que o saldo do investimento (soma dos fluxos de caixa) seja igual a zero.

O método do *payback* descontado passa a ser utilizado quando o valor do dinheiro no tempo é considerado na análise. A diferença em relação ao simples é que as futuras entradas de caixa são apresentadas sob valores presentes para fins de amortização do investimento inicial (SOUSA, 2007). Os procedimentos são simples, bastando trazer os fluxos de caixa a valor presente, usando o regime de juros compostos.

3.6 Valor presente líquido (VPL)

O valor presente líquido (VPL) ou ainda, *Net Present Value (NPV)*, considera explicitamente o valor do dinheiro no tempo, por isso, é considerado uma técnica sofisticada de *orçamento de capital*. Pode ser encontrado subtraindo-se o investimento inicial de um projeto (FC_0) do valor presente das suas entradas de caixa $\{[FC]_t\}$, descontadas à TMA do projeto (GITMAN, 2010, adaptado):

$$VPL = \sum_{t=1}^n \frac{FC_t}{(1+i)^t} - FC_0 \quad (2)$$

Sendo,

VPL = Valor presente líquido

FC_t = Valor presente das entradas de caixa

FC_0 = Investimento inicial

i = Custo de capital ou Taxa mínima de atratividade (TMA)

Em síntese, o VPL representa a maximização da riqueza do investidor ao aceitar os projetos que valem mais do que custam. De maneira geral, deve-se aceitar todos os projetos com o resultado de VPL positivo.

Portanto, o critério de aceitação do projeto em função do VPL é o seguinte:

$VPL > 0$, o projeto deverá ser aceito;

$VPL \leq 0$, o projeto deverá ser rejeitado.

3.7 Taxa interna de retorno (TIR)

A Taxa interna de retorno (TIR), também chamada de *também chamada de Internal Rate of Return (IRR)*, representa a taxa de desconto que faz com que o VPL de uma oportunidade seja igual a zero, em função de que o valor presente das entradas de caixa se iguala ao valor do investimento (GITMAN 2010). Pode se afirmar que a TIR, ao levar em conta o valor do dinheiro no tempo, representa a rentabilidade do projeto expressa em termos de taxa de juros composta e equivalente.

Segue abaixo, de acordo com Gitman (2010), o cálculo da TIR:

$$S_0 = \sum_{t=1}^n \frac{FC_t}{(1 + TIR)^t} - FC_0$$

(3)

Onde,

 FC_t = Valor presente das entradas de caixa FC_0 = Investimento inicial TIR = Taxa interna de retorno

Para critério de aceitação do projeto, a TIR deverá ser maior que o custo de capital, ou seja, deverá ser maior do que a TMA, o que indica que houve superação das expectativas de retorno exigidas. Caso contrário, o projeto não maximiza a riqueza dos investidores. Os critérios de decisão baseados na TIR são:

 $TIR > TMA$, o projeto deverá ser aceito $TIR = TMA$, o projeto será de natureza nula $TIR < TMA$, o projeto deverá ser rejeitado

4. DESENVOLVIMENTO

4.1 Descrição do caso

O caso abordado neste estudo gira em torno da projeção da implementação de uma *spin-off* acadêmica no município de Montes Claros – MG, que irá fazer a montagem de um equipamento para ser acoplado à sistemas de irrigação localizada que, por meio de injeções periódicas de CO₂ na água, visa evitar o entupimento dos emissores.

A empresa se encontra em estágio de pré-incubação, no qual engloba a estruturação das idéias e o planejamento inicial da *spin-off*, em um projeto empresarial (CHENG *et al.*, 2004).

O município de Montes Claros, situado na região Norte de Minas Gerais, já é considerado um pólo universitário. A cidade possui 361.915 habitantes, uma área de 3.569 Km² e tem um bioma caracterizado pelo cerrado (IBGE, 2010). Além disso, a região onde se situa o município é conhecida pela “dureza da água”, devido a águas subterrâneas alcalinas e de alta dureza de carbonato. Sendo assim, a implementação da *spin-off* nessa região torna-se uma ação estratégica.

Ao ser injetado na água em sistema fechado, o CO₂ dissolve os carbonatos precipitados na tubulação, devido a águas subterrâneas alcalinas e de alta dureza de carbonato, e assim evita o entupimento dos gotejadores ou micro aspersores da irrigação localizada (DUARTE *et al.*, 2010).

O equipamento para a análise da água e determinação da quantidade de CO₂ a ser injetado é constituído de uma caixa, em aço carbono contendo um recipiente de polietileno, sensor de PH, sensor de temperatura e um injetor poroso para a injeção do gás, sendo representados por um protótipo funcional existente. A caixa também contará com um sistema digital para que se possa visualizar a leitura através de um software.

4.2 Contexto de mercado do setor de irrigação

- No Brasil, 63% da demanda total de água são provenientes da irrigação. Porém, 93% dos seus 3 milhões de hectares de terras irrigadas utilizam-se dos métodos menos eficientes do mundo, tendo como exemplo o espalhamento superficial (56% da área), pivô central (19%) e aspersão convencional (18%). Além de serem métodos pouco eficientes em termos de água, ainda consomem altos índices de energia elétrica (REBOUÇAS, 2003). O método por irrigação localizada apresenta maior eficiência relativa se comparada aos demais métodos (85% a 95%) (EMBRAPA 2009).
- A FIG 1 abaixo mostra um aumento significativo na comercialização da irrigação localizada, e um decréscimo da irrigação por aspersão de pivô central, que é o método concorrente, assim é notório que as políticas ambientais, bem como a importância de um método que garanta a boa produtividade têm uma interferência nesse cenário.

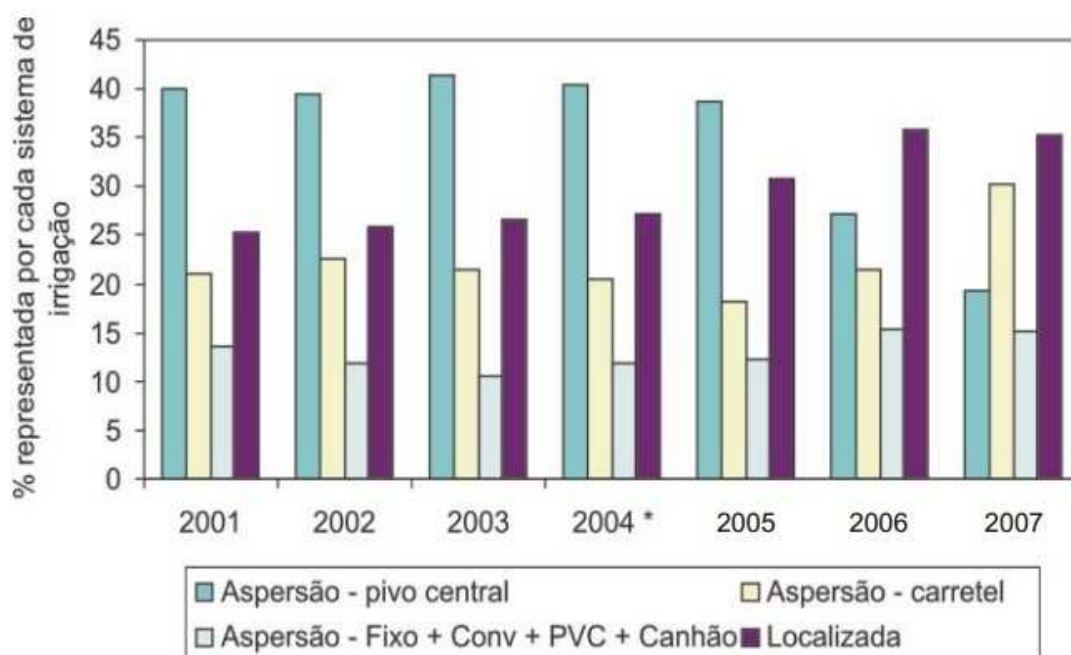


FIGURA1: Porcentagem relativa à comercialização para cada sistema de irrigação
Fonte: Pires (2008).

Outro aspecto importante é que aproximadamente 400 milhões de hectares de terras agricultáveis estejam afetados, em algum grau, pela salinização (EMBRAPA, 2009). Isso significa que um alto número de irrigantes, ao utilizarem a irrigação localizada, provavelmente terão problemas com obstrução dos emissores de água. Sendo, portanto uma grande demanda para a tecnologia.

4.3 Público alvo e suas necessidades

O Público alvo são os produtores rurais de médio e grande porte que utilizam o sistema de irrigação localizada, cujos emissores de água são entupidos devido á água calcária da região, sendo de maior interesse as produções agrícolas como fruticultura.

É importante também atentar para o resgate do consumidor da irrigação localizada, esse método tornou-se pouco utilizado, pois apresenta muitos problemas relacionados ao entupimento dos pequenos emissores de água. No entanto, são esses emissores os responsáveis pela eficiência do processo, uma vez que, dosam a quantidade suficiente de água a ser utilizada pela planta, economizando água. Os agricultores em sua maioria utilizam métodos de irrigação como aspersão convencional, na qual a água sai por aspersores que possuem saídas de água de grande diâmetro, pressurizadas e que não apresentam problemas frequentes com o entupimento. Porém, estes consomem uma

quantidade de água exacerbada gerando um grande desperdício e produzindo lixiviação e compactação do solo. Já os poucos consumidores da irrigação localizada, enfrentam as trocas manuais dos emissores danificados ou o emprego de ácidos para desobstruir.

É esperado o sucesso na aplicação das injeções de CO₂, pois essa tecnologia se baseia na dissolução dos precipitados de carbonato que são os responsáveis por essa obstrução. O cliente não mais precisará recorrer a produtos prejudiciais a saúde como o uso de ácidos fortes, ou o trabalho de desobstrução manual, que exige tempo e força de trabalho e por isso restringe o avanço da irrigação localizada.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para elaboração do fluxo de caixa, foram utilizados os dados especificados na metodologia. O fluxo de caixa é apresentado na tabela abaixo:

TABELA 4

Fluxo de caixa livre

Resultados Líquidos por ano (R\$)					
0	1	2	3	4	5
(117.520,92)	(73.350,67)	76.313,67	315.251,87	699.666,32	1.263.309,77

Fonte: Elaborado pelos autores(2013).

Após os cálculos realizados à luz dos conceitos teóricos apresentados anteriormente, tomando como base os dados apresentados, os valores de VPL, TIR e *payback* são respectivamente: R\$ 901.898,65; 95,23% e; 2,69 anos. A partir das FIG 2 e 3 podemos observar a representação gráfica dos resultados apresentados:

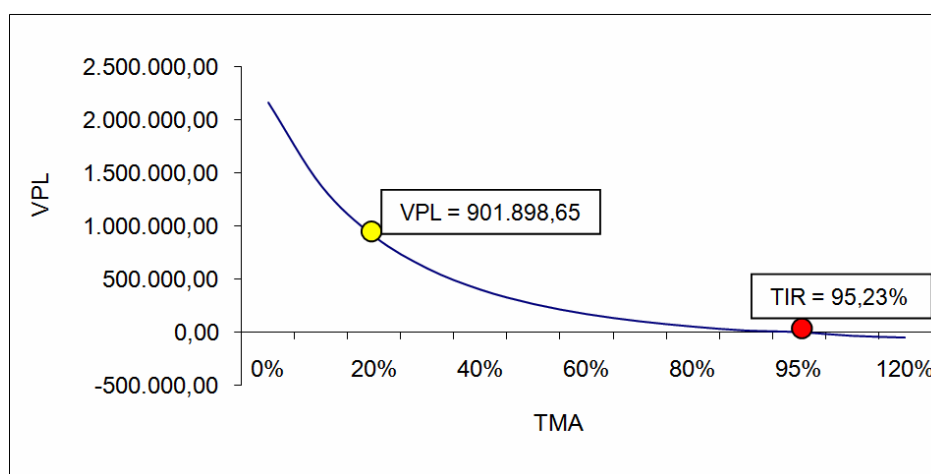


FIGURA 2: Relação VPL versus TMA

Fonte: Elaborado pelos autores (2013).

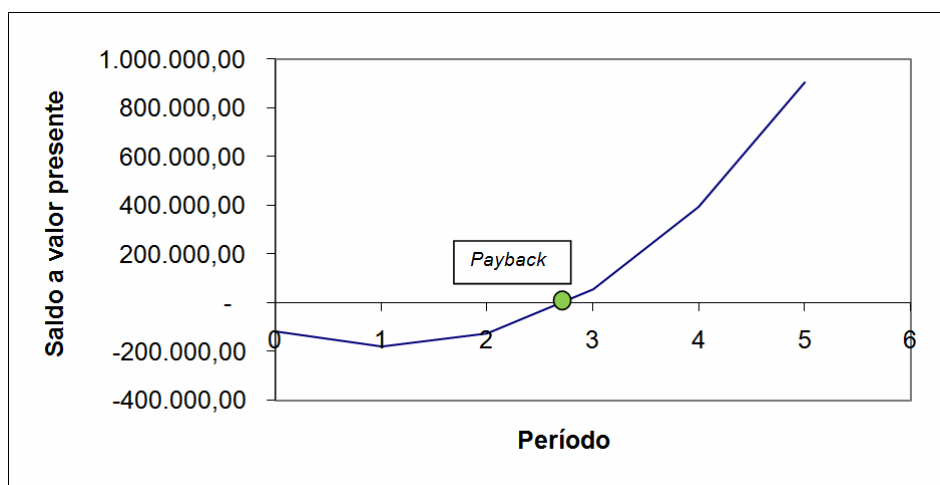


FIGURA 3: Período de recuperação do capital investido
 Fonte: Elaborado pelos autores (2013).

A FIG 2 mostra o decréscimo do VPL ao longo da evolução da TMA e evidencia o valor do primeiro a uma taxa de 20%, que é a taxa estipulada do projeto e a TIR quando a curva toca o eixo das abscissas, em outras palavras, quando o VPL se iguala a zero. Ainda demonstra o potencial de geração de riqueza em função de que um VPL positivo pode ser apurado por um intervalo de taxas razoavelmente amplo. A FIG 3, por sua vez, representa o prazo de recuperação do capital investido (*payback*). No eixo vertical temos os saldos descontados a valor presente e o ponto nos mostra o período em que o investidor terá o retorno do capital investido.

De acordo com Assaf Neto (2012), o projeto pode ser classificado como economicamente viável por todos os índices apresentados. Em análise, o VPL positivo ($VPL > 0$), demonstra que a *spin-off* oferece retorno além do estipulado, indicando a maximização da riqueza para os investidores. A TIR ultrapassa a TMA e revela uma rentabilidade superior à mínima requerida. O período de *payback* é inferior ao período limite estipulado pelo projeto.

Dessa forma, como se trabalhou com um único projeto, os quesitos comparativos de avaliação são processados de maneiras simples, tendo como característica a coincidência do resultado positivo de todos os critérios de aceitação levantados pelos índices (ASSAF NETO, 2012).

Cheng *et al.* (2007) propõem em sua pesquisa uma metodologia inovadora, o plano de negócios estendido, na qual agrega ao plano de negócios tradicional, um pano tecnológico (Ptec). Ainda argumentam que a análise de viabilidade econômica em casos de inovação, se aplicada isoladamente sem um Ptec predecessor, apresenta várias limitações. Porém, o estágio de desenvolvimento da pesquisa, o seu grau de ineditismo, o potencial de substituição do que já é utilizado atualmente e o mercado em que a tecnologia será aplicada,

são suficientes para a projeção de um estudo de viabilidade econômica, como o que foi realizado aqui, o que dará ao pesquisador uma visão preliminar do potencial de geração de riqueza do seu negócio e trará motivação para continuidade do processo de empreendimento.

6. CONCLUSÃO

Conclui-se que, a *spin-off* acadêmica para o projeto de inovação vigente é viável economicamente, haja vista um VPL positivo, TIR maior que a TMA e *payback* inferior ao período do projeto. Tais resultados contribuem para sanar as dúvidas dos pesquisadores com relação à viabilidade da sua tecnologia e a sua transformação em negócio. Além disso, auxilia os incentivos à adoção de uma cultura empreendedora no âmbito da universidade, evento que se encontra em processo de maturação no Brasil.

Outro aspecto importante referente a este estudo é a carência, no estado da arte, acerca de estudos semelhantes, que demonstrem uma avaliação de viabilidade econômica de uma *Spin-Off* acadêmica. Podemos encontrar diversas pesquisas, como algumas aqui apresentadas, que tenham as *Spin-Offs* como objetos de estudo, porém, tais trabalhos em geral, têm como objetivo evidenciar a importância e o potencial de geração de riqueza dessas empresas por outras perspectivas, das quais não envolvem uma demonstração da sua capacidade de agregação de valor através de indicadores de viabilidade econômica. Sendo assim, este estudo ainda poderá contribuir para construção de pesquisas futuras que levem em consideração os critérios de avaliação adotados aqui.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. H.; LAGO, R. M.; OLIVEIRA, L. C. A.; CABRAL, P. R. M.; CHENG, L. C.; BORGES, C.; FILION, L. J. *Spin-Off* acadêmico: criando riquezas a partir de conhecimento e pesquisa. **Quím. Nova**, São Paulo, v. 28, p. 26-35, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-40422005000700006&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 jan. 2013.

ASSAF NETO, A. **Finanças Corporativas e Valor**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Regulamento do Imposto de Renda**. Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer natureza. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/rir/>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

BREALEY, R. A.; MYERS, S. C.; MARCUS, A. J. **Fundamentos da administração financeira**. 3. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, Irwin, 2002.

BRUNI, A. L. **Avaliação de Investimentos**. São Paulo: Atlas, 2008.

CHENG, L.C., DRUMMOND, P.H. F. e MATTOS, P. A Integração do Trinômio Tecnologia, Produto e Mercado na Pré-incubação de uma Empresa de Base Tecnológica. **Anais da 3ª Conferência Internacional de Pesquisa em Empreendedorismo na América Latina (CIPEAL)**, Riode Janeiro, Nov. 2004. Disponível em:

<<https://www.icesi.edu.co/ciela/antiores/Papers/emtec/9.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

CHENG, L. C.; GOMES, L. A. V.; LEONEL, S. G.; DRUMMOND, P. H. F.; MATTOS NETO, P.; PAULA, R. A. S. R.; REIS, L. P.; COTA JR. M. B. Plano tecnológico: um processo para auxiliar o desenvolvimento de produtos de empresas de base tecnológica de origem acadêmica. **Locus Científico**. Distrito Federal, v.1, n. 2, p. 32-40, 2007. Disponível <http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/locus_cientifico_vol2_art_2_pdf_55.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2013.

DUARTE, F. V.; SCHUWABE, W. K.; VIEIRA. E. O. **Influência da aplicação de gás carbônico na redução de precipitação de carbonatos em sistema de irrigação localizada**. 2010. 123f. Tese (Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos). Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

EMBRAPA. **Sistema de produção da bananeira irrigada**, 2009. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Banana/BananeiraIrrigada/irrigacao.htm>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

EMBRAPA. **Qualidade da água subterrânea e riscos para a irrigação**, 2009. Disponível em <<http://www.cpatc.embrapa.br/index.php?idpagina=artigos&artigo=5115&showaquisicao=true>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

IBGE. **Censo Demográfico**, 2010

PIRES, R. C. M.; ARRUDA, F. B.; SAKAI, E.; CALHEIROS, R. O.; BRUNINI, O. Agricultura Irrigada. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 98-111, 2008. Disponível em:

<http://www.dge.apta.sp.gov.br/publicacoes/T&IA/T&IAv1n1/Revista_Apta_Artigo_Agricultura.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2013.

PRESSMAN, L. **AUTM Licensing Survey 2000**. Northbrook: Association of University Technology Managers, 2001.

REBOUÇAS, A. C. Água no Brasil: abundância, desperdício e escassez. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 13, n. Especial, p.341-345, 2003. Disponível em:

<<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd17/abundabras.pdf>> Acesso em: 3 jun. 2013.

SHANE, S. A. **Academic Entrepreneurship: University Spin-offs and Wealth Creation**. Northampton: Edward Elgar, 2004.

SOUSA, A. F. **Avaliação de Investimentos: uma abordagem prática**. São Paulo: Saraiva, 2007.

ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA PARA PROJETOS MUAMENTE EXCLUDENTES NA PRODUÇÃO DE FITASE

Fernando Gomes Santos¹²⁴
Alexandre Teixeira N. Batista¹²⁵
Handerson Leônidas Sales¹²⁶
William James Nogueira Lima¹²⁷

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi produzir, através da projeção do fluxo de caixa, indicadores de rentabilidade, tais como Taxa Interna de Retorno - TIR, *pay-back* e Valor Presente Líquido – VPL, para o projeto de pesquisa desenvolvido por um pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais – Campus Montes Claros – MG que aborda uma tecnologia, denominada “Desenvolvimento de processo de produção de fitase recombinante como insumo para ração animal”. Esse produto (fitase) trata-se de um grupo de enzimas que processa a hidrólise do ácido fítico em mioinositol e P inorgânico (NEWMAN, 1991). O empreendedor (pesquisador) pretende produzir e comercializar fitase; e ele compreende dois meios de produção para o mesmo fim, portanto, mutuamente excludentes. São eles: por fermentação submersa ou por fermentação semissólida. Diante de um cenário de recursos limitados, é preciso decidir sobre alternativas de investimento afetadas pela concorrência acirrada, substituição de importação, mercado exigente, etc.. Compreendeu-se para as análises de investimento uma taxa mínima de atratividade de 20% em função do alto risco de se empreender um produto substituto de importação em um período de 5 anos. A fermentação semissólida tem os seguintes indicadores: TIR= 175,93% a.a.; *pay-back*= 2 anos e VPL= R\$ 12.532.413,07. A fermentação submersa tem os seguintes indicadores: TIR= 4,04% a.a.; *pay-back*= > 5anos e VPL= -R\$ 961.626,28. Os resultados obtidos indicam que há índices de rentabilidade satisfatória para a opção de investimento em fermentação semissólida e índices de rentabilidade insatisfatória em fermentação submersa.

Palavras-chave: Fitase, Viabilidade Econômica, Indicadores de Rentabilidade, Projetos Mutuamente Excludentes.

ABSTRACT

The aim of this work was to create, through a cash flow projection, profitability indicators such as NPV, IRR and payback period for a research project developed by a researcher from the Universidade Federal de Minas Gerais – Campus Montes Claros – MG. Such research discusses a technology called “Development process of recombinant phytase production as an input for animal feed”. This product (phytase) is a group of enzymes that processes

¹²⁴ Estudante do 9º período de Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço para contato: fernando_admsantos@hotmail.com.

¹²⁵ Estudante do 9º período de Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço para contato: alexandretnb@yahoo.com.br.

¹²⁶ Professor de finanças da Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço para contato: handerson.leonidas@hotmail.com

¹²⁷ Doutor em Engenharia de Processos Biotecnológicos e professor da Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço para contato: william@ica.ufmg.br

hydrolysis of phytic acid in myo inositol and inorganic P (NEWMAN, 1991). The entrepreneur (researcher) intends to product and commercialize phytase comprised in two productive processes for the same purpose, therefore mutually exclusives. They are: by submerged fermentation or; by semisolid fermentation. Against a scenario with limited resources, a decision on alternative investments is needed, affected by a fierce competition, the import substitution and a demanding marketplace. For the analysis, was considered a hurdle rate of 20%, due to the high risk of undertaking an import substitute product, and a project deadline of 5 years. The semisolid fermentation had the following indicators: IRR 175,93%; 2 year's payback; NPV R\$ 12.532.413,07. The submerged fermentation has the following indicators: IRR 4,04%; payback greater than 5 years; NPV - R\$ 961.626,28. The results indicate that there are satisfactory profitability ratios for the investment option in the semisolid fermentation and unsatisfactory profitability ratios in submerged fermentation.

Keywords: *Phytase, economical viability, profitability indicators, mutually exclusive projects.*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um estudo, envolvendo análise de viabilidade de um projeto de pesquisa desenvolvido por um pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais – Campus Montes Claros – MG este aborda uma tecnologia, denominada “Desenvolvimento de processo de produção de fitase recombinante como insumo para ração animal”. Esse produto, fitase, trata-se de um grupo de enzimas que processa a hidrólise do ácido fítico em mioinositol e P inorgânico (NEWMAN 1991).

O mercado global de fitases é estimado em US\$ 250 milhões e cresce anualmente entre 10 e 15 %. A fitase fitases tem sido usada principalmente na nutrição animal, como suplemento alimentar na dieta de aves, suínos e peixes. A digestão e o aproveitamento do alimento podem ser aumentados pela adição de enzimas na alimentação, bem como a redução da quantidade de certos ingredientes adicionados às rações, o que pode reduzir o custo de formulação e, ainda, reduzir a excreção de poluentes ao ambiente uma vez que estes passam a ser mais bem absorvidos na digestão dos monogástricos.

O empreendedor (pesquisador) convive diante de um cenário com recursos limitados, tendo que decidir sobre alternativas de investimento afetadas pela concorrência acirrada, substituição de importação, mercado exigente, etc.. O objetivo do empreendedor é produzir e comercializar fitase, mas há dois meios de produção: um por fermentação submersa; outro por fermentação semissólida. Este se torna um clássico caso de projetos mutuamente excludentes.

Os investimentos na produção e na implementação de soluções tecnológicas como o uso de aditivos alimentares, dentre eles, a fitase; nutrição de precisão; entre outros, faz com

que o mercado mantenha-se aquecido. Segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações), a estimativa é de que o crescimento da produção da indústria brasileira de alimentação animal tenha sido de 4,4% no primeiro semestre de 2011.

O GRÁFICO 1 ilustra a porcentagem da participação das matérias-primas na movimentação financeira que envolve a produção de ração. Pode-se observar que os aditivos, dentre eles a enzima, são responsáveis por 7% da movimentação financeira total, em se tratando de um mercado bilionário, é uma fatia interessante. Mais especificamente, a demanda por enzimas foi, em 2010, de 3.267 toneladas e, em 2011, estimado em 3.371 toneladas.

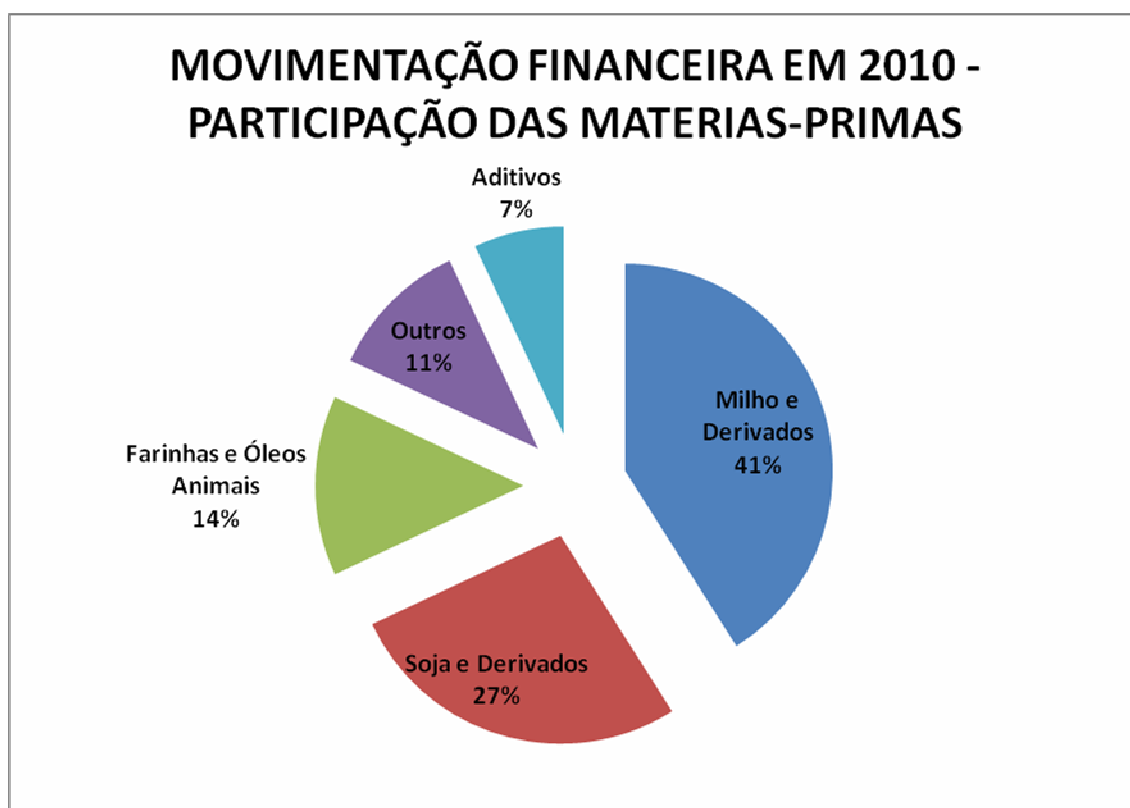


Gráfico 1: Movimentação Financeira do Mercado de Ração em 2010

Vários produtores de ração já utilizam a fitase como suplemento para alcançarem maior qualidade, a Guabi produtora de ração animal, é um exemplo de empresa que utiliza a fitase na ração que produz, porém compra em multinacionais.

É importante compreender o problema que vive o empreendedor, haja vista que para a geração de uma spin-off com possibilidades de sucesso no mercado. Um estudo de viabilidade com seus demonstrativos e índices financeiros vai auxiliá-lo a escolher a alternativa que irá lhe proporcionar maior maximização da riqueza.

O objetivo geral deste trabalho é comparar a viabilidade econômica e financeira de projetos mutuamente excludentes, utilizando de índices de rentabilidade como VPL (Valor

Presente Líquido), TIR (Taxa Interna de Retorno) e *payback*, para duas alternativas de investimento em estrutura de produção de fitase propostas por um pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais - Campus Montes Claros - MG.

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- f) levantar dados a cerca do mercado da tecnologia em questão;
- g) compreender a demanda pelo produto;
- h) confirmar, a partir de estudos científicos, a decisão de investimento sobre os projetos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Na administração financeira, são tomadas decisões de investimentos diante da elaboração de projetos de médio e longo prazo, sob avaliação de propostas de aplicação de investimentos compreendida diante de uma *dinâmica de decisões*. Essas decisões englobam a escolha do melhor arranjo estrutural para o financiamento da empresa, a fim de garantir liquidez, oriundas das aplicações (ASSAF NETO, 2012).

Para Gitman (2010), as decisões de investimento condicionam os tipos de ativos que a empresa detém e a combinação da aplicação de recursos. A incerteza de geração futura de lucros implica risco às tomadas de decisões, por conseguinte, é importante avaliar uma relação entre o risco e o retorno.

Ao analisar a relação entre dinheiro e tempo, percebe-se uma evolução do dinheiro ao longo do tempo, condicionada por uma taxa de retorno sobre o tempo de aplicação do dinheiro (BRUNI, 2008).

2.1 A relação risco e retorno

“Os investidores que procuram evitar risco sempre exigirão retornos maiores em troca da aceitação de um risco mais elevado” (GITMAN, 2010, p. 13).

A sensibilidade dos retornos das aplicações somada à volatilidade do mercado são bases para compreender o risco de mercado. É necessário um retorno (recompensa pelo risco) proporcional à sensibilidade do mercado (BREALEY *et al.*, 2002).

Um investidor, minimamente informado, somente colocará recursos em empreendimentos cuja expectativa de retorno seja suficiente para cobrir os ganhos livres de riscos existentes no mercado e compense a magnitude do risco inerente a tal investimento. Como a aferição de retorno somente ocorrerá no futuro, o

verdadeiro lucro do investidor consistirá no quanto sua riqueza puder ser maximizada [...] (SOUSA, 2007, p.8).

O investimento previsto pelo empreendedor, por se tratar de um substituto de importação e enfrentar a concorrência de multinacionais, compreende um elevado risco de investimento, haja vista também a não existência de um histórico de geração de receitas. No entanto, a oportunidade de ganho, frente às elevadas condições de risco, pode proporcionar recompensa pelo risco ao se assumir essas condições.

2.2 Avaliação de projetos de investimento

Conforme Sousa (2007), o processo de avaliação de investimentos pode ser compreendido por três grandes passos: construção dos fluxos de caixa, aplicação de técnicas de avaliação e seleção de alternativas viáveis.

2.2.1 Projetos mutuamente excludentes

Segundo Assaf Neto (2010), quando existe ocorrência de propostas distintas, mas com a mesma finalidade, a aceitação de uma opção elimina totalmente a possibilidade de aceitação da outra. Trata-se, portanto, de projetos mutuamente excludentes, pois são projetos que possuem a mesma finalidade e por isso competem entre si.

Em conformidade com Brasil (2002), as diversas tecnologias disponíveis no mercado, em muitos casos, tecnologias fornecidas por diversas empresas que atuam no mesmo ramo, além do desenvolvimento de ciências que contribuem para a tomada de decisões mais acertadas tanto financeiramente, quanto tecnicamente favorecem a ocorrência de projetos mutuamente excludentes.

“Quando você precisa decidir entre projetos mutuamente excludentes, a regra de decisão é simples. Calcule o VPL de cada projeto e, entre as opções que têm um VPL positivo, escolha aquela com o VPL mais alto” (BREALEY *et al.*, 2002, p.182).

2.3 Métodos de avaliação de viabilidade econômica e financeira

Como este caso trata de projetos mutuamente excludentes, os métodos de avaliação de viabilidade econômica e financeira de investimentos, deve utilizar métodos como *payback*, VPL (Valor Presente Líquido) e TIR (Taxa Interna de Retorno), a fim de alcançar indicadores

que contribuam para melhor opção de investimento, pois esses representam os principais modelos quantitativos de análise de viabilidade econômica e financeira das alternativas de investimento, e tem por finalidade, em bases racionais, auxiliar o investidor em sua tarefa básica de tomar decisões. (ASSAF NETO, 2012).

Para completar e atender as particularidades do projeto proposto, Brealey *et al.* (2010) propõe uma flexibilidade no orçamento de capital em função da sensibilidade de aplicações, a utilização de técnicas de avaliação de cenários, análise do ponto de equilíbrio e árvore de decisão.

2.3.1 Valor Presente Líquido

A decisão de investimento é determinante para o sucesso de qualquer empresa, apoiar-se a mecanismos que auxiliam a tomada de decisão é fundamentalmente necessário, pois absorvem considerável quantia em dinheiro. O ativo comprado hoje determina a empresa que no futuro.

“(...) o NPV não apura diretamente a rentabilidade do projeto; ao descontar todos os fluxos de entradas e saídas de caixa de um investimento por uma taxa de desconto mínima aceitável, (...), o NPV expressa, em última análise, ser resultado econômico (riqueza) atualizado.” (ASSAF NETO, 2012, p. 355).

$$VPL = \sum_{t=1}^n \frac{FC_t}{(1+i)^t} - FC_0$$

sendo

VPL = valor presente líquido,

FC_t = valor presente das entradas de caixa,

FC_0 = investimento inicial,

i = custo de capital ou Taxa mínima de atratividade (TMA).

Em conformidade com Assaf Neto (2012), há critério de aceitação do NPV. Será atraente o investimento cujo VPL seja um valor maior do que zero, rejeita-se diante de valor inferior igual à zero.

Portanto, o critério de aceitação do projeto em função do VPL é o seguinte:

$VPL > 0$, o projeto deverá ser aceito;

$VPL \leq 0$, o projeto deverá ser rejeitado.

Gitman (2010) entende o VPL como uma técnica sofisticada de orçamento de capital capaz de compreender o valor do dinheiro no tempo. Pois tanto as entradas quanto as saídas de caixa são calculadas em valores monetários atuais.

2.3.2 Prazo de recuperação do capital investido (*payback*)

Para Brealey *et al.* (2010), período de retorno do investimento em um projeto é o período de tempo necessário para que o investidor recupere o seu investimento inicial.

Payback consiste, na previsão do tempo necessário para a recuperação do valor investido. O *payback* se distingue em duas abordagens: *payback* descontado e *payback* simples (SOUSA, 2007).

Em conformidade com Bruni (2008), há duas formas distintas de estimar o *payback*, seja o descontado, que considera a taxa mínima de atratividade da operação, seja simples, pois não aborda o custo de capital da empresa.

O *payback* descontado é utilizado aos se considerar o valor do dinheiro no tempo. Dessa forma traz as futuras entradas de caixa a valores presentes, a fim de amortizar do investimento inicial (SOUSA, 2007).

A estimativa do *payback* simples de um projeto de investimento, observa o tempo necessário para que o saldo do investimento (soma dos fluxos de caixa) seja igual a zero (BRUNI, 2008).

2.3.3 Taxa interna de retorno (TIR)

A Taxa interna de retorno (TIR) é a taxa de desconto que faz com que o VPL de uma oportunidade seja igual a zero, em função de que o valor presente das entradas de caixa se iguala ao valor do investimento (GITMAN, 2010).

Segundo Brealey *et al.* (2010), alguns investidores optam entender se o retorno do projeto é mais alto, ou mais baixo, em relação ao custo de oportunidade de negócio. Para tanto a TIR, leva em consideração o valor do dinheiro no tempo, assim expressa a rentabilidade do projeto expressa em termos de taxa de juros composta e equivalente.

Como critério de aceitação ou rejeição dos projetos, a TIR deverá ser maior que o custo de capital, ou seja, necessita ser maior do que a TMA. Isso indica superação das expectativas de retorno exigidas.

Os critérios de decisão da TIR são:

$TIR > TMA$, o projeto deverá ser aceito;

$TIR = TMA$, o projeto será de natureza nula;

$TIR < TMA$, o projeto deverá ser rejeitado.

Gitman (2010) considera que o cálculo da TIR é respectivamente:

$$S_0 = \sum_{t=1}^n \frac{FC_t}{(1 + TIR)^t} - FC_0$$

Por outro lado, pode-se igualar o investimento inicial às entradas de caixa,

$$\sum_{t=1}^n \frac{FC_t}{(1 + TIR)^t} = FC_0$$

Onde

FC_t = Valor presente das entradas de caixa,

FC_0 = Investimento inicial,

TIR = Taxa interna de retorno

3. METODOLOGIA

3.1 Qualificação da pesquisa

- Estudo de caso

O estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real - tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores (YIN, 2001, p. 21).

O estudo de caso foi utilizado como método científico para fazer a investigação, porque o estudo de caso é adequado para investigação de fenômenos dentro do contexto real e contemporâneo (GIL, 2002).

Segundo Yin (2001), o estudo de caso trata de uma investigação contemporânea inserida em um contexto, portanto há uma característica empírica.

Na pesquisa, como um todo, predomina a abordagem qualitativa, haja vista tratar de um caso específico, suas particularidades e não de um universo de amostragens.

Os cálculos de análise de investimento serão condicionados pela projeção de uma possível implementação de *spin-off* acadêmica para o projeto de pesquisa de substituto de importação que visa a produzir e comercializar fitases. Os mesmos se encaixam com as características gerais da pesquisa e com o método de como o estudo será desenvolvido.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados dos cenários analisados no projeto de “Desenvolvimento de processo de produção de fitase recombinante como insumo para ração animal” contém análise da viabilidade econômica dos projetos mutuamente excludentes. Tal análise está baseada nos índices de rentabilidade como VPL, TIR e *payback*, a cerca das duas alternativas de investimento para produção de fitase.

Com base nas informações coletadas, foram feitos alguns cálculos de cruzamento de dados, com o objetivo de gerar números que possibilitem dimensionar em estimativas o mercado pretendido pela tecnologia proposta.

Em 2010 a demanda de ração para frango no Brasil foi estimada em 26.992.173 de toneladas de ração, para um total de 5.998.260.462 aves. O estado de Minas Gerais compreende um total de 442.791.553 aves, ou seja, 7,38% do total nacional. E o consumo de ração representa 1.992.561,989 toneladas ao ano, visto que, um frango, do nascer ao abate, consome em média 4,5Kg aproximadamente. Segundo informações de mercado, utiliza-se 20 Kg de fitase para cada 50 toneladas de ração, por conseguinte a demanda por fitase pode ser estimada em aproximadamente 797,024 toneladas, desde que, todos os produtores de frango usem fitase na alimentação das suas aves.

Tabela 1: Representação Numérica em Produção de Aves, Consumo de Ração e Estimativa de Consumo de Fitase

	Número de Aves	Consumo de Ração (em tons)	Demanda por Fitase (em tons)
Brasil	5.998.260.462	26.992.173	10.796,88
Minas Gerais	442.791.553	1.992.562	797,02

Segundo a base de cálculo disponível na Tabela Brasileira de Aves e Suínos, um suíno, do nascer ao abate, consome em média Kg 130,31 de ração aproximadamente. Portanto, no ano 2010 o consumo de ração para suínos foi estimado em 207.052,35 toneladas de ração, para um total de 1.588.897 de cabeças em escala de matriz industrial no Brasil. O estado de Minas Gerais representa 14% desse total, ou seja, 222.508 cabeças; e o consumo é de 28.995,01 toneladas de ração. Considerando que se utiliza 20kg de fitase para cada 50 toneladas de ração:

Tabela 2: Representação Numérica em Produção de Suínos, Consumo de Ração e Estimativa de Consumo de Fitase

	Número de Suínos	Consumo de Ração (em tons)	Demanda por Fitase (em tons)
Brasil	1.588.897	207.052	82,82
Minas Gerais	222.508	28.995	11,6

Ao considerarmos o mercado de fitase no território brasileiro e separadamente em Minas Gerais, compreendemos uma estimativa interessante de uma possível demanda por fitase. Há ainda algumas dúvidas em relação à aplicação da fitase na ração, pois as pesquisas ainda estão em andamento. Porém essas dúvidas não impediram uma projeção de fluxo de caixa ao longo de 5 (cinco) anos para possibilitar os cálculos dos índices de rentabilidade dos projetos mutuamente excludentes.

Compreendeu-se para os cálculos de viabilidade e análises de investimento uma taxa mínima de atratividade de 20% em função do alto risco de se empreender um produto substituto de importação em um período de 5 anos.

A fermentação semissólida tem os seguintes indicadores:

TIR= 175,93% a.a.; *pay-back*= 2 anos e VPL= R\$ 12.532.413,07.

A fermentação submersa tem os seguintes indicadores:

TIR= 4,04% a.a.; *pay-back*= > 5anos e VPL= -R\$ 961.626,28.

Os resultados obtidos indicam que há índices de rentabilidade satisfatória para a opção de investimento em fermentação semissólida, pois além de o VPL ser positivo, o *payback* é menor do que 5 (cinco) anos (tempo de vida do projeto), ou seja, paga-se o investimento dentro do prazo de vida do projeto, além de a TIR (Taxa Interna de Retorno) ser maior do que os 20% da TMA (Taxa Mínima de Atratividade).

Quanto aos índices de rentabilidade para a opção de investimento em processo de fermentação submersa não representa satisfatório, haja vista o VPL ser negativo, o *payback* maior do que 5 (cinco) anos, isso indica que o projeto não paga o seu investimento dentro seu prazo de vida, além do mais a TIR (Taxa Interna de Retorno) é menor do que os 20% da TMA (Taxa Mínima de Atratividade).

Conclui-se que a opção de investimento deve ser em fermentação semissólida, haja vista os seus índices de rentabilidade, todos favoráveis a escolha. Já a opção de investimento em fermentação submersa deve ser descartada, pois os índices de rentabilidade são negativos, mesmo que fosse a única proposta de investimento, deveria ser rejeitada diante dos números apresentados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. G. **Análise da viabilidade econômico-financeira de empreendimento residencial unifamiliar**. 2011. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração). Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ASSAF NETO, A. **Finanças Corporativas e Valor**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL, HAROLDO GUIMARÃES. **Avaliação Moderna de Investimento** – Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

BREALEY, R. A.; MYERS, S. C.; MARCUS, A. J. **Fundamentos da administração financeira**. 3. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, Irwin, 2002.

BRUNI, A. L. **Avaliação de Investimentos**. São Paulo: Atlas, 2008.

COWIESON, A.J.; SELLE, P.H.; RAVINDRAN, V. **Uso de fitase e suas implicações na digestão e absorção de nutrientes**. In: CONFERÊNCIA APINCO 2008 DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AVÍCOLAS, 2008, Santos. **Anais...** Santos, São Paulo: Fundação Apinco de Ciência e Tecnologia Avícolas, 2008. p.279-290.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

<http://www.guabi.com.br/2011/produto.asp?ch=19&id=161#produto>

NEWMAN, K. **Phytase: The enzyme, its origin e characteristics: impact e potential for increasing phosphorus availability**. In: Biotechnology in the feed industry. Proceedings of Alltech's seventh annual symposium. Edt. T. P. Lyons. Alltech Technical Publications, Nicholasville, Kentucky, p. 169-177, 1991.

Setor de Alimentação Animal – Boletim Informativo do Setor. Março de 2011 - Disponível em: <<http://sindiracoes.org.br/wp-content/uploads/2012/03/boletim-mar%C3%A7o-2011-port.pdf>>

SOUSA, A. F. **Avaliação de Investimentos: uma abordagem prática**. São Paulo: Saraiva, 2007.

ROSTAGNO, H.S.; ALBINO, L.F.T.; DONZELE, J.L.; GOMES, P.C.; OLIVEIRA, R.F.; LOPES, D.C.; FERREIRA, A.S.; BARRETO, S.L.T. **Composição de alimentos e exigências nutricionais. Tabelas brasileiras para aves e suínos**. 2.ed. Viçosa: Editora UFV, 2005. 186p

YIN, ROBERT K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001.

TRABALHADORES INFORMAIS USUÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MONTES CLAROS: PERSPECTIVA COM RELAÇÃO À PREVIDÊNCIA SOCIAL

Simone Mendes de Oliveira¹²⁸

Cássio de Souza Lopes¹²⁹

Gilmar Ribeiro dos Santos¹³⁰

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar sobre as perspectivas de Previdência Social dos trabalhadores informais usuários do Programa Bolsa Família do município de Montes Claros. Utiliza-se primeiramente a reflexão de literaturas sobre o processo de implementação de políticas compensatórias no Brasil, dando enfoque as políticas assistenciais e previdenciárias. Segundo passo é a junção entre a metodologia quantitativa e qualitativa, esta apresenta entrevistas semi-estruturada, enquanto aquela trata de dados do CadÚnico, instrumento de identificação da situação socioeconômica das famílias de baixa renda. Os resultados obtidos com a pesquisa demonstram que as atividades informais são de baixo rendimento e o benefício do PBF complementa esta renda. Conclui-se que as famílias não contribuem com a previdência privada podendo assim ser amparadas pelo BPC (Benefício de Prestação Continuada) visto que é uma política social focalizada, destinada a pessoas idosas maiores de 65 anos, que não puderam durante a fase adulta, contribuir com a previdência social por estarem em situação de vulnerabilidade. Portanto os Programas de Transferência de Renda tem demonstrado bons resultados ao amenizar as desigualdades sociais, mas os trabalhadores/as informais ainda encontram restrições para ter acesso aos direitos previdenciários, devido este ainda priorizar o emprego formal.

Palavras-chave: Políticas sociais. Trabalho informal. PBF. Previdência Social.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto do projeto de pesquisa “Os Beneficiários do Programa Bolsa Família de Montes Claros: quem são e como vivem”. Traz uma abordagem sociológica, objetivando analisar as perspectivas dos trabalhadores informais do município de Montes Claros, sendo estes beneficiários do Programa Bolsa Família, sobre a Previdência Social.

Uma grande conquista das políticas assistenciais é o Programa Bolsa Família, que segundo seus idealizadores é um programa social que supre as necessidades alimentares mínimas dos brasileiros em vulnerabilidade social. Contudo essa não é a única política social

¹²⁸ Mestranda em Desenvolvimento Social e bolsista da Capes, Unimontes.

¹²⁹ Mestrando em Desenvolvimento Social e bolsista da Capes, Unimontes.

¹³⁰ Professor doutor no Curso de Ciências Sociais e Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Social, Unimontes.

de caráter compensatório, há os benefícios previdenciários com o objetivo de amparar nos trabalhadores contribuintes em caso de risco.

Diante do trabalho dinamizado na globalização dos processos de produção em que a chamada economia informal apresenta uma série de dificuldades, tanto econômicas quanto sociais, pois este é constituído, segundo Lopes (1996) não somente pela classe de despossuídos, mas transforma-se também em alternativa atrativa de trabalho para grande contingente de trabalhadores que não sejam necessariamente sem qualificação para os postos formais. Este trabalho tem como objetivo apreender quais são as perspectivas dos beneficiários do PBF que trabalham informalmente com relação à previdência social.

Partindo do pressuposto da heterogeneidade do setor informal, no qual existem pessoas sem qualificação profissional e, portanto excluídas do mercado formal e há pessoas que mesmo tendo a oportunidade de estarem inseridas nos postos de trabalho formais, sendo qualificadas e tendo experiência profissional optam pelo exercício de atividades informais, objetivando maior autonomia. No entanto inferimos que os beneficiários estão inseridos no setor informal devido à precariedade como reza Rosa (2006), pois estes são enquadrados no PBF por estarem em situação de vulnerabilidade social. Assim mesmo com as Reformas do Sistema Previdenciário, os trabalhadores/as informais com baixo rendimento encontram dificuldades em incluírem nesta política.

Segundo Carmelo (2007), o setor informal é definido por sua baixa qualificação e produtividade. A força de trabalho urbana deste setor inclui trabalhadores autônomos, domésticos e empregadores de microempresas. Pesando nesta proporção de autônomos vivendo na informalidade, Santos & Freitas (2002) afirmam que o Estado encontrou como solução a formalização aprovando a Previdência Complementar com a figura do Micro empreendedor Individual.

Analisando categorias como escolaridade, gênero, naturalidade, renda familiar e situação no mercado de trabalho para assim caracterizar as condições socioeconômicas dos responsáveis e cônjuges beneficiários do PBF no município de Montes Claros/MG. Portanto a partir destes parâmetros, buscaremos apreender como sente o trabalhador informal usuário do PBF em relação a segurança do benefício contributivo (a previdência social), pois este se encontra em situação de vulnerabilidade social e trabalho não contratual e quais são as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores informais para quando forem idosos; ou seja, entre as opções previdenciárias como planejam aposentar no futuro.

A acessibilidade dos sujeitos de direito como argumenta Zimmermann (2006) aos Programas sociais, principalmente ao Programa da Bolsa Família, sendo este, segundo seus

idealizadores, indispensável a realização da alimentação de milhares de famílias, deve estar pautado na universalização e acesso incondicional pelos indivíduos que se encontra em extrema pobreza. Quanto à previdência social inclui aos trabalhadores com posse da carteira de trabalho e os trabalhadores rurais. Sobretudo a inclusão dos trabalhadores do setor informal no Sistema Previdenciário é facultativo, categorizando-os como Empreendedores Individuais. Entretanto é importante analisar o perfil destes contribuintes individuais, são eles trabalhadores autônomos que obtêm rendas altas, com condições de trabalho satisfatórias ou trabalhadores que exercem tarefas com baixa qualificação e precárias condições de trabalho.

Embora a seguridade social esteja consagrada como um dos direitos humanos, tanto as discussões sobre a previdência quanto as críticas sobre os programas assistenciais questionam a focalização e restrições na organização das mesmas.

(...) o relatório do Brasil assinala que muitas pessoas que passaram grande parte de suas vidas em atividade no mercado de trabalho, especialmente em atividades urbanas, são duplamente prejudicadas pela exigência da contribuição individual ao sistema de previdência social. Depois de ter contribuído para a riqueza do país com custos baixos, essas pessoas não são cobertas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e, sem terem pagado pelo seguro-desemprego, também não podem exercer seus direitos trabalhistas. Na velhice, essas pessoas serão afetadas uma vez mais por não poderem desfrutar do direito a previdência social. (ALEMANY, 2007, p.20)

Localizado no Norte de Minas Gerais, o município de Montes Claros, ao compará-lo a situação de desigualdade social dos outros municípios brasileiros, encontra-se no mesmo patamar. Apesar do desenvolvimento econômico, esta região necessita de políticas de transferência de renda com maior eficácia para amenizar as estatísticas de pobreza absoluta.

2. SITUAÇÃO DE TRABALHO DOS RESPONSÁVEIS E CÔNJUGES

Segundo Karl Marx (1999) os modos de produção está vinculado ao antagonismo de classes. O capital desenvolveu com a maquinaria, contribuindo com a ampliação do Exército de Reservas e conseqüentemente com a intensificação da pobreza. A sociedade contemporânea, com o processo de informatização, se vê desprotegida diante de um mercado seletivo.

Utilizamos a metodologia quantitativa empregando as informações do CadÚnico na elaboração de dados percentuais que quantifique e caracterize os usuários do PBF. Inicialmente, identificamos o universo desta pesquisa que são todas as 16.654 famílias

cadastradas, em setembro de 2009, no PBF, no município de Montes Claros – MG. Em seguida, respeitando o método de amostragem aleatória sistemática, foi calculada uma amostra composta por 623 famílias estimando um intervalo de confiança de 95% e considerando uma margem de erro de 4%. A seleção de 623 famílias foi operacionalizada utilizando o intervalo de seleção obtido pela divisão do número total da população pelo tamanho da amostra. Essa divisão resultou um valor referente a 26. Em seguida para que cada família obtivesse a mesma probabilidade de pertencer à amostra, sorteamos um número de um a nove e, a partir deste, selecionamos as 623 famílias, considerando o intervalo de seleção obtido, referente a 26. Etapa seguinte consistiu na transferência dos dados disponibilizados na base do programa CadÚnico para o programa de análise estatística, SPSS.

Para muitos brasileiros a informalidade se torna a única alternativa de vida. Neste estudo sobre a situação de trabalho dos beneficiários de Montes Claros percebe-se que 46% dos responsáveis exercem atividade remunerada, 47% não exercem atividade remunerada e 7% recebem aposentadoria ou algum tipo de pensão. Quanto aos cônjuges 73% exercem atividade remunerada, 22% não exercem atividade remunerada e 5% recebem aposentadoria ou algum tipo de pensão. Posto que o agrupamento dos cônjuges é essencialmente masculino e dos responsáveis, basicamente feminino, nota-se a existência de um quadro de desigualdade nas taxas de ocupação entre os sexos. Soares (2000) ousa ainda mais quando compara a situação de trabalho correspondente ao cenário brasileiro entre mulheres e homens. Segundo ele as mulheres são tão bem ou mais qualificadas quanto os homens mesmo exercendo a mesma função. Porém a remuneração delas é muito menos que o deles. Assim “as mulheres brancas sofrem só na etapa da formação dos salários, os homens negros sofrem principalmente devido a sua qualificação, e as mulheres negras encontram-se em situação intermediária” (Soares, 2000, p.25).

Pensando no contingente de famílias monoparentais incluídas neste Programa, sendo a autoridade feminina maioria devido o PBF ter como objetivo o repasse a mãe, pois é quem cuida da economia doméstica. Ressaltamos as dificuldades que estas mulheres encontram por ter dupla função: administrar a casa e trabalhar fora. Dessa forma, observa que 26% dos responsáveis de famílias nucleares ocupam postos formais, enquanto que nas famílias monoparentais corresponde a 64% dos responsáveis.

O mercado de trabalho no Brasil nos últimos anos vem passando por transformações devido o índice de desemprego. Baseando em dados do Banco Mundial, Iriart et al. (2008) afirma que 50% dos trabalhadores sem vínculos com o trabalho rural brasileiro estão no setor informal.

Tabela 1 - Situação no mercado de trabalho entre os responsáveis e cônjuges beneficiários do PBF – Montes Claros/MG -2009

Situação no mercado de trabalho	Responsáveis (%)	Cônjuges (%)
Assalariado com carteira de trabalho	8	19
Autônomo	79	61
Produtor Rural	5	12
Outro	8	8
Total	100	100

Fonte: Dissertação de Rosa (2009)

Nesta tabela fica visível como a informalidade está presente na situação de trabalho dos beneficiários do PBF do município de Montes Claros, estando a maior parte dos responsáveis e cônjuges concentrados neste setor. Apesar do setor informal, como afirma Ferreira (2007), ser heterogêneo, dispondo de trabalhadores/as que se encontram inserido neste setor por opção. Entre os beneficiários podemos afirmar que estes se encontram na informalidade por estratégia de sobrevivência, pois são indivíduos em vulnerabilidade social.

Estratos ocupacionais formulada por Hasenbalg e Silva (1999) aput Rosa (2010) descrição de ocupações segundo critérios como *status*, manual ou não manual, está no espaço rural ou urbano.

Tabela 2 - Estratos ocupacionais e ocupações representativas

Grupo ocupacional	Estrato ocupacional	Ocupações Representativas
1	Baixo inferior: trabalhadores rurais não qualificados	Produtores agropecuários autônomos: outros trabalhadores na agropecuária; pescadores.
2	Baixo superior: trabalhadores rurais não qualificados	Comerciantes por conta própria, vigias, serventes, trabalhadores braçais sem especificação; vendedores ambulantes, empregadas domésticas.
3	Médio inferior: trabalhadores qualificados e semiquilificados	Motoristas, pedreiros, mecânicos de veículos; marceneiros; carpinteiros; pintores e caiadores;

		soldadores; eletricitas de instalações.
4	Médio médio: trabalhadores não manuais, profissionais de nível baixo e pequenos proprietários	Pequenos proprietários na agricultura; administradores e gerentes na agropecuária; auxiliares administrativos e de escritório; reparadores de equipamentos; praticistas e viajantes comerciantes; praças das Forças das Armadas.
5	Médio superior: profissionais de nível médio e médios proprietários.	Criadores de gado bovino; diretores e chefes no serviço público; administradores e gerentes na indústria e no comércio; chefes e encarregados de seção; representantes comerciais.
6	Alto: profissionais de nível superior e grandes proprietários.	Empresários na indústria; administradores e gerentes de empresas financeiras; imobiliárias e securitárias; engenheiros; médicos; contadores; professores de ensino superior; advogados; oficiais das Forças Armadas.

Fonte: Dissertação de Rosa (2009)

O quadro apresenta os estratos ocupacionais segundo sua representação no mundo do trabalho. As ocupações que não exigem qualificação ou pouca qualificação são profissões de trabalho manual e baixo *status*. Quando descreve as profissões de maior *status* percebe a valorização da escolaridade.

No entanto, analisando o perfil dos responsáveis e cônjuges do PBF de Montes Claros, nota a baixa escolaridade significativa entre eles. Portanto o fato de um grande contingente estar inserido na informalidade demonstra a situação de precariedade, estando eles desamparados pelos direitos trabalhistas e previdenciários.

Tabela 3 - Estratos ocupacionais entre os responsáveis e cônjuges beneficiários do PBF – Montes Claros/MG – 2009

Estrato ocupacional	Responsáveis (%)	Cônjuges (%)
Baixo inferior: trabalhadores rurais não qualificados	9	20
Baixo superior: trabalhadores	80	43

urbanos não qualificados		
Médio inferior: trabalhadores qualificados e semiquualificados	11	35
Médio médio: trabalhadores não-manuais, profissionais de nível baixo e pequenos proprietários.	0	2
Médio superior: profissionais de nível médio e médio proprietários	0	0
Alto: profissionais de nível superior e grandes proprietários.	0	0
Total	100	100

Fonte: Dissertação de Rosa (2009)

Na análise da tabela, percebe-se que os beneficiários se encontram nos trabalhos que exigem menos escolaridade. Sendo entre os responsáveis, como discutido antes, uma porcentagem de mulheres maior que homens, estas estão em grande parte, nos trabalhos urbanos não qualificados. Assim estes resultados demonstram que as mães para contribuir na renda familiar, sujeitam a serviços, como exemplo, empregada doméstica, entre outros, que não dispõe de direitos trabalhistas e situação favorável de trabalho.

O emprego em serviços domésticos é a ocupação mais comum entre as mulheres no Brasil, representando 19,5% da participação feminina na força de trabalho, sendo, em grande maioria, de vinculação contratual informal, que corresponde a 72% do total de trabalhadores nessa atividade. Estudos revelam que trabalhadores em serviços domésticos são mais comumente migrantes, jovens, solteiras, negras, e de menor nível socioeconômico e escolaridade (ensino fundamental), do que aquelas com outras ocupações. (IRIART *et al.*, 2008, p.167)

Embora entre os cônjuges haja uma menor variação entre os estratos ocupacionais, existe maior concentração nos extratos representados por trabalhadores rurais, servente, vendedores ambulantes. Portanto a situação dos beneficiários do PBF do município de Montes Claros não se difere da maioria dos cidadãos brasileiros inseridos no setor informal como reza Iriart *et al.* (2008) verificado em seus estudos na cidade Salvador, Bahia.

A construção civil é um ramo de atividade de grande importância no cenário econômico brasileiro. Dados do IBGE demonstram que, nos anos de 1998 e 1999, esse ramo respondeu por 10,3% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e por 6,6% das ocupações no mercado de trabalho. Esses números levam a uma estimativa de que a construção civil ocupe mais de 4 milhões e 700 mil trabalhadores, dentre os quais somente 954 mil (20,1%) trabalhando com carteira profissional assinada.

Esses trabalhadores, em sua maioria, são do sexo masculino, migrantes, com baixa escolaridade e reduzida qualificação profissional. (IRIART *et al.*, 2008, p.167).

Mesmo o setor informal contribuindo com a economia brasileira, os trabalhadores/as informais por alternativa de precariedade, não tem acesso aos direitos garantidos aos trabalhadores contratuais. Conseqüentemente apresentam condições de trabalho extremamente insatisfatórias.

Outra indagação sobre o estado social em que estão posicionados estes indivíduos, pobres ou extremamente pobres, permeia os direitos previdenciários. Tendo estes a opção de contribuírem com a previdência privada, na pesquisa procura apreender as opções de aposentadoria deles.

A seguridade social se dividiu em contribuintes e beneficiários. Os responsáveis e cônjuges, trabalhadores/as informais, são usuários de uma política assistencialista voltada para população carente, recebem uma renda mínima básica para sobrevivência. Entretanto eles não têm acesso a benefícios como auxílio doença ou políticas de prevenção e controle de riscos por não ser regulamentado pelo Estado, portanto o trabalhador não existe legalmente.

3. PERSPECTIVAS DOS BENEFICIÁRIOS SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MONTES CLAROS E CONDIÇÕES DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Na apreensão das perspectivas dos trabalhadores informais usuários do PBF, utilizamos a metodologia qualitativa, empregando a técnica de entrevistas semi-estruturadas para obter informações não só relacionadas a previdência, mas que contemplasse a importância do PBF, suas condicionalidades educação e saúde como operadores na equidade social. Quais as perspectivas destes atores sociais sobre trabalho e qual a importância deste. Também sobre as dificuldades encontradas na informalidade e as expectativas sobre o futuro.

Foram realizadas quinze entrevistas semi-estruturas nos seguintes bairros: Independência, Major Prates, Village e Maracanã. Optamos por transcrever as entrevistas, sendo fiéis as falas como foram ditas. Segundo Gray (2012) a pesquisa qualitativa, geralmente trabalha com amostras não probabilísticas intencionais, porque busca apreender determinadas práticas que existem em local, contexto e tempo específicos. Buscando o entendimento aprofundado dos fatos sociais.

As famílias entrevistadas demonstraram interesse pelo benefício. Mesmo sendo analfabetos ou semi-analfabetos, segundo eles por falta de oportunidade, os cônjuges e

responsáveis priorizam o estudo dos filhos, por ser uma das condicionalidades do Programa e por verem na educação uma porta para a ascensão social.

O que começou hoje é o de dezesseis ano, ele tava parado aí. O homem fica moço. Eu disse: “oce tem que ajudar seu pai, seu pai ta doente, oces tem que ajudar ele”. E peguei no pé dele. Ele pegou e foi. Que ele tava quereno mexer era numa oficina ali mais meu genro, meu genro conserta som, esses negócio aí. Ele disse: “A não, eu aprendi trabaiair consertano som, porque é melhor que a gente trabaia na sombra”. Diz ele que “trabaiair de servente é ruim de mais. E pega peso o tempo todo e ainda machuca, corta os dedo no tijolo”. Aí eu falei: “oce vê por aí. Oce tira o tanto que o estudo faz falta, oce tivesse lá estudano”... a Diretora mesmo elogiava ele, falava com ele: “ó moço você é um menino bunito, oce tem boa aparência, ocê é mais fácil de arrumar emprego”. Que diz ela que tem muito lugar que a pessoa chega, as vezes a pessoa é discriminado porque é feio, não consegue emprego. Ele só quer andar bunitim, vai pra escola. Oce pensa que ta ino é pra uma festa, eu brigava com ele pra ele ir com a camisa do uniforme, ele dizia: “não mãe, eu vou é com essa”. (entrevistada 001)

Este caso ilustra a discussão do Jessé Souza (2009) sobre a reprodução do trabalho manual pelos filhos na ralé¹³¹, segundo ele há maior identificação dos filhos da ralé com os trabalhos que não exigem qualificação devido a reprodução familiar e também pela má fé institucional, ou seja, as instituições de educação pública brasileiras não interiorizam nos alunos de baixa renda o prazer pelo saber, apenas reproduz uma metodologia punitiva. É interessante como a estética empregada na fala da diretora demonstra os interesses do Mercado seletivo e como a sociedade reproduz este discurso. Também é perceptível neste depoimento as dificuldades encontradas no trabalho de servente, na maioria dos casos são trabalhadores informais sem acesso aos direitos trabalhistas e sem equipamentos de segurança. Em consonância com a discussão sobre a importância da educação na inclusão do mercado formal e melhores condições de trabalho, observa-se na fala da entrevistada 001 como seu filho poderia ter um futuro promissor caso investisse nos seus estudos.

A valorização da educação por parte dos responsáveis e cônjuges estar permeada pelas próprias experiências de vida. Isso é observado nos relatos sobre as dificuldades encontradas por estes quando em idade escolar, pois não puderam se qualificar para competirem no Mercado com igualdade. Assim justificam a situação de pobreza na qual se encontram por não terem tido oportunidade de se especializar e ter autonomia de escolherem ocupações profissionais que lhes dessem mais conforto e rendimentos satisfatórios.

Eu num estudei nada, que eu morava na roça aí eu comecei estudar, estudei uns quatro mês só, depois parei, porque era muito longe. Aí a gente estudava a noite, no outro dia, tinha que ir embora pra roça de novo trabalhar, o que a gente fazia esquecia tudo. (entrevistada 002)

¹³¹ Ralé: Plebe, camada social constituída de indivíduos desclassificados, delinqüentes, gentalha, escória. (Mini-Aurélio, p. 680)

Este depoimento evidencia como o Programa Bolsa Família se tornou uma política assistencial que corrobora com o processo educacional das famílias em vulnerabilidade. Principalmente nas famílias rurais, onde os filhos tinham que trabalhar para ajudar na economia doméstica, sendo ainda mal nutridos, influenciando assim no rendimento escolar deles.

Como citado na caracterização dos beneficiários na variável migração, os entrevistados têm origem nas cidades vizinhas como Francisco Sá, Capitão Enéas, São João da Ponte, entre outros municípios pertencentes a região do Norte de Minas. Vieram para Montes Claros com o objetivo de trabalharem como empregada doméstica. Pode-se perceber que antes de migrarem, trabalhavam na roça ou ajudavam nos serviços domésticos. Quando aqui chegam não encontram condições favoráveis no mercado formal devido não terem qualificação profissional, tendo como estratégia de sobrevivência o setor informal.

Eu nunca estudei não. Nós morava em São João da Ponte, aí nós mudamos pra cá e meu pai não deixava nós estudar, era só trabalhar mesmo. (entrevistada 003)

Entrevistamos os responsáveis do PBF neste caso sendo unânimes as mulheres, por serem administradoras do lar e principal responsável no recebimento do benefício. Estas atualmente trabalham em casa de família ou fazem “bicos” como faxineira, lavadeira ou costureira para complementar a renda familiar. Algumas das famílias inseridas no Programa Bolsa Família no município estudado são famílias de arranjo monoparental, as mães dessas famílias passam a ser a única responsável pelas despesas domésticas e criação dos filhos. Quanto as nucleares, constatamos que os cônjuges trabalham como pedreiro e outras ocupações que exigem nenhuma ou pouca escolaridade.

Já trabalhei de mais. Eu era faxinera, trabalhei oito anos lá no Santo Expedito com uma mulher que chamava Jozélia, trabalhei oito anos lá com ela mesmo. Mesmo morano aqui eu continuei lá com ela. Depois eu sair né. Que eu vim morar aqui, aí depois que eu já tava com um bucado de minino já grandim, aí ela me chamou de novo, eu tornei voltar. (entrevistada 001)

As críticas sobre o comodismo dos beneficiários do PBF refutada por Rosa (2010) podem ser compreendidas pelo argumento implícito nestes depoimentos, pois mesmo com um ganho mínimo, o PBF disponibilizou a essas mães a opção de cuidarem de seus filhos ao invés de sujeitarem as péssimas condições de trabalho como secretária do lar. Não sendo

amparadas por direitos trabalhistas e passando por situações humilhantes, as políticas assistenciais garantem justiça social.

É um bom trabalho, porque a gente trabalha ali e sabe que tem um dinherim pra receber, só que a gente guenta muita humilhação, aí então tem hora que eu fico pensando que eu podia trabalhar mais. Eu não guento. (entrevistada 002)

Com relação a opção pelo trabalho formal, nos depoimentos percebe-se que se estes trabalhadores tivessem essa oportunidade, sairiam da informalidade. Portanto confirmamos a teoria de que muitos trabalhadores/as informais estão inseridos neste setor por estratégia de sobrevivência.

Pelo serviço é claro né, porque a gente tendo o serviço não tem coisa melhor não. Mas como a gente não acha né, a gente ta servindo com o Bolsa Família. Eu mesma penso assim: “ó meu Deus já pensou se eu não tivesse esse benefício né?” Aqui é muito difícil de arrumar emprego de vez em quando uma pessoa fala: “ó fulana vai lavar uma roupa pra mim”, assim mesmo paga uns vinte reais, roupa pra lavar em dois ou três dias, a gente sofre de mais. Eu mesma aqui vivo mais é sem as coisas. De vez em quando, Deus abençoa que eu arrumo um serviçinho aí. Eu compro uma feirinha, mas acaba logo. Provavelmente aqui mora quatro filhos, tem um que fica fora. É que ele tem problema com droga. (entrevistada 003)

Embora o PBF garanta uma renda mínima às famílias beneficiadas, o trabalho informal a complementa, mesmo com um rendimento baixo. Este caso descrito acima mostra como famílias em extrema pobreza têm um número significativo de filhos, apesar da condição de miséria na qual se encontram e como nessas camadas carentes da população são evidenciadas questões sociais como o uso de drogas.

A reprodução do trabalho informal pelos filhos é constatada no depoimento em algumas das famílias pesquisadas. A dificuldade do primeiro emprego principalmente quando não se tem formação, ou talvez os jovens destas famílias não se identifiquem com o ambiente escolar pela decadência das escolas públicas que impõe disciplinas sem interagirem com a realidade dos alunos, provavelmente interfere neste fator.

Ele fez vinte e um, ele trabalha, mas não é firme não, ele é ajudante mais é por aí, hoje ta aqui, amanhã ta ali. (entrevistada 004)

A instabilidade nas atividades informais incomoda estes indivíduos mais concretamente que a ausência do seguro social. Apesar de serem afiançados pelas políticas assistenciais, os trabalhadores/as informais dessa pesquisa almejam maior proteção social.

Na fala da entrevistada 004 percebe a importância do trabalho informal como forma de captar recursos e o benefício como acréscimo da renda, pois o dinheiro arrecadado

na informalidade não é constante. O PBF como enfrentamento da pobreza demonstra deficiência por não ter programas de geração de emprego, o que seria fundamental na autonomia das famílias.

Pra mim é ótimo, pra mim é bom que eu num preciso sair de casa, me ajuda muito. Eu preciso muito, tem dia que a minha valência é isso, tem dia que não tem dinheiro nem pro pão né, me ajuda bastante. (entrevistada 004)

No entanto o depoimento da entrevistada 004 demonstra certa dependência pelo benefício, sendo um recurso indispensável para a obtenção de ganhos para suprir uma das necessidades básicas do ser humano: a alimentação dessas famílias. Assim as condicionalidades como estratégia de inserção social desses beneficiários e como interrupção do ciclo de reprodução da pobreza se torna favorável as futuras gerações.

Deus me livre teve um dia que saiu um comentário que ia cortar eu quase indo aqui, eu falei ó meu Deus vou ficar sem minha água e minha luz. Mais esse negócio ajuda demais viu, pra mim ajuda, ajuda muito. Minha irmã mesmo ali, ela vive com o dinherim dela, é só esse. Ela num tem nada de benefício, ela também mexe com roupa igual eu, mais num é muita coisa, ajuda muito esse negócio do Bolsa Família. (entrevistada 004)

O Programa Bolsa Família é uma política de transferência de renda voltada para erradicação da miséria, juntamente com o Programa Fome Zero. Busca garantir renda mínima aos usuários destes. Em contraponto, impõe condicionalidades referente a educação e saúde. Sobre o atendimento do PSF (Programa de Saúde da Família) a entrevista 004 relata:

É difícil conseguir alguma coisa lá, num tem nada que ajuda a gente, a gente precisa de um médico tem que correr pra outros lados, eu mesmo, eu vou lá pro bairro Santo Antonio muito longe daqui, tem que pegar duas lotação pra ir. (entrevistada 004)

De acordo com Arretche (2000) um dos problemas visíveis na implementação das condicionalidades do PBF, é as limitações das instituições públicas na oferta de serviços de educação e saúde dentro dos municípios. Contudo a descentralização das políticas públicas tem uma concepção positiva com relação a participação popular, no entanto demanda mais investimento e controle como evidenciado na fala da entrevistada 004 sobre o atendimento nos postos de saúde do seu bairro.

Quando perguntamos em que é utilizado o dinheiro do benefício, a entrevistada 001 deixa claro que o PBF tem suma importância na cesta básica da família. Assim compreende a inevitabilidade dos direitos sociais no Brasil como enfrentamento a pobreza.

É feira assim. Igual aqui mesmo tinha um sacolão né, aqui na esquina, aí eu recebia e pagava. Comprava as verdura lá e o rapaz ia anotano. O dia que eu recebia eu ia lá e pagava, aí depois fechou o sacolão aqui e eu num quis mexer noutra lugar não. Falei: “se a gente ficar comprano fiado a gente fica atolado”. Tudo que caba a gente corre lá e vai buscar, aí eu peguei e dexei. Eu falei “a hora que eu pegar, eu vou e compro”. Aí tem hora que eu vou e compro um açúcar, um arroz. Que sempre meu marido faz a feira no armazém aqui, mais aonde que ele compra é muito caro, aí ele compra mais. Tem vez que quando chega na data de eu pegar o dinheiro, tem vez que ta sem nada aqui, aí eu vou lá e compro. Vou na verdureira compro verdura, compro os material de escola dele, roupa, sandália tudo pra ele. (entrevistada 001)

Quando a entrevistada 001 enfatiza que a ausência de recursos básicos como alimentação, vestuário, material escolar é suprida pelo recebimento do benefício do PBF, constatamos que programas de transferência de renda, principalmente quando focam a família, criam grandes expectativas de superação da mazela social brasileira: a pobreza.

Mesmo que várias conquistas políticas tenham contado com mobilizações populares, os direitos humanos nas sociedades democráticas têm maior validade com o reconhecimento desses indivíduos como sujeitos de direito.

Uai, eu acho que é um direito né?! Um direito de todos os cidadãos brasileiros, porque mesmo se não existisse o bolsa família, tem outros benefícios. Então o bolsa família veio e tirou outros que já era antes, né?! Então eu acho que é um direito, né?! E ajuda todo mundo. (entrevistada 005)

No relato da entrevista 005 a compreensão sobre o PBF é de um direito social, garantido a todos os brasileiros; e também como ajuda devido a situação de risco na qual se encontram, estando estes excluídos do Mercado. Ela relembra dos programas anteriores como Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação que no governo Lula foram unificado como Bolsa Família.

Viver do trabalho informal é se encontrar excluído de políticas contributivas como a previdência social, não só na velhice, mas quando em idade ativa sem direitos trabalhistas. Quanto a previdência privada, não condiz com a realidade destes pobres trabalhadores. Pois estar explícito no discurso deles, que existem dias em que se encontra com mínimas condições de obter o mínimo: a alimentação. Seria deplorável, esperar que indivíduos em vulnerabilidade social contribuam com a previdência privada, sendo o trabalho informal uma estratégia de sobrevivência.

Segundo Ferreira (2007) apesar dos trabalhadores/as informais estarem excluídos dos direitos trabalhistas como a aposentadoria por tempo de serviço. Eles podem pagar a previdência como autônomos, garantindo sua aposentadoria pela previdência privada. No

entanto estes trabalhadores/as estão no setor informal por Alternativa de Vida. Quanto aos usuários do PBF, é perceptível o estado de extrema pobreza dos entrevistados que, expondo suas carências, ou seja, dificuldades em obter alimento, péssimas condições de moradia justificam o setor informal como estratégia de sobrevivência.

Quando perguntados sobre o que esperam do futuro, todos demonstraram que anseiam o melhor, só que há ausência de um projeto de vida e em contrapeso existe um mediatismo com relação às necessidades cotidianas, estando estas famílias predispostas a se aposentarem pelo BPC. A maioria dos responsáveis demonstra desconhecer a previdência privada, sendo este um processo individual de contribuição. Em algumas falas percebe a insatisfação por não estarem empregados formalmente, podendo assim contribuir por tempo de serviço. Mas há contradição quando dizem que vão providenciar os papéis, provavelmente por se encontrarem com saúde precária, assim esperam ser assegurados pelo auxílio-doença.

Já ta com treis anos pra quatro anos que eu to mexeno por causa do problema que eu tenho (chagas) eu to com advogado, já fiz treis perícia não passei. Um médico falou que eu tenho condição de trabalhar, o outro já falou que eu não tenho. (entrevistada 002)

A incapacidade de sobreviver pelo trabalho, explícito no depoimento acima, encontra barreira no processo burocrático de comprovação de extrema pobreza e saúde debilitada, principalmente na nossa sociedade baseada na equidade. Os trabalhadores/as informais, em vulnerabilidade social, não compartilham da mesma cidadania que os trabalhadores formais. O reconhecimento como trabalhadores só concretiza na formalização do trabalho, antes disso estão na ilegalidade.

A educação é uma porta de saída da pobreza segundo o depoimento da entrevista 003, este caso ilustra a perspectiva da maior parte das famílias beneficiadas pelo programa. Não é pela previdência social que esperam maior qualidade de vida, sobretudo acreditam que os filhos por estudarem terão mais oportunidades e qualidade de vida.

Pra mim vai ser bom de mais. Daqui uns tempos Jesus vai abençoar que minhas filhas vão ter um futuro melhor, o que eu nunca pude ter, eu sei que eles vão ter através do estudo. (entrevistada 003)

O PBF é pautado na família, pois tem como objetivo frear a pobreza intergeracional. Enquanto que a previdência social é uma política contributiva, assim aqueles que estão na informalidade segundo Ferreira (2007) devem contribuir como autônomos com a previdência privada, de forma individualizada. Portanto os trabalhadores/as informais que não

pagam este seguro estão excluídos deste direito social vinculado a carteira de trabalho, ou seja, passaporte para a cidadania.

É aqui no CRAS né, o CRAS encaminha pra tudo. Igual, por exemplo, quem tem o bolsa família tem direito a pagar o INSS, está surgindo agora pra poder aposentar. Aí desconta, com o meu cartão eu vou lá e eles encaminham direitinho para o INSS. Tudo, tudo, tudo, eles encaminham (...). (entrevistada 005)

Com o processo de municipalização, o CRAS tem função de mediador no controle social das políticas sociais. Todavia no depoimento da entrevistada 005, não podemos deixar despercebido a questão da aposentadoria garantida as donas de casa de baixa renda. De acordo com o site do MDS aqueles que se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico em sua residência, sejam donos ou donas de casa, tendo uma renda baixa poderão ter desconto na contribuição da Previdência Social (INSS), estando estes como segurados facultativos. Eles usufruirão dos benefícios previdenciários mediante a contribuição de 5% do salário mínimo, o que equivale a R\$27, 25 em valores de hoje. No entanto para a entrevistada 005 é possível contribuir, pois a mesma afirma que mora com a filha e o pai aposentado. Assim a administração dos gastos domésticos não se torna tão difícil como para algumas unidades familiares com um número extenso de membros, onde na maioria dos casos o rendimento arrecadado nas atividades informais é a única renda, complementada com o benefício do PBF.

Alguns estudos sobre o setor informal apresentam o interesse dos trabalhadores/as informais por estratégia de sobrevivência em empregarem formalmente.

Ai no caso mesmo, eu queria era arrumar emprego, né. Para mim trabalhar, que eu gosto mesmo é de trabalhar e pra mim conseguir minha aposentadoria. (...) Quero ficar sadia pra mim trabalhar. (entrevistada 006)

A valorização pelo trabalho formal no relato da entrevista 006 está simultaneamente relacionada com os direitos trabalhistas e previdenciários. Além é claro da estabilidade financeira assegurada nas ocupações formais, ou seja, a garantia de receber um salário mínimo mensalmente. Observamos nas entrevistas dos beneficiários reclamações sobre o estado de saúde atual, isso se explica as condições precárias e aos anos de trabalho desses indivíduos.

De acordo com Höfling (2001) as desigualdades socioeconômicas produzidas pelo desenfreado sistema de produção capitalista são amenizadas pelo sistema de proteção social brasileiro. Quanto aos trabalhadores informais, somente a formalização com a previdência privada lhes garantem acesso aos direitos previdenciários. Porém aos usuários do

PBF, habitantes do município de Montes Claros cabem a articulação entre os programas assistenciais na geração de emprego e renda, podendo assim oferecer a esta população carente, melhores condições de oportunidades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Montes Claros, mesmo apresentando um elevado crescimento econômico, ainda apresenta discrepância nas estatísticas referentes à desigualdade social. Portanto os programas de proteção social são indispensáveis no combate a pobreza intergeracional, seja ele contributivo ou não contributivo. Este município está localizado em uma região que predomina a seca, Norte de Minas, onde merece uma atenção especial do Estado se tratando de investimento social. As políticas contributivas se tornam excludente a uma população que se encontra desempregada, sem qualificação ou em trabalhos informais precários em que o ganho é o mínimo para sobrevivência.

Devido não contribuir com a previdência privada, e por encontrarem em trabalhos desqualificados, estando isentos dos direitos trabalhistas, pode se prever que estas pessoas, quando estiverem em idade de aposentar, contarão com o Benefício de Prestação Continuada - BPC. O sistema de proteção social brasileiro tem demonstrado bons resultados no controle das desigualdades sociais, sendo os programas de renda mínima essenciais na redistribuição de renda. Todavia as políticas sociais, contributivas ou não contributivas, demandam mudanças na organização, pois como condição de direitos sociais deve ser universal e incondicional. A disparidade na distribuição de renda brasileira, onde há um grande contingente de pessoas abaixo da linha da pobreza, clama por justiça social como ampliação da cidadania.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (ANFIP). **20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social** / Flavio Tonelli Vaz, Juliano Sander Musse, Rodolfo Fonseca dos Santos (Coords.). Brasília: ANFIP, 2008. 270 p.

ARRETCHE, M. **Estado federativo e políticas sociais**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

FERREIRA, M. L. A. **Trabalho informal e cidadania: heterogeneidade social e relações de gênero**. 2007. 165p. Tese (Programa de Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia e Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf> acesso em 14 de jun. de 2012.

IBGE. Dados do Censo 2000. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> acesso em 30 de jun. de 2012

IRIART, Jorge Alberto Bernstein et al. **Representações do trabalho informal e dos riscos a saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil**. Ciência e saúde coletiva, janeiro-fevereiro, ano/vol.13, nº 001, Associação Brasileira de pós-graduação em saúde coletiva, Rio de Janeiro, Brasil, p.165-174.

LOPES, Rodrigo. **Economia Informal no Rio de Janeiro: problema ou solução**. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

PREVIDÊNCIA SOCIAL/ publicação do ministério da previdência social. Ano II, Nº2, janeiro-abril de 2012. Disponível em www.previdencia.gov.br/arquivo/office/3_120425-115428-524.pdf acesso em 15 de maio de 2012

SOARES, Sergei Suares Dillon. **O perfil da discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras**. IPEA, Brasília, 2000.

ZIMMERMANN, Clovis Roberto. **Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil**. IN: Sur, *Rev. int. direitos human.* v.3 n.4 São Paulo. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br> acesso em 01 de Março de 2013.

APÊNDICE A - DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA DO EVENTO



Banca/ Comissão Científica



Platéia da Comunicação Oral



Expositor



Platéia da Palestra



Comissão Científica e Exposição de Pôster



Participantes da Palestra